



Fórum Internacional sobre Patrimônio Arquitetônico Brasil - Portugal (FIPA)

Fórum Internacional Sobre Patrimônio Arquitetônico Brasil/Portugal (FIPA) PUC-Campinas - 11, 12, 13 e 14 de maio de 2016

Organização



Patrocínio



Apoio Institucional



FICHA CATALOGRÁFICA

Fórum Internacional Sobre Patrimônio Arquitetônico Brasil/Portugal (FIPA) (Campinas, SP, Brasil) / organizadoras: Ivone Salgado, Renata Baesso Pereira / Anais [Recurso Eletrônico] / FIPA, 11, 12, 13 e 14 de maio de 2016, Campinas, SP, Brasil, - Campinas, FIPA.

454 p.

Evento produzido conjuntamente por: Núcleo Regional Campinas do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), da PUC Campinas e o Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (POSURB), da PUC Campinas. O FIPA tem parceria entre a PUC Campinas, o IAB Campinas e a Universidade de Aveiro (Portugal), desde o ano de 2014, quando foi firmado um convênio de cooperação entre as duas universidades.

Disponível em: <http://iabcampinas.org.br/fipa/>

ISSN 2448-2439

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. 3. Patrimônio Arquitetônico.

Organização

Programa de Pós Graduação em Urbanismo (POSURB) - PUC Campinas
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) - PUC Campinas
Universidade de Aveiro - Portugal
Núcleo Regional Campinas do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB)

Promoção

Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo - CAU-SP

Comissão Organizadora

Alan Cury – Presidente do IAB Campinas
Alice Tavares – Universidade de Aveiro (Portugal)
Ana Paula Farah – FAU – PUC Campinas
Aníbal Costa – Universidade de Aveiro (Portugal)
Fabio Muzetti – Direção FAU PUC Campinas
Ivone Salgado – POSURB – PUC Campinas
José Roberto Merlin – POSURB – PUC Campinas
Renata Baesso Pereira – POSURB – PUC Campinas

Comitê Científico

Alice Tavares – Universidade de Aveiro
Ana Paula Farah – FAU – PUC Campinas
Aníbal Costa – Universidade de Aveiro
Flávio Casalarde – Universidade Federal de Minas Gerais
Ivone Salgado – POSURB – PUC Campinas
João Carlos Santos – Vice Diretor da Direção Geral do Património Cultural / DGPC - PORTUGAL
José Roberto Merlin – POSURB – PUC Campinas
Maria Cristina da Silva Schicchi – POSURB – PUC Campinas
Maria Rita Amoroso – Diretoria do IAB Campinas
Mirza Pellicciotta – Projeto Identidade Arquitetônica de Campinas – IAB Campinas
Nivaldo Vieira de Andrade Junior – UFBA e FPAA
Paula Silva – Diretora da Direção Geral do Património Cultural / DGPC - PORTUGAL
Renata Baesso Pereira – POSURB – PUC Campinas
Regina Andrade Tirello – FEC UNICAMP
Maria do Rosário Machado – Diretora da Rota do Românico
Vladimir Benincasa – FAAC – UNESP Bauru

FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO BRASIL/PORTUGAL

O Fórum Internacional Sobre Patrimônio Arquitetônico Brasil/Portugal (FIPA) tem por objetivo promover o debate sobre o patrimônio cultural. O 3ºFIPA será realizado na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas), São Paulo, nos dias 11, 12, 13 e 14 de maio de 2016. Este evento é uma promoção conjunta entre o Núcleo Regional Campinas do Instituto de Arquitetos do Brasil, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da PUC Campinas e o Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (POSURB) da PUC Campinas.

O 3ºFIPA visa dar sequência ao diálogo estabelecido entre a PUC Campinas, o IAB Campinas e a Universidade de Aveiro, em Portugal, desde o ano de 2014, quando foi firmado um convênio de cooperação entre as duas universidades. O 3ºFIPA discutirá quatro temas relacionados ao patrimônio cultural:

- 1) Gestão do Patrimônio;
- 2) Conservação e Restauro;
- 3) Educação Patrimonial;
- 4) Patrimônio como Cultura e Turismo.

ARCHITECTURAL HERITAGE INTERNATIONAL FORUM BRAZIL / PORTUGAL

The Architectural Heritage International Forum Portugal/Brazil (FIPA) has the objective of a debate about the cultural heritage. The 3º FIPA will be held at Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas), São Paulo, on 11, 12 and 13 of may of 2016. This event is a partnership between the Núcleo Regional Campinas do Instituto de Arquitetos do Brasil, the Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) of PUC Campinas and the Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (POSURB) of PUC Campinas. The 3ºFIPA aims to continue the dialogue established between PUC Campinas, the IAB Campinas and the Universidade de Aveiro, in Portugal, since the year of 2014, when an agreement of cooperation between the two universities was signed. The 3ºFIPA will discuss four cultural heritage related themes:

- 1) Heritage Management;
- 2) Conservation and Restoration;
- 3) Heritage Education;
- 4) Heritage as Culture and Tourism.



PUC
CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

CAMPUS 1
Local do Fórum





SESSÕES

Tema 1

Gestão do patrimônio

Tema 2

Conservação e restauro

Tema 3

Educação patrimonial

Tema 4

**Patrimônio como
cultura e turismo**

TEMÁTICAS

O foco deste eixo temático é a discussão das políticas de preservação do patrimônio material e imaterial e sua relação com os processos de urbanização, valorização fundiária, requalificação urbana e com a legislação, tanto na escala urbana quanto na escala do território.

Visa discutir teorias, conceitos e paradigmas que fundamentam ações de conservação e restauro do patrimônio edificado, à análise de estudos de caso de intervenções em de restauro e conservação em edifícios e/ou conjuntos arquitetônicos.

Este eixo é dedicado à discussão de experiências voltadas a ações pedagógicas, junto a comunidades diversas, com objetivo de valorizar e conscientizar acerca do patrimônio cultural e do patrimônio construído. A Educação Patrimonial é aqui entendida como conjunto de ações capazes de promover, nos indivíduos e nas comunidades, noções de cidadania, de identidade, de pertencimento e de memória coletiva.

Almeja discutir experiências ligadas à gestão do patrimônio e sua relação com o desenvolvimento da cultura e do turismo. Busca discutir: as apropriações das paisagens culturais e do patrimônio material e imaterial; as formas como recursos turísticos, estratégias e tecnologias têm sido empregadas para valorizar o patrimônio, incentivando o turismo e a cultura.

SUMÁRIO

Mesas redondas e conferências

18 - Metodologias de intervenção no património edificado - Aníbal Guimarães da Costa

26 - Il ruolo della teoria nel progetto di restauro: ieri, oggi, domani - Andrea Pane

36 - Gestão do patrimônio em São Paulo: 40 anos do DPH - Nádia Somekh

46 - A gestão do patrimônio imaterial no material: o Jongo na Casa Grande - Me. Alessandra Ribeiro Martins, Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Junior

54 - O patrimônio cultural de cidades médias e pequenas - história, memória e políticas de preservação - Prof^a. Dr^a. Maria Cristina da Silva Schicchi

62 - A humanidade do património histórico – O caso da Rota do Românico no Norte de Portugal - Maria do Rosário Neves Pereira Correia Machado, Ricardo Augusto Teixeira Pinto de Magalhães

70 - Desafios de leitura e preservação do patrimônio rural de Campinas - Maria Rita Silveira de Paula Amoroso

78 - A zeladoria da Ponte Torta de Jundiaí: resgate, conservação e transposição - Antonio Luís Ramos Sarasá Martin, Flávia Sutelo da Rosa

84 - Digressões sobre a intervenção em patrimônio cultural no Brasil - Vladimir Benincasa

88 - A singularidade das paisagens industriais antigas e o processo de Reabilitação Integrada - Alice Tavares, Maria Rita Amoroso, Aníbal Costa

Sessões Temáticas

TEMA 1 – GESTÃO DO PATRIMÔNIO

104 - Instituto Pequi do Cerrado: teoria e aplicação do conceito de meio ambiente cultural em Minas Gerais - Ana Carolina Brugnera, Lucas Bernalli Fernandes Rocha

114 - O modelo bairro-jardim como patrimônio urbano: a experiência em Poços de Caldas - Anna Luiza Souza Nery Reis, Maria Cristina da Silva Schicchi

SUMÁRIO

- 122 - Entre a intenção e a prática em projetos de habitação de interesse social para áreas centrais. Particularidades do caso Pilar III em Salvador - Catharina Christina Teixeira
- 130 - Tombamento e formação do patrimônio cultural: o percurso a ser trilhado - Denise Puertas de Araújo
- 138 - Araraquara e o paradigma das cidades ferroviárias: uma proposta de preservação - Fernanda de Lima Lourencetti
- 144 - Edifício anexo ao casarão tombado do Museu da Imagem e do Som – Mis/BH - Igor Cavalcanti Brant
- 150 - Patrimônio ferroviário em cidades médias e pequenas: Valinhos, Vinhedo e Louveira - Luísa Trevisan Ribeiro, Prof^a. Dr^a. Maria Cristina da Silva Schicchi
- 158 - Dos décadas de planes y esfuerzos para la recuperación del centro antiguo de San Salvador: miradas desencontradas, ideas compartidas y desafíos de las intervenciones - Luz Amarily Araujo Espinoza
- 170 - Gestão do patrimônio no bairro Monte Alegre em Piracicaba - SP: diretrizes para o desenvolvimento turístico-cultural - Marcelo Cachioni, Maira C. Grigoletto, Juliana Binotti P. Scariato
- 184 - Traços de história urbana em letras caligráficas: uma escola de caligrafia em uma edificação neocolonial, reflexões sobre a transformação urbana da Água Branca - Milene Oliveira de Souza
- 188 - A inter-relação entre planejamento urbano e salvaguarda do patrimônio cultural: o caso da ponte metálica Euclides da Cunha - Natalia Capellari de Rezende
- 194 - Reutilização e preservação: uma apreciação acerca do conjunto ferroviário da antiga Companhia Mogiana de Estradas de Ferro em Campinas (SP) - Priscila Kamillynn Araujo dos Santos, Eduardo Romero de Oliveira
- 202 - Métodos de pesquisa sobre o patrimônio industrial urbano com foco na delimitação de diretrizes patrimoniais. O caso do conjunto ferroviário de Mairinque - Rafaela Rogato Rondon, Eduardo Romero de Oliveira
- 208 - Ferrovias e o processo de Identificação e Valorização do Patrimônio Industrial no Brasil. A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e as paisagens Industriais da região Oeste do Estado de São Paulo - Taís Schiavon, Prof^a. Dr^a. Ana Cardoso de Matos, Prof. Dr. Adalberto da Silva Retto Júnior
- 216 - Proposta de intervenção no Complexo Ferroviário de Campinas - Bárbara Bianco Pessoa, Bianca da Cunha Bandeira Rodrigues, Caique da Costa Siqueira, Marina Aparecida de Oliveira
- 226 - Restauro da arquitetura moderna: conceitos, abordagens e desafios: Cezar Chamusca Assmar Filho

SUMÁRIO

TEMA 2 - CONSERVAÇÃO E RESTAURO

- 234 - O Engenho da Toca em Ilhabela: um caso de investigação e memória - Bárbara Marie Van Sebroeck Lutiis Silveira Martins
- 242 - A Reconstrução da Identidade de um Lugar em área costeira. Casos de estudo de Portugal (Costa Nova) e Holanda (Zuiderzee) - Prof^ª. Dr^ª. Maria José Gomes Feitosa, Dr^ª. Alice Tavares, Prof. Dr Anibal Costa
- 252 - Paisagens Culturais: Gestão de fazendas históricas da região de Limeira-SP: Juliana Binotti P. Scariato
- 262 - O tombamento do centro histórico de Iporanga: reconhecimento e transformação na Praça Luiz Nestlehner: Elizeu Marcos Franco, Lara Melo Souza
- 270 - Estabilização estrutural de imóvel de terra crua no Centro Histórico de Cuiabá-MT-Brasil: Amélia Hirata, Maria Elisa Campos Pereira, Diane dos Santos Oliveira, Francisco de Assis Pereira de Araújo, Daniel Silva Campos
- 278 - O desenho da fachada da Catedral Nossa Senhora da Conceição de Campinas: Problemas de método: Ana Aparecida Villanueva Rodrigues
- 282 - A prevenção de danos como diretriz para preservação do patrimônio cultural: a experiência da Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz: Carla Maria Teixeira Coelho, Marcos José de Araújo Pinheiro
- 290 - Plano de Gestão da Conservação do Edifício Vilanova Artigas: Maria Lucia Bressan Pinheiro, Claudia T. de Andrade Oliveira, Beatriz Mugayar Kühl, Antonio Carlos Barossi, Norberto Corrêa da Silva Moura, Ana Paula Arato Gonçalves, Carmen Silvia Saraiva Masseo de Castro, Fábio Gallo Júnior, Renata Cima Campiotto, Rodrigo A. Campagner Vergili, Silvio Oksman, Letícia de Almeida Chaves
- 298 - Formação territorial, formação urbana e arquitetura da casa senhorial na Campinas do açúcar e do café: história social e cultura material: Prof^ª. Dr^ª. Ivone Salgado
- 306 - Respaldo teórico para intervenção em conjunto vernacular: o caso de Mostardas, RS: Julia Miranda Aloise
- 314 - Entre o rural e o urbano: casas senhoriais em Campinas no Século XIX: Prof^ª. Dr^ª. Renata Baesso Pereira
- 320 - SENAC São João da Boa Vista: a reconquista do saber fazer na restauração e reforma da antiga Câmara e Cadeia: Antonio Carlos Rodrigues Lorette
- 326 - Restauração, reuso e ampliação do abrigo D. Pedro II em Salvador, Bahia: Arq. Dr. Nivaldo Vieira de Andrade Junior, Arq. Alexandre Prisco Paraíso Barreto, Arq. MSc. Edson Fernandes D'Oliveira Santos Neto, Arq. MSc. Sérgio K. Ekerman, Arq. MSc. Sílvia Pimenta d'Affonsêca
- 342 - Conservação e a restauração das bicas públicas de Olinda: São Pedro, Quatro Cantos e Rosário. Sistema colonial de abastecimento d'água: Vania Avelar de Albuquerque
- 354 - A mais valia imobiliária negativa de áreas centrais: Demetre Anastassakis

SUMÁRIO

362 - Experiências de formação e educação para a conservação patrimonial: R. Vicente; J.A.R Mendes da Silva; T. Ferreira

TEMA 3 - EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

372 - A disciplina Projeto Patrimônio – a implicação entre a teoria e a prática: Ana Paula Farah, José Roberto Merlin, Pedro Paulo de Siqueira Mainieri, Roberto Silva Leme

380 - Relato de uma experiência: O Programa de Educação Patrimonial vinculado à obra de restauração da Cavalaria da Fiocruz em Mangueiras - Rio de Janeiro/Brasil: Maria Cristina Coelho Duarte, Maria Luisa Gambôa Carcereri

388 - Desenho, Acervo & Memória: entre linhas e manchas espaço para reflexão. Uma prática de educação patrimonial em Poços de Caldas: Dalmoni Lydijusse, Esther Cervini de Melo

396 - Projeto “Poços em Postais” - Um novo olhar sobre o Patrimônio Tombado Poços-Caldense: Arq^a. Luciana Valin Gonçalves Dias

402 - O potencial educador do patrimônio arquitetônico como revelador da história: José Roberto Merlin, Beatriz Barbutti Gonçalves

TEMA 4 - PATRIMÔNIO COMO CULTURA E TURISMO

412 - São José do Rio Pardo: desafios para o reconhecimento e preservação do patrimônio edificado: Rafael Augusto Silva Ferreira

418 - Turismo e Patrimônio Cultural. Relações e contradições na preservação de centros urbanos: Paula Marques Braga

424 - Do vernacular ao erudito: a (re)construção da Igreja Matriz de Nosso Senhor Bom Jesus da Cana Verde – Batatais (SP): Dirceu Piccinato Junior, Prof^a. Dr^a. Ivone Salgado

432 - Reflexões sobre patrimônio cultural e modernidade: Ricardo Ali Abdalla, Sandra Schmitt Soster

442 - EFPP, Turismo e uso cultural: um caminho para viabilizar o tombamento ou aceleração do desmonte?: Vanice Jeronymo

448 - FICHA TÉCNICA

449 – AGRADECIMENTOS

Mesas redondas e conferências

Metodologias de intervenção no património edificado

Aníbal Guimarães da Costa

Professor Catedrático | RISCO | Universidade de Aveiro

RESUMO

O principal objetivo desta comunicação é apresentar uma metodologia para a intervenção no património edificado, seguindo os princípios estabelecidos nas “Recomendações para a Análise, Conservação e Restauro Estrutural do Património Arquitectónico” (ICOMOS, 2002), procurando-se evidenciar o cuidado que é preciso ter na elaboração de um relatório de inspeção e diagnóstico onde se procura evidenciar a importância do relatório na elaboração dos projetos de arquitetura e de estruturas. Apresentam-se 3 casos de intervenções estruturais em edifícios tradicionais da Cidade do Porto em que se procura evidenciar a importância do conhecimento dos materiais e dos sistemas construtivos nessas intervenções procurando-se assim evidenciar o cuidado que se deve ter na obtenção da máxima informação sobre os mesmos e da importância que se dá ao conhecimento.

Palavras-chave: conhecimento, relatório de inspeção, reforço estrutural, adaptação em obra.

ABSTRACT

The main objective of this communication is to present a methodology for intervention on built heritage, following the principles set out in the “Recommendations for the Analysis, Conservation and Structural Restoration of Architectural Heritage” (ICOMOS, 2002), seeking to highlight the care that it takes. This includes preparing an inspection and diagnostic report which seeks to highlight the importance of the report in the preparation of architectural designs and structures. In this sense it is presented three cases of structural interventions in traditional buildings in the Porto (Portugal) in which seek to highlight the importance of knowledge of materials and construction systems. Such interventions make evident the care that must be taken to obtain the maximum information about them and the importance given to knowledge.

Keywords: knowledge, inspection report, structural reinforcement, adaptation in conservation.



Introdução

A metodologia que tem sido usada pelo autor em diversos trabalhos para a intervenção no património edificado, segue os princípios estabelecidos nas “Recomendações para a Análise, Conservação e Restauro Estrutural do Património Arquitectónico” (ICOMOS, 2002), nomeadamente tendo em conta que “a especificidade das estruturas do património, com a sua história complexa, requer a organização de estruturas e propostas em fases semelhantes às que são utilizadas em medicina. Anamnese, diagnóstico, terapia e controlo correspondem, respetivamente à análise da informação histórica, identificação das causas dos danos e degradações, seleção das ações de consolidação e controlo da eficácia das intervenções.

A compreensão completa do comportamento estrutural e das características dos materiais é necessária a qualquer projeto de conservação e restauro. É essencial recolher informação sobre a estrutura no seu estado original, sobre as técnicas e métodos utilizados na sua construção, sobre as alterações posteriores e os fenómenos que ocorreram e, finalmente, sobre o seu estado presente.

O diagnóstico é baseado em informações históricas e em abordagens qualitativas e quantitativas. A abordagem qualitativa é baseada na observação direta dos danos estruturais e degradações dos materiais, como também na investigação histórica e arqueológica, enquanto que a abordagem quantitativa requer ensaios das estruturas e dos materiais, monitorização e análise estrutural.

Antes de se tomar uma decisão sobre a intervenção estrutural, é indispensável determinar previamente as causas dos danos e degradações, e em seguida, avaliar o nível de segurança atual da estrutura.

A avaliação da segurança, constitui a etapa seguinte ao diagnóstico, é a fase em que a decisão sobre a possível intervenção é definida, sendo necessário conciliar a análise qualitativa com a análise quantitativa.

Toda a informação adquirida, o diagnóstico (incluindo a avaliação da segurança) em qualquer decisão sobre a

intervenção, deve ser discutida em detalhe no Relatório de Avaliação”.

Este relatório deve conter uma análise crítica e cuidada da segurança da estrutura, de forma a justificar as medidas de intervenção e facilitar o juízo sobre as decisões a tomar.

Essas medidas deverão ser dirigidas à raiz das causas que provocaram os danos e nenhuma ação deverá ser empreendida sem se demonstrar que é indispensável. Todo e qualquer projeto de intervenção deverá “ser baseado numa compreensão clara dos tipos de ações que foram a causa dos danos ou degradações e das ações que irão atuar no futuro” (ICOMOS, 2002).

Metodologia de intervenção

A metodologia de intervenção que tem sido usada procura respeitar os princípios referidos anteriormente, começando na generalidade dos casos por uma ou várias visitas à construção que, frequentemente, ultrapassam bastante o foro estritamente estrutural. De facto, a fim de respeitar a história que confere um carácter por vezes único à edificação em apreço, as inspeções devem ser acompanhadas de um levantamento histórico que permita datar a construção, analisar o seu percurso, as alterações e outras intervenções sofridas no tempo, de modo a melhor compreender o seu estado atual (GUEDES et al, 2002). Esse levantamento inclui visitas ao local, conversas com os proprietários e/ou pessoas ligadas à edificação, recolha de elementos históricos escritos ou fotográficos e consultas de especialistas (COSTA et al, 2002).

Naturalmente, dependendo do maior ou menor grau de atuação, quer de análise para avaliação de segurança, quer de efetiva intervenção de reabilitação e/ou reforço estrutural, assim a inspeção e diagnóstico deverão cobrir uma maior ou menor gama de aspetos. Independentemente de serem (ou não) todos considerados num dado caso específico apresentam-se os procedimentos a que têm sido adotados nos diversos trabalhos realizados ao longo dos últimos anos (ARÊDE e COSTA, 2002):

1. Recolha e análise histórica
2. Danos observados
3. Caracterização geométrica da construção existente
4. Caracterização mecânica
5. Identificação e estabelecimento de modelos estruturais adequados
6. Calibração do modelo numérico
7. Análise e interpretação dos resultados
8. Avaliação da Segurança
9. Técnicas de reforço a aplicar

Os aspetos mencionados, não sendo exaustivos da prática de inspeção e diagnóstico, configuram um conjunto de etapas importantes a ter em conta e que, em larga medida, constituem a metodologia adotada nos diversos casos práticos que têm vindo a ser tratados ao longo dos últimos anos. De realçar que um aspeto fundamental a ter em conta neste tipo de trabalhos é o que se refere à monitorização das construções, que deverá ser sempre implementado, se possível logo no início do estudo, para que os resultados dessa monitorização possam ajudar na decisão a tomar e possam no futuro aquilatar a qualidade da intervenção realizada.

A execução da obra deverá ser sempre realizada por pessoal qualificado. Este tipo de intervenção exige empresas vocacionadas para este tipo de trabalhos, que estejam habituados a usar tecnologias apropriadas e que possam interatuar com a equipa projetista, já que no decorrer da obra surgem normalmente situações que obrigam a medidas especiais ou a alterações importantes que devem ser explicadas e apreendidas de uma forma célere e eficiente pelas pessoas responsáveis pela obra.

Casos Práticos

A intervenção decorrente dos processos de reabilitação do património edificado tem esbarrado na dificuldade de caracterizar e identificar o património corrente. Referimo-nos ao edificado corrente com valores patrimoniais que tantas formas e designações tem tomado: património vernacular, património moderno, construções

urbanas correspondentes a um tipo e suas variantes (como as casas burguesas portuenses ou as construções pombalinas), património industrial, bairros operários, entre outros.

Este património não-classificado tem, no caso de intervenção, um enquadramento legal (e muitas vezes programático) praticamente idêntico a qualquer construção nova – situação absurda que deixa estas construções à mercê de critérios economicistas e exigências regulamentares desajustadas. São visíveis nas cidades as consequências negativas deste quadro contribuindo para a destruição irreversível da sua identidade.

Urge enquadrar devidamente a atuação sobre uma pré-existência onde reconhecemos valor(es), sob pena de os perdermos irremediavelmente. Importa por isso documentar práticas, valores e não-valores deste património, metodologias, conhecimento... projectos ou transformações que integram pré - existências.

Apresentamos três obras realizadas neste tipo de construção. Todos os edifícios não estão classificados, localizam-se no Porto, têm programas distintos e custos de construção muito controlados.

1- Casa Belos Ares

Esta casa burguesa portuense do tipo iluminista/liberal encontrava-se num estado de conservação razoável (COSTA, 2013). Foi possível recuperar e integrar inúmeros valores existentes (compartimentação, vãos, sistema construtivo, revestimentos, ...), corrigindo anomalias e más intervenções realizadas ao longo do tempo. A intervenção mais (ou menos) visível é a reposição do revestimento em ardósia no tardo.

2014-15

Arquitetura: Nuno Valentim, Maria Ana Sousa Coutinho

Especialidades: Aníbal Costa, Rossana Pereira, Alexandre Martins, Rui Miguel Portela, Luís Graça





Figura 1 – Vistas Gerais da Casa



Figura 6 – Projeto de arquitetura



Figura 2 – Recolha Histórica



Figura 7 – Início da Obra

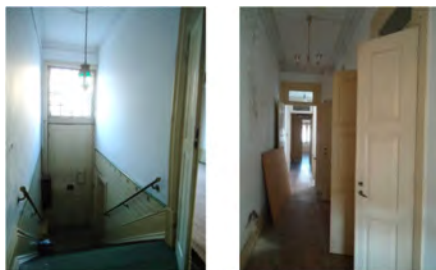


Figura 3 – Dados Observados



Figura 8 – Obra

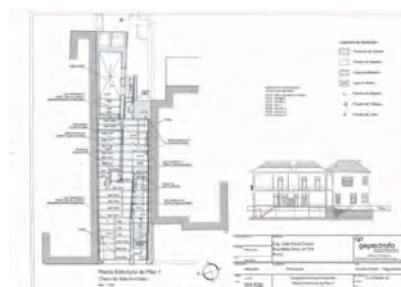


Figura 4 – Levantamento Estrutural



Figura 9 – Obra acabada



Figura 5 – Mapa de Anomalias



Figura 10 – Obra acabada

2- Casa Salabert

Trata-se da casa rural de apoio à quinta da família Andresen, hoje Jardim Botânico do Porto. Recentemente ocupada pela Universidade do Porto (UP), a construção foi sendo adulterada e ampliada ao longo dos tempos (COSTA, 2014). A proposta recupera a mancha de implantação documentada em 1925 e liberta os espaços interiores para salas de estudo que integram o E-learning Café do pólo do Campo Alegre da UP. Demolindo as construções anexas, recuperou-se ainda a sua relação com os espaços exteriores e integração no Jardim Botânico.

2013-15

Arquitetura: Nuno Valentim, Margarida Carvalho, Frederico Eça + Paulo Farinha Marques, Cristina Marques (Arq. Paisagista)

Especialidades: Aníbal Costa, Rossana Pereira, Vasco Freitas, Raúl Serafim, Maria da Luz Santiago, Raúl Bessa



Figura 11 – Casa Salabert

1925	Plano de implantação da casa Salabert em 1925. O plano mostra a localização da casa em relação ao jardim e ao edifício principal.	Plano de implantação da casa Salabert em 1925. O plano mostra a localização da casa em relação ao jardim e ao edifício principal.	Plano de implantação da casa Salabert em 1925. O plano mostra a localização da casa em relação ao jardim e ao edifício principal.
1925	Plano de implantação da casa Salabert em 1925. O plano mostra a localização da casa em relação ao jardim e ao edifício principal.	Plano de implantação da casa Salabert em 1925. O plano mostra a localização da casa em relação ao jardim e ao edifício principal.	Plano de implantação da casa Salabert em 1925. O plano mostra a localização da casa em relação ao jardim e ao edifício principal.
1925	Plano de implantação da casa Salabert em 1925. O plano mostra a localização da casa em relação ao jardim e ao edifício principal.	Plano de implantação da casa Salabert em 1925. O plano mostra a localização da casa em relação ao jardim e ao edifício principal.	Plano de implantação da casa Salabert em 1925. O plano mostra a localização da casa em relação ao jardim e ao edifício principal.
1925	Plano de implantação da casa Salabert em 1925. O plano mostra a localização da casa em relação ao jardim e ao edifício principal.	Plano de implantação da casa Salabert em 1925. O plano mostra a localização da casa em relação ao jardim e ao edifício principal.	Plano de implantação da casa Salabert em 1925. O plano mostra a localização da casa em relação ao jardim e ao edifício principal.

Figura 12 – Recolha histórica

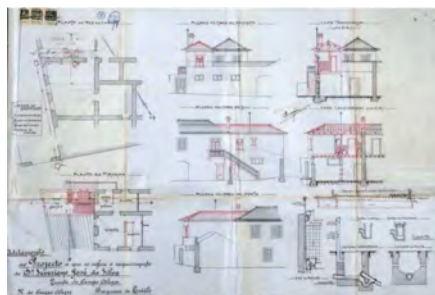


Figura 13 – Recolha histórica



Figura 14 – Vista Geral da Casa Salabert

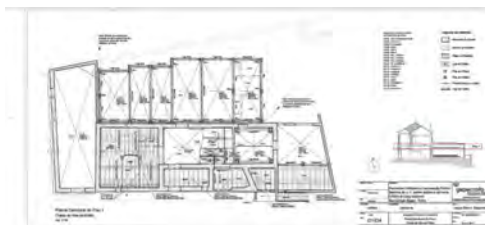


Figura 15 – Levantamento Estrutural

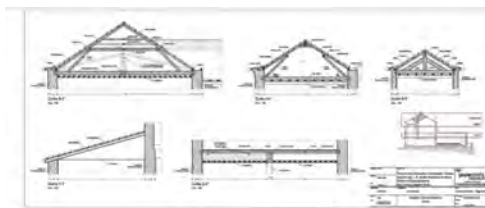


Figura 16 – Levantamento Estrutural





Figura 17 – Mapa de Anomalias



Figura 18 – Projeto de arquitetura



Figura 19 – Projeto de arquitetura



Figura 20 – Projeto de arquitetura

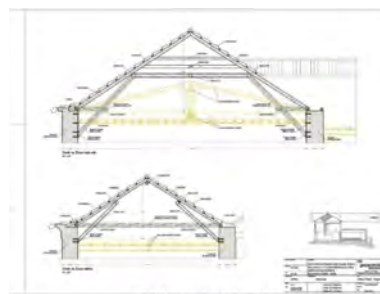


Figura 21 – Projeto de estruturas



Figura 22 – Obra



Figura 23 – Obra



Figura 24 – Obra



Figura 25 – Obra acabada



Figura 26 – Obra acabada



Figura 27 – Obra acabada



Figura 28 – Obra acabada

3- Casa Andresen

Sophia de Mello Breyner no seu conto SAGA, fala de Hans, um antigo marinheiro que depois virou comerciante e fez fortuna, comprando uma “casa enorme, desmedida, com altas janelas, largas portas e escadaria de granito abrindo em leque”. Numa das partes refere que “Tudo na casa era desmedidamente grande, desde os quartos de dormir onde as crianças andavam de bicicleta até ao enorme átrio para o qual davam todas as salas e no qual, como Hans dizia, se poderia armar o esqueleto da baleia, que há anos repousava, empacotado em numerosos volumes, nas caves da Faculdade de Ciências, por não haver lugar onde coubesse armado.”. O projeto englobou duas fases distintas, uma primeira realizada no âmbito de uma exposição dedicada a Darwin e foi realizada a partir de um Relatório de Inspeção e Diagnóstico (COSTA, 2010) e a segunda e última com a finalidade de remodelar e adaptar a Casa Andre-

sen a uma Galeria da Biodiversidade (COSTA, 2012).



Figura 29 – Casa Andresen



Figura 30 – Recolha Histórica



Figura 31 – Obras da 1ª Fase



Figura 32 – Obras da 1ª Fase



Figura 33 – Obras da 2ª Fase





Figura 34 – Obras da 2ª Fase



Figura 35 – Final da Obra - Colocação do esqueleto da baleia no átrio

Conclusão

Os principais procedimentos a adotar nas intervenções em construções existentes, foram apresentados e discutidos, com base em três casos práticos de intervenções em edifícios tradicionais da Cidade do Porto, procurando-se para cada um deles apresentar o Relatório de Inspecção e Diagnóstico elaborado para o efeito e em sequência os projetos e as obras realizadas e nos quais foram seguidos os princípios estabelecidos nas “Recomendações para a Análise, Conservação e Restauro Estrutural do Património Arquitectónico”.

Uma outra finalidade do trabalho é procurar contribuir para a discussão dos procedimentos usados de modo a ser possível, no futuro, que este tipo de intervenções sejam regulamentadas com base em normas e regulamentos que atendam às características das construções existentes e com isso se procure preservar a identidade cultural e histórica deste tipo de construções. O enquadramento legal (e muitas vezes programático) praticamente idêntico a qualquer construção nova – situação absurda que deixa estas construções à mercê de critérios economicistas e exigências regulamentares

desajustadas leva a que as intervenções neste tipo de construções originem a destruição irreversível da sua identidade.

Foram também apresentadas as soluções usadas onde se procurou evidenciar que na maior parte destas intervenções é possível utilizar os materiais e os sistemas construtivos existentes, tirando partido deles, efetuando-se ligeiros ajustes de modo a ser possível dar-lhes nova vida e novas funções.

Referências:

- Arêde, A.; Costa, A. – Inspecção e Diagnóstico Estrutural de Construções Históricas. Algumas contribuições da FEUP. Seminário sobre A Intervenção no Património. Práticas de Conservação e Reabilitação, FEUP-DGEMN, FEUP, Porto, 2002.
- Costa, A.; Paupério, E.; Cid, P. - Relatório de Inspecção. Muralhas de Barcelos. Departamento de Engenharia Civil. Secção de Estruturas. FEUP, Porto, Maio 2002.
- Costa, A. – Relatório de Inspecção e Diagnóstico da Casa Andresen – Jardim Botânico do Porto. Relatório da Gepectrofa, Lda, Março de 2010.
- Costa, A. – Relatório Prévio de Inspecção e Diagnóstico Estrutural da Casa Andresen. Relatório da Gepectrofa, Lda, Abril de 2012.
- Costa, A. – Moradia na Rua Belos Ares. Relatório de Inspecção e Diagnóstico. Relatório da Gepectrofa, Lda, Setembro de 2013.
- Costa, A. – Casa Salabert. Relatório de Inspecção e Diagnóstico. Relatório da Gepectrofa, Lda, Janeiro de 2014.
- Guedes, J.; Costa, A.; Arêde, A.; Paupério, E. – Reabilitação e Reforço de Estruturas Património Nacional. Experiência da FEUP. Seminário Euro-Mediterrânico, Forum UNESCO, Universidade Lusíada, Lisboa, Junho, 2002.
- ICOMOS – Recomendações para a Análise, Conservação e Restauro Estrutural do Património Arquitectónico, Lisboa, Junho, 2002.



Il ruolo della teoria nel progetto di restauro: ieri, oggi, domani

Andrea Pane

Università degli Studi di Napoli Federico II, Dipartimento di Architettura

Il restauro costituisce un ambito specifico del progetto di architettura nel quale lo scopo primario consiste nella trasmissione al futuro di testimonianze materiali alle quali si è preventivamente riconosciuto un valore o, meglio, un insieme complesso di valori. Pur nella diversità degli orientamenti teorici espressi nel corso degli ultimi decenni, questo concetto del riconoscimento, dal quale discende – come scriveva Brandi fin dal 1963 – «l'imperativo, categorico come l'imperativo morale, della conservazione», risulta oggi generalmente accettato e condiviso (BRANDI 1963:7; TORSELLO 2005). La necessità di un preventivo «riconoscimento» distingue dunque il restauro dalla mera riparazione, ovvero dalla «rimessa in efficienza di un prodotto dell'attività umana», rendendo il restauro innanzitutto atto di cultura prima che attività operativa (CARBONARA 1997:271-284) o, per dirla con Roberto Pane, attitudine filosofica prima ancora che tecnica (PANE 1987). In misura maggiore rispetto alla generica prassi architettonica e soprattutto edilizia – rivolta nella maggioranza dei casi a soddisfare bisogni pratici, ancorché di utilità

generale e sociale – il restauro si configura quindi, per i motivi appena esposti, come una disciplina che non può prescindere dalla teoria. Non si vuole qui certo negare la presenza della teoria nell'architettura: al contrario, com'è ben noto, quest'ultima manifesta sin dall'antichità una innata vocazione teoretica che giunge, in un processo non sempre lineare, fino ai nostri giorni, conducendoci da Vitruvio a Rem Koolhaas. Tuttavia il restauro, proprio per il suo precipuo carattere di atto di cultura, non strettamente indispensabile ai bisogni primari del genere umano, né contingente, richiede la presenza costante di un sistema teorico di riferimento, avente per oggetto non soltanto le modalità, ma soprattutto i fini dell'intervento, pena cadere nel relativismo più assoluto o, peggio, nell'arbitrio.

In altre parole, se nel panorama architettonico mondiale constatiamo la presenza di orientamenti diversissimi – se non antitetici – in materia di principi che sottendono la progettazione del nuovo, nel campo del patrimonio culturale un'analoga libertà di criteri corrisponderebbe ad ammettere la liceità tanto della con-



servazione più rigorosa quanto delle selezioni più arbitrarie o, peggio, del ripristino à l'identique, negando dunque i presupposti stessi della trasmissione al futuro del patrimonio. D'altronde la diffusione di documenti e carte del restauro internazionali tuttora vigenti, ma anche di manifesti e dichiarazioni d'intenti all'interno di organizzazioni non governative e società scientifiche come l'ICOMOS, la SPAB o il Do.Co.Mo.Mo, nonché di norme o principi-guida nell'ambito di quasi tutti gli enti ufficialmente preposti alla tutela nel mondo, dimostra che la necessità di alcuni principi generali, anche se non vere e proprie «teorie», è universalmente riconosciuta in materia di restauro. E' vero, com'è stato spesso osservato, che tali documenti rischiano di avere un carattere eccessivamente prescrittivo, che mal si adatta alla complessità e particolarità dei singoli casi (CARBONARA 1997:281), o addirittura tendente a un eccesso di moralismo precettistico (TORSELLO 1997:51), ma è altrettanto vero che la presenza di tali riferimenti di principio, più o meno codificati, ha garantito negli ultimi decenni l'elevarsi della prassi corrente del restauro in senso sempre più rigoroso, consapevole e culturalmente fondato rispetto a quanto accadeva in passato. E non è un caso che a contribuire alla definizione di «regole» per il restauro siano stati, nel passato anche recente, studiosi che avevano, oltre alla sensibilità artistica, particolare attitudine filosofica e persino giuridica.

Alla luce di quanto appena esposto, dunque, appare rilevante dedicare qualche riflessione al ruolo attuale della teoria nel progetto di restauro. Beninteso, il significato della parola «teoria» che qui si vuole trattare è molto diverso da quello di «teoria scientifica», verificata da prove sperimentali. Essa, nel campo del restauro, è da intendersi piuttosto come un «complesso di regole anche pratiche quando siano pensate come principi generali e si faccia astrazione da una quantità di condizioni che hanno tuttavia influenza necessaria sulla loro applicazione». Questa celebre definizione di Immanuel Kant, contenuta nel suo altrettanto celebre saggio intitolato *Über den Gemeinspruch: Das mag in der Theorie richtig sein, taugt aber nicht für die Praxis* (Sul

detto comune: «questo può essere giusto in teoria, ma non vale per la pratica») del 1793 può ben introdurre il nocciolo della questione che qui si vuole affrontare.

Ieri: l'affacciarsi di principi e teorie agli albori del restauro

L'attività di restauro, secondo diversi studiosi presente in varie forme fin dall'antichità, diviene realmente tale quando si distacca da una mera pratica di riparazione per assumere un più netto connotato culturale. Com'è a tutti noto, ciò avviene alla luce di un complesso intreccio di fenomeni propri del XVIII secolo: la rivoluzione industriale, le scoperte archeologiche, l'illuminismo, lo sviluppo dell'estetica e, non ultima, la dissoluzione dell'ancien régime compiuta con la Rivoluzione francese, cui conseguono l'abbandono, l'iconoclastia e il vandalismo perpetrati nei confronti del patrimonio architettonico e artistico (CHOAY 1992:73-92). A partire da questi fenomeni, il restauro, divenendo progressivamente atto critico e storicamente consapevole, è oggetto delle prime definizioni – come quella celebre di Quatremère de Quincy del 1832 – che contengono sempre un rimando a principi e criteri generali che devono guidare l'intervento, ma anche ad esempi rappresentativi delle teorie esposte. Proprio nel caso di Quatremère, com'è noto, l'exemplum princeps della teoria è costituito dal contemporaneo restauro dell'arco di Tito a Roma. Tuttavia non si tratta di un caso specifico assunto a teoria ma, al contrario, della corretta applicazione di una serie di principi di restauro già codificati pochi anni prima (1813) dall'ispettore francese Guy de Gisors, anticipatori in buona sostanza della più celebre definizione di Quatremère, come da tempo la storiografia ha dimostrato (JONSSON 1986; CASIELLO 1992). Pertanto l'arco di Tito, destinato a divenire un topos per la storia del restauro, costituisce forse il primo esempio della stretta interdipendenza tra teoria e progetto.

Ma tornando alle enunciazioni e ai principi generali, occorre ricordare che in una delle più celebri definizioni di restauro – quella esposta da Viollet-le-Duc nella



voce *Restauration* del suo *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XI^e au XVI^e siècle* (1866) – il grande restauratore francese, di fronte alla particolarità e specificità dei casi di cui egli stesso ha esperienza osserva che «les principes absolus en ces matières peuvent conduire à l'absurde». Tuttavia egli stesso definisce numerosi principi, se non veri e propri precetti, tra i quali quello che «chaque édifice ou chaque partie d'un édifice doivent être restaurés dans le style qui leur appartient», oppure che «dans les restaurations, il est une condition dominante qu'il faut toujours avoir présente à l'esprit. C'est de ne substituer à toute partie enlevée que des matériaux meilleurs et des moyens plus énergiques ou plus parfaits» (VIOLLET-LE-DUC 1866:14-34).

Nei decenni successivi la questione della teoria si pone in modo rilevante attraverso alcune figure di spicco, a partire da quella di Alois Riegl (1858-1905) che con il suo *Der moderne Denkmalkultus* (1903) – saggio che, com'è noto, doveva costituire la premessa di un disegno di legge per la tutela dei monumenti in Austria – pone la questione della tutela e del restauro al centro di una teoria assiologica e dunque «non dogmatica e relativista del monumento storico» (CHOAY 1992:127). Il sistema di valori teorizzato da Riegl dimostra l'impossibilità di definire un cammino univoco e astratto per il restauro ma, al contempo, individua le categorie concettuali all'interno delle quali la dialettica deve svilupparsi. Pertanto, proprio per il carattere antidogmatico e per il suo proiettarsi al futuro, il pensiero di Riegl può essere interpretato come una teoria per molti versi ancora attuale per il restauro, ancorché la sua riscoperta al di fuori dei paesi di lingua tedesca sia stata molto tardiva.

Agli inizi del Novecento, in Italia, dopo i sintetici principi codificati da Camillo Boito nel 1883, il panorama del restauro è dominato dalla figura di Gustavo Giovannoni (1873-1947), cui si deve il tentativo di sistematizzare la disciplina all'interno di categorie d'intervento fondate su una visione tardo-positivistica e ingegneresca della questione, ma comunque finalizzate a contenere le ambiguità e gli arbitri di un approccio

che in molti casi si rifaceva ancora alla prassi ottocentesca. I suoi diversi «tipi» di restauro, accennati nel 1903 e codificati in cinque categorie al Convegno degli Ispettori Onorari del 1912, costituiscono a lungo un riferimento che orienta la pratica restaurativa in Italia, influenzando anche la redazione della Carta di Atene nel 1931 e della successiva Carta italiana del restauro del 1932. Non si tratta, a stretto rigore, di una vera e propria teoria, ma lo stesso Giovannoni, parlandone già nel 1912, non esita a denominarla «terza teoria media tra la due tendenze» rappresentate dalle posizioni estreme di Viollet-le-Duc e Ruskin e riconducendone la paternità allo stesso Boito (GIOVANNONI 1913:11). Questo primo complesso di principi subisce un'ulteriore sterzata in senso prescrittivo con il tentativo, solo parzialmente attuato, di redigere un Carta del restauro avente valore di legge, portato avanti dal ministro Giuseppe Bottai a partire dal 1938 e sostenuto con particolare vigore da Giulio Carlo Argan. Convinto della necessità di considerare il restauro «come attività rigorosamente scientifica e precisamente come indagine filologica diretta a ritrovare e rimettere in evidenza il testo originale dell'opera, eliminando alterazioni e sovrapposizioni di ogni genere fino a consentire di quel testo originale una lettura chiara e storicamente esatta» e pertanto come opera di «tecnici specializzati, continuamente guidati e controllati da studiosi», Argan promuove la definizione di regole più rigide per i restauri, volte soprattutto a bandire la pratica del ripristino (ARGAN 1938:133). L'idea, perfettamente in linea con la visione dello stato «etico» propria del regime fascista – con i suoi pregi ma anche i suoi numerosi limiti – viene affidata a una commissione nominata nel luglio 1938 che, con varie vicissitudini, produce un documento finale dovuto, secondo diversi studiosi, principalmente alla penna di Argan, la cui approvazione si arena per l'evolversi della situazione politica e militare dell'Italia, finendo per passare in secondo piano nell'urgenza del clima del dopoguerra (BELLINI 1993-94; NICOLOSO 1994).

All'indomani della guerra l'entità delle distruzioni costringe ad accantonare ogni proposito normativo e apre



la strada a una riflessione nuova nei confronti del restauro, riconducendolo – ancor più che negli anni immediatamente precedenti – nell'alveo della critica d'arte e d'architettura. In tal senso il restauro perde alcuni connotati prescrittivi propri degli anni Trenta, ma acquista una più chiara dimensione di atto culturale, strettamente legato alla critica e all'estetica, proponendosi in parte come atto creativo, pur vincolato da ragioni pratiche e sorretto piuttosto dal «gusto» che dalla «fantasia». Tali riflessioni sono sviluppate da Roberto Pane a partire dal 1944 e da lui stesso corrette in senso più conservativo nel 1949 (PANE 1944; PANE 1949). Al contempo, emerge un nuovo empirismo propugnato da Ambrogio Annoni, docente al Politecnico di Milano, che sembra invocare ancora una volta l'impossibilità di definire principi generali in materia a favore di un non-metodo che contempla esclusivamente la specificità dei singoli casi (ANNONI 1946).

Le contingenze della ricostruzione e le difficoltà di controllo dei numerosissimi casi di restauri architettonici e urbani, sfociati spesso in estesi ripristini, attenuano fino ad annullare le intenzioni teoriche, in un campo segnato ancora da un clima emergenziale almeno fino alla metà degli anni Cinquanta. Negli stessi anni, tuttavia, nel campo specifico del restauro artistico, Cesare Brandi avvia le proprie riflessioni che lo condurranno alla stampa della sua Teoria del restauro nel 1963, tuttora unico testo (o quasi) a vocazione eminentemente teorica, salvo alcuni casi più recenti di cui si dirà più avanti. Il volume di Brandi è preceduto da diversi articoli, frutto delle sue lezioni, che l'autore pubblica nei primi anni Cinquanta, tra cui il più importante, per il nostro discorso, è certamente Il fondamento teorico del restauro (1950), benché – com'è stato dimostrato – la costruzione teorica di Brandi proceda da un nucleo iniziale «nutrito da innesti progressivi, da ridefinizioni continue, a ogni passaggio più ampie e specifiche» (CATALANO 2004:120). Pertanto, se è giusto dire che molte delle sue intuizioni si sviluppano e si diffondono già prima della pubblicazione della sua Teoria, è soltanto con la formulazione definitiva di quest'ultima, nel 1963, che il suo pensiero sul restauro assume lo sta-

tuto teorico attraverso il quale è tuttora universalmente conosciuto. Nello stesso tempo, l'esito delle sue prime riflessioni influenza alcuni importanti restauri: come quello della celebre villa del Casale a Piazza Armerina, condotto da Franco Minissi sotto la supervisione dello stesso Brandi a partire dal 1955.

Quest'ultimo caso costituisce un eloquente esempio per illustrare il ruolo della teoria nel progetto di restauro. Nell'intervento di protezione degli straordinari mosaici della villa, affidato a Minissi, il supporto teorico di Brandi appare infatti determinante. Lo studioso senese affronta il tema nel suo articolo intitolato Archeologia siciliana, pubblicato nel 1956, dove pone innanzitutto la questione della copertura della villa sotto il profilo teorico, marcando le differenze con i più celebri casi di Pompei ed Ercolano per l'esiguità dei resti murari nel caso siciliano, che impedisce ogni ipotesi di ricostruzione muraria degli ambienti. Quest'ultima infatti, data la sua totale arbitrarietà in ragione delle incertezze sulla configurazione degli ambienti originari, «sarebbe non un restauro ma un inqualificabile sconcio» (BRANDI 1956:155). Per Brandi, dunque, atteso l'obbligo di proteggere i mosaici dagli agenti atmosferici per garantirne la conservazione – e considerata l'opportunità di lasciare gli stessi in sito per la loro vastità nonché per il rapporto col paesaggio – l'unica soluzione possibile è proprio quella di progettare coperture leggere e trasparenti per ciascun ambiente, che lascino filtrare la luce e al contempo fruire dei mosaici attraverso passerelle aeree. Scartando, per fondate ragioni di tipo ambientale e paesaggistico, l'ipotesi di una grande copertura unica in cemento armato (che finirebbe per porsi come «una specie di caricatura della volta celeste», scrive Brandi, dove il rudere «sembrerebbe per così dire “sfollato” in un hangar»), la soluzione che successivamente Minissi definirà nei dettagli è dunque innanzitutto elaborata in sede teorica, in stretta relazione con le riflessioni che nello stesso tempo lo studioso stava svolgendo in vista della sua Teoria. Purtroppo, in tempi molto recenti, questo virtuoso rapporto tra teoria e progetto è stato sconvolto da un intervento che, ironia della sorte, ha messo in pratica l'«inqualificabile sconcio» che già



Brandi paventava a suo tempo (DEZZI BARDESCHI 2010; TOMASELLI 2010). E' stato infatti completamente demolito il sistema di coperture di Minissi degli anni Cinquanta – con il pretesto dei problemi microclimatici, senza tuttavia studiarne un possibile correttivo – e sostituito con un'arbitraria ricostruzione per masse murarie che, oltre ad insistere direttamente sui ruderi e a ridurre la percezione dei mosaici ad una semi-oscurità, ha profondamente alterato il rapporto tra il rudere e il paesaggio, sulla tutela del quale Brandi aveva giustamente insistito, negando in definitiva ogni relazione tra teoria e progetto.

Ma, ritornando al nostro breve excursus sull'evoluzione della teoria del restauro, non si può dimenticare che un anno dopo la pubblicazione del volume di Brandi, nel maggio 1964, si riunisce a Venezia il II Congresso internazionale degli architetti e tecnici dei monumenti. In tale occasione viene redatta la Carta di Venezia, documento tuttora vigente ed esito finale di un lungo processo avviato circa vent'anni prima (PANE 2014), che sancisce a livello internazionale alcuni principi fondamentali in materia di restauro, sottolineando la necessità che ogni intervento sia fondato sul rispetto «de la substance ancienne et de documents authentiques». Com'è stato più volte osservato, la Carta segna il passaggio verso una teoria del restauro più conservativa e rigorosa, ponendosi come punto di svolta rispetto alle emergenze della ricostruzione post-bellica in Europa.

Oggi: origini e sviluppo degli attuali orientamenti teorici

Gli anni compresi tra la fine del decennio 1960 ed i primi del 1970 vedono dunque consolidarsi da un lato la teoria brandiana, dall'altro una specifica definizione di principi più conservativi nel campo del restauro architettonico. Tuttavia la prassi resta spesso ancora incerta, tanto che nel 1971 un famoso articolo di Mina Gregori su «Paragone» denuncia l'arbitrarietà e la soggettività di molti restauri, che, privi di ogni scientificità, non tengono in dovuto conto l'aspetto materiale e documentario del patrimonio architettonico. Nel contempo – mentre nel 1972 viene approvata in Italia

una nuova Carta del restauro nell'ambito del Ministero della Pubblica Istruzione, ispirata e in parte redatta dallo stesso Brandi con espliciti intenti prescrittivi – si diffonde una maggiore sensibilità per gli aspetti fisico-chimici della conservazione, frutto di proficui scambi con il mondo dell'archeologia e dei beni artistici mobili, nonché un più generale interesse per la cultura materiale. Questi fermenti sono raccolti e sviluppati, già al principio degli anni Settanta, da Marco Dezzi Bardeschi, che inaugura un approccio rigorosamente conservativo nel restauro architettonico, nel quale si persegue la massimizzazione della permanenza della testimonianza storica consentendo, al contempo, l'inserimento di nuovi apporti progettuali, ai fini del reinserimento del bene nella società attraverso nuove destinazioni d'uso compatibili. Convinto dell'impossibilità di definire una teoria in materia di restauro, tanto da precisarlo persino nel sottotitolo di uno dei suoi testi più celebri (DEZZI BARDESCHI 1991), Dezzi Bardeschi affida a numerosi e puntuali contributi la diffusione delle sue idee, che nel giro di pochi anni consolidano una fiorente scuola, che dal Politecnico di Milano si diffonde in gran parte del territorio italiano. Pur negando ogni sistema teorico di riferimento («è [...] auspicabile diffidare di una qualunque incastellatura teoretica che aspiri alla sistematicità filosofica se poi crolla come un effimero castello di carte alla prima verifica di cantiere»), anche l'approccio di Dezzi Bardeschi s'ispira a un chiaro principio generale, quello della conservazione, coerentemente posto in atto nei numerosi interventi da lui stesso progettati e diretti, tra cui spicca certamente quello compiuto al Palazzo della Ragione di Milano a partire dal 1978, dove l'attenzione all'autenticità materiale di tutte le stratificazioni – persino gli intonaci ammalorati, che vengono semplicemente consolidati e conservati senza risarcire le lacune – è elevatissima. Contemporaneamente, alla metà degli anni Settanta, gli esiti del restauro critico vengono ulteriormente sviluppati da Giovanni Carbonara, che con il volume *La reintegrazione dell'immagine* (1976) aggiorna e integra la teoria brandiana in chiave architettonica – anche sulla scorta del pensiero di Paul Philippot – nell'ottica



di un'ipotesi critica finalizzata ad un'interpretazione dell'opera che ne faciliti la lettura (obiettivo sancito anche dalla carta del restauro del 1972), pur garantendo distinguibilità e reversibilità di ogni apporto contemporaneo finalizzato alla reintegrazione. Tra i numerosissimi esempi di questo approccio, uno dei più celebri e più volte citato dallo stesso Carbonara è costituito dalla integrazione lignea al cavallo della statua romana di Domiziano-Nerva al museo archeologico di Baia (Napoli), realizzato da Paolo Martellotti nel 1987, che si propone in maniera del tutto analoga all'interpolazione di un brano frammentario di un testo antico. L'obiettivo, decisamente raggiunto, è ricondurre il fruitore all'integrità originaria, ovvero a quella «unità potenziale dell'opera d'arte», per dirla con Brandi, o meglio alla «reintegrazione dell'immagine», per usare le parole di Carbonara, ricorrendo a tecniche anche contemporanee purché reversibili.

In sostanza, tra la fine degli anni Settanta e il principio degli anni Ottanta, si delineano già in Italia due orientamenti ben distinti, quello del restauro critico e delle pure conservazione, intorno ai quali si sviluppano i primi confronti e le prime contrapposizioni (BONELLI 1986). Allo stesso tempo, già sul finire degli anni Settanta, nel contesto generale della già citata sensibilità per gli aspetti materiali dell'architettura, si diffonde anche in ambito romano un rinnovato interesse per la conoscenza diretta, non mediata dalle lenti deformanti dell'architettura moderna, delle tecniche costruttive e dei materiali antichi, grazie all'opera di Paolo Marconi. Ponendo l'accento sulla manutenzione, Marconi invoca per il restauratore la necessità di riappropriarsi del cantiere pre-moderno, salvaguardando le conoscenze dell'arte del costruire in via di dissoluzione. Se le premesse sembrano comuni con l'orientamento conservativo di stampo milanese, gli esiti tuttavia si rivelano opposti: all'intento di massimizzare la permanenza delle tracce del passato, a qualunque tempo appartenano e senza pregiudizio per il loro "valore" (vedi la rigorosa conservazione degli intonaci), sostenuto da Dezzi Bardeschi, si oppone, nell'approccio di Marconi, l'invito a riprodurre materiali e tecniche costruttive

antichi una volta conosciuti e padroneggiati, allo scopo di ripristinare le parti degradate e sostituire persino le superfici di rivestimento (intonaci) delle fabbriche, condannate a meri «strati di sacrificio». Anche in questo caso gli esempi sono numerosi e mostrano, in linea generale, la stretta coerenza tra principi teorici e operatività portati avanti da Paolo Marconi. Forse uno degli interventi più chiari è costituito dal Broletto di Brescia (1986-2003), che può essere posto a confronto con il già citato esempio del Palazzo della Ragione di Milano. All'opposto di quanto praticato da Dezzi Bardeschi a Milano, Marconi ricostruisce infatti "com'era e dov'era" un'ala del fabbricato demolita (MARCONI 2012:170-175). Entrambi i palazzi pubblici, pertanto, sia quello di Milano che quello di Brescia, si pongono come coerenti manifesti delle opposte teorie professate dai due rispettivi autori. Altri cantieri confermano, anche in anni più recenti, i principi teorici di Marconi: tra i più complessi spiccano la Venaria Reale a Torino (1997-2007) e la Basilica Palladiana a Vicenza (2003-2005). In quest'ultimo caso l'intervento ha comportato l'imponente sostituzione della struttura di copertura in cemento armato realizzata nel dopoguerra, per ritornare alle tecniche tradizionali. Si potrebbero infine citare innumerevoli casi diretti dagli epigoni di Marconi o seguiti da quest'ultimo in veste di consulente, come il caso della cupola della cattedrale di Noto, crollata nel 1996 e ricostruita à l'identique con tecniche tradizionali nel 2007.

Domani: il futuro della teoria nel progetto di restauro. Il quadro appena descritto mostra dunque come, tra gli anni Ottanta e Novanta del secolo scorso, in Italia il confronto sul piano teorico sia stato molto acceso, producendo, sempre più distintamente, il delinearsi di tre orientamenti più netti: la manutenzione-ripristino, la pura conservazione e il restauro critico, quest'ultimo virato in tempi più recenti verso intenti più conservativi (CARBONARA 1990; CARBONARA 2000). In tale contesto la teoria brandiana è stata oggetto di ripetuti attacchi da ambo le parti: considerata troppo vincolistica nei confronti del rispetto della materia secondo



i fautori della manutenzione-ripristino (fieri oppositori in particolare della Carta del restauro del 1972) e, viceversa, eccessivamente incline a concedere spazio all'istanza estetica a svantaggio di quella storica secondo i sostenitori della pura conservazione. Viceversa, la validità generale del testo di Brandi – ormai giunto ad oltre cinquant'anni di età – è stata più volte ribadita nell'ambito dell'orientamento critico-conservativo e in particolare da Carbonara.

A partire dagli inizi del nuovo millennio i tre orientamenti citati sono apparsi progressivamente più sfumati (VARAGNOLI 2010:403), giungendo anche a reciproche contaminazioni, come dimostra il cantiere del Tempio-Duomo di Pozzuoli (2004-2014), diretto da Dezzi Bardeschi, nel quale numerose istanze di reintegrazione vengono messe in pratica con procedimenti non troppo dissimili da quelli predicati dal restauro critico-conservativo. Analogamente, alcuni più recenti interventi di Marconi sembrano restituire legittimità all'inserito non mimetico di architettura contemporanea, come nel caso della nuova scala di sicurezza del teatro Carignano a Torino (2005-2006). In sostanza, come ha osservato Carbonara, sembrano affermarsi sempre più alcuni principi generalmente condivisi, come quelli del minimo intervento, distinguibilità, compatibilità, reversibilità, rispetto dell'autenticità, ancorché l'orientamento della manutenzione-ripristino si differenzi più nettamente in rapporto alle questioni di autenticità materiale e di distinguibilità.

Le sfide attuali del restauro si pongono dunque non tanto sul piano di una dialettica interna, in gran parte superata rispetto ai decenni passati, quanto sulla difesa del proprio campo disciplinare, in rapporto a frequenti e ripetuti sconfinamenti di altri settori, in primis quello della progettazione architettonica, che predica la supremazia del progetto di architettura contro ogni principio metodologico nel campo del restauro. In tal senso, un recente editoriale pubblicato in Italia col polemico titolo Restauro: una questione da affrontare, è giunto persino a chiedersi: «Ha senso, ora e qui, l'esistenza di un ambito disciplinare, e di una corrispondente pratica professionale, che separano artificialmente il progetto

di restauro di un edificio dal progetto di un edificio?».

Sembra di tornare indietro di un paio di secoli. A livello internazionale, invece, un libretto pubblicato in Spagna con l'ambizioso titolo *Teoría contemporánea de la Restauración* e ormai tradotto anche in lingua inglese, sembra voler riportare al grado zero le riflessioni del Novecento, insistendo sulla necessità di abbandonare il rispetto per l'autenticità materiale del patrimonio, per guardare con più attenzione al sistema di valori simbolici condiviso con le aspettative del grande pubblico. Professando un pericoloso relativismo culturale, l'autore predica infatti una «rivoluzione del senso comune», invitando a un restauro che incontri il gusto dominante del tempo presente (MUÑOZ VIÑAS 2003).

Come si vede, dunque, le questioni teoriche nel campo del restauro sono tutt'alto che sopite e necessitano continuamente di nuova linfa vitale per essere affrontate. Nel mutevole quadro della società contemporanea i principi consolidati possono essere certamente messi in discussione, ma ciò deve avvenire sul piano innanzitutto dialettico, rifuggendo da ogni empirismo semplificatore, che non produrrebbe altro che l'arretramento del dibattito con il conseguente annullamento degli importanti traguardi metodologici raggiunti negli ultimi decenni, cui si deve anche un generale innalzamento della qualità dei restauri nel mondo, pur con le marcate differenze che segnano i doversi contesti geografici e culturali.

E' pertanto fondamentale che le riflessioni sulla teoria continuino ad animare il dibattito sul restauro e, nel contempo, che ogni allievo architetto sia fornito di un solido bagaglio culturale in tal senso. Un corretto insegnamento del restauro deve necessariamente partire dai suoi presupposti teorici ed è certamente un bene che in quasi tutte le università italiane siano istituiti corsi propedeutici di Teoria e storia del restauro prima di ogni insegnamento operativo della disciplina. Analoghi criteri andrebbero seguiti anche altrove.

Un progetto di restauro privo del necessario supporto teorico mostra inevitabilmente i propri limiti e spesso vere e proprie contraddizioni. Ma, soprattutto, non



ponendo tra i suoi obiettivi primari la trasmissione al futuro delle testimonianze consegnate dalla storia, finisce per produrre irreversibili danni sul patrimonio, fondando le proprie scelte esclusivamente sulla base di una visione selettiva e arbitraria, frutto della poetica del singolo progettista. E' il caso, per fare un ultimo esempio, del progetto per il Caixa Forum di Madrid, realizzato dalle archistar svizzere Herzog&De Meuron (2008), dove un edificio preesistente destinato a centrale elettrica – giudicato sommariamente dai progettisti come «unspectacular» – viene alterato tagliandone il basamento per prolungare la piazza antistante e sormontandone la copertura con uno sproporzionato nuovo volume, rivestito nell'immane acciaio Cor-Ten. Il risultato è il totale straniamento della preesistenza, ridotta a simulacro di sé stessa e a mero pretesto per una nuova architettura. All'opposto, tuttavia, si può positivamente citare il progetto di un'altra archistar internazionale, David Chipperfield, che nello straordinario intervento di conservazione e ricostruzione del Neues Museum a Berlino, inaugurato nel 2009, ha invece assunto i vincoli imposti dai principi del restauro, e in particolare dalla Carta di Venezia, come un dato immutabile e allo stesso tempo come stimolo per la creazione di un'opera che rappresenta, senza dubbio ad alto livello, il virtuoso connubio tra teoria e prassi nel progetto di restauro.

Con moderato ottimismo, possiamo dunque concludere che non si dà un corretto progetto di restauro senza una costante tensione teoretica, vissuta con continuità a partire dalle prime fasi di «riconoscimento» del bene fino alla conclusione dell'intervento. Questa tensione teoretica deve guidare costantemente il progetto, allo scopo di ancorare ogni intervento sull'esistente a solide basi di riferimento e sottrarlo dall'arbitrio. La condizione di irriproducibilità del patrimonio e la sua natura universale richiedono, infatti, scelte consapevoli che solo una fondata riflessione teorica può guidare, pur nella consapevolezza dell'impossibilità di definire leggi assolute in questa specifica e complessa materia.

¹ Nel volume curato da Torsello sono esposte nove diverse definizioni di restauro, elaborate da altrettanti studiosi rappresentativi dei diversi orientamenti teorici sviluppatasi in Italia negli ultimi decenni. Pur tra le notevoli differenze che intercorrono tra i diversi autori, il concetto del preventivo riconoscimento attraverso tutte le definizioni, in alcuni casi esplicitamente (A. Bellini, S. Casiello, P. Fancelli, P. Marconi), in altri in modo latente, ma implicito (TORSELLO 2005).

² «Oggi, l'incremento della bruttezza ambientale ci viene imposto come una specie di dovere sociale; invece, in accordo con la moderna psicologia, noi dobbiamo rifiutare le determinazioni unilaterali, e riconoscere la realtà della nostra vita psichica, nel sincero ed inscindibile manifestarsi del comportamento razionale e di quello fantastico. Ricercando, dunque, quella superiore coerenza che accoglie le eccezioni profondamente motivate, noi affermeremo, nella nostra dialettica della conservazione, che, prima di essere una tecnica, il restauro deve essere una filosofia» (PANE 1987:15).

³ «Cosa scrivono gli architetti e perché scrivono? Cos'è una teoria o un trattato di architettura? Le risposte a queste domande sono tanto numerose e varie quanto i trattati stessi e potrebbero riempire da sole una biblioteca!» (THOENES 2003:8).

⁴ Basti ricordare che due dei principali teorici che saranno richiamati in questo scritto, Alois Riegl e Cesare Brandi, fossero in primis laureati in giurisprudenza, e che lo stesso Paul Philippot, autore di importanti riflessioni sul piano teorico, avesse seguito lo stesso percorso iniziale prima di divenire storico dell'arte.

⁵ Tra questi spicca Guglielmo De Angelis d'Ossat, che riteneva il restauro un'attività consustanziale alla stessa pratica architettonica come «architettura sulle preesistenze, diversamente valutate nel tempo» (DE ANGELIS D'OSSAT 1978:51-68). Sulle anticipazioni del restauro precedenti il XVIII secolo si veda anche CASIELLO 2008.

⁶ «Il restauro propriamente detto è, quindi, definito dalla nuova coscienza storica come atto distinto e storicamente autonomo dall'opera sulla quale interviene, atto non geneticamente creativo, ma critico (in altre parole, di riconoscimento e valutazione)» (CARBONARA 1997:73).

⁷ Sull'intenzionalità delle scelte effettuate da Raffaele Stern prima, e da Giuseppe Valadier poi, consistenti nel lasciare allo stato di abbozzo i nuovi capitelli e lisce le colonne, sono stati sollevati dubbi in MARCONI 1993:18-26, a partire dalle ragioni meramente «economiche» addotte dallo stesso Valadier nel 1822. Tuttavia, proprio alla luce delle ricerche di Marita Jonsson, non citate da



Marconi, sembra invece più che convincente ritenere l'operato di Stern e poi Valadier in stretta continuità con le istruzioni di Gisors del 1813.

⁸ Non è un caso che alcuni anni fa si sia tenuto un importante convegno internazionale dal titolo *La teoria del restauro nel Novecento da Riegl a Brandi* (Viterbo, 12-15 novembre 2003). In tale occasione un dettagliato saggio di Sandro Scarrocchia, autore della prima traduzione in italiano del testo di Riegl nel 1981, ripercorreva i tempi e i modi della lenta e difficile ricezione europea, e italiana in particolare, del pensiero del teorico austriaco. Per i relativi atti cfr. ANDALORO 2006.

⁹ La commissione viene nominata il 1° luglio 1938 in coincidenza con il Convegno dei Soprintendenti (4-6 luglio 1938), durante il quale la proposta di rinnovare la carta è sostenuta soprattutto da Carlo Calzecchi Onesti. La sua prima composizione vede la presenza di Giovannoni, Marino Lazzari, Roberto Longhi, Filadelfo La Ferla, Guglielmo De Angelis d'Ossat, cui si aggiungono Biagio Pace e Carlo Calzecchi nel novembre 1938 e, successivamente, Giulio Carlo Argan e Cesare Brandi il 26 gennaio 1940. Saranno proprio questi ultimi, e in particolare, Argan, a redigere la versione finale del documento, pubblicizzato nel 1942 ma poi destinato a rimanere nel cassetto.

¹⁰ BRANDI 1956:158.

¹¹ Cfr. GREGORI 1971. Per un'interpretazione più approfondita e personale di questo cruciale momento di passaggio degli inizi degli anni Settanta, si vedano le due opposte visioni di DEZZI BARDESCHI 1991:80, che riferisce dettagliatamente il contesto e i retroscena dell'articolo, e di MARCONI 1993:162-163, che ironizza causticamente obiettivi e modalità dell'articolo, pur dividendone alcune ragioni di fondo.

¹² E' significativo che nel preambolo della carta si sottolinei come la coscienza della tutela «porta necessariamente alla elaborazione di norme tecnico-giuridiche che sanciscano i limiti entro i quali va intesa la conservazione, sia come salvaguardia e prevenzione, sia come intervento di restauro propriamente detto» (Carta del Restauro 1972).

¹³ DEZZI BARDESCHI 1991:56.

¹⁴ Un bilancio a quarant'anni dalla pubblicazione del volume è nell'intervista di Stefano Gizzi a Giovanni Carbonara in «Confronti», n. 4-5, giugno-dicembre 2014, pp. 7-20.

¹⁵ Un interessante e stimolante confronto tra le posizioni di Dezzì Bardschi e Marconi è stato proposto dal primo nel suo Con-

servare, non manomettere l'esistente: l'insostenibile "sacrificio" di Paolo Marconi (1986), ripubblicato in DEZZI BARDESCHI 1991:95-113. Per il punto di vista del secondo si rimanda a MARCONI 1993.

¹⁶ Si veda in proposito, oltre al già citato CARBONARA 1997, in particolare le pp. 303-323, anche CARBONARA 2008:21-27.

¹⁷ C. Conforti, *Restauro: una questione da affrontare*, in «Rassegna di architettura e urbanistica», n. 145, gennaio-aprile 2015.

Riferimenti bibliografici:

ANDALORO, M. (Org.) 2006. *La teoria del restauro nel Novecento da Riegl a Brandi*, Atti del Convegno Internazionale (Viterbo, 12-15 novembre 2003), Nardini, Firenze.

ANNONI, A. 1946. *Scienza ed arte del restauro architettonico: idee ed esempi*, Framar, Milano.

ARGAN, G.C. 1938. *Restauro delle opere d'arte. Progettata istituzione di un Gabinetto Centrale del Restauro, relazione al Convegno dei Soprintendenti* (Roma, 4-6 luglio 1938), in «Le Arti», a. I, fasc. 2, dicembre-gennaio 1938-39, pp. 133-137.

BELLINI, A. 1993-94. *Alle origini del restauro critico*, in «TeMa», nn. 3 e 4, 1993, pp. 65-68 e 50-53; n. 1, 1994, pp. 60-64.

BONELLI, R. 1986. *Restauro dei monumenti: teorie per un secolo*, in F. Perego (org.), Anastilosi. L'antico, il restauro, la città, Laterza, Roma-Bari 1986, pp. 62-66.

BRANDI, C. 1956. *Archeologia siciliana*, in «Bollettino ICR», nn. 27-28, 1956, pp. 93-100; poi in C. Brandi, *Il restauro. Teoria e pratica*, M. Cordaro (org.), Editori Riuniti, Roma 1994, pp. 152-163.

BRANDI, C. 1963. *Teoria del restauro*, Roma: Edizioni di storia e letteratura; Einaudi, Torino 1972.

CARBONARA, G. 1976. *La reintegrazione dell'immagine: problemi di restauro dei monumenti*, Bulzoni, Roma.

CARBONARA, G. 1990. *Restauro fra conservazione e ripristino: note sui più attuali orientamenti di metodo*, in «Palladio», a. II, n. 6, 1990, pp. 43-76.



CARBONARA, G. 1997. Avvicinamento al restauro. Teoria, storia, monumenti, Liguori, Napoli.

CARBONARA, G. 2000. Gli orientamenti attuali del restauro architettonico, in S. Casiello (org.), *Restauro dalla teoria alla prassi*, Electa Napoli, Napoli.

CARBONARA, G. 2008. Il moderno restauro architettonico e il pensiero di Cesare Brandi, in *Omaggio a Cesare Brandi nell'anno del centenario della nascita, Atti delle giornate di studio* (Roma, 18-19 ottobre 2008), C. Bon Valsassina (org.), Edifir, Firenze.

CASIELLO, S. 1992. Problemi di conservazione e restauro nei primi decenni dell'Ottocento a Roma, in *Restauro tra metamorfosi e teorie*, S. Casiello (org.), Electa Napoli, Napoli, pp. 7-52.

CASIELLO, S. (Org.) 2008. Verso una storia del restauro. Dall'età classica al primo Ottocento, Alinea, Firenze.

CATALANO, M.I. 2004. Una definizione che viene da lontano. Avvio allo 'smontaggio' della Teoria del restauro di Cesare Brandi, in «*Bollettino ICR*», n.s., n. 8-9, gennaio-dicembre 2004, pp. 102-128.

CHOAY, F. 1992. *L'allégorie du patrimoine*, Seuil, Paris.

DE ANGELIS D'OSSAT, G. 1978. Restauro: architettura sulle preesistenze, diversamente valutate nel tempo, in «*Palladio*», vol. XXVII, n. 2, pp. 51-68.

DEZZI BARDESCHI, M. 1991. Restauro: punto e da capo. Frammenti per una (impossibile) teoria, V. Locatelli (org.), Franco Angeli, Milano.

DEZZI BARDESCHI, M. 2010. Cala la tela (e la vergogna) su Piazza Armerina: fermiamo lo scempio!, in «*Ananke*», n. 60, maggio 2010, pp. 61-62.

GIOVANNONI, G. 1913. Il restauro dei monumenti, in *La tutela delle opere d'arte in Italia, atti del I Convegno degli Ispettori Onorari dei Monumenti e Scavi* (Roma, 22-25 ottobre 1912), Roma 1913; poi, col titolo *Restauri di monumenti*, in «*Bollettino d'arte*», VII, n. 1-2, gennaio-febbraio 1913, pp. 1-42.

GREGORI, M. 1971. Per la tutela dei beni artistici e culturali, in «*Paragone*», XXII, 257, pp. 3-18.

JONSSON, M. 1986. La cura dei monumenti alle origini. Restauro e scavo di monumenti antichi a Roma 1800-1830, Skrifter

utgivna av Svenska institutet i Rom, Stockholm.

MARCONI, P. 1993. Il restauro e l'architetto. Teoria e pratica in due secoli di dibattito, Marsilio, Venezia.

MARCONI, P. 2012. Restauro dei monumenti. Cultura, progetti e cantieri 1967-2010, Gangemi, Roma.

MUÑOZ VIÑAS, S. 2003. *Teoría contemporánea de la Restauración*, Editorial Síntesis, Madrid.

NICOLOSO, P. 1994. La "Carta del restauro" di Giulio Carlo Argan, in «*Annali di architettura*», n. 6, 1994, pp. 101-115.

PANE, A. 2014. Las raíces de la Carta de Venecia, in «*Loggia*», n. 27, 2014, pp. 8-23.

PANE, R. 1944. Il restauro dei monumenti, in «*Aretusa*», I, n. 1, pp. 68-79.

PANE, R. 1949. Ancora a proposito del restauro come critica d'arte, in «*Lo spettatore italiano*», a. II, n. 10, ottobre, pp. 158-159.

PANE, R. 1987. Attualità e dialettica del restauro, antologia a cura di M. Civita, Solfanelli, Chieti.

THOENES, C. 2003. Introduzione, in *Teoria dell'architettura. 117 trattati dal Rinascimento a oggi*, Taschen, Köln.

TOMASELLI, F. 2010. Roberto Pane e Franco Minissi: accostamento del nuovo all'antico nell'ambito del restauro archeologico, in *Roberto Pane tra storia e restauro. Architettura, città, paesaggio*, S. Casiello, A. Pane, V. Russo (orgs.), Marsilio, Venezia.

TORSELLO, P. 1997. Restauro architettonico. Padri, teorie, immagini, Milano, Franco Angeli.

TORSELLO, P. (Org.) 2005. Che cos'è il restauro? Nove studiosi a confronto. Venezia: Marsilio.

VARAGNOLI, C. 2010. Il culto dei monumenti, in *XXI secolo. Appendice della Enciclopedia Italia di Scienze, Lettere ed Arti*, vol. IV, Gli spazi e le arti, Istituto della Enciclopedia Italiana, Roma, pp. 403-413.

VIOLLET-LE-DUC, E.E. 1866. *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIe au XVIe siècle*, vol. VIII, A. Morel, Paris.



Gestão do patrimônio em São Paulo: 40 anos do DPH

Nádia Somekh
CONPRESP e IAB/SP

INTRODUÇÃO

A Comemoração dos 80 anos da criação do departamento de Cultura da cidade de São Paulo e 40 anos do Departamento do Patrimônio Histórico incita uma revisão. Constatamos hoje a necessidade de formular uma Política de Preservação mais efetiva que avance em relação ao Inventário e ao tombamento prática recorrente de ação do DPH nestes 40 anos, mas que necessita de uma prática efetiva de salvaguarda do Patrimônio Histórico da cidade de São Paulo.

Pretendemos, através deste balanço, fazer uma reflexão sobre a evolução ou involução (?) dos instrumentos de proteção do Patrimônio Histórico em São Paulo, buscando sua reformulação através de uma política menos fragmentada do que as em curso. A partir da evolução do DPH, bem como dos instrumentos de preservação, procuramos detectar lacunas ou involuções a partir dos conceitos e da efetividade dos mesmos.

Hoje em São Paulo temos algo em torno de 3000 edifícios e 10 bairros tombados envolvendo mais de um milhão de munícipes. Várias são as pressões que recaem sobre o DPH, tanto por causar constrangimentos ao Capital imobiliário, quanto pelo suposto excesso de

tombamentos, além das inúmeras queixas quanto à sua inoperância burocrática. Além disso, a falta de instrumentos efetivos de captação de recursos impede a proteção e valorização de bens, que na sua maioria, são privados.

A partir de 2013 temos proposto um ponto de inflexão na trajetória do DPH, dando maior visibilidade ao Patrimônio da cidade, agilizando processos e buscando integração que envolva decisões do CONPRESP e da própria burocracia da prefeitura, buscando ainda alargar o conceito de Patrimônio, que se estreitou durante sua evolução, bem como formas mais efetivas de proteção.

Estruturamos este artigo em três partes: em primeiro lugar expomos o histórico das ações de preservação no município de São Paulo, a começar pelo órgão nacional de proteção do Patrimônio Histórico, criado na década de 30. Tratamos então, do órgão estadual criado no final dos anos 60, bem como dos antecedentes a criação do DPH em seguida descrevemos a evolução dos períodos de transformação do DPH nestes 40 anos de existência para apontarmos diretrizes de uma Política



mais efetiva para o Patrimônio cultural da cidade de São Paulo. Constatamos que a ação do DPH nestes 40 anos, apesar de importante, precisa avançar em relação ao instrumento do tombamento e buscar ações mais efetivas de salvaguarda.

ANTECEDENTES AO DPH 1935 – 1975

São Paulo inovou ao ter o Departamento de Cultura da cidade de São Paulo, criado e concebido em 1935 por Mário de Andrade, segundo Murilo Marx este se manteve vigoroso até a criação da Secretaria Municipal de Cultura em 1975, desmembrada da Secretaria de Educação e Cultura no governo do prefeito Olavo Setubal. Sob a direção de Sábato Magaldi, foram criados o DPH – Departamento do Patrimônio Histórico e IDART – Departamento de Informação e Criação Artística, desdobrados do antigo Departamento do Patrimônio Artístico Cultural. Concebidos complementarmente para inventariar e proteger bens culturais, definiram o ano de 1922 como divisão de trabalho.

No âmbito federal o SPHAN - Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, elaborado através da lei 378 de 1936 e regulamentado em 1937, passa a atuar em São Paulo tombando exemplares bandeiristas isolados, tratando-os como “monumentos” históricos. O primeiro bem tombado é a Capela de São Miguel, já em 1938. Em seguida são tombados o Sítio Morrinhos, Casa Grande de Tatuapé e Sítio Mirim (1948, 1951 e 1973, respectivamente), além do Mosteiro da Luz em 1943. Não havia pré definição de raio de área envoltória, mas sim um tratamento caso a caso da assim chamada área de vizinhança.

A criação do SPHAN foi possível, pois, no contexto brasileiro os anos 1930 representaram a constituição de uma burocracia racionalizadora da administração pública. A constituição de 1934 atribuiu pela primeira vez ao Estado a salvaguarda de objetos culturais, o que abriu caminho para o desenvolvimento de uma Política de Preservação (Freitas, 1995).

O tombamento e o poder de polícia eram os instrumentos do SPHAN. O órgão adquiriu, principalmente no

período autoritário, a atribuição de fiscalizar intervenções em Sítios Históricos. A cada bem tombado, caso a caso eram definidas áreas de vizinhança. Recursos públicos aplicados a fundo perdido financiavam as ações de Preservação que não estimulava, de maneira geral, a participação dos proprietários públicos ou institucionais. A centralização, o escasseamento dos recursos e a visão desenvolvimentista resultaram numa ação passiva do órgão.

O golpe militar de 64 renovou e modernizou os quadros burocráticos. No nível Estadual foram criados órgãos de Preservação. O CONDEPHAAT foi instituído pela constituição do Estado de São Paulo atribuindo-se a competência para o Conselho de proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico. Regulamentado pelo decreto estadual de 19/12/1969 o Patrimônio Cultural foi definido como o conjunto de bens existentes em seu território pelo seu valor arqueológico, etnológico, histórico, artístico e paisagístico.

Embora ampliando seu escopo discursivo a ação do CONDEPHAAT nas primeiras décadas de existência foi similar ao nível nacional: tombamento de “monumentos” bandeiristas, construídos em taipa de pilão e poucos recursos investidos de forma centralizada. Foi inovador, no entanto, na introdução de conjuntos urbanos: vilas operárias e a definição de áreas envoltórias com 300m em torno de cada monumento.

A possível inspiração para a criação das áreas envoltórias baseia-se nas áreas de proteção a monumentos da França com 500m. A partir daí formulou-se a ideia similar de uma área envolvendo o bem tombado para valorização, agora não só de monumentos, mas de conjuntos urbanos. O Município de São Paulo, a partir do DPH anos depois, do nosso ponto de vista, reproduziu este equívoco.

O novo órgão estadual estabeleceu uma ação complementar, e paralela ao órgão federal, salvaguardando os bens de interesse do Estado de São Paulo e tombando “ex-offício” os exemplares arquitetônicos inscritos no livro de Tombo Federal. Caberia então aos municípios o tombamento e proteção referente à memória e História da Cidade, fato que passa a ocorrer desde o ano de



1988, com o tombamento do Casarão à Rua Brigadeiro Luiz Antônio.

A Carta de Veneza, documento do ICOMOS, de maio de 1964 amplia a noção de monumento histórico, estendendo-a não só a grandes criações, mas também a “obras modestas que tenham adquirido significação cultural”. Segundo Kühl (2010) uma década depois o curso da FAU USP, em 1974 sobre restauração e conservação de monumentos arquitetônicos em parceria com IPHAN e Condephaat, possibilitou um debate consistente sobre o documento e pode ter referenciado a demanda municipal de proteção de conjuntos urbanos.

A proteção dos bens culturais a nível municipal demorou alguns anos, após a criação do Condephaat, para ser concretizada em 1974, e ocorreu por iniciativa da COGEP – Coordenadoria Geral de Planejamento da PMSP. Foi realizado um levantamento por Carlos Lemos e Benedito L. de Toledo, dos bens de significado cultural a serem protegidos. Note-se que a primeira ação de preservação do Patrimônio Cultural surge dentro do órgão de planejamento urbano e se transforma posteriormente nas zonas especiais Z8-200 através da lei 83.285 de 1975.

Em 1974, sob a coordenação da COGEP, coordenadoria Geral de Planejamento, vinculada ao gabinete do então prefeito Miguel Colassuono, João Evangelista Leão encomenda uma série de projetos voltados à Revitalização do Centro denominados “Projeto Centro: investigações preliminares”, onde habitação, transporte, áreas verdes e bens culturais foram tratados. Dentro desse quadro é feita uma encomenda aos arquitetos Benedito Lima de Toledo e Carlos Lemos, ambos professores do Departamento de História da FAU USP, de localizar conjuntos urbanos e organizar uma lista de edificações “dignas de tombamento”, segundo Carlos Lemos, pelo coordenador da COGEP-Coordenadoria Geral de Planejamento da prefeitura de SP, João Leão. É realizado então o primeiro inventário de bens culturais da cidade de São Paulo, que se transformou no documento COGEP-PR 025/75: “Edifícios de valor histórico e paisagístico”, posteriormente incluído no

quadro 8B da lei 83.285 de 2/12/1975 e na lei 8759 de 7 de setembro de 1978, que estabelece as zonas de uso Z8-200, e no Programa de preservação de bens culturais arquitetônicos da Área Central de São Paulo.

A listagem dos bens culturais é composta de dois tipos de classificação: uma voltada para edifícios isolados e, outra, de conjuntos urbanos denominados de “manchas” (COGEP, 1975). A indefinição inicial leva a articulação entre DPH/COGEP, para a regulamentação legal.

A indicação do banqueiro Olavo Setúbal, para suceder o referido Prefeito, levou a COGEP a incluir no Projeto Centro, um estudo sobre a recuperação do Edifício América, antigo Martinelli, de propriedade parcial do Banco Itaú América, fato se concretizou com a posterior desapropriação pública e reciclagem durante a gestão seguinte.

A identificação dos bens culturais foi o primeiro passo que seguido de estudos de articulação urbanística através do Plano de Reambientação de 1976 (documento COGEP mimeo) e do Estudo de implantação do Instrumento de transferência aplicado às áreas históricas do MSP, também do mesmo ano, realizados pelas equipes técnicas COGEP, EMURB e DPH/SMC, por solicitação do coordenador COGEP, da nova gestão, Cândido Malta Campos Filho, que buscava integrar as duas dimensões. Através da análise urbanística, buscava-se avançar não só em relação à identificação dos bens culturais inovando e definindo um plano de massas (COGEP, 1976) através de gabaritos nos imóveis lindeiros, níveis de proteção (P1, P2 e P3), como também na formulação do instrumentos de isenção tributária e de transferência do potencial construtivo (COGEP, 1977), que só seria regulamentado pela lei 9.725 de 1984, na gestão democrática do prefeito Mario Covas. A aplicação dessa lei foi inoperante, mas deu origem ao instrumento da transferência do potencial construtivo contido na legislação de 2004.

A Preservação do Patrimônio histórico Municipal surge no âmbito do Planejamento Urbano, com a posterior criação do DPH em 1975 e CONPRES em 1985 e efetivação em 1988 do tombamento Municipal o Patri-



mônio deixa de ser tratado urbanisticamente e volta a ser olhado de forma pontual. A carta de Veneza de 1975 preconizava integração urbana e uma visão ambiental dos conjuntos a serem preservados

O DPH E A SECRETARIA DE CULTURA: 1975 A 1985

O DPH é criado no governo do prefeito Olavo Setúbal, dentro na nova Secretaria Municipal de Cultura. Num Brasil autoritário da época a SMC constituiu um Oasis dirigido por Sábato Magaldi, onde artistas e pesquisadores progressistas poderiam desenvolver seus trabalhos. No DPH tendo Murilo Marx como Diretor a relação com a questão urbana ainda se manteve, o avanço era a proteção não mais de monumentos, mas de conjuntos urbanos, como preconizavam as cartas patrimoniais.

Originalmente a Secretaria Municipal de Cultura, criada em 1975, dispunha de dois departamentos que se incumbiriam da pesquisa em Arquitetura o DPH que cuidaria até 1922 e o IDART após esta data, considerando a data recorte da modernidade

No período assinalado a constituição do DPH e a criação do CONPRESP em 1985, regulamentado em 1988, representou uma fragmentação com a questão urbana, uma vez que se baseia unicamente no instituto do tombamento, importante, mas limitado em termos de proteção efetiva. É consenso entre especialistas que o tombamento é o primeiro passo para essa proteção e o que caracterizou a ação do DPH neste período, foi a identificação de bens a serem protegidos, abrindo processos de tombamento sem chegar a uma efetiva salvaguarda. As bem sucedidas Z8-200, ainda não se efetivaram, mais de 100 edifícios foram demolidos foram demolidos e da lista de 1500 imóveis 530, até hoje não estão tombados.

Sua proteção, no entanto ainda no final dos anos 70, foi estudada pela COGEP, posterior SEMPLA Secretaria Municipal de Planejamento, como vimos pela proposição de isenções tributárias e a transferência do potencial construtivo, inspirado no “Space a Drift” de 1968,

apresentado nos debates à Sempla no por um representante da cidade de Chicago, que se consubstanciou na lei 9725 de 1984, que transferia potencial construtivo de imóveis das Z8-200. A experiência de Chicago, foi inovadora na proteção de edifícios históricos sendo utilizada para imóveis numa mesma quadra.

O interesse na preservação de imóveis históricos e uma postura de “resistência” adveio do “trauma” da extinção de muitos dos casarões da Avenida Paulista (números 283, 498, 510, 522, 867 e 1125) depois do anúncio do estudo de tombamento pelo CONDEPHAAT em 1982, de 13 mil imóveis no Estado e 3250 na cidade de São Paulo (Freitas, 95).

Os proprietários, antecipando-se às notificações de abertura de processo de tombamento, derrubaram na calada da noite parte do patrimônio relevante de SP, provocando uma reação da imprensa e da população. Em plena transição democrática atos de protestos foram realizados, que resultaram numa proposta de lei da Secretaria do Estado à Câmara Municipal, ainda em 1982, porem arquivados logo em seguida.

Na busca de obtenção de recursos privados para a recuperação de bens culturais, em 1984 o prefeito Mario Covas e seu secretário Jorge Wilhelm encaminham a Câmara um projeto de lei, com base no anterior, proposto por Modesto Carvalhosa e Benedito Lima de Toledo. Em essência a lei previa a manutenção do potencial permitido pelo zoneamento, descontada a área construída dos imóveis classificados com Z8-200, nas quadras lindeiras, dentro das zonas de uso que estivessem inseridas. Além disso, se houvesse fruição pública do bem protegido a transferência era de 100% em caso contrário, apenas 60% do valor da transferência seriam permitidos, com certificados expedidos pela SEMPLA. Essa lei mostrou-se inefetiva, pois só houve um caso de sua aplicação: em 1989 foram transferidos 3827,21 metros quadrados de um imóvel do Pátio do Colégio para a construção de uma nova sede da Cúria metropolitana com projeto do escritório Rino Levi, que não chegou a ser construída (Freitas 1995). Entretanto, por parte dos responsáveis do planejamento urbano da cidade, foram formulados instrumentos para ir além do tombamento



que passou a ser possível a partir da criação em 1985 e regulamentação em 1988 do CONPRES P.

O DPH, criado em 1975 só teve a divisão de Preservação constituída em 1977. Neste ano junto com a COGEP, por solicitação da CIA do METRO, foi iniciado um segundo importante inventário nos bairros da Zona Leste onde seria implantado o Metro, a ZML- a Zona metro Leste. Um extenso levantamento foi elaborado com o objetivo de proteger bens culturais que seriam transformados não só com a implantação metroviária, como também com o adensamento previsto. inúmeros imóveis desse inventário foram demolidos.

Isso nos leva a uma conclusão de que a simples identificação e mesmo o tombamento de imóveis históricos, apesar de constituírem importante instrumento, são primeiros passos que requerem formas posteriores de proteção efetiva. Nos anos subsequentes o DPH se pautou por realizar inúmeros e importantes inventários que entendemos como insuficientes para uma Política de preservação do Patrimônio da cidade de São Paulo.

O IGEPAC e o CONPRES P 1985-2004

À luz de um momento singular para a preservação, tanto na cidade de São Paulo, como no Brasil, o IGEPAC – Inventário Geral do Patrimônio Ambiental foi gestado e teve sua metodologia estabelecida entre os anos de 1982 e 1983. Este inventário buscava ir além da preservação pontual do bem e procurava identificar as características urbanas que constituíam o Patrimônio Ambiental e Cultural de cada bairro, registrá-las e elaborar propostas de preservação. Essa ideia teve origem no curso da FAU USP de 1978, onde o conceito definido como “ Patrimônio Ambiental Urbano” foi proposto pelo prof. Ulpiano Bezerra de Meneses.

A delimitação espacial do IGEPAC era o bairro e buscava-se uma sucessão de inventários, a partir do centro, em direção às periferias, que em um determinado momento cobririam todo o território do município. O primeiro bairro a receber o IGEPAC foi a Liberdade, em 1983, porém não resultou em uma ação de preservação efetiva, considerando que à época o CONPRES P

- Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de São Paulo ainda não havia sido criado.

Em 1985 o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de São Paulo foi criado em 1985, embora só tenha iniciado suas atuações em 1988, com os tombamentos do casarão do começo do século XX, à Av. Brigadeiro Luis Antônio, que sediou inquéritos nos anos de chumbo da ditadura militar e hoje integra o complexo da Faculdade de Direito da USP, e o Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho, o Pacaembu. Após o início da atuação do CONPRES P, os IGEPACs viveram um novo momento, pois puderam subsidiar medidas efetivas de preservação. Porém a necessidade de instrução dos processos do Conselho recém criado, reduziu a energia voltada para o processo complexo de inventariação constituído pelo IGEPAC.

O bairro da Bela Vista foi alvo de um IGEPAC em 1985, que resultou em um processo de abertura de tombamento datado de 1990 pelo CONPRES P, com o tombamento definitivo em 2002, após atualização e algumas revisões quanto a propositura inicial. Uma série de outros IGEPACs foram realizados ao longo das décadas de 90 e 2000, o que, no entanto, não excluía a possibilidade de inventários temáticos, que poderiam ser realizados paralelamente.

Em 1985 foi iniciado o IGEPAC Barra Funda, porém este teve somente a área do Teatro São Pedro inventariada complementemente, ficando o restante com fichas por terminar. Já a área central da cidade foi objeto de dois IGEPAC's o primeiro em 1987, nomeado IGEPAC Centro Velho, e o segundo em 1988/1991, foi designado IGEPAC Centro Novo. Grande parte dos bens inventariados nestes estudos já se encontravam protegidos pela Z8. 200, importante salientar que estes estudos serviram de subsídio para o tombamento do Vale do Anhangabaú (Resolução 37/CONPRES P/1992). Ainda sobre a região central de São Paulo foram realizados outros IGEPAC's. Em 1990, sobre os Campos Elíseos e a Consolação, e em 1991 o bairro da Vila Buarque também foi inventariado. No período de 1993 a 1997, os



bairros de Santa Cecília, Higienópolis e Santa Efigênia tiveram seus IGEPAC's realizados, porém, assim como os dois anteriores, sem solicitação de tombamento.

A zona sul da cidade também foi contemplada pelo IGEPAC. O bairro do Ipiranga (1992 – IGEPAC Ipiranga) teve como perímetro de estudo o Museu e o Parque da Independência, área fabril, instituições assistenciais e áreas urbanas adjacentes. Já a Vila Mariana, foi dividida para efeito de estudo, em dois setores. Em 2002 o IGEPAC Vila Mariana - Setor Domingos de Moraes, foi responsável pela abertura de processo de tombamento para o “Instituto Biológico e áreas adjacentes”. E o IGEPAC Vila Mariana (2003) - Setor Chácara Klabin, teve como resultado o tombamento da área da Chácara Klabin. (BAFFI,2006)

Com o passar do tempo e as demandas advindas da atuação do CONPRESP, o DPH passou a ter novas atribuições burocráticas, no tocante ao universo dos bens tombados na cidade. O aumento do volume de trabalho e a redução da equipe de técnicos do DPH foram responsáveis pelo abandono, pouco a pouco, das práticas de inventário realizadas. Vale ressaltar que além dos IGEPACs, que seguiam uma metodologia específica o DPH também se dedicava a inventários temáticos, tais como o inventário da Arquitetura Moderna Paulistana, que iniciou por um pedido do DCOMOMO Brasil.

Ainda nos anos 80 , foi aprovada uma lei(10598/88) que isentava imóveis restaurados , protegidos por lei ou não, de 50% de IPTU, por 2 anos.Nenhum proprietário pleiteou esses recursos (VENTURA,2014).As operações urbanas e a lei de fachadas de alguma forma prorrogaram esses instrumentos iniciais de forma inefetiva. Somente 20 edifícios se beneficiaram dessa legislação. Um balanço de 25 anos do DPH/CONPRESP apesar de positivo,não vai além da abertura e do tombamento Dos quase 3000 imóveis e 10 bairros.Tombou-se muito ou pouco em face da escala da metrópole?Não se sabe dizer se o conjunto de bens tombados e/ou, ainda em processo de tombamento constituem-se numa reprodução da história de São Paulo.Um sistema de gestão poderia responder por isso, dentro de uma periodização do processo de urbanização da cidade, mas não foi isso

que aconteceu com a criação do CIT.

O CIT é um sistema de cadastro dos imóveis tombados, que pretende identificar a incidência de legislação de preservação (nas três instâncias) nos lotes do município de São Paulo.O projeto de disponibilização de informações teve início em 1995 com tabulação de dados em EXCEL que gerava listas ordenadas por SQL e tentativa de mapeamento dos bens tombados e suas áreas envoltórias no MOC (Mapa Oficial da Cidade) e no GEGRAN, o material hoje está disponível na Seção Técnica de Crítica e Tombamento (STCT) do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) e Centro de Documentação (GEGRAN pintado manualmente).Para o mapeamento dos bens tombados partiu-se da digitalização (escaneamento) do GEGRAN e MOC com posterior inserção de informações no AUTOCAD. Este trabalho foi realizado conjuntamente com o Condephaat, sendo somente finalizado em 2009.

A definição das ZEPECs Zonas Especiais de proteção Cultural e do quadro 6 referente a arquitetura moderna no PDE/2002 constituiu um avanço que de novo , partiu do órgão de planejamento urbano a então SEM-PLA,hoje SMDU.Nos planos regionais de 2004 a população foi instada a identificar ,nas subprefeituras, os bens a serem protegidos.Os levantamentos,heterogêneos, extensivos em algumas subprefeituras e inexistentes em outras,foram parcialmente incorporados, pela reduzida capacidade de absorção de metodologia inovadora.Asa Zepecs são inovadoras por que permitem que a população possa identificar aquilo que é su patrimônio e herança a ser legada a gerações futuras.

RESISTENCIA e FRAGMENTAÇÃO DPH 2005 A 2012

A ação do DPH até a formulação do Plano Diretor de 2002 pautou-se por ampliar os inventários e abrir processos de tombamentos sem investir em proteção efetiva e estimular a sua conservação.A definição das ZEPECs Zonas de proteção cultural em 2002, se aplica às Z8-200, muitas já demolidas, aos imóveis tombados pelo IPHAN, CONDEPHAAT e CONPRESP, além



desse um quadro de número 6 apresenta uma listagem de imóveis contendo edifícios de arquitetura moderna produzida pela SEMPLA, sem interferência do DPH. OS Planos Regionais, por subprefeituras, aumentam a listagem de bens indicados pela população num movimento inovador de definição do que deve ser preservado. Embora democrático o processo de indicação de bens culturais é heterogêneo e vai congestionando o trabalho do DPH que se amplia pela estrutura: Museu da Cidade, Arquivo histórico, ganhando dimensões maiores que a estrutura de Preservação propriamente dita.

A estrutura original do DPH ,tripartite, incluía a Divisão de Preservação, com as seções de Levantamento e Pesquisa, Crítica e Tombamento, Divulgação e Publicações, Projeto, Restauro e Conservação , Programas de Revitalização; a Divisão de Iconografia e Museus, com as seções de Administração de Museus e Museu Imagem Fotográfica da Cidade de São Paulo; e Divisão do Arquivo Histórico com as seções de Estudos e Pesquisas, Classificação e Catalogação de Manuscritos.

O DPH foi incluindo dimensões importantes como o Museu da Cidade e o Arquivo Histórico e perdeu o foco na preservação.O Arquivo Municipal foi desligado em dezembro de 2012. A preservação em 2002 tinha 60 técnicos, hoje o quadro é de 19 técnicos sendo que 8 já podem se aposentar, não havendo previsão de substituição

Em 2010, constituiu-se o Museu da Cidade.Em 2012 o Arquivo Histórico, foi desmembrado do DPH, que hoje (2014), tem um decreto de se constituir com foco na Preservação , sendo que o Arquivo e o Museu da Cidade, lembrados, se organizariam numa Fundação aos moldes do Theatro Municipal.Isto se justifica, para dar mais força a integração do Patrimônio com a questão Urbana , perdida ao longo da sua existência, bem como fortalecer o papel do Museu na cidade contemporânea , onde a Cultura , mais do que o turismo, tem um, papel estruturador na cidade contemporânea.

O CONPRES, vinculado ao gabinete da SMC, atuou de forma desintegrada com o DPH embora seu suporte técnico se fundamentasse na divisão de preservação.

Técnicos dessa divisão só eram convidados a participar das reuniões do conselho quando fossem chamados a apresentar suas pesquisas e pareceres. O Conselho também se mantinha de portas fechadas para a população, convidando apenas os diretamente interessados na pauta para apresentação de suas propostas.

Um passo importante desse período foram as recuperações de importantes ícones do nosso patrimônio: Casa número um, Beco do Pinto e Casa da Marquesa, Theatro Municipal ambos parcialmente financiados por recursos do BID para o centro e a premiada Praça das Artes que permitiu uma postura inovadora de recuperação do antigo Conservatório musical aliado a um projeto contemporâneo que já vinha sendo idealizado a tempos e foi parcialmente implementado graças ao projeto do Brasil Arquitetura e o empenho do secretário Carlos Augusto Calil.

Como vimos a transferência de Potencial construtivo existia desde 1984, através da lei 9.725/1984 que dispunha sobre a transferência de Potencial construtivo de imóveis preservados,não produziu resultados expressivos.De 1984 até a lei 13.885/04 foram emitidas 22 Declarações destas foram efetuadas apenas 3 transferências com a emissão de 3 Certidões de transferência. (entrevista Penha Pacca SMDU)

A partir de 2004, sob a lei 13.885/04 e até 2014, quando o novo Plano Diretor foi aprovado,os resultados aumentaram mas ainda em pequeno número: foram emitidas 36 Declarações e foram transferidas 44 Certidões de Transferência. Uma declaração pode fazer mais de uma transferência, já que, se sobra área dentro da Declaração é emitida uma segunda declaração com o mesmo número e com o adendo de letra sequencial. Por exemplo: emite a Declaração nº 5, o proprietário transfere uma parte e recebe a declaração 5A, depois 5B e assim até terminar a área da Declaração (id).Isto nos faz concluir que instrumentos mais efetivos de captação de recursos para recuperação e conservação de bens tombados ainda são necessários.

A SMDU contabiliza 2672 ZEPEC BIR que podem transferir potencial, bens privados de interesse público.Esse interesse no entanto não desperta na sociedade



brasileira ou paulistana grande empolgação ou prestígio: a proteção é vista como uma limitação econômica e o DPH é visto como organismo restritivo. A negação do prestígio social dos bens culturais aliada a inexistência ou entrave de aplicação de instrumentos de incentivo (lei de fachadas 2008, lei Rouanet, etc.) provoca desvalorização social e econômica dos bens tombados. O CIT implantado, criado em 1985 e implantado em 2009, não se constitui num sistema informatizado de gestão do Patrimônio pois apresenta problemas na disponibilização e manejo. No que concerne a inserção de dados, existe o entrave relativo ao endereço do imóvel que não é a chave de entrada, pois a chave de inserção é o setor/quadra/lote (SQL), o que dificulta a clareza da consulta.

No que se refere à inserção de legislação de tombamento, não é possível distinguir, por bem tombado, quais as instâncias de tombamento que incidem sobre ele, se é IPHAN, CONDEPHAAT ou CONPRESP, ou mesmo quais resoluções se aplicam, por exemplo, incidência da RES. 28/13 para reforma simples não havendo necessidade de anuência do CONPRESP.

Existe também o conflito relativo à diversidade de informações. O sistema de logradouros tem duas formas distintas de identificação de logradouros e o CIT está estruturado de uma terceira forma. Assim como a falta de interligação com o Mapa Digital da Cidade e outras bases de dados por exemplo o pela Fundação Para a Pesquisa em Arquitetura e Ambiente (FUPAM) realizado para o DPH em 2012.

O FUNCAP criado em 1985, Fundo de captação de multas regulamentado em 2006 só passará a ser aplicado em 2014 quando pudemos resolver problemas de gestão (notificação adequada aos proprietários, informação e definição de quadro contábil na Secretaria de Finanças, etc) cálculo, através do decreto de 31 de janeiro e da recente aprovação da lei de agosyto de 2015 que permite transformar multas em compromisso de reversão de danos ao bem tombado.

Em síntese muitos são os problemas a superar: a da elitização do conceito e gestão do Patrimônio, a desconexão com a questão urbana, a falta de instrumentos que

avancem em relação ao tombamento e que estimulem os proprietários e a sociedade a conservar e valorizar os bens culturais. O atraso nos sistema de gestão e principalmente, um quadro funcional sem renovação e em processo de envelhecimento e extinção. Dos 60 funcionários existentes em 2002, resta um quadro dramático em processo de aposentadoria.

FORMULANDO UMA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO: AVNÇAR EM RELAÇÃO AO INVENTÁRIO

Como vimos o processo contínuo de identificação, inventário e tombamento numeroso, conduziu a uma situação de congestionamento do DPH, não só em termos numéricos, mas de dimensão de objetos tombados. A preservação propriamente dita do Patrimônio Histórico não ocorre vinculada a uma Política Urbana, não se conhece o Patrimônio “protegido”, que na sua maioria é privado. Também não se estimula uma valorização social da história e da memória da cidade através de instrumentos aos proprietários privados de bens de interesse público. Não havia visibilidade nem integração da questão patrimonial.

Um primeiro esforço consistiu em promover vários seminários que resultaram na contribuição no Plano diretor de aperfeiçoamento das Zepc e ainda na criação do ETGC Escritório Técnico de Gestão compartilhada articulando a Superintendência do IPHAN em SP, o Condephaaat e o DPH/CONPRESP (também unificados). Em dezembro de 2013 foi assinado o convenio que articula ações dos 3 órgãos. A partir daí questões comuns são debatidas e construídas de forma integrada, 35 áreas envoltórias foram regulamentadas de forma comum, mas falta ainda a constituição de um balcão único para facilitar a vida dos munícipes paulistanos com questões de preservação que envolvam 2 ou mais instituições de Patrimônio.

Quanto aos instrumentos de obtenção de recursos para a preservação ainda estamos em estágio incipiente. Com o novo Plano Diretor aprovado em 2014 a transferência se transforma para o direito de construir e não mais o potencial não utilizado do terreno sendo limi-



tado a metragem correspondente ao tamanho do terreno. A transferência não é só para bens tombados: amplia seu objeto para áreas ambientais, para habitação de interesse social e . Isto reduz os recursos dirigidos especificamente para a preservação. Existe uma corrida incipiente para as diversas modalidades de transferência do Direito de Construir TDC: a partir de da lei 16.050/14 foram emitidas 72 declarações porém ainda não houve efetivação de transferência, que exige regulamentação. No total foram emitidas 148 Declarações, só em Paraisópolis foram emitidas 116 Declarações (que para esse caso também chama certidão) e 31 foram transferidas. Ainda não se efetivaram, segundo SMDU, demandas para áreas ambientais nenhuma transferência em ZEPAM foi solicitada.

O FUNCAP passou a receber as multas e conta com 4 milhões de reais obtidos após as transformações no processo de gestão. O CONPRESP estabeleceu 4 prioridades para os recursos: o monumento a Independência no Ipiranga, a Vila Maria Zélia, que passa por uma recaracterização participativa, o projeto de recuperação e manutenção para o Projeto fontes de São Paulo e ações de educação patrimonial. Parcerias estão previstas para incrementar os parques recursos disponíveis.

Os recursos do FUNDURB estão previstos para a finalização da Praça da Artes e o restauro do Edifício Sampaio Moreira. Recursos da lei Rouanet e outras parcerias estão sendo desenvolvidos pelo Instituto Pedra para o complexo projeto da Vila Ipororó.

A experiência internacional de Projetos urbanos aponta que recursos podem ser obtidos para o financiamento da cidade com um protagonismo maior do arquiteto na construção coletiva de uma cidade com qualidade e urbanidade. Isto inclui a preservação e conservação do patrimônio através de um PROJETO que vá além da mera definição de gabaritos para áreas envoltórias de bens tombados.

O debate de paisagem cultural, patrimônio imaterial que demandam uma atualização de posturas e instrumentos mais amplos e inovadores, que os até então utilizados. Além disso, uma democratização das propostas vem sendo demandada pela sociedade.

Ao assumir a direção do DPH estruturamos uma proposta de Política baseada em cinco diretrizes: Uma primeira de estruturação e refundação do DPH com foco na preservação e no conhecimento do que já foi tombado ou está em processo de tombamento para efetivamente responder se o que está protegido corresponde aos períodos de evolução urbana da cidade.

Um segundo passo é a inserção urbanística da salvaguarda do Patrimônio Histórico e a possibilidade de obtenção de recursos através de grandes Projetos Urbanos, como as Operações Urbanas previstas para a cidade no novo Plano Diretor, que incluiu novos instrumentos, tais como territórios culturais e ZEPEC de proteção cultural, além de isenções tributárias.

O processo de inventários e identificação do Patrimônio a ser protegido deverá ser descentralizado num diálogo constante com a população que deve se compor com a técnica para definir sua “herança”. Convênios com universidades poderão dar consistência e foco aos procedimentos que inovadores deverão ser aplicados dentre suas novas perspectivas, voltados para pesquisa aprofundada.

A agilidade de procedimentos e respostas mais rápidas à sociedade deverá ser constituída através da informatização, articulação com as demais esferas de governo e capacitação técnica. Finalmente a obtenção de recursos e a valorização da memória coletiva poderá reconstituir nossa história em busca de um futuro de melhor qualidade urbana, constituindo o Patrimônio Histórico em elemento de inclusão social em face dos desafios de uma contemporaneidade líquida.

A visibilidade da nossa História poderá ser alcançada através de ações mais contemporâneas como a primeira jornada do Patrimônio que se inicia em 2015 e prevê a sensibilização da população numa grande mobilização popular de reconhecimento dos elementos a serem preservados na cidade de São Paulo. Imóveis públicos e privados, roteiros que ocorrem de forma fragmentada, especialistas e atividades artísticas reunidas num fim de semana resgatam a narrativa construída de forma voluntária e coletiva.

Entendemos que devemos ir além dos instrumentos tra-



dicionais como o inventário e o tombamento que mesmo importantes mostraram-se insuficientes na real proteção da memória. Devemos buscar instrumentos para a preservação efetiva e conservação dos bens tombado, na sua maioria privados. Entendemos ainda que projetos urbanos que respeitem as pré existências da História da cidade são a solução adequada para a captação de recursos para a preservação e construção de cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAFFI, Mirthes. O Igepac e outros inventários da Divisão de Preservação do DPH: um balanço. In: Revista do Arquivo Histórico Municipal, SMC. São Paulo, v. 204, p. 169-190, 2006.

BONDUKI, Nabil – Intervenções Urbanas na Recuperação de Centros Históricos, IPHAN, Brasília, 2012.

BEZERRA DE MENESES, Ulpiano. PATRIMÔNIO Ambiental Urbano: do lugar comum ao lugar de todos, CJ Arquitetura, RJ, 1978

EMPLASA Bens culturais e arquitetônicos no município e na região metropolitana de São Paulo. São Paulo: Sempla, 1984.

CERVELLATI, Pier Luigi; SCANNAVINI, Roberto. Bolonia: Política y metodología de la restauración de centros históricos. Barcelona: Gustavo Gili, 1976.

COGEP – Coordenadoria Geral de Planejamento – Plano de Reambientação – Vol. 1 – Pesquisa Arquitetônico-Urbanística, COGEP, São Paulo, 1976.

COGEP – Coordenadoria Geral de Planejamento – PR. 025/1 - Projeto Centro – Áreas Verdes Análise de Caso: Martinelli, COGEP, São Paulo, 1975.

D'ALAMBERT, Clara. Bela Vista: a preservação e o desafio da renovação de um bairro paulistano. In: Revista do Arquivo Histórico Municipal, SMC. São Paulo, v.204, p. 151-168, 2006.

EMURB – Empresa Municipal de Urbanização – Estudo de implantação do Instrumento Transferência aplicado às áreas históricas do Município de São Paulo definidas como Z8-200, na Lei 8.328 de 02/12/1975, EMURB, São Paulo, 1976.

EMURB. Caminhos para o centro. São Paulo. São Paulo: Prefeitura de São Paulo/ Emurb/ CEM/ Cebrap, 2004.

FREITAS, Marcelo de Brito Albuquerque Pontes. A transferência

de Potencial Construtivo: Um novo instrumento de Preservação em Áreas Históricas. In: ZANCHETI, Sílvia (org). Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas, Recife, 1995. P. 168 à 174.

GASPAR, Ricardo; AKERMAN, Marco; GARIBE, Roberto (orgs). Espaço Urbano e Inclusão Social: A gestão pública na cidade de São Paulo (2001-2004). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

ICOMOS. Carta de Veneza. Veneza: 1964

KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. In: Anais do Museu Paulista, 2010, vol.18.

MARX, Murilo. Depoimento. In: Revista do Arquivo Municipal, SMC. São Paulo, V. 204, P. 9-10, 2006.

SOMEKH, Nadia (ORG) ,Preservando o Patrimônio Histórico:Manual para gestores Municipais. São Paulo, CAU-SP, 2015

SOMEKH, Nadia; SILVA, Luís Octávio . A reconstrução coletiva do centro de São Paulo. Simpósio: “A cidade nas Américas. Perspectivas da forma urbanística no século XXI”. 51º Congresso Internacional de Americanistas, “Repensando las Américas en los Umbrales del Siglo XXI”. Julho de 2003

VENTURA, David Vital Brasil. INCENTIVOS À PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO EM SÃO PAULO: a Transferência de Potencial Construtivo e a “Lei de Fachadas”. In: XII Congresso Internacional de Reabilitação do Patrimônio Arquitetônico e Edificado, Bauru, 2014.



A gestão do patrimônio imaterial no material: o Jongo na Casa Grande

Me. Alessandra Ribeiro Martins¹

Historiadora graduada e mestre urbanista pela PUC Campinas
POSURB - Programa de Pós Graduação em Urbanismo - Bolsa CAPES

Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Junior

Arquiteto graduado e doutorado pela USP.
Docente do POSURB - Programa de Pós Graduação em Urbanismo PUC-Campinas

RESUMO

A noção de patrimônio cultural imaterial, rica em matizes e diversidades, enfoca a relação direta com detentores dos bens. Ao concebê-lo como processos comunicativos e práticas sociais privilegia-se a dinâmica própria das manifestações culturais que se adaptam, se inovam e se transformam em sintonia com os sentidos e significados que lhes são atribuídos pelos praticantes. O artigo apresenta um breve panorama sobre as políticas para o patrimônio cultural imaterial brasileiro, as salvas da Jongo do Sudeste e a experiência da gestão compartilhada da Fazenda Roseira pela comunidade Jongo Dito Ribeiro e a Prefeitura Municipal de Campinas, evidenciando que a comemoração dos 15 anos da Política de Salvaguarda de Bens Registrados, traz resultados concretos a serem avaliados pelos estudos contemporâneos sobre a gestão de patrimônio cultural no país.

Palavras-chave – patrimônio cultural imaterial - bens registrados - cultura negra.



¹ *O artigo resulta do processo de pesquisa em doutorado em Urbanismo em desenvolvimento por Alessandra Ribeiro Martins com apoio da CAPES e sob orientação do Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Junior. POSURB - Programa de Pós Graduação em Urbanismo. Pontifícia Universidade Católica de Campinas.*

ABSTRACT

The notion of the Intangible Cultural Heritage, rich in nuances and diversity, focuses on the direct relationship with the well- holders. By designing them as communicative processes and social practices, emphasizes the own dynamic of cultural manifestation that adapt, innovate and to become IN TUNE with the senses and meanings assigned them by practitioners. The article presents a brief overview of the public policies for the Brazilian intangible cultural heritage, protection of the Southwest Jongo and the experience of shared management experience of the (Rosebush Farm) Fazenda Roseira by Jongo Dito Ribeiro community and Campinas City Hall showing that the celebration of the 15th anniversary of Registered Assets Safeguard policy, brings concrete results to be assessed by contemporary studies on cultural heritage management in the country.

Keyword – intangible cultural heritage – assets recorded – Black culture.



A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL NO MATERIAL: O JONGO NA CASA GRANDE

A ideia contemporânea de proteção do patrimônio cultural bem como as iniciativas que possibilitaram a implementação e a consolidação atual de uma política de Estado no que diz respeito ao patrimônio intangível, tem suas origens na década de 1970.

O México, o Peru e o Brasil, no caso da América Latina, são os pioneiros na proteção de seus patrimônios, gerando políticas públicas para articular um projeto cultural, que tem como tese basilar a referente diversidade que está diretamente na base estrutural da conformação cultural desses países diaspóricos e nos debates que enfocam os temas das tensões existentes entre tradição – essência e modernidade-mudança.

Esses debates resultaram na compreensão de que uma política de patrimônio cultural deveria enfatizar e considerar a função social- identitária de coletivos que se reconhecem; ter uma percepção que o âmbito territorial específico está ligado aos sentidos aos significados atribuídos a este território, ou seja, a ideia de vínculo permanente e ancestral ao território é mais elemento fundamental para se obter a legitimidade; e uma compreensão de que as manifestações são adaptáveis ao presente e aos desafios da sociedade ,

Ou seja, foi a partir dos anos de 1970 quando aconteceu na Bolívia a Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972 que a denominação imaterial ou intangível passa a ser empregada e foi incorporada como programa desde 1998, quando houve a readequação na Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, em 2003, quando a expressão ‘patrimônio cultural imaterial’ toma o lugar da ‘cultura tradicional e popular’ da recomendação de 1989, e passa a se estabelecer uma compreensão de comunidade/coletividade e ampliar o alcance das ações, e das estratégias, no âmbito de atuação nas políticas patrimoniais.

Ao mesmo tempo, evidenciou no campo do patrimônio intangível -imaterial que os detentores são os sujeitos da ação rompendo com a ideia sujeito-objeto na qual os

detentores eram vistos como objeto da ação.

Alguns países como o Brasil entenderam que para a implementação da política cultural imaterial e a salvaguarda desses bens, havia a necessidade de três requisitos por parte dos detentores: que estes conhecessem os respectivos bens, reconhecessem sua função social e a valorizasse , ou seja, com ênfase na Convenção de 2003 cria-se também duas listas: a Lista Representativa do Patrimônio Imaterial da Humanidade e a Lista do Patrimônio Cultural Imaterial que Requer Medidas Urgentes de Salvaguarda, com base nesta valorização, função social e conhecimento por parte dos detentores.

“Em 1975, a criação do Centro Nacional de Referências Culturais, sob a liderança de Aloísio Magalhães, deu impulso à construção de um arcabouço para a inclusão dos grupos sociais no processo de atribuição de valor de patrimônio às práticas culturais. A noção de referência cultural foi fundamental para vincular as práticas a contextos específicos e sensibilizar as comunidades para o valor patrimonial de seus fazeres e saberes”.²

E reforçou outras três vertentes por parte do Estado que implementa o patrimônio cultural. Aqui no Brasil, tendo em vista as convenções de que o país é signatário, (...) “o patrimônio imaterial é abordado, no âmbito internacional, segundo três vertentes: cultural, econômica e ambiental. O enfoque cultural é adotado particularmente pela Unesco, no foro das discussões internacionais para a salvaguarda do patrimônio imaterial, enquanto que os aspectos econômicos, relacionados à exploração econômica indevida, repartição de benefícios e proteção de direitos de propriedade intelectual são tratados basicamente no âmbito da Organização Mundial de Propriedade Industrial (OMPI) e da Organização Mundial de Comércio (OMC), assim como os aspectos relacionados ao manejo sustentável dos recursos naturais, refletidos na Convenção da Diversidade Biológica, Patrimônio Genético e Conhecimentos Tradicionais da OMPI e da OMC”.³



A noção de patrimônio cultural imaterial é, portanto, rica em suas matizes e diversidade o que explica em parte porque é tão difícil dar-lhe a mesma abordagem em todas as políticas públicas com as quais transversalmente ela dialoga, pois têm como ênfase na sua prática a relação direta com os praticantes.

No entanto, o caráter coletivo do patrimônio cultural imaterial e seus bens culturais passíveis de serem selecionados como patrimônio cultural são sempre reconhecidos por um grupo, por uma comunidade, como parte de sua história, de sua memória e de sua identidade. Essas práticas coletivas são da ordem da vivência e se concretizam no cotidiano das pessoas.

Ao tirar do centro o patrimônio cultural de objetos e edificações e concebê-lo como processos comunicativos e práticas sociais, passa a privilegiar a dinâmica própria das manifestações culturais, que se adaptam, se inovam e se transformam em sintonia com os sentidos e significados que lhes são atribuídos pelos praticantes. Em 1997, as diretrizes contidas na Constituição de 88 foram pauta do Seminário “Patrimônio Imaterial: Estratégias e formas de Proteção”, promovido pelo Iphan, em Fortaleza, no estado do Ceará. O encontro produziu o documento “Carta de Fortaleza”, que pela articulação e esforço desse grupo de trabalho resultou no Decreto no 3551, de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

Desde 2002, cerca de trinta bens culturais já foram reconhecidos, pelo Iphan, como Patrimônio Cultural do Brasil, geralmente por meio do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), com base no Decreto Presidencial nº 3.551/2000, que instituiu tanto o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial quanto o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial.

O Iphan disponibiliza o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), sem contudo obrigar o seu emprego. Foi desenvolvido durante a gestão do prof. Antonio Arantes, em sua gestão como presidente do IPHAN, e assume a forma atual e definitiva em 1999 voltado para dois objetivos principais:

- identificar e documentar bens culturais representativos da diversidade e pluralidade culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira;
- apreender os sentidos e significados atribuídos aos bens culturais pelos grupos envolvidos, na qualidade de intérpretes legítimos de seu patrimônio e parceiros preferenciais de sua preservação.

Esta inclusão dos atores sociais como protagonistas exige a anuência dos mesmos para o pedido de Registro e para o delineamento das ações que compõem o Plano de Salvaguarda. A preservação de um bem cultural depende necessariamente dos valores e significados com que as pessoas o revestem para que continue a fazer sentido em suas vidas. Eis porque, ao contrário do instrumento do Tombamento, o Registro de Patrimônio Cultural Imaterial é temporário, e deve ser reavaliado após um período de dez anos.

Esse fator ainda hoje, traz diversas percepções para os praticantes dos bem registrados, que partem da perspectiva que já vivenciavam seus bens, muito antes da implementação da própria política do reconhecimento e registro.

Nesta perspectiva do fortalecimento dessas comunidades vinculadas a esses bens registrados, que apresentaremos a Casa de Cultura Fazenda Roseira, que consiste no primeiro equipamento público do município de Campinas que é gestado e ao mesmo preservado por um bem intangível, reconhecido, o Jongo do Sudeste, representado no município pela Comunidade Jongo Dito Ribeiro.

O Jongo do Sudeste – Comunidade Jongo Dito Ribeiro e a Casa de Cultura Afro Fazenda Roseira

“Hoje, o jongo assume uma postura política e articuladora de grande importância para os guardiões dessa tradição e para seus novos interlocutores. O jongo é tema atual na Universidade através de estudiosos renomados, é Patrimônio Cultural Imaterial e passa pelo processo de Salvaguarda. Estes processos ampliam sua área de atuação emovem verbas, patrocínios e



elevam seus praticantes à posição de Agentes culturais. O jongo proporciona emprego aos seus seguidores através de projetos e apresentações artísticas, possibilita a transformação social de suas comunidades e rende títulos. Movimentos e ações se confrontam na manifestação do jongo, não apenas como memória do passado, mas como agente vivo e presente, que obtém resultados movidos pelo desejo de comunidades que anonimamente resistiam e se vêem hoje em meio a políticas que retiram suas práticas da marginalidade e colocam no 'centro do palco'. (...) Em pleno Século XXI, com todas as diferenças de modo de articulação, jongueiros e jongueiras usam seus conhecimentos ancestrais para além da Roda de Jongo, praticando no terreiro da vida sua tradição, através da união das pessoas, grupos, parceiros e ampla diversidade sócio-cultural no ritmo dos toques dos "tambus" de seus corações para que, juntos iniciem uma efetiva transformação da sociedade contra as opressões contemporâneas e, ao mesmo tempo, garantindo o privilégio da continuidade de um dos maiores bens que podemos acumular: a certeza de que a resistência contra a segregação e a luta pelo direito à cidade, efetivamente, é um direito de todos". (MARTINS, 2011:84-85).

O Jongo do Sudeste, foi registrado no livro das Formas de Expressão no ano de 2005, o primeiro bem registrado de âmbito regional ao qual dezenas de comunidades jongueiras distribuídas entre os estados de São Paulo, Minas Gerais Rio de Janeiro e Espírito Santo, congregam e preservam dentro de suas peculiaridades o jongo.

O Jongo é conhecido como o “pai do samba” e está diretamente ligada ao trabalho dos escravizados nas fazendas cafeeiras em sua maioria descendentes de origem étnica banto.

Tem como elementos o toque dos tambores, a dança, que na maioria das comunidades se dá através de um

casal no centro da roda e os pontos metafóricos que narram memórias do passado e registram ao mesmo, resistências e demandas sociais do presente, abrangendo diversas questões, como gênero, educação, busca por igualdades sociais, entre outros.

Teve seu processo de articulação entre as comunidades através da Rede de Memória do Jongo⁴, que passa a praticar anualmente a ação intitulada Encontro de Jongueiros, com o objetivo de festejar, compartilhar e trocar informações, manter viva as chamas dessa descendência jongueira como forma de agregar novas comunidades espalhadas pelo sudeste do Brasil.

É no ano de 2008 que a Comunidade Jongo Dito Ribeiro passa a integrar a Rede de Memória do Jongo, no 8º. Encontro de Jongueiros, realizado na cidade de Guaratinguetá/SP.

A Rede de Memória era organizada pelas próprias lideranças jongueiras em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF) e outros atores sociais e tinha como estratégia a inserção de novas comunidades que passavam a acompanhar as reuniões, diálogos e encontros por dois anos consecutivos, para compreenderem e se apropriarem coletivamente das várias ações que as comunidades desenvolviam, tendo como “batizado oficial”, a apresentação da comunidade no Encontro de Jongueiros, quando estas, além de acompanhar as ações passavam a ter votos nos debates, já que dentro da estrutura organizacional do coletivo jongueiro, a voz sempre foi respeitada como direito de todos.

Com o registro do Jongo do Sudeste em 2005, como Patrimônio Cultural Imaterial, o IPHAN em parceria com a UFF, que já acompanhava a Rede de Memória do Jongo, através de convênios sob o respaldo da Política Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, cria editais para Pontões de Bens Registrados, com o objetivo de desenvolver juntos às comunidades uma política pública de salvaguarda.

Foi através destes editais que nasce o Pontão do Jongo/Caxambu com objetivo de atender uma das maiores dificuldades das comunidades jongueiras, a necessidade de se encontrarem e estarem juntas para trocar informações.



A oportunidade das comunidades jongueiras, por meio de editais, estarem mais próximas e se fortalecerem conjuntamente, foi estratégica devido a vasta localização das comunidades jongueiras e também suas diversidades entre si, como sérios problemas de altas vulnerabilidades sociais. Tornou-se efetivamente uma importante ação que consolidou as lideranças jongueiras importantes laços solidários e de trocas, bem como de formação político-sócio-cultural.

Neste contexto no ano de 2011 é finalizado o Plano de Salvaguarda do Jongo do Sudeste, ao qual entre as demandas destacaremos três que estão diretamente ligadas com o processo da Comunidade Jongo Dito Ribeiro:

- A primeira consistia a compreensão coletiva, que a prática do jongo, que para a maioria das comunidades era uma prática vinculada às suas relações cotidianas familiares e comunitárias, constituíam-se num patrimônio;

Essa compreensão fortaleceu enormemente a auto estima, a identidade negra e a articulação das comunidades entre seus coletivos, porque, o jongo e seus praticantes, por muitos anos foram considerados vinculados às religiões de matrizes africanas e sofreram perseguição com atos preconceituosos. Essa titulação de patrimônio cultural passava a colocá-los legitimamente no âmbito federal na condição de prática valorosa para a sociedade brasileira e reconhecer seus detentores como “patrimônio”.

- A segunda, era referente ao reconhecimento local de que as comunidades jongueiras passavam a ser um patrimônio reconhecido no âmbito federal;

Pois a aproximação com o Estado, através do Pontão do Jongo/Caxambu que reunia o IPHAN, a UFF e as lideranças jongueiras, abriu novas portas de compreensão e de acesso já que no início desse percurso o que se evidenciava era que enquanto no coletivo conseguiam discutir diretamente com representantes públicos, autoridades sobre suas diversas questões, ao retornarem para seus municípios se viam frágeis e praticamente

invisíveis;

- A terceira, e talvez a que mais evidencia a consolidação dessa política ampliada pelo Estado, através das leis para o patrimônio cultural imaterial, as articulações políticas auxiliadas pela presença da UFF e o empoderamento das lideranças jongueiras e suas comunidades é a garantia de espaços públicos para a prática permanente do jongo nos municípios; Pois na maioria das cidades o jongo sempre aconteceu nos quintais das casas dos integrantes vinculados à prática do bem registrado, entretanto, todas as comunidades almejavam ter em suas cidades um espaço de referência para o Jongo, de modo a possibilitar a ampliação da divulgação da manifestação e possibilitar o reconhecimento local.

A partir dessas premissas a Comunidade Jongo Dito Ribeiro – Campinas SP, se torna uma das maiores referências de política pública compartilhada entre Estado e detentores de bem registrado, ao assumirem em 2008 e registrarem um processo de ocupação e gestão, do equipamento público comunitário, destinado à Prefeitura Municipal de Campinas, como contrapartida de um novo loteamento.

Gestão do Patrimônio Cultural Imaterial na Fazenda Roseira

A defesa da Casa Grande pela Senzala, reflete simbolicamente, o contexto do conflito posto na Casa de Cultura Fazenda Roseira entre a comunidade Jongo Dito Ribeiro, movimentos sociais, ambientais, educacionais e culturais envolvidos, frente a possibilidade concreta de se trilhar novas perspectivas de gestão compartilhada desses bens culturais e equipamentos comunitários locais.

Hoje na maioria das metrópoles a questão que se coloca perante o patrimônio cultural das áreas requalificadas, é a perda de seu significado anterior, uma vez que a maioria dos projetos seguiu uma fórmula indiferente aos usos e sentidos que mantinham com a população local. E, se esses projetos buscaram tornar os espaços



atrativos para o mercado imobiliário e turístico, a dimensão pública, entendida como possibilidade de interação entre diferentes, perde o caráter democrático e inclusivo.

A segregação sócio-espacial, associada ao sentimento de insegurança e de intolerância resultante da criminalização e da estigmatização de certos grupos sociais, fragmentou o uso dos espaços. Essa segmentação, que parece contradizer a idéia de espaço aberto a todos, existe de fato e é reforçada em contextos de grandes desigualdades e de tensões sociais aonde os diferentes grupos sociais tendem a se apropriar dos espaços revelando antigos e novos conflitos.

Na busca pelo fortalecimento da consolidação e manutenção do projeto político, sócio-cultural e pedagógico-educacional, por meio da gestão do equipamento público Fazenda Roseira⁵, enfrentando desafios ligados à infraestrutura, a pressão permanente do capital financeiro e da especulação imobiliária, da própria ampliação e circulação da cidade de Campinas que promove quem deve ficar em que lugar da cidade e ao mesmo tempo faz da região noroeste antes escondida, a região de maior potencialidade e de novos investimentos, fazendo com que a legitimidade e capacidade organizacional e de gestão dos movimentos sociais e grupos envolvidos, como seus conhecimentos e valores de solidariedade e participação coletiva, somados aos conhecimentos científicos de seus membros, sejam armas efetivas e estratégicas de novas possibilidades para o presente.

A Comunidade Jongo Dito Ribeiro que recebe o nome do ancestral jongoeiro, se apresenta como jongoeiros, formados por um grupo de pessoas e familiares, que reconstitui a manifestação do Jongo em Campinas/SP através da memória de Benedito Ribeiro, de rodas com toque, canto e dança, com o objetivo de compartilhar e continuar com essa cultura ancestral.

Foi no ano de 2003, que o grupo se consolida como Comunidade Jongo Dito Ribeiro, na região noroeste, onde marca o reinício do jongo na cidade e é onde a Comunidade Jongo Dito Ribeiro busca fortalecer suas raízes, por meio de projetos de oficinas abertas e gratuitas (di-

vulgadas nas escolas da região, postos de saúde, espaços culturais, cooperativas e outros espaços comunitários da sociedade civil), da organização e participação em eventos realizados no bairro, por ações permanentes organizadas pela própria comunidade jongoeira e na cidade de modo geral.

O cotidiano da Comunidade era feito de encontros abertos à participação dos interessados nos finais de semana (em que se realizavam rodas de jongo e reuniões do grupo); da participação em atividades de outros grupos da cultura popular e da cultura afro-brasileira principalmente em Campinas e região, mas também em outras cidades do Estado e da região sudeste; de apresentações em eventos diversos; da participação em mesas de debate e seminários para a construção de uma sociedade humana e sem preconceitos.

Firmaram-se como comunidade, através das tradições e rituais aprendidos pelos ensinamentos dos jongoeiros velhos e pela família Dito Ribeiro que transita em outros universos religiosos, sociais e culturais. Fundamental na manutenção e vivência do jongo, é fomentar a rede de lembranças e memórias culturais e de tradição que permeiam a Comunidade Jongo Dito Ribeiro. Os mais velhos têm um papel importantíssimo nesta rede de lembranças e memórias, que formam uma rede entre grupos e comunidades, já que como moradores da cidade de Campinas, presenciaram amplamente as transformações do tempo e com elas guardam suas lembranças em caixas de memórias.

Essas ações possibilitaram um fortalecimento deste coletivo para a compreensão de seus direitos e deveres civis, possibilitando que no ano de 2008 protagonizassem a inserção na antiga sede da Fazenda Roseira e sua ressignificação, na construção junto ao município de uma gestão compartilhada do espaço.

Os reflexos da segregação, instalada principalmente nas periferias, a redução de contato entre grupos sociais, a diminuição de oportunidades, entre elas o desemprego, dificuldade de acessos culturais diferentes dos seus, acesso limitado às tecnologias entre outros, tendo as redes sociais como um dos meios de busca de contra balanceamento, foram estruturantes para a



consolidação e atuação da comunidade que consegue oficializar em julho de 2015 a Permissão de Uso do espaço sob sua gestão, após sete anos de muito trabalho. Neste cenário, diversas forças que tencionavam o cotidiano da comunidade, emergem com referência de uma nova reorganização do território, no qual a cidade de Campinas se insere, apresentando um importante papel de cidade-sede da Região Metropolitana, com um PIB entre os maiores do país, com plataformas tributárias de uma cidade mundial, adensada, com ocupações dispersas, pelos avanços de serviços disponíveis e tecnológicos, pelos entroncamentos rodoviários e aeroporto internacional, grandes centros científicos e universidades, conexões entre novos tecidos urbanos, serviços e lazer, entre outras características, possibilitando que a Requalificação da Fazenda Roseira transformada em Casa de Cultura (AFRO), seja uma interessante espaço de análise de representação significativa para compreensão dessa Metrópole atual.

A Fazenda Roseira reflete o conjunto de bens produzidos pela humanidade, na arquitetura ali presente, e testemunha na formação da memória histórica do patrimônio cultural do povo negro da cidade de Campinas e, na formação da identidade da comunidade Jongo Dito Ribeiro e todos os grupos e movimentos parceiros envolvidos.

² UNESCO, *Formação para gestão do patrimônio cultural imaterial no âmbito COOP SUL - Curso a distância (EAD), Módulo 3. Disciplinas 2, 4 e 5* 2015.

³ *Idem. Disciplina 4, 2015.*

⁴ Para maiores informações sobre a Rede de Memória do Jongo e todo processo de atuação das comunidades jogueiras como coletivo jogueiro, ler MARTINS, Alessandra Ribeiro. *Comunidades e Instituições: O Jongo, sua História e suas Representações no sudoeste do Brasil no Século XXI. Campinas, Monografia de Final de Curso de História, PUC-Campinas, 2008.*

⁵ Para saber mais sobre o processo inicial da ocupação e gestão da Fazenda Roseira, requalificada e ressignificada como Casa de Cultura AFRO Fazenda Roseira, na gestão da Comunidade

Jongo Dito Ribeiro, ler MARTINS, Alessandra Ribeiro. *Requalificação urbana: a Fazenda Roseira e a comunidade Jongo Dito Ribeiro Campinas/SP. Campinas (SP), PUC-Campinas, 2011.*

Referências Bibliográficas

AMARANTE, Walkiria Molica do. *Urbanismo para criança. Campinas: PUCCAMP, 2002.*

ARANTES, Otília.(2000).Uma Estratégia Fatal. A Cultura na Gestão das Cidades. In: ARANTES,Otília. Et. Alli. *A Cidade do Pensamento Único. Petrópoles: Editora - Vozes.*

MARTINS, Alessandra Ribeiro. *Requalificação urbana: a Fazenda Roseira e a comunidade Jongo Dito Ribeiro Campinas/SP. Campinas (SP), PUC-Campinas, 2011.*

_____. *Comunidades e Instituições: O Jongo, sua História e suas Representações no sudoeste do Brasil no Século XXI. Campinas, Monografia de Final de Curso de História, PUC-Campinas, 2008.*

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares* In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, 1993.

RIBEIRO, Maria de Lourdes Borges. *O Jongo. Rio de Janeiro: Funarte, 1984.*

SANTOS, Carlos Alves Gomes dos – *A (Re) Qualificação da Cova da Moura: os diferentes olhares institucionais, IUL (Instituto Universitário de Lisboa), 2008.*

UNESCO. *The Leap to Equality. EFA Global Monitoring Report 2003/ 4. Paris: UNESCO, 2003.*

UNESCO. *Formação para gestão do patrimônio cultural imaterial no âmbito COOP SUL - Curso a distância (EAD), Módulo 3. O patrimônio cultural imaterial como objeto das políticas públicas. Disciplinas 2, 4 e 5. 2015.*

Sites:

<http://www.crespial.org/pt/> , consultado em 14/04/2015

<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/> consultado em 14/04/2015



O patrimônio cultural de cidades médias e pequenas - história, memória e políticas de preservação¹

Maria Cristina da Silva Schicchi

Programa de Pós-Graduação em Urbanismo

Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Brasil

RESUMO

Diante dos processos de transformação recentes ocorridos nas cidades médias e pequenas da Região Metropolitana de Campinas, inseridas num contexto de desenvolvimento regional ou metropolitano, as relações de identidade e pertencimento não se estabelecem no âmbito das divisas municipais. Assim, a pesquisa se propõe a constituir um corpo teórico e metodológico que permita abordar a questão da preservação do patrimônio cultural das cidades que compõem a região. Dada a natureza desse patrimônio, entende-se a necessidade de analisar todos os componentes que caracterizam o território em que se inserem (históricos, estruturais, organizacionais, dinâmicas). A abordagem privilegia a discussão urbanística e pressupõe uma análise e interpretação interescalar dos processos como parte da discussão mais ampla sobre a memória coletiva e as ações expressas em planos, programas e políticas de preservação.

Palavras-chave: patrimônio, preservação, Região Metropolitana de Campinas



¹ Uma versão das questões tratadas neste artigo pode ser acessada em artigo publicado sob o título *The Cultural Heritage of Medium and Small-sized Cities: A New Approach to Metropolitan Transformations in São Paulo, Brazil* na revista *Traditional Dwellings and Settlements Review* da International Association for the Study of Traditional Environments (IASTE) do Center for Environmental Design Research.

ABSTRACT

Resulting from the transformation processes recently occurred in the middle-sized and small cities of the Campinas Metropolitan Region and inserted in a context of regional or metropolitan development, the relationships of identity and belonging are not established inside the municipal limits. Therefore, the research aims at building a theoretical and methodological corpus that allows the approach of the question of cultural heritage of the cities of the region. Given the nature of this heritage, it is necessary to analyze all the components that characterize the territory in which they are inserted (historical, structural, organizational, dynamics). The approach privileges the urban discussion and presupposes an inter-scalar analysis and interpretation of the processes as part of a broader discussion about the collective memory and the actions on the urban plans, projects and preservation policies adopted.

Keywords: heritage, preservation, Campinas Metropolitan Region



1. INTRODUÇÃO

A Região Metropolitana de Campinas (RMC) foi instituída no ano 2000 pela Lei Complementar Estadual 870, e ocupa uma área de 364.689 ha, que representa 1,3% do território do Estado de São Paulo. Foi criada a partir de uma política de planejamento regional baseada na Constituição Estadual de 1989. Vinte municípios fazem parte da RMC, a saber: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Morungaba (integrado em 2014), Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos, Vinhedo, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, sendo que os três últimos foram apenas desmembrados em 1991.

Ao tratar do patrimônio de cidades que sofreram processos muito rápidos de mudança, pode-se partir do pressuposto que muitas de suas referências culturais se constituíram a partir de formas de expressão e valores locais, que não guardam relação com o universo nacional, ou seja, se tratam de bens de valor etnográfico. Esse é o caso de algumas atividades que foram responsáveis pela criação de imagem e identidade das cidades da RMC, como a festa do figo em Valinhos, cuja itinerância do local de realização denota a importância simbólica e política que adquiriu ao longo dos anos (GUTMANN & SCHICCHI, 2011).

Portanto, no contexto das atuais transformações econômicas e territoriais das pequenas e médias cidades do interior paulista, o patrimônio passa a representar para a política urbana um conjunto de estruturas simbólicas que alimenta a dinâmica cultural na contemporaneidade.

Desta forma, a pesquisa se propôs a constituir um corpo teórico e metodológico que permitisse conduzir as discussões sobre a preservação do patrimônio cultural na Região Metropolitana de Campinas, formada por um conjunto significativo de cidades paulistas. Dadas as características do território em análise, com municípios formados recentemente e com ausência de cadastros e outros registros mais detalhados, optou-se inicialmente

por compilar dados históricos, técnicos, sócio-espaciais e realizar levantamentos empíricos sobre as cidades, sem definir a priori um conjunto de parâmetros de preservação e patrimônios a serem levantados.

Nesta etapa, o desafio foi enfrentar a discussão de questões que se colocavam diante de mudanças expressivas nos territórios analisados. Tais mudanças ocorreram de forma mais acelerada nas regiões metropolitanas e em especial, nas cidades médias (OLIVEIRA & OLIVEIRA, 2011), onde, segundo Moura, “emergem arranjos espaciais em contínua expansão” que contemplam “mudanças na morfologia urbana, apoiadas pelo predomínio do automóvel e das tecnologias de informação, com ampliação territorial do campo de externalidades metropolitanas” (MOURA, 2012, p.6-7).

Entre os fatores recentes e comuns às cidades da região que contribuíram para o conhecimento sobre o território destacam-se: a competição entre cidades na atração de novas atividades econômicas, em geral, vinculadas a pólos de alta tecnologia, a criação de marketing urbano como forma de superar deficiências em infraestruturas locais, a valorização do solo urbano, o avanço de perímetros urbanos sobre áreas não urbanizadas e saturação dos recursos naturais disponíveis, a simultaneidade de movimentos opostos de urbanização, com o crescimento em extensão a partir das áreas centrais dos municípios, configurando diversos pontos de conurbação e, ao mesmo tempo, um desdobramento de novas áreas urbanizadas, com sucessivos parcelamentos/loteamentos abertos na periferia, configurando uma urbanização descontínua, a transformação nas formas de produção e vida rural e a regionalização das atividades, gerando intensos deslocamentos ao longo das estradas de acesso.

Enunciar estes aspectos se justifica na medida em que para enfrentar as mudanças sócio-espaciais ocorridas nas cidades da Região Metropolitana de Campinas, que por sua vez produzem mudanças nos valores atribuídos aos lugares e bens patrimoniais, à memória e nas relações de identidade, a literatura sobre a preservação do patrimônio constituída se mostrou insuficiente ou incompleta no que diz respeito à leitura territorial.



Neste enfoque, alguns procedimentos ganharam importância: operar aproximações entre as formas de identificação, valorização e gestão dos patrimônios construídos, uma vez que boa parte das questões relacionadas à identidade e autenticidade do patrimônio implica discutir questões presentes em mais de uma cidade; identificar formas de operar e intervir sobre o território, através de instrumentos criados em várias instâncias de gestão; a necessidade de valorizar “processos” de incorporação de valor a novas atividades e manifestações, decorrentes de recentes autonomias conquistadas e a adoção de novos conceitos de preservação como decorrência de um exame crítico dos instrumentos tradicionais de identificação, valorização e gestão do patrimônio, não aplicáveis para cidades médias e pequenas (LOPES & HENRIQUE, 2010). Tornou-se necessário também o aprofundamento da história dos municípios pertencentes à região, operando de forma transversal, ou seja, partindo da história de vários elementos significativos, simultaneamente, para o entendimento da construção do território metropolitano.

Paralelamente, foram levantados os documentos referentes à experiência mineira de utilização do ICMS Cultural (Lei Robin Hood), a análise dos processos referentes ao tombamento 002/03 do Condepacc (Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas) dos “Traçados Urbanos e Caminhos Remanescentes dos Distritos de Sousas e Joaquim Egídio”, casos em que as abordagens adotadas permitiriam aproximações à discussão. Outros casos de estudo foram incorporados, como o de Vila Nova de Gaia, em Portugal e o da Aglomeração Urbana de Sevilha², a partir dos quais se pode estabelecer uma aproximação à discussão de problemas urbanísticos de mesma natureza, em que se discutiu o papel destas como cidades intermediárias. Foram realizados também levantamentos junto à AGEMCAMP (Agência Metropolitana de Campinas), agência de gestão metropolitana.

A conclusão dos levantamentos iniciais, de Paulínia e Valinhos, permitiu a identificação de referências culturais dispersas e difusoras de atividades no território metropolitano como um todo, tais como, as áreas de

concentração de olarias em Valinhos, os diversos clubes de campo ali implantados, hoje transformados em loteamentos ou condomínios fechados, os antigos caminhos de ligação entre cidades da região e Campinas e as principais fazendas que deram origem aos bairros atuais já consolidados. Mas, sobretudo, evidenciou a diversidade do patrimônio cultural a ser considerado, em sua especificidade e importância para a construção das características ainda presentes no território metropolitano.

Optou-se, então, na segunda etapa, por identificar um elemento formador ou indutor do processo de ocupação do território. O exemplar que permitiu a análise a partir da nova conduta metodológica foi a Usina Ester, situada no município de Cosmópolis, empresa que envolveu a formação de um amplo território que mais tarde se desdobraria em pelo menos mais três municípios: Paulínia, Artur Nogueira e Engenheiro Coelho, além da própria cidade onde se localiza.

2. O OBJETO DE ESTUDO: A USINA ESTER E SEU TERRITÓRIO

A Usina Ester é constituída por um complexo conjunto de bens patrimoniais que relaciona uma grande indústria produtora de açúcar e álcool, suas colônias operárias, estradas de ferro, fazendas, núcleos coloniais, além de um rico patrimônio imaterial (FIG.1, 2). Esse empreendimento centenário da Família Nogueira foi responsável pelo surgimento de diversos povoados e vilas, que por sua vez originaram distritos e municípios no interior do estado de São Paulo, como as cidades de Paulínia, Cosmópolis, Artur Nogueira, Engenheiro Coelho, Conchal e o Distrito de Martinho Prado Júnior, em Mogi Guaçu.





Figura 1. Implantação Usina Ester – antiga Fazenda Funil. Edificações e áreas de interesse remanescentes. Legenda: 1. Igreja São Paulo; 2. Vila Operária; 3. Clube Funilense; 4. Indústria; 5. Casa sede da Fazenda Funil (demolida); 6. Antigo edifício de estocagem de açúcar; 7. Chaminé da Usina Ester; 8. Antigo almoxarifado; 9. Armazém; 10. Escola da Usina. Fonte: Esquema elaborado pelo grupo de pesquisa, 2013.



Figura 2. À esquerda, vista da vila operária; à direita, vista dos equipamentos da indústria. Fonte: Acervo da pesquisa, 2013.

A usina – indústria construída a partir de um alambique de aguardente existente na região do Funil – foi fundada em 1903, após a compra e incorporação das Fazendas do Funil, Três Barras, Boa Vista e São Bento, pelos irmãos José Paulino, Arthur e Sidrack Nogueira, com Paulo de Almeida Nogueira e Antônio Carlos da Silva Telles. Para transformar o pequeno engenho em uma grande indústria, era necessária uma infraestrutura mínima, que acabou sendo fornecida com a construção da estrada de ferro da Companhia Carril Agrícola Funilense – rápido acesso a um centro urbano –, e dos Núcleos Coloniais Campos Salles e do Conchal – mão de obra abundante e europeia (MARCONDES, 2001). O processo de ocupação e desenvolvimento do Funil – através de ligações familiares, financeiras e políticas, entre setor privado e público –, é emblemático para compreender-se o território do interior paulista em meio a uma crise no setor agrícola, principalmente cafeeiro, trazendo a industrialização a São Paulo e mudanças nos investimentos econômicos e tecnológicos,

o que culminou, entre muitas outras coisas, na criação de uma rede de novas cidades no interior paulista.

A Usina Ester pode ser considerada, segundo Atique (2002, p.11) um “projeto modernizador de caráter familiar que testemunha o peso da iniciativa privada sobre a dinâmica econômica e urbana do estado de São Paulo”. Além disso, foi um empreendimento moderno no sentido de buscar uma maior viabilidade econômica, maior eficiência. Essas manobras e alianças entre grandes proprietários (com suas ideias e seu capital) e políticos (garantia de funcionamento do aparato legal) facilitavam o aproveitamento das riquezas geradas pelo capital proveniente do café, das ferrovias e dos projetos de colonização.

Por outro lado, a instalação dos núcleos coloniais na Província de São Paulo alterou significativamente a configuração paulista. As políticas de imigração promovidas pelo Estado e pelos proprietários de terras tinham como principais objetivos resolver problemas como a crise do café, da mão de obra e de alimentos, fixar imigrantes à terra para povoar o interior paulista e explorá-la ao máximo, bem como criar novos núcleos populacionais - além de desenvolver e modernizar os já existentes – e produzir alimentos para os centros urbanos, entre outros (BALDINI, 2010).

3. A FUNILENSE E A FORMAÇÃO DE CIDADES DA RMC

A Funilense deixou marcas no traçado de alguns pontos de Campinas. A estação inicial, estação do Mercado – se localizava no Mercado Municipal, ponto estratégico para o comércio de produtos do Funil. Funcionou de 1908 a 1924.

Partindo do Mercado, a linha seguia para a estação Guanabara, pertencente à Mogiana, usada como estação inicial da linha antes da inauguração do Mercado. Os trens da Funilense fizeram este trajeto de 1899 até 1924. A estação seguinte era a do Bonfim, ou Instituto, construída como chave nas terras da fazenda Santa Elisa de Barão Geraldo de Rezende, dentro do Instituto Agrônomo de Campinas. Se tornou ponto inicial da



linha em 1924, quando a Sorocabana incorporou a Funilense, e funcionou até a década de 1960. A estação Barão Geraldo (antiga Santa Genebra) foi aberta como chave de acesso à fazenda Santa Genebra, em 1899. Sua construção existe até hoje, próxima ao Terminal de Barão Geraldo, embora utilizada como habitação popular (FIG. 3).



FIGURA 3. Estação Santa Genebra – Barão Geraldo, em 1950 e depois em 2001. Fonte: www.estacoesferroviarias.com.br. Foto: Ralph M. Giesbrech.

As políticas migratórias do governo paulista trouxeram para Paulínia muitos italianos da região do Vêneto, no fim do século XIX. Fugindo da miséria, vieram trabalhar em fazendas, substituindo a mão de obra escrava pela assalariada, alterando a realidade socioeconômica da região. A instalação do Núcleo Colonial Campos Salles (FIG.4) e da Estrada de Ferro Funilense, nessa mesma época, foram fundamentais para o desenvolvimento de Paulínia, que se originou de um vilarejo formado ao redor da igreja de São Bento – atual centro desse município –, em terras da fazenda de mesmo nome, do comendador Francisco de Paula Camargo.



FIGURA 4. “Planta Geral do Núcleo Campos Salles”, de Germano Vert, 1912. Escala: 1:20.000. Fonte: Acervo digital do Museu da Imigração – São Paulo.

A linha da Funilense adentrou Paulínia, em 1899, a partir da região de Betel. Sua primeira parada ficava na estação Betel (antiga Capão Fresco). A parada seguinte era na estação Santa Terezinha (antiga Deserto, ou Estiva), já demolida. Esse trajeto deu origem à atual avenida Getúlio Vargas (WASSALL; 2011). Seguiu, então, pela atual avenida José Paulino (antiga rua do Comércio), passando pela estação de mesmo nome, transformada em rodoviária e depois demolida na década de 1960. Paulínia foi transformado em Distrito de Paz de Paulínia em 1944³, e emancipado de Campinas em 1964⁴.

Situada na antiga região do Funil, Cosmópolis tem origem vinculada diretamente ao empreendimento da família Nogueira. Desenvolveu-se a partir da Usina Ester e do Núcleo Colonial Campos Salles. A Funilense possuía duas estações ao longo desse trecho da linha, a da Usina Ester (inaugurada em 1903) e a Cosmópolis (de 1899, anteriormente Barão Geraldo de Rezende), que emprestou seu nome à Vila formada a partir da emancipação do núcleo colonial, em 1915. Chamada de Burgo, ou de Barão Geraldo de Resende, recebeu o nome de Cosmópolis em 1905, que significa “cidade universo”, em virtude da quantidade de imigrantes vindo das mais variadas nações (BALDINI, 2010).

Chamada anteriormente de Lagoa Seca, Artur Nogueira fazia parte de Mogi Mirim. Recebeu esse nome devido à presença da estação de trem da Funilense, Arthur Nogueira. Sendo a única parada de trem nessa cidade, foi construída em 1907 (durante o primeiro prolongamento da linha), onde já havia um pequeno núcleo de casas, dentro da fazenda São Bento, do major Arthur Nogueira. A estação foi reformada em 1938, e demolida em 1976. Teve sua réplica construída pela Prefeitura Municipal em 2010.

Engenheiro Coelho teve sua origem na fazenda Guaiquica (ou São Pedro), ponto escolhido para construção da estação da Funilense, chamada Guaiquica, de 1913. Foi Distrito de Paz, pertencente ao município de Mogi Mirim até 1990, quando se emancipou. Passou a se chamar Engenheiro Coelho em homenagem ao engenheiro José Luiz Coelho, inspetor da Sorocabana e



responsável pela construção da estação. A atual estrada de rodagem que parte de Engenheiro Coelho à Conchal foi construída sobre o antigo leito da Funilense.

4. REFLEXÕES FINAIS

Compreender as relações de identidade e memória e os processos de formação e apropriação dos espaços públicos e dos edifícios significativos das cidades de Valinhos e Paulínia não teria sido impossível sem considerar as alterações em suas estruturas urbanas, na constituição das populações e nas formas de gestão como decorrência de sua inserção em processos de metropolização, sujeitas a fatores de indução externos, como os processos de regionalização das atividades e de conurbação física. O dado teórico principal considerado foi a constatação de uma mudança nestes processos nas últimas décadas do século XX, no Brasil, com a inversão de fluxos migratórios dos grandes centros para as cidades médias, com consequências para as pequenas, deixando de ser este um fenômeno exclusivamente metropolitano.

No caso das cidades da RMC, o problema principal a destacar quanto ao método de identificação e seleção do patrimônio, é que ao considerar-se o deslocamento da população em função de mudanças no modo de vida, tanto na organização social quanto na produtiva, temos que admitir a existência de outras formas de valorização e reconhecimento pela população - que resultam em distintos usos do espaço no tempo - que se traduzem em diversos aspectos culturais e físico-espaciais, em especial, no valor atribuído à memória, aos objetos patrimoniais.

Do ponto de vista urbanístico, o que anteriormente se considerava o entorno de um patrimônio edificado, muitas vezes sem qualificação específica que justificasse seu registro ou estudo, hoje pode constituir o único elemento coeso ou de conjunto, para a compreensão e preservação da memória urbana, já que muitos dos edifícios emblemáticos que lhe deram origem já desapareceram.

Ou seja, impõe-se a necessidade de reavaliação dos

instrumentos para a caracterização/preservação do território, de forma a possibilitar uma avaliação de seu valor para a preservação da memória coletiva. Este é o desafio a enfrentar em contextos dinâmicos como o objeto deste estudo.

5. AGRADECIMENTOS

Agradeço ao apoio financeiro do CNPq, através do Edital Universal Nº 444663/2014-2 e da Bolsa Produtividade em Pesquisa, e às bolsistas TT- FAPESP Renata Ocanha Góes e Ana Laura Evangelista que colaboraram com a pesquisa.

² Os levantamentos *in loco* foram realizados a partir da realização de estágios de pesquisa e os casos foram previamente escolhidos e estudados juntamente com as equipes de pesquisadores locais.

³ Decreto-lei nº 14334, de 1944.

⁴ Lei Estadual nº 8092, de 28 de fevereiro de 1964

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATIQUE, Fernando. Arquitetura e Cotidiano no empreendimento agroindustrial: a formação do espaço operário na Usina Ester. In Anais Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, v. 7, n. 1. São Paulo: BUREAU BRASILEIRO, 2002.

BALDINI, Kelly. Núcleo Colonial Campos Salles: um estudo de caso sobre a dinâmica das relações bairro rural – cidades. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 2010.

GUTMANN, Carolina. SCHICCHI, M. C. da S. O valor patrimonial dos espaços públicos no centro da cidade de Valinhos (SP). In ARQUITETURA REVISTA, v. 9, n. 1. São Leopoldo: UNISINOS, 2013.

LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (org.), 2010.



Cidades médias e pequenas, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 250p.

MARCONDES, Marli A. História e Informática: o uso da hipermídia no resgate da História da Estrada de Ferro Funilense. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 2001.

MOURA, Rosa. A dimensão urbano-regional na metropolização contemporânea. In Revista EURE, vol. 38, nº115, p.5-31. Santiago: Pontificia Universidad Católica de Chile, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.cl/pdf/eure/v38n115/art01.pdf> . Acesso em 10/01/2014.

OLIVEIRA, L. A. P. de, OLIVEIRA, A. T. R. de (Org.). Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil. Estudos e Análises I. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

WASSALL, L. J. ; SCHICCHI, M. C. Urbanização descontínua: fronteiras e novas centralidades. Estudo de caso do município de Paulínia/SP. In ARQUITETURA REVISTA, v. 7, n. 1. São Leopoldo: UNISINOS, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.unisinos.br/index.php/arquitetura/issue/view/222>.



A humanidade do património histórico – O caso da Rota do Românico no Norte de Portugal

Maria do Rosário Neves Pereira Correia Machado

Diretora da Rota do Românico | VALSOUSA | Centro de Estudos do Românico e Território

Ricardo Augusto Teixeira Pinto de Magalhães

Responsável pela área de Conservação e Salvaguarda da Rota do Românico | AMBT

RESUMO

Em 1998, inicia-se um processo de desenvolvimento sustentado. Da articulação, promovida por várias entidades, é decidido inventariar os elementos patrimoniais de estilo românico na região do Vale do Sousa e, em 2006, na região do Baixo Tâmega e Douro Sul, no Norte de Portugal. Em 2010, a Rota do Românico é alargada a 58 elementos patrimoniais de estilo românico, unidos em rede e dinamizados numa rota turística estruturada.

De 2003 até à atualidade, a área da conservação e salvaguarda patrimonial tem assumido um papel fundamental na preservação de uma herança histórica ancestral. A Rota do Românico desenvolve um conjunto de vertentes inerentes à sua dinamização turística e cultural, à produção e disseminação de conhecimento, ao envolvimento da comunidade e à cooperação internacional.

Palavras-chave: património, conservação e salvaguarda, desenvolvimento regional, turismo.

ABSTRACT

In 1998, it began a sustained development process promoted by various entities. It was decided to assemble the heritage elements of Romanesque style in the Sousa Valley region, and in 2006 in the Tâmega and Douro region in the North of Portugal. In 2010, the Route of the Romanesque was extended to 58 heritage elements of Romanesque style joined in a network and structured as a tourist route.

Since 2003, the heritage conservation has assumed a key role in this route to ensure and preserve historical heritage.

The Route of the Romanesque develops a number of aspects related to its promotion as a new cultural tourism product, to the production and dissemination of knowledge, community involvement and international cooperation.

Keywords: heritage, heritage conservation, regional development, tourism.



O património histórico traz consigo uma carga genética de humanidade fundamental, pois partindo da premissa dos estudos culturais, também o património histórico é o reflexo da ação humana, tornando-a materializada ao longo dos tempos.

Quando falamos do conceito de património, este tem, desde logo, uma raiz epistemológica ligada à estrutura de família, ou seja, aquilo que o pai (“pater”) deixa ao seu filho. Na lógica do património histórico ao que se herda (físico e imaterial) da ação humana ao longo dos tempos. Tal como Francoise Choay refere, o património histórico expressa um bem que se destina ao usufruto de uma comunidade e que assumiu uma dimensão maior. A atual sociedade errante e em constante transformação, fruto da recente mobilidade e ubiquidade, o “património histórico” tornou-se numa das palavras-chave da sociedade mediática que tanto nos remete para uma instituição como para uma mentalidade (CHOAY, 2010).

Subtilmente, o conceito de monumento e de património foram convergindo, sendo que ao longo dos tempos os dois conceitos foram passando por momentos de crise. Possuem, desde logo, diferentes origens léxicas: uma anglófona, “heritage”, associada à herança no sentido do bem patrimonial físico e, outra francófona, “monuments”, que deriva do latim, com origem no verbo “monare” cujo significado é “fazer recordar”.

Atualmente, esta questão está estabilizada e é consensual, mesmo sabendo que ao longo dos tempos nos documentos de referência (do ICOMOS e da UNESCO) e em documentos legislativos referenciais existiu alguma indefinição. A Convenção Mundial do Património considera monumento como: as obras arquitetónicas, trabalhos de escultura e pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, habitações rupestres e combinações de estilos, que sejam de valor universal incalculável do ponto de vista histórico, artístico e científico.

O conceito de património foi consideravelmente alargado e de um conceito que apenas abrangia os monumentos históricos, encontramos hoje confrontados com uma realidade mais vasta que abarca o património

natural, cultural e, mais recentemente, o património imaterial (FERREIRA, 2011, p. 63). De referir que o termo património acompanhado do adjetivo “cultural” tem a sua génese em 1959, em França, pelo então ministro de Estado da Cultura, André Malraux, em que o próprio ao tomar posse, redige o decreto definindo a missão do seu ministério (CHOAY, 2015, p. 35).

O património edificado é, por questões histórico-culturais, um dos maiores legados em Portugal, no Brasil e em todo o mundo. Para além do valor do bem patrimonial, entenda-se por edifício, este tem associado a si, na maioria dos casos, um conjunto de bens patrimoniais móveis de valor histórico-artístico incalculável, não só no sentido restrito do económico, mas especialmente do valor simbólico e do valor de pertença.

Com o desenvolvimento do turismo e das rotas turísticas em torno do património cultural edificado, o património cultural acrescenta ao seu uso, focado na maioria das vezes numa dimensão espiritual, a de um espaço de culto, incidindo na maioria do património de carácter religioso, um novo, o da visita e da experiência visual, enquadrado no turismo cultural.

Na atualidade, a luta de afirmação dos territórios numa lógica de estratégia de desenvolvimento local e/ou regional, operacionalizada através de um instrumento económico complexo que resulta da atração de fluxos de visitantes e turistas, o turismo cultural surge como um dos eixos principais dessas estratégias das políticas públicas.

Refira-se, contudo, que o turismo cultural não é, na verdade, uma criação recente. Tem assumido um crescimento significativo ao nível do sector económico, resultado de um conjunto muito vasto de fatores, entre eles, a já referida direcionalidade das estratégias de desenvolvimento dos territórios.

Assim, na estreita ligação entre elementos de memória, arte, sagrado, ... património cultural, o uso dos espaços pelas comunidades de pertença, passam a assumir uma nova função e uma nova capacidade de atração, tão bem plasmado por Roland Barthes, num dos textos de Mitologias, O Guia Azul, escrito entre 1954 e 1956:



... a Espanha do Guia Azul conhece apenas um espaço, aquele que tece, através de alguns vazios sem nome, uma cadeia cerrada de igrejas, de sacristias, de retábulos, de cruzes, de custódias, de torres (sempre octogonais), de conjuntos escultóricos (a Família e o Trabalho), de portais românicos, de naves e de crucifixos de tamanho natural. Todos estes monumentos, como se vê, são religiosos, porque de um ponto de vista burguês é quase impossível imaginar uma História de Arte que não seja cristã e católica. O cristianismo é o primeiro fornecedor do turismo e não se viaja senão para visitar igrejas (BARTHESES, 1988: 114).

Neste sentido, devemos conjugar um conjunto de ideias fundamentais, intrinsecamente ligadas ao património, o valor de herança, o valor de pertença, a identidade e a memória. As identidades são construídas de memória e o património é o elemento que transporta essa mesma carga genética.

Importa nortear a conservação e a promoção de importantes legados patrimoniais com o cuidado próprio de quem se responsabiliza por fazer perdurar esse mesmo legado para as gerações futuras. A transmissão de geração em geração deve integrar a leitura do elemento patrimonial como uma “enciclopédia de arte”, ou seja, como o resultado das transformações que a humanidade lhe vai acrescentando. Assim testemunham as marcas identitárias, expressas em criações e formas de apropriação do espaço pelo Homem, reveladoras de valores, modos de vida e experiências das comunidades que o construíram, habitaram e vivenciaram.

Uma experiência fundada na História – O caso da Rota do Românico

Em terras dos vales do Sousa, do Douro e do Tâmega, no coração do Norte de Portugal, ergue-se um importante património arquitetónico de origem românica. A sua riqueza e singularidade estiveram na génese do projeto da Rota do Românico, um itinerário estrutura-

do que leva os visitantes à descoberta de mais de meia centena de elementos patrimoniais, desde mosteiros, igrejas, capelas, memoriais, castelos, torres e pontes, edificados sobretudo entre os séculos XII e XIV, intimamente ligados à fundação da nacionalidade portuguesa e testemunhos do papel relevante que este território outrora desempenhou na história da nobreza e das ordens religiosas em Portugal.

Desde a sua génese em 1998, a Rota do Românico assume-se como um projeto público de cariz supramunicipal, que visa contribuir para o desenvolvimento integrado e sustentado de toda a região, fomentando a competitividade, a coesão e a identidade territoriais, numa ótica de qualificação e de valorização económica de um conjunto de recursos endógenos distintivos – o denso e rico património edificado e intangível deste território. Ancorada num conjunto de monumentos de grande valor e de excecionais particularidades, esta Rota pretende assumir um papel de excelência no âmbito do touring cultural, capaz de posicionar a região como um destino de referência do românico nacional.

A melhoria da qualidade ambiental e da reestruturação física do território, protegendo-o e impulsionando o seu correto reordenamento, através do planeamento turístico dos recursos, das infraestruturas de suporte e das facilidades de apoio turísticas; o desenvolvimento de uma nova fileira produtiva, associada ao turismo e com forte potencial de dinamização de atividades conexas, passível de compensar a tradicional monodependência industrial desta região; a dinamização de cursos e ações de formação que contribuam para a formação dos profissionais do turismo e de atividades associadas, que facilitem o aumento da empregabilidade qualificada; e, por último, a melhoria da imagem, interna e externa, da região onde se insere, reforçando a autoestima coletiva, constituem igualmente outros importantes objetivos da Rota do Românico.

Como nasce o projeto

Em 1998, foram selecionados 21 monumentos dos seis municípios (Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada,



Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel) que compõem a VALSOUSA – Associação dos Municípios do Vale do Sousa e, em 2003, no âmbito dos cofinanciamentos europeus, deu-se início ao desenvolvimento concreto deste projeto através das ações de conservação e valorização dos monumentos previamente selecionados. Para além da componente infraestrutural, entendeu-se que o plano de ação da Rota do Românico deveria incluir uma componente imaterial, que permitisse elaborar materiais de informação e promoção do património românico da região.

Ainda antes da apresentação pública da Rota do Românico, que viria a ocorrer a 18 de abril de 2008, foi desenvolvido um conjunto de materiais de comunicação, entre eles uma publicação científica, um guia turístico, uma brochura, um vídeo promocional, um mapa de bolso, um sítio na internet (www.rotadoromano.com) e uma linha de “merchandising”.

Foram instalados painéis informativos bilingues com informação histórica, arquitetónica e geográfica em todos os monumentos da Rota do Românico, assim como o sistema de sinalização turística e cultural em toda a rede viária da região.

Perante o imperativo de cidadania de promover a mobilidade e a acessibilidade para todos, tem sido desenvolvido, desde 2008, o Plano de Promoção da Acessibilidade da Rota do Românico, identificadas as necessidades de intervenção nos monumentos, nas suas envolventes e nos acessos aos transportes públicos. No âmbito da comunicação acessível e da infoacessibilidade, procedeu-se à produção de materiais de informação em escrita braille e de um vídeo promocional com legendagem e língua gestual, bem como à implementação de uma ferramenta que permite uma versão falada dos conteúdos do nosso sítio da internet em tempo real. Em 2008, a Rota do Românico iniciou um processo de concertação entre os vários agentes económicos da região, tanto públicos como privados, com o objetivo de apresentar uma verdadeira estratégia de eficiência coletiva em torno de um objetivo comum – a dinamização da Rota do Românico.

Em março de 2010, os municípios de Amarante, Baião,

Celorico de Basto, Cinfães, Marco de Canaveses e Resende firmaram um protocolo de adesão à Rota do Românico. O processo de seleção do património de origem românica desses municípios culminou na integração de 34 elementos patrimoniais, localizados no Baixo Tâmega/Douro Sul, e de mais três, no Vale do Sousa, sendo a Rota do Românico atualmente composta por 58 monumentos.

Conservação e salvaguarda do património na Rota do Românico

No âmbito do alargamento da Rota do Românico e como consequência do diagnóstico prévio elaborado para todos os monumentos, definiu-se como princípio metodológico que as intervenções deveriam incidir prioritariamente na conservação do património edificado e no património móvel como parte integrante do conjunto.

Assim, os projetos dariam prioridade à salubridade dos edifícios e à sua estabilidade estrutural, bem como à conservação de coberturas, de madeiramentos, de alvenarias autoportantes e dos bens móveis que integram o edificado, tais como pintura mural, madeiras policromadas, azulejaria, entre outras.

Como exceção a um grande conjunto de monumentos em que a conservação é dominante, verificaram-se e verificam-se situações em que os bens patrimoniais acusam um profundo estado de ruína. Nestes casos, a decisão tem passado pela avaliação do significado do bem patrimonial nas suas relações afetivas e do imaginário das populações próximas, optando-se por integrar esses afetos na reabilitação dos bens, em detrimento da manutenção e conservação da ruína. Estas intervenções têm por normativa, no desenvolvimento do projeto, o recurso, sempre que possível, a materiais e técnicas tradicionais, não recusando a linguagem contemporânea do desenho arquitetónico.





Foto 1 – Igreja de S. Mamede de Vila Verde, antes da intervenção | exterior (2003)



Foto 2 – Igreja de S. Mamede de Vila Verde, antes da intervenção | interior (2003)



Foto 3 – Igreja de S. Mamede de Vila Verde, depois da intervenção | exterior (2008)



Foto 4 – Igreja de S. Mamede de Vila Verde, depois da intervenção | interior (2008)

Para a avaliação dos resultados atingidos, embora com as restrições financeiras inerentes ao projeto, há que ter em conta as relações afetivas e emocionais das populações locais perante o objeto patrimonial. Nesse sentido, o comportamento emocional destas foi e é francamente positivo, tendo contribuído para a sua autoestima e assumindo-se elas próprias como responsáveis pela sua manutenção e guarda.

Concretiza-se, assim, o princípio nuclear da salvaguarda dos bens patrimoniais como sendo os elementos constitutivos de identidade que dão sentido à vida, quer seja no plano local, regional ou nacional. Ora, conjugando esta mais-valia do envolvimento das populações locais, o objetivo estratégico é que este património seja vivido pelas comunidades como parte integrante das suas vivências e práticas quotidianas, fator fundamental para a sua manutenção. Só atingiremos os nossos objetivos caso o envolvimento da população se mantenha vivo, permanente e seja partilhado pelas gerações atuais e futuras.

Acresce a este parâmetro o contributo para a qualifi-

cação do território quando se atua salvaguardando os bens patrimoniais e a sua paisagem envolvente. A conjugação destes dois aspetos - o envolvimento da população e a qualificação do território - já tem impacto na tomada de decisão dos poderes públicos que gerem o território, bem como na interiorização de modelos de referências pelas populações locais.

A avaliação do valor da Rota do Românico nas políticas e práticas para a salvaguarda do património tem sido sustentada no entendimento de que este não é um objeto isolado para contemplação, mas um conjunto de bens patrimoniais associados e intrinsecamente interligados no território e às populações que o vivem e ao qual em primeira instância pertencem.

Acresce a isto o facto de a salvaguarda dos bens dever entender-se enquanto cruzamento do físico, o construído, com o significado que lhe está associado pelas gentes, o intangível. Foi este princípio que balizou e baliza as intervenções levadas a cabo no património da Rota do Românico, que obviamente tiveram sempre presente as recomendações espelhadas nas cartas e convenções internacionais.

A conservação, salvaguarda e valorização do património assume-se, desde a sua origem, como uma das prioridades máximas da Rota do Românico. Ao todo, desde 2003, foram intervencionados 42 monumentos, sendo que alguns deles tiveram mais do que uma fase de trabalhos, tanto ao nível do património edificado, como do património móvel e integrado.



Foto 5 – Igreja do Mosteiro do Salvador de Travanca, Amarante, antes da intervenção | exterior (2012)



Foto 6 – Igreja do Mosteiro do Salvador de Travanca, Amarante, depois da intervenção | exterior (2012)



Embora a qualificação do património histórico e cultural seja fundamental para a Rota do Românico, desde 2004 têm vindo a ser desenvolvidas outras componentes consideradas cruciais para a sua dinamização.

Outras áreas de intervenção

Uma importante aposta da Rota do Românico tem passado pela divulgação do projeto junto da comunidade local, visando o crescente envolvimento da mesma no projeto. Deste modo, a dinamização de atividades lúdico-pedagógicas pelo Serviço Educativo junto da comunidade escolar, assume um caráter fundamental. Desde o ano letivo 2011/2012 que vários estabelecimentos de ensino do Tâmega e Sousa têm acolhido o projeto pedagógico, um número que tem vindo a crescer ano após ano.



Foto 7 – Férias de Verão: “Aprende e diverte-te com o património”, na Ermida do Vale, Paredes



Foto 8 – Projeto Pedagógico “O românico no território do Tâmega e Sousa”, nas escolas do Tâmega e Sousa

Uma das grandes apostas ligada à dinamização cultural do projeto e do território, aconteceu em 2014, com o desenvolvimento de um programa cultural, intitulado “Palcos do Românico”, no qual os monumentos da Rota do Românico foram o palco principal, sem esquecer os equipamentos culturais do território. Ao longo dos 12 municípios da Rota do Românico com mais de 200 eventos, entre teatro, música, dança, exposições, oficinas, etc., envolvendo mais de 50 agentes culturais profissionais nacionais e 12 da região, 1.800 participantes da comunidade local e mais de 20 mil especta-



Foto 9 – Palcos do Românico, Concerto do Natal aos Reis, Andarilhos (2014)



Foto 10 – Palcos do Românico, Entre Espadas e Cruzadas, Teatro de Montemor (2014)

dores.

O Centro de Estudos do Românico e do Território, dinamizado pela Rota do Românico, tem igualmente vindo a desempenhar um papel crucial na produção e disseminação de conhecimento, que se traduziu já na edição de diversas publicações dirigidas a um público cada vez mais abrangente. A par da linha editorial, o Centro de Estudos criou com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian uma pequena biblioteca temática, bem como a Comissão Científica constituída por um conjunto de membros de reconhecimento nacional nas várias áreas do conhecimento que cruzam a Rota do Românico.

A importância das novas ferramentas tecnológicas tem sido reconhecida pela Rota do Românico. Um sítio da internet cada vez mais interativo, incluindo visitas virtuais aos monumentos, e uma aplicação mobile para telemóvel e “tablet” são apenas alguns dos instrumentos que procuram auxiliar o planeamento e a fruição da visita à Rota do Românico.

O reforço da vertente turística do produto, com a dinamização de programas de visita estruturados, dirigidos ao mercado nacional e internacional, e que se têm traduzido numa crescente procura por parte de visitantes e turistas, tem sido igualmente um dos focos do projeto. Aliás, desde 2008 que a Rota do Românico tem vindo a assumir como prioridade a participação não só em feiras e exposições locais e regionais promovidas por entidades do território onde está inserida, como também a

nível nacional e internacional, marcando presença nas mais importantes e conceituadas feiras do setor como a ITB Berlim, na Alemanha, a FITUR – Feira Internacional de Turismo, em Espanha, a AR&PA – Bienal do Restauro e Gestão do Património, também em Espanha, e a BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa, encarando como um instrumento fundamental para que a Rota do Românico se projete junto dos principais mercados emissores e, assim, integrar os circuitos turísticos comerciais.

Neste âmbito, a Rota do Românico tem potenciado as receitas realizadas nos tecidos turísticos locais, uma vez que tem permitido, de forma direta ou indireta, o aparecimento ou crescimento de um conjunto alargado de atividades e negócios, geradores de receitas, emprego e notoriedade para a região, com destaque para as unidades de alojamento de qualidade superior, de restauração, de empresas de animação turística, de roteiros turísticos temáticos e de unidades museológicas. A par disto, a adesão, em 2009, à TRANSROMANICA, a maior rede de locais e itinerários românicos da Europa e considerada um Itinerário Cultural do Conselho da Europa, é demonstrativa da aposta no trabalho em parceria e na internacionalização do projeto.

Conclusão

Vestígios herdados, resultado de uma memória coletiva e de uma identidade, o património, neste caso o românico, afirma-se como um recurso insubstituível e propulsor de dinâmicas locais, regionais e nacionais. A sua proteção, valorização e uso, seja com objetivos sociais, científicos ou didáticos, devem perfilar-se como paradigma central das estratégias de desenvolvimento de um território.

O olhar abrangente, mas integrador, sobre o património é um dos permanentes desafios da atualidade. Encontrar fórmulas certas para conjugar a preservação do património, a sua memória e a identidade, tendo em conta aspetos fundamentais, como a integridade e a autenticidade, é sem dúvida um processo complexo. A gestão assume um papel de destaque e de diferenciação, já que

a destruição e o desaparecimento do património no seu todo, constitui, sem dúvida, um ponto de não chegada, pois a linha de memória será perdida no tempo e isso será avassalador para a humanidade. Quem não tem memória, não existe na sua integridade plena.

Referências:

Barthes, R. (1988). Mitologias. Lisboa, Edições 70.

Bourdieu, P. (1989). O Poder Simbólico. Lisboa, Difel.

Choay, F. (2010). Alegoria do Património. Lisboa, Edições 70.

Choay, F. (2015). As questões do património, antologia para um combate. Lisboa, Edições 70.

Elias, N. (1990). O processo civilizacional, transformação da sociedade. Lisboa, Dom Quixote.

Ferreira, V. (2011). Olhares sobre o património cultural. Idearte - Revista de Teorias e Ciências da Arte, 7, 61-72.

Riegl, A. (2013). O culto moderno dos monumentos. Lisboa, Edições 70.





Desafios de leitura e preservação do patrimônio rural de Campinas

Maria Rita Silveira de Paula Amoroso

Diretora de Patrimônio IABCAMPINAS ,doutoranda FEC UNICAMP

RESUMO

Faz-se urgente e necessário efetivar uma ampla discussão teórica contemporânea sobre preservação, conservação e reabilitação do patrimônio rural do município em razão do acelerado processo de expansão da área urbana. Elegemos como objeto de estudo as formas de apropriação, produção e transformação do espaço rural das regiões norte e leste de Campinas por entender que a permanência de uma lógica centenária de ocupação segregadora do espaço rural se encontraria nas origens de uma modalidade segregadora de estruturação e expansão urbana. Para tanto, tomamos como centro dos estudos, os espaços e testemunhos produtivos, as singularidades e as variedades dos complexos patrimoniais de um conjunto de sesmarias e latifúndios que pertenceu à família Souza Queiroz entre o final do século XVIII e o século XX.

Patrimônio rural – Preservação – Souza Queiroz

ABSTRACT

It has become urgent and necessary to implement a broad contemporary and theoretical discussion on preservation, conservation and rehabilitation of the rural patrimony of the city due to the accelerated process of expansion of the urban area. As object of study I elected the forms of appropriation, production and transformation of the rural space of the North and East regions of Campinas, understanding that the persistence of a centenary logic of a segregating occupation of the rural space could be perceived in the origins of a segregating modality of urban structuring and expansion. Therefore, the study is centered in the productive spaces and testimonies, singularities and the varieties of the patrimonial clusters from a set of land grants (sesmarias) and large land properties that belonged to the family Souza Queiroz between the end of the 18th and beginning of the 20th centuries.

Rural patrimony – Preservation – Souza Queiroz



Fazenda Anhumas

Fazenda Atibaia
(Fazendinha)

Fazenda Iracema

Fazenda Morro Alto
(Santa Genebra)

Fazenda Morro Grande
(Rio das Pedras)

Fazenda Pau D'Alho

Fazenda São Vicente

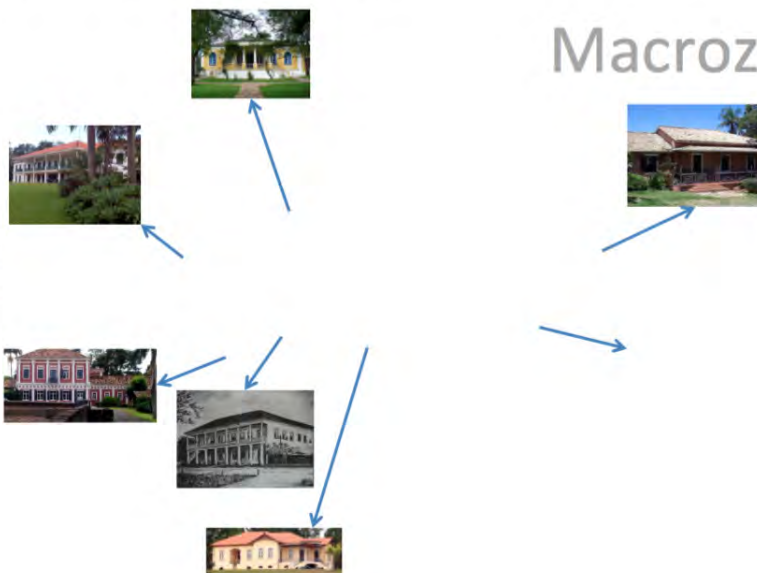


Figura 01 : Patrimônio rural família Souza Queiroz regiões norte e leste de Campinas Fonte: AMOROSO

O município de Campinas é herdeiro de um processo recuado e intenso de concentração de terras. Este processo, na atualidade, desempenha um papel determinante nos caminhos de desenvolvimento do território por se achar mediado por segmentos oligárquicos remanescentes que continuam a exercer um controle interno de seus vetores de crescimento. Os fenômenos contemporâneos de urbanização de Campinas necessitam, de fato, atentar para as dinâmicas fundiárias que lhe deram e que continuam a lhe dar forma.

Elegemos como objeto de estudo as formas de apropriação, produção e transformação do espaço rural das regiões norte e leste de Campinas por entender que a permanência de uma lógica centenária de ocupação segregadora do espaço rural se encontraria nas origens de uma modalidade segregadora de estruturação e expansão urbana. Com esta perspectiva, procuramos refletir sobre as origens do parcelamento fundiário e investigar os sentidos deste processo, tomando como base o estudo

dos espaços e dos testemunhos produtivos, as singularidades e as variedades dos complexos patrimoniais de um conjunto de sesmarias e latifúndios que entre o final do século XVIII e o século XX pertenceram à família Souza Queiroz.

Identificamos testemunhos dos complexos produtivos de cana de açúcar e de café, bem como a presença de eixos viários e ferroviários, ou ainda, de fenômenos centenários de modernização produtiva; processos (produtivos, viários, tecnológicos) que permitiram a muitas famílias proprietárias sobreviver à crise do café e estabelecer, num novo contexto, outras formas de negócios, entre eles, os imobiliários, perpetuando-se no tempo parte dos processos de segregação sócio espacial, agora na forma urbana.

Os remanescentes patrimoniais encontrados e reconhecidos por sua significativa importância, podem contribuir de forma ímpar nas tomadas de decisão referentes à maneira de subdividir as terras rurais, uma vez que

se trata de estabelecer e incorporar instrumentos relativos à preservação do patrimônio cultural rural no Plano Diretor da cidade. Numa perspectiva complementar, na medida em que estes bens patrimoniais se fizeram reconhecidos, este patrimônio pré existente pode ser tomado como motor de sua própria salvaguarda.

Salvaguardar os conjuntos patrimoniais remanescentes, ainda que isolados, constitui-se primordial e a tarefa de inventariar seus bens arquitetônicos, tecnológicos, arqueológicos, culturais e ambientais se revela emergencial, em especial para se compreender o que se acha em perigo, assim como para dimensionar as consequências da expansão urbana que se projeta sobre as porções rurais.

AS TERRAS DA FAMÍLIA SOUZA QUEIROZ

Com áreas produtivas irrigadas pelos rios Jaguari e Atibaia e servidas por estradas carroçáveis (em particular, a Estrada de Goiasés) e férreas (Companhias Mogiana e Funilense, em finais do século XIX); a família Souza Queiroz promoveu a reunião e sucessão de um vasto conjunto de propriedades que, por força de relações de casamento e parentesco se mantiveram presentes ao longo de gerações mantendo um banco de terras privado de valor inestimável.

Parte destas propriedades as atuais fazendas Rio das Pedras, Santa Genebra, Santa Cândida, Anhumas, Pau D'Alho, São Vicente, Fazendinha e Iracema, erigidas no curso dos ciclos econômicos do açúcar e do café ainda pertencem a descendentes da família Souza Queiroz ou guardam testemunhos significativos de sua propriedade. Estas oito fazendas nasceram de processos tensos de apropriação fundiária. Originadas das sesmarias Anhumas, Tapera, Engenho de Santo Antônio, Morro Grande, Morro Alto, Boa Vista, Quilombo, Monte Alegre e Saltinho, e dos latifúndios Campos da Bahia, Atibaia, Jurema e Fazenda Serra d'Água; a forte ligação de poder estabelecida e mantida no curso dos séculos entre/pelos seus proprietários, deu lugar a um território único cujos testemunhos (tangíveis e intangíveis) necessitam ser melhores conhecidos e preser-

vados.

A sesmaria Quilombo, origem do latifúndio Atibaia, contava em 1818 com 2.807 alqueires de terras. Desmembrado por heranças e vendas, este latifúndio deu forma às fazendas Fazendinha (que em 1851 produzia açúcar e café, em 1885 mantinha 250 mil pés de café e em 1914, 180 mil pés em 250 alqueires de terra); Iracema (desmembrada em 1886), Atalaia (com 170 alqueires em 1914), Angélica (com 140 alqueires em 1914) e São Vicente (desmembrada em 1913 e 1914, com 250 alqueires). A grande Sesmaria Pau Grande / Anhumas, originada nas últimas décadas do século XVIII, fez nascer nas margens da antiga estrada de Goiás (atual Rodovia Governador Adhemar Pereira de Barros, Rodovia Campinas – Mogi Mirim) as Fazendas Anhumas, Santa Cândida e Pau D'Alho (propriedade que em 1914 ainda contava com 17 mil pés de café, ou ainda, que mantinha em 1948, o montante de 80 alqueires paulistas, terras hoje reduzidas à metade). As sesmarias Morro Grande e Morro Alto deram origem aos latifúndios (hoje fazendas) Santa Genebra e Rio das Pedras; porção de terra no qual se encontra localizado o distrito de Barão Geraldo (em homenagem ao Barão Geraldo de Sousa Rezende). A Fazenda Santa Genebra (que em 1889 contava com 1250 alqueires foi vendida a Luís de Oliveira Lins de Vasconcelos e, em seguida, para José Pedro de Oliveira que na década de 1990 legou grande patrimônio a três filhas). A Fazenda Rio das Pedras (localizada na Estrada da Rhodia Km 12, no distrito de Barão Geraldo) manteve atividades agrícolas diversificadas ainda nos anos 1960 e apesar dos sucessivos parcelamentos ainda mantém o montante de 79 alqueires paulistas ocupados com pastagens. Na atualidade, cercadas por condomínios, universidades, centros de pesquisa e tecnologia, Shopping Center e bairros consolidados, as fazendas Rio das Pedras, Santa Genebra, Anhumas, Santa Cândida e Pau D'Alho se acham encravadas na área urbana e/ou em área de expansão urbana; as fazendas decorrentes do latifúndio Atibaia, encontram-se mais resguardadas em território rural. Mas, detentoras de, no mínimo, um milhão de metros quadrados para disponibilizar para o mercado,



cada uma das oito fazendas estudadas contam com um processo de valorização que suplanta em muito o lucro da área disponibilizada para agricultura.

Mas, quais os testemunhos que estas oito fazendas estudadas ainda guardam? A Fazenda Quilombo, origem da sesmaria do mesmo nome e das terras do latifúndio Atibaia, desapareceu quase que completamente, sobrevivendo no local algumas ruínas e vestígios arqueológicos que poderiam testemunhar sua importância (inclusive para o CONDEPACC que os considerou insuficientes para abertura de processo de tombamento). Entre as fazendas que contribuíram para a formação e consolidação deste latifúndio, a mais íntegra é a fazenda São Vicente que ainda mantém sua sede projetada pelo engenheiro arquiteto Ramos de Azevedo, ao lado de casas de colono, tulha, casa de máquinas, serraria, terreiros, canaletas, capela, caminhos, estação coletora, lagos e mata nativa, além de sítios arqueológicos. A Fazenda Atibaia ou Fazendinha guarda ainda parte de suas edificações e estruturas associadas aos ciclos econômicos do açúcar e do café, valendo observar que a sede já registra sérias alterações e que a casa do engenho de açúcar (adaptada para o café), a tulha e a casa de máquinas (em taipa, já em ruínas) contam com sinais acentuados de degradação. A fazenda Santa Cândida mantém a sede e apresenta estruturas produtivas comprometidas por reformas e/ou falta de conservação. A Fazenda Anhumas, em rápido processo de parcelamento, ainda mantém sua sede histórica, além de remanescentes da antiga Companhia Mogiana (Estação Anhumas). A Fazenda Pau D'Alho guarda a sede em conjunto com ruínas do engenho, escola e senzala; a propriedade também mantém a capela, os estábulos, a casa do poço, o depósito de ração e parte do antigo acesso para a estrada de Goiasés. A Fazenda Rio das Pedras, de uma beleza cênica ímpar, conta na atualidade com sua casa sede (muito alterada por reformas realizadas na década de 1960), com a tulha e a casa de máquinas (adaptadas para depósito e oficina), com uma das colônias e restos arqueológicos da senzala em quadra. A Fazenda Santa Genebra mantém em excelente estado de conservação sua sede, tulha, casa de máqui-

nas, terreiros e área de serviços gerais.

Os testemunhos mais caros das dinâmicas fundiárias que deram forma ao território campineiro aqui observados nas regiões norte e leste do município – se encontram vulneráveis e passíveis de se fazerem perdidos para sempre. O que temos são cicatrizes profundas na paisagem rural, geradas pela supressão de fazendas inteiras, ou ainda, por perdas parciais que também trazem danos irreparáveis à leitura e compreensão do universo rural em seu conjunto. Muitas fazendas, ao alterar seu uso e função, isolam partes (às vezes, grandes) de edifícios antes produtivos para deixá-los entrar em estado de decadência e ruína. E para além destas propriedades, um grande número de fazendas continua em processo acelerado de parcelamento das terras. As subdivisões, feitas em glebas, geralmente reduzem a propriedade ao entorno de uma estrutura física ainda presente (em geral a sede, tulhas, casa de máquinas ou capelas), valendo observar que uma expansão urbana espraiada vem predominando no território abarcando pelas áreas rurais.

Em meio às transformações, o Conselho de Preservação do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas (CONDEPACC) através de seu corpo técnico listou em 2004 mais de 100 propriedades rurais (não necessariamente fazendas) para avaliação, valendo observar que, na atualidade, apenas três fazendas encontram-se tombadas (Rio das Pedras, Pau D'Alho e Jambeiro). De qualquer forma, 35 bens referentes à arquitetura rural se acham em estudo de tombamento pelo conselho, entre eles, três das oito fazendas aqui pesquisadas (Anhumas, Fazenda Fazendinha e Fazenda Iracema).

Esta relação, por sua vez, não contempla a grande quantidade de propriedades que ainda se acham presentes no município e que mereceriam a chance de se fazerem investigadas e submetidas às ações de conservação e preservação da memória material e imaterial. Por outro lado, a longa espera dos resultados dos processos de tombamento vem se revelando danosa; enquanto não se concluem os estudos e processos de inventariação, continuam as ações de desrespeito e degradação. Somado aos esforços de reconhecimento e estudos, é



igualmente urgente pensar, aprimorar e implementar os procedimentos preservacionistas. Interessanos discutir: como podemos e devemos preservar o patrimônio rural de Campinas?

COMO PRESERVAR?

A ausência de incentivos ou de apoio público às ações de conservação e restauro, por si só, vem provocando sérias consequências na trajetória de preservação das poucas fazendas tombadas, situação que se revela ainda mais problemática em razão de parte deste território se achar sob guarda de diversos conselhos e secretarias: do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (integrado à Secretaria Municipal de Urbanismo de Campinas/SEMURB e à Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano); do Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas (integrado à Secretaria Municipal de Cultura de Campinas); do Conselho Gestor da Área de Preservação Ambiental de Campinas e o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (integrados à Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Campinas). Estes órgãos possuem atribuições e responsabilidades de gestão, cabendolhes a função de propor e promover pactos entre diferentes agentes sociais em prol da preservação natural e cultural do território.

Outros dados levantados pela pesquisa nos permitem considerar que a falta de planejamento se estabelece, antes de tudo, por força de interesses políticoeconômicos; que as preocupações com o patrimônio cultural se restringem, costumeiramente, às agendas políticas; que os desmembramentos e parcelamentos de terras nas regiões norte e leste do município de Campinas prestam-se a reforçar um vetor de crescimento das camadas de alta renda com sérias consequências de segregação sócio-espacial; que o alto valor alcançado pelas terras tem atuado com indutor do desaparecimento dos mesmos bens culturais e naturais (pouco estudados e conhecidos) num processo contínuo de afastamento das propostas e perspectivas de conservação e salvaguarda do

patrimônio rural de Campinas.

Parece claro que, para promovermos a proteção destes bens patrimoniais rurais (tangíveis e intangíveis), necessitamos afinar as regras de proteção e as diretrizes de legislação urbanística em âmbito municipal mantendo atenção sobre as questões de uso e ocupação numa perspectiva afinada ao potencial cultural do município de Campinas; questões que são, em si mesmas, complexas. Enfim, existem formas de viabilizar a inserção destes bens patrimoniais rurais – tão importantes quanto dispersos – nos projetos e ações de planejamento municipal? Existem meios de se considerar os remanescentes da natureza e da cultura como um motor de reordenamento territorial? Na atualidade, a ausência de incentivos ou instrumentos específicos de proteção e salvaguarda dos bens patrimoniais tem levado os proprietários das fazendas históricas da região norte e leste de Campinas a encontrar apenas na terra algum valor de mercado, o que tem deixado os mesmos bens à mercê de estratégias de vendas cujas divisões e parcelamentos por vezes se mostram incompatíveis com a própria legislação vigente (em particular, com a federal). Geralmente, as subdivisões feitas em glebas reduzem a propriedade a uma área de entorno da estrutura física sobrevivente (sede, tulhas, casa de máquinas ou capelas), encontrando-se as propriedades rurais mais significativas pelo seu passado histórico em processo acelerado de fragmentação e degradação.

A preservação destes remanescentes rurais implica em garantir a plena fruição de seus testemunhos para que eles possam se fazer ressignificadas enquanto legado cultural. Como proceder? Algumas medidas nos parecem interessantes: o apoio à agricultura familiar (que se acha presente em várias propriedades), a estruturação de roteiros turísticos (como alternativa viável, mas não obrigatória) ou ainda a desapropriação de algumas fazendas pelo poder público, perspectiva que pode redundar em resultados profícuos se existir por parte do poder público o compromisso de se estabelecer pactos com a sociedade e também com o proprietário que manteve o bem, de forma a garantir instrumentos de gestão eficientes na escala da conservação.



Os proprietários interessados em conservar seus bens tombados em área urbana também poderiam tentar se valer de incentivos fiscais: a lei municipal no. 12.445 de 21 de dezembro de 2005, regulamentada pelo decreto no 15.358 de 28 de dezembro de 2005, estabelece a isenção do IPTU para imóveis tombados pelo CONDEPACC. Existem, ainda, incentivos estaduais (LINC) e federais (Lei Rouanet) que, para se obter, o proprietário deve encaminhar uma solicitação aos órgãos competentes, valendo observar que os benefícios não são automáticos e nem se acham vinculados ao tombamento. No entanto, vale considerar, a sociedade parece distante deste processo. Os proprietários rurais se, muitas vezes se sentem tentados a ter seus bens patrimoniais tombados, eles não o fazem por não poder contar com instrumentos que poderiam lhes permitir o usufruto dos bens como troca de potencial construtivo com isenção de impostos, apoio financeiro e técnico para o restauro, conservação e reabilitação do bem.

Frente a tantas dificuldades, o estabelecimento/reconhecimento de uma chancela poderia ser útil, em particular, a Chancela da Paisagem Cultural. Este instrumento poderia oferecer proteção aos bens materiais, imateriais e naturais existentes, sem a necessidade imediata de percorrer todos os caminhos ligados aos processos de tombamento, inventário ou cadastro (poderão ser solicitados ao longo da investigação, caso haja necessidade e interesse de proprietários e da comunidade). A sua aplicação, por sua vez, dependeria de variáveis, em especial de políticas públicas capazes de promover modelos de desenvolvimento e regulação compatíveis com a proteção das manifestações locais, dos saberes e fazeres, ou ainda, de modos de produção, ocupação e fracionamento do solo afinados ao incremento de suas potencialidades econômicas (turismo, manufatura e artesanato, produtos alimentícios “in natura” ou transformados, entre outros).

O emprego desta chancela poderia complementar e integrar os instrumentos de promoção e proteção já existentes sem depender deles para se fazer aplicada e, ao mesmo tempo, lhe seria dado o poder de instituir novas ferramentas de salvaguarda, como a de monitoramento

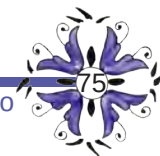
da paisagem. Receber esta chancela, por sua vez, implicaria em receber um selo de qualidade: o reconhecimento de seu valor cultural valendo observar que cada lugar teria liberdade de propor ações de acordo com seu contexto específico e sem a necessidade de se criar museus, centros culturais, percursos turísticos (apesar de serem ações possíveis, devido à enorme beleza cênica e cultural).

Este conceito nos permitiria estabelecer “pactos” numa perspectiva mais flexível, assim como abarcar contextos sociais, econômicos e políticos diferenciados, entre eles, bairros, distritos e cidades nas quais ainda existem áreas rurais de forte presença e identidade étnica (Sousas, Joaquim Egídio, Helvetia, Valinhos, Vinhedo, Morungaba, Santa Bárbara, Americana, entre outros, com ocupação de alemães, suíços, italianos, americanos, etc). A maioria das propriedades rurais não faz uso de nenhum mecanismo de proteção e se encontram vulneráveis à destruição pelo processo acelerado da expansão urbana.

Por fim, vale considerar que, para nós, é difícil pensar na implementação do instrumento da chancela de Paisagem Cultural nos termos propostos pelo diagnóstico da FUPAM, em especial, por Campinas não contar com um planejamento urbano estratégico compatível com as ações de sustentabilidade econômica de suas áreas rurais. Em nosso entender, tratase de finalizar as análises e adequações do Plano Diretor (em estudo desde 2006, vale lembrar) para então elaborar projetos não apenas para as áreas rurais, mas para as áreas periurbanas, consideradas “amortecedores” de sua expansão.

Referências

- ARGOLLO Ferrão ,A.M (2004) Arquitetura Rural dentro do Contexto sobre Patrimônio e Paisagens Culturais .(Relatório de Pós Doutorado ,Barcelona[EST]: ETSABUPC,2004.
- CASTRIOTA Leonardo Barci: Patrimônio Cultural: Valores e Sociedade Civil in Mestres e Conselheiros: Manual de atuação dos agentes do Patrimônio Cultural /organização Marcos Paulo



de Souza Miranda, Guilherme Maciel Araújo e Jorge Abdo Askar-
Belo Horizonte:IEDS,2009.217p;il
CURY,Isabelle,2000.(Org) .Cartas Patrimoniais .Brasília :IPHAN.
CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo : UNESP,
2001.

_____. O Patrimônio em Questão: antologia de um
combate; tradução João Gabriel Alves Domingos. Belo Horizonte,
MG: Fino Traço, 2011.

DELPHIM, C. F. M. Paisagem. Rio de Janeiro: Iphan, 6/11/2007.

REIS, Nestor Goulart. As minas de ouro e a formação das Capita-
nias do Sul. São Paulo: Via das Artes, 2013.

RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem cultural e patrimônio. Brasília,
Iphan, 2007.

Mídia digital

UNESCO.Convenção para a proteção do patrimônio mundial na-
tural e cultural .1972.Disponível em www.whc.unesco.org ,acesso
em 03 /05/2014

VASCONCELOS, Marcela Correia de Araújo. As fragilidades e
potencialidades da chancela da paisagem cultural brasileira. Re-
vista CPC. São Paulo, n. 13, p.5173, nov. 2011/abr.2012. Disponí-
vel em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15689/17263>.
Acesso em janeiro/2014

WEISSHEIMER, Mara Regina. Paisagem Cultural: Do Concei-
to à Prática. Revista Fórum Patrimônio. Belo Horizonte, v.5, n.2,
jul./dez./2012. Disponível em: [http://www.forumpatrimonio.com.
br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/view/116](http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/view/116) Acesso em
janeiro/2014.

IPHAN. Portaria no 127 de 30 de abril de 2009.





A zeladoria da Ponte Torta de Jundiaí: resgate, conservação e transposição

Antonio Luís Ramos Sarasá Martin

Conservador Restaurador, idealizador e coordenador da Zeladoria do Patrimônio Histórico Cultural. Atua nas áreas de consultoria, projetos, execuções de conservação e restauro, zeladoria e pesquisa no Estúdio Sarasá.

Flávia Sutelo da Rosa

Advogada, com especialização em Gestão de Patrimônio e Cultura. Atua na Coordenação de Projetos Culturais no Estúdio Sarasá.

ESTÚDIO SARASÁ CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO

RESUMO

O presente artigo tem o fito de percorrer a trajetória da Zeladoria do Patrimônio Cultural em um projeto de conservação da memória material e imaterial, tomando como substrato a Ponte Torta de Jundiaí.

PALAVRAS CHAVE: Zeladoria; Conservação; Educação; Pessoas

ABSTRACT

This article has the aim to course the path of the Janitorial Cultural Heritage in a conservation project, that works the material and immaterial memory, using the model of The Torta Bridge of Jundiaí, São Paulo, Brazil.

KEYWORDS: Janitorial; Conservation; Education; People



1 INTRODUÇÃO

A Zeladoria do Patrimônio Cultural, prática que tem se destacado em sede da proteção, entendimento e envoltura à conservação do Patrimônio, em todo o Brasil, emergiu diante da necessidade de se estabelecer conexões às atribuições de valores das pessoas às obras, a intimidade na relação histórica dos bens com a sociedade.

O restauro, desempenhado por empresas especializadas, caminha muito bem quando consubstanciado em preceitos e critérios técnicos, rendendo experiências exitosas no sentido da cultura do patrimônio. A Zeladoria respeita essa seara e amplia-se a outro campo, a tratar precipuamente a questão humana, conforme será aqui comunicado. As ações restaurativas, portanto, seguem seu desempenho técnico, perpassando por valores essenciais materiais e imateriais, dos quais a Zeladoria, em seu caminho nos campos do conhecimento, pertencimento e empoderamento, abarca.

Ao longo do percurso do Estúdio Sarasá, empresa com tradição familiar da Catalunha, referência na produção artística nos ofícios de azulejaria e vitrais, entendeu-se que era tempo de construir algo correlato à proteção e afeição no campo do patrimônio que fosse além da conservação, da manutenção e dos fundamentos preventivos ou corretivos, mas a significância junto à sociedade.

A Zeladoria busca exaltar identidades, memórias e a atribuição de valores pelas pessoas ao patrimônio, dentro da perspectiva preservacionista. Ações simples para perpetuar grandes legados. Trata-se do entendimento do patrimônio e o consequente envolvimento da população à visão do zelar.

Há mais de quinze anos, o Museu de Arte Sacra do Estado de São Paulo fez-se berço da Zeladoria do Patrimônio Histórico. O Estúdio Sarasá, com Antonio Luís Ramos Sarasá Martin, idealizou e coordenou, na época, a primeira iniciativa de Zeladoria, sediada no MAS-SP, a qual intitulou-se Formação de Zeladores do Patrimônio Histórico Cultural e Artístico, o qual teve como ênfase as artes e ofícios, destinado a jovens em

situações de risco.

O segundo grupo, formado por profissionais de diversas áreas, fez clara a relevância do caráter multi e interdisciplinar ao se pensar o patrimônio, sendo refletida a própria política cultural. Posteriormente, também no Museu de Arte Sacra, deu-se o curso Zeladoria do Patrimônio Histórico Edificado Paulista, em parceria com a Faculdade São Bento e o Estúdio Sarasá, trazendo mais uma conotação a essa vertente do zelar. A partir dessas edições e com muito trabalho, a Zeladoria propagou-se na gestão pública da cultura, por todo o país.

2 A ZELADORIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A Zeladoria veio responder à demanda de preservação do patrimônio, tendo em vista que os imóveis objeto de restauro, após um curto lapso de tempo, já eram, novamente, passíveis do restaurar. Com isso, muitas informações e documentação histórica e de vida se perdiam. É olhar o patrimônio com zelo, cuidado, interesse. Trata-se da defesa das estruturas e histórias de um bem, de uma manifestação artística, do intangível, da cultura. É trabalho investigativo, interpretativo, profundo, construtivo e simples, pois, a partir desta compreensão, surgem ações no sentido da permanência e manutenção. Destina-se para todos, pois estima escutar vozes, ouvir diferentes gerações. Acolher pessoas, idades, técnicas construtivas, composições. Os diferentes públicos são alvo das ações de zeladoria, uma vez que consiste no desenvolvimento de percepções e aptidões individuais, as quais culminam na retenção coletiva. É multi e interdisciplinar, pois ensina a observar, constatar e educar ao processo de manutenção, pela tecnicidade e por intermédio da intimidade com o legado.

A iniciativa justifica-se pelo amor e pela persistência das significâncias. Pelo direito e garantia à cultura, acesso ao conhecimento das técnicas, aos saberes, às artes e ofícios tradicionais. Para a sustentabilidade das obras históricas (materiais e imateriais) e do meio ambiente.

A Zeladoria busca o entendimento da essência, das



transformações e adaptações, do estágio atual e da importância da permanência de um bem, de uma história. Aspira a proteção para que se evite, mais tarde, uma intervenção incisiva e a desnaturalidade ou a perda. Resgate da memória, avivo da identidade, despertador do empoderamento, preserva aspectos materiais, históricos e simbólicos dos monumentos, com ênfase na condição humana.

O espírito do zelo principiou, portanto, diante das execuções de restauro no patrimônio edificado, na intenção da estima e retomada da mão de obra das artes e ofícios, por intermédio do aprendizado assistido, conjecturando-se um programa teórico e prático, uma educação formadora.

Instituições culturais, proprietários de bens históricos, órgãos da Administração Pública, tais como Prefeituras precipuamente, o Legislativo ao pensar o texto de lei e a própria atuação em atendimento às demandas do Ministério Público na satisfação dos interesses difusos, a Zeladoria, caminha para operar como política pública de preservação de identidades e de culto à memória.



Fig. 1 - Fotomontagem com Projetos de Zeladoria do Patrimônio Cultural desenvolvidos pelo Estúdio Sarasá: no Museu de Arte Sacra de São Paulo (2005) e no Engenho Central, em Sertãozinho (2013).



Fig. 2 e 3 - Zeladoria na Fortaleza de Itaipu, na Praia Grande (2015) e no Casarão Brigadeiro Tobias, em Sorocaba (2015).



Fig. 4 e 5 - Zeladoria no Vale do Ribeira nas edificações da imigração japonesa (2013) - na imagem, a retomada da Igreja Episcopal Anglicana, e no Projeto de Conservação e Zeladoria da Ponte Torta, em Jundiá (2015) - na foto, a coleta de depoimentos da população.



Fig. 6 e 7 - Projeto de Conservação e Zeladoria da Ponte Torta, em Jundiá (2015) - antes e no final do desenvolvimento da proposta cultural.

3 A ZELADORIA DA PONTE TORTA

Na Ponte Torta, desenvolveu-se todo um trabalho de envolvimento da população. Uma carreta itinerante levou a Zeladoria a bairros da periferia, realizou a gravação de testemunhos, desenvolveu material lúdico e oficinas para crianças, palestras com temáticas correlatas à preservação do patrimônio, tudo com a transmissão do senso do zelar, além da conservação e a preservação físicas do edificado.

Quanto à materialidade, efetivou-se estudo primeiro do estágio de conservação da Ponte Torta, diagnóstico com levantamento de danos e patologias para o entendimento das degradações, estudo da técnica e prospecções dos materiais e estruturas. No que se refere às ações executivas, realizou-se a limpeza e higienização do monumento, a remoção das pichações, consolidação com a substituição dos tijolos comprometidos, deficientes ou com perda estrutural, reconstituição da argamassa fazendo uso da técnica tradicional, bem como as mencionadas ações de educação patrimonial e

registro. Com o projeto, estabeleceu-se uma ponte com a história da cidade, com a atribuição de valores das pessoas ao patrimônio, sendo despertado o resgate histórico social do bem e da sociedade em relação a este.

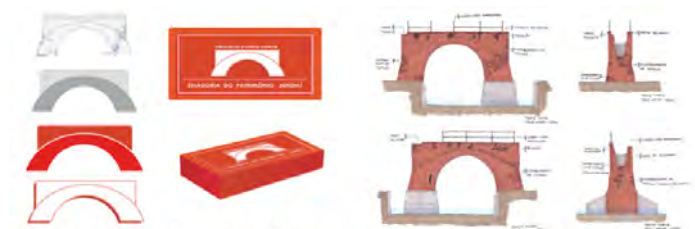


Fig. 8 e 9 - Estudo para a identidade do Projeto - o ícone do tijolo e o mapeamento dos danos da Ponte Torta. Acervo Estúdio Sarasá, 2014.

Elegeu-se o tijolo como símbolo do projeto, no sentido de que cada pessoa seria uma peça na construção do senso do zelar pela Ponte e pela História de Jundiaí.

O tijolo, elemento que constitui e estrutura a Ponte Torta, construiu, também, as Casas dos Imigrantes e a própria história da cidade. Investigou-se o papel deste material e sua utilização, estudando-se sua composição, formato, o que esse objeto edifica e guarda a Jundiaí, a forma de morar que, a partir dele, se estabelece, e o próprio sentido de proteção e solidez que o tijolo dá à sociedade. Como um elemento tão simples (mas tão singular à história da cidade...), tão sólido e forte, transpõe o rio, as pessoas e o tempo? A Zeladoria veio para responder essas questões.



Fig. 10 e 11 - Prospeções na Ponte Torta de Jundiaí pela equipe técnica do Estúdio Sarasá, 2014.



Fig. 12 - Encontros semanais do Projeto - na carreta ou na Biblioteca Municipal, abertos ao público, ao longo de seis meses, com temáticas correlatas à preservação do patrimônio. Fig. 13 - Carreta da Zeladoria e oficina com as crianças do Bairro Novo Horizonte, em Jundiaí.



Fig. 14 e 15 - Consolidação da Ponte Torta pela equipe do Estúdio Sarasá.

O Estúdio Sarasá propôs um ponto de memória, um belvedere, após a implementação das medidas de consolidação e educativas, no sentido de provocar o entendimento espacial e histórico da Ponte Torta, a democratização e fruição do Monumento, compreendendo-se sua função de ligação passada, entre o centro e a direção à ferrovia, transpondo-se, no tempo, sua essencialidade.



Fig. 16 e 17 - Estudo para a proposição do mirante, no início do projeto, e a preparação do local de observação à Ponte Torta.



Fig. 18 - Belvedere: fruição do monumento hoje, interpretação de sua história e sustentabilidade de sua memória.

Jundiaí, hoje, desenvolve diversas e importantes iniciativas acerca do patrimônio cultural. O Projeto de Conservação e Zeladoria da Ponte Torta fez pontes com o carnaval da cidade e trouxe o destaque do bloco do patrimônio, com o diálogo acerca da preservação da Casa Rosa, na cidade, cooperou a projetos e à própria política pública (exemplo são o Urbanismo Caminhável, Plano Diretor Participativo, etc), contagiou idades e camadas da população. A Zeladoria foi uma atitude inovadora ao ser praticada pela gestão pública do Município, tendo sido capitaneada pela Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, que se fez enérgica junto às ações do projeto.



Fig. 19 - As pontes da Ponte Torta e Fig. 20 - Placa de inauguração da Praça Erazé Martinho, local da Ponte Torta, com texto elaborado pelo Estúdio Sarasá "Uma Ponte para a História".



Fig. 21 - A Ponte Torta após o Projeto de Zeladoria, na entrega do monumento à cidade, em dez. 2015.

O Estúdio Sarasá recebeu menção honrosa na Itália pelo Projeto de Zeladoria da Ponte Torta de Jundiaí, na 5a Edição do Prêmio Internacional da Restauração do Patrimônio Arquitetônico Fassa Bortolo Domus restoration and preservation. Concebido e promovido pela Fassa S.r.l., e pelo Departamento de Arquitetura da Universidade de Ferrara, é um importante reconhecimento de um projeto brasileiro de preservação do patrimônio internacionalmente. O projeto foi apresentado no XXIII Salão da Economia, da Conservação, da Tec-



nologia e Valorização dos Bens Culturais e Ambientais. O Estúdio Sarasá participou do Salão de Restauro e representou, também, a ASSEER - Associação de Empresas e Entidades de Gestão, Execução de Projetos e Serviços de Conservação e Restauro, ao abordar a temática da Política Cultural no Brasil, notadamente quanto à restauração do patrimônio arquitetônico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O método e a operacionalidade do programa de Zeladoria se dá com o chamamento da população, a qual recebe todo um conteúdo teórico e prático acerca do patrimônio, por intermédio da história pessoal de cada um, história de família, da cidade, do monumento, as técnicas e fazeres tradicionais (etapa do entendimento/conhecimento) e, com isso, provoca-se a inserção e relação das pessoas com o patrimônio (pertencimento). Integrado com o patrimônio cultural, o cidadão (pois a zeladoria perpassa pela própria cidadania) sente-se sensibilizado, motivado e capaz à conservação (empoderamento), uma vez que a zeladoria labora com questões simples de manutenção (seja a limpeza de uma cobertura, a hidratação do madeiramento, uma caiação, a manutenção do entorno da edificação, a limpeza dos condutores de águas pluviais, seja a busca pela tradição do bem cultural).

O Estúdio Sarasá foi selecionado com o Projeto Zeladoria do Patrimônio Histórico Cultural pela Comissão Estadual do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade - 2015 (IPHAN Superintendência em São Paulo), sendo reconhecida como ação de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro.

A Zeladoria é reposta plausível, factível e valiosa que foi dada nesses muitos anos de atuação do Estúdio Sarasá, diante da realização de ações simples, com o poder transformador do coração humano.

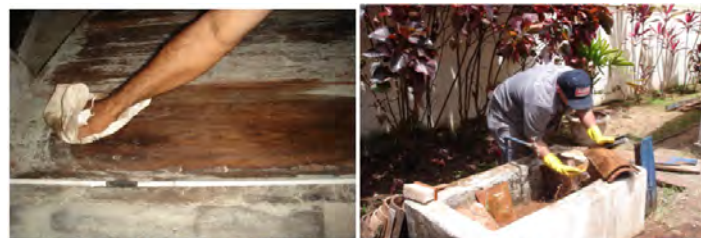


Fig. 22 e 23 - Zeladoria do Patrimônio Histórico Cultural: pequenos gestos, grandes trabalhos.

A Zeladoria busca compreender a produção humana, como foi criada e usada, quem moldou, como o fez e sob qual influência, como as obras foram usufruídas, quais são as marcas daqueles que a tocaram, os formatos, os acréscimos, o planejamento, a forma de habitar e conviver, forte no preceito educativo, resgatando essências e valores de vida. Vê-se a Zeladoria como um dever de se hoje compreender como as histórias foram adaptadas e podem ser utilizadas, na perspectiva de que sejam repassadas às gerações vindouras, sob o espírito da integração, transmitindo-se os saberes e fazeres.

O movimento da zeladoria independe da forma de acautelamento, se o bem é ou não tombado. O que aspira-se, profundamente, é a preservação das manifestações e artes, atribuindo-lhes o zelo.

Para cada objeto, a cada lugar, é pensada uma proposta específica de zeladoria. A cada ação, a busca pelo o caminho da integração da sociedade com o patrimônio. Na aspiração de desenvolver e potencializar o sentimento de atribuição de valores, vê-se a Zeladoria como um gesto importante para a própria política de permanência das medidas de preservação do patrimônio. Com as ações técnicas, o resgate e, então, o entendimento para a consequente participação.

Adstrita ao patrimônio histórico material e imaterial, a Zeladoria busca compreender a história que conta o edificado, as artes nele incutidas e as vidas dali embebidas, que hoje merecem captação e o gesto do perpetuar. Pela experiência que vem sendo colhida, essa prática, esse senso, esse animus, merece registro, divulgação, reconhecimento e, precipuamente, envolvimento e motivação de mais camadas, o que ora vimos apresentar, no espírito e estima da propagação.



Digressões sobre a intervenção em patrimônio cultural no Brasil

Vladimir Benincasa

Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – UNESP

RESUMO

Trata-se de um pequeno e breve pensamento sobre a questão da prática de intervenção em edificações consideradas de interesse patrimonial no Brasil. Não é um estudo científico, mas divagações sobre alguns exemplos recentes numa visão muito particular, fruto mais da curiosidade do autor: uma crônica sobre o patrimônio.

Palavras-chave: Intervenção, Patrimônio Histórico, Brasil

ABSTRACT

This are a small and brief thoughts on the issue of the practice of intervention on historical heritage in Brazil. Is not a scientific study, but digressions on some recent examples in a very particular vision, fruit of the curiosity of the author: a chronicle about the cultural heritage.

Key Words: Intervention, Historical Heritage, Brazil



A questão da intervenção em edifícios considerados de interesse de preservação passa, necessariamente, pela compreensão de sua história e dos motivos pelos quais ele veio a se tornar representativo para um determinado grupo de pessoas. Compreender isso é de fundamental importância para responder a questão “como intervir”. Não há fórmulas exatas nem mágicas – sempre é bom lembrar que a arquitetura classifica-se como uma das ciências sociais aplicadas, ou seja, algo que nasce de variáveis mutáveis a cada nova ação, de decisões muitas vezes individuais ou tomadas por grupos definidos, entre diversas teorias, e cujo resultado poucas vezes será uma unanimidade.

Sendo assim, talvez o mais acertado seja tomar decisões de projeto caso a caso, que respondam aos anseios daquelas comunidades que estão mais próximas do bem ou, melhor dizendo, daquelas comunidades que interagem mais diretamente com esse bem patrimonial: que o influenciam e sofrem sua influência no cotidiano. Há bens que despertam o interesse mundial. Outros dizem respeito a uma nação, há os regionais, e até mesmo aqueles pessoais. Vou me deter nesses regionais, locais – e me coloco aqui não como estudioso das teorias de restauro ou preservacionistas, que nunca foram meu foco direto de pesquisa, mas como um observador de casos efetivamente levados a cabo. Um usuário, enfim. A classificação é um bem como patrimônio cultural indica já de antemão que, por algum motivo, houve um interesse por ele e a decisão por qualquer tipo de intervenção sugere que há o interesse de uma comunidade em preservá-lo, ou seja, que ele importa para ela por alguma razão, que passa por valores diversos: sejam eles afetivos, históricos, artísticos... Essa edificação pode estar ainda em uso ou não, pode ter mantido seu uso original ou pode ter sido usada de diversas maneiras ao longo de sua vida “útil”. A economia, um dos fatores que movimentam a história, interfere sobre as edificações, forçando sua constante adaptação.

Uma pergunta que se coloca logo no início do processo de intervenção “para quê”? A que e a quem se destina,

qual será a finalidade? E outras vem logo a seguir: deve-se manter ou não a função original? A função primeira, para a qual foi construída ainda se faz necessária hodiernamente? Há que se fazer atualização da infraestrutura básica para tornar viável seu uso contemporâneo? Intervir minimamente ou causar o choque entre o original e o contemporâneo? E tantas outras...

As respostas poderiam vir de um consenso entre a comunidade que usa essa edificação e dos profissionais responsáveis pelo projeto de intervenção: nunca ser uma imposição de mão única.

Comento alguns casos que considero interessantes como exemplos e cujos partidos projetuais foram bastante diversos.

Um deles, de intervenção mínima, respeitosa e delicada: o Museu Casa Lacerda, da cidade da Lapa, no Paraná. Trata-se de uma casa de meados do século XIX, cujos habitantes participaram de eventos importantes durante a Revolução Federalista de 1894. Uma única família ocupou a casa até a década de 1980, quando foi doada ao IPHAN, com todo o mobiliário, objetos utilitários e decorativos, equipamentos e um grande acervo de roupa de cama, mesa, banho e vestuários com a expressão condição que se tornasse um museu-casa, voltado à história do cotidiano familiar. Uma das doadoras, escritora, elaborou pequenos textos que se espalham pelos cômodos da casa, relatando fatos prosaicos que ocorriam em cada um deles. Ao se percorrer a casa, além dos objetos, dos ambientes, os textos promovem uma experiência particular a cada visitante, pois cada um os interpreta de maneira única e pessoal, qual literatura, e aí se estabelece uma conexão muito íntima entre o usuário e a casa. Poucas intervenções foram feitas na adaptação da casa-lar para casa-museu: não há iluminação especial, nem anteparos nas janelas – a não ser cortinas; não há sons de ambientação – a não ser o da cidade ou os passos no assoalho ou no ladrilho. A casa foi mantida praticamente como era, exceto pela instalação de um sistema de segurança, criação de ba-



nheiros públicos no quintal, uma sala de administração e reserva técnica e por obras de conservação. Ela está inserida no centro histórico da cidade, onde a maioria das edificações ainda são residências ou comércio. Não destoa, agrega! E funciona muito bem ao sanar a curiosidade do visitante de conhecer uma casa por dentro, com seus objetos e suas histórias. Ela conta a história cotidiana de 130 anos dessa família, que foi bastante semelhante ao de muitas outras, Brasil afora, com seus objetos ameadados durante as várias gerações que por ali passaram. Há vida e verdade nessa casa-museu.

Passo agora a casos de intervenções mais radicais, como a Estação da Luz, em São Paulo, e sua transformação parcial no Museu de Língua Portuguesa. Trata-se de uma edificação importante para a história paulista e brasileira da qual se preservava quase intacto o aspecto externo, além da gare – no seu interior, o saguão principal e os escritórios de andares superiores haviam sido praticamente destruídos por incêndio em 1946. Com o final dos trens de passageiros de longa distância em 2001 e a privatização do transporte de cargas ferroviário logo depois, boa parte da edificação encontrava-se desativada. Foi quando se propôs a sua reutilização parcial como um museu, cuja temática em nada se relacionava com seu passado. A intervenção destruiu paredes dos andares superiores, foram instalados elevadores, pisos em parte removidos, gerando um espaço interno totalmente distinto de sua concepção original, numa intervenção bastante original. O Museu, dotado de tecnologia de última geração, tornou-se um sucesso de público, com mostras, tanto a permanente, quanto as temporárias, muito procuradas. A intervenção sofreu muitas críticas, devido ao seu caráter transformador de um prédio histórico de valor nacional. Ora, o público aprovou, mas alguns teóricos e acadêmicos não: com quem está a razão? Seu interior já não era o original, nem sua função respondia mais às necessidades do momento. Qual o mal, então, em adaptá-lo a algo novo e que o trouxe de novo à “vida” útil da cidade? Lembremo-nos que seu exterior, ícone paulistano, fora recuperado e preservado integralmente durante a sua

transformação em museu...

Casos semelhantes existem aos montes: Sala São Paulo, os espaços culturais da Praça da Liberdade (Belo Horizonte), os Centros Culturais do Banco do Brasil (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte), SESC Curitiba... O mesmo ocorre no exterior, basta lembrar o Caixa Forum, em Madri, Espanha.

Tão ou mais radical, foi a intervenção efetuada no atual Museu Rodin, de Salvador, que, enquanto projeto de arquitetura é belíssimo. Um antigo casarão, eclético, foi adaptado para abrigar exposições. Era um casarão do início do século XX, íntegro, sem alterações, com paredes internas e tetos de estuque recobertos por pinturas decorativas bastante elaboradas e requintadas, pisos assoalhados finamente trabalhados. O projeto previu a destruição de várias paredes internas, como forma ampliar as salas expositivas; destruição parcial dos fundos da edificação, com a instalação de uma passarela suspensa, em concreto, que conduz ao anexo situado aos fundos – uma imensa caixa de concreto e vidro. Tudo resulta harmônico, dosa-se bem o contraste entre contemporâneo e eclético, o espaço resultante é estimulante e rico visualmente... Mas como lamento a destruição daquelas paredes internas, recobertas por pinturas, e da volumetria do casarão comprometida ao fundo pela passarela e pela retirada da antiga fachada! No entanto, as pessoas que ali frequentam parecem gostar muito do espaço, do projeto, do museu. Tento me consolar pensando que uma casa naquelas proporções seria praticamente inviável de se manter viva naquele bairro e local, por ser anacrônica, e que melhor ser o que é do que uma agência bancária, clínica ou algo do gênero. Mas como dói... apesar de gostar do projeto!

Também se pode pensar no caso de antigas construções rurais, fazendas, engenhos, espalhados pelos interior do Brasil, células que movimentaram a economia nacional durante séculos. Quase todas surgem dentro de um ciclo agropecuário determinado, quando seus equipamentos originais respondiam a um determinado uso,



mas que, com a mudança de atividades ou culturas, parte de seus conjuntos arquitetônicos ficou obsoleto, sem uso. Vejamos o caso das antigas fazendas de café paulistas: o que fazer, por exemplo, com os imensos galpões, destinados ao beneficiamento e à estocagem dos grãos, se já não servem mais ao que se prestavam? O que fazer com o maquinário? O que, por que e como preservar... Fazem parte de uma história importante, mas os custos de manutenção e conservação são altíssimos! Como impedir as intervenções necessárias, as adaptações aos novos usos e o consequente risco de alterações em seu aspecto físico? Como impedir as alterações desastrosas?

A boa formação dos profissionais – arquitetos, engenheiros, restauradores, técnicos em geral, etc. - é importante, mas nada garante que a falta de sensibilidade seja a tônica, mesmo quando sob a vigilância de órgãos aparentemente competentes para tal.

O caso recente da Fazenda Pinhal, em São Carlos, é um exemplo cujo resultado é bastante questionável. Todos os critérios de restauro atual foram seguidos durante as fases de consolidação de telhados, de estruturas, de paredes, pisos e forros, porém ao chegar na fase de acabamentos isso tudo parece ter sido abandonado. A pintura deixou a desejar ao falsear os “testemunhos” deixados. A antiga pintura, descoberta embaixo de inúmeras camadas de tintas variadas, acumuladas ao longo dos seus quase duzentos anos, foram retocadas, adquirindo uma aparência de “falso antigo”, um simulacro lamentável, fruto de uma atitude bastante arrogante do restaurador, que se sobrepôs a pareceres técnicos e mesmo à opinião dos proprietários.

Como conclusão, penso que uma boa intervenção é aquela que mistura conhecimento técnico e sensibilidade do interventor, que resgata a vida e o uso de uma edificação, que gera um espaço com qualidades estéticas, confortável, agradável, instigante, independente do grau de intervenção proposto, que atenda às necessidades de seus usuários antigos ou novos. Pode-se, e

deve-se, eleger alguns exemplares, os mais significativos, e preservá-los o mais fielmente que seja possível – como testemunhos de uma época, mas fazer o mesmo com todos é cercear o direito de torná-las contemporâneas e úteis.

Uma última questão, pertinente depois de quase um século da criação dos serviços de patrimônio no país: talvez tenha chegado a hora de se rever as políticas de tombamento e, principalmente, de como efetivamente custear e gerir os bens tombados. Se um bem é declarado de interesse de preservação, isso deveria fazer com que ele fosse acessível à população em geral, ao menos em algumas temporadas anuais, em contrapartida, parte da sua manutenção deveria ficar a cargo dessa mesma sociedade, através de um fundo específico para tal. Ai cabe a pergunta final, a sociedade realmente se importa com o patrimônio dito histórico? A intervenção, seja ela de que tipo for, passa também pela questão financeira e uma boa proposta e execução são fatores importantes para um bom resultado e “custam”.



A singularidade das paisagens industriais antigas e o processo de Reabilitação Integrada

Alice Tavares

Investigadora | RISCO, Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Aveiro, Portugal

Maria Rita Amoroso

Investigadora – FEC –UNICAMP - Diretora de Património IAB, Campinas, Brasil

Aníbal Costa

Professor Catedrático | RISCO, Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Aveiro, Portugal

RESUMO

As indústrias antigas apresentam um enorme potencial para o turismo com componente cultural. O facto de muitas serem compostas por um parque edificado de grande interesse com espaço natural envolvente confere-lhes as características que, se bem utilizadas, garantirão a sustentabilidade do investimento, mas também a preservação do Património Arquitectónico. Considera-se que, tal se consegue atingir quando se segue um processo de Reabilitação ou Conservação Integrada onde se alia investigação e intervenção nesse território, bem como uma análise sobre os mecanismos de atratividade competitiva do local e um plano de manutenção posterior à intervenção. À luz destas premissas e entendendo que o papel final da investigação é apoiar e garantir uma intervenção mais qualificada no território, este artigo procura abordar algumas das etapas de um processo de Reabilitação Integrada, apoiando-se para este debate em dois casos de estudo: um caso Português, a Unidade Industrial da Fábrica de Porcelanas da Vista Alegre e, um caso Brasileiro a antiga Fazenda de São Vicente. Assim, apresenta-se o que da análise histórica é essencial para a gestão da intervenção para a garantia de preservação de níveis de autenticidade e integridade aceitáveis, tendo em conta as Cartas internacionais da UNESCO. Continuando por uma análise em termos de enquadramento territorial e acabando na definição prévia de estratégia de reabilitação (com definição da filosofia de intervenção, previamente a qualquer iniciativa). Esta, irá incluir as etapas de inspeção, análises e ensaios laboratoriais e in situ, identificação quantificada de anomalias, causas de dano e as decisões técnicas subsequentes para o projeto de reabilitação ou conservação e ainda o de manutenção. Este artigo aborda resumidamente o trabalho desenvolvido e ainda em desenvolvimento nestes dois locais de indústrias antigas e o papel que a investigação pode desempenhar para apoiar a intervenção e a decisão de gestão.

Palavras-chave: património industrial, reabilitação, conservação e salvaguarda, turismo.



ABSTRACT

The old industries have a great potential for cultural tourism. The fact that many of these are composed of several buildings, often of great interest and a natural landscaped surroundings provide features that, if used properly, ensure the sustainability of the investment, but also the preservation of Industrial Architectural Heritage. It is considered that this can be achieved when it develops according to an Integrated Conservation process which combines research with intervention in the territory. This should include a previous analysis of the competitive attractiveness of the local mechanisms (in the case of touristic place) and a management plan of maintenance to apply after the intervention. In this sense, these assumptions and understanding consider that the final role of research is to support and ensure a more qualified intervention in the territory. This article seeks to address some of the steps of an integrated conservation process, supporting up to this debate in two case studies: the Portuguese case, the Industrial Unit Porcelain Factory of Vista Alegre and the Brazilian case the old coffee Farm São Vicente. Thus, it is presented the resume of the historical analysis which is essential for the preservation of good levels of authenticity and integrity, according to the UNESCO International recommendations and Charters. Furthermore, it is necessary to continue an analysis in terms of territorial framework and conceive the process with the previous definition conservation strategy (with the definition of intervention philosophy, before any initiative). This will include the assessment steps, analysis and laboratory testing or in situ, quantified identification of anomalies, causes of damage and subsequent technical decisions for the conservation project and also the maintenance. This article briefly discusses the work that still is developing in these two sites of old industries and the role that research can play in supporting the intervention and decision management.

Keywords: Industrial heritage, conservation, heritage protection, authenticity, tourism.



Introdução

O Património Industrial em Portugal e no Brasil apresenta uma grande riqueza de estruturas e paisagens (construídas ou naturais, sobretudo nos casos de indústrias agrícolas). No entanto, a necessidade de estudos sobre este Património é premente, dado o risco de perda irreversível, por falta de função, de proteção, por degradação, por problemas associados à transmissão de propriedade, por falta de medidas proactivas de entidades responsáveis, por falta de pressão de uma opinião pública esclarecida, por falta de investidores ou capacidade financeira. A maior dificuldade na salvaguarda deste Património decorre principalmente da perda de função, a falta de uso abre assim as portas a ocupações ilícitas, ao vandalismo e ao decaimento. A questão do direito de propriedade e da sua transmissão é um problema complexo, que está na base de vários casos de abandono. Concomitantemente o facto de este Património ser muitas vezes de grande dimensão apresenta-se como um fator acrescido de dificuldade na sua preservação, dado o investimento necessário para colocar a antiga Unidade Industrial em uso, independentemente da função destinada. Paralelamente, a falta de medidas de proteção, de classificação ou de orientação tornam-se fatores que permitem intervenções que não garantem a preservação da autenticidade, salvaguardando-se os casos excecionais das intervenções realizadas por técnicos com competências na intervenção no Património. Os casos de estudo selecionados para este artigo são a Unidade da Fábrica de Porcelanas da Vista Alegre (VA, Figura 1) localizada em Ílhavo (distrito de Aveiro, Portugal) que foi fundada em 1826 e a Fazenda São Vicente – (Campinas, SP, Figura 2) fundada em 1813 com a denominação de Fazendinha.



Figura 1 – Unidade Industrial da Fábrica de Porcelanas da Vista Alegre (créditos: Fábrica de Porcelanas Vista Alegre Atlantis)



Figura 2 - Fazenda de São Vicente, Campinas, SP (créditos: Maria Rita Amoroso)

Estas estruturas industriais são compostas por mais do que um edifício, incluindo um conjunto de construções associadas à produção antiga, como o bairro operário, a capela e outras infraestruturas, a maior parte delas ainda existentes. Recorre-se a estes dois casos de estudo para abordar a problemática de uso do Património Industrial e as etapas porque deveriam passar em fase de reabilitação. A primeira indústria (VA) mantém no presente a sua função original de produção de porcelana, estando algumas das suas estruturas habitacionais a ser transformadas para hotelaria e portanto dirigidas ao turismo. O segundo caso (Fazenda de São Vicente), sendo uma indústria agrícola cuja produção antiga foi o café vê no presente alterada a sua função para gado de corte e residência do proprietário. O debate em torno da função a dar a este tipo de estruturas é atualmente um ponto-chave para a proteção das mesmas, já que a estratégia a usar depende da capacidade de exigência de compatibilização entre o existente, o valor cultural e a nova função. Por estes motivos se considera fundamental que a investigação seja a mais aprofundada possível, antes da atribuição da nova função.

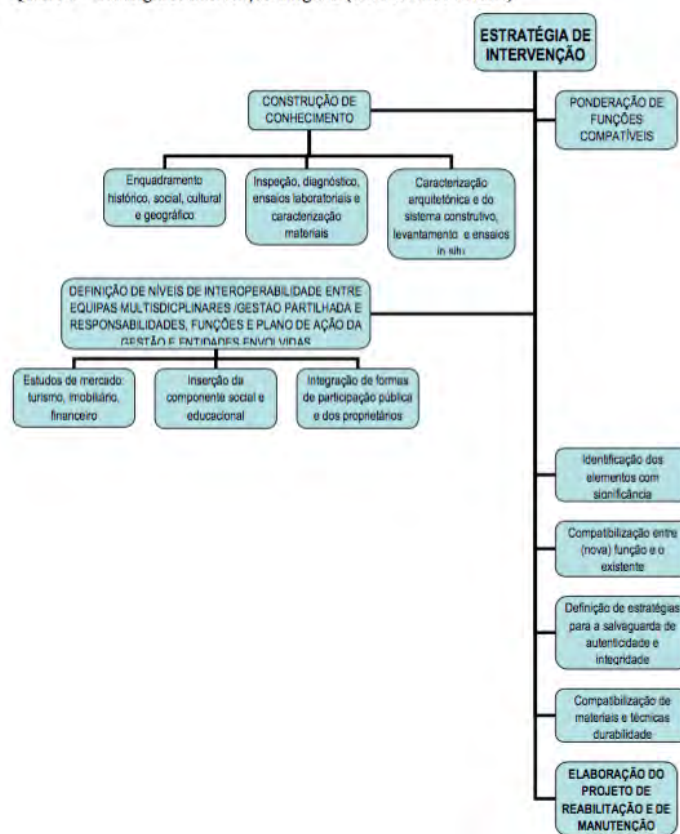
Ensaio para uma estratégia de reabilitação integrada aplicada a indústrias antigas

A definição da estrutura de uma estratégia de reabilitação integrada deverá ser a primeira etapa a desenvolver como medida prévia a qualquer intervenção. Assim, iremos apenas destacar as componentes que realçam



a compatibilização entre o valor cultural do existente e as intenções de intervenção, por considerarmos que é neste aspeto que subjaz em fase precoce o sucesso de uma intervenção com qualidade, deixando de parte as questões específicas de gestão e planeamento, que são no entanto igualmente importantes para a implementação da estratégia. O Quadro de Estratégia de Intervenção Integrada (Quadro 1) agora proposto coloca um extenso trabalho prévio antes da fase de projeto em si ou de desenho do Plano de Intervenção. Considera-se assim, que as decisões de qualidade só se atingem quando existe um nível de conhecimento profundo sobre todos os aspetos deste Património Industrial. Esta fase inicial de trabalho será bastante mais facilitada se tiver a colaboração em rede das universidades e dos municípios. Sendo que os estudos realizados em meio universitário devem ter a preocupação de enquadrar formas apropriadas de comunicação da investigação que realizam, para o exterior e, estarem disponíveis para a comunidade, independentemente da forma de retorno encontrada. Por outro lado, os municípios devem chamar a si a responsabilidade de definição de funções compatíveis para este Património, apoiando os proprietários na definição da melhor solução. Contudo, mais uma vez, para que as decisões sejam qualificadas, os municípios devem-se apoiar num corpo técnico muito especializado (quer seja interno ou externo à instituição) para que não se cometam, em fase inicial do processo, erros irreversíveis.

Quadro 1 – Estratégia de Intervenção Integrada (créditos Alice Tavares)



Após esta primeira fase de trabalho, espera-se atingir o conhecimento necessário para a reestruturação das equipas de trabalho multidisciplinares, em rede interinstitucional, que deve definir as linhas de interoperabilidade e comunicação, bem como os meios e responsabilidades de cada um para se atingirem os objetivos. Esta é uma fase que em muitos países carece de aprofundamento, já que existem dificuldades de várias origens na facilitação do acesso à informação e de comunicação entre instituições e privados/investidores ou público/comunidade. Esta estrutura alargada deve incluir consultadorias nas valências que contemplem: o financiamento, a gestão, o estudo do mercado imobiliário.



liário e turismo (se o projeto tiver esta componente), a Educação para o Patrimônio e Cidadania, a componente social. Deve ainda facilitar meios de comunicação devidamente calendarizados de participação pública e de acompanhamento assertivo dos proprietários. Res-salva-se contudo, que as formas de participação das comunidades devem ser expressas de forma clara, mas tendo presente um conhecimento profundo destas mesmas comunidades, já que em alguns casos, o primeiro trabalho com as mesmas deverá ser o de sensibilização para a não destruição. Alterações significativas da estrutura da população envolvente que tenham ocorrido nos últimos 50 anos representam normalmente quebras ao nível da transmissão da memória do local e necessitam de medidas específicas de atuação, que passam por campanhas de valorização do legado do Património Industrial antigo. Por várias razões, a participação pública é importante e necessária, incluindo para a sustentabilidade e preservação dos locais. No entanto, nem sempre é possível atribuir à população uma efetiva participação na decisão, numa primeira fase. Para estes casos será necessário um trabalho continuado com as mesmas ao nível da formação cultural e integração social, que pode levar vários anos e não deve estar sujeito a ciclos políticos.

A agilização de todo o processo só se consegue quando o espírito colaborativo imperar entre todos (instituições, população, investidores) e quando todos entenderem que o objetivo principal é a preservação do seu Património e não qualquer outro interesse em particular ou externo. Por este motivo, será normal que leve algum tempo até à fase eficaz de implementação. Após a definição desta rede de trabalho, que pode funcionar igualmente dirigida ao Património em geral e não apenas ao Industrial, classificado, em vias de classificação ou não classificado, será mais fácil passar para a fase de decisão mais técnica (nas diversas valências).

A última fase proposta que terá todos os inputs das fases preliminares será desenvolvida por um corpo técnico e de investigação especializado, que deverá definir a filosofia do projeto, nomeadamente passando por identificar os elementos de significância existentes,

para que a definição de critérios de compatibilização da nova função não os comprometam. Esta fase passa ainda pela definição dos critérios de atuação ao nível da intrusividade da intervenção, tendo presente os valores de autenticidade e integridade, que são aspetos difícil de abordagem e de conciliação e portanto exigem uma elevada ponderação. Só concluindo esta etapa se devem definir as linhas de desenvolvimento do projeto, acordando previamente quais os materiais e técnicas construtivas que melhor se aplicam e cumpram uma vez mais o critério- chave da compatibilidade. Bem como, as necessidades de manutenção futuras, já que a sustentabilidade económica do investimento e intervenção na fase de uso desse Património, depende das decisões que se tomarem nesta fase. Evita-se assim, o que por vezes se verifica de realização de grandes investimentos, cuja manutenção a seguir do edificado e espaço envolvente é tão onerosa que o abandono dos espaços volta a acontecer.

O que aparentemente se pode apresentar como complexo é razoavelmente simples, porque no fundo representa apenas uma estrutura de trabalho que tem como objetivo: conhecer antes de intervir, de forma integrada.

O papel do enquadramento histórico e geográfico da construção das indústrias

O enquadramento histórico e geográfico permite avaliar a importância dos locais de estudo em relação à região onde se implantam, a nível nacional e internacional. Este é um aspeto de caracterização fundamental porque integra igualmente a evolução cultural, social e de tecnologias. Estes serão fatores importantes para a exploração turística dado que se podem constituir como âncoras de comunicação para o público, pólos de atratividade e de sustentabilidade de renovação de investimento. Em complemento são igualmente fatores de interesse para a compreensão dos valores culturais subjacentes, contribuindo para a avaliação da autenticidade e integridade presentes no local, as interações regionais, nacionais e internacionais que podem envolver multiculturalidade e transferência tecnológica. Todos



estes aspectos serão necessários para apoiar eventuais processos de classificação desse Patrimônio.

Assim, este foi o procedimento de investigação seguido para o estudo de ambos os casos, Unidade Industrial da Vista Alegre (Figura 3) e a Fazenda de São Vicente (Figura 4), dos quais se poderão destacar os principais fatores de atratividade e de valor cultural.



Figura 3 – Localização da Vista Alegre, Ilhavo (créditos: Google Earth)

Figura 4 – Localização da Fazenda São Vicente, Campinas, SP (créditos: Google Earth)

A industrialização em Portugal dá-se em uma fase tardia, sendo que até finais do século XIX apresentava um reduzido nível de mecanização. As condições de laboração estavam muito dependentes das fontes energéticas, o que na época da fundação da Fábrica de Porcelanas da Vista Alegre (Figura 3) era sobretudo a lenha e o carvão para alimentação dos fornos. O que torna esta Unidade industrial de grande interesse, para além da permanência de laboração na sua produção de origem – a porcelana – é o facto de ter sido fundada em 1826, quando ainda não era conhecida a forma de produzir porcelana na maior parte dos países Europeus (incluindo Portugal) e a sua construção ter acompanhado a fase inicial de debate Europeu em termos das condições adequadas de trabalho e residência dos operários em unidades fabris. Assim, esta fábrica nasce congregando na mesma área geográfica o espaço de trabalho (a fábrica e espaços conexos), o espaço residencial (com a construção do bairro operário, casa do administrador, casas dos técnicos, casa dos solteiros) e espaço de lazer e outros serviços, como eram o teatro, a unidade de bombeiros, o posto médico, a cooperativa agrícola, a escola (onde se ensina o Português, a matemática,

mas também a música e a pintura), a creche (já que na fábrica trabalhavam algumas mulheres). Trata-se de uma Unidade fabril fundada por um grande empresário, José Ferreira Pinto Basto, com empresas e investimento em todo o país, para além ter tido o exclusivo do comércio do tabaco em Portugal (durante pelo menos 20 anos), ter uma frota de barcos que fazia o comércio para a Índia e o Brasil. Um empresário com grande visão, que aproveita as condições mais favoráveis dadas pelo Estado de apoio a indústrias “inovadoras” orientadas para a exportação, o que lhe permitia ter condições vantajosas na compra de matéria-prima, terrenos e sobretudo ter a exclusividade de produção da porcelana por 14 anos. Assim, mesmo não conhecendo o segredo de produção da porcelana, constrói a fábrica e parte das restantes valências, pelo que nos primeiros anos a fábrica teve de produzir cristal e vidro para subsistir. Mas o rigor com que leva os seus investimentos não o fazem desistir perante adversidades, acabando por descobrir a matéria-prima necessária e a forma de produção, através da montagem de um pequeno laboratório químico e o envio de pessoal para outros países para terem a formação necessária, incluindo o seu filho. A aproximação à produção de peças de porcelana iniciou-se com algumas experiências com pó de pedra, passando depois por algumas peças mais toscas de porcelana, num constante aperfeiçoamento até atingir a excelência que se conhece hoje. Esta foi também a primeira fábrica a ter uma máquina a vapor na região Centro de Portugal. Refira-se que o país apresentava um menor desenvolvimento das indústrias, cujo atraso desde o pós-terramoto de 1755 e a destruição decorrente das Invasões Francesas (que apenas saíram do país em 1811), acabou por comprometer o desenvolvimento industrial do país. Por outro lado, há a destacar os malefícios que resultaram para a recuperação da indústria em Portugal, que representou a assinatura do Tratado com Inglaterra em 1810 (Caetano L, 1986), antecedido pela abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional em 1808 (o Brasil era na altura um dos mercados mais importantes para a produção da indústria portuguesa). Por outro lado, há a destacar que já em 1788, 64% das indústrias

localizavam-se em Lisboa, 11% no Porto, sendo que 54% das indústrias de Lisboa eram destinadas à produção de produtos de luxo (Caetano L, 1986). Por este motivo, a implantação da Vista Alegre na Região Centro revela-se uma exceção a salientar, mesmo para um empresário que possui empresas com sede em Lisboa e Porto. Na realidade, a localização desta fábrica neste local (Vista Alegre, Ílhavo, distrito de Aveiro) justificava-se pelas vantagens de meios de comunicação (ligação marítima e pela Ria de Aveiro que se estende por 40km e ainda a via terrestre), pela quantidade e qualidade de matérias-primas, pelo facto de já existirem algumas pequenas oficinas ligadas à cerâmica de onde se podia captar mão-de-obra.

A situação de dependência de Portugal em relação a Inglaterra (decorrente da aliança para combater os Franceses) só será sensivelmente ultrapassada com a Revolução Liberal de 1820. Os conflitos internos entre os partidários do absolutismo e os liberais, a que se junta a independência do Brasil em 1822, vão desestabilizar a vontade dos políticos Portugueses de vencerem a crise que a economia atravessava (Caetano L, 1986). É neste contexto que se inicia a construção da Unidade Industrial da Fábrica de Porcelanas da Vista Alegre, sendo estes motivos relevantes para a considerar um marco histórico da evolução das indústrias Portuguesas, mas também com estreita relação à evolução social e cultural do país.

Já no que concerne à Fazenda São Vicente (Figura 4) que se localiza em Campinas, Estado de São Paulo foi uma das maiores produtoras de café inserida no auge do ciclo económico cafeeiro brasileiro, no início do século XX. Enquadra-se no contexto histórico de crescimento das grandes fazendas de café de São Paulo, envolvendo várias formas de contacto com a Europa, quer através da exportação do café, quer através da recepção de imigrantes Europeus, sobretudo Portugueses, Italianos e Alemães.

A 20 de junho de 2003, o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (CONDEPACC) abriu ad referendum um processo de estudo de classificação de parte da via-férrea da antiga Estrada de Ferro Mogia-

na, incluindo neste processo a Fazenda São Vicente. A sede desta foi projetada pelo Arquiteto Ramos de Azevedo para a propriedade de Francisca de Paula Souza e Melo, a Baronesa de Limeira. O primeiro proprietário foi o Brigadeiro Luís Antônio de Souza, terras pertencente ao latifúndio denominado Atibaia (Fazendinha), com escrituras de 1813 e 1814. Nesta época, Luiz Antonio de Souza Queiroz era o maior proprietário de engenhos em Campinas (Amoroso M.R, 2009), um aspeto interessante já que o grande impulso da produção de café esteve condicionado à evolução da maquinaria utilizada.

No início do séc. XIX, as fronteiras abertas pela cana-de-açúcar e a vontade de conquistar novas áreas à floresta para a produção do café provocou um avanço em direção ao Centro-Oeste Paulista, tendo já franco desenvolvimento em Campinas em 1830, pela conquista de mais áreas e atingindo a zona quase desabitada de Campos Araraquara em 1840. Verifica-se que a ocupação do território para este fim, se processa sobretudo nas partes montanhosas do Estado do Rio de Janeiro, no segundo quartel do século XIX; acompanhou o Vale do Paraíba do Sul, penetrando assim nas terras paulistas. Depois, na segunda metade do mesmo século expandiu-se pelo interior de São Paulo (Mombeig, 1998). A implantação de um sistema ferroviário, com apoio através de “cartas de privilégio”, previstas por lei da Regência em 1835, vem impulsionar algum poder de iniciativa do investimento, a definição de áreas de ocupação ou reocupação quer para as administrações provinciais quer para os empreendedores particulares (Marx M. 2011). A Assembleia Provincial de São Paulo aprova a medida consonante para ferrovias ou navegação a vapor em 1836. Tendo a “carta de privilégio” de 1838 trazido o interesse por uma expansão com ligação ao porto (Marx M. 2011). Trata-se de aspetos fundamentais para monoculturas baseadas na exportação e nos mercados internacionais.

Em 1851 as terras da fazenda de São Vicente ainda pertencentes ao latifúndio Atibaia/Fazendinha encontra-se em crescimento com produção de açúcar e de café. A cultura do café no Brasil esteve diretamente relacio-



nada com a evolução das técnicas de produção. Até à década de 1860, a maquinaria para beneficiamento do café era rudimentar. Todavia, a partir desta data, inicia-se a introdução de máquinas industrializadas na lavoura de café Brasileira, ora importadas ora produzidas pela ainda incipiente indústria Brasileira. Revelando uma liderança, não só no volume da produção mas no processo de industrialização, no início do século XX alguns fabricantes de máquinas conseguem agrupar em um único conjunto completo as diversas máquinas utilizadas no processo de beneficiamento do café, as chamadas máquinas combinadas. Um destes modelos foi introduzido na Fazenda São Vicente evidenciando como os saberes técnicos foram apropriados por agentes sociais no contexto de uma cultura burguesa no auge do ciclo econômico do café no estado de São Paulo (Amoroso M.R. 2009).

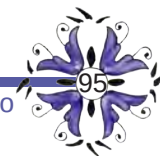
Em 1867 é inaugurada a linha ferroviária com 179 km e daí por diante e a partir de Campinas o desafio de implantar uma rede ferroviária coube ao capital privado regional (Marx M. 2011). Em 1872 a Companhia Paulista prolonga o tronco central de Jundiaí a Campinas e em 1875 inaugura-se o trecho Campinas a Mogi Mirim (Marx M. 2011). Nesta plena fase de crescimento a Baronesa de Limeira, por morte do marido, assume a exploração da fazenda juntamente com os filhos aumentando a sua capacidade produtiva com 250.000 pés de café em 1885. Em 1880 verifica-se uma intensificação da imigração proveniente sobretudo de Portugal, Itália e Espanha, para São Paulo decorrente da grande procura de mão-de-obra. A produção do café apesar de estar em crescimento utilizava métodos que não contribuíam para a sua sustentabilidade, enveredando por práticas que tinham um impacto negativo nos solos e obrigavam a deslocizações das explorações para novas áreas com a consequente desmatção e derrube de mais áreas de florestas. Em 1896 é criado o Instituto Agrônomo de Campinas que irá promover a adoção de novas técnicas de plantio e de cuidados a ter com os cafezais. Permitindo uma outra visão sobre a gestão dos recursos naturais e dos solos. Verificava-se assim um crescimento que era acompanhado por uma melho-

ria nos meios de comunicação, estradas, abertura de ferrovias e desenvolvimento da navegação a vapor.

As vicissitudes da evolução das indústrias antigas e o seu tecido social

O tecido social do passado e do presente são fatores por vezes decisivos para a projeção destes locais, para a sua segurança e entendimento de sentido de pertença ao local ou de rejeição a este. São aspetos que necessitam de ser trabalhados, principalmente quando se pretende destacar a componente de desenvolvimento turístico e cultural. Os dois casos de estudo apresentam do ponto de vista social e laboral, evoluções diferentes que terão de ser enquadradas no momento histórico em que se inserem e na realidade de cada país.

Assim, abordando o caso da Vista Alegre observa-se que a filosofia de captação e permanência de mão-de-obra assalariada partiu de uma ideia de gestão que valorizava o emprego de famílias, em detrimento de pessoas individuais. O que para alguns pode ser entendido como uma atitude paternalista, não era mais do que uma atitude inteligente, já que a empresa tinha de investir na formação dos técnicos e operários, cuja formação devia ser feita desde tenra idade para selecionar os mais capazes para cada área de trabalho da fábrica, o que era um gasto que precisava ter retorno. A deslocalização de famílias inteiras, por iniciativa destas, é uma decisão mais difícil e portanto, significava um menor risco de investimento na formação dos seus elementos, para a empresa. De acrescentar que aos operários instalados no bairro da VA, era apenas cobrado um dia de trabalho a título de renda e que estes se podiam organizar para desenvolver as atividades de lazer (Teatro, Feiras e espetáculos de música que nos anos 50 do século XX passavam pelo jazz) e portanto tinham alguma autonomia. Esta é uma estratégia de sucesso, que está na base de um forte sentimento de pertença ao lugar que ainda possuem os antigos residentes/operários e o orgulho com que falam de pertencerem a este lugar. Um dado importante para a segurança do local e para a manutenção das casas e espaços envolventes,



um aspeto que veio a tornar-se de mais difícil controlo após a diminuição do número de operários residentes no bairro.

Por outro lado a evolução técnica e a procura de um constante aperfeiçoamento de tecnologias era conseguida através do envio de técnicos para outros países Europeus, mas também a contratação destes (sobretudo Franceses) para virem ensinar e supervisionar a construção de novos equipamentos ou instalação de maquinaria na Fábrica. O que revela uma atitude vanguardista para a época.

A fazenda de São Vicente apresenta a situação particular de ter igualmente operários assalariados, neste caso provenientes da Europa, o que lhe confere um interesse especial pela multiculturalidade presente. Em 1900 a fazenda de São Vicente é de monocultura do café, mantendo esta produção até pelo menos 1914, nesta altura a fazenda pertencia à filha Alice da Baronesa de Limeira. A capacidade de atração de mão-de-obra de São Paulo regista até 1929 a entrada de 2.250.000 imigrantes, o que já de si permite compreender as grandes alterações no tecido social que sofreu na época, mas também o quanto representativo era este tipo de explorações agrícolas de café para o desenvolvimento da região. Contudo, por se tratar de um produto de exportação sujeito às variações de cotação do mercado e com o crescimento de explorações do mesmo tipo, quer no Brasil quer no continente Africano, começa a entrar em declínio em meados do séc. XX. Acompanhando esta tendência a Fazenda de São Vicente encontra-se em 1940 a perder a sua posição de um dos maiores produtores Brasileiros de café, resultado não apenas da queda dos preços no mercado internacional mas também do envelhecimento dos seus cafeeiros. Este aspeto irá levar progressivamente à substituição desta monocultura pela exploração do algodão e de laranja (Amoroso M.R. 2009).

A arquitetura das indústrias antigas
e as tecnologias construtivas do passado

A arquitetura das indústrias antigas e a sua simbiose
com o meio envolvente será um dos principais compo-

nentes do Património Industrial. No entanto, ressaltamos o facto de que para alguns casos desta tipologia, se irá considerar como Património o que eventualmente pode não estar classificado, já que a falta de classificação pode decorrer de falta de estudo e atenção (por ser um legado apesar de tudo mais recente), mas também porque deverá ter a mesma atenção que um bem classificado, mesmo que não exista vontade das autoridades para o considerarem como tal. Tudo dependerá do que após um estudo aprofundado (estrutura que se referiu no primeiro capítulo) se concluir.

O Património Arquitetónico da Unidade Industrial da Vista Alegre (Figura 5) contempla dois aspetos a relevar de interesse cultural. Primeiro, o facto de se ter optado por manter as raízes da região onde se implanta esta indústria, ao longo da sua evolução, construindo no material da região, a terra, melhor dizendo, os blocos de adobe. Um aspeto interessante já que na região existiam fábricas de tijolo e a empresa teria capacidade económica para construir com outro material. No entanto, mais uma vez a visão pragmática e objetiva, sem pretensiosismos, opta por um material que cumpria perfeitamente a função para edifícios com um e dois pisos. Muito na linha da equipa técnica que geria o parque industrial e que controlava os processos de construção, reabilitação, ampliação e implementava a manutenção dos edifícios. Cujas visão pragmática incluía a reciclagem de materiais para a construção e o redesenho dos projetos para adaptação à técnica tradicional construtiva em adobe, conforme se pode verificar em documentos dos anos 30 a 50 do século XX.

Um segundo aspeto a destacar é o de que esta Unidade Industrial possui um Património Arquitetónico que representa o momento de viragem entre a arquitetura eclética e a arquitetura do Movimento Moderno. Num momento em que, em Portugal se debate o papel do arquiteto para a sociedade e para a melhoria de vida e qualidade habitacional das populações e ainda se deveria existir uma Arquitetura Portuguesa (num processo polémico) ou se em contrário se deveriam adotar as tendências Europeias do Movimento Moderno. Segue-se uma fase de transição, a que Ana Tostões chamou



de Modernismo. Na Vista Alegre optou-se por uma visão mais próxima do Modernismo, onde o sentido de “arquitetura familiar” se sobrepõe ao de “arquitetura moderna” e portanto, são introduzidas algumas pequenas inovações construtivas, mas a linguagem arquitetônica mantém a sua simplicidade.



Figura 5 - Edifícios da Unidade Industrial da Fábrica de Porcelanas da Vista Alegre – Capela, fábrica, teatro, bloco residências operários (créditos: Alice Tavares)

Quanto à Fazenda São Vicente (Figura 6), de propriedade da família Paes de Barros e construída pela Baronesa de Limeira, possui igualmente um complexo industrial com vários edifícios, que ainda existem presentemente. O complexo cafeeiro engloba: a sede principal, projeto de Ramos de Azevedo, a residência do administrador, a tulha com maquinários de beneficiamento, oito terreiros de café, um sistema completo de lavagem, a serraria e a capela. A necessidade de mão-de-obra numerosa para os cuidados com a lavoura cafeeira, que provocou a vinda de um vasto contingente de imigrantes durante o final do século XIX e início do século XX, de entre eles inúmeros trabalhadores da construção civil (mestres-de- obras, escultores, pintores, marceneiros, serralheiros, carpinteiros, mestres-canteiros, etc.), que acabariam por introduzir novas técnicas e padrões arquitetônicos, tanto nas cidades, quanto nas fazendas, são um dado importante para a compreensão do edificado deste Patrimônio Industrial. Em segundo lugar, o enriquecimento da sociedade paulista, principalmente da aristocracia rural, que implementou uma extensa malha ferroviária e a consequente importação de materiais de construção civil, emprego de novas e mais sofisticadas técnicas construtivas, incluindo provenientes da Europa. Refira-se que esta li-

gação à Europa se expressa também na sede principal da fazenda, obra do arquiteto brasileiro, com formação na Bélgica, Francisco de Paula Ramos de Azevedo. Os estudos sobre a obra de Ramos de Azevedo revelaram até o momento que este profissional produziu uma arquitetura essencialmente urbana. Todavia, esta produção técnica também possuiu uma dimensão rural e as relações entre o que seria uma arquitetura urbana e uma arquitetura rural hoje estão sendo colocadas em evidência através dos recentes estudos sobre parte de sua obra, que consiste numa “arquitetura campestre”, como se refere o principal historiador de sua produção, o professor Carlos Lemos.

Verifica-se que quando a arquitetura eclética passa a ser utilizada nas casas rurais, as fachadas vão se tornando cada vez mais simétricas, tendo ao centro a porta principal definida geralmente a partir de um alpendre, como na Fazenda São Vicente.

Com a riqueza advinda do ciclo econômico do café, as casas de fazenda tornam-se maiores e mais imponentes e percebe-se o uso do sobrado em substituição à tipologia mineira de padrão térreo com aproveitamento do declive do terreno. A nova tipologia desta arquitetura campestre apresenta uma casa elevada sob um porão, como é o caso na fazenda de São Vicente, sobressaindo na paisagem e com maior requinte de decoração, inclusive na pintura mural onde são utilizadas faixas decorativas.



Figura 6 - Edifícios da Unidade Industrial da Fazenda de São Vicente – terreiro, tulha, casa das máquinas (créditos: Maria Rita Amoroso)

Finalmente, considerando as etapas apontadas no Quadro 1, para a construção do “Conhecimento” com



base na investigação, no caso da VA encontra-se em desenvolvimento na Universidade de Aveiro, estudos subsequentes a esta fase de enquadramento histórico, geográfico e social, cumprindo desta forma o seu papel de responsabilidade social e de proteção e preservação do Património, que cabe a qualquer universidade e que passa igualmente pela produção de manuais acessíveis à população (Figura 7). Neste sentido, a investigação contempla ainda, um trabalho de inspeção e diagnóstico de anomalias e identificação das suas causas, mas também de ensaios laboratoriais de caracterização material, de resistência aos efeitos de humidade ascensional, uma monitorização higrotérmica que decorre há mais de dois anos (Figura 8) e investigação sobre as argamassas tradicionais e alteradas, usadas até aos anos 50 do século XX e a ação dos sais (Figura 9), para que se garanta a compatibilidade entre materiais antigos e recentes e entre técnicas construtivas. Pretende-se desta forma atingir um elevado nível de conhecimento que pode ser disponibilizado aos técnicos que trabalham no terreno, para a reabilitação e manutenção deste Património.

A atual Fazenda São Vicente que entre os anos de 2003 e 2006 foi objeto de restauro (Figura 10) teve igualmente de promover estudos vários dos quais se destacam o controlo de ascensão capilar de humidades, reabilitação de materiais (cerâmicos e madeiras) e maquinaria, para que o resultado final novamente pudesse manter elevados níveis de autenticidade e integridade.



Figura 7 – Manual de Manutenção (créditos: Alice Tavares e Aníbal Costa)

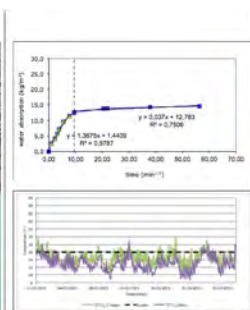


Figura 8 – Estudo de capilaridade de argamassa de corte hidráulico e estudo da térmica (créditos: Alice Tavares)



Figura 9 – Estudo de resistência aos sais de argamassas antigas (créditos: Alice Tavares)



Figura 10 – Várias etapas da intervenção de reabilitação da Fazenda de São Vicente (créditos: Maria Rita Amoroso)

Considerações finais

O Património Arquitetónico Industrial possui atualmente um crescente interesse a nível internacional, por caracterizar a fase inicial do que se entende como o Mundo Moderno e tecnológico. Encontra-se intimamente ligado à evolução histórica do país e regiões conforme ficou expresso na abordagem dos dois casos de estudo. Representa por isso um legado cultural de elevado interesse a preservar e por isso mesmo terá capacidade de atratividade para ser um pólo de desenvolvimento da região onde se encontra. A sua promoção enquanto bem cultural ou turístico, ou mesmo para continuidade de uso (na função original ou em similares) necessita ter uma base de conhecimento com investigação científica, para se garantir a permanência de níveis elevados de autenticidade. Sendo a autenticidade um dos critérios de análise usados pela UNESCO para classificar, ou seja, reconhecer valor, é também um dos parâmetros mais difíceis de integrar nas intervenções correntes de reabilitação, exatamente porque não se estruturam previamente estratégias de reabilitação integrada, a exemplo do que se propõe neste artigo. Quando se fala em sustentabilidade, deverá ter-se em conta que este termo vai muito para além da eficiência energética, que muitas vezes é responsável por elevados danos no Património, apenas porque não se realizaram os estudos adequados e sobretudo não se implementaram medidas compatíveis que garantam a autenticidade desse Património. Nestes casos, o valor cultural do edifício não é devidamente identificado,

pelo que alterações discricionárias o fazem perder de forma irreversível. No entanto, existem outros aspectos igualmente importantes a incluir nos processos de reabilitação, como sejam o conhecimento profundo dos materiais antigos e seus sistemas construtivos, para que na ânsia de inovação, não se perca o mais valioso desse edificado existente, apenas por falta de conhecimento. Ou seja, estão em questão práticas, mas também a formação adequada para avaliar, gerir e projetar. Verifica-se que um trabalho em rede, multidisciplinar, com acordo prévio de formas de interoperabilidade e de boa comunicação entre instituições, empresários e população, é fundamental e facilitador para o sucesso das soluções.

A procura de uma Educação para o Património que integre o reconhecimento do valor cultural do Património Industrial pode passar por uma conceção de itinerário cultural. Tendo presente o que foi emanado na Carta sobre os Itinerários Culturais (Icomos, Quebec, Canadá, 4 de Outubro de 2008). Nesta são definidos aspectos cruciais como a Autenticidade, a Integridade, a Metodologia, o Uso sustentável na relação com a atividade turística de que as presentes propostas se podem basear. Atualmente Campinas é uma submetrópole de 19 municípios com mais de 2.700.000 habitantes (Marx M. 2011) pelo que o potencial turístico e cultural que pode estar associado à preservação das fazendas de café terá um impacto muito positivo para a própria região mas é também um legado cultural de grande interesse internacional. O mesmo acontecendo, a uma outra escala com a Fábrica de Porcelanas da Vista Alegre.

Finalmente, releva-se a necessidade de contemplar a elaboração de planos de manutenção cujas atividades já estejam previstas antes de terminar a intervenção de reabilitação, para que as opções de projeto, seleção de materiais e sistemas construtivos contribuam para a durabilidade e sustentabilidade (a vários níveis, incluindo o financeiro) na fase de uso.

Agradecimentos

A Investigadora Doutora Alice Tavares agradece à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) o financiamento do seu trabalho no âmbito da bolsa de investigação de Pós- doutoramento SFRH/BPD/113053/2015.

Referências:

Amoroso, Maria Rita Silveira de Paula .(2009) Arquitetura campestre na Obra de Ramos de Azevedo .A arquitetura rural Campineira: A fazenda São Vicente. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.Campinas:PUCCAMP.

Caetano L. J. (1986) A indústria do distrito de Aveiro – análise geográfica relativa ao eixo rodoviário principal (EN1), tese de doutoramento, Comissão de Coordenação da Região Centro, Geografia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Lemos, Carlos A. C. (1993) Ramos de Azevedo e seu escritório. São Paulo:Pini.

Marins, Paulo Cezar Garcês. (2010)Trajetórias de preservação do patrimônio rural paulista: entre ação governamental e práticas sociais. Palestra ministrada no Segundo Seminário de Patrimônio Agroindustrial: Lugares de memória. EESC-USP, São Carlos.

Mombeig. Pierre. (1998) Pioneiros e fazendeiros de Sao Paulo.2 ed.Sao Paulo: Hucitec-Polis.

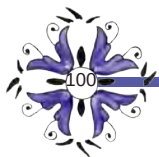
Tavares A., Costa A. & Varum, H. (2014) Edifícios de adobe. Manual de manutenção. Publindústria Edições Técnicas, ISBN Papel: 978-989-723-073-8 e E-book:978-989-723-074- 5. Outubro de 2014.

Tavares, A.; Costa, A.G.; Rocha F.; Velosa A. (2015) - Absorbent materials in waterproofing barriers, analysis of the role of diatomaceous earth. Construction and Building Materials, Elsevier, Volume 102, Part 1, 15 January 2016, Pages 125–132. doi:10.1016/j.conbuildmat.2015.10.169.

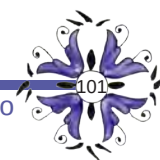


Tavares, A.; Costa, A.; Varum, H. (2012) - Adobe and Modernism in Ílhavo, Portugal - International Journal of Architectural Heritage, Paper reference ID UARC-2011-0357.R1, Volume 6, Issue 5, 525-541. DOI: 10.1080/15583058.2011.590267. USA, UK, Portugal.

Ruano A. (Tavares A.), Costa A., Varum H. (2010) Evolução do sistema construtivo de adobe na Fábrica de Porcelanas da Vista Alegre (1937-1945). Revista Conservar Património - ARP, Associação Profissional de Conservadores - Restauradores de Portugal, no 11, pp 49-69. Novembro.



Sessões Temáticas



Tema 1

Gestão do patrimônio

Instituto Pequi do Cerrado: teoria e aplicação do conceito de meio ambiente cultural em Minas Gerais

Ana Carolina Brugnera¹

Universidade Presbiteriana Mackenzie - FAU

Lucas Bernalli Fernandes Rocha²

Fundação Getúlio Vargas – FGV-EESP

RESUMO

Com o compromisso de manter a sustentabilidade em suas ações, o Instituto Pequi do Cerrado (IPCE) tem por objetivo desenvolver projetos em defesa do Meio Ambiente Cultural nas localidades delimitadas pelas mesorregiões do Norte de Minas Gerais e do Vale de Jequitinhonha. O IPCE foi criado em parceria com o Grupo DOCUMENTO, empresa especializada em gestão de Patrimônio Cultural, dentro de um modelo estratégico de atuação com comunidades tradicionais em diferentes partes do território nacional. Sendo assim, este artigo discorrerá sobre o projeto de formação do Instituto, cuja missão inicial será a de propor uma reflexão a respeito da conformação do Meio Ambiente Cultural, organizado pela somatória do ambiente físico

com as comunidades tradicionais existentes. Mostraremos como, a partir de uma Ciência Aplicada, se torna essencial o envolvimento de conhecimentos transdisciplinares para a concretização desse trabalho. Ao empregar esse conceito, será possível reunir os saberes e as práticas tradicionais transmitidos pelos atores sociais e representantes dessas comunidades nas regiões. Estas iniciativas são capazes de promover a inclusão ambiental, cultural, econômica e política junto às populações envolvidas.

Palavras-chave: Meio Ambiente Cultural, Norte de Minas Gerais; Sustentabilidade



¹ Concluiu Certificado III em Artes Visuais Contemporânea pelo TAFE Queensland, Brisbane/AU (2006). Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie-UPM (2012). Mestre em Arquitetura Moderna e Contemporânea: Representação e Intervenção pela UPM sendo tema de sua dissertação o Meio Ambiente Cultural da Amazônia Brasileira: dos modos de vida a moradia do Caboclo Ribeirinho (2015). Atualmente é doutoranda na UPM e arquiteta e urbanista na Documento Antropologia e Arqueologia, gestora responsável pelas áreas de Projetos de Arquitetura e Patrimônio Histórico Cultural. Lidera pesquisas na área de Patrimônio Histórico, com ênfase na análise da paisagem cultural, vinculada aos cenários de ocupação do território, e, o registro dos bens materiais e imateriais das comunidades que ali vivem e viveram. É secretária executiva e sócia fundadora do Instituto Pequi do Cerrado que a partir de uma visão sustentável trabalha em seu projeto de pesquisa desenvolver ações em defesa do Meio Ambiente Cultural do Norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha. Tem experiência em atividades de educação patrimonial e socialização do conhecimento.

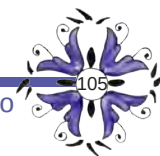
² Geógrafo pelo Instituto de Ciências Sociais e Humanas – INCISH que tem como mantenedor o Centro Integrado do Vale São Francisco – CEIVA na sede do Instituto de Educação de Januária – ISEJ (2009). Pós-graduado em Educação Ambiental pelo mesmo instituto (2010). Perito Ambiental da bacia hidrográfica do Rio São Francisco pelo AGRO Norte de Minas/PMP – Promotória do Ministério Público, Norte de Minas (2011). Cursa o MBA Bens Culturais: Cultura, Economia e Gestão Certificado da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EESP) e da Escola Superior de Ciências Sociais (FGV/CPDOC). Trabalha na área de sustentabilidade em acervos para Documento Arqueologia e Antropologia, exerce atividades de Educação Patrimonial, curadoria de acervos arqueológicos e coordenadoria de campo de arqueologia em programas de gestão do conhecimento. É presidente e sócio fundador do Instituto Pequi do Cerrado que a partir de uma visão sustentável trabalha em seu projeto de pesquisa desenvolver ações em defesa do Meio Ambiente Cultural do Norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha. Nascido e crescido no sertão mineiro, tem experiência em gestão ambiental, principalmente no que se refere as características e conformidades da sua terra natal.

ABSTRACT

With a commitment to maintain sustainability in their actions, the non-governmental organization Pequi Cerrado Institute (IPCE) aims to develop projects in defense of the cultural environment in the locations defined by the North of Minas Gerais and the Jequitinhonha Valley. The IPCE was created in partnership with the DOCUMENT Group, which is specialized in cultural heritage management within a performance with traditional Brazilian communities. Therefore, this article will discourse about the Institute formation, whose initial task will be to propose a reflection about Cultural Environment, been the sum of the physical environment and traditional communities. From an Applied Science we show how it is essential to involve transdisciplinary

expertise to the realization of this work. By employing this concept it will be possible gather the knowledge and traditional practices transmitted by social actors. These initiatives are able to promote environmental, cultural, economic and policy inclusion with the involved populations. Thus, this project incorporates an extensive network of Cultural Environment initiatives that have contributed to boost sustainable actions and the autonomy of communities facing its heritage.

Keywords: Cultural Environment, North of Minas Gerais; Sustainability



O PROJETO DE MEIO AMBIENTE CULTURAL

A organização não governamental Instituto Pequi do Cerrado (IPCE) foi criada como resultado de um projeto científico e de um modelo estratégico de atuação com comunidades regionais, idealizados pela DOCUMENTO³ em diferentes contextos brasileiros.

A sede do IPCE está localizada na cidade de Bocaiúva, em Minas Gerais, e reúne uma equipe multidisciplinar composta por agrônomos, arquitetos, artesãos, administradores, biólogos, educadores, engenheiros agrônomos e geógrafos, que trabalham para estabelecer uma estreita relação com as comunidades e a sua cultura, vivenciando e registrando os saberes tradicionais.

O “Projeto Científico em Meio Ambiente Cultural”, o qual originou o Instituto Pequi do Cerrado, foi elaborado em 2014 pela Think Tank Documento Cultural, área de inovação e soluções de gestão do Grupo DOCUMENTO. O projeto consolidou o processo de expansão das atividades da empresa, tendo em vista os projetos apresentados ao mercado pelos setores de Ciência Aplicada⁴. A viabilização deste trabalho possibilitou que a DOCUMENTO empregasse estratégias de extroversão e aplicação do conhecimento em seus Programas de Gestão do Patrimônio Arqueológico através de um ecossistema digital desenvolvido pela empresa, permitindo intensa participação dos stakeholders. Tal especialização se une à expertise conquistada ao longo dos 27 anos de atuação da DOCUMENTO, na criação dos melhores produtos nas diversas áreas vinculadas à gestão do conhecimento, promovendo a expansão das atividades organizadas e em conformidade com a legislação brasileira. (THINK THANK DOCUMENTO CULTURAL & ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2014).

Desde então, o Grupo DOCUMENTO utiliza o conceito de Meio Ambiente Cultural como encaminhamento natural dos Programas que desenvolve no Brasil, com focos específicos no apoio à comunidade e na ampliação de ações de sustentabilidade. Diversas parcerias realizadas pela DOCUMENTO possibilitaram a criação de projetos que têm contribuído para alavancar a autonomia de comunidades tradicionais. Dentre elas, desta-

cam-se: “Instituto Rio Itariri”, no Vale do Ribeira, SP; o projeto “Da Aldeia Carapicuíba à Cultura de Rua” em Carapicuíba, SP; e o “Instituto Olho D’água”⁵, na Serra da Capivara, em Coronel José Dias, PI (RODRIGUES, 2015).

A CRIAÇÃO DO INSTITUTO PEQUI DO CERRADO

Na história brasileira, as comunidades tradicionais nem sempre foram valorizadas como formadoras de uma identidade nacional. Denegadas por organizações públicas e privadas como parte de nosso legado cultural, os modos de vida tradicionais estiveram, por muito tempo, esquecidos e apagados de nossa história (BRUGNERA, 2015).

Como forma de suprir parte dessa lacuna, o Instituto Pequi do Cerrado, fundado em agosto de 2014, tem o objetivo de promover a visibilidade e dar voz às comunidades inseridas na mesorregião do Norte de Minas Gerais e do Vale do Jequitinhonha, valorizando, de maneira sustentável, suas práticas e conhecimentos tradicionais.

A região a ser trabalhada pelo Instituto integra diferentes categorias de áreas de proteção ambiental do estado de Minas Gerais. Ao analisá-las, percebemos que estas unidades formam um importante corredor socioambiental associado à sua rica diversidade cultural. Dentre os seus habitantes, estão comunidades de geraizeiros, catingueiros, sertanejos, quilombolas, varzanteiros e indígenas, populações dotadas de conhecimentos tradicionais que são perpetuados através de suas gerações. A partir do conceito de Meio Ambiente Cultural, o Instituto Pequi do Cerrado está articulado com os princípios das políticas públicas, aplicados por meio da valorização e do envolvimento das populações detentoras de saberes que nos revelam a história secular dos sertões mineiros.

Com base em informações do IBGE a extensão do território do estado de Minas Gerais possui 586.522,122 quilômetros quadrados e é formado por 853 municípios, sendo que 51 cidades estão na mesorregião do



Jequitinhonha e outras 89 estão localizadas da mesorregião delimitada pelo Norte de Minas Gerais. Tal área está delimitada no mapa a seguir:

Figura 1 - Mapa com delimitação das mesorregiões do Norte de Minas Gerais e Jequitinhonha com destaque aos municípios de Januária e Bocaiuva.



Nos últimos dois anos, o Instituto Pequi do Cerrado desenvolveu ações nos municípios de Bocaiuva e Januária, como a análise de bibliografias e fontes secundárias que descrevem todos os elementos que compõem o território mineiro: levantamento de bens tombados e das comunidades tradicionais, além das unidades de conservação e outras características que formam um estudo preditivo total da área.

OS OBJETIVOS DO PEQUI DO CERRADO

Conforme detalhado no estatuto do Instituto Pequi do Cerrado, assim como já citado no resumo deste artigo, o objetivo do IPCE é refletir sobre a conformação do Meio Ambiente Cultural composto pelos diversos cenários de ocupação das paisagens culturais inseridos nas mesorregiões do Norte de Minas Gerais e Jequitinhonha. Em um primeiro momento, trabalharemos com as comunidades dos municípios de Bocaiuva e Januária.

Formado por um conjunto de manifestações físicas e culturais, o meio ambiente reflete a somatória de ativos

intangíveis, como saberes e práticas tradicionais das comunidades que ali vivem ou viveram, materializados através de edificações, objetos e utensílios que caracterizam as paisagens culturais do interior de Minas Gerais. Esta cultura regional, assim como muitas outras sociedades do território nacional, resulta de um longo processo de ocupação do estado, formado por uma diversidade de identidades culturais.

As recentes transformações no território brasileiro, no contexto de uma economia globalizada e mais competitiva, consideram a implantação de grandes projetos que implicam em contradições sociais e políticas que emergiram desta relação entre estado e sociedade. Tendo em vista este cenário, se torna intrínseca a análise da paisagem de uma maneira integrada, considerando tanto a sociedade civil organizada como as lideranças comunitárias dos proprietários de terra, dos governos locais estaduais, das empresas e de seus olhares diferenciados sobre o tema.

Diante das premissas citadas, nos deparamos com um desafio metodológico. Especialmente no que diz respeito à aplicação dos conceitos de gestão de território e resiliência junto às comunidades tradicionais envolvidas, visando obter resultados capazes de alavancar ações sustentáveis do ponto de vista não apenas social e cultural, mas, também, econômico e político.

De maneira a não divergir com o estatuto social do Instituto Pequi do Cerrado, seguem as diretrizes apresentadas nos Artigos 4 e 5 do capítulo 3 do vigente documento:

“Art. 4º - O Instituto Pequi do Cerrado tem por finalidade desenvolver ações e conteúdos em prol do meio ambiente cultural, sendo estes capazes de promover a inclusão social, ambiental, cultural e digital que estimulem o desenvolvimento sustentável das comunidades do Norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha podendo-se expandir para outras regiões do país e do mundo [...].

Art. 5º - O Instituto Pequi do Cerrado no cumprimento de sua finalidade propõe-se a realizar as seguintes atividades:

- a) *Analisar através da Gestão do Território os elementos que compõem o Meio Ambiente Cultural de maneira integrada, organizando suas características e ações de forma convergente;*
- b) *Desenvolver e divulgar pesquisas sobre a conformação do Meio Ambiente Cultural em defesa da cultura local, material e imaterial, e dos direitos humanos das comunidades tradicionais;*
- c) *Estimular e realizar estudos de caráter preventivo e participativo de maneira interdisciplinar, reunindo profissionais das diversas áreas de conhecimento, atores sociais das comunidades envolvidas, representantes de instituições e órgãos nacional e internacional, com intuito de combater a degradação do meio ambiente cultural em todas as suas manifestações decorrentes das atividades antrópicas;*
- d) *Promover projetos e ações que visem a proteção e fortalecimento da identidade física e cultural dos agrupamentos humanos tradicionais e todas suas manifestações regionais, apoiando iniciativas que visem ao desenvolvimento sustentável dessas comunidades, e assegurar o manejo ordenado dos recursos naturais e redes de relações sociopolíticas;*
- e) *Desenvolver ações de cidadania que conscientize e assegure para a conservação do meio ambiente cultural através da educação ambiental e patrimonial além de outros instrumentos de socialização do conhecimento e participação comunitária.*
- f) *Realizar cursos de formação continuada, treinamentos, capacitações e seminários para agentes locais em preservação do meio ambiente cultural, turismo sustentável, monitores de visitantes, gestores culturais no sentido de fomentar sustentabilidade cultural e fruição social das comunidades.*
- g) *Estimular a participação das redes de ensino e da comunidade no processo de conhecimento das manifestações culturais locais, no sentido de fazer com que ela reflita sobre a realidade em que está inserida, passando a utilizá-la como elemento fundamental na elaboração e execução do seu currículo escolar;*
- h) *Estimular a utilização de diferentes processos educacionais, como teatro, dança, cinema, música, literatura, artes plásticas, fotografia, desportos, além da utilização de museus, casas históricas, praças e outros, na geração e operacionalização de situações de aprendizagem;*
- i) *Estimular a implantação de espaços educacionais e culturais (memória; artísticas e ambientais) para o fortalecimento das identidades culturais dos povos;*
- j) *Promover o intercâmbio, firmar convênios e parcerias com pesquisadores, outras instituições ambientais, científicas e culturais, nacionais e internacionais, incluindo-se universidades e parcerias com a iniciativa privada;*
- k) *Desenvolver projetos de tecnologias alternativas: ecológicas, recicláveis, regenerativas, autossustentáveis e estimular o desenvolvimento de técnicas tradicionais de manejo que sejam sustentáveis.*
- l) *Desenvolver e estimular ações interesse coletivo com as comunidades, que busque estabelecer diretrizes e estratégias voltadas para o desenvolvimento e consolidação do turismo sustentável;*
- m) *Estimular o desenvolvimento socioeconômico através de uma gestão democrática e ecologicamente sustentável que assegure os recursos naturais e culturais para as presentes e futuras gerações;*
- n) *Contribuir no desenvolvimento de Políticas Públicas pela proposição e implementação de iniciativas que, em parceria com órgãos públicos e iniciativa privada locais, contribuam para o aprimoramento dos serviços oferecidos à população;*



o) *Estimular o aperfeiçoamento e o cumprimento de legislação que instrumentalize a consecução dos presentes objetivos [...].(Estatuto Social Pequeno do Cerrado, 2014.)*

MEIO AMBIENTE CULTURAL COMO REFERENCIAL TEÓRICO

Formado por uma população de origens distintas, o Brasil é composto por múltiplas identidades culturais presentes em todo o território nacional. Culturas estas que, em sua história, trazem uma forte relação com o homem e com a natureza, marcam a paisagem através de um conjunto de manifestações físicas e culturais, resultantes da união entre ativos intangíveis (como os conhecimentos e as tradições) e tangíveis, como edificações, utensílios, objetos arqueológicos, entre outros (BRUGNERA, 2015).

“A cultura não existe isolada do mundo natural, indefinida, sem contato com a natureza. E não é apenas o resultado da história, mas também da geografia. A cultura é produto do meio em que o ser humano está inserido. Assim como o conhecimento, ela é fruto da realidade e da necessidade de modificação. A intervenção humana na natureza, intervenção cultural, a modifica, mas também é profundamente modificada por ela”. (SOUZA FILHO, 2008)

O cenário apresentado anteriormente pelo Dr. Carlos Souza Filho vem sendo discutido em diversas esferas públicas e privadas. Com base nestas premissas, a formação do projeto de Meio Ambiente Cultural do Grupo DOCUMENTO e, conseqüentemente, do Instituto Pequeno do Cerrado, se apoia no conceito de meio ambiente cultural, que:

“Constitui a soma do ambiente físico em sua constituição geológica, geomorfológica, vegetacional, hidrológica e faunística às paisagens culturalmente construídas pelos diferentes grupos culturais que se desenvolveram na região,

ao longo do tempo, através de um processo de longa duração”(ROBRAHN-GONZALEZ, 2013).

Ou seja: a interpretação do território é feita de maneira indissociável dos diversos elementos que o compõem, refletem a estruturação social, econômica e cultural do país, somada ao meio ambiente físico, desde o entendimento de sua constituição geológica, geomorfológica, vegetacional, hidrológica e faunística, às paisagens culturalmente construídas pelos diversos grupos que ali se desenvolveram através de um processo de longa duração (ROBRAHN-GONZALEZ, 2013). Assim, o meio é entendido a partir de um ponto de vista humanista e antropológico que compreende a natureza e as suas modificações realizadas pelo ser humano ao longo do tempo, de suas primeiras ocupações aos dias de hoje (SOUZA FILHO, 2008).

Figura 2 - Frame de produção artística sobre a ocupação do território e sua composição de cenários.

BRUGNERA, Ana Carolina. Territórios.
In <https://vimeo.com/91519559>. Acesso:
22 de Junho de 2014.



Todos os aspectos que organizam um meio ambiente “físico”, unidos ao seu contexto histórico e cultural, são fundamentais para a sobrevivência da civilização e da cultura dos povos. Contudo, o território brasileiro veio sendo ocupado de maneira bastante desordenada, desde a sua colonização. Os incentivos para a ocupação do território geraram uma degradação dos recursos naturais e a expulsão de povos tradicionais de seu local de origem, favorecendo a destruição de ecossistemas e a dizimação cultural (LIMA, 2008). Este desenvolvimento desenfreado e pouco sustentável prejudicou a preservação do Patrimônio Cultural e de suas respectivas sociedades. Enquanto o Patrimônio Natural garante a sobrevivência física da humanidade, que necessita do ecossistema para viver, o Patrimônio Cultural é a garantia de sobrevivência social dos povos (SOUZA

FILHO, 2008).

Outros autores, como Berta Becker, trabalham esta relação entre meio físico e cultural através dos aspectos da biodiversidade. Valorizar a cultura local é um dos fundamentos dessa percepção, pois as comunidades integram aos debates elementos que escapam das análises técnicas e especializadas. Segundo a autora:

“Proteger e definir a biodiversidade implica em reconhecer a sua complexidade. A biodiversidade não é um conceito abstrato nem puramente físico-biológico, mas sim, também humano, pois tem uma localização geográfica e formas de apropriação com feições específicas, o que lhe confere uma dimensão material, concreta e, portanto, a insere necessariamente no contexto das relações sociais” (BECKER, 2001)

Convoca-se, então, a citada epistemologia de saberes vividos conforme aparece no livro Saberes ambientais, de Cassio Hissa. Nele, o autor menciona um possível déficit no modo como a ciência moderna nos apresenta cada disciplina científica e as suas especializações. Cortam, recortam e isolam fatores, caminham em sentido contrário à necessidade de inserção das abordagens transdisciplinares discutidas nas últimas décadas. Assim, tais abordagens sofrem pela falta de um investimento teórico mais consistente, assim como de experiências mais ricas, originárias da vida cotidiana, que possam incorporar, progressivamente, as vozes do mundo (HISSA, 2008) Esta posição também é defendida por Vandana Shiva:

“O saber científico dominante cria uma monocultura mental ao fazer desaparecer o espaço das alternativas locais, de forma muito semelhante à das monoculturas de variedades de plantas importadas, que leva à substituição e destruição da diversidade local” (SHIVA, 2003).

Recentemente, o contexto apresentado possibilitou novos estudos e planos estratégicos de gestão do território do país. Com base na análise e na compreensão do Meio Ambiente Cultural, esta pesquisa procurou sempre envolver as comunidades tradicionais locais atra-

vés de diretrizes estratégicas voltadas à prática de uma Ciência Aplicada⁶, tendo como meta final a inclusão social e o fortalecimento da identidade cultural. Diante dessa linha de pensamento, procuramos documentar as ações desenvolvidas de maneira a não dissociar a paisagem do Patrimônio Cultural; o Patrimônio Material do Imaterial, a melodia do instrumento que o sonoriza (OOSTERBEEK, 2007).

Essa nova perspectiva amplia o conceito de patrimônio, conforme também retrata Leonardo Castriota em texto sobre a paisagem cultural publicado no portal Vitruvius:

“Esta nova perspectiva aberta nas últimas décadas pela ampliação do conceito de patrimônio, algumas novas ideias têm desempenhado um papel decisivo e inovador. Uma delas vai ser a de “paisagem cultural”, que, desenvolvida pela Unesco desde o início dos anos 1990, combina de forma inextricável os aspectos materiais e imateriais do conceito, muitas vezes pensados separadamente, indicando as interações significativas entre o homem e o meio-ambiente natural” (CASTRIOTA, 2013).

Analisamos a paisagem como um todo, seu processo de transformação para conformação do território hoje representado e as perspectivas para o seu futuro. Diante desta análise que exige uma visão ampla do tema, chegamos às paisagens culturais⁷ peculiares, nas quais as comunidades do interior mineiro, mais especificamente das mesorregiões do Norte de Minas Gerais e Jequitinhonha, estão inseridas.

As relações da paisagem com o hábitat das comunidades interioranas do estado de Minas Gerais, serão fortemente lastreadas nos depoimentos e na análise dos modos de vida⁸. A partir de uma Ciência Aplicada trataremos estas comunidades como detentoras de conhecimentos e práticas tradicionais, uma vez que a etapa de campo será organizada de maneira transdisciplinar e reunirá, em caráter de igualdade, profissionais de diversas áreas do conhecimento – arquitetos, engenheiros, arqueólogos, historiadores, geógrafos, entre outros – e, também, atores sociais e representantes das



diversas comunidades envolvidas.

Esta troca de conhecimento entre diversos agentes de forma colaborativa também está presente nos trabalhos sobre inteligência coletiva (crow learning) de Pierre Lévy, um dos principais teóricos⁹ do tema.

Conforme citação do autor:

“(...) a inteligência coletiva é um conceito que descreve um tipo de inteligência compartilhada que surge da colaboração de muitos indivíduos em suas diversidades. É uma inteligência distribuída por toda parte, na qual todo o saber está na humanidade, já que, ninguém sabe tudo, porém todos sabem alguma coisa” (LEVY, 2010)

Nesse sentido, todos os seres humanos, em suas individualidades e particularidades, possuem conhecimentos e saberes coletivos. Podemos entender a inteligência, nesse caso, como todas as faculdades humanas constituídas no decorrer da vida de cada indivíduo, incluindo suas experiências, capacidade de perceber, lembrar, aprender, imaginar etc. Assim, a inteligência coletiva é uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências (LEVY, 2010). Para se produzir conhecimento, não é necessário portar diplomas ou títulos, basta possuir experiências ao longo da vida que possam ser compartilhadas.

Desta forma, basta dizer que todo ser humano é capaz de produzir conhecimento que, por meio da partilha e de valores de cooperação, pode ser constantemente revisito e aperfeiçoado (BRUGNERA, 2015).

Figura 3 - A nuvem formada por um quebra-cabeça representa a somatória do conhecimento gerado pelas diversas áreas dos conhecimentos de maneira colaborativa e interdisciplinar.



Assim, os atores sociais e representantes das diversas comunidades envolvidas se tornam protagonistas dos

trabalhos que serão desenvolvidos pelo Instituto Pequi do Cerrado e, por este motivo, são considerados como pessoas de saber, termo utilizado nos trabalhos desenvolvidos pela Ld. Dra. Erika Marion Robrahn-González, verdadeiros cientistas cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos contextos apresentados, percebemos que o tratamento do Patrimônio Cultural está diretamente vinculado ao meio ambiente e às diversas sociedades que ali vivem ou viveram. Desta maneira, se faz necessário moldar esse trabalho às novas tendências do futuro, na qual o envolvimento das comunidades tradicionais ganha maior peso na contribuição de pesquisas científicas por meio do aprendizado coletivo e de uma Ciência Aplicada.

O Instituto Pequi do Cerrado é uma semente plantada em busca do desenvolvimento sustentável das comunidades do Norte de Minas Gerais e do Vale do Jequitinhonha. Pretendemos dar voz e visibilidade às comunidades tradicionais do interior mineiro; populações que, ao longo de nossa história, nem sempre foram valorizadas como legado cultural, mas que refletem os modos de vida de uma sociedade que também é formadora da identidade nacional brasileira.

³Mais informações sobre a empresa em: Documento Arqueologia e Antropologia – <http://www.arqueologiapublica.com.br/>. Acesso: 06 de Nov. de 2014

⁴“Ciência Aplicada é aquela que alia a realização de pesquisas científicas com o envolvimento simétrico das comunidades locais, levando a um tratamento integrado dos resultados científicos com os saberes tradicionais e estabelecendo uma relação de complementaridade entre Ciência e Tradição”. ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika Marion. A Construção do Meio ambiente Cultural: Reflexões e Práticas no Brasil. In JARDIM, Jean (Org.); Direito, Educação, Ética e Sustentabilidade: Diálogos entre os vários ramos do conhecimento no contexto da América Latina e do Caribe – Vol. 2. Goiânia: Instituto Tueri, 2013.

⁵Mais informações sobre o instituto IODA – Instituto Olho D’água em <http://documentoculturalolhodagua.ning.com/>. Acesso: 06 de



Nov. de 2014.

⁶“Ciência Aplicada é aquela que alia a realização de pesquisas científicas com o envolvimento simétrico das comunidades locais, levando a um tratamento integrado dos resultados científicos com os saberes tradicionais e estabelecendo uma relação de complementaridade entre Ciência e Tradição”. ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika Marion. *A Construção do Meio ambiente Cultural: Reflexões e Práticas no Brasil*. In JARDIM, Jean (Org.); *Direito, Educação, Ética e Sustentabilidade: Diálogos entre os vários ramos do conhecimento no contexto da América Latina e do Caribe – Vol. 2*. Goiânia: Instituto tueri, 2013.

⁷“Paisagem Cultural constitui-se de um espaço socialmente concebido, percebido e transformado pelos diferentes cenários de ocupação humana que se desenvolveram na região, ao longo do tempo”. *Projetos científicos desenvolvidos pela DOCUMENTO presente em ROBRAHN GONZÁLEZ, Erika M. Relatórios técnicos do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico Histórico e Cultural do AHE Jirau, Bacia do Rio Madeira, Município de Porto Velho, Rondônia. 2011 até hoje e Conforme a Portaria IPHAN nº 127/2009*

⁸“Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem”. In *caput do artigo 216 da Constituição Federal de 1988*:

⁹*Entre os teóricos que tratam do assunto podemos citar: Marvin Minsky, Steven Johnson, Howard Rheingold, Robert Putnam, Norman Lee Johnson, James Surowiecki, Douglas Hofstadter, Peter Russell, Tom Atlee, Howard Bloom, Francis Heylighen, Douglas Engelbart, Ron Dembo, Gottfried Mayer Kress.*

BIBLIOGRAFIA

BECKER, Bertha. *A urbe amazônida: a floresta e a cidade*. Rio de Janeiro/RJ: Ed. Garamond Ltda, 2013.

BECKER, Bertha. “Amazônia: construindo o conceito e a conservação da biodiversidade na prática”. In GARAY, Iene;

DIAS, Bráulio F. S. (Org.). *Conservação da biodiversidade em ecossistemas tropicais: avanços conceituais e revisão de novas*

metodologias de avaliação e monitoramento. Petropolis/RJ: Vozes, 2001.

BRUGNERA, Ana Carolina. *Meio ambiente cultural da Amazônia brasileira: dos modos de vida a moradia do caboclo ribeirinho* [Dissertação de Mestrado]. São Paulo/SP: FAU-Mackenzie, 2015.

Carta de Bagé. Jornada “Paisagens culturais: novos conceitos, novos desafios”. Bagé/RS: IPHAN, 2007.

Carta do Rio. Conferência geral das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e desenvolvimento. Rio de Janeiro/RJ: UNESCO, 1992. In CURY, Isabelle. *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro/RJ: IPHAN, 2000

CURY, Isabelle. *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro/RJ: IPHAN, 2000

DELPHIM, Carlos Fernando M. “Paisagem”. Rio de Janeiro: Iphan, 6/11/2007.

ESTERCI, Neide. “Amazônia: Povos tradicionais e luta por direitos”. In BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia M. *Agenda Brasileira: Temas de uma sociedade em mudança*. Rio de Janeiro/RJ: Companhia das Letras, 2011.

GUERRA, Abilio (Org.). *Arquitetura Brasileira: Viver na floresta*. São Paulo/SP: Instituto Tomie Othake, 2010.

HISSA, Cassio Eduardo Viana (Org.). *Saberes ambientais*. Belo Horizonte/MG: Editora UFMG, 2008.

IPHAN (Org.). *Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais*. Brasília/DF: Iphan, 2012.

LÉVY, Pierre. *A Inteligência Coletiva: Por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo/SP: Edições Loyola, 2007.

LIMA, André. “Ordenamento Territorial”. In RICARDO, Beto; CAMPANILI Maura. *Almanaque brasil socioambiental*. São Paulo/SP: ISA – Instituto Socioambiental, 2008.

OLIVEIRA, Ana Rosa de. Carlos Fernando de Moura Delphim. En-



trevista. São Paulo, ano 04, n. 016.01, Vitruvius, out. 2003 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/04.016/3334>>

OOSTERBEEK, Luiz. Arqueologia, patrimônio e gestão de território: polemicas. Erechim/RS: Habilis, 2007.

RICARDO, Beto; CAMPANILI Maura. Almanaque brasil socio-ambiental. São Paulo/SP: ISA – Instituto Socioambiental, 2008.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika Marion. “A Construção do Meio Ambiente Cultural: Reflexões e Práticas no Brasil”. In JARDIM, Jean (Org.); Direito, Educação, Ética e Sustentabilidade: Diálogos entre os vários ramos do conhecimento no contexto da América Latina e do Caribe – Vol. 2. Goiânia: Instituto tueri, 2013.

RODRIGUES, Marian Helen da S. G. “Um Parque e Sua Gente”. In Revista História Viva: A Era dos descobrimentos. Edição: Abril/2015, pg. 70-73.

ROSENFELD, Denis Lerrer. Aculturação e integração. Visto em ISA – Instituto Socioambiental: Povos Indígenas disponível em <http://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=62754>. Acesso em 09 de Novembro de 2014.

SANTILLI, Juliana. Paisagens Culturais. Visto em ISA – Instituto Socioambiental, disponível em <http://uc.socioambiental.org/>. Acesso em 09 de Novembro de 2014.

SHIVA, Vandana. Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e biotecnologia. São Paulo/SP: Gaia. 2003

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. “Bens Culturais”. In RICARDO, Beto; CAMPANILI Maura. Almanaque brasil socio-ambiental. São Paulo: ISA – Instituto Socioambiental, 2008. THINK THANK Documento Cultural & ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika Marion. Projeto Científico de Meio Ambiente Cultural. São Paulo: DOCUMENTO, 2014.

TORELLY, Luiz Philippe. Patrimônio cultural. Notas sobre a evolução do conceito. Arqutextos, São Paulo, ano 13, n. 149.04, Vitruvius, out. 2012 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/13.149/4539>>

BASE DE DADOS ONLINE

BRUGNERA, Ana Carolina. Territórios. In <https://vimeo.com/91519559>. Acesso: 22 de Junho de 2014.

Documento Arqueologia e Antropologia em <http://www.arqueologiapublica.com.br/>. Acesso: 06 de Novembro de 2014
IBGE - Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico em <http://www.ibge.gov.br/home/> acesso: 23.06.2014

ICOMOS – Internacional Council on Monuments and Sites, em <http://www.icomos.org/fr/> . Acesso: 20 de Março de 2014.

IPCE – Instituto Pequi do Cerrado em <http://www.pequidocerrado.com.br> . Acesso: 06 de Novembro de 2014

IODA – Instituto Olho D’água em <http://documentoculturalolho-dagua.ning.com/>. Acesso: 06 de Novembro de 2014.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional, em <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaInicial.do>. Acesso: 01 de Junho de 2014.

ISA – Instituto Socioambiental em <http://www.socioambiental.org/pt-br>. Acesso: 06 de Novembro de 2014.

Minc - Ministério da Cultura, em <http://www.cultura.gov.br/historico>. Acesso: 01 de Junho de 2014.

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, em <http://whc.unesco.org/>. Acesso: 01 de Junho de 2014.

TERRITÓRIOS, Grupo Documento. Edição e produção artística de Ana Carolina Brugnara em <https://vimeo.com/91519559>. Acesso: 22 de Junho de 2014.



O modelo bairro-jardim como patrimônio urbano: a experiência em Poços de Caldas

Anna Luiza Souza Nery Reis

POSURB - Puc-Campinas

Maria Cristina da Silva Schicchi

POSURB - Puc-Campinas

RESUMO

O presente artigo analisa o desdobramento do modelo cidade-jardim desenvolvido pelo urbanista inglês Ebenezer Howard e a posterior atuação dos urbanistas Barry Parker e Raymond Unwin, que encontraram no território brasileiro um vasto campo de atuação, em especial, com a expansão das cidades a partir do planejamento de bairros e loteamentos desde o início do século XX. A transposição do ideário “jardim” para o continente americano instituiu um inestimável legado ao urbanismo brasileiro. Apresenta-se a experiência do bairro Jardim dos Estados, em Poços de Caldas, onde foi possível refletir sobre sua origem e discutir sobre sua condição de preservação atual.

PALAVRAS CHAVE: urbanismo, bairro-jardim, Bairro Jardim dos Estados

ABSTRACT

This article analyzes the unfolding of the model garden city designed by the British urban planner Howard and the subsequent performance of urbanists B. Parker and R. Unwin, who found in Brazil a vast field of action, particularly with the expansion of cities and planning neighborhoods from the early twentieth century. Transposition of garden's ideas for the Americas established a priceless legacy to the Brazilian urbanism. It presents the experience of “Jardim dos Estados”, in Poços de Caldas, where it was possible to reflect on its origin and discuss their current conservation status.

KEY-WORDS: urbanism, garden suburbs, Jardim dos Estados District



INTRODUÇÃO

Com o objetivo de contextualizar os fundamentos da ideia de cidade-jardim, faz-se um breve panorama de seus princípios. A ideia do urbanista¹ inglês Ebenezer Howard (1850-1928), durante período pré-industrial, propõe “novas cidades” para solucionar problemas como saneamento e pobreza advindos da expansão desenfreada das cidades na Inglaterra. Howard procurava o “equilíbrio entre o crescimento econômico e os problemas sociais, integrando-os ao desenho da paisagem”, de forma que tivesse uma estreita relação com o campo (ANDRADE, 2003:01). Tal planejamento foi definido como um “movimento intelectual e profissional, que representa essencialmente uma reação contra os males produzidos pela cidade do século XIX” (HALL,1988:09).

A solução seria a união entre a cidade e o campo: “todas as vantagens da vida mais ativa na cidade e toda a beleza e as delícias do campo podem estar combinadas em um modo perfeito”(CHOAY,1965:220). A partir do diagrama dos “Três Imãs” (cidade, campo e cidade-campo), Howard propõe a “town-country”, denominada mais tarde “Garden-city”, modelo descrito em livro, publicado em 1898 com o título “Tomorrow:A Peaceful Path to Real Reform”. Implícitos no conceito, destacam-se: a ideia de cidades auto-sustentáveis e sua limitação fixa, composta por uma cidade central com 58 mil habitantes e seis cidades satélites com até 32 mil habitantes. De acordo com Hall(1988:109), “A cidade-jardim teria um limite fixo e ao seu redor, uma área muito mais larga de cinturão verde perene”.

Porém, o método organizado por ele teve a influência de ideias precursoras de pensadores urbanos ingleses que circulavam em sua época. Entre eles, pode-se citar Edward Gibbon Wakefield que, cinquenta anos antes, desenvolvera a ideia de uma colonização planejada para os pobres. Segundo Hall(1988:106): “Tão logo a cidade atingisse determinado tamanho, dever-se-ia começar uma segunda, separada da anterior por um cinturão verde: origem do conceito de cidade social, admitia Howard.”

Seguindo o esquema proposto, tem-se como primeiro exemplar de “garden-city” a cidade de Letchworth, na Inglaterra, projetada por Raymond Unwin (1863-1940) e Richard B. Parker (1867-1947) no ano de 1903, ambos seguidores de Howard que, mais tarde, atuariam de maneira efetiva na implantação do ideário no Brasil.

A TRANSFERÊNCIA DO IDEÁRIO PARA O BRASIL

Para compreender claramente como se deu a transferência do modelo de cidade-jardim para o Brasil, é necessário relembrar o contexto histórico e econômico em que o país se inseria. Em primeiro lugar, o início do século XX foi um período marcado pelos ideais progressistas em todo continente latino-americano, fato que se deu principalmente com a industrialização e as consequentes modernização e expansão das cidades. Há neste momento uma grande circulação de urbanistas e engenheiros politécnicos, que resulta em um enriquecimento da teoria urbanística no continente. Gomes e Espinoza (2009:01) demonstram a importância desse século na história da América Latina:

Nesse período, a emergência de novas experiências na arquitetura e no urbanismo em vários países do continente foi favorecida por uma conjuntura especial, onde se destacaram o rápido desenvolvimento da urbanização, movimentos favoráveis da economia, expansão da industrialização e presença marcante do Estado.

Aliados a estes fatos estão os contextos político e econômico brasileiros. Com o advento da república e do liberalismo econômico, a criação e expansão de cidades de maneira planejada é estimulada. De acordo com Andrade (1998:02): “nascendo como fato político, tais cidades apresentavam em seus traçados uma forte dimensão simbólica, articulando em uma única composição, edifícios públicos, monumentos, bulevares, praças e parques.” Ou seja, as cidades, além de refletir os ide-



ais políticos também se tornariam marcos desta nova civilização.

Com a importação de ideais europeus, Andrade (2010:29) afirma que as primeiras referências ao ideário de garden-city aparecem na historiografia do urbanismo brasileiro neste momento, sobretudo nos textos de engenheiros que cuidavam do planejamento urbano. O ano de 1933, para Andrade (2010), teria sido o início de um conjunto de projetos de cidades novas, como a concepção de Goiânia, a primeira cidade-jardim, projetada por Atilio Corrêa Lima.

E ainda no início do século XX, o modelo seria explorado por outros engenheiros politécnicos como Luiz Ignácio R. de Anhaia Mello, Prestes Maia e Léo Ribeiro de Moraes, nomes que se destacaram na história do pensamento urbanístico (OLIVEIRA,1990; MELLO,1929).

Como a apropriação do modelo se deu no Brasil principalmente em forma de bairros-jardins, é necessário discorrer sobre as variações: cidade, bairro e subúrbio, sendo este último o primeiro derivado do conceito proposto por Howard. Wolf (2001) coloca que “o conceito de “cidade-jardim consagrou-se associado a uma terminologia que transita pelos termos cidade-jardim e subúrbio-jardim de maneira nem sempre precisa” e ainda que “Cidade-jardim, subúrbio-jardim e bairro-jardim são concepções urbanísticas originadas a partir de 1850 como respostas aos problemas decorrentes da rápida urbanização que marcou a Europa e a América do Norte no século XIX” (WOLF, apud AGUIAR,2003).

Em primeiro lugar, entende-se por bairro em si “cada uma das partes principais em que se divide uma cidade, com suas casas e ruas” e por loteamento o “parcelamento da terra em lotes fazendo-se necessária a abertura ou prolongamento de logradouros públicos para os quais tenham testada” (TOPALOV; BRESCIANI;2014:85). Diferentemente das “garden-cities” que buscavam viver de forma independente, planejada e com finalidades sociais, os subúrbios permaneciam dependentes do núcleo urbano no qual se inseriam e se caracterizavam como extensões. Segundo Wolf (2001) “a relação de dependência latente com o núcleo urbano era uma an-

títese do ideal da cidade auto-sustentável de Howard”. Já o bairro-jardim, por inúmeras vezes, é ainda mais esvaziado de sentido, apenas com o interesse de criar núcleos residenciais diferenciados, direcionados à elites e “só guardam a tendência à rua sinuosa e a inserção da casa no centro do lote, o que lhe dá ares bucólicos, fugindo ao tradicional traçado monótono da quadrícula urbana” (BONFATTO,2003:33). Este instrumento se constituiu num poderoso instrumento de especulação imobiliária.

O LOTEAMENTO JARDIM DOS ESTADOS EM POÇOS DE CALDAS

A cidade surge a partir de um recurso natural, a água termal. O fato de ter seu “produto” consumido in-loco, fez com que o município se desenvolvesse: a água é a essência do turismo local. A vocação turística da municipalidade fomentou a construção de instalações para exploração do recurso natural, que mais tarde se desdobrariam em luxuosos hotéis e cassinos para entretenimento de veranistas em busca de tratamento.

A cidade tem sua fundação oficial em 1872, e a partir daí passa por um período de ascendência, com processos de crescimentos vertiginosos, tanto em infraestrutura quanto em população. Dentre os principais fatos urbanísticos destaca-se o desenvolvimento de um “rígido projeto urbanístico” para ordenar o núcleo urbano. Propondo um traçado ortogonal, os engenheiros João Batista Pansini e Carlos Maywald desenham a planta do local, onde hoje se localiza a área central da cidade: “Assim, Poços de Caldas nasceu sem becos e vilas, graças a esse plano de urbanismo pioneiro no Brasil” (PREZIA,2014:23).

Alguns anos mais tarde, tal projeto antecedeu o desenvolvimento do plano proposto pela “Companhia Melhoramentos” e então, entre décadas de 1910 a 1930, de acordo com MEGALE (2002;35), a cidade sofreu sua maior intervenção urbana, a partir da transposição do ideário europeu de reordenamento e embelezamento do espaço, que proporcionaram uma nova dinâmica sócio-espacial: o município passa a ser considerado a



mais bela estância hidromineral da América Latina e é elevado à notoriedade. Tal Companhia é encarregada de solucionar os problemas hídricos, sob comando do engenheiro Saturnino de Brito, e se dará início à construção das chamadas “Grandes Obras”, que criaram a imagem que a cidade adquiriu a partir dos anos 20. As obras foram concluídas pelo arquiteto Eduardo V. Pederneiras, responsável pelo projeto dos edifícios que compõem o “Complexo Hidrotermal e Hoteleiro” tombado pelo IEPHA-MG, e pelo renomado arquiteto paisagista Reynaldo Dieberger, responsável pelos desenhos dos parques e jardins.

Porém, em 1946, se inicia a travessia por um período de declínio, com a proibição dos jogos de azar e a comercialização da penicilina, que deflagram um processo de decadência, e então a cidade busca readaptar a atividade turística e de maneira geral procura se manter a partir de outras atividades econômicas.

Neste momento, mais precisamente em 1947, é fundado o Bairro Jardim dos Estados, localizado à nordeste da área central, na época com 850 lotes projetados com cerca de 300m² cada, compreendendo uma área de 452.800,00m². O loteamento foi pensado com caráter estritamente residencial unifamiliar, para atender às classes média alta e alta.

Cabe destacar que embora o bairro seja fundado exatamente no momento histórico e econômico de declínio da cidade, ele é pensado ainda nos padrões exuberantes da primeira fase da estância, quando do afluxo turístico de alto poder aquisitivo.

O local havia sido pensado para atender não apenas a população local, mas para estimular o comércio imobiliário à veranistas, pois com as dimensões dos lotes e o ar bucólico do loteamento se poderiam construir chácaras de recreio.

Paralelamente, neste mesmo ano, o engenheiro Jorge Macedo Vieira, desenvolvia o plano urbanístico para a cidade de Maringá, no Paraná, sob os mesmos moldes. Estudos do pesquisador Andrade (1998:13) relatam que o arquiteto inglês Barry Parker esteve em Poços de Caldas aproximadamente no ano de 1918, quando das primeiras iniciativas modernizadoras para o local. Nes-

te momento Parker é convidado a elaborar um projeto paisagístico para um parque na área central. A vinda de urbanistas europeus influenciou de maneira significativa o desenvolvimento urbanístico do local.

O Plano de Desenvolvimento Integrado Municipal (1968) propôs um Plano Físico Urbanístico que caracterizava o loteamento Jardim dos Estados:

(...) loteamento caracterizado pela ocorrência de habitações unifamiliares de grande e médio porte, implantadas com afastamento das divisas. São mais frequentes os pequenos jardins fronteiros e com terrenos que apresentam declividades acentuadas. O arruamento perde a rigidez linear, adaptando-se aos declives do terreno” (PDI, 1968:I.10).

O projeto representava um marco, pois até aquele momento a cidade se caracterizava, principalmente, pela presença de uma malha ortogonal, com limites bem definidos. O traçado sinuoso do loteamento divergia do traçado retilíneo característico do núcleo original. Já que a porção plana da cidade havia sido projetada por planos anteriores, o bairro se implanta em um local com declividade mais acentuada e assim as ruas procuram ajustar-se à topografia.

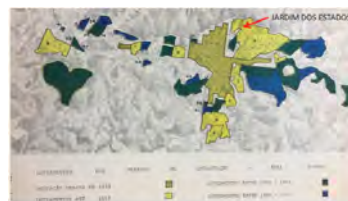


Figura 01 - Mapa presente no Plano de Desenvolvimento Integrado de Poços de Caldas de 1968 com a delimitação de bairros





Figura 02 – Trecho do loteamento Jardim dos Estados onde encontra-se a Avenida Sorocaba, principal acesso ao loteamento. Vê-se o desenho sinuoso proporcionado pelo traçado das vias. Fonte: Acervo pessoal da família Prezian.

A singularidade do bairro se dá por ser o único “bairro-jardim” da cidade, projetado segundo conceitos de Parker e Unwin. O projeto insere, no espaço das avenidas, um canteiro central, para o plantio de vegetação, o que agrega qualidade de vida ao arruamento e cria um espaço agradável. Há uma clara intenção de configurar uma “park-way”, via sinuosa com acentuada arborização e de intensa circulação para acesso ao bairro residencial.

A principal via de ligação do loteamento à área central seguiu rigorosamente esses princípios. A denominada Avenida Sorocaba, hoje Av. Dr. Benedito Ottoni, é composta por duas pistas asfaltadas com caixas de 8 metros, canteiro central com mesma dimensão e calçadas de 3 metros.

Os responsáveis pela implantação e desenvolvimento deste bairro foram José Prezian e Miguel de Carvalho Dias a partir da “Empresa Imobiliária de Poços de Cal-

das”. De acordo com PREZIAN(2014:162):

José Prezian trabalhava havia dezesseis anos na Companhia Mogiana. A convite de Dr Pedro Junqueira deixa tudo [...] para se lançar num empreendimento pioneiro que foi lotear terrenos e vendê-los a prestações. Nesta aventura embarcou também Miguel de Carvalho Dias, lançando o lote-amento do Jardim dos Estados.

O sucesso do empreendimento foi tão grande que a empresa encerrou sua atividade ao vender o último lote. O ideário de bairro-jardim foi apropriado também pelos anúncios de venda. As virtudes trazidas por esta proposta urbanística foram decisivas para o sucesso do empreendimento imobiliário. Cabe pontuar que ainda hoje inúmeros empreendimentos são denominados “Jardim”, porém totalmente esvaziados de sentido, apenas com finalidades publicitárias e especulativas, a partir da associação com um ideário urbanístico de prestígio.



Figura 03- Anúncios de vendas promovidos em c.1950. Fonte: Site Memória de Poços Disponível em: <<http://www.memoriadepocos.com.br/search?q=JARDIM+DOS+ESTADOS&-0->>. Acesso em: Nov. de 2015



Atualmente o bairro preserva seu traçado original com caráter residencial e a partir do Plano Diretor (2006) vigente está delimitado na Zona de Proteção Especial 1:

Compreende áreas com restrição de verticalização para que a ambiência e a paisagem do local sejam preservadas e preservação de baixas densidades e controle de altimetria. Dentre as diretrizes urbanísticas destacam-se o coeficiente máximo do terreno=1,5 e o gabarito de altura limitado à 9 metros e área permeável de 30%, sendo um índice elevado diante dos demais zoneamentos locais.” (PLANO DIRETOR, 2006:08)

Ainda que o loteamento não tenha seu traçado tombado como patrimônio, vê-se claramente que a cidade reconhece o Jardim dos Estados como um loteamento de alto padrão, cujo desenho se destaca em meio a malha urbana poços-caldense. Porém não é mais exclusivamente residencial. O local apresenta usos institucionais, além da presença de serviços, como clínicas odontológicas, médicas e escolas primárias. Porém, cabe destacar, que em razão do caráter residencial do local, para que se tenha aprovação de usos distintos no loteamento é necessária a aprovação não apenas da Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente mas também do COMDURT, formado por membros da sociedade civil organizada e representantes do Poder Executivo, pois há a preocupação em se manter a ambiência do local, já que, de acordo com o Plano Diretor, em tais áreas:

Serão fixadas diretrizes especiais para áreas que, por suas características específicas, demandem políticas de intervenção e parâmetros urbanísticos e fiscais diferenciados, a serem estabelecidos em lei, os quais devem ser sobrepostos aos do zoneamentos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intercâmbio de ideias urbanísticas oriundas do continente europeu foi imprescindível para o desenvolvimento do urbanismo brasileiro. O princípio da “garden-city” foi responsável pelos planos urbanísticos de cidades como Goiânia e Maringá e seus desdobramentos deram origem a loteamentos de diversas escalas ao longo do território. Há de se considerar que o modelo “bairro-jardim” se desprende do conceito de organização autônoma proposto pelo modelo de cidade howardiano. No Brasil, o ideário aplicado à capital paulista, além de precursor, pode ser talvez, o maior legado de implantação “bairro-jardim”, com remanescentes excepcionalmente preservados como o Jardim América e Pacaembú. Lamentavelmente com o decorrer dos anos, e ainda atualmente, há uma vasta apropriação do vocábulo “jardim” ao se fundar qualquer empreendimento imobiliário com o objetivo apenas especulativo, ou seja, esvaziados de sentido e em nada sustentados pela teoria.

A cidade de Poços de Caldas, com sua visibilidade internacional, foi palco de intervenções urbanísticas propostas por renomados engenheiros politécnicos e arquitetos. O Jardim dos Estados se configurou como um projeto de expansão urbana que respeitou as diretrizes de “bairro-jardim”. A população de modo geral, ainda que não tenha consciência de seu desenho, o reconhece como um ambiente diferente do restante da cidade.

Conforme exposto, o único instrumento que regula a ocupação do local é o Plano Diretor Municipal, demarcando-o como Zona de Proteção Especial, zoneamento restritivo que tem como principais objetivos a manutenção de baixa densidade, regulamentação do tamanho dos lotes e o desestímulo à verticalização, para a manutenção da ambiência local.

Vê-se portanto, que a preservação das diretrizes originais do loteamento está submetida aos desígnios do zoneamento proposto pelo Plano Diretor, instrumento esse que pode alterar seus coeficientes em cada revisão e que, portanto, pode descaracterizar o bairro e o legado representado por seu traçado e forma de ocupação.



Seriam necessárias diretrizes mais efetivas, a exemplo do que foi feito na cidade de São Paulo, em seus remanescentes de bairros-jardins, onde a delimitação do polígono do bairro foi tombado pelo CONDEPHAAT em 1986, e a proteção incidiu sobre o traçado urbano, a vegetação e a demarcação dos lotes, para em seguida se pensar em formas de preservar a memória da ocupação, os elementos referenciais (construções, visuais, lugares) relevantes para as pessoas ainda hoje, com a criação de instrumentos mais afinados com os do próprio planejamento, dispositivos que nem mesmo o bairro paulistano possui até o momento.

¹ Choay (1968), em seu livro “O Urbanismo”, classifica os “planejadores” em duas categorias: 1. Pré-urbanistas: pensadores da cidade, que durante o Século XIX preocuparam-se com o problema da cidade, sem dissociá-lo de um questionamento sobre a estrutura e o significado da relação social e 2. Urbanistas: Antagônicos aos pré-urbanistas, onde as propostas de ordenamento urbano são livremente construídas por uma reflexão que se desdobra no imaginário, na dimensão da utopia. Howard, segundo a autora, se situa nesta segunda classificação.

² A palavra progresso deve ser compreendida a partir da definição encontrada no Dicionário da Língua Portuguesa Michaelis: Melhoria gradual das condições econômicas e culturais da humanidade, de uma nação ou comunidade

³ IEPHA-MG é o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

⁴ O vocábulo é utilizado aqui de acordo com o dicionário Aurélio, e pode ser entendido como abatimento, declínio, empobrecimento e enfraquecimento [da cidade e de suas atividades turísticas e econômicas].

⁵ No denominado Plano de Desenvolvimento Integrado, o termo ocupação urbanística corresponde aos traços físicos comuns que os conjuntos de habitações e quarteirões apresentam.

⁶ COMDURT é o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Territorial da cidade de Poços de Caldas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, T.R.F. Jardim América, o subúrbio-jardim em versão brasileira, In: Varia História, UFMG, 2003. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/varia/admin/pdfs/29p157.pdf> Acesso em: Set. 2015.

ANDRADE, C.R.M. A Circulação Transatlântica da Ideia de Cidade Jardim: as referências teóricas dos urbanistas brasileiros na primeira metade do século XX. In: BERTONI, Â.; SALGADO, I. “Da Construção do Território ao Planejamento das Cidades: competências técnicas e saberes profissionais na Europa e nas Américas.” 1ª ed. São Carlos, RiMa Editora, 2010, p.27-34.

ANDRADE, C.R.M. O ideário cidade jardim na cultura urbanística paulistana e carioca. In: Encontro Nacional da ANPUR, 2009. Anais do XIII ENANPUR. Florianópolis: UFSC, 2009.

BONFATO, A.C. Águas de São Pedro por Jorge de Macedo Vieira – ressonâncias e traduções do modelo “garden-city” na estância hidromineral paulista. Dissertação de mestrado PUC Campinas, Campinas, 2003.

CHOAY, F. O Urbanismo: utopias e realidade, uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 7ª Edição, 1965.

GOMES, MAAF., org.. Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960” Salvador: EDUFBA, 2009.

HALL, P. A. Cidade no Jardim. A Solução Cidade-Jardim: Londres, Paris, Berlim, Nova York (1900-1940). In: Cidades do Amanhã: uma história intelectual do planejamento e dos projetos urbanos no século XX. São Paulo: Perspectiva, 2ª Ed., 1988. p.102-203.

MELLO, L.I.A. Urbanismo – O Problema Financeiro. In: Boletim



do Instituto de Engenharia. São Paulo: Mimeo, 1929.

OLIVEIRA, F.L. de. O parque e a cidade na obra de Prestes Maia.
In Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Salvador,
1990.

POÇOS DE CALDAS. Plano de Desenvolvimento Integrado de
1968.

_____. Lei Municipal 5.488 de 04/01/1994, Plano
Diretor do Município de Poços de Caldas.

TOPALOV; BRESCIANI,;Org. A aventura das palavras da cidade
através dos tempos, das línguas e das sociedades. São Paulo, Ro-
mano Guerra, 2014.

WOLF, S.F.S. Jardim América: o primeiro bairro-jardim de São
Paulo e sua arquitetura. São Paulo: Edusp, 1ª Ed., 2001.



Entre a intenção e a prática em projetos de habitação de interesse social para áreas centrais. Particularidades do caso Pilar III em Salvador

Catharina Christina Teixeira

Instituto de Arquitetura e Urbanismo - USP de São Carlos

RESUMO

No Brasil, dentro do contexto de requalificação dos centros históricos e as possibilidades promovidas pelo Estatuto das Cidades (E.C.- Lei 10.257 de 10/07/2001), no que se refere a promoção da função social da propriedade para fins de moradia, a habitação social nas áreas centrais passa a fazer parte das políticas públicas que apoiam, entre outros usos, o uso residencial para a requalificação. A cidade de Salvador, trabalhou a requalificação com o uso habitacional dentro de programas específicos como foi o caso da Sétima Etapa de requalificação do Centro Antigo de Salvador (CAS), quando alguns imóveis tombados, foram designados a Habitação de Interesse Social durante a primeira gestão do ex-governador Jacques Wagner (2007- 2010). Este trabalho irá discutir o contexto em que o projeto foi desenvolvido, com especial atenção a incompatibilidade entre uma política pública e os órgãos de aprovação, vinculados ao patrimônio histórico, buscando elencar as justificativas que distanciam a intenção da prática.

Palavras Chaves: Habitação de Interesse Social/ Revitalização/Patrimônio

ABSTRACT

In Brazil, in the context of rehabilitation of historic centers and the possibilities promoted by the City Statute (EC-Law 10,257 of 10/07/2001), as regards the promotion of the social function of property for housing, housing social in the central areas becomes part of public policies that support, among other uses, residential use for requalification. The city of Salvador, has been working retraining with residential use within specific programs as was the case of the Seventh Step of redevelopment of the Old Center of Salvador (CAS) when some fallen buildings, were assigned to social housing during the first administration of former governor Jacques Wagner (2007- 2010). This paper will discuss the context in which the project was developed, with special attention to the incompatibility between public policy and the approval of bodies linked to the historical heritage, seeking to list the reasons that separate the intention of the practice.

Key words: Social Housing / Revitalization / Heritage



Introdução:

As cidades brasileiras iniciaram um processo de desocupação das áreas centrais, a partir dos anos 60, com o deslocamento do interesse econômico dos antigos polos residenciais e de serviços, para novas centralidades. Esse processo aconteceu concomitantemente a consolidação das periferias precárias, nas capitais mais populosas, consolidando áreas de grande extensão territorial. Segundo Bárbara Freitag as capitais brasileiras sofrem de “itinerância”:

“...Deste modo, a cidade “abandonada” pode viver um período de estagnação e até mesmo cair no esquecimento. Enquanto isso, a cidade nova, paralela, que passa a assumir as funções político- administrativas, econômicas e comerciais atrai todas as atenções e concentra riqueza e prestígio” (FREITAG, 2003:116)

A itinerância, de que trata Freitag, se apoiou no modelo de cidade espraiada, com grandes extensões urbanas e centros dispersos; a outra possibilidade, defendida por Rogers (2001), reforça a concepção de cidade compacta, que aparece como o antídoto, para evocar a requalificação dos centros urbanos subutilizados.

Nos anos de experimentação que se sucederam, uma das diretrizes disseminadas para incentivar a revitalização dos centros urbanos, foi a reocupação através da promoção de políticas públicas de Habitação de Interesse Social (HIS). Essas políticas tiveram voz, a partir do marco regulador do Estatuto da Cidade, com a difusão do direito à moradia, com a utilização de imóveis ociosos, que não cumpriam a função social da propriedade. A promoção HIS pelo poder público nas áreas centrais, deve estar acompanhada de ações inter-setoriais, que garantam sua efetividade e tenham a capacidade de iniciar o processo de reocupação, com a garantia de permanência das populações desassistidas. Os imóveis subutilizados da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e o Concurso Caixa IAB 2006.

A luta pelo direito à moradia, pós E.C., seguiu uma

agenda pautada pelos movimentos sociais, na busca de possibilidades para implantar projetos de HIS. Com a pressão popular, a SPU disponibilizou, em 2005, alguns imóveis federais subutilizados, para o uso habitacional. Estas áreas, foram destinadas a um Concurso Nacional para HIS, com contratação dos projetos vencedores.

O Concurso foi promovido em 2006, pelo IAB e Caixa Econômica Federal, para terrenos ou edificações espolhadas pelo território nacional, que se dividiam em 5 categorias, entre elas: áreas de grande, médio e pequeno porte, urbanização de assentamentos informais e reciclagem de prédios em centros urbanos, adaptando-os aos fins habitacionais.

Dos imóveis apresentados para a modalidade de reciclagem de prédio urbano, a equipe, responsável pelo estudo de caso em referência, escolheu o conjunto da Rua do Taboão, denominado Pilar III (Figura I), para intervenção.

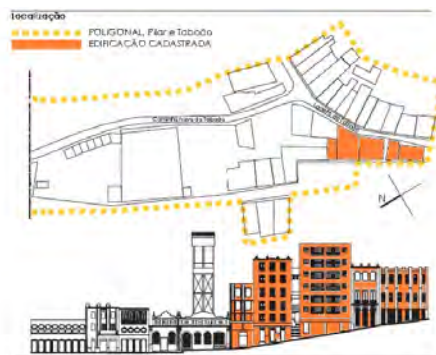


Figura 1: Inventário de Ruínas- RUP. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo- UFBA- Conder. Ficha Técnica dos imóveis disponíveis pelo Concurso.

O projeto recebeu premiação (Mensão Honrosa) na categoria concorrida, sendo contratado pela CONDER (Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia) para o desenvolvimento final em outubro de 2008. Centro antigo de Salvador e as políticas públicas para sua revitalização.

Salvador é uma Cidade de topografia acidentada, com destaque para a falha geológica que separa a Cidade Alta da Cidade Baixa. A necessidade de revitalização

do CAS surgiu a partir da década de 1960, com a recuperação de alguns casarões, constituindo uma espécie de corredor turístico de pequenas proporções. Nos anos 70, o centro passou pela recuperação da infraestrutura urbana e de alguns monumentos e, somente em 1983 foi demarcada a área sujeita ao tombamento, pelo IPHAN - Lei Municipal n° 3.289/83, que corresponde à área contígua à área de proteção rigorosa, na qual está inserido o Centro Histórico de Salvador.

O CAS, desde década de 70, foi perdendo o interesse dos setores produtivos da economia, que seguiram, itinerantes, para novos polos de atração. A deficiência na infraestrutura, especialmente de estacionamento, fez com que, gradativamente, houvesse um deslocamento dos setores do comércio e serviços para outras regiões da cidade, como a Av. Tancredo Neves, provocando o seu esvaziamento. Exceção feita, com as atividades relacionadas ao modal marítimo, permanecendo, assim, o Porto como ponto estratégico da economia baiana no local.

“ O Centro Histórico de Salvador passou a receber então uma nova população, formada principalmente por descendentes de ex-escravos. A área passou a abrigar uma população pobre, de baixa escolaridade, que fixou residência na área de forma precária. Surgiram também ali diversos movimentos identificados com a cultura negra”. (BRAGA; SANTOS JUNIOR, 2009: 24)

No ano de 1992 começou a ser executado, pela CONDER, com apoio do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) e da Prefeitura municipal, o Plano de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, para ser executado em sete etapas, seis das quais foram cumpridas entre 1991 e 1999. Esse plano tinha a proposta de transformar o Centro Histórico, em um local voltado ao turismo, “um cenário urbano”, o que ocasionou a expulsão de cerca de 1900 famílias, com o pagamento de baixas indenizações.

Devido ao grande impacto social das intervenções, o

Ministério Público interrompeu o processo, em novembro de 2002, antes do início da sétima etapa, fazendo com que o CAS sofresse um novo processo de degradação até a retomada dos projetos em 2007.

Importante situar que, com a criação do Ministério das Cidades em 2003, surgem novas propostas no tratamento da reabilitação das áreas centrais. Para isso foi criado o Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais (PRAUC), que procurou incentivar uma política de uso e a ocupação dos centros urbanos a uma política habitacional, com inclusão social e a participação da população moradora.

A revitalização do centro histórico e o direito à moradia:

A sétima etapa acontece na primeira gestão do governo de Jacques Wagner em 2007, que firma um Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador, pautado por um Termo de Cooperação Técnica. Este termo assegurou o direito de permanência dos moradores, representados pela Associação dos Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH); instituiu um novo Conselho Gestor do Centro Antigo e criou o Escritório de Referência do Centro Antigo (ERCA). O Plano (2007-2010) estava alinhado às premissas traçadas pelo PRAUC, que apoiava o uso residencial como fato gerador da requalificação das áreas centrais.

Neste período foram feitas algumas intervenções em imóveis ociosos para o uso habitacional; 21 casarões, atendendo a 103 famílias e outros tantos projetos, entre eles, o Pilar III. Segundo Mourad (2012) no levantamento feito por Angela Gordilho em 2008, existiam 1100 imóveis em estado de vacância, com potencial para gerar 8,6 mil unidades habitacionais, atendendo a diferentes faixas de renda. No entanto, segundo a mesma autora, o que se viu nos anos que se seguiram, foi uma paulatina mudança de direcionamento da política pública, articulada pelo ERCAS/ SECULT, em direção a “cidade espetáculo”; com as parcerias público privadas.

Pilar III, diagnóstico e pesquisa histórica:



O sítio estudado encontra-se dentro da área demarcada como Centro Antigo de Salvador, no Bairro do Comércio, na Rua do Taboão, sujeito a restrições de tombamento, descritas na Lei Municipal n* 3.289/83, definida pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de 2008, como uma região sujeita a “Requalificação de áreas degradadas através de transformações urbanísticas, conciliando com a proteção do patrimônio histórico e ambiental.

Para desenvolvimento do projeto, iniciou-se uma pesquisa histórica; os edifícios encontravam-se em condições desfavoráveis de acesso, alguns com possibilidade de desabamento, inviabilizando a identificação de todos os elementos. Para recomposição dos componentes de fachada, foram feitas pesquisas no acervo histórico de plantas e imagens do Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC) e na Fundação Gregório de Matos.

O conjunto histórico é composto por 5 edifícios encravados na falha geológica de Salvador, sendo que, 4 deles possuem dois acessos: um pela Rua do Taboão (de cima) e outro pela Rua do Taboão (de baixo). O conjunto edificado faz a contenção da rua, configurando a edificação como uma construção complementar. O bloco repete o padrão de edificação de encosta que une a cidade alta com a cidade baixa. Dos 5 edifícios, quatro são históricos, do final do século XIX, com gabaritos que variam entre 4 a 5 pavimentos e um edifício com aproximadamente 40 anos de idade e um gabarito de 7 pavimentos, localizado no centro do conjunto.



Figura 2- Imóvel 47-53.

O edifício 47/53 (Figura 2) foi classificado como Ecletico, por conter elementos característicos de vários estilos arquitetônicos.



Figura 3- Foto da autora. 07/2008. Edif. 47-53. Detalhe da Fachada da Rua do Taboão. Direita.

As pilastras que se sobressaem na alvenaria e as molduras em frisos, são elementos do estilo neoclássico; o trabalho feito em ferro na parte superior das portas, refletem o estilo Art Nouveau. O conjunto de soluções estão presentes no ecletismo.



Figura 4- Imóveis 59-43/57 e 49/51.

O conjunto dos edifícios 59, 43/57 e 49/51 (Figura 4) - a análise do 43/57 foi feita sobre fotos históricas, em decorrência do colapso da edificação-, possuem elementos que os definem como pertencentes ao estilo Art Déco, em que imperam traçados com rigor geométrico

e geometrização das formas.



Figura 5- Foto da autora. 07/2008. Edif. 49-51. Detalhe da Fachada. Rua do Taboão (de cima).

Com base nas imagens históricas, podemos classificar também os edifícios 59 e o 43/57 como Art Déco, porém, a pesquisa revelou que este conjunto sofreu uma alteração no decorrer dos anos e não compunham o estilo observado (Figuras 6 e 7).



Figura 6- Vista da Rua do Taboão, com o Elevador do Taboão. IPAC. 07/2008. Anos 30



Figura 7- Vista da Rua do Taboão. Fundação Gregório de Mattos. 07/2008. Anos 60.



Figura 8- Imóvel 45-55.

O edifício 45/55 (Figura 8) se destaca pela diferença de gabarito; construído antes da lei de tombamento, sua característica moderna se revela nas grandes aberturas, no desenho das janelas e no ritmo imposto por elas na fachada. A presença de materiais, que não são encontrados nas outras edificações, como o concreto e o vidro e a recusa de ornamentos, são características e conceitos da arquitetura moderna.



Figura 9- Fundação Gregório de Mattos. 07/2008. Edif. 45-55. Anos 60. Vista da Rua do Taboão.

Figura 10- Foto da autora. 07/2008. Edif. 45-55. Vista da Rua do Taboão.



A proposta de intervenção feita para o Concurso IAB/ Caixa 2006:

Do ponto de vista urbanístico, o conjunto é privilegiado por encontrar-se na esquina do Largo do Taboão, de importância paisagística, para quem desce da cidade alta em direção à área do Comércio. Neste ponto abre-se um clarão em nível, em meio a ruas estreitas e inclinadas. Hoje o local abriga comércio atacadista de materiais de couro e tecidos para tapeçaria, com pequenas oficinas de artesãos.

O conjunto arquitetônico existente atende a própria morfologia de Salvador; uma cidade feita em dois patamares, ligados por um elevador; neste caso, pelo Elevador do Taboão, (Figura 6). O projeto apresentado para o concurso, pretendia reinterpretar as particularidades do local, dando unidade aos edifícios com altimetrias distintas, escalonados em dois patamares, fazendo referência ao elevador existente e se relacionando simbolicamente com a cidade. Velho x novo; cidade alta x cidade baixa.

Os edifícios históricos que compunham o conjunto, formavam um skyline harmônico de proporções homogêneas, interrompidos pelo edifício de meio de quadra (45/55), com traços modernos e proporções diferenciadas dos demais. Com o advento do desmoronamento do edifício 43/57, adotou-se como partido a construção de um bloco novo, conjugado ao edifício 45/55, contemporâneo com forma paralelepípedica, com maior potencial construtivo para habitação social, fortalecendo o contraponto existente com os edifícios de época.



Figura 12- Proposta apresentada no Concurso IAB- Caixa 2006

Da intenção à prática. O projeto aprovado.

O projeto político da sétima etapa de revitalização do CAS, não encontrou eco nos órgãos de aprovação, que tentaram a todo instante inviabilizar o uso pretendido para os edifícios. O IPHAN e IPAC colocavam em discussão pontos fundamentais, que travavam a evolução do projeto, deixando claro uma postura institucional, que prefere ver o bem ruído do que viabilizar uma mudança de uso, da qual os técnicos não concordavam. Ao longo do desenvolvimento do projeto, houveram várias alterações, algumas de ordem programática, outras de ordem técnica e legal, alterando substancialmente a proposta original.



Figura 13- Reconstituição do Skyline cadastral, que serviu como base de gabarito da proposta nova.

A primeira grande discussão, com o IPHAN-IPAC, foi sobre a exigência de recuperação do skyline original, não permitindo que o edifício desabado (43-57), fosse reconstituído dentro de novos parâmetros, de acordo com a necessidade de adensamento que viabilizasse o atendimento e custos do novo uso (Figura 13 acima). Esta prerrogativa resultou na diminuição de 12 unidades habitacionais (UH).

Dentro das possibilidades colocadas, foi adotado um novo partido; foi proposto um Boulevard, no nível da Rua do Taboão (de cima), promovendo uma grande

área de lazer, de caráter semi- público, que garantiria a vista para a área do Comercio conforme mostra a Figura 14. Proposta aceita.



Figura 14- Edifício 43-57. Vista para a área do Comercio, o no nível da Rua do Taboão (de cima).

Do ponto de vista volumétrico uma nova restrição foi imposta, orientando no sentido da marcação individualizada dos lotes, vetando qualquer tipo de arranjo que incorporasse visualmente e/ou territorialmente de mais que uma edificação. Depois de várias propostas, chegou-se a Figuras 15, com a perda de mais algumas unidades.



Figura 15- Fachada do projeto aceito pelo IPHAN. Assinalada a área do Boulevard.

O programa inicial previa 51 unidades, com uma concentração maior de kitnetes e unidades de 1 dormitório. O projeto executivo resultou em 24 UH, das quais 18 com 2 dormitórios, 3 áreas comerciais, todas em lotes individuais.

O térreo das unidades 47/53 e 49/51 (as duas da direita na Figura 15) continham uma configuração de uso

comercial, com grandes aberturas de portas para a Rua do Taboão; a adequação ao uso residencial prescindia de alteração do tipo de abertura dos caixilhos. Foi proposta a reprodução de portas com folhas de abrir em madeira, porém que tivessem um peitoril fixo, permitindo privacidade e adequação para o uso residencial. Esta prerrogativa não foi aceita, o que inviabilizou mais UH, forçando a permanência do uso comercial, em uma região onde esta atividade econômica encontra-se em extinção.

Conclusão:

A proposta da gestão 2007 a 2010 foi suprimida pela nova tônica imposta pelo Plano de Reabilitação Participativa do Centro Antigo de Salvador 2010- 2014, voltado a mercantilização da cidade e aos novos rumos tomados para os preparativos da Copa 2014, com a possibilidade de um grande contingente de turistas. Em 2010 o projeto do Pilar III foi descontratado pelo CONDER, com a mudança de equipe técnica do órgão, que se aliava as novas possibilidades. A justificativa dada foi a de inviabilidade econômica; a equipe que sucedeu não via com os mesmos olhos o uso HIS no CAS, estando hoje o conjunto arquitetônico ao sabor do tempo (Figura 16).



Figura 16- Google Earth; acesso 21/03/2016.

A dificuldade de encaminhamento do projeto dentro dos órgãos de tombamento é o ponto crítico desta operação, amparados em uma visão tecnicista, sobre o bem tombado. Há de se unirem políticas públicas que permitam flexibilizações (sem ônus ao patrimônio arquite-



tônico) diante da adequação de mudança de uso, como por exemplo para HIS.

Parafraseando Jane Jacobs, “os olhos da cidade” e pensando na possibilidade de um Conselho Gestor atuante, com alta representatividade dos movimentos sociais e de moradores, envolvidos na discussão dos destinos da cidade, o uso habitacional, poderia sim, colaborar para a revitalização do CAS. Diante disto, a política pública proposta no período de 2007 a 2010, tinha condições de resgate da vida diária do CAS, no entanto estes processos, envolvem meandros que podem comprometer o sucesso da operação. O importante é ressaltar que sem o comprometimento da sociedade, o futuro do centro histórico está condenado.

Regulamenta o Plano Diretor Municipal de Salvador.

BRASIL. DECRETO-LEI 25 DE 30/11/1937. Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

BRAGA, P. M.; SANTOS JUNIOR, W. R. Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador: políticas públicas e participação social. Revista Risco.v.10.2009.EESC- USP.



¹ Autor do projeto e responsável: Arq. Catharina Christina Teixeira. Equipe: Arq. Ana Carolina Bierrenbach, Arq. Cristina Boggi, Arq. Fabiana Maria Dupin, Arq. Mariana Cicuto Barros e Estagiária Vania Geraldês. Ver: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/07.077/2786>.

² Órgão municipal, de aprovação de projetos.

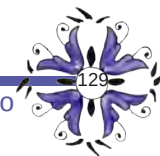
Referências:

FREITAG, Bárbara. A revitalização dos centros históricos das cidades brasileiras. Caderno CRH, Salvador, n. 38, p. 115-126, jan./jun. 2003.

GODILHO, A.S. Intervenções Recentes em Habitação, Salvador-BA. Anais do Seminário de Avaliação de projetos IPT em habitação e meio ambiente: assentamento urbanos precários. 2002. IPT- SP. Pg. 131- 148.

MOURAD, L.N. Elegia aos vacantes. Considerações acerca do Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador. III Seminário Internacional Urbicentros- Salvador- BA. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. LEI 7400/2008.



Tombamento e formação do patrimônio cultural: o percurso a ser trilhado

Denise Puertas de Araújo

Mestre em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo pela FAUUSP; pós-graduanda em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da USP; analista de cultura em São Bernardo do Campo

Resumo

Estudos recentes sobre o patrimônio têm cada vez mais problematizado a forma pela qual um bem se torna patrimônio cultural. A ideia de que o patrimônio é algo per se, isto é, que apenas precisa ser reconhecido e declarado, cedeu lugar ao entendimento de que há um aspecto constitutivo neste processo. Este trabalho aborda a dimensão jurídica processual deste fenômeno, isto é, pretende analisar o processo administrativo de tombamento necessário para a constituição do patrimônio cultural, notadamente a partir dos agentes envolvidos ou da possibilidade que têm para se envolver.

Palavras-chave: tombamento, patrimônio cultural, processo administrativo.

Abstract

Recent studies on cultural heritage have increasingly questioned the way a property becomes cultural heritage. The idea that heritage is something per se, meaning it has only to be recognized and declared, gave way to the understanding that this process has a constitutive aspect. This paper addresses the legal-procedural dimension of this phenomenon, in other words, aims to analyze the heritage listing process which is required for the establishment of cultural heritage, especially from the stakeholders' perspective or from their possibility to get involved.

Key words: heritage listing, cultural heritage, administrative process



Introdução

Estudos recentes sobre o patrimônio têm cada vez mais problematizado a forma pela qual um bem se torna patrimônio cultural. A ideia de que o patrimônio é algo per se, isto é, que apenas precisa ser reconhecido e declarado, cedeu lugar ao entendimento de que há uma dimensão constitutiva neste processo. Para um imóvel ou objeto tornar-se patrimônio, um valor – que não está no objeto – deve ser atribuído a ele. São sujeitos, portanto, que constituem o patrimônio cultural de determinado lugar.

Este trabalho aborda a dimensão jurídica processual deste fenômeno, isto é, pretende analisar o processo administrativo de tombamento necessário para a constituição do patrimônio cultural, notadamente observando os agentes envolvidos, de forma efetiva ou como possibilidade. É importante não perder de vista que, juridicamente, o processo de tombamento é o lugar da formação da vontade administrativa; nesse sentido, procuramos analisar o procedimento com enfoque na participação ou abertura para participação de diversos sujeitos, lembrando – como acima registramos – que são estes os protagonistas na constituição do patrimônio cultural.

Como forma de comparação, em alguns momentos, faremos menção ao processo de classificação em Portugal, sem perder de vista as especificidades que desenharam o Estado português e que impossibilitam, portanto, mera transposição deste modelo para o nosso caso.

O processo de tombamento no Brasil

Em âmbito federal, a seleção do patrimônio cultural edificado é feita pelo IPHAN – Instituto de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – por meio do Decreto-lei nº 25, de 1937, juntamente com a Lei nº 6.292, de 1975. Trata-se de um instrumento normativo que abriga tanto o aspecto material a ser tomado na formação de nosso patrimônio (como os valores acolhidos e os efeitos protetivos), quanto o aspecto processual – que aqui nos interessa diretamente.

Processualmente – no que se refere ao procedimento para seleção do bem a ser tombado –, não é ousado dizer, o Decreto-lei nº 25 é bastante enxuto. Vejamos: o Capítulo II – artigos 4º ao 10º – regula praticamente todo o processo. Estabelece os livros do tombo (quatro) e o que se pode incluir em cada um deles – deixando para norma regulamentadora o detalhamento desses bens (artigo 4º, §2º) –, e trata dos tipos de tombamento (de ofício, voluntário ou compulsório) e de seus respectivos procedimentos; aborda, também, a possibilidade de impugnação das decisões tomadas pelo Conselho Consultivo do IPHAN. Para detalhar o procedimento, temos a Portaria nº 11, de 1986.

Vejamos a seguir quem são os envolvidos na formação da vontade administrativa a partir da oportunidade de atuação no processo. Quanto à abertura, a iniciativa para a propositura do pedido de tombamento é bastante ampla: qualquer pessoa, física ou jurídica, de natureza pública ou privada, tem legitimidade para tanto. O sujeito da propositura serve para caracterizar se o tombamento será voluntário ou compulsório: será do primeiro tipo quando proposto pelo proprietário do bem; não sendo este o autor da demanda, poderemos ainda ter tombamento voluntário se o proprietário concordar com o pedido, não oferecendo impugnação. Do contrário, temos o tombamento compulsório, com um rito mais complexo a ser seguido (visto que abre espaço para contestações). Assim, o primeiro sujeito no procedimento é justamente aquele que inaugura o processo; a partir de sua valoração, ele retirará de um conjunto de bens aquele que julga merecedor da chancela estatal. Pesquisas nos órgãos de proteção do patrimônio apontam que, na maioria das vezes, o sujeito se confunde com o próprio órgão de preservação ou com algum dos agentes que o integram (isto é, um técnico ou um conselheiro, na grande maioria das vezes).

Solicitação feita, o IPHAN procede à notificação do proprietário e dá conhecimento à Prefeitura onde o bem se achar localizado (portaria nº 11, de 1986, artigo 16). Neste momento, prosseguindo o tombamento como compulsório ou não, há a possibilidade do proprietário manifestar sua posição. Havendo contestação



– fato que o tornar compulsório –, será a mesma enviada ao órgão que notificou, para que este se manifeste e, após, a envie ao Conselho Consultivo. Como prevê a Lei nº 6.292, de 1975, após todo esse procedimento, cabe, ainda, a homologação pelo Ministro de Cultura. Desde a abertura do tombamento até o momento em que o processo é encaminhado ao Conselho, há o trabalho dos técnicos do corpo administrativo. Este é o lugar apropriado para que exponham sua posição, manifestando-se e muitas vezes divergindo entre si. A remessa ao Conselho abre o procedimento para a instância decisória de maior peso, pois, afinal, é ali que se dará a conclusão – que pode acatar ou não os pareceres técnicos – a respeito do tombamento ou não do bem. Abrimos um parêntese, aqui, para falar sobre a homologação do Ministro de Cultura: a princípio, poderíamos colocá-la como a esfera decisória mais importante, pois, não homologado, o tombamento não produz efeitos. Seria o ponto final do processo. No entanto, deixamos a importância para o Conselho por, pelo menos, dois motivos. O primeiro é de ordem prática: pelo que se observa na praxe cotidiana, salutarmente, na maioria dos casos, os Ministros têm acatado a decisão colegiada. Do contrário – ainda mais se a não homologação não se fizer acompanhada de qualquer motivação (o que nos parece contra os princípios que devem reger a administração pública) – teríamos um ato sobremaneira arbitrário. A outra fundamentação é de ordem doutrinária e jurídica, com a qual concordamos: Sônia Rabello (2009: 61, grifo nosso), ao abordar a questão, nos coloca que “não homologação de tombamento de um bem que tenha valor cultural só se justificará se outro interesse público se impuser, implicando escolha de oportunidade e conveniência entre um e outro”. Assim, resta que o locus decisório está centrado, de fato, no Conselho Consultivo.

O Conselho Consultivo, além de instância decisória privilegiada, é o local em que a Administração tem a possibilidade de se abrir para a sociedade. A formação do Conselho, assim, indica muito dos sujeitos chamados a decidir, podendo ter caráter mais técnico ou não (pode ser bastante participativo, por exemplo, quando

envolve organizações da sociedade civil). O Conselho Consultivo do IPHAN é composto pelos seguintes membros, além do Presidente da entidade:

I - um representante, e respectivo suplente, de cada uma das seguintes entidades, que serão indicados pelos respectivos dirigentes: a) Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB; b) Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICO-MOS/BRASIL; c) Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB; d) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; e) Ministério da Educação; f) Ministério das Cidades; g) Ministério do Turismo; h) Instituto Brasileiro dos Museus - IBRAM; e i) Associação Brasileira de Antropologia - ABA; II - treze representantes da sociedade civil, com especial conhecimento nos campos de atuação do IPHAN. § 1º Os membros do Conselho serão indicados pelo Presidente do IPHAN e designados pelo Ministro de Estado da Cultura, para mandato de quatro anos, permitida a recondução (BRASIL, 2009: Anexo I, Art. 7º).

São contempladas, ao menos, oito cadeiras técnicas, dentre integrantes ou não da estrutura administrativa federal. Ao lado dessas cadeiras, previamente fixadas (elencadas nos itens “a” ao “i”), a norma abre a possibilidade para treze representantes da sociedade civil. Há, portanto, uma instância de participação bastante privilegiada.

No caso do Estado de São Paulo, o CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico - apresenta maior rigidez em sua composição, com cadeiras previamente fixadas, variando apenas os representantes das instituições. De acordo com o Decreto nº 50.941, de 2006, temos que o Conselho é composto por representantes da Secretaria de Cultura, do Meio Ambiente e de Turismo. Também pelas universidades estaduais, com grande número de departamentos indicados, por cadeira do IPHAN; da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; do Institu-



to de Arquitetos do Brasil (IAB-SP) e do Museu de Arqueologia e Etnologia, da Universidade de São Paulo. Vê-se, portanto, que não há abertura para organizações da sociedade civil.

Em Portugal, o Conselho que delibera sobre a classificação dos bens culturais é o Conselho Nacional de Cultura (CNC). Trata-se de um órgão consultivo da estrutura do Ministério da Cultura, funcionando em plenário e em sessões especializadas. Uma destas é justamente a Seção de Patrimônio Arquitetônico e Arqueológico, formada pelo diretor da DGPC (Direção Geral do Patrimônio Cultural); pelos subdiretores da DGPC e pelos diretores das DRCs (Direção Regional de Cultural); um representante do Ministério das Finanças e Administração Pública; um representante do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional; um representante da Associação Nacional dos Municípios Portugueses; um representante da Conferência Episcopal Portuguesa; seis indivíduos de reconhecido mérito no âmbito de atuação da DGPC – neste caso, o Conselho abre-se para a participação de agentes externos (tal como ocorre no Conselho Consultivo do IPHAN). A representatividade de membros externos ao governo, todavia, é inferior aos representantes governamentais (e aqui, de forma diferente da que sucede com o IPHAN).

Voltemos brevemente ao processo de tombamento para ver como se dá abertura para outros sujeitos que não fazem parte da estrutura previamente montada (como os conselheiros, que são empossados para exercer atribuições definidas nas normas protetivas e nos regimentos internos), mas que manifestam desejo de participar ao longo do processo de tombamento.

Uma vez que o Conselho do IPHAN decida, o processo é encaminhado para o Ministro de Cultura. Homologada a decisão, o bem é inscrito num dos quatro livros do tomo previstos no Decreto-lei nº 25. Na sequência, a imprensa oficial deverá publicar tal decisão, e o presidente do IPHAN comunicará à Superintendência Estadual em que o bem estiver localizado, bem como ao governador do Estado e ao prefeito do município (também à Capitania dos Portos, se necessário), ao

proprietário, às regiões metropolitanas e entidades que tenham interesse direto ou indireto no bem tombado. Não havendo homologação, o presidente do IPHAN determina o arquivamento do processo, comunicando ao Conselho Consultivo, ao proprietário, ao proponente e à Superintendência Estadual.

Importante observar que, mesmo não havendo previsão expressa de recurso – sobretudo ao interessado, quando se distingue do proprietário (que pode ser tanto o que inicia o processo quanto qualquer pessoa motivada pela preservação do patrimônio, visto que um direito difuso) – a aplicação subsidiária da Lei nº 9.784, de 1999, permite que se recorra de uma decisão. Prevê seu artigo 58 que tem legitimidade para interposição do recurso, no caso de interesses ou direitos difusos, qualquer cidadão ou associação.

Voltemos à questão proposta: e como se dá a participação para aqueles interessados que assim se qualificam ao longo do processo? Por exemplo: pessoas que, sem serem proponentes, surjam como interessadas na preservação de determinado bem. A primeira forma foi vista acima: manifestando-se nos prazos para recursos. Como o processo administrativo segue um rito menos formalista do que o processo judiciário, também é frequente vermos, em processos de tombamento, peticionamentos ao longo do procedimento (normalmente engrossando posicionamento favorável ao tombamento). Uma segunda forma seriam as audiências ou consultas públicas. Aqui, voltamos para Portugal. A simples composição do Conselho Consultivo, como visto, pode sugerir que se trata de um processo bastante fechado à participação (não há paridade e o poder público aparece com maior peso). No entanto, lá o processo se desenvolve já com a previsão de consultas públicas. É preciso fazer uma ressalva: em Portugal, diferentemente do Brasil, não há uma federação – trata-se de um Estado unitário (o que, em resumo, significa dizer que há maior unidade de poder sobre o território). Não se fala, neste caso, de entes federativos que disciplinam seus próprios procedimentos de tombamento; há sim, uma hierarquia que coloca a DGPC como órgão central, ainda que a desconcentração se dê a partir das



Direções Regionais. Aberto o procedimento de classificação, instruído com a manifestação sobre a abertura, a DGPC deve notificar, dentre outros, o proprietário, requerente (se distinto do proprietário) e a Câmara Municipal. Comunica também à Direção Regional competente, Ordem de Arquitetos e Engenheiros e estruturas associativas de defesa do patrimônio que estejam registradas na DGPC. Esse ponto nos pareceu bastante interessante: ainda que eventualmente não façam parte do Conselho (já que este disponibiliza apenas seis cadeiras externas à administração, a necessidade de que estas associações sejam comunicadas permite que possam atuar (dentro ou fora do processo – neste caso, via mobilização da sociedade). Feita a instrução, o processo é encaminhado para o Conselho (CNC) a fim de que emita um parecer consultivo. Com base nesse parecer, a DGPC elabora sua decisão (classificação ou arquivamento) e, nesse momento, deve ser realizada uma audiência (ou consulta, se o número de interessados for superior a dez) com interessados – que é, assim, anterior à decisão final. Esta audiência é um procedimento para que o poder público tome ciência de outras posições e interesses envolvidos e não necessariamente será oral. Nesse momento, ampla divulgação em meios eletrônicos também é feita, como forma de viabilizar o acesso aos autos. Após o procedimento, a DGPC envia as manifestações colhidas à DRC para que essa também se manifeste. Feito isso, o processo está pronto para que a Direção Geral emita a decisão final.

No Brasil, a audiência ou consulta públicas não estão previstas no Decreto-lei nº 25, mas apenas na Lei de Processo Administrativo, que pode ser aplicada subsidiariamente. De acordo com o artigo 31, há possibilidade de consulta pública antes de tomada a decisão quando a matéria envolver assunto de interesse geral e o artigo 32 prescreve audiência quando a questão for relevante e a juízo da autoridade competente. Além de não ser obrigatória, faz-se um juízo de valor a respeito de “interesse geral” ou “relevância”, que coloca a oitiva desses interessados como mera possibilidade.

Termina, assim, o ciclo do processo e o canal que o instrumento abre para os sujeitos se envolverem. Não

exclui, evidentemente, outras formas de mobilização – sobretudo pressão de interessados ou mesmo movimentação dentro do poder público (nem sempre favoráveis à preservação). É, no entanto, um dos ângulos pelos quais podemos compreender o percurso de formação do patrimônio cultural.

[In] Conclusões

Procuramos trazer aqui apenas uma pequena ponta de todo o processo que envolve a constituição dos bens culturais. Ele é imensamente complexo e reclama aporte das mais variadas áreas do saber. Todavia, optamos aqui pelo viés jurídico, mas já advertindo que trazido aqui apenas como linhas iniciais e gerais, que possam motivar desdobramentos – jurídicos ou não.

Como vimos, analisar as normas que disciplinam o processo de tombamento dá luz aos sujeitos envolvidos no processo. Claro, outros desdobramento são necessários: para além de avaliar a composição de um conselho, que já nos diz muita coisa, também é interessante verificar a forma de eleição desses conselheiros (tanto pelo que mostram as normas jurídicas, quanto – e principalmente – por meio dos processos e relações sociais que culminaram com a escolha). Nos primeiros anos do IPHAN – e basta lermos as atas desse período – o Conselho tinha uma composição predominante de quadros do governo, ainda que não do próprio Instituto (naquela época, Secretaria), como a cadeira do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional. No entanto, muitos conselheiros – ainda que não ocupantes dos cargos públicos - tinham ligação direta com o projeto de preservação que se pensava naquele momento, sendo intelectuais que tinham muitas afinidades com os também intelectuais que formavam a burocracia do IPHAN. Como exemplo desses laços, podemos citar os do arquiteto Lucio Costa, que ingressou como funcionário do IPHAN logo em 1937, e os representantes da Escola Nacional de Belas Artes (como José Otávio Correia Lima, professor da instituição) e nomes como o do arquiteto Carlos Leão, que integrou a equipe de Costa no projeto do famoso Ministério da Educação e



Saúde, no Rio de Janeiro.

Não poderíamos esperar que o Decreto-lei nº 25, que dita o processo de tombamento em âmbito federal, tivesse previsto abertura para participação da sociedade. Nada mais anacrônico do que isso, tendo em vista o momento ditatorial do Estado Novo, bem como o projeto de valorização da burocracia estatal, que então se firmava. No entanto, hoje, é possível avaliar questões como a existência de consulta ou audiência públicas, que são meras possibilidades (o que se apresenta a partir da leitura conjunta com a lei de processo administrativo). Questionamos: tal como o modelo português, não poderia ser previsto, em corpo normativo próprio para a preservação (e aqui, por questões simbólicas) a consulta ou audiência públicas? Olhamos para além do processo: quase não vemos iniciativas de chamamento a interessados ou possíveis interessados; as poucas audiências ou consultas existentes, normalmente, não partiram do órgão que conduz o processo de tombamento, o que nos parece bastante contraditório, tendo em vista o interesse difuso que está em jogo.

O tempo do processo, como diz Carlos Ari Sundfeld (2011: 7), “não é meramente protelatório, pois ele funciona como um hiato para permitir a participação”. O processo serve para que a administração possa formar sua vontade, observando de maneira global tudo e todos que estão envolvidos – antevendo, inclusive, eventuais e futuros conflitos que se judicializarão. A mirada sobre o processo de tombamento que trouxemos aqui propõe, mais do que identificar os sujeitos possíveis na formação da vontade administrativa, apontar caminhos – ainda que insipientes – para que eles tenham possibilidades efetivas de participação, mostrando a administração que está aberta a um diálogo transparente sobre o assunto.

O Decreto-lei nº 25 coloca como critérios de eleição do patrimônio cultural a vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil ou a existência de excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (artigo 1º). Ocorre que a Constituição

Federal de 1988, que sobreveio ao decreto – sendo também norma hierarquicamente superior – estabeleceu novos critérios para a constituição do patrimônio cultural, que se somaram aos do Decreto-lei nº 25 e fizeram com que muitos outros fatores sejam considerados – para além da excepcionalidade – para a constituição do patrimônio cultural.

¹ *Termo como o tombamento é designado neste país.*

² *Optamos por trabalhar com a legislação federal porque a mesma, em nosso país, além de ser a pioneira, praticamente influenciou o desenho normativo dos demais órgãos preservacionistas da federação.*

³ *O Decreto-lei nº 25 coloca como critérios de eleição do patrimônio cultural a vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil ou a existência de excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (artigo 1º). Ocorre que a Constituição Federal de 1988, que sobreveio ao decreto – sendo também norma hierarquicamente superior – estabeleceu novos critérios para a constituição do patrimônio cultural, que se somaram aos do Decreto-lei nº 25 e fizeram com que muitos outros fatores sejam considerados – para além da excepcionalidade – para a constituição do patrimônio cultural.*

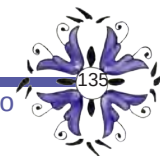
⁴ *Lembremos que, muitas vezes, o próprio técnico funcionou como interessado no processo.*

⁵ *Um estudo sobre a forma de composição dessas cadeiras da sociedade civil também é bastante pertinente para verificar como outras vozes (e quais vozes) – além da do governo – são chamadas a contribuir com as escolhas do legado cultural.*

⁶ *Trata-se de um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa. É equivalente, em suas atribuições, ao nosso IPHAN.*

⁷ *Regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal.*

⁸ *O procedimento de classificação é regido pelo Decreto-lei nº 309, de 2009, que estabelece o procedimento de classificação de*



Referências

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

_____. Lei nº 6292, de 1975. Dispõe sobre o tombamento de bens no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

_____. IPHAN. Portaria nº 11, de 1986.

_____. Lei nº 9.784, de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

_____. Decreto nº 6844, de 2009. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e dá outras providências.

PORTUGAL. Decreto-lei nº 442, de 1991. Código de Procedimento Administrativo.

_____. Lei nº 107, de 2001. Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.

_____. Decreto-lei nº 309, de 2009.

_____. Decreto-lei nº 114, de 2012.

_____. Decreto-lei nº 115, de 2012.

_____. Decreto regulamentar nº 35, de 2007.

RABELLO, Sonia. O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

SÃO PAULO (Estado).. Decreto nº 50.941, de 2006. Reorganiza a Secretaria da Cultura e dá providências correlatas.

SUNDFELD, Carlos Ari. O processo administrativo e seu sentido profundo no Brasil. In: NOHARA, Irene Patrícia; MORAES FILHO, Marco Antonio Praxedes (org). Processo Administrativo. Temas polêmicos da Lei nº 9.784/99. São Paulo: Editora Atlas, 2011.





Araraquara e o paradigma das cidades ferroviárias: uma proposta de preservação

Fernanda de Lima Lourencetti

Universidade de Évora

RESUMO

O presente discurso objetiva causar uma reflexão sobre o papel da ferrovia dentro do traçado urbano através da criação de um projeto de gestão patrimonial. O patrimônio ferroviário como um campo de estudos antecede a criação da categoria patrimônio industrial criada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Os franceses foram os pioneiros na elaboração de inventários ferroviários, e hoje são uma referência no campo da mobilidade intermodal. Como uma representante da Estrada de Ferro Araraquarense, Araraquara foi alvo de uma pesquisa sobre gestão e valorização patrimonial que objetiva compreender a influência da infraestrutura férrea dentro do traçado urbano. Desta forma, através do ideário francês foi proposta a elaboração de um catálogo do patrimônio urbano como uma forma de evidenciar o potencial da ferrovia como instrumento construtor das cidades. A apresentação abordará o desenvolvimento metodológico e os resultados obtidos por esta pesquisa.

Palavras-chave: Patrimônio Industrial – Urbanismo – Valorização do Patrimônio Ferroviário

ABSTRACT

This speech aims to cause a discussion about the role of the railway in the urban grid through the creation of a heritage management project. The railway heritage as a field of study predate the industrial heritage category created by UNESCO (United Nations Education, Scientific and Cultural Organization). The French were the pioneers in the development of inventories, and they currently are a referential in the field of intermodal mobility. As a representative of the Estrada de Ferro Araraquarense, Araraquara was the target of a research about urban heritage management and recovery, which aimed to understand the influence of the railway in the urban grid. In this way, making use of the French ideology, the elaboration of a catalogue of urban heritage was proposed as a way of highlighting the potential of the railway as a city developer. This talk focus to address the methodology and the results developed by this research.

Keywords: Industrial Heritage, Urbanism, Recovery of the Railway Heritage



INTRODUÇÃO

A proposta apresenta uma pesquisa de mestrado do curso de Gestão e Valorização do Patrimônio Histórico e Cultural Master Erasmus Mundus TPTI (Técnica, Patrimônio e Território Industrial), coordenado pela Paris 1 Panthéon-Sorbonne em convênio com a Universidade de Pádua e a Universidade de Évora. A dissertação foi elaborada sob a coordenação da Prof.^a Ana Cardoso de Matos, da Universidade de Évora, e do Prof.^o Adalberto da Silva Retto Júnior, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. A pesquisa foi parcialmente financiada pela associação francesa “Association pour l’histoire des chemins de fer”. Como objetivo buscou-se construir uma proposta de conservação e valorização da ferrovia a partir da reconstituição histórica, urbana e industrial da região Araraquarense, evidenciando assim o impacto do desenvolvimento da mobilidade férrea na consolidação territorial e industrial do oeste paulista, explorando a cidade de Araraquara em maiores detalhes.

Como uma forma de resgatar o passado ferroviário, a dissertação analisou a metodologia utilizada na França na produção de inventários, já que o país foi pioneiro em tal iniciativa. O estudo organizou a trajetória do trem de forma cronológica através da junção de materiais coletados principalmente pelo grupo temático “Saberes eruditos e técnicos na configuração e reconfiguração do espaço urbano. Estado de São Paulo, séculos XIX e XX” financiado pela “Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo” (FAPESP), também sob a direção do Prof.^o Adalberto da Silva Retto Júnior. A importância de tal infraestrutura pôde ser ampliada através da compreensão do desenvolvimento do patrimônio ferroviário de três cidades francesas que se tornaram tão importantes para sua região quanto Araraquara para a região da Araraquarense, são as cidades de Lille, Marseille e Lyon.

O patrimônio ferroviário será discutido como uma preocupação urbana de cunho internacional. A França, mesmo não tendo sido o país pioneiro na instalação de ferrovias, conseguiu desenvolvê-las a tal ponto, em ter-

mos de planejamento e tecnologia, que se tornou referência mundial. Desta forma, com o intuito de reforçar a importância dos remanescentes da Estrada de Ferro Araraquarense (E.F.A.), foi proposta a elaboração de um catálogo do patrimônio urbano e industrial da cidade de Araraquara através das premissas francesas, para a preservação de um patrimônio que se encontra prestes a ser perdido na história.

METODOLOGIA

O pesquisa pôde reconstituir o impacto da E. F. A em diferentes campos de estudo como: legislação, comunicação, urbanismo, conformação da estrutura agrária e o avanço industrial. Cada fonte utilizada apresentou datas, atores e informações que foram relacionados para conectar cada um dos temas ao longo da história. Na França, François Caron (1931-2014), um historiador de economia, deu início a um estudo multidisciplinar sobre as ferrovias francesas a partir de uma análise da gestão da rede ferroviária da Companhia “du Nord”, com foco na história econômica, da técnica e das empresas que fizeram parte do trajeto estudado. O trabalho teve o intuito de conservar os documentos encontrados. Como uma continuidade de sua iniciativa, ele fundou em 1981 um centro de pesquisas em história da inovação, no mesmo ano em que participou da criação da “Association pour l’histoire des chemins de fer” (MERGER, 2014).

Ao longo de uma análise interdisciplinar foi possível perceber o quão importante foi o sistema ferroviário para o desenvolvimento do Oeste Paulista como um todo. A ferrovia atraiu uma grande atividade industrial e causou muitas transformações urbanas nas várias cidades da região. Araraquara é uma das cidades influenciadas pela Linha Araraquarense, atingida pelos trilhos em 1885. O centro urbano de Araraquara existia desde 1817 como porta de entrada da franja pioneira (MONBEIG, 1998), seguida pelas cidades conhecidas como bocas de sertão (MONBEIG, 1998: 348), São José do Rio Preto, Mirassol, Tanabi e Votuporanga. Araraquara e essas outras cidades receberam destaque



na região pois no período de desenvolvimento da ferrovia tiveram grande peso econômico na área da Araraquarense.

Foi devido à essa importância regional que surgiu a proposta comparativa entre a cidade brasileira e as cidades francesas de Lille, Lyon e Marseille. Com o desenvolvimento da ferrovia na França, essas três cidades se tornaram os pontos mais influentes das regiões nas quais se localizam, vindo a ter as estações ferroviárias provinciais mais importantes do país. Lille tornou-se capital da cultura em 2004 e o ponto de conexão entre a França, a Bélgica e a Inglaterra. Marseille, conecta seu porto com o restante do país e faz parte da ligação entre a França, a Europa Central e a Europa do Sul. Lyon, foi o primeiro centro econômico da Île de France, uma reforma em sua estação ferroviária incentivou ainda mais seu desenvolvimento econômico, além de ter sido caracterizada como a principal estação provincial do país.

Em ambos os países a ferrovia foi a primeira infraestrutura precursora do desenvolvimento industrial. Uma breve análise no quadro geral das cidades da ferrovia Araraquarense foi capaz de mostrar as semelhanças no desenvolvimento inicial entre elas. Praticamente todos os núcleos urbanos foram formados antes da chegada dos trilhos, assim como ocorreu na França, sua população foi formada principalmente por imigrantes e careciam de um meio de transporte para o seu desenvolvimento. Sendo assim, a passagem dos trilhos proporcionou uma grande expansão em algumas cidades. Enquanto as estações ferroviárias brasileiras eram localizadas nos arrabaldes dos aglomerados urbanos, as francesas eram inseridas próximas aos centros. Desta forma, Araraquara, assim como ocorreu em outras cidades da região, teve seu urbanismo atraído pela estação ferroviária, logo, uma cidade que vinha sendo construída entre dois rios, seguindo a direção de seu percurso, passou a crescer na direção de um deles, já que os trilhos passavam do outro lado de sua margem. A própria ferrovia passou a construir bairros operários do lado oposto ao centro urbano original, o que resultou na criação de uma segunda centralidade, a qual atraiu inúmeros

serviços e indústrias.

Lille, Lyon e Marseille, conscientes do impacto férreo, tiveram toda a área de suas estações reformulada como parte do urbanismo. Araraquara, com o aparecimento das rodovias, teve sua ferrovia marginalizada. As indústrias passaram a ser localizadas próximas as estradas de rodagem, o trem de passageiros foi extinto e os trilhos que cortam a cidade tornaram-se um local de passagem e abandono, um quadro que tende a aumentar, pois foi construído um contorno férreo e nem mesmo os vagões transportadores de carga farão uso dos trilhos futuramente. Portanto, enquanto as cidades francesas melhoraram seus serviços e edifícios ferroviários para atrair a população, Araraquara obteve um parque linear de descaso. A cidade montou um museu no prédio principal da estação, mas ele parece ter uma popularidade sazonal, o que acaba o deixando vazio em um local rodeado pela negligência urbana.

Esse estado de emergência pode ser encontrado em muitas das estações brasileiras, o que evidencia a importância de um reconhecimento ainda maior do patrimônio ferroviário. O catálogo dos patrimônios urbano e industrial de Araraquara é capaz de apresentar uma série de bens do patrimônio ferroviário ligados ao planejamento urbano e à mobilidade de mercadoria, pessoas e tecnologia, que até hoje não foram estudados nem valorizados, mas que fazem parte da identidade regional. Foi com o intuito de iniciar essa reflexão que a pesquisa procurou compreender o processo do desenvolvimento urbano e regional com a elaboração de uma proposta de conservação que poderá ser seguida por novas pesquisas, pela criação de um museu virtual para a disseminação das informações, ou até pela criação de novas dinâmicas urbanas que poderão salvar o histórico das cidades do oeste paulista.

ANÁLISE

Como forma de resgatar o percurso do patrimônio industrial da região Araraquarense, a pesquisa reconstituiu parte do desenvolvimento industrial do estado de São Paulo, o qual teve início por volta de 1880. Arara-



quara já tinha constituído em 1897 (PACHECO, 1988: 60 - 71 - 97 - 169) um extenso legado industrial. Com esse levantamento histórico foi possível identificar várias indústrias que tiveram como fundadores ex-trabalhadores das estradas de ferro do estado, afinal essa foi uma infraestrutura que atraiu muitos imigrantes. A Estrada de Ferro Araraquarense até 1935 tinha cerca de 390 trabalhadores, mas esse número aumentou com o passar dos anos, atingindo dentro de três anos o número de 422 operários (PACHECO, 1988: 163).

Além dos próprios funcionários, a ferrovia também atraiu serralherias e siderúrgicas, como a Serraria Luzitana e a Cyprano Martinez, (PACHECO, 1988: 163) e outras indústrias como a Equipamentos Villares, a qual em 1976 (PIACENTINI, 2014: 27), após a instalação da FEPASA (Ferrovia Paulista S. A.), tomou o lugar das oficinas da ferrovia Araraquarense. Entretanto, no decorrer da desvalorização férrea e do aumento dos investimentos rodoviários, algumas empresas, assim como a própria Villares, pararam de produzir materiais apenas para as ferrovias e começaram a estender seu campo de produção para as áreas da construção civil e rodoviária. A influência dessa transição ficou ainda mais evidente após a criação de um mapa com a localização de algumas das indústrias dentro de uma linha cronológica. As empresas encontradas antes de 1945 tinham a tendência de se concentrarem próximas a estação ferroviária, enquanto as construídas entre 1945 e 2000 já foram locadas mais distantes do centro urbano, próximas às principais rodovias que circundam Araraquara.

Muitas das indústrias encontradas já desapareceram ou estão em total abandono, assim como vários setores dos trilhos que cortam a cidade. Portanto, a preocupação com o patrimônio ferroviário vai além de seus trilhos, edifícios e técnicas. No Brasil, as primeiras ações em relação ao patrimônio ferroviário surgiram entre 2000 e 2002 através da catalogação dos bens da RFFSA (Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima), denominado de “Inventário de Bens Móveis”. Em 2007, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), através da lei nº 11.483, criou uma

categoria especial para o patrimônio ferroviário com a catalogação de cerca de 6.000 edifícios, o “Inventário de Conhecimento do Patrimônio Cultural Ferroviário”. A variedade na conservação dos edifícios fez com que em 2008 o Instituto criasse a Portaria nº 208, a qual continha a fundação de uma “Coordenação Técnica para o Patrimônio Ferroviário”. Em termos cronológicos, o Brasil não iniciou a proteção do patrimônio ferroviário muito depois da UNESCO, a qual voltou sua atenção para o assunto próximo a 1998 (COSTA, 2013: 10), quando a primeira ferrovia foi classificada como patrimônio mundial. Essa ferrovia é australiana, a Semmering Railway. Entretanto, a França já vinha construindo um inventário ferroviário desde meados de 1984, antes mesmo de iniciar a catalogação de edifícios industriais (1986).

Sendo assim, o sistema de catalogação francês foi desenvolvido ao longo dos anos juntamente com o avanço da tecnologia virtual. Em 1987 (POLINO, 2007: 145), devido até mesmo ao aumento da exigência do novo público, os inventários passaram a conter arquivos de áudio, documentos sobre as técnicas e diferentes informações sobre o sistema férreo, os quais iam além das imagens e fotos coletadas até então. No entanto, esse material era preservado sem um reconhecimento de seu contexto histórico. Por volta dos anos 2000, a França criou catálogos digitais do patrimônio cultural, os quais podem ser atualizados e ampliados, além de facilitar o acesso às informações por todo o país.

Inspirada por essa iniciativa, a pesquisa desenvolvida teve como intuito levar as fichas elaboradas pelo inventário francês como parâmetro para a criação de um inventário industrial e urbano da cidade de Araraquara. Uma das bases de dados francesa salvaguarda o patrimônio ferroviário dividindo-o em três áreas: estação; linha férrea e pontes. Como elas não são interdependentes, algumas regiões do país desenvolvem mais sobre um assunto do que sobre outro. Como tentativa de criar uma base de dados capaz de ser futuramente divulgada online, a dissertação de mestrado propôs a criação de um inventário que conectasse a expansão da Estrada de Ferro Araraquarense com uma ampla gama



de patrimônios urbanos, dando ênfase aos industriais.

PROPOSTA

Para elaborar o catálogo da cidade de Araraquara, a pesquisa fez uso do histórico levantado e da seleção de alguns patrimônios urbanos. A organização do patrimônio industrial teve início com a elaboração de uma lista de indústrias organizadas por tipo de produção. Após esse reconhecimento prévio do legado industrial de Araraquara, foram montadas fichas com informações básicas, entretanto, para efeito de exemplificação, foram separadas apenas 16 indústrias, das quais foram encontrados mais dados capazes de preencher a ficha proposta. Nela foram listadas informações como: nome da indústria; data ou período de inauguração; agentes (os quais poderão variar entre fundador, arquiteto, engenheiro, investidores, entre outros); tipo de indústria; histórico do edifício; situação atual; localização e fotos. Outros itens podem ser adicionados, como por exemplo história da técnica, catalogação de ferramentas e máquinas, entretanto, o intuito da pesquisa foi criar uma forma de revalorizar a existência destes patrimônios para instigar essas pesquisas mais específicas.

Para a criação do inventário do restante dos patrimônios urbanos foram pontuadas as praças mais tradicionais da cidade e edifícios construídos pela ferrovia e por outras indústrias de Araraquara. A ficha desses patrimônios não sofreu muitas alterações em relação à utilizada para os patrimônios industriais, apenas a utilizada para a organização das praças teve um item adicionado, o item projeto. A justificativa para tal preocupação pode ser explicada através da relação mais íntima entre o espaço público e a urbe, já que como um espaço aberto, o desenho da praça passa a fazer parte do desenho urbano.

A montagem dessas fichas confirmou algumas das conclusões já obtidas ao longo do levantamento histórico. A partir do item “agentes”, por exemplo, foi possível encontrar algumas conexões de profissionais com a ferrovia. Entretanto, o item que mais evidenciou o peso da ferrovia na configuração urbana de Araraquara foi

o mapa de localização. Como a dissertação trabalhou com a importância da ferrovia ao decorrer dos anos, tendo ela sido praticamente substituída pelas rodovias, o mapa de localização dos patrimônios urbanos foi elaborado a partir da evolução urbana de Araraquara tendo os períodos de evolução relacionados com as diferentes fases da ferrovia. O primeiro mapa utilizado foi o da cidade em 1880, o qual representa a urbe antes da chegada da ferrovia (1885); em sequência foi utilizado o mapa de 1929, período próximo ao início do desenvolvimento automobilístico quando a ferrovia ainda imperava; o terceiro mapa data de 1938, o qual marca o início do fim da soberania férrea; o mapa seguinte, de 1963, representa o período efetivo da sobreposição dos trilhos pela rodovia; todas essas demarcações foram elaboradas dentro do mapa atual da cidade produzido em 2014, o qual deixa visível a forma como a cidade englobou e passou a crescer no entorno do caminho de ferro, e chegou a diminuir sua relação com ele após o desenvolvimento rodoviário.

CONCLUSÃO

Atualmente, mesmo após o contorno ferroviário construído, outras indústrias estão sendo atraídas pelos trilhos. Dotada de uma ferrovia, de um sistema rodoviário, de um porto seco e de uma empresa de aeronaves, Araraquara não é apenas o início de uma estrada de ferro que impulsionou a expansão do estado, mas também um centro mercantil intermodal que influencia na economia do país, mas que não se integra ao cotidiano da sociedade. O catálogo proposto proporciona uma hipótese de gestão e valorização, além de uma reflexão sobre os elementos urbanos negligenciados, mas que podem ser usados para compreender a identidade de Araraquara. A ampliação dessa proposta para as outras cidades dessa mesma linha férrea pode consolidar parte do desenvolvimento econômico do estado de São Paulo e apresentar novos potenciais da região.



REFERÊNCIAS

COSTA, Ana Paula Mota de Bitencourt da. O valor universal excepcional e a lista o patrimônio mundial: o caso dos bens ferroviários. Artigo publicado no II CONINTER (Congresso Internacional Interdisciplinar e Sociais de Humanidades). Belo Horizonte/2013;

LOURENCETTI, Fernanda de Lima. ESTRADA DE FERRO ARARAQUARENSE IN THE FRAMEWORK : The industrial landscapes of the West of São Paulo State as a heritage of the mobility. Dissertação de mestrado – Master TPTI/2015;

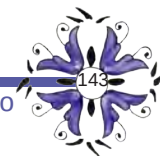
MERGER, Mechèle. François Caron, 1931-2014. Artigo publicado em 2014 na página eletrônica da Rails & Histoire – Association pour l’histoire des chemins de fer (www.ahicf.com);

MONBEIG, Pierre. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo – Editora Hucitec e Editora Polis – São Paulo/1998;

PACHECO, Carlos Américo. Café e cidades em São Paulo: um estudo de caso da Urbanização na Região de Araraquara e São Carlos, 1880-1930 - Dissertação de mestrado – UNICAMP/1988;

PIACENTINI, Patricia. A História do Desenvolvimento Industrial de Araraquara: de 1920 a 2014. Artigo publicado na Kappa Magazine, edição 91, nº 1, 19 de Agosto de 2014;

POLINO, Marie-Noëlle Polino. L’Association pour l’histoire des chemins de fer en France et le patrimoine ferroviaire. Artigo publicado em “Hitoriens & Géographes”, nº 405, 2007;



Edifício anexo ao casarão tombado do Museu da Imagem e do Som – Mis/BH

Igor Cavalcanti Brant

Arquiteto e Urbanista formado em Junho de 2005, pelo Instituto Metodista Izabela Hendrix – Especialista em Produtividade e Qualidade em Construção Civil pela Escola de Engenharia da UFMG, em 2007 – Mestrando em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela Escola de Arquitetura da UFMG - Belo Horizonte, MG, Brasil

RESUMO

Em 1995, gestores públicos criam o Centro de Referência Audiovisual – CRAV. A instituição ocupa, desde 2008, um casarão tombado no hipercentro da cidade, área de extremo valor arquitetônico, histórico e cultural de BH. É neste momento que deixou de ser um centro de referência audiovisual, passando a ser o Museu da Imagem e do Som – MIS/BH da capital mineira. Será construído, posteriormente, um prédio anexo no terreno dos fundos ao casarão, que possui mais que o dobro da área do imóvel tombado. Este edifício possui sistemas construtivos, funcionais e estéticos próprios, com o objetivo de interferir o mínimo no casarão. O complexo casarão tombado, o edifício anexo e o entorno imediato será apresentado no Fórum Internacional de Patrimônio Arquitetônico como também, a Visão Estratégica do Museu da Imagem e do Som - MIS/BH - de Belo Horizonte.

Palavras chave: anexo, casarão, museu

ABSTRACT

The city of Belo Horizonte was founded two years after the cinema creation. Along its history, this city is fulfilling an important role in the area of production, protection and preservation of the filmic collection. In this context, in 1995 public agents and managers have created the Centre of Audiovisual Reference - CRAV. At present, the institution occupies an old mansion, which its main goal is to revitalize the central area of the Belo Horizonte city. Subsequently, an annexe building will be built in the lands of the bottoms to the old mansion.. And integrate the coexistence of the historical past with the technological modernity proposed by the new mediae. This will be the instant in which the institution will stop being the Museum of the Image and of the Sound of Belo Horizonte– MIS / BH. The innovation of the enterprise is inserted in several concepts, analyzed by more details in the project architectural developed for the annexed building.

Keywords: attached, townhouse, museum



1) ANÁLISE DO CONTEXTO AUDIOVISUAL⁽¹⁾:

Belo Horizonte, terceira maior capital do Brasil, foi inaugurada em 1897, dois anos após a invenção do cinema. Ao longo de sua história vem desempenhando um papel importante na área de produção, guarda e preservação de acervo fílmico, uma vez que serviu de cenário aos diversos movimentos audiovisuais que contaram com as inovações de suportes tecnológicos, para o registro documental e ficcional da cidade.

A indústria cinematográfica atrai recursos, promove a formação profissional, o intercâmbio cultural, gera empregos, movimenta o turismo e projeta Belo Horizonte e o Estado de Minas Gerais para o mundo inteiro.

A escassez de investimentos, a desvalorização da indústria cinematográfica brasileira e a excessiva importação do audiovisual nas últimas décadas, têm despertado as diferentes esferas do governo a estimular o desenvolvimento da indústria audiovisual nacional.

O país que não desenvolver e fizer circular nas próximas décadas, sua expressão audiovisual estará condenado a ser um país importador, tanto de produtos audiovisuais, quanto de uma infinidade de derivados e comportamentos que incidirão diretamente em sua identidade cultural e no seu desenvolvimento econômico.

2) O CENTRO DE REFERÊNCIA AUDIOVISUAL⁽²⁾:

2.1) Introdução:

Dentro deste contexto, agentes e gestores públicos, por intermédio de várias iniciativas do governo cria, em 1995, o Centro de Referência Audiovisual – CRAV, ligado à Fundação Municipal de Cultura da prefeitura municipal. A instituição tem como objetivo preservar e disponibilizar acervos fílmicos, bem como incentivar a produção audiovisual e cinematográfica local, além de desenvolver políticas descentralizadas de formação de recursos humanos e de novos públicos.

Nos últimos quatorze anos, o CRAV vem desenvolvendo

do um intenso trabalho voltado para incentivar a doação, aquisição e produção de imagens em movimento, resultando num dos mais importantes acervos do Estado. São imagens em variados suportes, retratando o desenvolvimento da cidade, sua história e a construção de sua identidade.

Essa iniciativa foi o primeiro passo dado para a implantação do Museu da Imagem e do Som – MIS da capital mineira, que será analisado posteriormente.

2.2) Trajetória da instituição:

O CRAV possui cinco fases distintas, que são apresentadas a seguir:

- A primeira (1992/1995) contava com uma equipe mínima, não tinha sede própria e iniciou o cadastramento de acervos audiovisuais públicos e privados existentes na cidade;

- A segunda fase (1995/2001), tinha sede própria, a equipe técnica já se encontra constituída e com objetivos de trabalho determinados. A instituição começa a gerenciar, preservar e valorizar o patrimônio cultural sob sua guarda;

- Em sua terceira fase (2001/2004), as ações do órgão se multiplicaram, a partir da elaboração do Planejamento Estratégico. Foram implantadas as Coordenações Administrativa, de Acervo, Projetos e Pesquisa e de Produção Técnica, além da Diretoria Geral;

- A quarta fase (2004), quando a instituição ocupa um casarão tombado, situada na Av. Álvares Cabral, Centro de Belo Horizonte (ver fotos abaixo).

Foto da fachada frontal do casarão.



Vista de cima do casarão.



2.3.) O Casarão e o Entorno – A fase atual:

A edificação, de 1927, foi projetada pelo arquiteto mineiro Luis Signoreli, um dos fundadores da Escola de Arquitetura da UFMG e o seu primeiro diretor. O imóvel é um belo exemplar da arquitetura residencial que se fazia na década de 20 em Belo Horizonte.

Encontra-se numa das avenidas – a Av. Álvares Cabral, que faz parte do conjunto tombado pelo Patrimônio Histórico e Urbano de Belo Horizonte. Neste contexto, a sede da Mediateca será integrada ao traçado da cidade, compondo um importante corredor cultural. Num raio de circunferência de 2 Km estão concentrados: bibliotecas, centros culturais, museus, teatros, mercado central, palácio das artes, parque municipal e outros relevantes patrimônios culturais.

A ocupação da Mediateca por uma edificação da década de 20 tem como principal objetivo preservar esse patrimônio. E também aproximar e intercalar diferentes linguagens interagindo-se com os demais centros de

referências, históricos e culturais existentes nas imediações, além de construir uma rica e democrática fruição cultural para a cidade.

3) 5ª FASE - O MUSEU DA IMAGEM E SOM – MIS / BH:

Posteriormente será construído, no espaço dos fundos do terreno, um prédio anexo ao casarão tombado. Será transferido para o anexo, após a conclusão da obra, todas as instalações presentes no casarão durante o primeiro passo. Além disto, sediará salas para cursos e profissionalização, biblioteca, café/bar, loja especializada, pátio para exposições e uma sala de projeção para filmes e vídeos. E, principalmente, salas de reserva técnica que vão armazenar todo acervo da instituição, as quais serão climatizadas e precisarão de um tratamento arquitetônico especial.

Ambas edificações irão compor o conceito básico que integrará a coexistência do passado histórico com a modernidade tecnológica, proposta pelas novas mídias, representando uma oportunidade ímpar para a revitalização de todo um conjunto urbano tombado.

A construção do anexo serve tanto para aumentar a área de trabalho da Mediateca, quanto para solucionar o problema de guarda de acervo, que tende a crescer enormemente nos próximos anos.

4) O EDIFÍCIO ANEXO – O PROJETO ARQUITETÔNICO ⁽³⁾(*):

Procurou-se enfatizar, desde os primeiros traços até o resultado final do projeto do edifício anexo⁽³⁾(*), três elementos fundamentais para a implantação do empreendimento: o entorno, o casarão tombado e o prédio anexo. Estes elementos relacionam-se entre si, formando um todo (a Mediateca).

Tendo em vista a legislação vigente para a região central, foi exigida uma maior verticalização do prédio anexo. Esta verticalização também foi necessária devido ao programa de necessidades da instituição, que solicitou um pré-dimensionamento para os espaços internos da edificação.



Em si tratando de um empreendimento no centro da cidade, a qual abriga um volume muito grande de pessoas, procurou-se criar um fácil acesso do público ao prédio anexo, sem as incômodas barreiras arquitetônicas que sempre excluem uma expressiva parcela da população.

No 1º pavimento do anexo (nível do porão do casarão), o acesso público é feito pelo ponto mais baixo do terreno em relação à rua. Sendo assim, este acesso forma uma extensão do passeio público, criando-se uma unidade visual entre ambos.

Esta continuidade do passeio permite o acesso exclusivo ao anexo e também ao casarão – e vice versa, por meio da passagem que une as edificações (muxarabi ao lado esquerdo do bar/café), obedecendo às normas do “desenho universal”.

A acessibilidade é uma questão puramente cultural, a qual é de responsabilidade dos construtores, engenheiros, arquitetos e do governo municipal não torná-la excludente. Não é apenas no âmbito federal e estadual, mas principalmente na esfera municipal que o direito ao acesso universal deve ser implementado, levando-se em conta a fiscalização de obras e reformas, a contratação de projetos, dentre outros.

É essencial o acesso universal às edificações cujo valor histórico, cultural e arquitetônico merecem destaque. Dentro deste contexto, a Mediateca é uma referência em termos de sociabilidade em Belo Horizonte.

Ainda no pavimento térreo, é feito o acesso de veículos ao estacionamento subterrâneo, de extrema necessidade na região. A entrada de funcionários é feita do lado oposto à entrada principal, pela parte mais alta do terreno em relação ao nível da rua. Esta entrada dá acesso à área de serviços da instituição.

Figura 01 - Vista da Fachada Frontal – o casarão e o anexo



Figura 02 – Vista do Alpendre Casarão.



Entrando pela parte pública está o foyer principal, que se separa da sala de exibição por meio da circulação vertical (escadas e elevadores) e dos sanitários. Logo em frente encontra-se a área para exposições temporárias a qual pode ser visto do foyer de entrada como também do alpendre do casarão. A sala de exibição, inicialmente para 100 pessoas, tem acesso direto pela entrada de público como também pela de funcionários. Da saída de emergência, entra-se na área de exposições temporárias. O duplo pé direito do foyer de entrada com fachada de vidro é para preservar a visada do entorno para quem está na varanda do casarão e na sacada do anexo (figura 02). Ainda no térreo do anexo, há o setor de serviços ao lado direito do auditório.

No segundo pavimento do anexo (nível térreo do casarão), tem-se o café bar, também todo revestido com vidro (com o mesmo objetivo de manter a visibilidade do entorno), o qual prolonga-se numa área descoberta, até a varanda posterior da casa.

Deste prolongamento entra-se no museu físico, que ocupa algumas salas do casarão. Ao lado desta área descoberta, há a passagem que dá acesso do anexo ao casarão, sendo separada do café por meio de muxarabis.

Uma das únicas intervenções no casarão foi transformar a janela lateral da casa em uma porta de acesso ao anexo, bastando para isto apenas remover o peitoril da janela. Preservou-se assim, as características arquitetônicas da fachada posterior, a qual pode ser vista do hall de escadas do anexo. No mesmo eixo desta entrada para o casarão pode-se acessar o alpendre referido anteriormente.

No terceiro pavimento está a biblioteca especializada, a sala de bancos de dados para consulta do acervo da instituição e a área de cursos e profissionalização. Esta última é destinada tanto para o aperfeiçoamento dos técnicos do MIS BH como também para a formação de novos profissionais do audiovisual.

No quarto pavimento encontra-se toda a parte administrativa do MIS BH. Há ainda uma sala para cada uma das coordenações de Acervo, Produção Técnica e de Projetos e Pesquisa.

No 3º e 4º pavimentos há aberturas circulares para o exterior, em virtude do conforto ambiental exigido, com paredes revestidas internamente em painéis de gesso acartonado e externamente em placas cimentícias. Estes materiais de revestimento são para oferecer um conforto termo-acústico adequado às atividades ali desenvolvidas.

Do quinto ao sétimo pavimento encontram-se as áreas de acesso restrito que, por se tratar de questão técnicas, é permitido somente profissionais treinados e capacitados para as atividades realizadas. Nestes pavimentos é onde funcionará o laboratório audiovisual, a estação de trabalho, além do espaço destinado ao condicionamento do todo acervo físico.

Nestes pavimentos, não há aberturas para o exterior, em virtude das condições técnicas de trabalho exigidas, que devem receber condições especiais de climatização. Do mesmo modo, através dos revestimentos externo e interno utilizados (painéis de placa cimentícias e de gesso acartonado, respectivamente) e por meio da climatização especial, consegue-se as condições mínimas para a preservação e recuperação do acervo fílmico.

O uso da estrutura metálica do prédio anexo tem objetivos muito significativos para o empreendimento:

Visando não comprometer o imóvel tombado, o sistema industrializado (estrutura metálica com revestimento em painéis pré-fabricados) é o mais adequado para o edifício anexo. E para não impedir as atividades da instituição no casarão, este sistema torna a obra bem mais ágil.

Além disto, proporciona maior limpeza, maior racionalização e redução do canteiro de obras, o qual terá um acesso não muito fácil à via pública. A leveza da estrutura metálica (e dos painéis de revestimento), permite ainda fundações mais baratas, menor secção dos pilares e menor altura das vigas.

5) CONCLUSÃO:

O desenvolvimento do projeto foi marcado por uma intensa pesquisa das necessidades exigidas pela insti-



tuição.

Consegui-se um projeto arquitetônico funcional, capaz de atender o casarão tombado (como um museu) e também ao prédio anexo. Assim, ambas as edificações formam um organismo vivo que move todo um ser: a Mediateca de Belo Horizonte.

A construção do anexo ao casarão tombado favorece a revitalização da região central de Belo Horizonte dentro do programa “Centro Vivo”. Isto graças aos eixos e circulações de fácil acesso que foram criados, a preservação da paisagem urbana, tanto interna como também externa e das características marcantes do imóvel tombado. Além disto, o bar café do anexo poderá ser aberto ao público durante o período noturno, deixando o empreendimento permanentemente vivo na capital mineira.

E as alterações no casarão foram mínimas, tanto durante a construção do anexo como também após a sua conclusão.

Em virtude disto, o casarão passa a ser Museu da Imagem e do Som, continuando como uma memória viva de um período marcante da história e da arquitetura da cidade. E o prédio anexo, transmitindo uma linguagem única em relação ao bem tombado, ilustra a modernidade, a atualidade, tempos em que a tecnologia avança sem limites, valorizando o passado que permanece na memória dos muitos habitantes deste Belo Horizonte.

6) NOTAS:

⁽¹⁾ Publicação da revista *Pensar BH* - Ano I - n ° 3 - Dezembro / 2002 – Elaborado por Neander de Oliveira César - Diretor do CRAV - Prefeitura de Belo Horizonte

⁽²⁾ Dados fornecidos pelas Coordenações de Projetos e Pesquisa e de Acervo do CRAV e pela Gerência de Patrimônio Histórico Urbano da Prefeitura de Belo Horizonte (Plano Museológico e de Ocupação da Mediateca de Belo Horizonte).

^{(3)(*)} Informação a ser resposta após avaliação => Projeto arquitetônico resultado do Trabalho Final de Graduação (TFG) de Igor Cavalcanti Brant, formado em 2005, pelo Instituto Metodista Izabela Hendrix – acesse o link => http://www.santander.com.br/document/gsb/institucional_sala_press_outubro07_020.pdf

7) REFERÊNCIAS (TIPOGRAFIA):

- Igor Cavalcanti Brant – Setembro 2005 – Plano Diretor – Centro de Referência Audiovisual de Belo Horizonte – CRAV/BH;
- Neander Oliveira Cezar – Diretor do CRAV - Publicação da revista *Pensar BH* - Ano I - n ° 3 - Dezembro / Prefeitura de Belo Horizonte;
- GEPHU - 2003 - Gerência de Patrimônio Histórico da Prefeitura de Belo Horizonte – Plano de Ocupação da Mediateca de BH;
- Daniela Giovana - 2003 – Coordenadora de Acervo do CRAV – Centro de Referência Audiovisual de Belo Horizonte – Plano Museológico de BH.

Igor Cavalcanti Brant
Arquiteto e Urbanista

Todos os direitos autorais reservados - publicado no Diário Oficial da União
em 06-02-2008

Imagens e fotos tiradas e produzidas pelo supracitado profissional

Para mais informações:

Através do projeto arquitetônico completo e do plano diretor do CRAV.



Patrimônio ferroviário em cidades médias e pequenas: Valinhos, Vinhedo e Louveira

Luísa Trevisan Ribeiro
POSURB – PUC-Campinas

Maria Cristina da Silva Schicchi
POSURB – PUC-Campinas

RESUMO

A implantação da linha férrea no interior paulista para escoamento do café, no primeiro trecho da ferrovia da Companhia Paulista das Estradas de Ferro, inaugurada em 1872, entre Jundiaí e Campinas é o articulador territorial que desenvolve os núcleos urbanos iniciais das cidades do intermédio: Valinhos, Vinhedo e Louveira. No entanto, com o declínio do transporte ferroviário, a infraestrutura instalada tornou-se obsoleta culminando com a sua desestatização na década de noventa, transferindo-se a sua concessão para empresas privadas. Os patrimônios ferroviários, tombados pelo CONDEPHAAT, passaram a ser de responsabilidade das gestões municipais. Esse processo teve como consequência o tratamento diferenciado do patrimônio por cada município, condicionado aos interesses políticos locais.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Patrimonial; Patrimônio Ferroviário; Companhia Paulista das Estradas de Ferro.

ABSTRACT

Due to Brazilian coffee exportation, the first stretch of implementation of the railway in São Paulo by Companhia Paulista of Railroads is opened in 1872, between Jundiaí and Campinas. This is the territorial articulator that developed the initial urban centres of intermediate towns: Valinhos, Vinhedo and Louveira. However, with the decline of rail transport, the installed infrastructure became obsolete culminating with its privatization in the nineties, transferring its concession to private companies. Railway heritage, listed by CONDEPHAAT, became the responsibility of the municipal administrations. This process resulted in the different treatment of equity for each municipality, subject to local political interests.

KEY WORDS: Heritage Management; Heritage Railway; Paulista Company of Railroads.



INTRODUÇÃO

Dificuldades de acesso ao litoral da capitania de São Vicente fizeram com que seus planaltos se desenvolvessem diferentemente das outras capitanias. Com o desenvolvimento socioeconômico no campo, o cultivo se fazia quase como uma obrigação, enquanto se exploravam minérios em outros locais (MATOS, 1990). O caminho aberto pelo bandeirante Anhanguera, para as terras de minério dos Goiazes, é o exemplo da pobreza que assolava a capitania de São Vicente. A população era pequena e paupérrima, sendo a migração para áreas de extração uma alternativa à sobrevivência. Segundo Reis (2014: 29), “o caminho partia de São Paulo e Parnaíba indo a Jundiá, de onde seguia em uma curva a oeste para a região em que depois seria fundada a Vila de Campinas. Desse ponto seguia em direção ao norte, até cruzar o Rio Grande e daí ao local das minas.”. Com a rota traçada e a demanda de viajantes, os pousos se estabeleceram e se estruturaram para receber os que migravam para o centro do país. As pequenas freguesias que se formaram ao longo do caminho do Anhanguera acabaram se tornando os municípios que, hoje, compõem a Microrregião de Jundiá e a Região Metropolitana de Campinas.

Em meados do século XIX, a região de Campinas era um poderoso polo cafeeiro de importância internacional. Os grãos de café eram exportados através do porto de Santos, mas a chegada do café até o porto era um problema para os fazendeiros. Perdia-se muito do produto no caminho, que era transportado por mulas até a baixada santista. Chegando a ser chamado de ouro verde, o café em seu auge atingiu $\frac{3}{4}$ do valor das exportações do país – e os fazendeiros eram a nova elite. Ou seja, os poderes que estes tinham na política eram inegáveis, segundo França (1960 apud MATOS, 1990:12-13):

Cabem a eles funções políticas no Império, em que constituem a parte mais significativa da burguesia, galardoada com títulos de nobreza. A chamada primeira República apoiar-se-ia

nos fazendeiros do café e os estados cafeeicultores exerceriam na política federal o comando indiscutível. Seria a partir, principalmente, das fortunas feitas com o café que iniciaria o grande surto industrial moderno brasileiro, com São Paulo na posição de líder.

A implantação da linha férrea da Cia. Paulista foi um grande impulso econômico, logístico e agrícola para as regiões cafeeiras paulistas – e um poderoso articulador territorial. Os fazendeiros criaram as companhias ferroviárias e financiaram a estrada de ferro, tendo incentivo Imperial e Provincial, como abatimento dos impostos das importações do material, juros sobre os gastos, desapropriação das terras para passagem da linha, concebimento de posse das terras envoltórias em cinco léguas de cada lado, 5% dos impostos Imperiais arrecadados, mais 2% dos impostos arrecadados da Província (KUHLE, 1998). Em 1872 foi inaugurado o trecho de Jundiá a Campinas pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Devido a sua implantação, diversas cidades surgiram ao longo da ferrovia. No caso da Cia. Paulista, em seu primeiro trecho, encontra-se a pertinência que esta tem na conformação urbana das cidades dessa região. Campinas e Jundiá já eram cidades consolidadas na época em que a linha férrea foi implantada. Já as cidades do intermeio, Valinhos, Vinhedo e Louveira, não passavam de pousos para viajantes nas adjacências de Campinas e Jundiá – seus núcleos urbanos se deram a partir de chegada da ferrovia. Hoje são pertencentes à RMC (Região Metropolitana de Campinas) e à Microrregião de Jundiá, duas regiões economicamente importantes para o Estado de São Paulo.

A DESATIVAÇÃO DA LINHA E PRESERVAÇÃO DE SEU PATRIMÔNIO

Após a Segunda Guerra Mundial, a atividade ferroviária começou a perder força no país, dando lugar às políticas desenvolvimentistas, de urbanização e expansão do território baseadas no deslocamento por rodovias.



A Cia. Paulista das Estradas de Ferro foi incorporada à FEPASA (Ferrovias Paulistas S.A.) em 1971. A linha e os complexos passaram a pertencer à RFFSA (Rede Ferroviária Federal S.A.). Após a caída da Ditadura Militar e restituição da democracia, as linhas férreas entraram para o programa de desestatização da Nova República. Em 1999, a linha foi concessionada à FERROBAN - hoje, associada à ALL (América Latina Logística)¹.

No entanto, a ALL não se responsabiliza pelos complexos ferroviários, somente pela linha férrea. Com isso, as estações e vilas ferroviárias passaram a pertencer à SPU (Superintendência do Patrimônio da União). Somente Vinhedo e Louveira tem a outorga provisória atualizada pela SPU. Valinhos pediu a renovação da cessão em Março/2015². Os tombamentos dos complexos ferroviários dos três municípios foram requisitados por munícipes ou por associações. Valinhos e Vinhedo tiveram o processo pedido por cidadãos que reconheciam seu valor patrimonial. No caso de Louveira, a Associação dos Ferroviários foi a requisitante. As datas de requisição de tombamento são divergentes: Valinhos, em 2005; Vinhedo, em 2002; e Louveira, em 1990. Os processos de tombamento foram homologados entre 2012 e 2013, pelo CONDEPHAAT.

No primeiro trecho da Cia. Paulista das Estradas de Ferro todas as estações e vilas ferroviárias são tombadas pelo CONDEPHAAT. No caso de Jundiaí, o complexo ferroviário também é tombado pelo IPHAN, e o complexo de Campinas, pelo CONDEPACC – órgão municipal de preservação patrimonial. Entretanto, as cidades intermediárias entre estes dois polos não possuem órgãos municipais de preservação e se encontram em condições distintas. Em Valinhos, a estação, por exemplo, é utilizada como museu; em Vinhedo, a estação está desocupada e abandonada; e em Louveira, acabou de passar por um processo de restauração para ser o centro cultural da cidade³. Ou seja, três municípios muito próximos e com gestões tão divergentes para o patrimônio ferroviário – patrimônios estes que deveriam ser concebidos como um só, pois fazem parte da mesma linha férrea, foram implantados no mesmo

período, com o mesmo propósito e, por fim, também reconhecidos e tombados no mesmo período. Além disso, as arquiteturas das estações possuem as mesmas técnicas construtivas, e os conjuntos ainda mantêm diálogos arquitetônicos com as demais estações pioneiras da Cia. Paulista, datadas da mesma época. Todas as cidades tiveram uma primeira estação ferroviária, sendo substituídas entre 1910 pelas que se encontram hoje⁴.

A FERROVIA E O DESENVOLVIMENTO DE VALINHOS, VINHEDO E LOUVEIRA

Valinhos foi o antigo pouso de Pinheiros, bairro de Campinas. Emancipou-se em 1953, tornando-se município. Vinhedo foi o antigo pouso de Cachoeira e depois de 1879, tornou-se o bairro de Rocinha, pertencente à Jundiaí. Em 1908, foi elevado a distrito de Paz de Jundiaí e em 1948, se emancipou e deu origem ao município de Vinhedo. Desenvolveram-se através da agricultura e de suas fazendas café. O adensamento demográfico em ambos ocorreu com a dispersão populacional causada pela febre amarela em Campinas, em 1889, e com a chegada de imigrantes, sobretudo europeus. No entanto, os núcleos urbanos começaram a se formar com a implantação da linha férrea, em 1872. As primeiras casas surgiram no perímetro da estação ferroviária e da linha do trem (GUTMANN, 2011). Hoje, Valinhos e Vinhedo são cidades de médio-pequeno porte, constando 106.793 habitantes em Valinhos e 63.611 habitantes em Vinhedo, segundo o CENSO 2010. Assim como várias cidades na Região Metropolitana de Campinas, estes municípios caracterizam migração pendular – onde 18,86% da população de Vinhedo e 21,53% da população de Valinhos trabalham e estudam em outro município - dispersão urbana causada pela aglomeração de condomínios fechados, pela segregação sócio-espacial em seus territórios (VILLAÇA, 2001) e pela infraestrutura rodoviária.

Consideradas as proporções urbanas que Valinhos atingiu nos últimos 15 anos, a Estação Ferroviária não recebeu a devida importância enquanto célula-mater do município. A primeira Estação, Valinhos Velha, após a



desativação em 1910, foi utilizada pela Cia. Paulista para servir de casa para seus funcionários. Hoje se encontra murada e sendo utilizada como residência.

Figura 1



FONTE: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/v/valinhos.htm>>

Estação Ferroviária de Valinhos, em 1983.

A estação oficial de Valinhos foi desativada na década de 70 (Figura 1). Em 1996, deu lugar ao Museu Haroldo Ângelo Pazzinato, que conta a história do município e conta com um acervo de 1.200 peças. O edifício se encontra pintado de cores diferentes das originais, descaracterizando-se do conjunto da Cia. Paulista. A gare está ocupada por pessoas em situação de rua e já se tornou ponto de usuários de drogas, os quais, segundo informado pela Secretaria de Cultura, recebem a visita de agentes sociais duas vezes ao dia⁵. Apesar de tombada como entorno imediato, a vila ferroviária encontra-se descaracterizada e em condições desfavoráveis para a recuperação em relação ao restante do conjunto ferroviário (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2010).

O Plano Diretor de 2004 propunha tornar pública a área da estação e a ampliação do Museu Haroldo Ângelo Pazzinato. Porém, em 2016, quando deveria entrar em vigor o novo plano diretor, não há registros de sua

aprovação até o momento e nem foram realizadas as melhorias propostas no Plano Diretor de 2004. Depois de sua desativação, a estação provisória de Vinhedo serviu de armazém. Em 2001, sofreu um incêndio, restando apenas alguns objetos e documentos da antiga Cia. Paulista. Esses objetos e documentos estão sob a responsabilidade do Grupo de Escoteiros de Vinhedo, que também requisitou o tombamento da estação junto ao CONDEPHAAT, em 2002.

Figura 2



FONTE: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/v/vinhedo.htm>>

Estação Ferroviária de Vinhedo, em 2001.

A atual estação de Vinhedo, antiga Cachoeira e Rocinha, foi reformada em 1930, deixando somente a fachada da plataforma inalterada. Na década de 80, a estação passou a ser somente carga/descarga e abrigou um posto policial. Em 1996, foi reformada pelo Grupo de Escoteiros de Vinhedo e foi sua sede até 2007 (Figura 2). Em 2009, serviu de moradia para uma família de caseiros. Hoje segue sem uso, abandonada e ocupada por pessoas em situação de rua. A vila ferroviária encontra-se descaracterizada, com poucos elementos que remetam à composição original da vila (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2010). Porém, ainda

há descendentes de ex-ferroviários habitando os imóveis, elemento que deve ser considerado na análise de sua importância para a memória urbana.

No Plano Diretor de 2007, a área da estação consta como Zona de Interesse Cultural (ZEIC), onde se propõe a proteção ao patrimônio, a recuperação do edifício e seu entorno, a valorização da paisagem e a exploração econômica, compatível e sustentável. Segundo o Correio Popular de 04/04/2015⁶, a estação ferroviária seria restaurada para abrigar um centro cultural até o início de 2016. Não há indícios de início das obras de restauro. A linha ainda possui os antigos vagões nos trilhos, porém todos já sofreram depredações.

Começando pela sua história, Louveira destoa do conjunto estudado, onde até 1948 era um bairro distante do município de Jundiaí. A partir desta data, passou a pertencer à Vinhedo, sendo o bairro de Louveira. Em 1955, torna-se distrito e em 1964, se dá origem ao município de Louveira. Hoje é pertencente à Microrregião de Jundiaí. Segundo o CENSO 2010, habitam 37.125 pessoas no município - caracterizando cidade de pequeno porte, onde aproximadamente 6.500 habitantes exercem suas funções fora do perímetro municipal, sendo 17,5% da população total em migração pendular. Seu desenvolvimento urbano se deu a partir da implantação da ferrovia da Cia Paulista, em 1872, da qual a estação dava suporte de transferência de carga e depósito de grãos. Os galpões de armazenagem serviram depois para sediar a primeira Subestação de Energia da América Latina: a Subestação Francisco Monlevade, localizada a 300m da atual estação ferroviária⁷.

Com a anuência da Cia. Paulista, em 1890, se demoliu a antiga estação para dar lugar a uma plataforma maior, onde pudesse receber a Estrada de Ferro Itatibense - ramal que se destinava à cidade de Itatiba e qual a Cia. Paulista concessionou anos depois. A E. F. Itatibense foi desativada em 1953 e seus trilhos retirados. Em 1970, a estação fora desativada pelas mesmas razões das outras estações, passando a ser somente carga/descarga e abrigou a Guarda Municipal até o início das obras de restauro, em 2014.

Figura 3



FONTE: http://www.louveira.sp.gov.br/site/painel/dbarquivos/dbimagens/1_img1643.jpg

Estação Ferroviária de Louveira sendo restaurada, em 2015.

Louveira é a única dentre as três cidades que possui o maior complexo ferroviário, que conta com estação ferroviária, subestação elétrica, vila ferroviária, vila de engenheiros, armazéns, pátio de acesso à subestação e o busto do Engenheiro Monlevade. O tombamento do complexo foi requisitado pela Associação da Preservação da Memória ferroviária, em 1990. Estes propunham o restauro e que a estação desse lugar a um museu. O processo de tombamento foi homologado em 2012 (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2010).

Segundo o Plano Diretor de 2013, o complexo ferroviário se localiza na ZPP – Zona de Proteção do Patrimônio e propõe a proteção e recuperação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paisagístico e cultural e à qualificação e revitalização das áreas centrais de Louveira. O atual Plano Diretor também institui limite de densidade de gabarito nas ZPP's. Para comemorar o centenário da estação, o município de Louveira restaurou-a para torna-se um espaço cultural (Figura 3).

CONCLUSÃO

O trem teve papel estrutural na conformação urbana no



Estado de São Paulo. Apesar de serem implantados na mesma época, com a mesma função, finalidade e linguagem arquitetônica, os complexos ferroviários são vistos como elementos desconexos pelas gestões municipais. As cidades não possuem órgãos de preservação, fazendo com que o legado ferroviário se disperse na paisagem urbana e perca seu valor de conjunto. Isto afeta principalmente a população em geral, que perde a referência da memória coletiva – elemento importante para manutenção e conservação tanto do patrimônio como para o exercício da cidadania. A visão desarticulada da preservação no planejamento se faz visível nas diretrizes genéricas definidas nos planos diretores. A exceção é o município de Louveira, onde as diretrizes são mais consolidadas possibilitando as obras de conservação.

Somente em Louveira há interação direta entre a estação e a cidade. As obras de conservação do complexo ferroviário como um todo (equipamentos e vila operária) significam um grande passo para o município, possibilitando a realização de eventos culturais aproximando os louveirenses e sua memória.

Ao contrário, em Valinhos, apesar da estação sediar o museu Haroldo Ângelo Pazzinato, não há eventos culturais que aproximem a população da memória da cidade. Já em Vinhedo, a estação segue abandonada e depredada. Portanto, em ambas as cidades os planos diretores não cumprem com o proposto. Os dois municípios negligenciaram seus patrimônios ferroviários ao abrirem grandes avenidas e estacionamento em seus perímetros.

¹ <http://museudacompanhiapaulista.jundiai.sp.gov.br/historico/>. Acessado em Mar/2016.

² http://www.valinhos.sp.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6629:prefeitura-de-valinhos-da-inicio-a-aco-es-para-restauro-da-estacao-de-trem&catid=34:noticias&Itemid=93. Acessado em Mar/2016.

³ <http://www.louveira.sp.gov.br/site/conteudo/1726/centenaria-estacao-ferrea-passa-por-restauro-para-virar-centro-cultural>. Acessado em Mar/2016.

⁴ O presente artigo baseia-se no projeto de pesquisa “Traçados urbanos, linhas remanescentes: gestão do patrimônio ferroviário nas cidades de Valinhos, Vinhedo e Louveira”, pesquisa em andamento, junto ao POSURB - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Puc-Campinas.

⁵ Informação obtida em levantamento preliminar de campo.

⁶ http://correio.rac.com.br/_conteudo/2015/04/capa/campinas_rm/250683-antiga-estacao-de-vinhedo-vai-abrigar-centro-cultural.html. Acessado em Mar/2016.

⁷ <http://museudacompanhiapaulista.jundiai.sp.gov.br/historico>. Acessado em Mar/2016.

BIBLIOGRAFIA

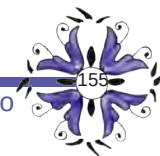
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado. Processo de tombamento 61063, São Paulo: Condephaat, 2010.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado. Processo de tombamento 61057. São Paulo: Condephaat, 2010.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado. Processo de tombamento 61056. São Paulo: Condephaat, 2010.

GUTMANN, Carolina Sumaquero. O valor patrimonial dos espaços públicos: estudo de caso no centro de Valinhos (SP). Dissertação de mestrado. Campinas: Puc-Campinas, 2011.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Arquitetura do ferro e arquitetura ferro-



viária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.

MATOS, O. Nogueira de. Café e Ferrovias: A evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. 4 ed. Campinas: Pontes, 1990.

PIRES, André. De rocinha aos enclaves: figurações do rural em Vinhedo, SP. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2004.

REIS, Nestor Goulart. Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano. São Paulo: Via das Artes, 2006.

____REIS, Nestor Goulart. O caminho do Anhanguera. São Paulo: Via das Artes, 2014.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SITES

Estações Ferroviárias: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/>

IBGE: <http://cid.ades.ibge.gov.br/>

Prefeitura de Valinhos: <http://www.valinhos.sp.gov.br/v>

Prefeitura de Vinhedo: <http://www.vinhedo.sp.gov.br/>

Prefeitura de Louveira: <http://louveira.sp.gov.br/>





Dos décadas de planes y esfuerzos para la recuperación del centro antiguo de San Salvador: miradas desencontradas, ideas compartidas y desafíos de las intervenciones

Luz Amarily Araujo Espinoza¹

Programa de Pos-Grado de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo PPGAU/MP CECRE -(Maestría en Conservación y Restauración de Monumentos y Núcleos Históricos) de la Universidad Federal de Bahía (UFBA).

Palabras claves: gestión, patrimonio urbano, centro histórico, intervención urbana

Se trata de una investigación sobre el proceso de deterioro del Centro Antiguo del municipio de San Salvador – El Salvador. Este trabajo pretende explorar la funcionalidad del centro, delinear sus problemas, listar y comprender algunos esfuerzos hechos por el poder público para intervenir en la imagen de la ciudad. Además, discute la importancia de reflexionar de manera integral la valorización del Centro Antiguo, desde la dimensión de los sectores sociales que diariamente solucionan su supervivencia en este lugar, como también desde la dimensión patrimonial. Bajo esta óptica, la propuesta principal es la producción de un proceso crítico en el cual dudas, contradicciones y problemas sean expuestos para cuestionar el racionalismo homogenizador y el pensamiento marcado por una visión

tecnócrata que han caracterizado las intervenciones en esta área, colocando en riesgo su patrimonio material e inmaterial. Para alcanzar el objetivo se pretende estudiar lo que condujo los procesos de intervención en un recorte temporal de final de la década de noventa hasta la actualidad, que es cuando el gobierno central reconoce el Centro Histórico de San Salvador (CHSS) como patrimonial y define sus perímetros para preservación. Es a partir de ese marco que algunas intervenciones ganan fuerza. Con esto alertar la necesidad de pensar nuevas posibilidades, otros caminos a ser recorridos en esta construcción para garantizar un espacio urbano vivo e integrado, capaz de ofrecer símbolos colectivos, y posibilitar la apropiación plural del patrimonio bajo la resolución cultural-social.



METODOLOGIA

Estudio realizado por medio de la selección y colecta de fuentes bibliográficas impresas tales como: libros, periódicos, tesis, informes y documentos de planificación urbana (resúmenes ejecutivos y directores) además de trabajos online y visita a sites.

CONSIDERACIONES INICIALES²

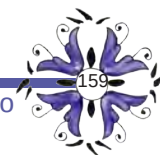
Este año se completan dos décadas del Plan de Rescate del Centro Ciudad (PRCC) y de otros planes y programas aliados al Plan Maestro de Desarrollo Urbano del Área Metropolitana de San Salvador (PLAMADUR-AMSSA), a lo largo de este período muchos estudios y análisis, así como propuestas de intervención han sido elaboradas por especialistas y equipos gubernamentales para intervenir en el Centro Histórico (CH). Sin pretender superar y agotar los problemas y aspectos levantados en estos estudios, o presentar una visión irreversible, este texto tiene como objetivo realizar un análisis sobre la preservación del patrimonio urbano del casco histórico, cuanto a la capacidad de reversión de los procesos de deterioro, así como la sostenibilidad, perdurabilidad y significación social de las propuestas, planes y proyectos realizados. Asimismo, lanzar luz sobre los posibles caminos para una política que integre el patrimonio con la estructura y dinámica real de la ciudad.

ANTECEDENTES

El proceso de industrialización se origina en los años 50 y tuvo como escenario la ciudad de San Salvador y su entorno oriental (Soyapango) (FIGURA 01). A partir de esos años la ciudad experimenta un acelerado crecimiento urbano que traerá consecuencias directas para el área central, sobre todo en lo tocante a economía urbana, generándose nuevos rostros y espacios comerciales. En este contexto las primeras preocupaciones del poder público sobre el proceso de transformación y

deterioro del Centro fundacional remiten a los años 60, cuando San Salvador experimenta readecuaciones, y cuando se pone en marcha un amplio proyecto de construcción de mercados que intentaba driblar la agitada actividad comercial popular, uno de esos mercados (mercado central) se instaló en las cercanías del casco histórico sin considerar los ritmos de crecimiento urbano, las dinámicas generadas en el área metropolitana por la implementación de estos equipamientos y las presiones ejercidas al área antigua. Visando la descentralización el poder municipal traza una serie de mejoramientos en el ámbito del espacio público. (BARBA, 2001, p.11-13)

En los años 70 el área central experimenta cambios en la dinámica política, el gobierno militar presenta una proposición de “auto proclama de transformación nacional” (BARBA, 2001, p.13), y al igual que el gobierno anterior emprende una propuesta de descentralización, transfiere las oficinas gubernamentales fuera del área fundacional, creando así el Centro de Gobierno (FIGURA 01), que en realidad agudizó la situación del CH, pues contribuyó a otro proceso de deterioro, el vaciamiento y la paulatina conversión en un centro monofuncional, ya que la salida de las oficinas administrativas, implicó en la salida de otro tipo de funciones que se nutrían de esta. Aún el autor advierte que a finales de los años setenta el panorama de las áreas centrales, y en específico del CH delineó signos de abandono, desorden –ventas ambulantes, estacionarias, “caos vehicular”; e inseguridad –sobre todo por delincuencia “y porque para esos tiempos las luchas populares tenía a las áreas centrales como puntos de referencia”, lo que contribuiría a la imagen de incertidumbre del CH. (BARBA, 2001, loc. cit.). Otro hecho que respaldó la desvalorización de esta parte de la ciudad fue la creación del área comercial Metrocentro (FIGURA 01), construido al occidente de la capital, el proyecto configuró un eje ordenador tanto del comercio formal como de inversiones residenciales a su alrededor, creándose nuevas centralidades y dejando el CH fuera del interés del capital privado. A finales de aquella misma época el Gobierno Central plantea realizar un esfuerzo



sistematizado de planificación urbana, entendiendo la situación de San Salvador y sus 9 municipios conurbados. Formuló el Plan de Desarrollo Urbano – METROPLA 80, que entre otras cosas estaba preocupado con la estructura vial de la ciudad y región metropolitana, entendiendo el centro como un nodo de articulación de la ciudad, un lugar de paso y no de permanencia, lo que traería consecuencias tremendas para el corazón fundacional. Sus recomendaciones fueron implementadas de manera parcial. En los años 80, delante del agravamiento y deterioración del centro, la alcaldía formuló varios proyectos para mejorar el espacio público tomado por el comercio informal, por la contaminación visual y el tráfico vehicular, pero estas iniciativas siempre de manera puntual, sin entender de forma orgánica la ciudad en toda su complejidad. Es necesario destacar que la generalización del proceso de guerra nacional a principios de los años ochenta produce, una redefinición de espacios en las áreas centrales. No obstante la guerra, como fenómeno bélico, no tuvo un impacto categórico en lo que respecta a la destrucción material del centro, su huella esta dada por los reajustes en la conducción económica y política del país. (BARBA, 2001, loc. cit.)

En esa dirección de acorde con Escobar (2001, p.18-19) los duelos bélicos desencadenaran una drástica transformación del escenario rural, ya que las regiones de cultivo se convierten en lugares de combate, lo anterior produce un decaimiento en la producción agrícola y está directamente vinculado al escenario urbano, en la medida que provoca un alza en la actividad informal, es decir, la fuerza de trabajo rural pasa a buscar oportunidades de supervivencia en la ciudad capital, más precisamente en el área central. Siguiendo el hilo de la autora para 1984 hay alrededor de 85,000 desplazados para la urbe salvadoreña. Estas personas se ubicaron en las inmediaciones de ríos, quebradas, en los mesones³, y generaron una dinámica real en el CH. Si se vincula los datos de 1985 sobre desempleo a nivel nacional, puede explicarse el fenómeno de la informalidad, ya que para esta fecha alrededor del 60% carece de una fuente de renta formal. Al final de la misma década los

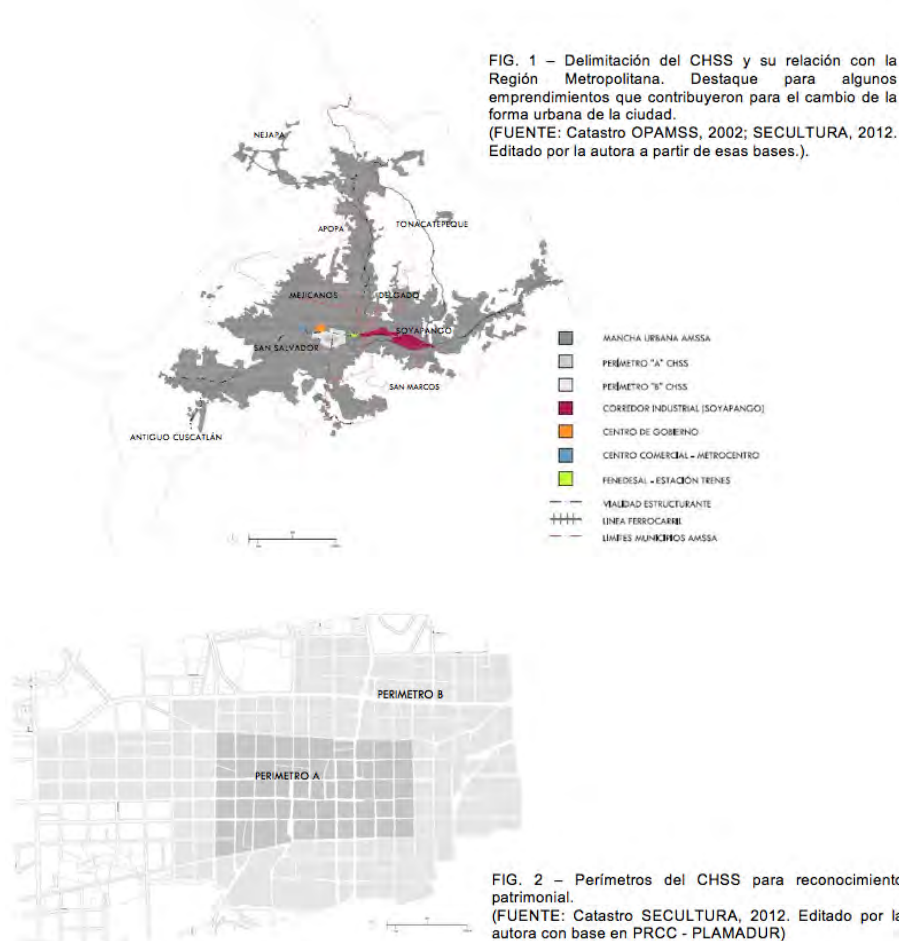
mandatarios municipales de Área Metropolitana de San Salvador (AMSS) fundan el Consejo de Alcaldes del Área Metropolitana de San Salvador (COAMSS) con el intuito de fortalecer y unificar fuerzas para intervenir en la región, un año mas tarde nacería la Oficina de Planificación del área Metropolitana de San Salvador (OPAMSS), en ese mismo año el gobierno municipal en manos del Partido Alianza Republicana Nacionalista (ARENA), presentó el Plan de Renovación del Distrito Comercial Central (PRDCC) las propuestas centraban fuerzas en 6 grandes asuntos: “Tráfico regional, transporte colectivo y privado, flujo peatonal, patrimonio cultural, medio ambiente y comercio informal”. (FUNDASAL, 2004, p.03)

Por ocasión de la conmemoración de los 450 años de su titulación como ciudad (1546) y aunado a la clara conciencia de iniciar la recuperación del área central, el Consejo Municipal de San Salvador, por medio del Decreto Municipal N°25 del 20 de noviembre de 1996⁴, definió por ley los perímetros⁵ del CHSS (FIGURA 02), iniciando un proceso de reconocimiento del patrimonio del centro. (FUNDASAL, 2004, loc. cit.)

ESFUERZOS REALIZADOS – DEL DECRETO N°25 AL PPCH

El embasamiento técnico del decreto compone la propuesta conocida como – Plan de Rescate del Centro de la Ciudad (PRCC), en el marco del Plan Maestro de Desarrollo Urbano de Área Metropolitana de San Salvador (PLAMADUR-AMSSA)⁶, este estudio constituyó un documento guía para el Gobierno Municipal (1997-2003), que a partir de este plano formuló en 1998 el Plan de Rescate del Centro Histórico de San Salvador (PERCH), el cual planteó un conjunto de estrategias, acciones, intereses y prioridades del poder de turno⁷. La implementación a grosso modo permitiría iniciar el proceso de recuperación del Centro Histórico y tornar real lo esbozado por el PRCC.





PRCC | PLAMADUR-AMSSA

Iniciativa del gobierno central, elaborada por el Viceministerio de Vivienda y Desarrollo Urbano (VMVDU) a través de una consultoría italiana entre 1995-1998, el cual incluyó un componente llamado Plan de Rescate del Centro Ciudad (PRCC). Tiene como objetivo principal: “la identificación de las intervenciones que permitan conciliar las exigencias del desarrollo socioeconómico con las de la conservación del patrimonio edilicio histórico, garantizando de esta manera

el [...] proceso de recalificación del centro antiguo.” (VMVDU, 1997, p.01) Con base en el diagnóstico propuso dos niveles de intervención, el primero, correspondería a los lineamientos técnicos para las dos zonas delimitadas –Centro Ciudad y Centro Consolidado; el segundo, la identificación de proyectos prioritarios, denominados de “proyectos guía”⁸ que colocaría nuevamente en valor los espacios públicos, se entendía estos proyectos como catalizadores del proceso de recuperación del CHSS. A pesar del esfuerzo emprendido, el primer nivel resultó en una normativa bastante genérica, sin una exploración profunda de las reales posibilidades de intervención y sin el respaldo de normas jurídicas. El segundo nivel, por más que tuviera como base el tejido urbano, y como foco de intervención los espacios públicos, las propuestas de los “proyectos guía” iban dirigidas al reordenamiento de las ventas, a la limpieza del espacio urbano, apenas del punto de vista técnico sin considerar el agente y las causas verdaderas del comercio en la calle, en otras palabras, el estudio consideraba aspectos estéticos y funcionales, pero dejó de lado la dinámica y los procesos urbanos. Por otro lado exploró poco las formas de gestionar una ciudad como San Salvador para poner en marcha el plan elaborado, la sugerencia de creación de la Oficina del Centro Histórico (OCH) como unidad asesora de la alcaldía encargada de la ejecución de los proyectos es bastante frágil en la medida que no corresponde a una visión integrada dentro de las diferentes instituciones que inciden sobre el área en cuestión, así como de los diferentes actores que tienen sus intereses en el centro.



FIG. 3, 4, 5 – las vulnerabilidades del CHSS: Comercio Informal, Caos vehicular e Polución visual.
(FUENTE: [sentido izq-der.] STIVELLA, 2010; HUNNAPUH, 2007; DPNC, 2006.)

PERCH | ALCALDÍA MUNICIPAL DE SAN SALVADOR

El Plan de Rescate del Centro Histórico (PERCH) data de 1998, desdobló las premisas colocadas en el PRCC. El propósito era establecer una visión compartida de trabajo coordinado entre el municipio, los usuarios, la empresa privada e instituciones del gobierno central. (VMVDU, 2011, p.19).

Sus frentes más característicos fueron: “a) Incidir sobre la imagen caótica del CH, restableciendo prioritariamente los espacios públicos tomados por el comercio informal y el tráfico vehicular; b) Creación en 1998 de la Corporación para el Desarrollo de San Salvador (CDSS)”, del punto de vista jurídico es una sociedad de economía mixta y plural conformada por la empresa privada, la alcaldía Municipal de San Salvador, Corporación Salvadoreña de Turismo (CORSATUR), Asociación de Medianos y Pequeños Empresarios Salvadoreños (AMPES), universidades, cuyo objetivo central es “ordenar el Distrito Comercial de la Ciudad (DCC) a través del incentivo de la rentabilidad para ofrecer a los inversionistas mejores condiciones para la instalación de actividades empresariales” (FUNDASAL, 2001, p.04). Se sabe que en la actualidad es una entidad a pesar de interesante con poco protagonismo y en la época considerando el “signo político-ideológico del gobierno local (izquierda)” que promovía el programa, existieron reticencias y mucha incertidumbre de parte del capital privado para dar respaldo a los proyectos, con todo se consiguió involucrar algunas empresas, a saber –Telefónica para la Plaza Barrios; y la Universidad Tecnológica para el Parque Bolívar. (BARBA,

op.cit., p.18). Según el documento Plan de Gobernabilidad y Desarrollo del Centro Histórico citado en (VMVDU, op.cit., p.20) “tanto las líneas estratégicas como las acciones concretas de transformación planteadas [...] no fueron asumidas completamente por los diferentes actores, hubo dificultad para captar recursos financieros y ejecutar los proyectos en el tiempo determinado”. El resultado concreto de estas intervenciones parece insuficiente, es decir, la impresión es que se está haciendo la pregunta equivocada, pues las respuestas fueron inadecuadas. Tal vez, así como lo plantea Barba (op.cit., p.16) valiera repensar el concepto de área central, abordar el problema de modo global y en todas sus dimensiones y no apenas como la constatación de la fuerza política de determinado gobierno o bajo algunas temáticas, en ese sentido viabilizar un programa habitacional en su vertiente social, al mismo tiempo atraer otros extractos económicos en el área y resolver los problemas de accesibilidad y movilidad urbana se traduce a leer las necesidades reales de la población y la urgencia de volver el centro polifuncional, no apenas comercial-turístico, mas administrativo, cultural, habitacional. Sin abordar estos aspectos las intervenciones no tiene mayores ecos y la problemática y los conflictos se reanudan.

PLAN DE GOBERNABILIDAD Y DESARROLLO DEL CHSS

Conforme algunas fuentes estudiadas este plan surge de un proceso de consulta y concertación con actores claves implicados con el CH, a saber; Alcaldía, Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), Universidades locales, comercio formal e informal, transportistas y habitantes del área; esta convocatoria fue planteada por la alcaldía como una estrategia de integración y de transformación de lo realizado hasta aquel momento. Es a partir de la agenda de consensos nominada ‘Una visión compartida sobre la recuperación y revitalización del Centro Histórico de San Salvador’. (VMVDU, 2011, log.cit.)

Datos citados en (VMVDU, 2011, log.cit.) dejan entre-

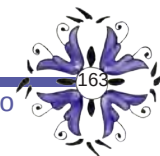


ver que dicho plan consideró intervenciones desde las múltiples dimensiones de lo urbano, en sus aspectos socioeconómicos, histórico-culturales, jurídicos-institucionales y bajo un aspecto más amplio el territorial, también incluyó aspectos de organización ciudadana, vulnerabilidad, pobreza entre otros temas. Estos aspectos fueron organizados dentro de programas de desarrollo bajo siete ejes estratégicos. Los principales avances de este plano, la inclusión de otros actores hasta aquel momento relegados, la creación de espacios (foros, talleres y encuentros) donde estos actores pudieron externar sus necesidades e intereses y plantear una concertación inicial entre sectores, la búsqueda y concretización efectiva de la cooperación internacional, así como de financiamientos y apoyos nacionales. Así puede citarse algunos logros: la construcción del proyecto habitacional San Esteban con el apoyo de Fundación Salvadoreña de Desarrollo y Vivienda Mínima (FUNDASAL) por medio de la Cooperación Española, la adquisición del valioso ejemplar de arquitectura habitacional para uso de cuño cultural - Casa 'Rey Prendes'. Permanecen abiertos, aunque ya discutidos temas como el comercio informal, el tráfico vehicular y la polución visual (FIGURA 03, 04, 05), así como la refuncionalización de por lo menos una centena de inmuebles, para lo que sería necesario programas de financiamiento que permitiesen la recuperación de la llamada arquitectura modesta que componen el tejido urbano y que en su mayoría están en manos privadas, no siempre en condiciones de arcar completamente con los costos de las obras. Otro tema pendiente es el marco jurídico e institucional que necesita de coordinación de las diferentes esferas a nivel estatal y municipal para actualizar, agrupar e implementar un marco hasta hoy disperso, con vacíos legales y superposiciones. La Oficina del Centro, ahora conocida como Unidad de Revitalización es un punto a favor pero como bien menciona el Informe Final del Plan de Desarrollo Territorial para la Subregión Metropolitana de San Salvador "debería ganar autonomía tanto del gobierno municipal como estatal, y definir un perfil de sus atribuciones". (VMVDU, op.cit., p.20-24)

DOCUMENTO BASE DEL PLAN ESTRATÉGICO DE SAN SALVADOR: PLAN CIUDAD SAN SALVADOR DEL FUTURO

Inicia en 2007 como cooperación entre la Alcaldía de San Salvador y el Ayuntamiento de Barcelona. Y tiene como fuente de inspiración el proceso paradigmático que en 1988 la ciudad inició para reinventarse con visión estratégica, teniendo como base de sustentación un gran acuerdo público –privado para el desarrollo. Estratégicamente se planteaba una mejor utilización de las potencialidades naturales, sociales, productivas, técnico-científicas de la ciudad Catalana. Es en ese sentido que el poder municipal⁹ de capital salvadoreña convoca a las diferentes organizaciones de la sociedad civil, del sector privado y del gobierno nacional. Su principal característica: Se trata de un plan estratégico "que se orienta a definir las grandes iniciativas (programas y proyectos) que en el mediano y largo plazo (once años)" puede modificar y revertir la imagen de incertidumbre y caos que San Salvador posee. Se define como un plan que construye acuerdos para el desarrollo de la ciudad, no es un plan de gestión municipal apenas, ni un plan maestro de desarrollo urbano que prioriza los aspectos técnicos. (ALCALDIA MUNICIPAL DE SAN SALVADOR, 2008, p.10)

Debido a su inspiración en el caso de Barcelona, y por la descripción anterior, bien como por el estudio que el documento hace sobre las oportunidades, amenazas, ventajas y debilidades de la ciudad, se puede percibir el "discurso", su inclusión o el intento de situarse en el ámbito de la economía global, en hacer parte de las ciudades conectadas, con accesibilidad internacional, capaz de proyectar para el mundo una imagen de equilibrio social y político, con un ambiente urbano de calidad y con infraestructuras aptas para atraer capital e inversiones, con alto índice de productividad y competitividad, con oferta cultural rica y diversificada fruto del multiculturalismo; que tiene como foco llamar la atención del turismo y del consumo en general. Más allá de los distintos factores que explicarían estos pro-



cesos, de búsqueda de caminos alternativos a los tradicionales modelos de gestión pública que entraron en total descrédito frente a la sociedad, sobre todo por su ineficiencia y poca adaptación a nuevas circunstancias. Se trata en suma de una discusión trabada en los años 90 en Europa y Norteamérica, que llega a Latinoamérica con bastante popularidad, actualmente la planificación estratégica aparece en la agenda de las administraciones de una manera general. (REESE, 1999, p.01). Sin duda el documento Plan Ciudad levanta con bastante precisión las principales tendencias de San Salvador y su entorno; lanzando luz en asuntos hasta aquel momento ni siquiera puntuados, por ejemplo, el proyecto sobre economía popular, sobre iniciativas de desarrollo económico local, que toca temas de gestión de conocimientos, de la tecnología de información. Fruto ciertamente del momento global que se vive, o como diría (Reese, 1999, loc.cit.) de lo que se a dado por llamar 'era de la información' o la 'era del conocimiento'. Es a partir de una amplia convocatoria de la sociedad civil que se elabora la visión de la ciudad que se desea, se organizan ejes estratégicos (planes de acción) y proponen "proyectos desencadeantes" y complementares vinculados a las estratégicas. Lo que llama la atención no es el esfuerzo y poder de convocación, sino las contradicciones de los múltiples intereses implicados, como ya lo ha pensado y escrito Coulom:

¿Cómo conciliar el interés de los que viven en un centro histórico con el de los que lo visitan? ¿A cuáles demandas responder: a las de la población residente o a las de la 'población flotante'? ¿A quienes hacer caso: a los vecinos, a los comerciantes establecidos, a los comerciantes en vía pública, a los peatones, a los automovilistas, a los propietarios y promotores inmobiliarios, a las sociedades de defensa del patrimonio, a la industria turística, al BID? (COULOM, 2001, p.86).

Concordando con el autor el desafío estriba en la conciliación de los múltiples intereses para alcanzar la in-

tegralidad, que sigue siendo más que una práctica un propósito. "La integralidad de la acción publica implica, [...] que la planeación y las políticas de desarrollo económico y social logren articularse con la planeación territorial y las políticas de desarrollo urbano y vivienda" (Coulom, op. cit. p.84). En síntesis, se trata de construir gobernabilidad, más allá de lo partidario. Pero la constatación lamentable para el caso de San Salvador, es la puesta en marcha del Plan-Ciudad, pero su continuidad en el tiempo es comprometida por los intereses diversos del nuevo partido que asume el poder; así, se tiene un nuevo plan para el mandato 2012-2015, retrocediendo la agenda, los acuerdos conquistados, estrategias planteadas por el Plan-Ciudad que previa metas de 2010-2020 independiente de la ideología política¹⁰. Los esfuerzos que se describirán a continuación surgen paralelos en el tiempo con relación al último ejemplo citado. La Fundación Salvadoreña de Desarrollo y Vivienda Mínima (FUNDASAL) ONG interesada en la reactivación de la vivienda en el centro¹¹, lleva acabo junto con otras organizaciones la tarea de reconocimiento del centro histórico como bien patrimonial a nivel nacional, así, por medio de la Carta urbana N°144 de 2007, divulga los aportes y el proceso de declaratoria del CHSS. Según el documento, la declaratoria facilitaría la gestión y apoyo a programas para mejorar las condiciones actuales del área, así como también tendría el poder de articulación de las diferentes instituciones involucradas, para de manera conjunta definir y priorizar el tipo de intervención, de acuerdos necesarios para proteger, conservar y desarrollar la ciudad (FUNDASAL, 2007, p.04). Este intento por un lado revela la necesidad de un límite jurídico que obligue a las instituciones en todas las esferas a trabajar por un objetivo colectivo, a establecer acciones de regeneración urbana de forma integral, pues los intentos de los años noventa e inicio del 2000 dejaron como resultado la evidente descoordinación entre los órganos, la poca voluntad de continuidad de los proyectos. Dentro del accionar de FUNDASAL se conformaron tres mesas institucionales, bajo los siguientes temas: "a) legislación y normativas; b) uso y acceso al suelo; c) plan global de rescate



de la función habitacional”. (FUNDASAL, 2007, log. cit.). Según datos de la carta urbana la convocatoria para esta actividad agrego a más de 20 instituciones entre públicas y privadas¹². El foro permanente por el desarrollo integral del CH es resultado de estas mesas de discusión, y entre sus principales aportes se pueden citar:

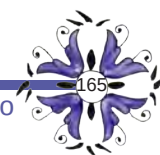
1) Propuesta de Declaratoria del CH como Bien Patrimonial ante la Comisión de Cultura y Educación del poder Legislativo; 2) Amplia divulgación en los medios de comunicación sobre el estado actual de CHSS, esto como forma de sensibilizar, concienciar e involucrar a la población en general; 3) Participación de las universidades con investigaciones y concursos de ideas para el área. Permitiendo que estudiantes y docentes conozcan de cerca la situación de vulnerabilidad que existe en el centro. El principal objetivo del foro es que estas acciones resulten en valiosos insumos para la elaboración del plan global del rescate de la función habitacional del centro histórico de San Salvador “y así recobrar la habitabilidad del centro a través de la participación organizada de sus habitantes en conjunto con otros actores institucionales.”. (FUNDASAL, op. cit., p.07).

PLAN DE DESARROLLO TERRITORIAL PARA LA SUBREGIÓN METROPOLITANA DE SAN SALVADOR – VOL. IV: PLAN PARCIAL DEL CENTRO HISTÓRICO DE SAN SALVADOR (PPCH)

Este documento cuya fase de elaboración va de junio de 2009 a octubre de 2010, coordinado por el Viceministerio de Vivienda y Desarrollo Urbano (VMVDU) y auspiciado por el Fondo Salvadoreño para Estudios de Preinversión (FOSEP). Marca un “nuevo ciclo político-institucional de proyección a nivel nacional, con una nueva orientación de la política de desarrollo para El Salvador” (VMVDU, 2011, p.s/n). Caben a la citación anterior algunas contextualizaciones, es un estudio elaborado en el primer gobierno central de la izquierda del país, que ve en este trabajo una importante oportunidad de materializar y diferenciarse de la política es-

tablecida durante veinte años de poder del gobierno de derecha (ARENA).

En lo fundamental es un significativo esfuerzo a nivel nacional de pensar la ciudad capital en la escala metropolitana incorporando actores de las diferentes esferas (público y privado) y valiéndose críticamente de los trabajos, investigaciones y planes anteriores, sustrayendo lo positivo y negativo de cada esfuerzo para intentar avanzar en materia de planificación y desarrollo territorial y concretizar los propósitos. Así, el objetivo general es “formular un instrumento de planificación y gestión territorial, con metas a medio y largo plazo (2011-2024)” donde se integre lo urbano y rural a nivel sub-regional¹³ y local con miras al mejoramiento de las condiciones económicas, sociales, ambientales de la vida de sus habitantes. (VMVDU, 2011, p.s/n). Dentro de este esquema director está contenido el Plan Parcial para el Centro Histórico de San Salvador, que cuenta con un estudio bastante detallado, de la situación actual de CHSS, aunque poco profundo en el análisis morfológico e de formas de aprehender el espacio urbano. Sus propuestas para la recuperación del CHSS, se concentran: anteproyecto de la ordenanza municipal (normativa de intervención), instrumentos y estrategias de gestión y financiamiento. Sobre el primero, a pesar de recoger y apuntar gran parte de los asuntos frágiles del CHSS, adopta medidas restrictivas, limitando la capacidad de intervención en lo tocante al patrimonio edificado, el tema del comercio informal y la polución visual (anuncios y publicidad) continúa siendo abordado superficialmente y con medidas represoras. Cuan-to al segundo, inspirado a partir del documento de la Cámara de Comercio de Bogotá¹⁴ y con base en la realidad del CHSS y los instrumentos urbanos de las experiencias de México, Ecuador y Barcelona. (VMVDU, 2011, p.314). La creación de un organismo territorial técnico y de gestión con autonomía suficiente desde el gobierno central y municipal, pero capaz de coordinar las atribuciones de cada uno en el CH parece completamente acertada para poner en marcha los principios del pacto gestor. El reconocimiento de las limitaciones del plan, de los proyectos y propuestas es un punto que



denota madurez y un real comprometimiento por parte de los proponentes. Inexiste todavía una valoración precisa sobre los resultados, se está a espera de ellos en realidad. Lo único que se puede afirmar es que estos de alguna forma se convertirán en el escaparate de gobernabilidad de la ciudad, ¿o sería su víctima? En la imagen a seguir (FIGURA 06) se puede observar la espacialización de algunos proyectos y propuestas de intervención a lo largo de dos períodos (1996-2000 | 2000-2012).



FIG. 6 – Intervenciones y propuestas para el Centro Histórico de San Salvador.
(FUENTE: Editado por la autora a partir del mapa realizado por el VMVDU, 2011.)



CONSIDERACIONES FINALES

El CHSS ha sido objeto de números estudios y parece que al final de dos décadas existe una cierta consciencia a nivel institucional y ciudadano de la importancia de recuperar el área central, vista desde las diferentes dimensiones, tanto del tejido social y de la dinámica económica cultural, lo que en teoría permitiría la apropiación social del patrimonio. La cuestión central de la gobernabilidad democrática también apunta en esa misma dirección. ¿Estaría la ciudad de San Salvador preparada para semejante desafío? Se tiene el sustrato técnico, los planes y programas (que apunta para una real reversión de los procesos de deterioro), la movilización de sus ciudadanos, la voluntad de ser. En este sentido concordamos con Chinchilla (2009, p.10-12) sobre la necesidad de volcarse sobre los "terrenos comunes a favor de un proyecto compartido de ciudad". Así los desafíos de las intervenciones para la recuperación el CHSS radican en sacar provecho del peso de la memoria urbana, aunando este hecho concreto a una plataforma de desarrollo social y económico, que va más allá de la "manicuración como objeto museístico" o como objeto puramente técnico; de defender desde la trinchera ciudadana la concretización de los planes, estudios y esfuerzos emprendidos, aún cuando estos no vayan de encuentro con las agendas políticas electorales. Debería de reconocerse el Centro Antiguo de San Salvador como el ente integrador de los diferentes grupos y actores, como el lugar oportuno para emprender un proceso de construcción de política pública, de derecho a la ciudad, a la identidad y al patrimonio.

¹ Arquitecta y Urbanista por la Universidad Federal de Paraná (UFPR), obtuvo su maestría en el Programa de Pos-Grado de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo PPGAU/MP CECRE -(Maestría en Conservación y Restauración de Monumentos y Núcleos Históricos) de la Universidad Federal de Bahía (UFBA).

² Esta ponencia hace parte de una investigación mas amplia de maestría sobre la Recuperación del Centro Antiguo de San Salvador – El Salvador, abordando la preservación del paisaje urbano, sus relaciones, dinámica y funciones con la estructura de la ciudad en la cual esta insertado. Pesquisa desarrollada con apoyo de la Fundação Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), T.O. BOL 2324/2014.

³ Estos espacios, donde numerosas familias vivían en reducidas piezas compartiendo servicios comunes: patio, lavaderos, letrinas. También conocidos como conventillos.

⁴ Publicado en el Diario Oficial (D.O.) del 18/12/96, N° 239, art. 1.

⁵ El primero denominado Centro Ciudad (Zona 1) o perímetro A, conformado por 59 manzanas; y el segundo el Centro Consolidado (Zona 2) o perímetro B, configurado por 141 manzanas. Estos límites tuvieron como base el estudio del tejido urbano y sus funciones. Vale destacar que conforme el documento la subdivisión en dos zonas no requiere diferentes valoraciones de carácter cualitativo, sino, más bien a una distinción funcional, es decir, la Zona 1 se entiende como un área especializada para funciones de tipo institucional y comercial, en cambio, la Zona 2 conjuga otras funciones sin una aparente especialización. (VMVDU, 1997, p.s/n)

⁶ Iniciativa del Gobierno Central, elaborada por el consorcio Ítalo-salvadoreño I.T.S., SPEA y CIT.

⁷ Partido de oposición política Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN) representado por el alcalde Héctor Silva. La gestión municipal de Silva se extendió por dos periodos consecutivos (1997-2000 y 2000-2003).

⁸ Cuyo objetivo específico es la definición de una modalidad de intervención sobre el espacio público afrontando todos sus aspectos, tanto estéticos como funcionales, de forma que contribuyan a definir una metodología reproducible de intervención.

⁹ Bajo el mandando 2006-2009 de la alcaldesa Violeta Menjívar

por el partido FMLN, pero conforme los objetivos del plan se extiende al periodo de 2009-2012 de entonces alcalde Norman Quijano por el partido de oposición ARENA.

¹⁰ Lo realmente curioso y contradictorio es que el mandatario que inicialmente se compromete con el Plan- Ciudad (2010-2020) y que es reelecto para el periodo 2012-2015 lanza un nuevo plan, con metas y ejes temáticos diferentes, vale resaltar que la autora de esta ponencia no está entrando en el merito de juzgar que plan es mejor, sino la construcción de una gobernabilidad democrática y de voluntad política.

¹¹ Tanto que en el año 2000 realiza una investigación cuyo principal objetivo era conocer las características socio-económicas de las familias residentes del centro, así como los aspectos jurídicos y físicos de los lotes, a fin de levantar la demanda real por proyectos de habitación. Vale mencionar que este estudio fue realizado en coordinación con la Alcaldía Municipal de San Salvador, ente interesado en estudiar las plazas públicas, el comercio informal, y el patrimonio cultural tangible e intangible tuvo entre otros resultados la publicación de dos libros importantes: 'Hábitat en el Centro Histórico' y 'El Centro Histórico de San Salvador: cultura e identidades' (FUNDASAL, 2007, p.6)

¹² Como: (VMVDU), Viceministerio de Transporte (VMT), (OPAMSS), Alcaldía Municipal de San Salvador, Centro Nacional de Registros (CNR); entre las universidades figuran: La Nacional, Tecnológica, Centroamericana, Albert Einstein y José Matías Delgado, Agencia Española de Cooperación Internacional (AECI), Consejo Nacional para la Cultura y el Arte (CONCULTURA), Asociación de Cooperativa de Vivienda del Centro Histórico de San Salvador (ACOVICHSS). (FUNDASAL, 2007, p.6)

¹³ Conforme el documento los municipios que integran la subregión son: San Salvador, Antiguo Cuscatlán, Santa Tecla, San Marcos, Soyapango, Ilopango, San Martín, Mejicanos, Ayutuxtepeque, Cuscatancingo, Delgado, Nejapa, Apopa, Tonacatepeque (configuran el AMSS); y Guazapa, San José Guayabal; Oratorio de Concepción, San Bartolomé Perulapia, San Pedro Perulapán, Santo Tomás, Santiago Texacuangos (fuera de la configuración del AMSS). (VMVDU, 2011, p.s/n).



¹⁴ *Titulado: Caracterización de las estrategias de gestión público-privadas para la recuperación de centros urbanos.*

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCALDIA MUNICIPAL DE SAN SALVADOR (s/d.). Documento Base del Plan Estratégico de San Salvador: Plan Ciudad San Salvador del Futuro. 2ed. San Salvador. p.96

_____.; OFICINA DE PLANIFICACIÓN DEL ÁREA METROPOLITANA DE SAN SALVADOR (OPAMSS). (1998). Plan de Rescate del Centro Histórico de San Salvador (PERCH). San Salvador. p.36

BARBA, Jaime; CÓRDOBA; Alma (2001). Gestión urbana: recuperación del centro de San Salvador, El Salvador. Proyecto Calle Arce. CEPAL, Serie Medio Ambiente y Desarrollo N°35. Santiago de Chile. p.55

CHINCHILLA, Roberto (2009). Revitalización del Centro Histórico de San Salvador, desencuentro de visiones o añoranza compartida. En: La casa de todos. 1ed. Antiguo Cuscatlán: UCA-DOE. Disponible: <<https://pt.scribd.com/doc/78223777/La-Casa-de-Todos-01-El-Centro-Historico>>. Acceso en: 23 mayo 2015.

COULOMB, René (2001). Modelos de gestión en los centros históricos de América Latina y el Caribe: En busca de la integralidad, la gobernabilidad democrática y la sostenibilidad. En: CARRIÓN, Fernando (Ed.). La ciudad construida: urbanismo en América Latina. Quito: FLASCO. p.77-95. Disponible: <<http://www.flasco.org.ec/docs/urbanismo.pdf>>. Acceso en: 30 jul 15.

ESCOBAR, C.A. (2001). El sector comercial formal en el Centro Histórico de San Salvador: El caso de la calle Arce. Tesis de maestría inédita. FLASCO: Costa Rica. p.57

FUNDACIÓN SALVADOREÑA DE DESARROLLO Y VIVIENDA MÍNIMA (FUNDASAL). El centro histórico de san salvador y su proceso de declaratoria como bien patrimonial. Carta urbana n° 144. San Salvador; El Salvador; mayo, 2007. Recu-

perado de:

<<http://repo.fundasal.org.sv/116/1/carta%20urbana144.pdf>>. Acceso en: 29 jul 15.

Reese Eduardo. (1999) Planes estratégicos: limitaciones y oportunidades. Curso Internacional Ciudad Futura Nuevas Modalidades en Planificación y Gestión de Ciudades Rosario. p.09. Disponible: <http://vecinosvalladolid.org/IMG/pdf/Reese_Eduardo-Planes_Estrategicos_limitaciones_y_oportunid.pdf>. Acceso en: 08 agos 15.

SÍNTINGO de, Ana S. M. (Comp.) (2010). Usos del suelo en el Centro Histórico de San Salvador. San Salvador., El Salv.: FUNDASAL. p.205

_____. (Comp.) (2010). Centro Histórico de San Salvador, nuestro reto pendiente. San Salvador. El Salv.: FUNDASAL. p.114

VICEMINISTERIO DE VIVIENDA Y DESARROLLO URBANO (VMVDU); OFICINA DE PLANIFICACIÓN ESTRATÉGICA (OPE) (1997). Plan Maestro de Desarrollo Urbano del Área Metropolitana de San Salvador – PLAMADUR-AMSSA: PRCC - Plan de Rescate del Centro Ciudad. San Salvador.

_____. (1997). Plan Maestro de Desarrollo Urbano del Área Metropolitana de San Salvador – PLAMADUR-AMSSA: PRCC - Plan de Rescate del Centro Ciudad – Proyectos Guía. San Salvador: 1997.

_____. (2011). Plan De Desarrollo Territorial Para La Subregión Metropolitana De San Salvador –Plan Parcial Del Centro Histórico De San Salvador (PPCH). Vol. IV. Informe final. San Salvador. p.686.





Gestão do patrimônio no bairro Monte Alegre em Piracicaba - SP: diretrizes para o desenvolvimento turístico-cultural

Marcelo Cachioni

Departamento de Patrimônio Histórico do Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba;
Faculdades Integradas Einstein de Limeira; Escola Superior de Educação e Tecnologia de Rio Claro.

Maira C. Grigoletto

Universidade Federal do Espírito Santo

Juliana Binotti P. Scariato

Faculdades Integradas Einstein de Limeira



RESUMO

O presente trabalho se propõe a apresentar reflexões resultantes dos estudos sobre o Sítio Histórico Urbano do Bairro Monte Alegre em Piracicaba - SP Brasil, tendo como enfoque a Paisagem Cultural e o desenvolvimento do turismo e da cultura para a elaboração de um plano de gestão e a configuração de uma zona especial de zeladoria na revisão do Plano Diretor municipal. A paisagem cultural ali constituída resulta da ocupação ligada à produção de cana de açúcar que se transformou em um bairro fabril, com os agenciamentos típicos da postura paternalista da administração da usina. Com a decadência da usina, consequentemente houve a degradação do patrimônio edificado, o qual se deteriorou por falta de manutenção adequada ou ações efetivas de fiscalização. Desta forma, iniciativas envolvendo o poder público e representantes do bairro formularam em diferentes momentos, propostas de ações de gestão e zeladoria para fomento turístico e cultural, e do desenvolvimento socioeconômico do bairro.

Palavras chave: Paisagem Cultural, Piracicaba, Bairro Monte Alegre.

ABSTRACT

This study aims to present reflections arising from studies on the Historic Site Urban Neighborhood of Monte Alegre in Piracicaba - SP Brazil, with focus on cultural landscape and the development of tourism and culture for the preparation of a management plan and setting up a special area of janitorial on revision of the Municipal Director Plan. The cultural landscape here consists result of the occupation on the production of sugar cane that turned into an industrial neighborhood, with typical assemblages of the paternalistic attitude on management of the plant. With the decay of the plant, therefore there was degradation on built heritage, which has deteriorated due to lack of proper maintenance and effective enforcement actions. Thus, initiatives involving the government and representatives of neighborhood formulated at different times, proposed management and janitorial actions to tourist and cultural development, and socio-economic development for the district.

Key words: Cultural Landscape, Piracicaba, Monte Alegre Neighborhood.



HISTÓRICO DO BAIRRO MONTE ALEGRE

As terras da Fazenda Monte Alegre, por sucessões familiares, uniões matrimoniais e vendas, passaram por vários proprietários, entre eles homens de prestígio político e social no Estado de São Paulo: Brig. Luiz Antônio de Souza, Senador Nicolau de Campos Vergueiro, José da Costa Carvalho (Marquês de Monte Alegre), Antônio da Costa Pinto e Silva (Conselheiro Costa Pinto) e Manuel Buarque de Macedo Filho (ELIAS NETTO, 2002).

Representante do antigo sistema agroindustrial, o sítio histórico urbano foi constituído e transformado, desde o final do século XIX, em virtude da reestruturação e ampliação das atividades da antiga fazenda Monte Alegre. Conforme demonstra Cachioni (2006 apud TERCÍ, 1991), desde o início do século XIX a fazenda se especializou no cultivo de cana e produção de açúcar e aguardente. Em 1887 o proprietário Dr. Pedro Augusto da Costa Silveira adquiriu as máquinas necessárias e constituiu o Engenho Central de Monte Alegre. No ano de 1889, a fazenda e benfeitorias foram vendidas para Joaquim Rodrigues do Amaral e Indalécio de Camargo Penteado, que formaram a firma ‘Amaral e Penteado’. A proposta era a de que a sociedade funcionasse até 1898, mas vigorou apenas até 1893, quando a fazenda foi vendida para Antonio de Almeida Rocha e Francisco de Paula Bueno, que formaram outra sociedade sob a firma social ‘Almeida Rocha e Bueno’, ficando apenas o sócio Almeida Rocha responsável por todos os negócios da sociedade. Em 1898, a sociedade foi desfeita e a fazenda foi vendida à Empresa de Obras Públicas do Brasil, presidida por Manuel Buarque de Macedo Filho, que nomeou Antonio Alves Carvalho como administrador, o qual desenvolveu uma série de atividades com a proposta de modernizar o engenho (TERCÍ, 1991).

Em 1901 a ‘Cia. Engenho Central do Monte Alegre’, subsidiária da Empresa de Obras Públicas do Brasil, decidiu, em assembleia geral, transferir sua sede para Piracicaba. Os proprietários eram fazendeiros e capitalistas poderosos, com forte influência em Piracicaba,

como Luiz da Rocha Miranda Sobrinho, o Barão de Bananal, além de Manuel Buarque de Macedo Filho, um dos fundadores do ‘Jornal de Piracicaba’ (ELIAS NETTO, 2002).

No início do século XX, o Engenho Central do Monte Alegre apresentava uma produção anual de cinco mil sacas de açúcar, de 60 kg cada, abrigando 50 operários nas atividades do engenho e mais 200 no plantio e colheita da cana. Segundo o ‘Almanaque de Piracicaba de 1900’, o açúcar dos engenhos de Piracicaba estava ‘entre os melhores do Brasil’, com destaque para o ‘açúcar cristal, de alvura de neve’. Em todo o município, a produção era de 35 mil arrobas anuais, por meio de cerca de 80 engenhos, pequenos e grandes, movidos a vapor, à água e à força animal (ELIAS NETTO, 2002).

O Jornal de Piracicaba, de 04 de agosto de 1908, apresentando questões referentes ao bairro, mencionou que o Engenho de Monte Alegre reunia uma população de 900 pessoas e cerca de 200 mais que trabalhavam na fazenda, residindo na cidade e circunvizinhança. Nesse período, a usina havia sido reparada e ampliada e era toda iluminada por luz elétrica própria, assim como a área patronal e as casas dos empregados superiores. Possuía cerca de 120 casas para colonos, vastas cocheiras (para os animais de trabalho e de uso particular do proprietário), sociedade Beneficente Cooperativa (que mantinha uma escola e armazém em prédio próprio). Além disso, um prédio com as condições pedagógicas necessárias ao funcionamento de mais uma escola mista, estava em construção.

Apesar da boa qualidade do açúcar e da capacidade administrativa e política de Antonio Alves Carvalho, o Engenho Central de Monte Alegre só atingiu uma expansão significativa a partir de sua aquisição pela ‘Cia. União dos Refinadores’, em 1912, sociedade pertencente aos comendadores Pedro Morganti e José Puglisi. A partir de então passou a produzir o melhor açúcar brasileiro, tornando-se uma das principais usinas do país (ELIAS NETTO, 2002; TERCÍ, 1991).

A partir de 1912, a Monte Alegre esteve sob o comando de Pedro Morganti, italiano que fortaleceu as bases da ‘família montealegrina’ (PERES, 1990) - projeto pater-



nalista que pretendia a construção de uma imagem favorável sobre a relação entre proprietário e trabalhadores dentro do sistema de colonato. Nesse sentido, vilas para trabalhadores, prédios destinados à prestação de serviços, usina de açúcar, escola, área patronal e capela foram incorporados à política assistencialista/paternalista e expansionista de Morganti.

No momento da aquisição, a propriedade possuía:

“(...) 849 alqueires de terra quase na sua totalidade para cultura de canna, 55 casas de tijolos para colonos, parte nova e parte concentrada, toda ladrilhada de tijolos e rebocadas, 50 casas de madeira, parede de barro, cobertas parte telha e parte sapé (...). Ainda uma casa de moradia com 16 cômodos amplos, toda assoalhada e pintada a óleo, cosinha, despensa, fornos e mais dependências, 1 casa grande para administradores, 1 chalet para escola (...)” (PERES, 1990, p. 47).

Se, inicialmente, a fazenda produzia café e cana-de-açúcar para o abastecimento de um pequeno engenho, com incentivos fiscais federais, o engenho com técnicas rudimentares de produção transformou-se em Engenho Central e, em 1930, adquiriu a posição de Usina Monte Alegre. Campagnol (2003) esclarece que o fornecimento de moradias pelas usinas foi uma estratégia para garantir o fortalecimento das mesmas. Isso porque, devido ao insucesso dos engenhos centrais, houve a necessidade de instalação de fábricas no meio rural. Assim, para atrair e manter os trabalhadores havia como proposta a construção de núcleos habitacionais para abrigá-los. Estes núcleos fabris:

“(...) caracterizam-se como um espaço cercado, cujo empreendimento possui um programa complexo que pode envolver desde grandes edifícios de fabricação, galpões de armazenamento e oficinas de manutenção de máquinas e veículos, a casa de proprietários (usineiros), casas de operários e técnicos, alojamentos coletivos,

igrejas e capelas, cinemas, escolas e equipamentos de lazer e recreação” (CAMPAGNOL, 2003, p. 165).

A FORMAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL DO BAIRRO MONTE ALEGRE:

A paisagem cultural do bairro Monte Alegre resulta no sítio histórico urbano formado pela antiga usina, vilas operárias e edificações de serviços que foi constituída na área da antiga Fazenda Monte Alegre, a partir do início do século XX, representando um exemplar bastante peculiar dessa natureza. Algumas destas edificações foram adaptadas em remanescentes da fazenda e outras edificadas a partir da década de 1920 (CACHIONI, 2006).

O núcleo fabril da Usina Monte Alegre foi formado, sem um plano preliminar, na área de planície junto ao Rio Piracicaba. Para a implantação da Usina foi utilizada a estrutura viária já existente, que remanesceu da Fazenda Monte Alegre, ampliando a atual Avenida Com. Pedro Morganti, que passou a desempenhar o elemento de ligação da usina com a cidade. Esta avenida, onde já havia construções remanescentes da fazenda (Vila Heloísa), reunia habitações para operários e colonos, equipamentos de uso coletivo, comércio e serviços; também dava acesso à grande área destinada às residências patronais. Além disso, servia para distribuição de demais vias e caminhos que interligavam a área à de outras colônias, ao campo de futebol e às fazendas próximas pertencentes à usina (CACHIONI, 2006).

Até a década de 1950, foram constituídos, em momentos distintos: armazém, açougue, farmácia, torrefação de café, fábrica de macarrão e pães, clube, corporação musical, cinema, ambulatório, centro de puericultura (creche), grupo escolar e a capela católica (BALLEIRAS, 2003).

Na área sede da usina, as habitações foram edificadas em vários momentos. As casas das vilas Heloísa e João de Barro foram cadastradas na Prefeitura Municipal de Piracicaba com a data de construção em 1925 (CACHIONI, 2006).



Segundo Balleiras (2003), acredita-se que os edifícios construídos no período da constituição do Engenho Central (final do século XIX) foram incorporados pelas ampliações sucessivas ocorridas no local. O padrão construtivo foi o tipológico fabril, cuja principal característica é o uso da alvenaria aparente que confere certa homogeneidade ao conjunto, embora em cada um dos edifícios seja possível percebermos a utilização de processos construtivos e tipologias distintas.



Figura 1: Usina Monte Alegre - Vista geral. Sem data. Arquivo Wilson Guidotti Jr.

As edificações remanescentes do núcleo fabril da Usina Monte Alegre apresentam características estilísticas comuns aos complexos fabris de seu período de construção, entre o final do século XIX e meados do século XX, que segue o modelo manchesteriano. A partir das décadas finais do século XIX é possível identificar no território brasileiro, por meio da arquitetura produzida por fábricas, a constituição de uma paisagem cultural típica do mundo industrial. Nesse período, as vilas operárias e núcleos fabris converteram-se em importantes expressões da transformação do Brasil em uma sociedade industrial. São identificadas duas tipologias de arquitetura industrial no Brasil, as quais serviram de modelo para a implantação de diversos núcleos fabris em São Paulo: a primeira foi a colonial brasileira (geralmente, fábricas fundadas no Império), com fachada semelhante à de uma casa grande de fazenda para pro-

dução de açúcar ou café; enquanto que a outra tipologia industrial tem referência na britânica manchesteriana (fábricas do século XX): com a fachada típica em alvenaria aparente, com estrutura sóbria e simetria de planos, e sistema moderno implantado (CACHIONI, 2013).

Alguns dos prédios remanescentes da área da antiga planta fabril foram edificadas até a década de 1950, tendo destaque os da 'Moenda' (anterior a 1930), do 'Vácuo', da 'Refinaria' e da 'Destilaria'. Os edifícios da 'Destilaria' e do 'Laboratório' destacavam-se pela sua verticalidade; e, de modo geral, os edifícios térreos e de até dois pavimentos abrigavam as seções de armazenamento (depósitos, almoxarifado, etc.) e as seções da carpintaria, cerâmica, mecânica, entre outros (BALLEIRAS, 2003).

Nas fachadas dos edifícios construídos entre o século XIX e a década de 1920, é comum observar elementos de inspiração neoclassicista: platibandas, cornijas, cimalthas e pilastras (às vezes revestidas em pedra ou com detalhes imitando pedra). Estes elementos 'decorativos' fazem parte da estrutura que se encontra rigorosamente modulada e foram distribuídos uniformemente, criando uma série de planos verticais onde se inseriam as aberturas. A partir de 1930, houve uma maior padronização, simplificação das formas e adoção de estilos correntes no período como, por exemplo, o art-déco e a arquitetura moderna. Nos exemplares art-déco, apareceram os elementos decorativos estilizados e geométricos, enquanto nos exemplares modernos, as formas geométricas despojadas (CACHIONI, 2006 apud BALLEIRAS, 2003).

Depois desse período, a modulação presente nos edifícios foi mantida, embora a utilização e disponibilidade de materiais 'novos' possibilitassem maior horizontalidade e dimensionamento das aberturas. Houve também uma simplificação formal nas construções dos armazéns e do novo escritório, erguido na década de 1950 (BALLEIRAS, 2003).





Figura 2: Monte Alegre - Vista aérea. Sem data. (Arquivo Wilson Guidotti Jr.)

Quanto às vilas operárias, a Vila Heloísa e Vila João de Barro foram habitadas, em sua maioria, pelos colonos italianos. Os materiais empregados nestas construções foram produzidos pela própria usina onde eram organizadas as seções responsáveis pela produção dos tijolos, telhas e esquadrias. Nas duas vilas é possível notar a soma da tradição paulista com a experiência trazida pelos imigrantes colonos, exemplificada na presença da alvenaria aparente como construção e ornamento e na disposição interna tradicional (BALLEIRAS, 2003, p. 17). A Vila Heloísa pode ser dividida em dois blocos: o comercial e de serviços, e o residencial com 33 casas. O primeiro bloco seguiu dois padrões: alvenaria aparente ou revestida. O primeiro é formado por diferentes edificações, onde foram instalados armazém, farmácia, biblioteca e clube. O segundo bloco, residencial, é formado por um conjunto de casas geminadas dispostas em fileira, com telhado único, acompanhando a leve sinuosidade da topografia, de frente para a Av. Com. Pedro Morganti (CACHIONI, 2006 apud BALLEIRAS, 2003).

Provavelmente a área residencial da Vila Heloísa seja remanescente da Fazenda Monte Alegre, conforme estudo iconográfico da aquarela de Miguel Arcanjo Benício Dutra, onde foram retratadas as edificações da fazenda (CACHIONI, 2013, p. 318).



Figura 3: Monte Alegre - Fazenda na margem esquerda do Rio Piracicaba - propriedade do Visconde deste nome. 1865. Miguel A. Benício Dutra (Bardi, 1980).

Edificada em alvenaria aparente, a Vila João de Barro tem como diferencial um porão utilizável sustentado por uma arcada, onde se empregava uma lavanderia comum, espaço este possibilitado pela topografia do local, que torna as casas térreas pela entrada principal e, praticamente, assobradadas nos fundos (BALLEIRAS, 2003).

Outras vilas também se inseriram neste antigo empreendimento, dentre as quais destacamos: Vila Joaninha, Vila Josefina e Vila Marisa. A Vila Joaninha, composta por 18 casas geminadas entre os dois lados da extensão da Avenida Joaninha Morganti, era habitada pelos trabalhadores que ocupavam os cargos mais importantes da Usina e por isso, possuía um padrão construtivo diferenciado. As oito casas da Vila Maria Helena são diferenciadas entre si, formando conjunto com o antigo centro de puericultura (creche), também construídos em alvenaria aparente e telhas francesas, semelhantes às casas da Vila Joaninha. No entanto, não são geminadas e foram edificadas de frente para a Praça Antonio Keller, com disposição em curva (CACHIONI, 2013). Na Vila Josefina, a maior remanescente, verificava-se a existência de 87 casas (originalmente), constituídas em um 'minibairro' com arruamento reticulado. Encontra-se nesta vila dois padrões construtivos: o vernacular e o geminado. O primeiro seguiu o padrão colonial, provavelmente remanescente de colônia de imigrantes

da Fazenda Monte Alegre. O segundo foi construído pela usina, com alpendre central protegendo a entrada, no alinhamento da calçada e em alvenaria revestida. Os habitantes da Vila Josefina eram funcionários e ex-funcionários da Usina e seus familiares. Por este e outros motivos, os imóveis foram sendo adquiridos pelos moradores, passando por reformas ou demolições para construção de novas edificações (CACHIONI, 2013).



Figuras 4 e 5: Vilas Heloisa e Joaquina (Arquivo DPH [Ipplap](#)).

Afastada das demais e constituída por dez casas geminadas, a Vila Marisa tem como características: entrada lateral pelo alpendre e padrão construtivo em alvenaria aparente. Existiam também outras vilas que, entre as décadas de 1970 e 1980 foram demolidas para ceder espaço à área canavial: a Borguesi, com sete casas; a Tamoio, com 28 casas; a Retiro com 16 casas; a Bate-Pau com 22 casas; a Odila com 36 casas; a Liliane, com 11 casas; e a Marco Ometto com 14 casas (CACHIONI, 2006).

A área patronal é um dos últimos remanescentes representativos da antiga Fazenda Monte Alegre, onde ainda é possível reconhecer parcialmente como se dava a paisagem de épocas remotas, quando havia um maciço arbóreo que foi substituído por canaviais, os quais por sua vez, cederam algum lugar para a edificação das colônias; transformações que podem ser mais facilmente compreendidas, a partir deste espaço. Anteriormente ocupada pela família Morganti, esta é uma extensa área verde, onde também se forma um lago. Duas amplas residências estão construídas na área, sendo uma delas, a primeira ocupada pela referida família, edificada com

elementos do Ecletismo. O casarão principal foi construído em duas partes, ligados por uma passarela cercada por um jardim de inverno. É possível que as antigas estruturas da sede original da Fazenda Monte Alegre tenham sido aproveitadas na reforma (CACHIONI, 2006).

Alguns edifícios do núcleo fabril adquiriram destaque pela sua composição arquitetônica e forma de implantação, como os do Grupo Escolar, inaugurado em 21 de janeiro de 1924 e, da Capela de São Pedro, benzida em 1937. O prédio das Escolas Reunidas ou 'Grupo Escolar de Monte Alegre', construído por iniciativa particular da família Morganti para atender aos filhos dos funcionários foi oferecido à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo para a implantação de uma escola, que funcionou até meados da década de 1990, quando foi desativada pela reforma do ensino paulista. A escola era bastante conceituada pelas autoridades no período de sucesso da usina, sendo que no início da década de 1940 havia cerca de 370 crianças matriculadas moradoras do núcleo fabril e das áreas vizinhas. Este edifício destaca-se ainda pelo tratamento paisagístico, sendo sua entrada principal marcada por uma aleia de palmeiras imperiais e um amplo jardim frontal (BAL-LEIRAS, 2003).

A Capela de São Pedro também foi edificada por iniciativa de Pedro Morganti, para atender aos colonos italianos católicos que trabalhavam e moravam no bairro. Para tanto, contratou o engenheiro italiano Antonio Ambroste, que residia em São Paulo, para construí-la. Segundo Cachioni (2002), Ambroste chegou a acompanhar as obras, mas faleceu em São Paulo, durante a construção. A execução da obra foi realizada pelos operários da usina. O diferencial da obra foi a decoração do interior, de autoria de Alfredo Volpi. O pintor de origem italiana teria se inspirado em duas frases do latim para criar os quadros que cobrem suas paredes e o teto. As paredes têm como tema: a hóstia, o amanhecer (representado por um galo), o símbolo papal, as chaves de São Pedro, o Divino Espírito Santo e a Aleluia. Na cúpula, foram ilustrados os quatro apóstolos, Mateus, Marcos, Lucas e João (FOLHA DE S. PAU-



LO, 30/01/1991 apud CACHIONI, 2002). Os trabalhos duraram seis meses, entre 1937 e 1938, com a colaboração dos reconhecidos pintores Aldorigo Marchetti e Mário Zanini.



Figuras 6 e 7: Capela de São Pedro e Escola Marquês de Monte Alegre (Arquivo DPH Ipplap).

A licença para benção da Capela - que nunca pertenceu à Diocese - foi concedida, em 4 de janeiro de 1937, por Dom Francisco de Campos Barreto, Bispo de Campinas (CACHIONI, 2002). Como destaca Balleiras (2003), a área escolhida para sua implantação é um dos pontos mais altos da área sede, de onde se podia avistar boa parte do núcleo fabril. Já, a área da capela possui um largo projetado pelo Prof. Philippe Westin Cabral de Vasconcellos, onde se reuniam os fiéis, e com um edifício anexo reservado para as atividades paroquiais. A partir da década de 1940, foi criado um acesso, todo pavimentado em tijolos, o qual segue de uma praça onde estava instalado o Monumento do Com. Pedro Morganti, próximo ao nicho onde estava erguido o Monumento à Dona Joaninha Morganti, os dois de autoria de Ottone Zorlini. Estes monumentos foram furtados em 2008 e jamais recuperados.

O núcleo fabril da Usina Monte Alegre teve sua constituição e desenvolvimento vinculados à realidade da agroindústria canavieira, principalmente, no que concerne às formas de relações de trabalho estabelecidas.

PROCESSOS DE VALORIZAÇÃO TURÍSTICO CULTURAL DO BAIRRO MONTE ALEGRE

No início da década de 1990, a Coordenadoria da Ação Cultural de Piracicaba (atual Semac), promoveu um seminário para discutir a história do Bairro Monte Alegre e pensar ações para sua revitalização, com a proposta de manter algumas características culturais do local. A partir desta motivação, foi iniciado um movimento pelos moradores que, em contato com a Coordenadoria de Ação Cultural da Prefeitura Municipal de Piracicaba e a Universidade Metodista de Piracicaba - Unimep, começaram a discutir a transformação da função social do lugar, desde a desativação

da usina, e medidas para a sua recuperação física e simbólica (TERCI, 1991, p. 297-298).

A primeira ação valorativa institucional foi realizada pela decretação do tombamento da Capela de São Pedro, em 03 de julho de 1991. Em 2003, o ato foi rerratificado e houve a inclusão da área envoltória.

O Centro Comunitário Monte Alegre (1988), em 28 de dezembro de 1994, apresentou ao Prefeito Antonio Carlos de Mendes Thame três planos de trabalho e algumas propostas. Dentre as sugestões estavam: recuperação e reativação do lago com implantação de área de lazer; reforma do estádio Pedro Morganti; recuperação e utilização futura da área em que funcionou a Creche Tagarela, onde poderia instalar-se o Centro Comunitário, Posto de Saúde, Museu, Biblioteca, etc.; construção de uma calçada na Avenida Com. Pedro Morganti, na extensão do lago; asfaltamento da parte alta do Bairro; entre outras. No ano seguinte, foi sugerido que, com incentivo da iniciativa privada, funcionassem naquela área: bares, restaurantes, lojas de souvenir, centro e museu do folclore, etc.



O segundo movimento em direção à valorização desta localidade foi realizado também por incentivo dos moradores, via Centro Comunitário Monte Alegre (1988), que solicitaram medidas referentes ao tombamento do bairro. O processo foi aberto pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba - Codepac, em abril de 1995. O tombamento municipal da 'Colônia do Bairro Monte Alegre, constituído pelo conjunto de casas geminadas construídas no início do século XX - Vila Heloísa e João de Barro', foi realizado pelo Decreto 9.516/01. No mesmo ano, foi aberto o processo de tombamento do Bairro Monte Alegre incluindo a antiga Usina e as demais edificações. Em 2002, pelo Decreto 9.755, foi tombada a Escola Marquês de Monte Alegre. Já a antiga área patronal (Palacete Morganti e área envoltória) e a Vila Marisa, foram objetos de processos abertos em 2004.

No âmbito da das discussões da Agenda 21 da cidade, coordenada pela ONG 'Piracicaba 2010', a direção da antiga fábrica de papéis da Votorantim - VCP se comprometeu a reunir representantes de secretarias e autarquias municipais em conjunto com instituições de ensino e moradores do bairro para discutir propostas de melhorias para o Monte Alegre, verificando as possibilidades de resolução dos problemas mais imediatos. Houve diversas reuniões em assembleia e também entre os grupos de trabalho temáticos, entretanto, apesar de muitas propostas apresentadas, a VCP em decisão unilateral, deixou de convocar e sediar as reuniões e o grupo acabou por se dissolver, sem efetivar qualquer assunto discutido.

No âmbito da Agenda 21, coordenada pela então 'Piracicaba 2010', a direção da antiga fábrica de papéis da VCP se comprometeu a reunir representantes de secretarias e autarquias municipais em conjunto com instituições de ensino e moradores do bairro para discutir propostas de melhoria para o Monte Alegre. Houve diversas reuniões em assembleia e também entre os grupos de trabalho temáticos. Entretanto, apesar de muitas propostas apresentadas, a VCP, em decisão unilateral, deixou de convocar e sediar as reuniões. Em decorrência, os grupos foram dissolvidos sem efetivar qualquer

assunto discutido.

Em reunião de 08 de agosto de 2006, o Grupo de Trabalho 'Cultura, Patrimônio, Turismo e Lazer', a partir do tema 'Cultura e Patrimônio', apresentou sugestões para intervenção no Bairro Monte Alegre. Na ocasião, os presentes eram: Marcelo Cachioni, Teresa Blasco, Wilson Guidotti Jr. e André Heise. Dentre as propostas apresentadas estavam: a criação e montagem do 'Memorial do Bairro Monte Alegre'; a definição do local de instalação para a reunião de acervo (documentos, fotos, filmes, coleção do UMA, coleção do Monte Belo) - digitalização do acervo em parceria com a Semac e o Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba - IHGP; Projeto de história oral com moradores e ex-moradores do Bairro a ser oferecido aos pesquisadores do Centro de Memória da Unicamp e do Museu da Pessoa; disseminação do conceito de 'Centro Histórico' do Bairro Monte Alegre para as áreas das colônias e da Usina Monte Alegre; concretização de projetos de recuperação para as Vilas João de Barro e Heloísa; trabalho de conscientização com os moradores do bairro com relação à preservação dos imóveis, por meio de reunião com os moradores e divulgação de uma cartilha e manual específico para o Monte Alegre a ser distribuído à população.

Sobre as ações direcionadas ao turismo estavam em pauta: inserção da Festa de São Pedro no calendário oficial de eventos da cidade de Piracicaba (29 de junho); os novos usos propostos para as edificações do Centro Histórico do Monte Alegre deverão se adaptar aos mesmos, respeitando a arquitetura original e a paisagem tradicional do bairro; verificação de público alvo interessado em turismo cultural e de conhecimento.

Com relação aos usos sugeridos aos lugares, foram apresentadas as propostas: Vila Heloísa - pousada na área residencial e comércio e serviços na antiga área de mesma destinação; Usina - centro gastronômico baseado em praça de alimentação e entretenimento difundido em shoppings; Área patronal - instalação de um spa, preservando as edificações e área verde. Em considerações gerais, o Grupo apresentou que deveria ser respeitada a harmonia ambiental e paisagística de forma que



o potencial turístico fosse efetivado e pudesse atrair a demanda de turismo cultural e de conhecimento. No ano de 2012, em função da necessidade de melhor instrumentalização técnica para arbitrar sobre as intervenções propostas para o bairro, o Codepac contratou um diagnóstico técnico, apresentado em 06 de julho de 2012. O diagnóstico mostrou algumas características do bairro, os processos de valorização, levantamentos arquitetônico, imagens dos bens e sugestões para o tratamento da área. As recomendações para o tratamento do bairro foram acompanhadas de um mapa que explicitou os níveis de tombamento, conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 171/2005. Mediante as indicações presentes neste mapa, deveriam ficar sobre proteção prioritária (P1 e P2): a Capela de São Pedro e área envoltória; Vila Heloísa; Vila João de Barro; alguns imóveis da Vila Joaninha; Vila Marisa, Vila Maria Helena; Escola Marquês de Monte Alegre e Casarão Morganti (área patronal). Conforme o Art. 11., nos prédios de categoria P1 e P2 deverão:

I - ser utilizados somente materiais que não descaracterizem o padrão arquitetônico a ser preservado;

II - manter-se preservado seus ornamentos, esquadria, telhas e trabalhos em ferro, preservando assim, a técnica original de construção;

III - manter-se as aberturas originais, sendo vedado emparedar ou criar falsas aberturas;

IV - usar as cores tradicionais das edificações, dando preferência aos tons pastéis;

V - manter-se a mesma forma, divisão de águas e inclinação dos telhados, e os mesmos tipos de beirais ou platibandas;

VI - utilizar-se de réplicas de peças originais que estiverem faltando no conjunto.

Parágrafo único: Se os imóveis das categorias P1 e P2 sofrerem modificações não aprovadas, poderá ser exigida sua restauração da maneira que mais se assemelhe à forma original, ou sua adaptação as condições atuais da área, poden-

do esta exigência se aplicar aos imóveis como um todo, como também a parte deste (PIRACICABA, 2005).

Sob a proteção do nível de tombamento P3, o diagnóstico aponta que estariam inclusos os imóveis da Vila Josefina, alguns bens da Vila Joaninha e bens constantes na Av. Comendador Pedro Morganti, tais como: Usina Monte Alegre e Centro Comunitário. Com referência à Lei Complementar nº 171/2005 verifica-se:

Art. 12. Os projetos de categoria P3 deverão se harmonizar com a arquitetura do conjunto formado pelas edificações vizinhas, respeitando as características de volume e altura, da cobertura e prolongamento de telhados, da forma, divisão e proporção das aberturas exteriores, da composição, cores, revestimento das fachadas. [...]

Art. 14. Nos prédios da categoria P3, as diretrizes desta seção não deverão não deverão inibir uma concepção arquitetônica contemporânea (PIRACICABA, 2005).

O mencionado estudo passou a balizar as análises do Codepac referentes às propostas de ações direcionadas aos bens desta localidade. No entanto, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo -Condepheet, em Sessão Ordinária de 20 de maio de 2013, decidiu pela abertura de estudo de tombamento da Usina Monte Alegre e perímetro estabelecido em mapa anexo. Conforme descrito, a área foco de estudo compreende:

- Todos os remanescentes da Usina Monte alegre, demais edificações e espaços internos e externos das mesmas, que estão inseridos no perímetro delimitado pelo Rio Piracicaba (a noroeste), lotes atuais da Fábrica de Papel e Celulose Fibria ou Votorantim Celulose e Papel (a oeste), pela Via Comendador Pedro Morganti (ao sul), e Anel Viário (a leste), - As antigas



casas patronais da família Morganti, incluindo seus interiores e os lotes nos quais estão localizadas;

- Capela São Pedro de Monte Alegre, incluindo o seu interior e o lote no qual está inserida;

- Prédio do antigo Grupo Escolar 'Marquês de Monte Alegre', e o lote no qual está inserido;

- Antigo campo de futebol, utilizado pelo União Monte Alegre Clube e demais funcionários e/ou moradores do Bairro Monte Alegre;

- Antigas vilas dos colonos operários da Usina Monte Alegre, a saber: Vila Marisa, Vila João de Barro, Vila Renata, Vila Maria Helena, Vila Joaninha, Vila Josefina e Vila Heloísa;

- Todos os arquivos e documentos referentes às atividades da Usina Monte Alegre armazenados nas instalações do complexo usineiro (DOE, 27/06/2013. Seção I, p. 58).

Pelos artigos 142 e 146 do Decreto 13.426/79, todos os itens foco da abertura do processo de tombamento deverão ter assegurada a sua preservação, ficando vedado de qualquer intervenção sem a prévia autorização do Condepheet. Deste modo, qualquer intervenção sobre um bem que não tiver análise e aprovação do conselho estadual estará sujeita a sanções penais, conforme previsto pela Lei 10.774, de 01 de março de 2001; regulamentada pelo Decreto Estadual nº. 48.439, de 21 de dezembro de 2004.

Por meio das obrigatoriedades apresentadas pelo Condepheet, todas as ações direcionadas aos bens dessa área passaram, portanto, a seguir os critérios sugeridos pela lei preservacionista estadual, inviabilizando a análise valorativa do diagnóstico técnico utilizado pelo órgão preservacionista municipal.

O enquadramento de alguns bens e vilas no grau de proteção 3 (P3), passou a estar contraditório às obrigatoriedades de preservação apresentadas pelo órgão preservacionista estadual e às características residenciais próprias do bairro. Pela realidade atual, torna-se necessária a realização de novos estudos que possam dialogar com as restrições impostas em âmbito esta-

dual e com conceitos de patrimônio mais abrangentes. Por meio da presente análise foi possível identificar que a principal questão que ainda incide sobre o Bairro é a da harmonização entre as ações preservacionistas/conservacionistas e os projetos de intervenção. Este ponto foi abordado na revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento, que teve a preocupação de pensar instrumentos para fundamentar estudos, projetos e ações. Deste modo, acredita-se que deve ser realizado um Plano de Gestão e Zeladoria para o local, instrumento que melhor especificará as possibilidades de usos e intervenções compatíveis para a área pelo critério metodológico da paisagem cultural, tendo como recurso a legislação preservacionista mais restritiva. Além, disso revelou-se fundamental lançar discussões sobre o desenvolvimento de algumas ações: projeto piloto de intervenção; montagem de Oficina Escola de conservação e restauro; programa de Educação Patrimonial com material didático do Iphan; realização de estudos para criação de um Centro de Documentação e Informação, Centro Cultural e/ou Memorial do bairro; desenvolvimento, por meio de parceria, de cursos básicos de qualificação de mão de obra para aplicação em atividades turísticas; incentivo a implantação de novos empreendimentos; apoio a empreendimentos já instalados; fortalecimento do comércio e da prestação de serviço local; fortalecimento da identidade comunitária; fortalecimento do turismo; entre outras.

O novo empresariado local, que adquiriu parte dos bens tombados e em processo de tombamento, tem investido esforços pontuais para a recuperação patrimonial e econômica do SHU Monte Alegre. O prédio da antiga escola, após sediar uma entidade educacional filantrópica que promoveu a restauração dos imóveis, foi adquirido e readaptado para o funcionamento de um cento de eventos; a Vila Heloísa, recentemente, sediou uma mostra de arquitetura, para a qual foram recuperados ou reciclados vários dos imóveis integrantes do conjunto, com o reestabelecimento de esquadrias e cores próximas das originais. A ação teve o objetivo de ser um ponto de partida para a recuperação dos remanescentes da antiga usina com o fim de estabelecimen-



to de novas atividades econômicas, que devem trazer investimentos da iniciativa privada para a recuperação do conjunto histórico, e consequentemente contribuir com a gestão e a zeladoria do patrimônio cultural do bairro.

Por fim, na revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento, os técnicos do Ipplap, após a realização de audiências públicas com os moradores e empreendedores do bairro, considerando também o resultado do presente estudo, definiram diretrizes para a criação de uma Zona Especial de Zeladoria do Sítio Histórico Urbano Monte Alegre, como as seguintes diretrizes gerais, as quais também devem incidir em outras zonas do município:

I - contribuir para a construção da cidadania cultural no Município de Piracicaba;

II - garantir a inclusão cultural da população de baixa renda;

III - compatibilizar o desenvolvimento sócio-econômico-espacial com a identidade cultural;

IV - estimular e preservar a diversidade cultural existente no Município;

V - garantir a proteção e preservação do Rio Piracicaba como patrimônio cultural do Município;

VI - valorizar e estimular o uso, a zeladoria, a conservação e a restauração do patrimônio cultural e arquitetônico;

VII - garantir usos compatíveis para as edificações que façam parte do patrimônio arquitetônico do Município (IPPLAP, 2016).

Para realização dessas diretrizes, a política de zeladoria do patrimônio e da paisagem cultural municipal deverá adotar as seguintes ações estratégicas:

I - garantir a participação da comunidade na política de zeladoria do patrimônio e da paisagem cultural do Município;

II - desenvolver, estimular e consolidar o potencial turístico da área central da cidade, da Rua

do Porto, do Bairro Monte Alegre e das margens do Rio Piracicaba, de forma compatível com a preservação de seu patrimônio histórico e socioambiental;

III - assegurar e ampliar as ações de fiscalização do patrimônio edificado, tombado ou com potencial para preservação;

IV - criar programas especiais de educação patrimonial;

V - garantir a continuidade do IPAC - Inventário do Patrimônio Cultural, como também estabelecer procedimentos para sua atualização e utilização (Ipplap, 2016).

Para a realização das diretrizes e ações estratégicas da política de zeladoria do patrimônio e da paisagem cultural municipal deverão ser aplicados, dentre outros, os seguintes instrumentos:

I- Inventário dos imóveis de interesse histórico e cultural;

II- Tombamento, registro de patrimônio imaterial e/ou chancela da paisagem cultural;

III- Transferência do direito de construir;

IV- Direito de preempção;

V- Direito de superfície;

VI- Consórcio imobiliário;

VII- Operação urbana consorciada;

VIII- Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).

IX- Fundo local de zeladoria;

X- Comitê local de gestão da zeladoria;

XI- Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Cultural;

XII- Conselho Municipal de Cultura;

XIII- Conferência Municipal de Cultura;

XIV- Fóruns de Cultura;

XV- Fundo de Apoio à Cultura (FAC) (IPPLAP, 2016).

A Zona Especial de Zeladoria do Sítio Histórico Urbano Monte Alegre terá os seguintes objetivos:



- I- Elaborar projeto piloto de intervenção geral;*
- II- Elaborar projetos de intervenção de acordo com as especificidades de cada trecho;*
- III- Implantar uma Oficina Escola de conservação e restauro, direcionada para formação profissional de jovens;*
- IV- Elaborar e implantar programas de Educação Patrimonial junto aos moradores do local;*
- V- Criar Centro de Documentação e Informação, Centro Cultural e/ou Memorial do bairro;*
- VI- Incentivar a implantação de novos empreendimentos, inclusive indústrias verdes, que visem à geração de emprego e renda e a zeladoria;*
- VII- Fortalecer identidade cultural e comunitária;*
- VIII- Fortalecer comércio e prestação de serviço local, visando intensificar atividades turísticas, gastronômicas e de lazer;*
- IX- Desenvolver, por meio de parceria, cursos de qualificação de mão de obra para aplicação em atividades turísticas, gastronômicas e de lazer;*
- X- Promover o desenvolvimento sócio-econômico-espacial;*
- XI- Criar política de desenvolvimento sócio-econômico-espacial que permitam a preservação e manutenção da Zona (IPPLAP, 2016).*

Para o cumprimento das diretrizes e dos objetivos, deve haver intensa colaboração entre o poder público e a sociedade civil organizada, para a definição dos agentes que deverão realizar a gestão e também a zeladoria do SHU, com a tarefa de preservar, recuperar e requalificar, valorizar, individualmente ou em conjunto, em referência à identidade, à ação ou à memória dos diferentes grupos da sociedade que lá residem, trabalham ou mesmo visitam em atividades turístico-culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A iniciativa de empresários locais tem trazido pontualmente a recuperação de alguns conjuntos edificados, sendo que o sucesso de tais empreendimentos poderá contribuir com a preservação do cenário das diversas formas de paisagens culturais localizadas no complexo urbano do SHU Monte Alegre e também com a revalorização do passado e as referências da memória, impondo à sociedade um novo reconhecimento de sua própria história. A garantia da preservação deste núcleo urbano é base fundamental para a consolidação do turismo no local, pois como depositário de patrimônios históricos e referências culturais, esta área poderá passar a constituir um dispositivo para o desenvolvimento econômico, social e cultural da cidade, devido principalmente ao seu potencial turístico.

No caso em análise, é preciso um processo de amadurecimento do conceito de paisagem cultural para que sua inserção como base metodológica de um plano de gestão, seja assimilada. O estabelecimento de uma chance-la, neste caso, não se configura uma medida efetiva, se não houver intensa fiscalização aliada ao planejamento das ações. A aplicação da base teórico-conceitual da 'paisagem cultural' à gestão foi a principal contribuição deste trabalho que, pelo processo de reavaliação da área e elaboração de Plano de Gestão e Zeladoria, teve como enfoque não somente a valorização e proteção, mas a construção de subsídios para a conservação integrada por meio do diálogo entre a preservação, planejamento e transformação/desenvolvimento. Nesse sentido, os aportes da experiência relatada tiveram como pressuposto a análise dos processos de transformação de uma área valorizada como bem patrimonial e os elementos necessários para o seu constante gerenciamento para o desenvolvimento de atividades turístico-culturais que devem estabelecer também uma nova sustentação econômica para a sobrevivência do SHU Monte Alegre.



BIBLIOGRAFIA

CACHIONI, Marcelo. Monte Alegre. Subsídios para o processo de Tombamento. Piracicaba: DPH Ipplap, 2004.

_____. O papel pioneiro de Piracicaba na construção fabril na província de São Paulo. In: Colóquio Latino-americano sobre Preservação e Recuperação do Patrimônio Industrial. São Paulo: TICCIH, 2012a.

CAMPAGNOL, Gabriela. Assentamentos agroindustriais: o espaço da habitação em usinas de açúcar da região de Piracicaba. Dissertação (Mestrado). EESC USP, 2003.

ELIAS NETTO, Cecílio. Memorial de Piracicaba. Almanaque 2002-2003. Piracicaba: IHGP, 2002-2003.

FOLHA de S. Paulo. Capela tem decoração de Volpi. (Periódico). São Paulo, 30/01/1991.

IPPLAP. Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento. Piracicaba: Ipplap, 2016.

PERES, Maria Thereza Miguel. O colono de cana na modernização da Usina Monte Alegre: Piracicaba (1930-1950). Dissertação (Mestrado em História). PUC São Paulo, São Paulo, 2010.

PIRACICABA (2006). Lei Complementar nº 186, de 10 de outubro de 2006. Aprova o Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Piracicaba, cria o Conselho da Cidade, revoga a Lei Complementar nº 46/05 e suas alterações e dá outras providências. Prefeitura de Piracicaba.

TERCI, Eliana Tadeu. A Agroindústria Canavieira de Piracicaba: Relações de Trabalho e Controle Social 1880 a 1930. Dissertação (Mestrado). São Paulo: PUC São Paulo, 1991.



Traços de história urbana em letras caligráficas: uma escola de caligrafia em uma edificação neocolonial, reflexões sobre a transformação urbana da Água Branca

Milene Oliveira de Souza
Universidade Federal de São Paulo

RESUMO

A presente pesquisa de Iniciação Científica objetivou analisar a transformação urbana e arquitetônica no bairro da Água Branca a partir do estudo de um remanescente arquitetônico: a casa da família De Franco, uma das poucas construções da década de 1920 que conseguiu se manter até os dias atuais, sede de uma escola de caligrafia em funcionamento desde a década de 1970. A partir da análise desse caso pontual, o intuito central foi evidenciar essa edificação como um foco de resistência no tecido urbano atual; tanto em sua permanência física (um exemplar de arquitetura neocolonial), como na manutenção de uma função praticamente extinta diante da informatização e das mídias digitais (o ensino da caligrafia).

Palavras-chave: Água Branca; Neocolonial, Patrimônio Edificado

ABSTRACT

This Undergraduate Research study aimed to analyze the urban and architectural transformation in Água Branca district by studying an architectural remnant: the house of the De Franco family, one of the few buildings of the 1920s that remained preserved until nowadays, which was the headquarters of a calligraphy school in operation since the 1970s. Based on the analysis of this specific case, the central aim was to demonstrate this building as a focus of resistance in the current urban fabric, both in its physical permanence (an example of neocolonial architecture) and in maintaining an almost extinct function within the context of computerization and digital media (the calligraphy education).

Keywords: Água Branca; Neocolonial, Built Heritage



A cidade de São Paulo se desenvolveu e se transformou em grande velocidade, sobretudo após a chegada das linhas ferroviárias em meados do século XIX. Desde então, ocorreram sucessivas sobreposições de etapas construtivas, fazendo com que a cidade tivesse diferentes identidades visuais e memoriais. Ao longo dos anos, a verticalização e o adensamento urbano acabaram transformando a paisagem de bairros historicamente ocupados por residências e construções de até dois pavimentos. Essas transformações não apagaram somente registros visuais e materiais, como a destruição de edifícios do passado e sua substituição por outros modelos, mas também causaram a expulsão de antigas funções que esses locais abrigavam, registros históricos das formas de uso dos espaços urbanos em outros tempos.

A Escola de Caligrafia De Franco é um caso interessante para observarmos esse processo. A escola se situa no bairro da Água Branca, um bairro que surgiu, no século XIX através do loteamento do antigo sítio de propriedade do Barão de Iguape (BRUNELLI, 2006: 20), que abrangia também o que hoje é parte dos bairros da Casa Verde, Freguesia do Ó e Barra Funda.

A ocupação mais intensa do bairro está ligada principalmente à construção das estradas de ferro, em meados do século XIX, e à implantação de suas estações que atraíam novos usos e fluxos à região, como a inauguração da Estação Barra Funda da Estrada de Ferro Sorocabana, que integrou o primeiro trecho da linha e era utilizada como via de escoamento da produção cafeeira e dos produtos transportados entre o porto de Santos e o interior.

A proximidade com os trilhos ferroviários fez com que a área atraísse muitas fábricas, tornando-se um bairro basicamente industrial. O bairro era habitado principalmente por imigrantes italianos, que trabalhavam tanto nas áreas ligadas à ferrovia, como nas indústrias de grande porte e pequeno porte. No início dos anos 1980, quase não haviam mais indústrias na região e muitas das casas foram substituídas por edifícios comerciais e até mesmo shoppings centers.

É neste cenário de transformações que se encontra a

casa e a Escola de Caligrafia da família De Franco. A casa é de arquitetura neocolonial, com traços importados do Estilo Missões norte-americano, sendo uma das únicas casas de uma antiga rua residencial, hoje transformada em avenida, com predomínio do uso comercial. Situada em frente ao Parque da Água Branca, a casa foi construída entre as décadas de 1920 e 1930. Os sobrados ao seu redor, aos poucos, foram sendo demolidos, cedendo espaço para construções comerciais. Atualmente, ao seu redor encontram-se o Parque da Água Branca, a estação de trem, metrô e rodoviária da Barra Funda, dois grandes estacionamentos, uma grande faculdade e algumas agências bancárias.

Os objetivos específicos foram analisar o desenvolvimento da área no entorno da casa da família De Franco, identificando as transformações urbanas e arquitetônicas do bairro da Água Branca, além de identificar, se possível, informações sobre a construção do edifício, como o nome do arquiteto projetista e outros documentos sobre a obra. O intuito foi compreender a trajetória do edifício e como ele se manteve praticamente inalterado ao longo do tempo; assim como analisar a relação desse remanescente arquitetônico com o tecido urbano em diferentes momentos históricos. Um último objetivo foi tentar registrar a história a escola de caligrafia e analisar como, através da manutenção do ensino de uma atividade praticamente obsoleta, o edifício se torna uma importante fonte documental sobre o bairro e as funções ali abrigadas.

A metodologia adotada durante a pesquisa seguiu duas vertentes: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de fontes primárias. Durante a pesquisa bibliográfica, foram levantados textos que tratassem da história geral da cidade de São Paulo, como a obra “Histórias e Tradições da cidade de São Paulo” de Ernani Silva Bruno, entre outros, assim como textos mais específicos sobre o bairro da Água Branca e seu entorno, como a dissertação de mestrado “Fragmentação do espaço da/cidade de São Paulo: espacialidades diversas do bairro da Água Branca”, de Aluísio Ramos. Foram levantados também textos que tratassem da arquitetura vigente em São Paulo no início do século XX, com foco nos estu-

dos sobre a arquitetura Neocolonial, como o livro “Neocolonial, Modernismo e Preservação do Patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil” de Maria Lucia Bressan Pinheiro, além de textos mais específicos sobre o Estilo Missões, como a obra “Arquitetando a ‘Boa Vizinhança: arquitetura, cidade e cultura nas relações Brasil-Estados Unidos, 1876-1945” de Fernando Atique.

Já a pesquisa de fontes primárias contou com a consulta a mapas históricos e atuais da cidade de São Paulo, busca de dados sobre a construção do edifício no acervo da Divisão Municipal de Processos e em subprefeituras, além de entrevistas com os integrantes da família De Franco. Na consulta a essas fontes documentais, buscamos mapear a trajetória dos usos da casa e da manutenção do ensino da caligrafia. Com relação à arquitetura do edifício, realizamos uma busca de projetos arquitetônicos similares publicados em revistas da época, como a revista “A Casa” que trazia modelos de edificações no Estilo Missões. Sobre o uso que a casa abriga desde a década de 1970 foram realizadas buscas por reportagens sobre a escola, bem como anúncios de divulgação e fotografias, no acervo dos jornais como O Estado de São Paulo.

RESULTADOS

Na tentativa de identificar a casa e escola da família De Franco como um foco de resistência tanto física, como imaterial, vimos abrir um leque de temas que permeiam essa questão principal. A partir da localização do objeto em estudo foi possível investigar e compreender a formação do bairro da Água Branca e como ele se relaciona com seu entorno, além de identificar, através do estudo de plantas históricas da cidade de São Paulo, o período aproximado de edificação da casa.

Saindo do âmbito urbanístico, pôde-se identificar as inspirações das formas arquitetônicas ali empregadas, podendo também se traçar, brevemente, o surgimento, história e desenvolvimento dessas inspirações do Estilo Neocolonial e do pouco estudado Estilo Missões, fazendo-se também paralelos com modelos de edifica-

ções dentro destes estilos arquitetônicos, ressaltando suas semelhanças.

Em um terceiro momento pôde-se obter uma compreensão, de certa forma limitada pela ausência de documentos, sobre a história do ensino da Caligrafia pela família e de informações tais como quem iniciou o ensino e quando e como se deu a manutenção dessa prática. A partir dessas informações foi possível perceber a importância da Escola nas décadas passadas, principalmente através do número de reportagens sobre a escola e também pelas notas feitas sobre a obra “Método de caligrafia ‘De Franco’: ‘Sempre é tempo...’ tecnologia caligráfica” de Antônio De Franco e das medalhas nacionais e internacionais que o mesmo recebeu.

A presente pesquisa acabou por se debruçar mais sobre questões urbanísticas e arquitetônicas, do que sociais e imateriais, mas traz à tona a importância patrimonial de arquiteturas de pequenas dimensões e de origem popular, infelizmente ainda pouco estudadas e valorizadas. Essa breve investigação abre caminho para reflexões sobre a permanência material e imaterial de edifícios dessa natureza, que em tempos não muito distantes eram numerosos em diversos bairros e que agora vem se tornando exceções, frente às transformações urbanas intensas das últimas décadas. Se essas edificações eram numerosas no passado e desenhavam paisagens urbanas em todos os cantos da cidade, o conhecimento das condicionantes envolvidas em sua produção e difusão não é um mero detalhe na história da arquitetura e da formação urbana de São Paulo. Pelo contrário, trata-se de trazer a luz, antes que desapareçam por completo, a importância documental, estética e social de arquiteturas cotidianas que retratam a participação de diferentes agentes na formação de nossa cidade, abrigo de usos e funções que moldavam diferentes formas de vivenciar os espaços urbanos.



BIBLIOGRAFIA

ATIQUE, Fernando. Arquitetando a “Boa Vizinhança”: arquitetura, cidade e cultura nas relações Brasil-Estados Unidos, 1876-1945. Campinas: Pontes / FAPESP, 2010

BRUNAD, Yves. Arquitetura Contemporânea no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1991.

BRUNELLI, Aidelli S. Urbani. Barra Funda. Série História dos Bairros de São Paulo. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 2006.

BRUNO, Ernani Silva. Histórias e Tradições da cidade de São Paulo (3 vols.). São Paulo: Hucitec, 1984.

FRANCO, Antônio De. Método de caligrafia “De franco”: Sempre e tempo...” tecnologia caligráfica. São Paulo: Oficina Reis, 1953.

HIKIJ, Rose Satiko Gitirana; SILVA, Adriana de Oliveira (orgs.). Bixiga em artes e ofícios. São Paulo: EDUSP, 2014.

KESSEL, Carlos. Arquitetura neocolonial no Brasil: entre o pastiche e a modernidade. Rio de Janeiro: Jauá, 2008.

LANGENBUCH, Juergen Richard. A Estruturação da Grande São Paulo. Estudo de geografia urbana. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1971.

PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. Neocolonial, Modernismo e Preservação do Patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil. São Paulo: Edusp, 2011.

RAMOS, Aluísio Wellichan. A cidade como negócio: aspectos da atuação do setor imobiliário e da relação público-privado na Barra Funda e na Água Branca (Município de São Paulo). Tese de Doutorado (Geografia). São Paulo: FFLCH, 2006.

SEGAWA, Hugo. Arquiteturas no Brasil: 1900-1990. [3. ed.]. São Paulo: EDUSP, 2010.

SILVA, Joana Mello. Ricardo Severo: da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2007.

JORNAIS

O Estado de São Paulo, várias edições, 1940-2015.

BIBLIOTECAS E INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

Biblioteca Brito Broca

Biblioteca da EFLCH-UNIFESP

Biblioteca da FAU-USP

Biblioteca da FFLCH-USP

Biblioteca da POLI-USP

Biblioteca Mário de Andrade

Divisão Municipal de Processos

FONTES CARTOGRÁFICAS CONSULTADAS

1810: Planta Imperial da Cidade de São Paulo, por Rufino José Felizardo e Costa, 1810.

1841: Planta da Cidade de São Paulo, por C. A. Bresser, 1841.

1844: Mapa da Cidade de São Paulo e seus subúrbios, por Manoel da Fonseca Lima e Silva, 1844.

1881: Planta da Cidade de São Paulo levantada pela Companhia Cantareira de Esgotos em 1881, Henry B. Joyner.

1890: Planta da capital do estado de São Paulo e seus arrabaldes desenhada e publicada por Jules Martin, 1890.

1895: Planta da Cidade de São Paulo em 1895. Edictor Hugo Bonvicini.

1897: Planta Geral da Capital de São Paulo, por Gomes Cardim, 1897.

1905: Planta Geral da Cidade de São Paulo 1905. Engenheiros Alexandre Mariano Cococi e Luiz Fructuoso e Costa. Comissão Geográfica e Geológica.

1913: Planta da Cidade de São Paulo. Propriedade da Companhia Litographica Hartimann-Reichenbach.

1916: Planta da Cidade de São Paulo. Directoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal.

1930: Mapa Topographico do Município de São Paulo – SARA Brasil, 1930 (escala 1:5000).



A inter-relação entre planejamento urbano e salvaguarda do patrimônio cultural: o caso da ponte metálica Euclides da Cunha

Natalia Capellari de Rezende

Universidade de São Paulo

Instituto de Arquitetura e Urbanismo - Campus de São Carlos

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

RESUMO

O planejamento urbano e a salvaguarda do patrimônio cultural pressupõem a necessária compreensão do processo histórico de construção e configuração da cidade enquanto produto social e historicamente construída. A vista disso, ela é marcada por transformações e manutenções em diferentes frentes, sobretudo no espaço físico, o que decorre a indispensabilidade de compreendê-lo, assim como seu patrimônio cultural, algo intrínseco a esta estrutura tendo como objetivo sua salvaguarda. Desse modo, este trabalho busca compreender a articulação do patrimônio cultural com o seu local de implantação e suas significações para a comunidade. Para isso utiliza como objeto de estudo a ponte metálica Euclides da Cunha, localizada em São José do Rio Pardo, e que foi tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo em 1987.

Palavras-chave: Inventário. Salvaguarda. Ponte metálica Euclides da Cunha.

ABSTRACT

The urban planning and safeguarding of cultural heritage presupposes the necessary understanding of the historical process of construction and configuration of the city as a social product and historically constructed. The view of this, it is marked by changes and maintenance on different fronts, especially in the physical space, which stems from the necessity to understand it, as well as their cultural heritage, something intrinsic to this structure that has objective their safeguarding. Thus, this study seeks to understand the articulation of cultural heritage with their place of deployment and their meanings for the community. For this, it use as the object of study the metal bridge Euclides da Cunha, located in São José do Rio Pardo, which was listed by the Heritage Historic Defense Council, Archaeological, Artistic and Tourism of the State of São Paulo in 1987.

Keywords: Inventory. Safeguard. Metal bridge Euclides da Cunha.



Introdução

Este artigo é parte das reflexões desenvolvidas na pesquisa intitulada “A construção urbana através da memória social coletiva: entre o rio Pardo e São José”, após indagações sobre os processos de construção e configuração, transformações e manutenções da estrutura urbana objetivando compreender o patrimônio edificado nesta estrutura. A partir de então, a pesquisa buscou compreender a formação e expansão do núcleo inicial e de sua produção arquitetônica, assim como a legislação que envolve o planejamento urbano e o patrimônio cultural. A análise partiu do pressuposto de que o patrimônio cultural é elemento indispensável, ao mesmo tempo reflexo, da cultura e condições locais, e por este motivo foi analisado a partir de uma conceituação que levou em consideração o processo histórico e as ações dos agentes protagonistas da sua (re)produção, que atuaram de acordo com os interesses, poderes e intenções marcantes de cada época. Acreditamos que para compreender o patrimônio é necessário, antes de tudo, o entendimento do lugar, da sua história. Neste caso, não nos detemos no pressuposto de que o processo histórico é o que sobrou, o “antigo”, da dinâmica de re(produção) encadeada, ou ainda, o sentido de nostalgia de algo que não existe dentro da dinâmica urbana atual. Neste sentido concordamos com Milton Santos (2004), que traz contribuições no sentido de reconhecer no espaço as rugosidades que ele guarda, os quais são testemunhos de um momento que possibilitam o entendimento do passado, de um modo de produção, de uma técnica, de uma condição social. Para este autor, as rugosidades materializadas no espaço são ao mesmo tempo passado, e tempo presente já que participam da vida atual com uma nova essência. No mesmo sentido, Fontès (1986) defende a cidade como um produto em transformação continuada mas que guarda resquícios peculiares que são testemunhos da condição local diferenciando uma paisagem da outra, e que contribui para o sentido de identidade. Estes resquícios peculiares, identificados e reconhecidos são passíveis de mecanismos públicos de proteção. No entanto, o que obser-

vamos com muita frequência no cenário brasileiro é a dificuldade no estabelecimento de políticas que envolvam o planejamento urbano e assegure a salvaguarda do patrimônio cultural. É uma demanda que deve evitar ser postergada. O risco do desaparecimento dos traços testemunhos locais é iminente frente as constantes demolições e intervenções desastrosas que utiliza do espaço e do edifício a partir da criação de uma imagem “fake”, como “ilhas de lazer” destinado ao turismo e ao consumo. Conhecer o processo de expansão da malha urbana e reconhecer o patrimônio cultural, em específico o edificado algo intrínseco a essa estrutura é fundamental na elaboração de políticas de desenvolvimento, planejamento urbano e salvaguarda do patrimônio.

Nesta perspectiva, o arquiteto baiano Paulo Ormino de Azevedo, coordenador do Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia - IPAC-BA – considera o inventário sistemático de proteção dos bens de interesse cultural uma das medidas de promover o entrosamento entre as políticas de planejamento e de salvaguarda do patrimônio cultural.

A importância de uma documentação que fundamente a salvaguarda do patrimônio foi evidenciada em diversos documentos nacionais e internacionais, entre eles: a Carta de Atenas (1931), Carta de Veneza (1964), Declaração de Amsterdã (1975), Recomendação de Nairóbi (1976), Carta de Petrópolis (1987), Carta de Lausanne (1990), Carta de Fortaleza (1997) e a Recomendação de Paris (2003). Notabilizou-se a importância da elaboração de uma documentação, com destaque para o inventário minuciosamente documentado e dotados de informações particularidades e características dos bens de uma determinada localidade. A Declaração de Amsterdã e a Recomendação de Nairóbi destacaram ainda a indispensabilidade da compreensão do patrimônio cultural a partir do planejamento urbano tendo como objetivo a sua integração ao planejamento físico territorial. Diante do exposto e em meio a uma política de salvaguarda, os inventários adquiriram conotação e passaram a ser tratados como medida técnica de relevante importância.

Nesse sentido, o Inventário de Proteção do Acervo Cul-



tural de Minas Gerais – IPAC/MG, traz nos critérios de identificação do seu patrimônio cultural a necessidade do conhecimento da história do município, do seu processo de povoamento, e crescimento ou estagnação da cidade, observando suas transformações ao longo do tempo e relacionando o patrimônio ao contexto urbano. Outro documento de relevância é a Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009 que estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira a partir do entendimento das transformações constantes fruto do caráter dinâmico da cultura e ação humana mas que estas devem compatibilizar com o desenvolvimento econômico e social de modo a assegurar a valorização e preservação do patrimônio cultural.

À vista disso a pesquisa buscou compreender a ponte metálica Euclides da Cunha, patrimônio cultural tombado pelo CONDEPHAAT, a partir de sua relação com o desenvolvimento urbano e as condições locais, como preceito básico e fundamental para a elaboração de um plano de inventário capaz de subsidiar a salvaguarda do patrimônio cultural e sua relação com o planejamento urbano.

Ponte Metálica Euclides da Cunha

A ponte metálica foi produzida na Alemanha, e chegou à São José do Rio Pardo no mês de fevereiro de 1897, após reivindicações da população por uma ponte que não fosse levada pelas correntezas do rio Pardo, de estrutura sólida que possibilitasse o escoamento da produção cafeeira da margem direita do rio Pardo, assim como a ocupação de parte dessa área (Del Guerra, 2010). O engenheiro Arthur Pio Deschamps foi convidado pelo governo brasileiro para ser o responsável pela execução da ponte. Definiu-se que o local de implantação corresponderia ao de uma ponte de madeira improvisada.

Sob responsabilidade de Montmorency, a ponte foi liberada ao uso em 1898. Dias depois, a ponte desabou em decorrência de escavação em um dos pilares que rachou e cedeu à correnteza do rio, como pode ser observado na figura 1.

Após o fato, o engenheiro fiscal da Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo, Euclides da Cunha, assumiu a responsabilidade pela reconstrução da ponte reinaugurando-a em maio de 1901. Nas figuras 2 e 3 pode-se observar o ocorrido.



Figura 1: Após escavação em um dos pilares, a ponte metálica desabou no rio Pardo.

Fonte: Acervo da Hemeroteca Paschoal Artese, 2014.



Figura 2: Início dos trabalhos de reconstrução da ponte metálica.

Fonte: Acervo da Hemeroteca Paschoal Artese, 2014.



Figura 3: Sob a supervisão de Euclides, a ponte metálica começou a ser desmontada em 1898.

Fonte: Acervo da Hemeroteca Paschoal Artese, 2014.

Durante a estadia de Euclides nesta cidade, ele redigiu grande parte do livro “Os Sertões” nos seus momentos de folga da reconstrução. A cabana de folhas de zinco às margens do rio Pardo era o seu local preferido, e onde ele passava grande parte de seu tempo. O certo



é que o livro “Os Sertões” se tornou um épico da literatura nacional, considerado a representação do Brasil da época. Sua repercussão despertou nos estudiosos a curiosidade de seu surgimento. Foi assim, que São José do Rio Pardo, cidade de feição interiorana, alcançou considerável notabilidade nacional, e aos poucos foi sendo identificada ao autor e sua obra.

A ponte metálica se tornou o testemunho material de sua presença, e sua importância foi reforçada pelos anseios da população, que a partir de então passou a ocupar as margens opostas do rio Pardo. Segundo Trevisan (2002: 23)

a Ponte Metálica une as margens do Rio Pardo, integra-se na paisagem (Figura 4), no brasão, e na bandeira. Ela guarda ainda a ressonância do canto dos carreiros descendo a colina, na cadência do café fluindo, aos trilhos da Mogiana em busca do mar ...

A expansão da malha urbana em direção ao oeste do núcleo inicial foi inevitável, e aos poucos essa região foi sendo povoada, como pode ser observado na figura 5. A significação material e imaterial da ponte transcendeu sua função primeira de ligação das margens do rio Pardo. Ainda hoje, ela é um bem integrado a dinâmica da cidade sendo o principal meio de acesso a região oeste, local que concentra a maior parcela da população rio-pardense. Na figura 6 é possível observar a configuração e expansão urbana possibilitada pelo acesso através da ponte metálica Euclides da Cunha.



Figura 4: Ponte metálica Euclides da Cunha inserida na paisagem urbana de São José do Rio Pardo.
Fonte: Acervo da Hemeroteca Paschoal Artese, 2016.



Figura 5: A presença da ponte possibilitou a expansão da malha urbana para a margem oposta do rio Pardo.
Fonte: Acervo da Hemeroteca Paschoal Artese, 2016.

Legislação

Em São José do Rio Pardo há leis em vigor que abordam a defesa pela preservação do patrimônio cultural: Lei n.º 2.920, de 15 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o Plano Diretor Participativo; e a Lei n.º 3.029, de 2 de janeiro de 2008, que institui e regulamenta o Conselho de Defesa e Estudos do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (CONDEPHAC-SJRP). O Plano traz a função social da cidade como direito para toda população, o que compreende a preservação do patri-

mônio cultural. Determina ainda a obrigação de proteger e preservar os bens localizados na área central que possuem qualidades arquitetônicas e históricas como meios de manter a paisagem urbana fundamental à valorização da identidade local. Já a Lei n.º 3.029/2008 não traz nenhuma diretriz a ser obedecida na política de preservação, valorização e divulgação dos bens culturais. Inexistem outras legislações que abordam alguma diretriz de salvaguarda do patrimônio cultural.

Apesar de São José do Rio Pardo possuir edifícios tombados pelo IPHAN, CONDEPHAAT e CONDEPHA-C-SJRP, não há uma legislação que integre o planejamento e os bens culturais o que reforça a importância e necessidade de legislações que contemplem esta falta.

O que contribui e fortalece a preocupação com a preservação das características locais é o culto à manutenção

da memória rio-pardense acerca da figura de Euclides da Cunha. A presença de Euclides nesta cidade foi reconhecida, em 1939, pelo IPHAN através do tombamento da sua Cabana de Zinco. Em 1973 o CONDEPHAAT tombou a ponte metálica Euclides da Cunha, e em 1975 foi a vez da Cabana. Em 1987 a Casa Euclidiana também foi tombada pelo CONDEPHAAT. Há a preocupação em reconhecer, valorizar e preservar o patrimônio cultural, testemunho da história e cultura local, no entanto não há meios legais para isso. Um dos motivos é a falta de conhecimento e aprofundamento das questões que dizem respeito à relação do patrimônio com o lugar.

Neste caso, a produção de um inventário executado por corpo técnico formado por diversos especialistas é fundamental já que o mesmo tem a condição de se apresentar como um instrumento norteador das ações dentro de uma política de salvaguarda do patrimônio cultural.

Considerações Finais

Diante do exposto, o trabalho constitui-se relevante importância para o reconhecimento do patrimônio

cultural, em específico a ponte metálica Euclides da Cunha, articulada com o seu local de implantação e as significações para a comunidade local. Além disso enfatizou a necessidade de uma legislação integrada a partir da compreensão da relação entre o planejamento urbano e a salvaguarda do patrimônio. É necessário compreender a cidade e o patrimônio cultural como um produto que é construído fruto de ações que decorrem das condições locais, e que desenrola em um processo histórico marcado por diferentes temporalidades, por transformações e manutenções. Desse modo, o estudo do lugar é fundamental para o entendimento da dinâmica que o envolve e da significação do mesmo para a comunidade.

Figura 6: Situação atual. Expansão da malha urbana na região oeste possibilitada pela ponte metálica



Referências

AZEVEDO, Paulo Ormino de. Inventário como instrumento de proteção: A experiência pioneira do IPAC-Bahia. In: MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz de Rezende (Org). Inventários de identificação: um programa de experiência brasileira. Rio de Janeiro: IPHAN, p.61-78, 1998.

ABREU, Regina. Emblemas da nacionalidade: o culto feito a Euclides da Cunha. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, n.º 24, p. 66-84. 1994.



_____. O Enigma de Os Sertões. Rio de Janeiro: Funnarte: Rocco, 1998.

ARANTES, Antônio Augusto (Org.). Produzindo o passado. Estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasileira / Secretaria de Estado da Cultura – CONDEPHAAT, 1984.

CALVINO, Italo. As cidades invisíveis. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Inventários urbanos como instrumentos de conservação. In: LIMA, Evelyn Furquim Werneck; MALEQUE, Miria Roseira (org.). Espaço e cidade: conceitos e leituras. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 69-86, 2007.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. Tradução Luciano Vieira Machado, 4ª edição, São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia. A história como instrumento na identificação dos bens culturais. In: MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende (Org.). Inventários de identificação: um panorama da experiência brasileira. Rio de Janeiro: IPHAN, p. 41-50, 1998.

COSTA, Everaldo Batista. Patrimônio e território urbano em Cartas Patrimoniais do século XX. Finisterra, XLVII, 93, pp.5-28, 2012.

DEL GUERRA, Rodolpho José. Unindo meus dois livretos São José do Rio Pardo: história que muitos fizeram, Conhecendo Euclides da Cunha. S. J. do Rio Pardo, SP: Graf-Center, 2010.

FONSECA, Maria Londres. Patrimônio em processo: trajetória da política de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2. ed., 2005.

FONTÈS, Lúcia Helena, et al. Preservação e Desenvolvimento: As duas Faces de uma Moeda Urbana. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, nº 21, p. 51-55, 1986. Disponível em: www.iphan.gov.br Acesso em: 5 de julho de 2010.

GHIRARDELLO, Nilson. A formação dos patrimônios religiosos no processo de expansão urbana paulista (1850/1900). São Paulo: Editora UNESP, 2010.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vertice, 1990.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LUCHIARI, Maria T. D. P. A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, nº 17, p. 95-105, 2005.

MARX, Murilo. Cidade no Brasil: terra de quem? São Paulo: Nobel/EDUSP, 1991.

MASCHIETTO, Carmen Cecília Trovatto. A tradição euclidiana: uma ponte entre a história e memória. São Paulo: Arte & Ciência; São Paulo: UNIRIU, 2002.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A cidade como bem cultural – áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. IPHAN. Patrimônio: atualizando o debate, São Paulo, IPHAN, p. 33-76, 2006.

OLENDER, Marcos. Uma “medicina doce do patrimônio”. O inventário como instrumento de proteção do patrimônio cultural – limites e problematizações. Arquitectos, São Paulo: Vitruvius, 124.00, ano 11, 2010. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/11.124/3546>. Acesso em: 11 abr. 2015.

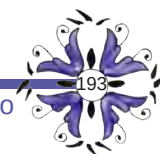
REIS FILHO, Nestor Goulart. São Paulo e outras cidades. São Paulo: Hucitec, 1994.

REIS, José Carlos. O tempo histórico como “representação intelectual”. In Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, número 34, p. 45-65, 2012.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. A noção de patrimônio e a origem das ideias e das práticas da preservação no Brasil. In Revista Vitruvius, 149.01 ano 13, out. 2012.

SANTOS, Milton. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

TREVISAN, Amélia Franzolin. Casa Branca, a povoação dos ilhéus. São Paulo: Arquivo do Estado, 1982.



Reutilização e preservação: uma apreciação acerca do conjunto ferroviário da antiga Companhia Mogiana de Estradas de Ferro em Campinas (SP)

Priscila Kamilynn Araujo dos Santos¹

Eduardo Romero de Oliveira²

RESUMO

Esta proposta versa sobre os usos sociais do patrimônio ferroviário através de um exame detalhado dos imóveis edificadas pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro na esplanada da Estação Guanabara (estação, prédios de armazéns e de manutenção, vila ferroviária e área esportiva); a fim de refletir sobre práticas de preservação e usos dos conjuntos históricos pelos agentes sociais. Para tanto, a metodologia de trabalho escolhida, inclui levantamentos bibliográficos e documentais nas entidades atualmente responsáveis pelos prédios, bem como ao órgão de preservação e aplicação da ficha de inventário do patrimônio industrial (elaborada pelo projeto Memória Ferroviária). Resultados: identificamos que a reutilização pode ser utilizada como uma das formas de preservação capaz de reverter o ciclo de decadência em que estão submetidos os conjuntos industriais ferroviários, desde que todo processo ocorra de forma planejada.

Palavras-Chave: Conjunto Ferroviário da Companhia Mogiana, Gestão Patrimonial e Preservação.

ABSTRACT

The object of this proposal is the buildings on Guanabara Station (station, warehouses and maintenance, railway village and sports area). The goal is to reflect on conservation practices and uses of historic areas by social agents. Therefore, the methodology includes: to check historical bibliographic and documents (as Mogiana Company Reports); others documents about the buildings at municipal archives, the Bureau of Preservation, Library and City Hall. In addition, some interviews will be conducted with these managers for each property studied. At last, we will check the conservation through a industrial building heritage inventory sheet (prepared by the Railway Heritage Project). Results: we identify that the reuse can be used like one the forms of able preservation of revert the cycle of decadence in that they are subjected the rail industrial groups, since all process occur of form planned.

Keywords: Guanabara Station Complex, Heritage Management and Preservation



¹ *Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Câmpus de Bauru na linha de pesquisa Teoria, História e Projeto. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado e São Paulo (FAPESP) e membro do Projeto Memória Ferroviária (PMF).*

² *Professor do mestrado acadêmico em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Câmpus de Bauru e coordenador do Projeto Memória Ferroviária.*

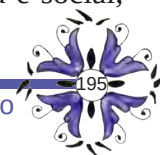
1. Apresentação

No Brasil, a ferrovia é uma evidente expressão da industrialização, principalmente no Estado de São Paulo, onde diversas cidades foram criadas a partir dos trilhos e moldadas pelas companhias ferroviárias (RIGHETTI, 2010). As estações e os componentes ferroviários transformaram o território e foram considerados um dos principais vetores de urbanização nas áreas onde se inseriam. Porém, à medida que o café perde sua importância, as estradas de ferro caem gradualmente no esquecimento (MATTOS, 1990).

Beatriz Kühl (1998) ressalta que o declínio do sistema ferroviário potencializou o desaparecimento não apenas dos edifícios, mas também dos métodos de produção, dos vestígios e produtos fabricados, das mora-

dias para operariados, das condições de trabalho e das próprias relações sociais e espaciais em determinadas cidades. Desta forma, os desafios enfrentados para analisar e preservar o passado industrial apresentam-se cada vez mais delicados por conta das transformações dinâmicas no espaço urbano em prol do progresso (KEMPTER, 2011).

O abandono progressivo das estruturas ferroviárias transformou esplanadas de empresas que estavam em áreas urbanas em terrenos baldios e espaços degradados, os quais foram reutilizados de diferentes modos, sejam eles regulares ou irregulares. Esta reapropriação do homem, por espaços que carregam um alto valor simbólico e uma representatividade histórica e social,



nem sempre é levada em consideração. Discutir a dimensão simbólica dos bens ferroviários, sua preservação e reuso é uma linha de investigação desenvolvida por autores brasileiros e estrangeiros. Para Kühl (1998), a preservação do patrimônio industrial é muito delicada, pois envolve a falta de rentabilidade. Já Pozzer (2006) acredita que a reutilização dos espaços degradados seja um dos pontos fundamentais no que se refere à resignificação dos bens ferroviários. Enquanto Abad (2008) considera que a preservação destes bens se faz necessária, uma vez que estes são utilizados como mediadores entre o passado e o presente.

Dentro desta problemática, nossa proposta envolve discutir a preservação e usos sociais do conjunto ferroviário da antiga Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, no bairro Guanabara em Campinas/SP (estação, prédios de armazéns e de manutenção, vila ferroviária e área esportiva); a fim de refletir sobre práticas de preservação e usos dos conjuntos históricos pelos agentes sociais. De maneira específica, identificamos o estado atual e usos dos diferentes edifícios da esplanada (propriedade, uso, proteção legal, estado de conservação e intervenção). Além disso, diagnosticamos, parcialmente, políticas de preservação no âmbito municipal atinjam este conjunto (tombamento).

Mapa 1 – Conjunto Ferroviário da Companhia Mogiana



Fonte: Mapa elaborado pelos autores

Quanto aos instrumentos metodológicos utilizados, realizamos reflexões teóricas sobre as cartas patrimoniais e a preservação de conjuntos, patrimônio industrial ferroviário e patrimônio arquitetônico e ambiental urbano.³ Além disso, foram executadas pesquisas de campo pautadas na busca por documentos históricos nas entidades atualmente responsáveis pelos prédios, bem como ao órgão de preservação (Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas - CONDEPACC) e aplicação da ficha de inventário do patrimônio edificado industrial elaborada pelo Projeto Memória Ferroviária (PMF)

2. Práticas sociais para a preservação do Conjunto Ferroviário da antiga Companhia Mogiana de Estradas de Ferro em Campinas (SP)

De acordo com Adolpho Pinto (1903), na primeira década do século XX Campinas passou a abrigar um dos maiores pátios ferroviário da América, composto por três importantes ferrovias: a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a Estrada de Ferro Sorocabana e a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, contando com diversas estações ferroviárias. Esta última empresa, mencionada anteriormente, foi fundada na cidade de Campinas em 1872, e tinha como objetivo algo que a diferenciava das demais existentes no período, e desde sua implantação já previa possíveis prolongamentos. Entre as estradas de ferro estaduais, a Mogiana foi a primeira a alcançar divisas com outros Estados, especificamente, o de Minas Gerais.

Em decorrência do aumento da demanda, tanto de mercadorias quanto de passageiros, a empresa necessitou ampliar as áreas destinadas à manutenção (carros, material rodante, locomotivas e vagões), bem como armazéns e depósitos. Porém, seus prédios e oficinas estavam delimitados por ruas, localizados na Vila Industrial da cidade, juntamente com os da Companhia Paulista. Isto é, nenhuma das empresas conseguiria expandir seus prédios. Como solução, a Companhia Mogiana comprou terrenos na região que estava em formação e que anos depois seria denominada como



Guanabara. Em 1893 foi inaugurado o armazém e no ano seguinte, a estação. Nos anos de 1920, a empresa férrea iniciou a construção de novas edificações – casas operárias e armazéns (ANUNZIATA, 2013). A posição estratégica da esplanada, dentro da malha urbana, atraiu a implantação de indústrias no bairro Guanabara, motivadas pela facilidade de escoamento da produção. A decadência do café e a concorrência com o transporte rodoviário contribuíram para o lento e irreversível processo de desativação dos ramais da empresa e o constante movimento da estação e dos componentes do complexo ferroviário diminuí até os bens ferroviários serem desativados em 1974 (SCARABELLI, 2002). Com isso, os edifícios da esplanada (estação, prédios e armazéns) permaneceram abandonados durante anos sob a propriedade do Governo do Estado de São Paulo. Neste ínterim, a área foi invadida por moradores de rua e passou a ser utilizada como ponto de prostituição e consumo de entorpecentes (CORREIO POPULAR, 12/11/1999).

Atualmente o conjunto ferroviário é composto por 31 (trinta e um) imóveis que possuem diferentes usos sociais: estação Guanabara e armazém do café ambos utilizados como Centro de Inclusão e Interação Social da Unicamp; Esporte Clube Mogiana utilizado para partidas de futebol esporádicas; posto de truque utilizado como moradia de forma irregular e vila ferroviária que também possui uso residencial. Os demais elementos do complexo: barracão de solda, oficina mecânica, depósito, arquivo e departamento de linha não possuem usos e estão completamente abandonados.

Os bens pertencentes ao complexo ferroviário, além de possuírem usos diversificados também são administrados por diferentes agentes sociais: Diretoria Regional de Esportes e Lazer de Campinas (Esporte Clube Mogiana), Governo do Estado de São Paulo (posto de truque, oficina mecânica, depósito e arquivo, departamento de linha e barracão/solda), Universidade de Estadual Campinas – UNICAMP (estação Guanabara e armazém) e Instituto Paulista de Pesquisa – IPEP (vila ferroviária), os quais possuem diferentes políticas de gestão, preservação e reutilização para com o patrimô-

nio ferroviário em questão.

Em 1996, a estação foi contemplada com o tombamento pelo CONDEPACC, processo de tombamento 002/96. Posteriormente, em 2004, os demais elementos do complexo (armazém, posto de truque, oficina mecânica, depósito e arquivo, departamento de linha, barracão de solda e vila ferroviária) também foram tombados pelo órgão de preservação municipal e anexados ao processo de tombamento da estação com a resolução 045/04. Porém, o instrumento de proteção patrimonial não modificou o estado de abandono e degradação dos bens ferroviários na época em que foi executado.

Quanto às ações desenvolvidas pelos agentes sociais em prol da preservação, até o presente momento já foi possível identificar algumas por parte da Unicamp e outras realizadas pela Diretoria de Esportes e Lazer de Campinas.

A primeira se refere ao restauro arquitetônico executado na estação e no armazém do café coordenado pela Universidade que administra os dois imóveis. A Universidade obteve a concessão da estação e do armazém em comodato com o Governo do Estado de São Paulo em 1990 por um período de trinta anos para implantação do Centro de Inclusão Social – CIS Guanabara. Porém, em decorrência de uma crise financeira a Unicamp conseguiu concluir o processo de reabilitação dos dois imóveis apenas em 2007, por meio de uma parceria com a empresa Campinas Decor (CORREIO POPULAR, 05/11/2007). Desde 2007 quando foi concluído o restauro e inaugurado o Centro de Inclusão Social, o projeto apresenta as mesmas características de funcionamento e no local são realizadas atividades culturais: cursos, debates, ensaios, exposições, feiras culturais, fóruns, oficinas, palestras, peças teatrais, projeto rede agro e seminários. O projeto possui um site onde podem ser encontradas informações históricas da estação e o contato da equipe. Ademais, no endereço eletrônico podem ser encontrados os projetos permanentes, telefones, endereço e informações de como chegar até a estação e o armazém. No caso dos imóveis administrados pela Universidade o restauro e a reutilização, por meio do Centro de Inclusão Social, foram evidenciados



como ações em prol da preservação, porém as mesmas não se estendem aos demais prédios existentes na esplanada e se limitam a estação e o armazém. A atribuição de novos usos reverteu o cenário de abandono e degradação em que estava a estação e o armazém do café. A próxima diretriz identificada está relacionada diretamente com a gestão da Diretoria de Esportes e Lazer de Campinas que administra o antigo Esporte Clube Mogiana, o fato do campo de futebol não ter perdido o uso designado pela empresa ferroviária na época em que foi inaugurado em 1941 até os dias de hoje é compreendido como uma ação de preservação, pois muitos anos se passaram desde que o mesmo foi inaugurado. O campo de futebol, construído pelos funcionários da antiga Companhia Mogiana e com o capital privado da própria empresa, possui o uso social diretamente relacionado às atividades de lazer, especificamente partidas de futebol que ocorrem esporadicamente. Além disso, algumas salas são utilizadas como sede da Diretoria de Esportes. Quanto à gestão, atualmente o imóvel tem sido administrado pela Diretoria Regional de Esportes e Lazer de Campinas.

Para Soukef (2012), a análise do patrimônio industrial é complexa, pois envolve as relações espaciais com os antigos sistemas de produção e a adaptação a novos usos que respeitem a configuração mais próxima possível do original, bem como a reintegração dos bens patrimoniais ao tecido urbano contemporâneo. O que pode ser evidenciado no caso da estação Guanabara e do armazém, os quais outrora estavam descaracterizados, mas com o auxílio da Universidade foram reabilitados e restaurados o que possibilitou a inclusão dos prédios no espaço urbano do qual haviam sido excluídos, em decorrência da imagem negativa que apresentavam. Além dos casos mencionados, o Esporte Clube e o antigo posto de truque, também possuem usos sociais (seja de forma regular ou irregular), no primeiro caso são realizados jogos esporádicos no estádio, enquanto o segundo tem sido utilizado como moradia. Porém, o caso da oficina mecânica, depósito e arquivo, departamento de linha e do barracão/solda é completamente distinto dos mencionados até então, pois esses

elementos do complexo estão abandonados ao tempo e sendo descaracterizados a cada dia que passa.

3. Considerações finais

Analisar o conjunto ferroviário da antiga Companhia Mogiana de Estradas de Ferro em Campinas, sob o ponto de vista simbólico, estético e histórico; de forma qualitativa no centro urbano, tem sido uma tarefa delicada, pois estes artefatos encontram-se ameaçados pelo desconhecimento de seus valores, enquanto bens industriais. É importante ressaltar que foi possível evidenciar um largo distanciamento entre a teoria abordada em cartas e recomendações patrimoniais com a prática evidenciada no complexo ferroviário estudado, pois em decorrência das diferentes gestões e agentes patrimoniais, os mesmos não são compreendidos como pertencentes a um único conjunto ferroviário, e sim com edifícios isolados.

As diretrizes sociais desenvolvidas em prol da preservação do conjunto ferroviário estudado se restringem aos bens que estão sob a tutela de cada uma das instituições (estação e armazém – Unicamp) e (Esporte Clube Mogiana – Diretoria Regional de Esportes e Lazer) o que não ocorre com os demais bens existentes no complexo que permanecem abandonados. Neste sentido, identificamos que a proteção atribuída pela esfera municipal, pelo tombamento, é um reconhecimento da importância do conjunto ferroviário. Entretanto, a mesma não tem sido satisfatória para garantir a integridade e sobrevivência dos imóveis estudados. Isto é, existe um desafio que permeia a preservação do antigo Complexo Ferroviário da Companhia Mogiana, com relação à questão patrimonial, caracterizado pela hegemonia das dimensões políticas submergidas sobre os problemas sociais. Uma das formas de solucionar esses desafios e preservar os bens representativos do início da industrialização no Complexo Ferroviário da Estação Guanabara é a atribuição de um novo uso compatível com as características das estruturas condizentes com o valor atribuído a essas preexistentes.

A reutilização torna-se um eficaz instrumento de pre-



servação capaz de reverter o ciclo de decadência e obsolescência a que estão submetidos os conjuntos industriais ferroviários, de modo a devolver à população espaços subutilizados, evitando além da deterioração, a ocupação irregular e o sucateamento, uma vez que o tombamento, não tem sido satisfatório para garantir a integridade e sobrevivência dos alguns edifícios estudados.

Cabe ressaltar, que este novo uso, necessariamente deve ser compatível com as características arquitetônicas e deve manter os valores históricos implícitos nos espaços. Ao contrário da reutilização, o abandono coopera para a degradação e esquecimento de testemunhos do passado.

Por fim, com base no aporte teórico e prático sugerimos que a reutilização do Complexo Ferroviário da antiga Companhia Mogiana de Estradas de Ferro seja planejada e complementada por políticas de proteção, programas em parceria com iniciativas públicas ou privadas, projetos de requalificação urbana, diretrizes para a gestão e principalmente que evidenciem a importância da articulação entre os diferentes agentes sociais envolvidos no processo.

³ *Em decorrência da quantidade de caracteres permitidas na inscrição dos trabalhos (máximo de 20.000 caracteres com espaços) optamos por evidenciar no presente artigo os aspectos práticos ao invés das reflexões teóricas.*

4. Referências bibliográficas e documentais

ABAD, P.C. J. Turismo y patrimonio industrial. Madri: Editorial Síntesis, 2008.

ANUNZIATA, A. F. O patrimônio ferroviário e a cidade: a Companhia Mogiana de Estrada de Ferro e Campinas (1872-1971). Campinas: Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 2013.

CAMPINAS, PREFEITURA MUNICIPAL. Processo 002/96 Tombamento da Estação Guanabara. Secretaria de Cultura. Disponível em <http://2009.campinas.sp.gov.br/cultura/patrimonio/bens_tombados/processo_002_96/> Acesso em 06 de junho de 2015.

CONDEPACC tomba a Estação Mogiana: campo da extinta equipe de futebol e casas da vila ferroviária também passam a ser patrimônio artístico e cultural de Campinas. Correio Popular, Campinas, 12 nov. 1999. (acervo hemeroteca biblioteca CMU)

CONDEPACC tomba a Estação Mogiana: campo da extinta equipe de futebol e casas da vila ferroviária também passam a ser patrimônio artístico e cultural de Campinas. Correio Popular, Campinas, 12 nov. 1999. (acervo hemeroteca biblioteca CMU)

KEMPTER, E. D. O lugar do Patrimônio Industrial. Campinas: Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 2011.

KÜHL, B. M. Arquitetura de ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo reflexões sobre a sua preservação. São Paulo: Ateliê editorial/FAPESP, 1998.

MATOS, O. N. Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. 4ª edição. Campinas: Pontes, 1990.

PINTO, A. A. História da Viação pública de São Paulo. São Paulo: Vanordem, 1903.

POZZER, G. P. A antiga estação da Companhia Paulista em Campinas: estrutura simbólica transformadora da cidade. (1872-2002). Campinas: Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 2007.

RIGHETTI, S. Nos trilhos da memória. UNESPCiência, ano 2, nº 12, set. 2010.

SCARABELLI, P. C. Guanabara e arredores: a formação de um bairro. Campinas. Dissertação de Mestrado. PUCCAMP, 2002. p. 197

SOUKEF, A. J. Os remanescentes da SPR em Santos e Jundiá:



memória e descaso com um patrimônio ferroviário do país. Anais do VI Colóquio Latino Americano Sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial, 2012, São Paulo. Caderno de Resumos. Brasília: IPHAN, 2012. V. 1.

NIZHNY TAGIL (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage -TICCIH). Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial. Disponível em < <http://www.mnactec.cat/ticcih/pdf/NTagilPortuguese.pdf> >. Acesso em: 28 de outubro de 2014.

TICCIH. Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial. Disponível em <http://ticcih.org/about/charter/>>. Acesso em: 23 de nov. de 2015.





Métodos de pesquisa sobre o patrimônio industrial urbano com foco na delimitação de diretrizes patrimoniais. O caso do conjunto ferroviário de Mairinque¹

Rafaela Rogato Rondon

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Eduardo Romero de Oliveira

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

RESUMO

O presente trabalho expõe os principais métodos utilizados durante a pesquisa de mestrado referente à delimitação de diretrizes patrimoniais para os remanescentes, ainda existentes na cidade de Mairinque, do conjunto ferroviário elaborado pela Companhia Estrada de Ferro Sorocabana, no final do século XIX. Para isso, foi estruturada uma metodologia baseada no: inventário e mapeamento dos bens e do conjunto; entrevistas com o setor social vinculado; além de pesquisas documentais e bibliográficas. Dessa forma, esses métodos foram pensados e adequados aos objetivos dessa pesquisa, que envolve um patrimônio relativamente recente, localizado em uma área de constantes mudanças e que necessita de diretrizes adequadas à sua preservação.

Palavras-chave: Patrimônio. Ferrovia. Conjunto.

ABSTRACT

This research expose the main methods used during the master's research on the propose heritage guidelines for the remnants that still exist in the city of Mairinque, of the rail set related by Railway Company Estrada de Ferro Sorocabana at the end of the century XIX. For this, the methodology was structured based on: inventory and mapping of assets and set; interviews with the linked social sector; as well as documentary and bibliographic research. Thus, these methods were designed and suited to the objectives of this research, which involves a relatively new heritage, located in an area of constant change and requires appropriate guidelines for its preservation.

Keywords: Heritage. Railroad. Set.



¹ Essa pesquisa faz parte do projeto de mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UNESP – FAAC/Bauru, financiado pela FAPESP proc. nº 2015/06931-1. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

1. INTRODUÇÃO

Os métodos escolhidos para essa pesquisa buscam estabelecer os primeiros passos para a delimitação de diretrizes relacionadas ao conjunto ferroviário existente na cidade de Mairinque, fundada originalmente como uma vila, em 1890, para atender aos interesses da Companhia Estrada de Ferro Sorocabana (EFS) (CONDEPHAAT, 1986).

A estação ferroviária de Mairinque foi tombada, em 1986, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2004, devido a sua importância histórica e arquitetônica, porém outros remanescentes do conjunto ferroviário ainda existem na cidade, mesmo sem receber proteção legal semelhante. Em alguns desses remanescentes é possível identificar diferentes propriedades (públicas e privadas), usos (originais e novos), integridades físicas (boas, regulares e ruins) e medidas de preservação (bens tombados e não tombados). Assim, surge o problema principal referente às distintas formas de apropriação do conjunto, que interferem na noção de articulação do patrimônio ferroviário local.

Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa consiste em compreender a articulação entre os bens, por meio da identificação e análise: dos edifícios representativos ainda existentes do conjunto ferroviário; da configuração urbana ocupada por esse conjunto; das ações intervencionistas promovidas pelo poder público, órgãos

de proteção e particulares; da atual articulação entre os bens, além da gestão, uso e difusão do patrimônio industrial e ferroviário. Logo, nossa hipótese considera que o estabelecimento de diretrizes patrimoniais poderia se adequar a realidade local e alterar a noção de desarticulação do conjunto ferroviário antigo.

2. OS MÉTODOS DE PESQUISA EMPREGADOS PARA O ESTABELECIMENTO DE DIRETRIZES PATRIMONIAIS

Este trabalho apresenta os principais métodos necessários para o início de uma pesquisa que envolve bens ferroviários localizados em uma área central e que possuem diferentes usos, apropriações e medidas de preservação, pois como afirma Meneguello (2000):

A preservação dos antigos centros ou de partes da cidade, seja no Brasil ou no exterior, exige a revisão de conceitos fundamentais como a preservação do patrimônio, o novo uso conferido às áreas preservadas e, especialmente, as diferentes interpretações do passado histórico urbano. (MENEGUELLO, 2000, p. 01).

Assim, devem ser identificadas as características principais dos bens, para então se pensar em diretrizes apropriadas à realidade local, que poderiam valorizar as regiões que ainda possuem vestígios da atividade ferroviária. Logo, a metodologia de trabalho escolhida



inclui: pesquisa documental e bibliográfica, inventário e mapeamento dos bens edificados, entrevistas, averiguação dos processos de tombamento e análise dos dados coletados.

Para isso, foram identificados os bens de origem ferroviária da vila, a partir de consultas aos relatórios da EFS, disponíveis no Museu da Companhia Paulista, em Jundiaí (SP). Além da verificação de projetos, periódicos, mapas, fotografias, entre outros, disponíveis no Centro da Memória Ferroviária de Mairinque, CON-DEPHAAT, IPHAN e arquivos da Inventariança da RFFSA (SP).

A partir disso foi realizado um inventário do patrimônio, por meio de fichas referentes a um dos instrumentos de pesquisa do projeto macro Memória Ferroviária (proc. n. 2012/11259-2), ao qual este projeto sobre Mairinque está vinculado. O projeto macro pretende explorar metodologias de registro, diretrizes de preservação e ativação do patrimônio industrial.

Essas fichas foram adaptadas às necessidades de informações sobre Mairinque, no qual marcamos a localização, integridade física, proprietário, gestor, instituição, proteção e usos dos imóveis e do conjunto em si, o que auxilia na delimitação da articulação entre os bens. Ainda foram utilizados os métodos de georreferenciamento (figura 1) que permitiram marcar, graficamente, algumas interferências no espaço urbano com relação à ferrovia.

Para essas etapas, consideramos o afirmado, com base na Carta de Nizhny Tagil, de 2003, de que à escala na pesquisa sobre o patrimônio industrial se ampliou e agora “[...] compreende desde el territorio, las intervenciones en el paisaje, los conjuntos y sectores urbanos, poblados, barrios, hasta las edificaciones” (BRAGHI-ROLI, 2010, p. 160).

Uma terceira atividade foi elaborada a partir da formulação de entrevistas semiestruturadas com os gestores e pessoas envolvidas com o patrimônio ferroviário existente. Essas entrevistas permitem delimitar o estado atual desses bens, suas respectivas propriedades e gestores (figura 2).

Figura 1 - Centro da cidade de Mairinque com a marcação da área destinada ao conjunto ferroviário e suas delimitações de acordo com as proteções legais. Fonte: Rafaela Rogato Rondon Silva (2014).



Figura 2 - Centro de Mairinque com os edifícios demarcados conforme suas propriedades e gestores atuais. Fonte: Antônio Soukef (2001) / Rafaela Rogato Rondon Silva (2015).



Além disso, para identificar as medidas de preservação já estabelecidas, foram consultados os processos de tombamento, pois esses modificaram a relação da cidade com a história ferroviária, bem como interferiram na integridade física (auxiliando na limitação de descaracterizações mais profundas) da estação ferroviária, por exemplo. A análise desses processos nos permite verificar a Resolução de Tombamento (nova redação), que define, caso a caso, as dimensões da área envoltória dos bens tombados (ART. 137, DECRETO Nº 13.426, 16/03/1979). Dessa forma, são levantadas questões sobre como essa área envoltória afeta os bens, não tombados efetivamente, pertencentes ao conjunto. Sobre a análise dos processos de tombamento e as entrevistas, podemos considerar que “[...] nunca se expli-

ca plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento. Isso é verdade para todas as etapas da evolução. Tanto daquelas em que vivemos como das outras” (BLOCH, 2001, p. 60). Essas etapas podem ser caracterizadas por esses testemunhos escritos e orais que permitem entender como esse conjunto se desenvolveu e sofreu interferências ao longo dos anos.

3. ANÁLISE DOS DADOS A PARTIR DAS PERSPECTIVAS PATRIMONIAIS

A presente pesquisa encara a preservação a partir da perspectiva de conjunto articulado, abarcando os bens protegidos ou não legalmente, pois devemos insistir na preservação da arquitetura que conforma nossas paisagens urbanas (SÁNCHEZ, 2011). Logo, somente ampliando o entendimento do patrimônio ferroviário será possível ajudar na “sobrevivência dos conjuntos ferroviários em toda a sua integridade e não apenas como vestígios isolados e soltos no tecido urbano” (SOUKEF, 2008, p. 226).

A visão de conjunto também esta sendo reiterada em numerosas declarações de pesquisadores e organismos internacionais, como forma de tornar a conservação mais efetiva e um objetivo primordial na planificação urbana e territorial (ÁLVAREZ ARECES, 2007). Dentre as cartas de relevância, vale ressaltar a Declaração de Amsterdã, de 1975, que compreende como patrimônio “[...] não somente as construções isoladas de um valor excepcional e seu entorno, mas também os conjuntos, bairros de cidades e aldeias que apresentam um interesse histórico ou cultural” (CONSELHO DA EUROPA, 1975, p. 01).

Enquanto o ferroviário está associado a um sistema que produziu impacto urbano-territorial, político, econômico e social que deixou vestígios não apenas em edifícios isolados, mas em um conjunto de imóveis (FERRARI, 2011). Sendo essa atividade responsável pela instalação de novos povoados, geração de espaços urbanos significativos e nascimento de uma nova arquitetura (FERRARI, 2012).

Essas atribuições são capazes de serem comparadas

à realidade de Mairinque, que por meio dos métodos utilizados nessa pesquisa, demonstrou possuir um patrimônio ferroviário de grande importância, na forma de conjunto, que marca a área central da cidade e é testemunho da sua formação. Ou seja, um patrimônio que deveria receber interferências com base em estudos aprofundados e preservação desse espaço.

Para isso, nessa pesquisa, foram utilizados documentos sobre a cidade e sua evolução, pois quanto mais completo for “o quadro de resgate da informação, tanto melhor para que o historiador caminhe mais seguramente no seu trabalho de reviver e questionar os comportamentos do passado” (BELOTTO, 2004, p. 278). Essa perspectiva demonstra a clara importância dessas informações, não apenas para o historiador, na remontagem de fatos e contextos que delimitaram a preservação dos bens e a formação de cidades inteiras, como é o caso de Mairinque.

Já o inventário demonstrou sua importância, nesse tipo de pesquisa, a partir da observação e análise da paisagem de hoje, pois é nela que se dá as perspectivas do passado, encontradas nessa última imagem intacta, da qual é possível entender todo o restante que se passou, indo pelo caminho inverso, do presente para o passado (BLOCH, 2001). No qual os edifícios ainda existentes dão pistas dos traços e das estruturas delimitadas pela ferrovia na cidade, que deveriam ser preservadas pela sua relevância histórica, econômica, social, etc.

Enquanto os métodos de georreferenciamento permitiram entender os contextos históricos, urbanos e funcionais do conjunto, pois “a cidade sempre se dá a ler, pela possibilidade de enxergar, nela, o passado de outras cidades, contidas na cidade do presente” (PESAVENTO, 2007, p. 22). Onde é constatada a ausência ou a presença de determinados prédios, o estado das ruas, os sinais da modernização urbana ou a sua falta (PESAVENTO, 2007).

Já as entrevistas tiveram o intuito de “[...] situar o complexo em seu contexto urbano ou territorial, além de sociocultural e econômico” (KÜHL, 2009, p. 46), pois somente identificando e caracterizando o conjunto, inserido na sua realidade atual, é possível determinar me-



didadas para preservá-lo.

Como material suplementar às informações sobre preservação, os processos de tombamento seguiram o raciocínio de que “[...] o escrito facilita imensamente [, entre gerações às vezes muito afastadas,] essa transferência de pensamento” (BLOCH, 2001, p. 64). Como demonstrado nos trechos dos processos de tombamento abaixo:

[...] considerando, portanto, os valores próprios do conjunto urbano assim constituído, sugerimos prosseguimento do assunto consultando a cidade de Mairinque sobre a possibilidade de realização de um tombamento municipal da vila ferroviária ou sobre eventual recurso local que, num modo de extensão da proteção existente advinda do tombamento da estação e da delimitação de sua área envoltória seja capaz de contribuir ou promover a preservação de qualidades que lhes são fundamentais. (KUNIOSHI, CONDEPHAAT – Processo n° 24383/86, 2001, folha 216).

[...] tombamento federal do prédio da Estação Ferroviária de Mairinque, com inscrição no livro de Belas Artes [...] definição de uma área entorno, que incluísse, a priori, as linhas férreas que acompanham a Estação, as oficinas e demais construções ferroviárias contidas, bem como área do antigo jardim, onde se situa o Armazém da FEPASA e a antiga Vila Ferroviária. (BARROSO, IPHAN – Processo n° 1434-T-98, 2002).

Assim, deve ser feito a inserção desses fatos históricos no seu tempo e espaço, face a problemas e situações que não são exatamente semelhantes aos do presente, porém que já encontravam interesses na preservação e valorização do conjunto (além da estação isolada e foco do tombamento).

4. CONCLUSÃO

A partir do exposto fica evidente que esses métodos de pesquisa permitiram: levantar relatos, imagens e marcações geográficas históricas para identificar a formação urbana e os bens ainda existentes; obter informações, resoluções e publicações para entender determinados momentos históricos do conjunto; compilar informações dispersas em um único banco de dados; ter uma visão gráfica do espaço real ocupado por esse conjunto; compreender a gestão desses espaços e as justificativas de suas políticas preservacionistas, usos e apropriações. Sendo esses dados de total relevância para determinar a importância do conjunto e as medidas de preservação mais adequadas à sua realidade.

Nesse caso, os referenciais teóricos e as diretrizes patrimoniais evocados para análise dos dados coletados orientam que as práticas de gestão e aplicação de políticas de preservação deveriam seguir uma perspectiva de conjunto, pois compreendemos que Mairinque não possui importância apenas no bem isolado da estação, mas em todo o seu complexo de edifícios (que ainda existem e devem ser preservados) e na sua delimitação urbana.

Assim, podemos associar essa realidade ao estabelecido na Carta de Washington, de 1987, cuja publicação propõe que “a salvaguarda das cidades e bairros históricos deve, para ser eficaz, fazer parte integrante de uma política coerente de desenvolvimento econômico e social, e ser considerada nos planos de ordenamento e de urbanismo a todos os níveis” (ICOMOS, 1987, p. 02). Ou seja, essas zonas de interesse cultural devem estar inseridas no Plano Diretor, nas Leis de Zoneamento, entre outros planos da cidade, pois atualmente as demandas da preservação já se tornaram “[...] questões de urbanismo, com várias propostas de preservação sendo incorporadas diretamente como diretrizes em Planos Diretores, em Planos Locais ou de reabilitação de áreas centrais” (SCHICCHI, 2008, p. 196).

Dessa forma, buscamos essa perspectiva de preservação antes que se percam registros da origem ferroviária de Mairinque, não apenas pelo desgaste temporal, mas pela apropriação e abordagem desarticulada, que levaram ao progressivo desaparecimento de informações e



dos próprios bens e uma compreensão incompleta da ocupação ferroviária na cidade. Sendo que devemos considerar o conjunto como uma unidade, pois foi isso que permitiu a continuidade das funções da indústria (VINUALES, 2001) e da própria estação. Ou seja, estes necessitam de uma abordagem especial e de medidas de preservação que garantam a perpetuação não apenas da estação, mas do conjunto ferroviário de importância.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVAREZ ARECES, Miguel Ángel. *Arqueología Industrial: El pasado por venir*. Gijón. CICEES, 2007.

BRAGHIROLI, Ângelo. *Patrimônio industrial en Brasil*. 2009. Disponível em: < <http://dearq.uniandes.edu.co/articles/2010/patrimonio-industrial-en-brasil>>. Acesso em: 12 set. 2015.

BELLOTTO, Heloísa L. Reflexões sobre o conceito de memória no campo da documentação administrativa. In: BELLOTTO, Heloísa L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, p. 271-278, 2004.
BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2001.

BRASIL. Decreto Estadual 13.426, de 16/03/79. Disponível em: <<http://www.cultura.sp.gov.br/SEC/Condephaat/Legislacao/DECRETO%20ESTADUAL%2013.426,%20DE%2016-03-79.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2015.

CONDEPHAAT. *Processo de Tombamento da Estação de Mairinque nº 24383/86*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1986.

CONSELHO DA EUROPA. *Declaração de Amsterdã*. 1975. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=246>>. Acesso em: 23 fev. 2012.

FERRARI, Mónica. *El sistema ferroviario en el noroeste argentino. Arquitectura e instalaciones complementarias*. APUNTES, Bogotá, Colombia, vol 24, nº 1, Enero - Junio 2011.

_____, Mónica. Paisaje y patrimonio en la línea ferroviaria ‘Ju-

ju-La Quiaca’. *Una propuesta de reutilización para el desarrollo local*. Revista Labor & Engenho, v. 6, n.1, 89-106, 2012.

ICOMOS. *Carta de Washington: Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas*. 1987. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201987.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

IPHAN. *Processo de Tombamento nº 1434-T-98, Estação Ferroviária de Mayrink*. Estado de São Paulo, Brasil: Serviço Público Federal, 2004.

MENEGUELLO, Cristina. *A preservação do patrimônio e o tecido urbano. Parte 1: A reinterpretação do passado histórico*. 2000. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.003/992>>. Acesso em: 23 fev. 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. Revista Brasileira de História, vol. 27, nº 53, 11 – 23, jun. 2007.

SÁCHEZ, Lorena Marina. *Preservación del patrimonio modesto en ciudades intermedias*. 2011. Disponível em: < http://www.revistas.unal.edu.co/index.php/bitacora/article/view/22650/html_28>. Acesso em: 10 set. 2015.

SCHICCHI, Maria Cristina. *Patrimônio arquitetônico das cidades paulistas: a preservação como questão de urbanismo*. *Arquitetura-revista*, vol. 4, nº 1, 87-109, 2008.

SOUKEF, Antônio. *Sorocabana: uma saga ferroviária*. 1.ed. São Paulo: Dialetto, 2001.

_____. *O legado das ferrovias*. In: GRUPO TEJOFRAN. *Caminhos do Trem: apogeu, decadência e retomada da ferrovia no Brasil*. São Paulo: Duetto Editorial, 219 – 226, 2008.

TICCIH (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage). *Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial*. 2003. Disponível em: < <http://www.mnactec.cat/ticcih/pdf/NTagilPortuguese.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2011.

VIÑUALES, Graciela María. *Patrimônio industrial: restauración o reciclaje?*. In: INSTITUTO ANDALUZ DEL PATRIMONIO HISTÓRICO. *Preservación de la Arquitectura Industrial en Iberoamérica y España*. Sevilla: Editorial Comares, 2001.



Ferrovias e o processo de Identificação e Valorização do Patrimônio Industrial no Brasil. A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e as paisagens Industriais da região Oeste do Estado de São Paulo

Taís Schiavon

Doutoranda Arquitetura e Urbanismo
Universidade de Évora, Évora, Portugal

Orientação

Prof^a. Dr^a. Ana Cardoso de Matos

Universidade de Évora, Évora, Portugal

Co-orientação

Prof. Dr. Adalberto da Silva Retto Júnior

UNESP, campus Bauru, São Paulo, Brasil





Continuando os estudos desenvolvidos no Brasil pelo Projeto Temático FAPESP¹, o qual participei entre os anos de 2009 e 2011, a pesquisa desenvolvida para o master TPTI², caracterizou-se pela releitura dos dados coletados previamente no Brasil e por sua adaptação metodológica ao conceito de Patrimônio Industrial, amplamente discutida em países europeus e em estágio inicial no Brasil, tendo como embasamento a leitura histórica e cartográfica da região, e a identificação das influências internacionais no processo de dispersão ferroviária em direção ao interior do país. O vínculo deste memorial com a Instituição Francesa AHICF³, a partir de 2015, permite que no âmbito da circulação de conhecimento, sejam dispersos por novas fronteiras de estudo, permitindo a identificação de semelhanças e distinções referentes a implementação ferroviária e industrial em diferentes contextos.

RESUMO

A construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, pode ser caracterizada como exemplo da internacionalização de empresas a partir de investimentos e projetos nacionais e franco-belgas, responsáveis pelo desenvolvimento de parte da região Oeste do Estado de São Paulo. Inserida em um projeto que visa a criação de um acervo patrimonial, esta pesquisa foi capaz de inventariar, catalogar e sistematizar o território urbano, buscando identificar o atual estado do patrimônio ferroviário, industrial e urbano gerado pela atuação direta ou indireta da ferrovia. Seus resultados possibilitam a criação de novos veios de interpretação aos dados históricos e sua consequente aplicação em torno do planejamento urbano, ambiental e sócio econômico das cidades do Oeste Paulista, um cenário dinâmico que em menos de meio século foi capaz de descrever o patrimônio da mobilidade como um museu aberto.

PALAVRAS CHAVE

Patrimônio Industrial, Ferrovias, Território.

ABSTRACT

The construction of the railroad “Noroeste do Brasil” can be characterized as an example of the internationalization of companies, made from national and Franco-Belgian investments and projects, responsible to the development of the Western portion of São Paulo State. Inserted in a project that aimed the creation of a kind of virtual assets, able to inventory, catalog and systematize the urban territory of the area of study, this paper seeks to identify the current state of the railway heritage, along the industrial and urban parameters, generated with the direct or indirect performance of the railroad. This scenario of studies enables the creation of new views of interpretation to the historical data, allowing its application in different areas around the urban planning presents in the cities of the Western of São Paulo State, a dynamic setting, able to describe the heritage of mobility as an open museum.

KEY WORDS

Industrial Heritage, Railways, Territory



CONTEXTUALIZAÇÃO

O estudo global que gere esta pesquisa busca a identificação da ferrovia como elemento propulsor ao processo de urbanização da região Oeste do Estado de São Paulo, assim como a identificação das influências exercidas neste percurso, sejam estas atuantes no contexto nacional ou internacional, aliadas a consequente valorização de seus vestígios.

Em direção ao Oeste do Estado de São Paulo, diferentes Companhias de Estrada de Ferro, entre as quais a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, provocam uma surpreendente transformação de caráter espacial, que abandona a condição de mata fechada em troca da abertura de fazendas e do surgimento de organizados núcleos urbanos, um verdadeiro complexo de cidades, guiadas a partir do avanço dos trilhos.

Toda a documentação identificada pela pesquisa permite a criação de um banco de dados dinâmico, capaz de narrar os processos de formação das cidades já estudadas⁴, auxiliando em seu planejamento. Gráficos, tabelas e mapas foram desenvolvidos, com o intuito de ilustrar as alterações urbanas em meio ao arco temporal delineado pelo desenvolvimento ferroviário no início do século XX e sua substituição ao modelo rodoviário de transportes na região, intensificado a partir dos anos 60.



FIGURA 01 _ MATERIAL PRODUZIDO PELA INVESTIGAÇÃO.

A compreensão das atuações políticas em torno dos meios de transporte no Brasil, principalmente o que se refere ao Oeste de São Paulo, demonstra que o complexo urbano gerado em torno do modelo ferroviário e sua transição ao modelo rodoviário de transportes provoca uma série de rupturas, identificadas principalmente entre os anos 70 e 80 em função do abandono de estruturas do modelo ferroviário em consequência da queda de investimentos e logística das companhias, que atualmente denotam problemas à continuidade urbana, repeltos de vestígios descrevendo o desenvolvimento técnico e tecnológico do país.

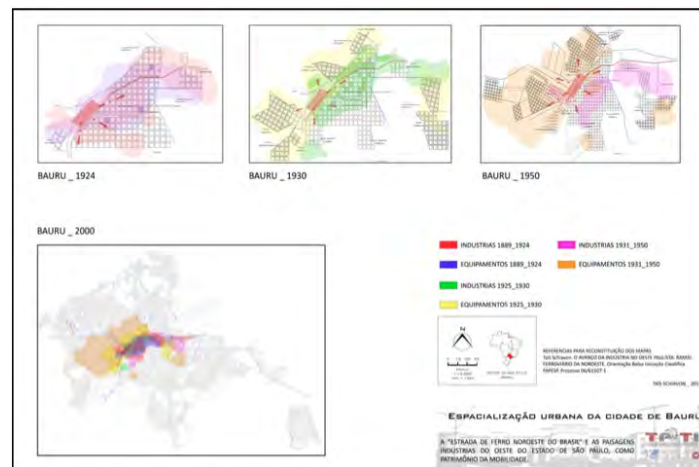


FIGURA 02 _ ESPACIALIZAÇÃO URBANA DA CIDADE DE BAURU.



COMUNICAÇÕES TERRITORIAIS

Ao longo do século XIX, “(...) se tornou comum associar o vapor e as ferrovias à abertura de uma nova era, na qual o progresso atuaria como mola propulsora da história.” (CASTRO, 1993: 29). Todo este progresso ultrapassava o aspecto material, pois as companhias exerceriam influências positivas sobre o conjunto das atividades humanas, alterando costumes, a moral, a cultura, a instrução e a política.

“Não se pode manter em um país imenso uma rede ferroviária sem introduzir todos os processos industriais necessários para satisfação das necessidades momentâneas dos eixos férreos assim como as necessidades comuns, o que resulta no desenvolvimento de atividades industriais em ramos não conectados à ferrovia.”⁵

Antes da efetiva implementação do sistema ferroviário no Brasil, as comunicações territoriais eram caracterizadas pela precária estruturação e eficácia.

“Com uma enorme extensão de terras entre o litoral e o Oeste desabitado, o Brasil só deixará de ser uma unidade geográfica, para ser uma unidade econômica, no dia em que, à sua extensão costa, esteja ligada, por via fluvial navegável ou por via férrea, todo o imenso latifúndio do Centro e Oeste do país.

E nesse dia (...) terá ainda realizado o grande objetivo nacional de uma incontestada supremacia econômica no continente sul-americano. Porque, então, o Brasil não somente aproveitará todo o seu território, mas ainda diversas repúblicas suas vizinhas – isto é, a Bolívia, parte do Peru e do Paraguai – terão de servir-se da rede ferroviária do Brasil, por ser ela a que lhes dá mais rápido acesso para o Atlântico e, portanto para a Europa.” (LLOYD, 1913)

Este lento processo de desenvolvimento é resultado da

ausência de um significativo mercado consumidor em acréscimo ao deficiente processo de industrialização e a hegemonia imposta pela elite agrária, compondo a fragmentada esfera política nacional, adiando a criação concreta de uma rede ferroviária capaz de unir o território.

O século XX abre um novo processo à dispersão ferroviária no país, o avanço em direção à região Oeste do Estado de São Paulo demonstra esta nova lógica. Neste ambiente ‘selvagem’, as ferrovias tornam-se responsáveis pela abertura do território e consequente criação de cidades, uma atitude pouco comum no Brasil onde as companhias serviam áreas previamente produtivas e urbanizadas.

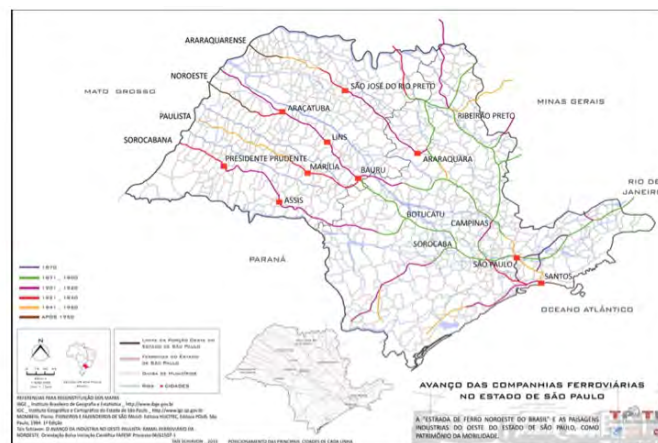


FIGURA 03_ AVANÇO DAS COMPANHIAS FERROVIÁRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Considerando o fato de que 65% no território do Estado de São Paulo foi urbanizado pelo avanço da “Frente Pioneira”⁶ compreendemos assim, a importância do desempenho deste meio no Brasil principalmente entre os séculos XIX e XX.

Compondo a denominada “Marcha para o Oeste”⁷, as companhias: Araraquarense, Noroeste, Paulista e Sorocabana, promoviam o transporte de pessoas, bens e serviços entre as regiões já urbanizadas e o sertão do Oeste do Estado, alterando a antiga paisagem dos territórios “desconhecidos”, para um ambiente composto

por cidades “modernas” abertas em um curto período de tempo.



FIGURA 04 PERÍODOS DE EXPANSÃO DA FRENTE PIONEIRA.

Ao longo do desenvolvimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, nota-se a presença marcante de engenheiros internacionais atuando no reconhecimento do território e na execução dos projetos necessários ao complexo ferroviário, nos primeiros anos a atuação nacional também ocorria, porém em menor número se comparada a atuação estrangeira.

O pioneirismo da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil pode ser comprovado por seus fins estratégicos. Aliada a outras companhias, a ferrovia brasileira inicialmente concretizaria o tão sonhado projeto de comunicação entre o litoral do país e o Estado do Mato Grosso. Anos mais tarde, juntamente à empresas nacionais e internacionais, seu projeto permitiria também a comunicação entre os Oceanos Atlântico e Pacífico, a partir dos portos de Santos, no Brasil e Arica, no Chile.

Outra curiosidade reside no fato da origem de seus capitais, fruto de investidores franceses e belgas, a Noroeste permite a atração de empresários pouco atuantes economicamente em São Paulo. Característica que quando aliada à semelhança com o modelo do pionei-

rismo norte americano de dispersão ferroviária, alteram também a lógica usual de investimento de companhias francesas, adaptadas na atuação em regiões previamente urbanizadas.

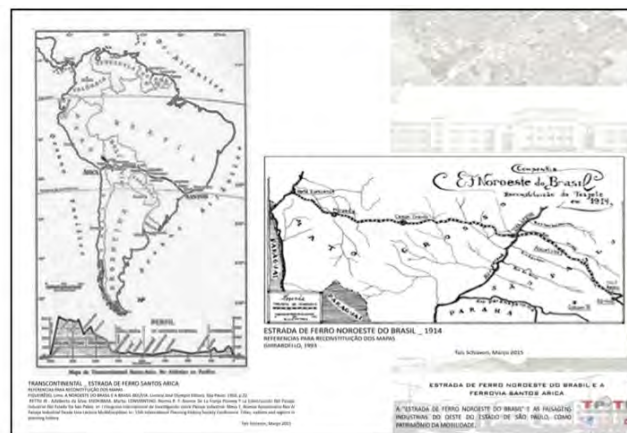


FIGURA 05 ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL E A FERROVIA SANTOS ARICA.

OS REFLEXOS DA FERROVIA NA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO

“(...) enquanto as estradas européias se dirigiam a cidade e foram construídas para entretecer importantes focos de civilização, já articulados por estradas seculares, (...), os nossos ferrocarris, ao contrario, estiraram seus trilhos para ligar através de grandes distancias, os centros produtores do café aos portos de embarque, ou marchavam, como a Sorocabana e a Noroeste, para o deserto. Em vez de unir centros fabris e agrícolas, de vida já intensa, e muito próximos uns dos outros, como na Europa, o caminho de ferro foi, entre nós, um criador de cidades(...)” (AZEVEDO, 1950: 256)

Criadas principalmente ao longo do século XX, as cidades do Oeste Paulista apresentam uma composição homogênea em seu traçado urbano, diretamente refle-

tida na composição de sua paisagem. Este modelo de expansão pode ser caracterizado pela maior dependência de profissionais em torno de seu desenvolvimento, principalmente quando comparados às regiões exploradas anteriormente, com exceção aos grandes centros urbanos; É consolidada assim uma nova dinâmica ao processo de delineamento de traçados, a dispersão de equipamentos e demais características voltadas à infraestrutura urbana.

Impulsionado por companhias de colonização, este movimento recebe grande impulso a partir de um decreto lançado em 1907, que permitia a atuação de tais empresas juntamente ao desenvolvimento ferroviário, reforçando assim, as semelhanças com o modelo idealizado pelos pioneiros americanos, já que este decreto tinha como base legislações americanas.

A ferrovia desenvolve regiões, cria cidades e impulsiona a indústria, formulando uma espécie de ‘rede’ articulada em torno de seus domínios. As cidades ‘Boca de Sertão’⁸, passam a desenvolver serrarias, olarias e oficinas, destinadas ao fornecimento de materiais às ferrovias e as cidades que se reestruturavam ao longo dos trilhos e também surgiam em função de sua expansão.

“(...) the railroad industry installation draws a urbanization model, dedicated to be reproduced without variation, that propitiates, around each station, an accelerated lands valorization scheme in such a way to ensure terrific dividends that evolves the “whole system” settlement, and that extends in regional scale.”⁹

O processo de implantação de cidades da primeira metade do século XX, pode ser caracterizado como um marco ao planejamento urbano brasileiro, sobretudo da região Oeste do Estado de São Paulo, cujo principal objetivo girava em torno da obtenção de um rápido retorno do investimento empregado por seus investidores.

A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, estimula o desenvolvimento de grande parte das cidades cortadas por seu eixo. Ao passo que vagões serviam de estações,

agrimensores e engenheiros loteavam fazendas, originando novas cidades com espaços privilegiados para as estações, muitas vezes acompanhados por praças e avenidas, valorizando seu posicionamento.

“Essa articulação marcará por longo período a implementação e o crescimento de indústrias e a transformação de inúmeras cidades, existindo vários exemplos no próprio Estado de São Paulo em que a relação fábricas, habitação operária e ferrovias estrutura vastas zonas. Ademais, muitos complexos ferroviários são verdadeiras usinas, existindo oficinas de produção de componentes, de montagem e de reparos que apresentam uma organização do trabalho e encadeamento de produção de fato industriais. (...)” (KÜHL, 1998 : 40)

Uma ruptura marcante, é percebida a partir dos anos 1960, momento onde o rodoviarismo passa a apresentar grande importância ao transporte de produtos e pessoas. A partir desta nova expansão a forte característica geométrica presente no traçado urbano perde espaço para o surgimento de um traçado irregular, em contraste com o núcleo histórico das cidades.

A análise do desenvolvimento urbano e econômico do país não pode ser desvinculada a ação regionalista de seus principais meios de transporte. “Em nenhuma região da América do Sul se operou, (...) transformação tão vasta e profunda como a da Noroeste do Brasil e o que era ‘selva selvaggia’, em 12 anos se transmutou em fazendas, povoações, vilas e cidades modernas.” (AZEVEDO, 1950: 127-128)

PATRIMÔNIO?

O conceito de Patrimônio deve abranger uma visão multidisciplinar dos fatos, envolvendo desta maneira as questões referentes aos meios de produção e as formas de organização espacial, sobretudo urbanas, incluindo suas relações de caráter histórico e conformações atuais considerando também as atividades sociais envolvi-



das em seu processo dinâmico.

Sendo parte do Patrimônio Industrial, os complexos ferroviários possuem ao longo de sua análise as considerações em torno de sua abrangência física e social, permitindo a descrição dos impactos criados em meio a composição da paisagem circundante.

Para o IPHAN, instituição máxima de preservação no Brasil, assim como à UNESCO, a importância da preservação dos complexos ferroviários encontra-se na busca pela preservação e narração dos resultados obtidos ao longo dos períodos de crescimento e desenvolvimento das cidades brasileiras, assim como sua abrangência física e social aliadas aos impactos causados em sua paisagem.

A análise dos complexos ferroviários nacionais permite a compreensão dos processos em torno da capacitação técnica país, demonstrada em meio à grande diversidade de edifícios, estruturas e forma de articulação. Espaços dinâmicos e passíveis de inúmeras readaptações, identificados como peças chaves à reconversão dos núcleos urbanos em função de sua estrutura previamente existente.



FIGURA 12 _ IDENTIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS PRESENTES NO PÁTIO FERROVIÁRIO E ENTORNO.

¹ “Saberes Eruditos e Técnicos na configuração e reconfiguração do Espaço Urbano- Estado de São Paulo, séculos XIX e XX”. Além do trabalho desenvolvido pela UNESP, o projeto contava com a parceria das Universidades Brasileiras UNICAMP e PUC-CAMPINAS, além do Instituto Italiano, IAUUV. < <http://www.urbano.ifch.unicamp.br/> >

² Master Erasmus Mundus TPTI _ Techniques, Patrimoine et Territoire de l’Industrie _ Mestrado em Gestão e Valorização do Patrimônio Industrial, em parceria com as Universidades Europeias: Université Paris 1: Panthéon Sorbonne, Paris, França; Universidade Degli Studi di Padova, Padova, Itália; Universidade de Évora, Évora, Portugal. < <http://www.tpti.eu/en/> >

³ AHICF _ Association pour l’Histoire des Chemins de Fer _ Rails et Histoire _ Apoio financeiro e metodológico à pesquisas em torno da dispersão de técnicas e o financiamento ferroviário entre Brasil e França. < <http://www.ahicf.com/> >

⁴ Foram analisadas as cidades de Bauru, Avaí, Presidente Alves, Pirajuí, Penápolis, Lins, Cafelândia, Araçatuba.

⁵ CANO, 1977. Apud: RETTO JR , Adalberto da Silva; ENOKI-BARA, Marta; CONSTANTINO, Norma R. T. Avance de la franja pionera y la construcción del paisaje industrial del estado de san pablo. In: 15th International Planning History Society Conference. Cities, nations and regions in planning history.

⁶ Frente Pioneira _ MOMBEIG utiliza a expressão ao descrever o processo de desbravamento do território Paulista, a partir do Vale do Paraíba, descrevendo em especial o território referente ao Oeste do Estado de São Paulo. O termo ‘Franjas Pioneiras’ refere-se ao avanço ‘irregular’ do território em busca de novas áreas para a exploração econômica. Sendo relatado o desbravamento de áreas nas pontas dos trilhos.

⁷ Marcha para o Oeste _ nomenclatura utilizada por MOMBEIG ao processo de expansão do território brasileiro intensificado no fim do século XIX e início do século XX. O intuito era promover a ocupação do território situado além dos limites da Depressão Periférica Paulista. Tal empreitada consistia na interligação de diversos Estados brasileiros às regiões mais desenvolvidas e ao



⁸ *Boca de Sertão _ Em geral, estas cidades atraem os maiores índices de pessoas e investimentos ao longo do processo de desenvolvimento das companhias da região em virtude de seu posicionamento pioneiro. Em geral, estas cidades apresentam maiores índices de desenvolvimento e espacialização urbana mesmo após o fim das atividades das companhias de estrada de ferro. Referentes a Noroeste, caracterizavam-se como 'Bocas de Sertão' as seguintes cidades: Bauru, Avaí, Lins, Penápolis, Birigui, Araçatuba e Andradina.*

⁹ TAFURI; DAL CO, 1986: 16, Apud: RETTO JR, Adalberto da Silva; ENOKIBARA, Marta; CONSTANTINO, Norma R. T. *The grid and its variations on the extensive occupation of the west of São Paulo state: a comparative study on the four railroads.*

"(...) A indústria ferroviária desenha a instalação de um modelo de urbanização, dedicado a ser reproduzida sem variação, que propicia, em torno de cada estação, um terras esquema de valorização acelerada, de tal maneira de garantir que ótimos dividendos evolui o" "liquidação de todo o sistema e isso se estende em escala regional." (Tradução feita pela autora).

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Fernando de. "Um Trem Corre Para o Oeste. Estudo Sobre a Noroeste e seu papel no sistema de Viação Nacional". São Paulo, Livraria Martins Editora S.A, 1950

CASTRO, Maria Ines Malta. "O Preço do Progresso: A Construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1905-1924)". UNICAMP (Tese de Dissertação de Mestrado), 1993.

FIGUEIRÊDO, Lima. "A Noroeste Do Brasil E A Brasil-Bolívia". São Paulo, Livraria José Olympio Editora. 1950

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização.* São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.

LANGENBUCH, Jurgen Richard. "A estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana". Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia, Departamento de documentação e de divulgação Geográfica e Cartográfica, 1971.

LLOYD, Reginald. "20th Century Impressions of Brazil". Londres, 1913. In <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g00.htm>>, acessado em Janeiro de 2015

MOMBEIG, Pierre. "Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo". São Paulo, Editora HUCITEC, Editora POLIS. 1998. 2ª Edição.

NEVES, Correia das. "História da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil". Tipografias e Livrarias Brasil, 1958

QUEIROZ, Paulo R. Cimó [2004]. "Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século XX". Bauru: EDUSC; Campo Grande: Ed. UFMS, 2004. 526 p.



Proposta de intervenção no Complexo Ferroviário de Campinas

Bárbara Bianco Pessoa

Bianca da Cunha Bandeira Rodrigues

Caique da Costa Siqueira

Marina Aparecida de Oliveira

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Pontifícia Universidade Católica de Campinas

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo explicar o exercício realizado na disciplina de Projeto F (Projeto e Patrimônio – Técnicas Retrospectivas), que concerne ao terceiro ano de graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas, com o intuito da aplicação dos instrumentos teórico-críticos do campo disciplinar do restauro na prática projetual, e que tem como estudo de caso o Complexo Ferroviário na cidade de Campinas. Considerando o contexto histórico da economia cafeeira na cidade, é necessário ressaltar a importância do conjunto arquitetônico para a memória do espaço e seu impacto no tecido urbano. Em decorrência da crise econômica de 1929 – fator determinante para o declínio do capital do café – e da expansão rodoviária brasileira que difundiu o automóvel na década de 1960, gradativamente o espaço foi se tornando obsoleto. Diante do avanço moderno que se instala na cidade a partir desse momento, o conjunto do pátio ferroviário se viu negligenciado pelas políticas públicas e que menosprezado pela população, caiu no esquecimento da cidade. Portanto, essa proposta tem por finalidade a análise crítica com o distanciamento após o término da disciplina, procurando apreender os novos conceitos adquiridos e sua repercussão na forma de requalificar o espaço através de novos usos e restabelecê-lo de forma significativa no contexto urbano atual.

Palavras chave: Técnicas Retrospectivas, Conservação e Restauro, Complexo Ferroviário



ABSTRACT

This study aimed to explain the exercise carried out in the course of Projeto F (Projeto e Patrimônio – Técnicas Retrospectivas), which concerns the third year students of the Faculty of Architecture and Urbanism at PUC-Campinas, with the application purpose of the theory of disciplinary field of architectural restoration in architectural design solution, and as a case study the complex FEPASA Railway (Ferrovia Paulista SA) in the city of Campinas. Considering the historical context of the coffee economy in the city, it is necessary to emphasize the importance of the complex to the memory of the space and its impact on the urban fabric. Due to the economic crisis of 1929 - a determining factor for the coffee capital decline - and the Brazilian highway expansion that spread the automobile in the 1960s, gradually the space was becoming obsolete. Before the modern advancement that settles in the city from now, the entire rail yard was seen neglected by public policies and despised by the population falling by the wayside in the city. Therefore, this proposal aims to critical post-completion analysis of discipline, seeking to grasp the new concepts acquired and its consequences in the form of requalify the space through new uses and restore it significantly in the current urban context.

Keywords: Technical retrospectives, Conservation and Restoration, Railway Complex



INTRODUÇÃO

Desde o século XVIII a então Vila de São Carlos (1797) ou Cidade de Campinas (1842), se mostrou um local de atividades promissoras à economia do país. O conhecido “Caminho dos Guaiases” que atravessava a região no sentido norte ligando São Paulo aos Sertões de Goiás, visava impulsionar ainda mais a expansão portuguesa, e à beira dessa estrada colocou-se a modesta freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas de Mato Dentro (BADARÓ, 2004, LAPA, 1996 e PUPO, 1983).

Verificando o surgimento dos primeiros engenhos de cana-de-açúcar que até as primeiras décadas do século XIX foi o produto mais importante da região, e que, por volta de 1830, o plantio do café começa a ser ensaiado com grande êxito, “tomando” o lugar dos grandes canaviais e dando à cidade algumas das maiores fazendas de produção e beneficiamento de café no país; e esse período áureo do café trouxe consigo a necessidade de escoamento da produção até o porto de Santos, para ser exportado diretamente para a Europa (BENINACASA, 2008).

Contudo os meios de transportes ainda eram um entrave para o desenvolvimento da cidade, já que ofereciam ligações precárias entre Jundiaí, São Paulo e o Porto de Santos. A Companhia Paulista de Estrada de Ferro, chega na cidade em 1872, ligando Campinas a Jundiaí, completando este trecho de ligação com Santos. No mesmo ano, a Companhia Mogiana também se instala na cidade, com o intuito de estabelecer a ligação com Mogi-Mirim e atingindo posteriormente as divisas com Minas Gerais.

Segundo Lapa:

“ [...] a estrada de ferro, ao chegar à cidade, vai afetar direta ou indiretamente toda a vida urbana, pelos grandes espaços que requisitou, implicando por sua vez em obras de grande porte, edifícios, equipamentos e instalações, movimentação de numerosa força de trabalho em diferentes níveis de qualificação envolvendo o complexo da estação, com seus escritórios, bilheterias e outras instalações e repartições, pátio de manobras,

gare de embarque e desembarque de passageiros, plataforma de carga e descarga, oficinas de manutenção, fabricação e montagem, armazéns, além de divisões localizadas fora desse complexo, a ferrovia na verdade alterou profundamente o desenho urbano de Campinas (LAPA, 1996, p.24).”

Por meio de suas pesquisas sobre a arquitetura ferroviária de São Paulo, Kühl afirma que “a Estação de Campinas é um dos exemplos mais significativos neste trecho em estudo, por ser a estação de maior relevância e porte. Campinas foi um centro de importância para a Companhia, pois nela estava localizado seu Centro de Administração Técnica” (KUHL, 1998, p. 156).

Ressalta que o grande desenvolvimento das Companhias Paulista e Mogiana foi realizado com capital levantado entre os cafeicultores por meio de ações. Como fruto da aliança inseparável: café, ferrovia e aceleração da vida urbana – Campinas se projeta como importante pólo de atividades empresariais, comerciais, centro de serviços e destacado núcleo cultural. Após a falência desse sistema cafeeiro com a quebra da Bolsa de Nova Iorque, a cidade viu seu capital desfalcado, começando assim a decadência da Mogiana.

A chegada do automóvel e a implantação das autoestradas ao redor da cidade, foram agentes determinantes para que em 1997 a companhia encerrasse suas atividades ferroviárias e deixasse todo seu complexo arquitetônico à mercê da administração pública municipal.

INTRODUÇÃO AO CAMPO DISCIPLINAR DO RESTAURÓ NA DISCIPLINA DE CUNHO PRÁTICO

Ao que concerne à formação do arquiteto-urbanista na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, no terceiro ano de graduação tivemos o primeiro contato com a questão do campo disciplinar do restauro como meio de requalificação urbana, especificamente nas disciplinas: Projeto F (Projeto Patrimônio e Técnicas Retrospectivas), Atividade Complementar Tópicos Especiais do Campo



Disciplinar do Restauro Arquitetônico e Urbanístico e indiretamente pela disciplina de Teoria da Arquitetura, auxiliaram-nos no desenvolvimento de um olhar crítico sobre o objeto de estudo.

Segundo Cesare Brandi,

“A restauração constitui um momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na dúplici polaridade, estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro.” Uma maior compreensão do campo de atuação em questão assim é exposta, de forma que é necessário que a restauração se inspire na atuação prática (BRANDI, 2004, p.30).

No que concerne à teoria brandiana aplicada, considera-se a contemporização das instâncias históricas e estéticas no ato do projeto, como momento metodológico do reconhecimento da obra de arte como tal.

“Por conseguinte, pode-se enunciar o segundo princípio do restauro: a restauração deve visar ao reestabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem comentar um falso artístico ou falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo” (BRANDI, 2004, p. 33).

Quando Campinas se coloca como objeto de estudo, passamos a reconhecê-la através de sua paisagem cultural, onde a arquitetura pontua as marcas de sua trajetória urbana a partir do centro histórico, que mesmo depois de intensas sobreposições impostas pelo tempo do seu rápido desenvolvimento, apresenta vestígios materiais do período colonial e da gênese urbana, até todos os períodos subsequentes; sendo ainda um lugar de significados e práticas imateriais para diversos grupos socioculturais (CAMPINAS, 2014, p.3).

O COMPLEXO FERROVIÁRIO DE CAMPINAS E SUA SITUAÇÃO NA PAISAGEM

Pertinentemente no seu trabalho sobre espaços ferroviários, Beatriz Kühl descreve a paisagem das cidades onde os pátios ferroviários foram instalados,

“As Ferrovias marcaram, e marcam, a paisagem das

cidades paulistas, com suas vias e edifícios que permanecem até hoje. Muitas vezes, as estações atraíram para suas proximidades hotéis e estabelecimentos comerciais. Com a decadência do transporte ferroviário, as áreas onde se localizam muitas das estações se encontram em decadência (KUHL, 1998, p. 138).

Neste contexto e considerando a história da cidade de Campinas, o complexo ferroviário se coloca em um espaço de grande importância na dinâmica urbana ao longo do tempo. Contudo, hoje não há uma coexistência democrática entre o complexo e a cidade, já que o centro expandido, após o seu esvaziamento populacional, se coloca voltado para as necessidades periféricas onde atualmente a população residente se encontra.

Além da questão física do lugar, há a questão do fator humano a ser levado em consideração. Há a memória daqueles que a conceberam, construíram e ali viveram, trabalharam, dedicaram suas vidas, um valor que deve ser reconhecido em nome destes ferroviários. Sendo assim, cabe ao projeto de intervenção relacionar este espaço ao seu entorno, já que seu crescimento econômico e urbano é intrínseco à implantação deste complexo ferroviário. Para isso, há uma urgência na desmistificação em torno destas edificações, o qual a história ali representada não deve mais ser um entrave para a desenvolvimento contemporâneo do espaço, superando a antítese antigo/novo, reconhecendo assim o valor a ser adquirido a partir da preservação e da reabilitação do espaço.



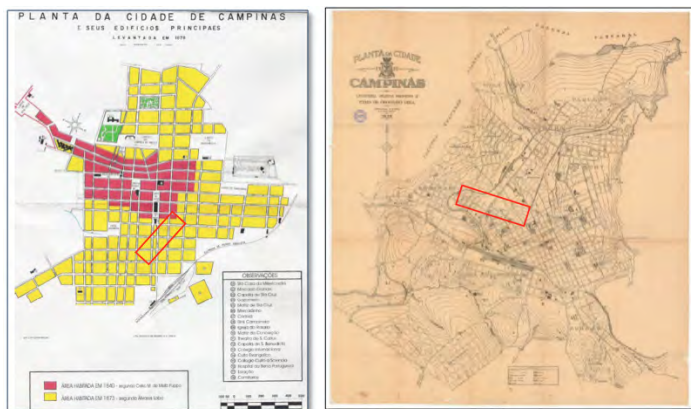


Figura 1 e 2: Plantas de Campinas em 1872 e 1929, respectivamente
 Fonte: CAMPINAS, Prefeitura Municipal. Preservação Cultural: Estudo Preliminar das Paisagens Culturais de Campinas. FUPAM, Campinas, 2014. Op. Cit., p. 3. Disponível em <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/luos/p3a/anexo3_fichas_paisagensculturais/anexo_3.pdf>. Acesso 07 de abril de 2016.

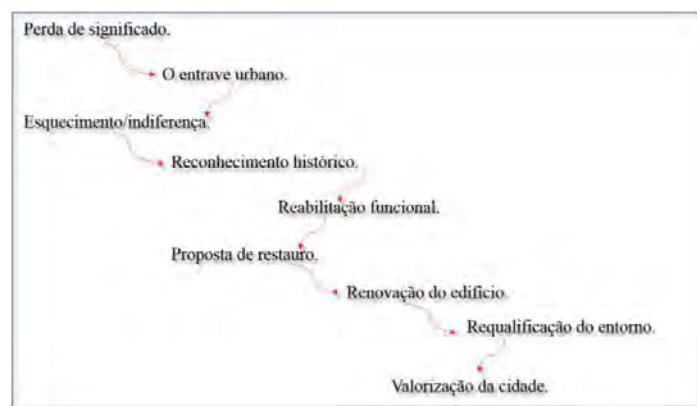


Figura 4: Esquema do raciocínio da equipe.

PROPOSTA URBANA E ARQUITETÔNICA

O projeto tem como objetivo estabelecer com que o Complexo proporcione um espaço que não seja um grande obstáculo para a ligação entre a Vila Industrial e o centro e, a partir de um novo programa, se torne um novo espaço público de cunho cultural, qualificado para diferentes usos.

O complexo é privilegiado pela proximidade com os Terminais Rodoviários (Rodoviária de Campinas – Ramos de Azevedo, Terminal Metropolitano Prefeito Magalhães Teixeira, Terminal Central – Viaduto Miguel Vicente Cury), com o centro histórico de Campinas e com a Vila Industrial. Uma vez que esses serviços se concentram nessa região e atendem a todos os bairros e classes sociais, criam um ponto de confluência onde o conjunto arquitetônico do complexo se torna parte da paisagem daqueles que por ali trafegam.

O programa escolhido para o local reconhece a necessidade existente de uma estrutura adequada às atividades da Orquestra Sinfônica Municipal de Campinas (OSMC), além da ausência de um projeto de âmbito social voltado exclusivamente à educação musical, tanto infantil como profissionalizante, visto sua importância no contexto cultural da cidade.

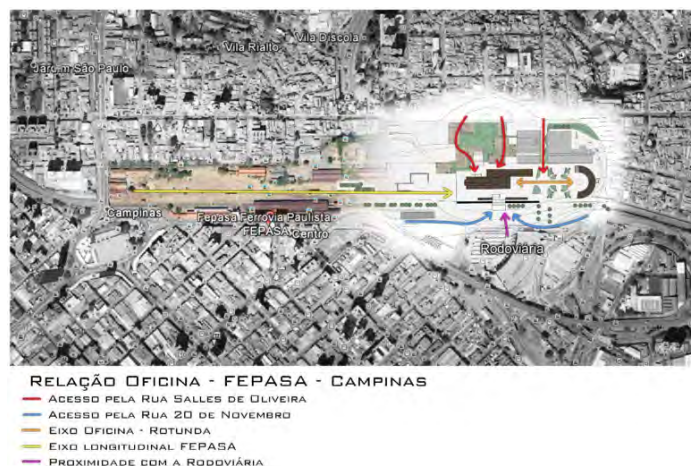


Figura 4: Implantação da proposta projetual.
 Fonte: Arquivo pessoal da equipe.





Figura 5: Proposta de intervenção.
Fonte: Arquivo pessoal da equipe.

Dentro do complexo o projeto se desenvolveu a partir do edifício da antiga “Oficina da Mogiana” que representa um grande marco na paisagem devido à sua dimensão e sua solução formal peculiar: fachada imponente e delicadamente ornamentada.

A proposta se desenvolve em quatro operações principais: abertura do térreo da Oficina para acesso público, a criação de um mezanino que abrigue as atividades de educação musical, um auditório para apresentação da OSMC e outras performances, e uma estação para o TRAM. Assim, o projeto de intervenção não se restringiu ao edifício da Oficina e ganhou amplitude ao possibilitar que explanássemos questões de urbanismo e paisagismo.

O primeiro passo da intervenção foi reconhecer os fluxos de pedestres e pensar como o Complexo poderia potencializá-los, proporcionando caminhos mais diretos e mais agradáveis para os transeuntes. Dessa forma, a conexão entre as vias, Vinte de Novembro e Dr. Sales de Oliveira se dá por dois percursos, um que se situa entre a Oficina e o edifício da Rotunda passando pelos galpões existentes no local, e outro que passa próximo a lateral do auditório. Ao longo desses eixos estruturadores da proposta foram criadas praças que vencem o desnível e através de um desenho paisagístico possibilitam um passeio prazeroso, além de permitirem a

visualização do projeto de intervenção e algumas áreas de permanência.



Figura 6: Edifício anexo proposto para a Oficina.
Fonte: Arquivo pessoal da equipe.

Foi analisada a situação de mobilidade relacionada ao transporte: com a proposta de implantação do TRAM no leito ferroviário e a proximidade com a Rodoviária de Campinas, criou-se uma pequena estação no edifício adjacente à Oficina. Aqui percebe-se o diálogo com o preexistente ao mesmo tempo em que a intervenção se distingue na paisagem.

Em relação ao próprio objeto de intervenção, o térreo da Oficina fica destinado a usos públicos como lanchonete, espaço para apresentações, espaço infantil, biblioteca com acervo em diversos tipos de mídia, espaço de projeções, loja de instrumentos musicais e luthier (sala destinada a concerto e fabricação de instrumentos).

A estrutura, o ritmo das aberturas, as proporções, os materiais e a ambiência do edifício foram respeitadas e evidenciadas no projeto. Há um diálogo constante entre o novo e o antigo enquanto há também uma aproximação do interior com o exterior. Nesse contexto as áreas de transição são essenciais e seções da vedação da construção são retiradas para permitir ao observa-

dor uma experiência inusitada do espaço. O mezanino é destinado às dependências da escola de música, ou seja, o acesso é restrito aos alunos e funcionários.

A biblioteca é o único uso comum aos dois pavimentos, porém no segundo andar é restrita, pois possui um acervo específico. As salas de aula se dividem entre a teoria, prática e ensaio e tem tanto um cunho individual quanto coletivo. Elas se colocam como volumes soltos e a circulação é periférica de maneira que elas possam ser isoladas acusticamente e, ao mesmo tempo priorizar a visualização da paisagem pelas aberturas da Oficina. A administração tem uma solução diferente, ela se aproxima das aberturas existentes, já que a quantidade de pessoas naquele espaço é menor. Os recortes na laje criam passarelas que conectam as salas e permitem às pessoas que estão no térreo não percam a noção espacial, mas sem deixar de evidenciar o edifício como um todo.

O auditório é o elemento que mais se destaca na intervenção devido ao seu volume. Implantado aproveitando a topografia do terreno para a colocação dos acantos. Uma marquise de concreto translúcido o conecta com a Oficina e parece transpassar o edifício, já que do lado oposto uma marquise do mesmo material é colocada para abrigar a área externa da lanchonete. Assim, o auditório se comunica com o restante do projeto pela marquise e permite que o percurso seja feito na sombra e abrigado da chuva.



Figura 7: Proposta para o auditório.
Fonte: Arquivo pessoal da equipe.

Pensando mais uma vez nas necessidades dos passantes que necessitam trafegar pelo local, praças foram abertas no terreno atrás do auditório. Os patamares foram cuidadosamente escalonados de forma a tornar a passagem um ato agradável e prazeroso, onde o desnível não é um incômodo e sim um componente morfológico daquele espaço a ser também respeitado.

Além dessa praça que se divide em patamares outras áreas verdes foram dispostas entre a Oficina e o prédio da GARE e a Rotunda. Nesses espaços a intenção de proporcionar um conforto térmico natural, espaços de contemplação, passagem e permanência é demonstrada pelo desenho que se intensifica ao acompanhar o eixo do leito ferroviário.





Figura 8: Complexo visto pela Rotunda.
Fonte: Arquivo pessoal da equipe.



Figura 9: Interior oficina.
Fonte: Arquivo pessoal da equipe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto apresentado foi desenvolvido no primeiro semestre de 2015, na disciplina de Projeto F – como explicitado acima. Após a conclusão da matéria no segundo semestre do mesmo ano, a equipe participou, conjuntamente com a disciplina obrigatória de Teoria, uma das atividades complementares oferecidas pela universidade: “Tópicos especiais do campo disciplinar do restauro arquitetônico e urbanístico”.

Apesar do distanciamento de um semestre e todos os conteúdos apreendidos nas três disciplinas cursadas, nos deparamos com a análise aprofundada dos aspectos formais do projeto, e do programa apresentado para o complexo, demonstrando coerência tanto na dimensão dos princípios adotados para intervenção em um bem cultural, quanto ao programa em si, visto o cenário atual da Orquestra Sinfônica Municipal de Campinas (OSMC) e da importância da educação musical para um novo panorama educacional na cidade, resgatando assim diversas crianças e jovens e apresentando-lhes uma nova cultura, uma atividade não somente de lazer, mas com possibilidade de obter uma formação profissionalizante.

Portanto, o escopo teórico apreendido na atividade complementar, aliado à prática de projeto F (projeto-patrimônio), somado ao conteúdo da disciplina de Teoria, resultaram em uma gama de novas informações sobre área em questão, e despertou diversas críticas em relação as posturas que devemos assumir no tocante ao ambiente construído preexistente.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BADARÓ, Ricardo. Campinas, o despontar da modernidade. Campinas: Unicamp, 2004.

BENINCASA, Vladimir. Fazendas paulistas: arquitetura rural no ciclo cafeeiro. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-14032008-151048/>> Acesso em 17.mai.2015.

BRANDI, Cesare. Teoria da Restauração. São Paulo, Ateliê, 2004.

COSTA, Pablo D. S. R. Os espaços ferroviários de Campinas: (Re) Leituras Contemporâneas. Dissertação (Mestrado em Urbanismo). Pontifícia Universidade Católica de Campinas – CEATEC, Campinas, 2010.

FARAH, Ana. Paula. Instrumentos metodológicos para atuação no campo disciplinar do restauro arquitetônico. Notas de Aulas, 2015.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo. Reflexões sobre a sua preservação. São Paulo: Ateliê Editorial / FAPESP / Secretaria da Cultura, 1998.

_____. História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos. In. R. CPC, São Paulo, v.1, n.1, p. 16-40, nov. 2005/ abr. 2006.

LAPA, José Roberto do Amaral. A Cidade: Os Cantos e os Antros: Campinas 1850-1900. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. Preservação Cultural: Estudo Preliminar das Paisagens Culturais de Campinas. FUPAM, Campinas, 2014. Op. Cit., p. 3. Disponível em <<http://www.campinas.sp.gov.br/go->

[verno/seplama/luos/p3a/anexo3_fichas_paisagensculturais/anexo_3.pdf](http://www.campinas.sp.gov.br/go-verno/seplama/luos/p3a/anexo3_fichas_paisagensculturais/anexo_3.pdf)>. Acesso 07.abril.2016.

PUPO, Celso Maria de Mello. Campinas, Município do Império. Campinas: Imprensa Oficial do Estado, 1983.

VILLANUEVA, Ana Aparecida. Preservação como projeto: área do pátio ferroviário central das antigas CIA. Paulista e CIA. Mogiana - Campinas – São Paulo. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1996.





Restauro da arquitetura moderna: conceitos, abordagens e desafios

Cezar Chamusca Assmar Filho

Arquiteto e Urbanista graduado pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia.
Pós-Graduado em Tecnologia e Gerenciamento de obras pelo SENAI - CIMATEC

RESUMO

A partir da segunda metade do século XX, principalmente nas últimas duas décadas, se observa uma necessidade maior de se estudar e debater o restauro dos monumentos do Movimento Moderno. Através dessas discussões, surgem peculiaridades que precisam ser respondidas, seja pelas atuais teorias do restauro, seja por novas teorias e princípios a serem elaborados.

Ante ao exposto, o presente trabalho busca levantar os principais conflitos e desafios do restauro dos monumentos da Arquitetura Moderna, além de verificar a compatibilidade desse tipo de restauro com as teorias atuais e estabelecer um histórico sobre as principais vertentes teóricas dos últimos dois séculos, tendo em vista estudar os conceitos e as bases teóricas que porventura possam ser compatíveis com o restauro dos monumentos e dos conjuntos modernos.

Palavras chave: Restauração, Arquitetura, Moderna.

ABSTRACT

From the second half of the twentieth century, particularly the last two decades have seen a increasing need to study and discuss the restoration of the Modern Movement monuments. Through these discussions, there are peculiarities that need to be answered, either by current theories of restoration, either by new theories and principles to be elaborated.

Thus, this article aims to raise the main conflicts and challenges of the restoration of monuments that belongs to the Modern Architecture, in addition to checking the compatibility of this kind of restoration with current theories, in addition to make a historical approach to the main theoretical aspects of the last two centuries will be made in order to study the concepts and theoretical bases that can possibly be compatible with the restoration of monuments and modern sets.

Keywords: Restauration, Architecture, Modern.



A IMPORTÂNCIA DO RESTAURO DA ARQUITETURA MODERNA

A conservação da Arquitetura Moderna já existe há algum tempo no mundo. No Brasil, alguns casos como a Igreja da Pampulha e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (ZANCHETI, 2014) foram tombados e hoje fazem parte do patrimônio público. Esses edifícios icônicos têm sido exceção. O que se vê, na prática, é a destruição de muitas edificações modernistas sem levar em conta os seus valores. MacDonald reforça a afirmação de Zancheti, afirmando que, com exceção dos edifícios icônicos, a falta de reconhecimento dessas edificações como patrimônio têm levado à perdas que serão lamentadas no futuro (2002, p.1), tradução nossa.

Seguindo a mesma linha dos autores anteriores, Paschoalin afirma que “a arquitetura moderna é parte integrante, considerada a grande massa de edifícios das cidades contemporâneas, porém devido a sua pouca idade ainda não é considerado, pela sociedade, seu caráter cultural de patrimônio que deve ser perpetuado para as novas gerações” (2012, p. 34).

Ainda segundo MacDonald, apesar da destruição do patrimônio arquitetônico do século XX, nas últimas duas décadas cresce o número de profissionais que têm fomentado a importância desse patrimônio, impulsionado principalmente pela formação do DOCOMOMO internacional, uma ONG internacional sediada em Barcelona e com representação em mais de 40 países, cujo objetivo é proteger o patrimônio das criações do movimento moderno na arquitetura, urbanismo e áreas afins. O fomento dessas discussões aliado à inserção desses discursos na prática profissional são de vital importância para a conservação dos monumentos da arquitetura moderna, e podem contribuir substancialmente sobre a conscientização da importância desse patrimônio.

A ÉTICA NO RESTAURO E NA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Nos últimos 150 anos, muito se escreveu sobre as te-

orias da conservação e do restauro. Diversos princípios, códigos e cartas foram escritos, buscando sempre atualizar as temáticas da restauração para diferentes contextos. As discussões sobre a conservação e o restauro após a década de 1950 levaram à criação de cartas internacionais, como a carta de Veneza, a carta de Amsterdã e a carta de Burra, que definiram alguns princípios a serem utilizados na conservação e no restauro das edificações. A carta de Veneza é uma das mais importantes, sendo um documento reconhecido ainda nos dias atuais. Luso, Lourenço e Almeida pontuam os pontos mais importantes dessa carta:

“(a) ampliação do conceito de monumento, que além de criações arquitetônicas isoladas históricas, devem ser também os conjuntos urbanos e rurais com significado especial e obras modestas com valor cultural. (...); (b) quando for necessário, o restauro deve respeitar os materiais utilizados e todas as partes de diferentes épocas, que não devem ser adulteradas ou destruídas; (c) estudo acompanhado de investigação arqueológica e histórica do monumento, utilizando meios interdisciplinares avançados (...) que precedam os trabalhos de restauro; (d) as intervenções de restauro devem abranger trabalhos que, em qualquer momento, o objeto sobre o qual se atuou se possa despojar da atuação e voltar ao momento anterior à sua realização, ou seja defende a necessidade de reversibilidade nas intervenções estruturais e construtivas; (e) refere a necessidade de uma manutenção periódica dos edifícios e uma atribuição funcional socialmente útil.”. (2004, p. 42)

A carta de Veneza ampliou o conceito de monumento e afirma o respeito à estratificação histórica. De acordo com Zevi, “as relações espaciais da arquitetura mudaram nos últimos dois milênios e a conservação da arquitetônica tratou cada relação espacial diferenciadamente”. (ZEVI, 2002) apud (ZANCHETI, 2014, p.



12).

Apesar das discussões sobre o restauro serem bastante controversas e não chegarem a um consenso, existem alguns princípios que são amplamente aceitos pela grande maioria dos estudiosos do restauro, descritos por Zancheti como princípios éticos da conservação:

a) Busca pela “verdadeira “natureza” dos objetos: essa noção de verdadeira natureza se modifica com o passar do tempo e com os diferentes contextos históricos. Hoje em dia, nenhuma dessas verdades possui o status de absoluta.

b) Reversibilidade: “qualquer ação de conservação deve ser realizada com materiais e técnicas que permitam a remoção da intervenção para o retorno à situação inicial em que o objeto foi encontrado”.

c) Mínima intervenção: As ações de conservação devem intervir o mínimo possível na edificação.

d) Pragmatismo: Qualquer ação de conservação possui um custo, que deve ser levado em consideração nas tomadas de decisões de intervenção.

e) Curadoria: “Um objeto patrimonial somente pode ser conservado se existe um agente social que se responsabilize pela sua guarda e manutenção. Essa guarda está associada a um uso socialmente reconhecível e necessário como no caso dos edifícios e das áreas urbanas, que sem uso decaem logo após o restauro”. (ZANCHETI, 2014, p. 10)

DESAFIOS NO RESTAURO DA ARQUITETURA MODERNA

Apesar de já existir há algum tempo, inclusive no Brasil, o campo do restauro da arquitetura Moderna tem sido controverso. Enquanto alguns autores salientam não ser possível aplicar os preceitos teóricos de restauração, outros discordam dessa afirmação, conforme relatado por Kühl e Salvo:

“No caso da arquitetura moderna, muitos desqualificam sumariamente os preceitos teóricos da restauração, entendendo-os como impossíveis de serem aplicados à arquitetura moder-

na; no entanto, isso não é provado de modo convincente. Invocam-se argumentos tais como a facilidade de reproduzir-se os elementos, a existência de projetos pormenorizados ou a proximidade do sistema projetual (ou ainda a presença do autor do projeto), o experimentalismo construtivo que leva a processos de degradação, cujo tratamento não é conhecido em profundidade, a obsolescência funcional, a facilidade de utilizar técnicas semelhantes ou “melhores” e a proximidade temporal, que dificulta o reconhecimento da obra por seu valor documental, como razões para uma tendência difusa a refazimentos, complementos e volta a um suposto estado original. Ou seja, não se conserva a obra tal como chegou a nossos dias, não se respeitam suas estratificações, e ela não é entendida em sua individualidade e em seu particular transcurso ao longo do tempo. Esquece-se ainda que, mesmo se contando com projetos executivos pormenorizados (...) a construção como realizada pode apresentar variações significativas em relação ao projeto; ou seja, substituir indistintamente e refazer elementos segundo o projeto original é, por um lado, destruir documentos históricos de relevo e, por outro lado, colocar em seu lugar algo que não é nem mesmo uma reprodução fidedigna daquilo que foi construído.” (KÜHL & SALVO, 2005, p. 200)

Da mesma maneira que Kühl e Salvo, Zevi afirma que “não existiria uma razão especial para pensar-se em uma nova abordagem ou teoria para o caso da arquitetura moderna. Ela traz novos problemas e desafios que podem ser considerados dentro de teoria contemporânea da conservação.” (ZEVI, 2002) apud (ZANCHETI, 2014, p. 12).

A respeito desses desafios, Zancheti afirma que

“A rápida obsolescência as mudanças nas tecnologias de produção industrial dos materiais



fizeram com que os edifícios modernos mais antigos não possam ser restaurados com os materiais e técnicas utilizados na sua construção. É necessário recorrer-se ou ao uso de falsos materiais ou técnicas que se assemelhem aos utilizados inicialmente ou utilizar substituições por outros com diferente natureza. Esse problema é muito interessante, pois coloca um problema novo para a ética da conservação.

O problema citado por Zancheti fere o princípio da mínima intervenção, o qual define que se deve manter, dentro do possível, os materiais originais. No caso do restauro do edifício Lever House, em Nova York, Zancheti descreve que “os restauradores optaram por substituir os painéis de vidro originais por outros com materiais contemporâneos (no caso o vidro) que poderiam aumentar a sua eficiência energética. Foi entendido que o valor estético do edifício era o mais importante para sua significância e que, portanto, mantendo-se a cortina de vidro, na mesma forma do original não haveria perda de valor.”. (ZANCHETI, 2014, p. 12)

Essa forma de intervenção possui o problema da autenticidade material. No caso em questão, abriu-se mão da autenticidade de um elemento bastante representativo para que se pudesse obter maior eficiência energética e adaptar o edifício às novas necessidades do mundo contemporâneo.

Ainda no tocante aos desafios desse tipo de restauração, Paschoalin reforça o ponto de vista apresentado por Zancheti:

“As intervenções no patrimônio moderno, devido em muitos casos à questão da atualização tecnológica para responder a esses novos requisitos, rompem e ferem alguns princípios fundamentais como a mínima intervenção, a manutenção da materialidade de maneira a preservar a autenticidade, a reversibilidade e a aceitação das marcas do tempo na edificação. Isto se torna um dos maiores desafios e conflitos existentes na análise interventiva desses bens.

A sua relativa “novidade” apresenta ainda a falta de conhecimento acerca do desempenho de alguns materiais modernos, sistemas de reparação e manutenção da sua vida útil. (2012, p. 17)

Além desses problemas descritos anteriormente, Moreira enumera uma série de outros problemas característicos do restauro da Arquitetura Moderna:

1) a própria atenção que arquitetos modernos dispensaram à funcionalidade que, conjugada com a rápida obsolescência funcional, trouxe dificuldades para a introdução de novos usos; 2) a dimensão material do edifício que inclui problemas como o uso de materiais novos sem um entendimento do desempenho destes no longo prazo, o uso de materiais tradicionais de forma inovadora, falhas na construção, problemas de detalhamento e o uso de materiais fabricados em série; 3) a necessidade de substituir sistemas infra estruturais (aquecimento, ar-condicionado, água, eletricidade, etc.) para que o edifício continue em uso, acarretando problemas de adequação; 4) a ausência de uma cultura da manutenção, que afeta diretamente os edifícios modernos; 5) a dificuldade de aceitação da pátina nesses edifícios, pois quase nunca é vista como um valor; 6) as dificuldades enfrentadas pelos conjuntos habitacionais que não conseguiram acompanhar o envelhecimento, enriquecimento e empobrecimento de suas populações; e 7) os problemas existentes no reconhecimento e tombamento desta arquitetura. (2010, p. 152)

CONCLUSÕES

Baseado nas experiências dos autores já citados, é possível enumerar, de forma resumida, uma série de desa-



fios a serem enfrentados no restauro dos monumentos da arquitetura moderna:

1. Problemas de funcionalidade e mudanças de uso;
2. Problemas de durabilidade dos materiais no longo prazo – Experimentalismo construtivo;
3. Incompatibilidade das instalações antigas com as novas. Problemas com a atualização tecnológica (centrais de ar-condicionado, quadros elétricos, condensadoras de ar condicionado, entupimento das tubulações metálicas, dimensionamento dos cabos elétricos para atender às novas demandas, subestações, etc.);
4. Ausência de manutenção preventiva;
5. Não aceitação da pátina;
6. A conservação de conjuntos arquitetônicos, sobretudo os grandes conjuntos habitacionais;
7. O enriquecimento ou empobrecimento dos seus habitantes, e consequentemente a capacidade dessa população de manter o imóvel;
8. A falta de reconhecimento da Arquitetura Moderna como patrimônio;
9. A dificuldade em adotar o princípio da mínima intervenção em materiais altamente perenes ou em estruturas que foram pensadas para serem temporárias;
10. Obsolescência dos materiais empregados, sobretudo os produzidos em escala industrial;
11. Incompatibilidade entre as normas técnicas antigas e as atuais, sobretudo nas áreas de dimensionamento estrutural, dimensionamento das cargas elétricas, acessibilidade, saídas de emergência, instalações de incêndio, altura de guarda-corpo e corrimão, dentre muitas outras;
12. Incompatibilidade entre as legislações de ordenamento e uso do solo antigas e as atuais, além das leis ambientais e de segurança no trabalho;
13. Incompatibilidade dos tecidos urbanos antigos com os atuais, sobretudo com a sobrevalorização do automóvel nas cidades brasileiras em detrimento dos espaços públicos e áreas livres;
14. As falhas construtivas advindas do experimentalismo construtivo e da baixa qualificação da mão de obra da construção civil;

15. O alto custo das intervenções de manutenção e restauro, principalmente as que demandam muita mão-de-obra ou mão-de-obra muito especializada (reforços estruturais, retrofits, etc.).

16. Distanciamento acentuado entre a teoria e a prática profissional.

17. A falta de interesse do mercado imobiliário brasileiro em edifícios tombados, que leva ao desinteresse pela conservação.

O debate a respeito da importância e da abordagem do restauro nos monumentos da arquitetura moderna é fundamental para o fomento da conservação da memória do Movimento Moderno. A respeito das discussões que foram abordadas nesse trabalho, foi possível constatar que os problemas inerentes à conservação do patrimônio Moderno muitas vezes são encontrados em edificações e conjuntos anteriores. A mudança de legislação, de normas técnicas e de tecido urbano não podem servir de pretexto para a não conservação dessas edificações, tendo em vista que são problemas que precisam ser enfrentados em qualquer intervenção de restauro.

Assim sendo, as teorias atuais do restauro podem responder satisfatoriamente à problemática do restauro nas edificações modernas. Existem uma série de princípios, comuns inclusive entre vertentes antagônicas, que podem ser adotados na atividade projetual de restauro em monumentos da Arquitetura Moderna, como a mínima intervenção, a não propagação do “falso histórico”, a reversibilidade, o pragmatismo e a curadoria. Independente da vertente, esses princípios são amplamente aceitos, podendo servir de base conceitual nos projetos de intervenção em preexistência.

Nos últimos dois séculos, muito se discutiu sobre as teorias do restauro. Apesar da oposição de ideias entre as diferentes vertentes, o objetivo comum é a valorização e a conservação do patrimônio edificado. Dessa forma, é de fundamental importância que o restaurador possa exercer o juízo crítico sobre a forma menos danosa e mais respeitosa de intervir, estabelecendo suas prioridades de acordo com as peculiaridades de cada objeto e



com os recursos disponíveis para a intervenção.

REFERÊNCIAS

ANDRADE JR, N. V. D. A Questão da Ocupação dos Vazios em Conjuntos Históricos. Seminário de história da cidade e do Urbanismo. São Paulo: IX SHCU. 2006. p. 1 - 22.

ANDRADE JR, N. V. D. O futuro do passado: Arquitetura Contemporânea na América do Sul. 6º Projetar: O projeto como instrumento para a materialização da Arquitetura: ensino, pesquisa e prática. Salvador: [s.n.]. 2013.

CUNHA, C. D. R. E.; KODAIRA, K. T. O legado moderno na cidade contemporânea: restauração e uso. Universidade de São Paulo. São Paulo.

CARBONARA, G. Architettura d'oggi e restauro. Un confronto antico-nuovo.. UTET Scienze Tecniche , Turim, 2011.

CARRILHO, M. J. Restauração de obras modernas e a Casa da Rua Santa Cruz de Gregori Warchavchik. Vitruvius - Arqutextos, nov. 2000. Disponível em: <www.vitruvius.com.br>. Acesso em: 13 maio 2015.

GONSALES, C. H. C. A preservação do patrimônio moderno: Critérios e valores. 2o Seminário DOCOMOMO N-NE. [S.l.]: Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. 2008. p. 16.

KÜHL, B. M. Preservação Do Patrimônio Arquitetônico Da Industrialização. [S.l.]: [s.n.], 2009.

KÜHL, B. M.; SALVO, S. Preservação da arquitetura moderna e metodologia de restauro. Ciclo de Palestras sobre preservação. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2005. p. 13.

LUSO, E.; LOURENÇO, P. B.; ALMEIDA, M. Breve história da teoria da conservação e do restauro. Revista Engenharia Civil, Guimarães, 1, n. 1, Maio 2004. 14.

MACDONALD, S. 20th Century heritage: recognition, protection and practical challenges. ICOMOS World Report 2002-2003 on monuments and sites in danger. Parramatta , Austrália: ICOMOS.

2002.

MARAMOTTI, A. L. Passato, Memoria, Futuro: La conservazioni dell'Architettura. Milão: Guerini, 1996.

MARTINS, M. C. A. O caso Maracanã: A Arquitetura Moderna e as teorias de restauro. 3º Congresso Iberoamericano de restauración y conservación del patrimonio. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2013. p. 12.

OLIVEIRA , C. T. D. A. et al. O restauro do moderno: o caso do edifício Vilanova Artigas da FAUUSP. Universidade de São Paulo. Porto Alegre, p. 12.

PANE , R. Città Antiche Edilizia Nuova. Nápoles : Edizioni Scientifiche Italiane , 1959.

PASCHOALIN, R. F. Restauração da catedral de Brasília: desafios e conflitos da restauração da Arquitetura Moderna. Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, p. 107. 2012.

PELLEGRINI, A. C. S. Quando o projeto é patrimônio: a modernidade póstuma em questão. Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 273. 2011.

PIÑON, H. Teoria do Projeto. Porto Alegre : Livraria do Arquiteto, 2006.

SEMES, S.. The future of the past: A conservation ethic for architecture, urbanism and historic preservation. Nova York: W. W. Norton & Company , 2009.

RUSKIN, J. Le sette lampade dell'architettura. Milão: Jaca Book, 2007.

ROGERS , E. N. La responsabilità verso la tradizione. Esperienza dell'Architettura , Milão, 1997. 267 - 269.

ZANCHETI, S. M. Teoria Contemporânea da Conservação e a Arquitetura Moderna. Texto para discussão - Volume 58, Olinda, 2, n. Gestão de Restauro, 2014.





Tema 2

Conservação e restauro

O Engenho da Toca em Ilhabela: um caso de investigação e memória

Bárbara Marie Van Sebroeck Lutiis Silveira Martins

Arquiteta e Urbanista pela FAU-USP, estudante de Turismo na ECA-USP

RESUMO

A história da cana de açúcar em Ilhabela com seus mais de trinta engenhos que desenvolveram atividades no fabrico de açúcar e aguardente transformou radicalmente a paisagem da ilha graças aos cultivos extensivos de cana de açúcar e café. A Mata Atlântica retomou o seu lugar nos morros, fomentado pela criação do Parque Estadual da Serra do Mar. Este trabalho procura situar estes engenhos de diversas épocas ao trabalhar o Engenho da Toca como uma metonímia da história de Ilhabela. O ponto turístico criado nos anos 1970 abriu três quedas d'água para visitação do público, cujo atendimento se iniciou nas proximidades de um antigo engenho de aguardente e passou a ser realizado nos espaços internos do edifício anos mais tarde. A importância de se registrar a história deste edifício se faz cada vez mais presente: seja pelas memórias, ou ainda por se tratar da última destilaria em funcionamento em Ilhabela.

Palavras-chave: Engenhos; cachaça; Ilhabela

ABSTRACT

The history of sugar cane in Ilhabela and its thirty mills developed activities of production of sugar and cachaca drastically changed the island due to the extensive sugar cane and coffee plantations. The Mata Atlântica took back its place in the hills even more after the creation of the Parque Estadual da Serra do Mar. This article seeks to place these mills throughout the times studying Toca's Mill as a metonymy of Ilhabela's history. The touristic point created in the 1970's opened three waterfalls to public visitation, and its reception was made in the old cachaca mill nearby. The importance of this building's history is clear because of its memory or because it is the last mill still working in Ilhabela.

Key-words: Mills; cachaca; Ilhabela



1. Introdução

O litoral Norte apresentou sempre um caráter de isolamento frente a outras regiões do Estado de São Paulo. O desenvolvimento do cultivo da cana de açúcar em toda a extensão da região marcou momentos de pujança econômica, expressas pelo número de engenhos construídos e volumes de produção, bastante superiores aos de outras regiões.

Um primeiro ciclo produtor aconteceu no século XVII, momento em que os engenhos partem da região de Santos rumo a São Sebastião, no entanto, poucos são os remanescentes. De um segundo momento, já no século XVIII, Ilhabela contabilizava já dezesseis engenhos, dos quais encontram-se entre quatro e cinco remanescentes, como é o caso do Engenho São Mathias e do Engenho d'Água. Em 1805, o povoado da ilha foi elevado à condição de vila, recebendo o nome de Vila Bela da Princeza.

A partir da leitura dos Almanaks Mercantis da Província de São Paulo, é possível verificar a substituição gradual dos engenhos na fabricação da aguardente em detrimento do açúcar. Uma das justificativas para o abandono da fabricação do açúcar está no fato de que sua produção passou a ocorrer no planalto, devido à maior oferta de terras, além da passagem para o breve surto cafeeiro pelo qual passou a região.

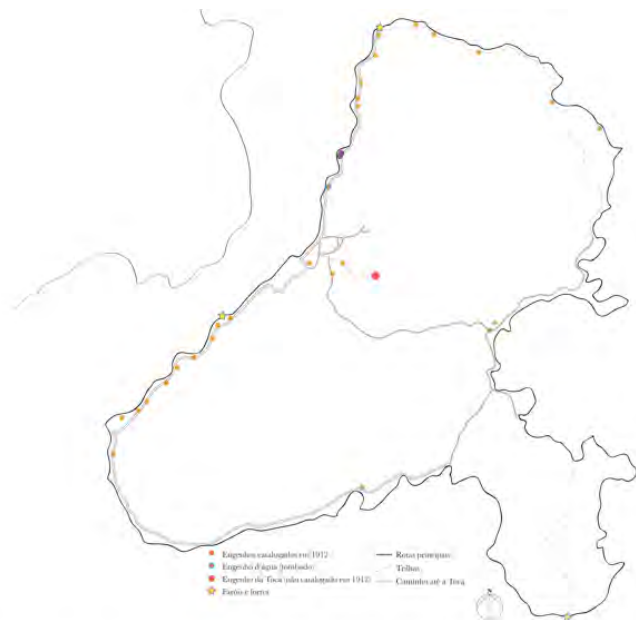


Imagem 1. Mapa dos engenhos de Ilhabela em 1912. Redesenho: Bárbara Martins.

A aguardente, no entanto, se mantém como solução para muitos agricultores, dado que seu valor de revenda era bastante atrativo e a produção do destilado era encontrada em quase todas as cidades da província por ser “gênero de muito consumo, e também de exportação” (Müller, 1978: 239).

O mapa mostrado anteriormente foi encontrado na Biblioteca da Marinha e permite localizar os engenhos existentes em 1912, em um levantamento feito pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, com vista aos estudos das possibilidades da exploração de todo o litoral Norte. Em específico sobre o mapa, trata-se da primeira cartografia que aponta exatamente onde estavam os engenhos e os caminhos existentes na ilha. O redesenho elaborado indica: em laranja os engenhos, em roxo, a núcleo urbano da ilha e em vermelho, o Engenho da Toca, o qual ainda não existia. Naquele ano eram vinte e sete engenhos que produziam apenas aguardente.

Ao longo do século XX o que se nota é um novo perí-

odo de decadência, com esvaziamento da ilha. Pouco a pouco seguiu-se o desmonte dessas fábricas, com o encerramento da produção de aguardente entre o final da década de 1970 e início da década seguinte. As propriedades onde estavam localizados esses engenhos passam a ser vendidos para famílias de fora de Ilhabela e boa parte acabou destruída ou ruiu. Com uma ilha arrasada e abandonada, o turismo surge como solução para o desenvolvimento econômico do local, como bem assinalado no Plano Diretor para o Litoral Norte, elaborado por um grupo de estudos da FAU-USP.

Atualmente existe apenas uma destilaria em que o fabrico da cachaça foi retomado há alguns anos: o Engenho da Toca, objeto de estudo do Trabalho Final de Graduação da autora.



Imagem 2. Panorama do engenho e seu entorno em 1978. Foto: Luiz Cláudio Lutiis Silveira Martins.

2. Metodologia e objetivos

Com objetivo principal de traçar hipóteses sobre a trajetória do Engenho da Toca, na busca da compreensão das fases de apropriação do edifício, estabeleceu-se o seguinte procedimento metodológico: pesquisas bibliográfica, documental, iconográfica aliadas ao trabalho de campo.

No que concerne à pesquisa bibliográfica, procedeu-se ao levantamento da história de engenhos e seus modos

de produção, por meio da leitura de livros e periódicos. Quanto à história da fazenda, foram realizadas pesquisas nos cartórios de São Sebastião e Ilhabela, para buscar informações acerca dos antigos proprietários e compreender como aconteceram as adições de área.

O trabalho de campo focou as entrevistas, tanto com moradores locais, quanto com familiares do proprietário da Fazenda da Toca, que permitiram estabelecer conexões desde como eram a fazenda e o edifício em outros tempos, até as mudanças que aconteceram ao longo do tempo. O edifício foi compreendido como um laboratório aberto: ao procurar a configuração métrica dos espaços por levantamento in loco, foram estabelecidas hipóteses sobre como eram os espaços em outros tempos e como e onde ocorreram transformações.

3. A Fazenda da Toca e a família Van Sebroeck

3.1. Pesquisa documental

O levantamento foi feito no Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de São Sebastião, uma vez que os registros de Ilhabela são feitos nesse local. A partir do registro do ato de compra de Joseph Albert Van Sebroeck em 1963, foi possível levantar os registros referentes tanto às porções de terra que conformam a área da Fazenda da Toca, bem como dos imóveis presentes na mesma. O registro 615 de 05 de agosto de 1937 é o primeiro em que é citado o engenho, sendo proprietários Benedito Belém de Souza e Antonia Belém de Souza:

(...) uma casa também coberta de telhas, onde funciona a fabrica de aguardente e machina de fazer farinha de mandioca; uma casa pequena, no mesmo lugar, que servia para depósito; metade de uma casa, também coberta de telhas no lugar Coqueiro do mesmo bairro do Peayek, uma sorte de terras (...); uma sorte de terras, (...); uma fabrica de aguardente de canna, movida a força hidráulica, inclusive, todos seus pertences e acessórios (...)



O registro 8219 de 03 de maio de 1963 é o registro de compra de Joseph e o engenho é citado como:

(...), uma casa de moradia modesta, de tijolos, coberta de telhas, onde está instalada uma fábrica de aguardente com derivação de água para força motriz, roda d'água, moenda de cana, alambique, depósito de fermentação, tonel para a conservação de aguardante e demais pertences, (...), assim como marcas indispensáveis à fabricação de aguardente”.

Portanto, da leitura dos registros encontrados acerca da Fazenda, fica claro que a constituição de sua área aconteceu pelos atos de compra de sítios lindeiros pelo sr. Raphael Penteado de Barros. Por fim, Joseph Albert Van Sebroeck compra a fazenda conformada e com o nome de Fazenda da Toca. Ali estavam instalados: um engenho de aguardente e uma casa de farinha de mandioca, em meio à plantação de cana-de-açúcar e banana. O quadro da propriedade se enquadra perfeitamente no relato de (FRANÇA, 1958: 125):

A capacidade de produção dessas fábricas, tôdas mal aparelhadas, é de 450 a 500.000 litros, anualmente. Em 1950 não fabricaram mais do que 246.000 litros de aguardente, que foram exportados para Santos e cidades do interior paulista. Alguns reúnem também uma pequena indústria de farinha de mandioca, aproveitando a força motriz e a mão de obra nos períodos entre-safras.

No entanto, no final da década de 1950, período de compra da propriedade, já era (FRANÇA, 1958: 126): (...) de longa data vem se verificando, cada ano, a paralisação de um ou outro engenho, muitas vezes definitivamente. Explica-se assim o fato de, dos 31 engenhos observados por Ihering nos últimos anos do século passado, não restar sequer a metade.

De qualquer forma, ao comprar a fazenda com essa infra-estrutura, a família passa a dar continuidade à fabricação de aguardente e venda da banana como fonte de renda. O ponto turístico criado na década de 1970, abriu três quedas d'água para a visitação, dentre

as quais se destaca uma gruta com uma piscina natural que dá nome ao local: a Toca. Na verdade, com o tombamento de quase a totalidade da área da fazenda, com a perda de áreas de cultivo, o ponto turístico foi a solução para obtenção de receita. Muito comentada em guias turísticos internacionais e nacionais, a Cachoeira da Toca sempre foi um ponto obrigatório para visitação em Ilhabela. No entanto, após a saída do patriarca da administração da fazenda, foram evidentes algumas fases de abandono, sobretudo desde o seu falecimento em 1997 até os meados dos anos 2000, em que a decadência foi mais acentuada. Há cerca de três anos com novos investimentos e sob nova direção, o local passa por uma nova etapa.

3.2. Memórias narradas

Os principais responsáveis pela manutenção do Engenho já faleceram, a saber: o sr. Joseph Albert Van Sebroeck e dois de seus filhos, Etienne Van Sebroeck e François Van Sebroeck. Desse modo, a coleta de informações por outros familiares e amigos da família que não atuaram diretamente sobre o imóvel nos últimos 50 anos foi o meio encontrado para registrar as memórias acerca do local. A proposta, então, foi a de desenhar o contorno atual do edifício e os pilares, sem as divisões internas atuais. Assim, cada entrevistado deveria desenhar sua memória mais antiga do edifício, ao indicar quais eram os limites externos, o que havia no salão interno de mobiliário e/ou maquinário.

Entrevista Vitória Marie Van Sebroeck (filha mais nova de Joseph, 51 anos)
memória de 1969

Apesar de ter apenas 6 anos na época de sua mais antiga memória, se lembra, sobretudo, do maquinário encontrado no grande salão do engenho. Comenta sobre o alambique presente no atual ponto de atendimento ao turista, sobre o engarrafador, onde diversas garrafas ficavam em sequência. Comenta também sobre as dornas, quatro tachos grandes apoiados sobre duas fileiras



de madeira e sobre a presença de três grandes tonéis (um dos quais ia até o teto). Quanto à estrutura do edifício, descreve os contornos como terminando na linha do último pilar, era bastante aberto, o chão era de terra batida e havia apenas uma porta. Também se lembra dos dois carros estacionados na garagem: um Land-Rover e um Ford. Ao lado deles, a moenda e a roda d'água. Comenta também sobre o galpão de ferramentas.

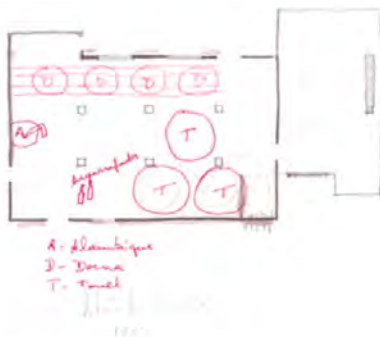


Imagem 3. Entrevista com Vitória Van Sebreeck, notar o esforço em representar o relato graficamente.

3.3. O Engenho e a Cachoeira da Toca

Ao analisar arquivos de família, ficou evidente que o edifício do engenho não foi muito registrado. As imagens demonstram o engenho como uma construção bastante rústica. A estrutura de tijolos cozidos já se encontra a mostra, com praticamente em toda extensão, a ausência de reboco. Alguns dos tijolos foram recuperados nas últimas intervenções realizadas no telhado do engenho e as telhas são do tipo colonial média e grande. Em seu entorno, terra batida, vegetação rasteira e o término da construção na parede de pedras com saliência em relação à parede de tijolos, algo que permanece até hoje. Internamente, o salão apresenta mesas para os turistas e o piso não tinha tratamento, era de terra batida.

Parece bastante interessante analisar como foi feita a divulgação do ponto turístico ao longo de sua trajetória.

De fato, apesar dos poucos panfletos que foram guardados, são bastante importantes quanto à forma de caracterizar como o engenho foi citado como um ponto importante para a visitação e nota-se uma evidente mudança de postura nessa questão.



Imagem 4. Propagandas das décadas de 1970 e 1980. Acervo: Família Van Sebreeck.

Em uma propaganda dos anos 1970, em que é apenas citado que é oferecido um “serviço de bar e restaurante dentro de um engenho de pinga”, sem indicar nenhuma data para o edifício. Na década seguinte, diz-se do engenho como “uma destilaria de fazenda, datado de 1831”.

Na propaganda a seguir, nos anos 1990, o engenho sequer é citado. Já nos anos 2000, fica evidente que o edifício não apresenta uma importância significativa, consta apenas como uma nota de rodapé: “aproveite e experimente um dos melhores aguardentes da região fabricado no alambique da toca”.





Imagem 5. Propagandas das décadas de 1990 e 2000. Acervo: Família Van [Sebroeck](#).

4. A Cachaça da Toca

Com a leitura do livro “Engenho e Tecnologia”, de Ruy Gama, foi possível confirmar a tese levantada por Juan Zapatel de que o engenho da Toca seria do tipo partido compacto e aberto. Na época de sua construção, o edifício aproveitou o desnível natural do terreno e dispôs a moenda, que no caso do Engenho da Toca, trata-se de uma moenda horizontal, na parte mais alta do terreno e as dornas e alambique ficavam na parte inferior do terreno. Em algumas entrevistas apontou-se que as dornas foram vendidas e o alambique atual se encontra também na parte superior, o registro físico na parede permaneceu até hoje, confirma que ali houve uma fornalha no passado e denota uma clara modificação na lógica do edifício quanto a seus espaços internos.

Vale ressaltar que em 1977 o governo do Estado de São Paulo decidiu tomar 95% da área de quase 1300 ha como parte do Parque Estadual. A grande influência dessa decisão quanto ao fabrico da cachaça se deve, sobretudo, pela perda de área de plantio da cana-de-açúcar, levando à necessidade de importar o produto bruto de outras cidades. A seguir será descrita cada parte do processo de fabricação da cachaça.

Após a higienização e preparo da cana-de-açúcar, a mesma é moída para extrair o seu caldo, também chamado de garapa. No Engenho da Toca existem duas moendas, ambas do tipo rolos horizontais. A primeira e mais antiga é a movida pela roda d’água, pois em Ilha-bela “(...) deve ter existido certo número de engenhos d’água nessa área, onde os córregos, descendo dos morros, facilitavam a utilização da água”. (PETRONE, 1968, pág. 95). A segunda, mais recente, é movida por um motor a diesel e é a principal moenda empregada atualmente.

A nova sala de fermentação abriga as dornas de inox, seguindo os novos parâmetros de fabricação. A garapa segue para um primeiro reservatório por gravidade da área da moenda. Com a padronização da concentração de sacarose do caldo, três dornas de seiscentos litros de capacidade cada são abastecidas. Finda a fermentação, o reservatório de espera é alimentado. A garapa fermentada segue bombeada para o alambique, onde acontecerá a destilação.



Imagem 6. Última produção de cachaça em outubro de 2015 e as moendas e roda d’água. Acervo: Família Van [Sebroeck](#).

O alambique atual é de cobre e foi comprado por volta de 1976 e as paredes lindeiras são de bloco, o que evidencia se tratar de um dos mais recentes fechamentos do edifício. Por volta de seiscentos litros de garapa fermentada são fervidos em fogo médio (lenha e bagaço da cana moída) por cerca de quatro horas. Ao final do processo, podem ser obtidos até cem litros de cachaça.



De todos os demais equipamentos para o fabrico da cachaça relatados nas entrevistas, tais como dornas e diversos tonéis, a mentalidade de se desfazer de tudo ao longo do tempo fez com que restasse apenas um tonel de aproximadamente 5 mil litros.

O processo atual de fabricação de cachaça acontece no patamar superior, como esquematizado abaixo. O patamar inferior se destina, sobretudo, às atividades de recepção turística e venda do produto final.

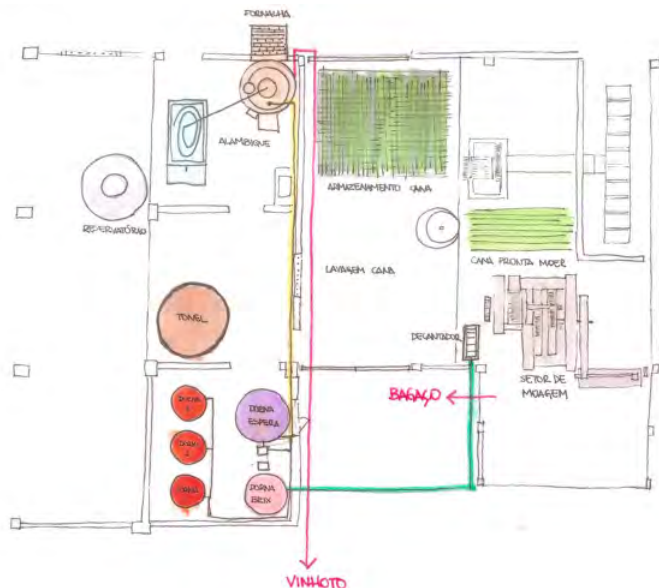


Imagem 7. Esquema de fabricação da Cachaça da Toca hoje. Desenho: Bárbara Martins.

5. Conclusões

Ao analisar o contexto dos engenhos que também se instalaram em Ilhabela, a situação é bastante delicada: quase não há remanescentes. Dentre os fatores que colaboraram para a situação destacam-se a complicada questão fundiária do arquipélago, tão evidente durante as pesquisas cartoriais, as administrações públicas ineficazes e a falta de interesse por parte dos proprietários

onde estavam situados estes edifícios.

A situação particular do engenho com seu caráter de suporte a um ponto turístico, em primeira instância, parece ter sido o meio pelo qual o edifício pode dar continuidade, com a notória relação de cooperação recíproca estabelecida entre o Engenho e a Cachoeira da Toca. O Engenho serviu de suporte para as atividades do ponto turístico, em que o atendimento passou a ocorrer em balcões instalados no salão principal no interior do edifício. Aos poucos, a mesma relação, que não é de obrigatoriedade, a priori mantém o caráter de beneficiar tanto a Cachoeira quanto o Engenho. E assim, chega-se ao panorama atual, em que o edifício passa por uma revitalização completa. A retomada da produção de cachaça com padrões de alta qualidade mantém o caráter de suporte ao ponto turístico e também permite a fabricação do produto. Quanto ao turismo, proporciona à família Van Sebroeck o sustento há muitos anos e hoje o engenho passa a ser incorporado em seu sentido completo nesta questão turística, ao oferecer visitas às instalações onde acontece a produção de cachaça aliada à degustação do produto ao final do passeio.

A proposta de se trabalhar com valor afetivo de um bem permitiu caracterizá-lo para pessoas com relação direta ao edifício. Finalmente, com as visitas técnicas, a importância desta pesquisa foi reforçada e o despertar do interesse por parte dos visitantes, um retorno não previsto inicialmente.

6. Referências Bibliográficas:

CHOAY, F. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

DOCCI, M.; MAESTRI, D. Manuale di rilevamento architettonico e urbano. Roma: Editori Laterza, 2009.

FRANÇA, A. A Ilha de São Sebastião: estudo de geografia urbana. São Paulo: 1954.

IHERING, H.v. A ilha de São Sebastião in: Revista do



Museu Paulista. São Paulo, vol. II p 129-164, 1897.

GAMA, R. Engenho e tecnologia. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

Paulo. São Paulo, 2012. GFAU. Engenhos de Ilha Bela. Acrópole, São Paulo, n. 302, p. 35-37, jan.1964.

GOMES, G. Arquitetura e engenho. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1998.

MARELLI, L. Material do curso Produção de cachaça de alambique organizado pelo Instituto Pecege. Piracicaba, 2015.

MÜLLER, D. P. Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo. São Paulo: Coleção Paulística vol. XI, 1978.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: Projeto História. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993

PETRONE, M. T. S. A lavoura canavieira em São Palo: expansão e declínio (1765-1851). USP. São Paulo, n. 41, p 62-73, 1999.

SILVA, A. C. da. O litoral Norte do Estado de São Paulo (formação de uma região periférica). Dissertação (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.

YÁZIGI, E., CARLOS, A. F. A., CRUZ, R. C. A. da. (org). Turismo: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1996.

ZAPATEL, J. A. Os engenhos de açúcar de Ilhabela. Revista Sinopses - FAUUSP. São Paulo, n. 20, p. 24-29, dez. 1993.



A Reconstrução da Identidade de um Lugar em área costeira. Casos de estudo de Portugal (Costa Nova) e Holanda (Zuiderzee)

RESUMO

O Património Arquitetónico é uma base fundamental de transmissão dos valores culturais e de suporte ao desenvolvimento do turismo. Para se projetar qualquer Plano de salvaguarda ou de turismo sustentável com aspetos culturais é preciso compreender as características identitárias desses espaços e a forma como as populações, governos ou municípios interferiram na evolução dessa Identidade. Este é um trabalho necessário para se aprofundar e prever que alterações irão ocorrer no futuro quando, no presente, se implementam medidas de reabilitação urbana ou de promoção do desenvolvimento urbano como a chamada regeneração. A presente investigação confronta dois casos de estudo – um em Portugal (Costa Nova/Barra, Ílhavo) e outro na Holanda (Zuiderzee) - localizados em áreas costeiras cuja função principal no passado foi a indústria da pesca. Tem como objetivo compreender de que forma os valores identitários se alteraram decorrentes da inevitabilidade de fatores exteriores (naturais ou não naturais) e de que forma as populações lidaram com estas circunstâncias para manterem o que restava da sua Identidade. Mostrar que um Património Arquitetónico e Cultural de habitantes de uma pequena vila de pescadores no Norte da Holanda ou do Centro de Portugal pode ter sua Identidade preservada mesmo com a mudança de usos, desde que decorrente da vontade das populações. Em 1932 houve um assoreamento nesta região pelo Mar do Norte: como consequência foi fechado, tornando-se um imenso lago interior. Veio, então com o passar do tempo, o isolamento da região. Uma circunstância que se repetiu no passado em vários momentos na lagoa costeira do Centro de Portugal, condicionando os ciclos de prosperidade e pobreza da região. A população preocupada com o desaparecimento da cultura local, da economia da pesca e de seus hábitos, resolveu fundar uma Associação Amigos de Zuiderzee em 1947. Um ano após, 140 construções da vila foram transportadas, para ser criado o Zuiderzee Museum. Hoje é a Memória Holandesa viva de uma vila de pescadores, que se iniciou como atividade no século XIV. O que no caso da Costa Nova terá sido desenvolvido como um processo gradual de adaptação ao turismo.

Palavras-chave: Património costeiro, Identidade, desenvolvimento urbano, turismo.



Prof^a. Dr^a. Maria José Gomes Feitosa

Professora de Pós-graduação e Pesquisadora | Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade de S.Paulo, Brasil

Dr^a. Alice Tavares

Investigadora | RISCO, Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Aveiro, Portugal

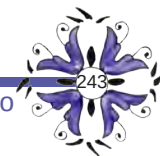
Prof. Dr Aníbal Costa

Professor Catedrático | RISCO, Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Aveiro, Portugal

ABSTRACT

The Architectural Heritage is a fundamental basis for the transmission of cultural values and supports the development of tourism. To design any plan of protection or sustainable tourism plan, cultural aspects need to be addressed to understand the identity characteristics of these spaces and how the people, governments or municipalities interfered in the development of their identity. This is a necessary work to understand and predict what changes will occur in the future, when at the present is implementing urban rehabilitation measures or the promotion of urban development or regeneration proposals. This research confronts two case studies - one in Portugal (Costa Nova / Barra Ilhavo) and another in the Netherlands - based in coastal areas whose main function in the past was the fishing industry. It aims to understand how the identity values have changed resulting from the inevitability of external factors (natural or unnatural) and how the people dealt with these circumstances to keep what was left of their identity. The aim is to show that an Architectural and Cultural Heritage of inhabitants of a small village of fishermen in the north of Holland or in the Centre of Portugal can have its Identity preserved, including with the change of use. In 1932 there has been a silting in this region for the North Sea, as a result of that it was closed, becoming itself an immense inner lake, and later the isolation of the region. The population worried about the disappearance of local culture, the economy of fishing and her habits, decided to found an Association of Friends of Zuiderzee in 1947. After a year 140 wooden-houses of the village were carried to be created the Zuiderzee Museum. Currently it is the live Dutch Memory of a fishermen village that began as activity in the 20th Century. A gradual process occurred in Costa Nova (Portugal).

Keywords: Coastal heritage, Identity, urban development, tourism.



Introdução

O elo comum entre os dois casos de estudo, Costa Nova/Barra (Ílhavo, Portugal, Figura 1) e Zuiderzee (Enkhuizer, Holanda, Figura 2) vai para além das suas características geográficas, em que ambos se localizam junto a lagoas costeiras e passam pela transformação das suas características de área pesqueira para área turística. Esta passagem procurou manter alguns dos valores identitários do edificado dos pescadores e o presente trabalho procura discutir o conceito de Identidade desta transformação funcional e o equilíbrio que se procurou com o turismo, bem como as adaptações necessárias desenvolvidas no passado recente que tenham contribuído para manter o Valor Cultural de ambas as áreas costeiras. Considerando que este (valor cultural) se encontra subjacente ao Património (material e imaterial) e servirá de garantia para a sustentabilidade deste território. Incluindo, em termos de desenvolvimento económico, porque um turismo de qualidade baseia-se em valores reais, próximos dos estados originais, que deve comunicar em termos histórico-culturais. A forma como se “constrói” o Património é outro aspeto a incorporar neste debate.



Figura 1 – Vista aérea da região e identificação da Costa Nova, Ílhavo, Aveiro, Portugal (créditos: Google Earth)



Figura 2 – Mapa de localização de Zuiderzee, Enkhuizer, Holanda

O conceito de Identidade

A Identidade de um lugar é apontada muitas vezes como a chave para um reconhecimento do valor cultural subjacente, cuja preservação deve servir de base a qualquer intervenção de reabilitação ou revitalização da área a proteger. No entanto, na prática o seu significado parece difícil de ser entendido na verdadeira aceção do termo. Será importante relembrar a definição de Identidade em alguns documentos internacionais de referência, como a Carta de Cracóvia 2000, que apresenta a seguinte definição: “... a referência coletiva englobando, quer os valores atuais que emanam de uma comunidade, quer os valores autênticos do passado.” O que pressupõe uma leitura baseada na evolução “natural” de uma comunidade e o modo como esta gere o seu passado, presente e futuro.

A associação a valores de autenticidade é outra componente chave na avaliação da UNESCO quer para a classificação de Património, quer para a colocação de determinado Património em Lista de Risco. Sendo necessário relembrar o significado de “autenticidade”, o que na mesma Carta de Cracóvia, está definido como: “...o somatório das características substanciais, historicamente provadas, desde o estado original até à situação atual, como resultado das várias transformações que ocorreram no tempo”. Assim, verifica-se que ambos os termos estão conectados, que se fundamentam na evolução histórica, nos seus valores originais, num somatório de acontecimentos intrínsecos. Sobrepondo desta forma uma valorização na comunicação do legado cultural sobre as condições de mercado, quer estas sejam de natureza imobiliária e/ou turística ou económica.

No entanto, no presente podemos ver que em relação aos casos de estudo, Costa Nova e Zuiderzee – duas regiões costeiras com uma forte associação à atividade da pesca como valor identitário – alteraram num passado relativamente recente a sua principal atividade, sendo atualmente pólos turísticos.





Figura 3 – Vista do edifício da Costa Nova, Portugal
(créditos: Alice Tavares)

Figura 4 – Vista de Zuiderzee

O presente estudo procura caracterizar esta transformação, mas também compreender de que forma se constroem Identidades decorrentes de adversidades naturais ou de enquadramento histórico, onde as suas próprias populações procuraram formas de manter a imagem das suas raízes, recriando essa Identidade. Ou seja, se são as próprias populações que mudam o paradigma, do como atuar no presente (em meados do século 20) para preservar a nova Identidade, interessa avaliar este percurso para refletir sobre as práticas do século 21. Entendendo que nestes casos o que se tornou um processo histórico, confronta-nos como mais um layer da construção da Identidade e dos valores de autenticidade. Este é o âmbito do presente estudo, que aceita como base metodológica o perspectivado na Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada (1995), quando define que: “para a preservação da identidade dos Núcleos Históricos, expressa pelo seu património edificado, cultural e social, é indispensável que as operações de reabilitação urbana sejam apoiadas pelas pesquisas histórica e sociológica, perspetivadas numa dialética integrada.”

Considera-se que uma visão integrada, quer dizer multidisciplinar e envolve todos os atores do processo, incluindo as populações. No entanto, o sucesso deste conceito de integração depende igualmente da capacidade de comunicação interinstitucional e do seu nível de cooperação com os demais intervenientes, numa perspectiva de trabalho conjunto de longo prazo.

Enquadramento histórico e geográfico dos casos de estudo - Costa Nova/Barra (Portugal) e Zuiderzee em Enkhuiser (Holanda)

O enquadramento temporal e geográfico dos casos de estudo permitem compreender a relação das comunidades com o seu ambiente natural, mas também neste caso perceber o nível de condicionantes que o mesmo impôs no desenvolvimento das mesmas.

No caso da Costa Nova e Barra são duas praias contíguas que se localizam banhadas pelo poente pelo mar e pelo nascente pela lagoa costeira que popularmente é chamada “Ria de Aveiro”. Pertencem ao município de Ílhavo do distrito de Aveiro. Ambas as localidades foram antigas zonas de pesca costeira, sendo que a da Barra se localiza perto do porto de Aveiro, de onde partiam os barcos de pesca longínqua ao bacalhau. Trata-se por isso de uma região muito ligada ao mar e a sua história ficou igualmente associada à “abertura natural” da Ria ao mar (barra), tendo períodos de dificuldades económicas sempre que a barra naturalmente assoreava impedindo a passagem dos barcos, ao acesso e segurança dos locais de ancoramento na Ria (Figura 5). No caso de Zuiderzee (Figura 6), a região que pertence à cidade de Enkhuiser, localiza-se ao norte da Holanda, sendo que a principal economia é igualmente a pesca. Esta região passou por diversas alterações geográficas, fruto de desastres naturais, originados por inundações. As dunas foram alteradas e diversas ligações do país desapareceram.

Em termos históricos a inundação denominada de “Santa Lucia” que ocorreu em 1267 foi catastrófica, matando dezenas de pessoas. A partir desta época, as águas passaram a ser chamadas de Mar de Zuiderzee. Enkhuiser banhada por estas águas, surgiu através de um pequenino núcleo de pescadores, que em 1355 recebeu o direito de ser uma cidade. Neste período havia uma disputa pela sucessão de Guilherme IV, entre os barões feudais e as cidades dos Países Baixos. No século 17, Enkhuiser tornou-se o principal porto. As embarcações da Companhia Holandesa das Índias Orientais dominavam o comércio com a Ásia.

No início de século 20 a economia da pesca de arenque, anchova, enguia, solha e camarão atingia a plenitude. Todavia, em 1932 houve um assoreamento nesta região provocado pelas correntes do Mar do Norte. A solução encontrada foi o fechamento do mar por uma barreira (Afsluitdijk) entre dois pontos no início de uma baía. O Mar Zuiderzee ficou dividido em duas partes: ao norte do Afsluitdijk passou a ser denominado de Waddenzee (Mar de Wadden) e ao sul, o IJsselmeer. (Mar do IJssel) Este fechamento do mar salvou a região de inundações, contudo provocou igualmente a decadência econômica e cultural. Enkhuizer, que foi o principal porto cederia lugar para o porto de Amsterdam. No entanto, esta cidade se reergueu com a criação do Zuiderzee Museum, que teve como objetivo resgatar toda a cultura da região através da recriação de uma Vila de pescadores, com toda a sua infraestrutura e costumes (Patrimônio material e imaterial). Assim Enkhuizer - a cidade murada medieval do século 14 - apesar de pequenina, foi se ampliando através dos séculos e deixou um marco histórico importante como o famoso “Drommedaris”, datado de 1540, de onde o porto era vigiado. Atualmente possui 18.468 habitantes numa área de 103.62 Km2.



Figura 5 – Fotografia antiga da Costa Nova, quando a recolha do molicho e a pesca ainda eram atividades principais (créditos: www.proof2000.com)



Figura 6 - Fotografia de 1930 de Zuiderzee

A Identidade do lugar e a sua evolução

Dos valores identitários que chegaram ao presente vamos destacar três aspetos de grande relevo: a população; o Patrimônio arquitetônico e a “construção” desse Patrimônio. Do estudo realizado para a Costa Nova/ Barra destacam-se dois aspetos em termos demográficos. Sendo zonas associadas à pesca e muito vulneráveis a alterações ambientais (a ligação permanente da Ria com o mar apenas foi garantida em meados do século XIX, observa-se que essa circunstância em momentos desfavoráveis contribui significativamente para a emigração. O distrito de Aveiro onde se inserem estas duas localidades piscatórias foi uma das regiões com maior nível de emigração para o Brasil e para os Estados Unidos. Que pode claramente ser vista no Quadro abaixo que reflete a emigração para o Brasil, alguns dados relativos ao segundo destino de emigração, os Estados Unidos da América (EUA) e finalmente a Europa no seu conjunto. Pela análise do Quadro 1 verifica-se que a perda de população no distrito de Aveiro tinha grande significado no cômputo nacional e mesmo em comparação com as cidades principais, do Porto e Lisboa. Sendo que o distrito de Aveiro chega em 1939 a ter uma emigração superior a qualquer uma das cidades principais, representando 24.6% do total dos valores de emigração a nível nacional. Este é um aspeto impor-



tante, já que se verifica que uma perda acentuada de população tem (e teve) reflexos diretos na conservação dos edifícios, na manutenção das técnicas tradicionais de construção e consequentemente na preservação do Património Arquitetónico.

Quadro 1 - Emigração dos distritos de Aveiro, Porto e Lisboa para o Brasil / EUA / Europa

		1868-1873	1870-1874	1917	1918	1919	1920	1921	1928	1939
BRASIL	Aveiro	7996	5931	1018	805	4025	7269	2171	2815	2293
	Porto	-	14036	2919	2239	7168	8058	4377	2495	186
	Lisboa	-	-	3236	3787	6927	7382	3569	241	2105
EUA / EUROPA	Aveiro	-	-	-	-	-	-	-	282 / 3185	-
	Porto	-	-	-	-	-	-	-	18 / 1268	-
	Lisboa	-	-	-	-	-	-	-	9 / 429	-

Um dos setores que mais contribuiu para este elevada perda de população foi o setor das pescas e marinha, com saída para outros portos de Portugal, para a zona de Lisboa e Algarve, para além dos destinos de emigração mencionados. Trata-se de uma emigração que tem uma pequena percentagem de regressos. A flutuação dos mercados internacionais e as condições económicas do país foram progressivamente alterando as atividades principais da região como a pesca, a produção de sal, o moliço e a agricultura. Assim, na Costa Nova começa a florescer um interesse pelo turismo de lazer, devido às condições especiais de ter por um lado praia e pelo outro a Ria e que neste caso passará a incluir um significativo número de segundas residências da população de Ílhavo e alguma de Aveiro. Esta tendência que vem pelo menos do século 19 com a maior valorização das condições de saúde e divulgação de benefícios do sol e praia, na corrente higienista que contribuiu para alterações ao nível do desenho urbano, torna-se muito evidente na primeira metade do século 20, sendo as antigas casas ou palheiros dos pescadores ocupadas para os períodos de lazer e época balnear. Constitui-se assim

aos poucos o Património Arquitetónico atual da Costa Nova, que irá incluir casas de madeira, ou de madeira e adobe, seguindo os sistemas tradicionais de construção, passando a ser pintadas com as riscas verticais que se tornaram a sua imagem de marca. Esta torna-se assim a sua nova Identidade, num processo natural de adaptação por parte da população às condições socioeconómicas e de alterações do seu ambiente natural. No caso Holandês é remota a atividade da pesca nessa região, que margeava a Mar do Zuiderzee. Esta atividade de sobrevivência data desde a Idade Média. A vida simples dos pescadores do Zuiderzee tinha uma estrutura organizacional para morar, trabalhar, estudar e o lazer. Uma harmonia envolvia a todos. Havia uma unanimidade cultural em todas as cidades medievais daquela região: Enkhuizer, Hoorn, Edam, Volendam, Marker, Urk entre outras.

Houve uma reciprocidade através dos séculos entre os usuários da mesma cidade, e com a sua circunvizinhança. A meta de todos era o custeio de suas vidas através da pesca e a preservação de seus costumes, era uma condição primordial. Por ocasião do fechamento do Mar do Norte houve a angústia dos habitantes pelo declínio da região. Inconformados, logo perceberam, que ao longo dos anos haveria o desaparecimento da cultura típica local. Nos anos 30, surgiu a primeira iniciativa de salvar a cultura da região. Foi realizada, como um chamamento de atenção sobre este problema, uma exposição em Enkhuizen denominada de: “Mar do Sul, Exposição de Pesca”. Exibiram as suas casas em papelão e alguns habitantes serviram de modelos vivos usando vestimentas típicas. Em seguida, a 2ª Guerra Mundial (1939-1945) se instalou e, houve uma paralização natural dos planos de transformação da região. Uma solução para dar continuidade daquele núcleo, somente chegou em 1947 com a fundação da Associação Amigos da Zuiderzee Museum. O projeto visualizava um museu-vivo, que

mostrasse a cultura havida em uma vila de pescadores do passado daquela região. Um ano após, (1948) conseguiram, que este museu abrisse suas portas.

3.1. Zuiderzee Museum

O grande objetivo deste museu era resgatar o Patrimônio Arquitetônico e Cultural da Região do Zuiderzee ou seja, a sua memória. A proposta para a implantação, se realizou em duas etapas: a primeira na área externa, onde seria desenvolvida uma Vila de Pescadores e uma área interna destinada a ser um museu típico, que abrangeiria o patrimônio imaterial. Os temas enfatizados foram: a água, o artesanato e as comunidades da região.

O primeiro projeto desenvolvido foi a Vila de Pescadores, de autoria do próprio Diretor Siebe Jan Bouwma (1899-1959) com patrocínio das Empresas de sementes Sluis e Groof da região. Ele procurou desenvolver a cultura da pesca do antigo Zuiderzee no período entre 1880 à 1932. Posteriormente, foi criado o Museu interior. Era composto por uma exposição permanente das casinhas originais, de madeira do século 17 e por um grande salão denominado de “navio Schepenhal”. Neste, os barcos foram dispostos, cronologicamente. Eram exemplos da navegação do passado, para a pesca do Mar do Zuiderzee. Foram expostas ainda: mostras de pinturas, fotografias, mobiliário, trajes tradicionais, cerâmica, vidro, ourivesaria, design e artes visuais. Atualmente, este museu tem buscado expressões modernas e contemporâneas de arte e cultura, inspiradas pelas ricas tradições da região do Zuiderzee.

Sua inauguração se deu pela Rainha Beatrix em 06 de maio de 1983. Aquele local tinha sido até então, uma área de armazenamento para obras de Zuiderzee, mas deu lugar à uma recriação da vida do dia-a-dia das aldeias pesqueiras ao redor de Zuiderzee. Suas casas foram trazidas a partir do norte do país - Groningen (Holanda do Norte), resgatando outras tipologias ao longo do caminho e chegando até a costa da Ilha de Wieringen. Estas casas de madeira foram reconstruídas ao chegar.

A primeira trazida foi a Capela do Hospital “Gasthuiskapel” a partir da cidade de Den Oever em 1971. Após, veio a “Casa do Dique” (Dijkhuis) da cidade de Hindeloopen e muitas vezes chegavam conjuntos de casas, tais com tinham sido dispostas em algumas vilas. Trouxeram moinhos de vento, reconstruíram fornos de cal, farmácia, oficinas sapataria, alfaiataria, açougue, armazém de queijo, confeitaria, o café “Hindeloopen”, escola, cabeleireiro, venda de fumo, casa para a confecção da enguia defumada e arenque, igreja, lavandaria a vapor, engenharia hidráulica para os inúmeros canais existentes no local e uma área para a agricultura e horticultura entre outros. Atualmente pela necessidade turística há lojinhas de “souvenirs” e uma “boutique” do museu.

Na reconstrução do lugar além de todas as casas trazidas para as diferentes atividades, as mobiliaram, justamente para mostrar a maneira de viver que tiveram. Enfeites para decoração, forração de mesas e camas com tecido bordados, utensílios domésticos e trajes típicos foram mostrados para transparecer a identidade do que era uma vila de pescadores, que formava a história vivida daquela região.

A representação viva da “dona da casa” sempre está presente, mostrando a realidade havida. Uma Senhora de mais idade, gentil e atenciosa atende aos visitantes, respondendo-lhes a todo tipo de indagação. Este é um trabalho remunerado e valoriza a “terceira idade”.

A interação entre a época passada e a atual é participativa com os visitantes. Por exemplo: na escola, é mostrada uma aula para as crianças como se estivesse na época dos anos 30.

Há a prática da escrita com caneta tinteiro, o estudo da tabuada e elas aprendem a fazer barcos e tamancos de madeira pintados. Brincadeiras foram introduzidas, mostrando como as crianças do passado se divertiam.

A Igrejinha, atualmente, serve para a realização de casamentos via Prefeitura de Enkhuizen.

O lazer nas áreas do Zuiderzee Museum contempla todas as idades. Eles quiseram mostrar quais as atividades de crianças e adultos e “pessoas de idade”, num passado.



O Zuiderzee busca a atualização nas artes plásticas. Uma atividade escultórica interessante foi feita pelo artista britânico Clare Twomey (1968), quando reuniu centenas de cacos de louça de famílias dos habitantes e telhas cerâmicas antigas e trabalhou numa grande escultura ao ar livre.

Este museu está envolvido com projetos internacionais desde 2007. Contribuí, atualmente, para o Museu ao ar livre Fort New Amsterdam no Suriname (antiga Guiana Holandesa)

Reconstrução de uma Identidade e fatores de sustentabilidade cultural da mesma

A manutenção do Património Arquitetónico da Costa Nova (Figura 7) teve ainda um segundo contributo que se verificou ter sido uma âncora forte em momentos de maior tendência para a especulação imobiliária e que está associado ao Plano Urbanístico da Costa Nova em 1945-6. Decorrente de diretivas nacionais que obrigavam à implementação de planos de urbanização para os centros urbanos mas também para os locais com interesse turístico e/ou cultural, é projetado o Plano para a Costa Nova com algumas regras relativas a volumetrias da edificação, funções e integração. A existência do Plano em si, não seria suficiente para a preservação do Património, conforme se verificou com a praia contígua da Barra e em muitos centros urbanos. O que distingue o sucesso da Costa Nova dos restantes foi o processo de implementação e sobretudo a aceitação e confiança que foi dada ao arquiteto Samuel Quininha, autor do Plano e por quem passava a supervisão da aplicação do mesmo, para orientar a aprovação dos processos de intervenção na área do Plano. Os dados recolhidos pelo presente estudo comprovam que a situação na altura não estava facilitada, já que a autoria da maior parte dos projetos apresentados não era de arquiteto, mas sim de outros técnicos. Este é um aspeto que podia ter arruinado completamente o processo de preservação do Património Arquitetónico. No entanto, a circunstância de alguns destes seguirem os proce-

dimentos tradicionais de construção, já enraizados, e por outro lado, o arquiteto autor do Plano ter tido uma atitude didática para com estes projetistas, indicando-lhes soluções concretas para melhoria dos projetos ou mesmo oferecendo gratuitamente o projeto (novo ou de alterações à proposta apresentada), revelam-se aspetos-chave para a permanência deste Património. O mesmo não aconteceu noutros locais, como na praia da Barra que apesar de ter tido igualmente um Plano Urbanístico na mesma época, o período de aplicação e a supervisão foi muito mais permissiva, perdendo em pouco tempo o controlo da gestão urbana, desvirtuando completamente o seu Património. Assim, no presente, a Costa Nova ainda é um local cujo Património é reconhecido e a Barra é um local com escasso Património Arquitetónico.

No caso do Zuiderzee Museum (Figura 8) este é auto sustentável. O Gerente Geral é o Sr. Stephan Warnik desde 2011, comandando 160 funcionários e 230 voluntários e administrando recursos para o museu.

A auto sustentação do museu é gerada por diversas formas:

- a) ingressos dos bilhetes de visitantes, mas há ressalvas para pessoas de idade, grupos e Amigos do museu;
- b) empresas interessadas em contribuir com patrocínio para manter a cultura os Países baixos, através de exposições e empreendedorismo cultural quando possível;
- c) desenvolvimento de projetos com empresas; por exemplo para questões sociais – (Royal Tichelaar Makkum e o Museu: Board Water Hollands Noorderkwartier)
- d) Fundos: Ministério da Educação, Cultura e Ciência - (subsidiador) e Bankgiro Lottery (é a loteria cultural dos Países Baixos – este organismo levanta fundos para os seus parceiros culturais e publicidade de seu trabalho. Podem ganhar prémios e ter a redução da metade nos ingressos de qualquer forma cultural do país, como concertos e festivais;
- e) Aquisição de recursos adicionais – são chama-



dos de “estaleiros específicos”. Os visitantes decidem determinar qual é o museu específico quer ser parceiro da Loteria Bankgiro. Ao participar, o museu recebe a metade do preço do cartão mensal. Em 2015 o Zuiderzee gerou uma soma de 110.718 euros;

f) Board Water Hollands Noorderkwartier - principal patrocinador do Zuiderzee – tem diversos projetos como “pés secos em North Holland” – para combater as inundações. Trata-se de um Programa de Educação Ambiental para as escolas primárias e secundárias manterem os pés secos;

g) Aplicativo “Zuiderzee Museum” – é feito com a interação do Conselho da água. Pode ser empregado tanto pela Apple quanto pelo sistema Android; Este aplicativo inclui um mapa do museu ao ar livre e um jogo para resgatar o visitante de uma inundação. Ele terá uma visão sobre a gestão da água e as inundações na área do Zuiderzee,

h) “Waterrecreatie Nederland” – são atividades para recreação na água

i) Resgate holandês (Reddingsbrigade) – são projetos (workshops) que ensinam as pessoas a nadar, a treinar pessoas para ser capitão de um barco de salvamento, a evacuação de pessoas em cerca de 1 hora e alertar usuários e animais para riscos de uma inundação;

j) Na escola há diversos workshops para mostrar a cultura da região ou seja sua memória; (história do país, experimentar como era a vida há 100 anos atrás etc.)

O desenvolvimeto destas atividades juntamente com os patrocínios geram renda considerável ao “Zuiderzees-museum”.



Figura 7 – Transformações do tecido antigo com reconstrução de edifícios (créditos: Alice Tavares)



Figura 8 – O edificado do “Zuiderzee Museum”

Considerações finais

No presente, o mesmo desafio de preservação do Património retorna. Não sendo a Costa Nova um local classificado, apesar do interesse reconhecido em termos regionais, necessita novamente de uma intransigência ao nível das intervenções de reabilitação e do controlo dos processos de demolições. A falta de compreensão de vários agentes que interferem no Património arquitetónico para o que representam os conceitos de autenticidade e integridade para a manutenção do valor cultural do Património é um aspeto chave do presente que se encontra longe ainda do seu verdadeiro enquadramento em regulamentos ou linhas orientadoras. Assim, o ficar ao critério de investidores ou mesmo de técnicos não especializados em reabilitação do Património não é a solução, pois a história do próprio lugar já respondeu ao efeito que há a esperar – menor exigência e controlo na qualidade de intervenção resultará na responsabilidade das gerações do presente pela perda irreversível de Património e ainda de um recurso fundamental para um turismo de qualidade com base na veracidade desse Património. Uma lição que caberá a este lugar, mas também a muitos outros de todo o mundo.

A Holanda é um país que sente a necessidade de se interiorizar, mergulhar na sua história e na sua cultura. Apesar de ter se voltado para a modernidade, fazendo arte contemporânea e ter seus artistas extremamente criativos, o país mantém raízes profundas com o seu passado.

Está sendo prioridade a reconstrução do património



tanto natural, quanto arquitetônico na Holanda. O Patrimônio natural tombado pela Unesco foi o Mar de Wadden, em 26 de junho de 2009, porque reúne requisitos únicos de paisagem com planícies marítimas arenosas e pouco profundas numa área total de 10.000km².

Quanto ao Patrimônio Arquitetônico o país preserva muito os monumentos relevantes tanto por época quanto por estilos. Aliado a este Patrimônio está a busca do Patrimônio imaterial, que resgata a sua cultura. Desta forma cada região da Holanda tem características tanto arquitetônicas, quanto imaterial diferenciadas e isto ajuda a ser um Patrimônio voltado ao Turismo.

Enkhuizer está integrada com o Patrimônio Natural. A área do Zuiderzee constitui uma harmonia entre a paisagem agrícola e a paisagem marítima.

Os ganhos de uma reconstrução é trazer ao momento presente a Memória de partes da história de um país para as novas gerações, gerando, no entanto, um novo fator econômico e turístico.

O importante é que cada lugar no mundo seja único e respeitado, específico de determinada cultura, que tem uma história intrínseca dela.

O patrimônio histórico traz consigo uma carga genética de humanidade fundamental, pois partindo da premissa dos estudos culturais, também o patrimônio histórico é o reflexo da ação humana, tornando-a materializada ao longo dos tempos.

Agradecimentos

A Investigadora Doutora Alice Tavares agradece à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) o financiamento do seu trabalho no âmbito da bolsa de investigação de Pós-doutoramento SFRH/BPD/113053/2015.

Referências bibliográficas:

BARRETTO, Margarida (2008) Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio.

BROKLING, Louis (1969). The Enclosure of the Zuiderzee and

its significance for the Netherlands: San Francisco: Burbon Gordon Astvaldur Eydal. (Thesis in San Francisco State University)

CMI- Câmara Municipal de Ílhavo (1942 – 1960) Processos de licenciamento de obras particulares do arquivo. In Portuguese

CMI - Câmara Municipal de Ílhavo (1946 - 1948) Livro de Actas, number 6. In Portuguese

CMI - Câmara Municipal de Ílhavo (1945) Inquérito base para a elaboração do Ante-Plano de Urbanização de Ílhavo. In Portuguese

CMI - Câmara Municipal de Ílhavo (1950 - 1974) Livro de Inscrição de Técnicos – autores de projectos e direcção de obras. In Portuguese

DGE - Direcção Geral de Estatística (1921). Anuário Estatístico de Portugal (AEP) - Ano 1917, Ministério das Finanças, República Portuguesa, Ed. Imprensa Nacional, Lisboa, Portugal.

DGE - Direcção Geral de Estatística (1925). Anuário Estatístico de Portugal (AEP) - Ano 1921, Ministério das Finanças, República Portuguesa, Ed. Imprensa Nacional, Lisboa, Portugal.

DGE - Direcção Geral de Estatística (1928). Anuário Estatístico de Portugal (AEP) - Ano 1927, Ministério das Finanças, República Portuguesa, Ed. Imprensa Nacional, Lisboa, Portugal.

DGE - Direcção Geral de Estatística (1941). Anuário Estatístico de Portugal (AEP) - Ano 1939, Ministério das Finanças, República Portuguesa, Ed. Imprensa Nacional, Lisboa, Portugal.

DK Eyewitness Travel Guide:The Netherlands. Amsterdam: DK Publishing, 2014.

Green Guide Netherlands. Amsterdam: Michelin Travel Publishing, 2009.

JEROME, J. K. (2014) The soul of Nicholas Snyders. Canadá: Ed. Appspublisher.

UIT HET PEPERHUIS . Enkhuizen:s.c.p., (2009) Revista do Zuiderzee Museum.

UNESCO(2000/2014)<http://whc.unesco.org/en/danger/>; <http://whc.unesco.org/en/list/> Last accessed in February 2014

FONTE DAS IMAGENS: www.zuiderzeemuseum.nl



Paisagens Culturais: Gestão de fazendas históricas da região de Limeira-SP

Juliana Binotti P. Scariato

Faculdades Integradas Einstein de Limeira

RESUMO

Com o objetivo de re-valorizar e divulgar um conjunto de fazendas históricas que compõe uma parcela da paisagem cultural da região de Limeira-SP, este artigo tem a intenção de contribuir na reabilitação destes sítios históricos e em sua preservação. Em pesquisa realizada entre 2006 e 2009, propôs-se a caracterização destas propriedades rurais, como forma de embasar o reconhecimento do patrimônio remanescente, através da sistematização de dados para o registro de bens materiais e imateriais. Os espaços identificados apresentaram grande relevância histórico-cultural, formando um conjunto patrimonial, e que aqui estão indicados para um novo reconhecimento, devido à preocupação com a permanência destes referenciais no território, uma vez que correm o risco de desaparecer devido ao estímulo do mercado imobiliário.

Palavras-chave: Paisagem Cultural, patrimônio histórico, fazendas históricas.

ABSTRACT

In order to re-evaluate and disseminate a set of historic farms that make up a part of the cultural landscape of Limeira -SP region, this article intends to contribute to the rehabilitation of these historic sites and their preservation. In research conducted between 2006 and 2009, proposed the characterization of these farms , in order to base the recognition of the remaining assets , through the systematization of data for the registration of tangible and intangible assets . The identified areas showed great historical and cultural importance , forming a heritage complex , and here are suitable for a new recognition , due to concerns about the permanence of these references in the territory since they are at risk of disappearing due to the stimulation of the housing market .

Keywords: Cultural landscape, heritage , historic farms



INTRODUÇÃO

Um estudo realizado com o objetivo de identificar o patrimônio cultural rural da região de Limeira-SP, entre os anos de 2006-2009, mostrou que o conjunto de fazendas históricas que integrou o programa turístico da cidade de Limeira, formado pelas fazendas Ibicaba, Morro Azul, Santa Gertrudes, Citra-Dieberguer, Quilombo e Itapema, e apresenta ainda hoje problemas na gestão e preservação de seu patrimônio.

Nesta pesquisa foi possível reconhecer e identificar os elementos que formaram as paisagens culturais destas fazendas, compondo um material rico de informações documentais e fotográficas, que ajudaram a compreender a importância dos fazendeiros e de suas propriedades na formação urbana e política das cidades de Limeira, Iracemápolis, Cordeirópolis e Santa Gertrudes. Em análise recente pode-se identificar que grande parte das fazendas estudadas naquela ocasião não conseguiu, no decorrer destes anos, realizar programas de fomento turístico que pudessem contribuir com a preservação de seus complexos histórico-culturais. A introdução do turismo cultural e de negócios passou a ser uma realidade apenas em algumas das fazendas, o que possibilitou a seus proprietários realizar a gestão e a manutenção desses espaços de forma a manter financeiramente os conjuntos arquitetônicos, com a contribuição dos empreendimentos propostos nestes programas, através de eventos culturais, festas e aluguéis para fins diversos. Em outros casos, como o da Fazenda Itapema o caminho encontrado para este fim foi desviado pela pressão imobiliária, fazendo com que a fazenda fosse loteada, dando lugar a um grande condomínio fechado de alto padrão, permanecendo em pequeno espaço o núcleo histórico principal.

Este artigo propõe lançar uma nova luz a estas fazendas com o intuito de estimular um novo re-conhecimento, fazendo com que o patrimônio cultural volte a ser pensado com mais prioridade. Propõe-se, portanto, que no campo da arquitetura, conforme apresentado por Castriota (2009: 21) que o patrimônio seja marcado pela busca da “tradição, na medida em que todas as tipo-

logias, tecnologias e ofícios edilícios do passado que persistem até o presente possam ser considerados”, e desta forma preservados para as futuras gerações.

A ligação que o passado estabelece com o presente, proposto pela tradição – aqui compreendida como a organização e orientação das construções, os métodos construtivos e sua tecnologia, os estilos arquitetônicos, a decoração e volumetria dos conjuntos, a mão de obra utilizada e seus construtores-idealizadores, e todos os demais elementos que compõe o complexo arquitetônico destas fazendas, representando a “síntese de muitas tradições”¹ – seja garantida para que o processo cultural e social ocorrido nestas áreas possa servir de referencial para o futuro.

Vale lembrar que os sistemas culturais, assim como os tradicionais, estão “em contínuo processo de modificação” (CASTRIOTA, 2009), o que possibilita os fenômenos da mudança, esta ocorrida em um ritmo cada vez mais acelerado, modificando não somente as construções individuais, mas também toda a leitura de suas paisagens. Neste contexto estão incluídas as novas conformações ocorridas no território, que alteraram completamente os cenários históricos, após uma fase de redesenho das áreas devido às mudanças no cenário agrícola e financeiro das propriedades.

É, portanto, esta dimensão dinâmica que se trata este artigo, que procura apresentar as mudanças que alteraram o território das fazendas, e como este “mundo moderno” vem alterando valores e modelos tradicionais, que podem comprometer a visibilidade e a preservação destas paisagens culturais.

CONCEITOS E MÉTODOS

Entre 2006 e 2009, foi realizada pela autora (SCARIATO, 2009) uma pesquisa acadêmica com a finalidade de reconhecer e valorizar o patrimônio histórico do interior do estado de São Paulo, formado pelo conjunto patrimonial de algumas fazendas históricas localizadas na região de Limeira-SP, especificamente nas cidades de Limeira, Cordeirópolis, Iracemápolis e Santa Gertrudes; conjunto este composto por exemplares signifi-



cativos da arquitetura rural do interior paulista, formado a partir do início do século XIX.

Nesta pesquisa foram caracterizadas sete fazendas, escolhidas por sua importância histórica, arquitetônica e paisagística, e naquele momento compunham o projeto turístico da Secretaria de Turismo, da Prefeitura Municipal de Limeira (SP). Das sete fazendas estudadas, seis faziam parte do programa, sendo elas: Fazenda Quilombo, Fazenda Citra-Dierberguer e Fazenda Itapema, do município de Limeira; Fazenda Morro Azul, de Iracemápolis; Fazenda Ibicaba, em Cordeirópolis; e Fazenda Santa Gertrudes, no município de Santa Gertrudes. Apenas a Fazenda Tatu não fazia parte do roteiro turístico da prefeitura de Limeira, mas era importante patrimônio para a história da formação desta cidade, motivo pelo qual foi incorporada à pesquisa.

Estudando a evolução arquitetônica destas propriedades foi possível identificar as transformações que ocorreram no território e modificaram as paisagens naturais, através de processos agrícolas diferenciados, que formaram um complexo patrimonial de relevante importância, tanto do ponto de vista arquitetônico como da ordenação territorial, e que contribuíram para o crescimento de primitivos núcleos urbanos, que posteriormente formaram muitas cidades na região, a partir do século XIX.

Com a realização de uma metodologia de inventário foi possível identificar os processos de produção realizados nestas propriedades (principalmente após a produção do café que deixou muitas marcas no território), e que hoje apresentam um alto valor cultural, tanto pelo conjunto arquitetônico quanto pela paisagem formada por estes complexos produtivos, formando um “conjunto patrimonial agrário” de grande representatividade.

Durante a pesquisa levantada foi possível identificar que apenas três das sete fazendas históricas estudadas mantêm ainda hoje grande parte de seu patrimônio edificado, do período cafeeiro remanescente em seu território, sendo elas: Fazendas Ibicaba, Santa Gertrudes e Quilombo. Fator este que contribuiu para que os programas turísticos culturais implantados tivessem mais

êxito do que em outras propriedades.

Neste contexto foi identificado que, apenas estas três fazendas, devido à este conjunto arquitetônico mais representativo, passaram a utilizar o valor cultural de suas propriedades para fomentar programas de turismo rural, através do desenvolvimento de ações educacionais, sociais, culturais e recreativas, que hoje possibilitam a sua sustentabilidade econômica.

CONTEXTO HISTÓRICO

A região de Limeira contou, assim como outras regiões do estado de São Paulo, no início de sua formação com o cultivo da cana-de-açúcar como principal atividade econômica, antes mesmo da concessão das sesmarias no estado de São Paulo.

Nesta região, segundo o historiador Djalma Forjaz (1924), a Sesmaria do Morro Azul foi uma das grandes produtoras de açúcar da província de São Paulo no século XIX².

Para Busch (1967) esta região foi “sem dúvida a mais importante em área, qualidade de terras, produtividade e desenvolvimento populacional”³. Posteriormente com o cultivo do café, em substituição à cana-de-açúcar, a região passou por grandes avanços tecnológicos de engenharia e arquitetura, que resultaram em um conjunto patrimonial significativo, que hoje compõe a paisagem cultural das fazendas históricas da região.

A comercialização da cana-de-açúcar, entre final do século XVIII e início do XIX possibilitou o desenvolvimento econômico da região, contribuindo para o aparecimento do povoado de Nossa Senhora das Dores do Tatuhyby, que posteriormente deu início à cidade de Limeira.

O açúcar produzido nesta Sesmaria vai pressionar a abertura de uma estrada que ligaria a região do Morro Azul à Campinas, e é esta estrada que irá facilitar o crescimento dos negócios, alavancando as atividades agrícolas da região, interligando assim o sertão do Tatuhyby (atual Limeira) com a Capital da Província de São Paulo.

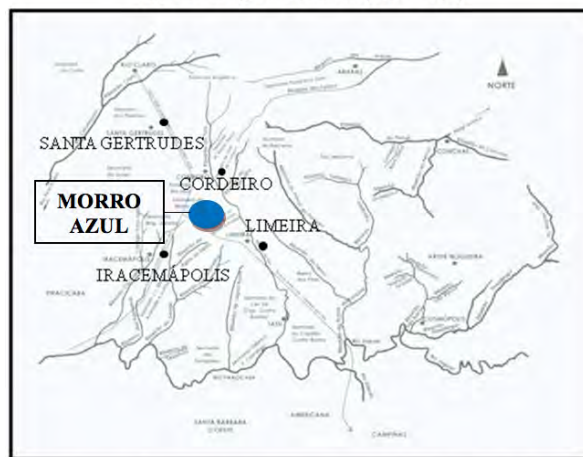
A partir deste período, os antigos engenhos foram sen-



do transformados em produtivas fazendas de café, que possibilitaram o desenvolvimento agrário e, posteriormente, industrial da região. As fazendas de café desta região foram às pioneiras no processo de “pré-industrialização”, beneficiado, principalmente, pela vinda dos imigrantes europeus, que vieram trabalhar nestas terras. Os imigrantes foram responsáveis pela introdução de novas técnicas de produção agrárias, como a utilização de arado na plantação de café, o eixo móvel para carroças, entre outros utensílios agrícolas. O café foi considerado o “ouro da agricultura” neste período, sendo um dos grandes responsáveis pelo crescimento do estado de São Paulo, o que proporcionou o progresso desta região.

O Morro Azul sendo o ponto mais alto da região é hoje parte integrante deste cenário histórico, marcando a paisagem de algumas das fazendas estudadas. Este Morro foi referencial para viajantes e tropeiros durante as viagens pelo interior do estado, sendo reconhecido desde o século XVIII como ícone marcante na paisagem. Por este motivo, entende-se que o Morro Azul “é fundamental na paisagem histórico-cultural de algumas destas fazendas, formando um importante panorama visual nesta porção territorial” (SCARIATO, 2009). Alguns acontecimentos importantes ocorreram nestas fazendas, como o da Fazenda Ibicaba, quando inicia a substituição da mão-de-obra escrava pela do imigrante europeu para trabalhar nas lavouras de café. Este empreendimento pioneiro implementou a primeira colônia de imigrantes de cunho particular do Brasil, dando início à preparação do Estado de São Paulo e, posteriormente do Brasil, para a substituição do braço escravo pelo livre. Por este motivo, Limeira ficou conhecida como “Berço da Imigração Européia de Cunho Particular”⁴, ação esta promovida pelo Senador Vergueiro, proprietário da Fazenda Ibicaba. Os primeiros imigrantes a chegar foram os portugueses, a partir de 1840. Anos mais tarde, em 1847, vieram os imigrantes alemães e suíços.

Figura 1 – Mapa das sesmarias (1823 – 1826)



Fonte: Mapa das Sesmarias que originaram do município de Limeira, adaptado de Busch (1967)

As Fazendas Morro Azul, Ibicaba e Santa Gertrudes, tiveram importância nacional, devido ao bom relacionamento de seus fazendeiros com a aristocracia da época, tendo sido a região visitada inúmeras vezes por grandes personalidades, entre elas D. Pedro II, a Princesa Isabel e o Conde D’Eu., tendo sido conhecida como “Imperial Fazenda Morro Azul”, ou “Fazenda do Imperador”. Esta fazenda é a única do contexto estudado que foi tombada pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo)⁵ no ano de 1974.

FAZENDAS HISTÓRICAS DA REGIÃO DE LIMEIRA (SP)

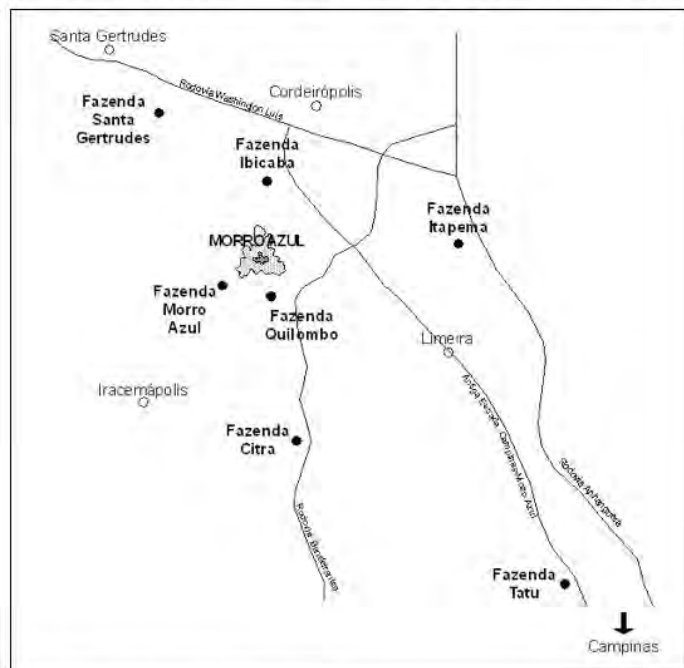
Na pesquisa de Scariato (2009) foram inventariadas sete fazendas históricas, sendo elas: Fazendas Ibicaba, Santa Gertrudes, Morro Azul, Quilombo, Itapema, Citra-Dierberger e Tatu. Estas estão localizadas na região de Limeira (SP), tendo sido descritas através de suas paisagens, que marcaram fortemente o reconhecimento de um conjunto patrimonial remanescente do século XIX.

A maioria destas fazendas localiza-se no entorno do



Morro Azul, que devido à qualidade das terras estimulou um grupo de fazendeiros, após a concessão de Sesmarias, a formar fazendas na região para o cultivo da cana-de-açúcar. Posteriormente com a implantação do café em substituição à cana, outras fazendas surgiram, como mostrado na Figura 2. Observando a localização de algumas destas próximas ao Morro Azul, devido inicialmente a qualidade da terra que aqui se conhecia

Figura 2 – Mapa esquemático de localização das sete fazendas estudadas



Fonte: SCARIATO, 2009. p.159.

Com a formação das fazendas, e o consequente crescimento na produção de café, estas propriedades se tornaram importantes para a economia local e do estado. A compreensão do processo agrícola destas “fazendas históricas” possibilitou a realização de um registro histórico que pôde explicar a ordenação territorial identificada através dos conjuntos arquitetônicos remanescentes no território.

A região apresenta ainda hoje, de forma marcante, o caminho dos trilhos da ferrovia que cortaram as terras a partir de 1876, ligando núcleos urbanos mais consolidados. A chegada do trem contribuiu para o crescimento da atividade cafeeira e o desenvolvimento da região, fazendo com que a linha férrea chegasse aos municípios estudados, atendendo a demanda dos cafeicultores. Desta forma ocorria o escoamento da produção até o porto de Santos e garantia a exportação do produto. A vinda dos trens foi concedida à estes fazendeiros devido à grande influência destes junto à nobreza instalada na época, sendo alguns trechos férreos financiados pelos próprios proprietários, como no caso de Ibicaba e Santa Gertrudes, onde foram construídas pequenas estações dentro das próprias fazendas.

Estas fazendas foram reconhecidas como grandes empresas rurais e suas contribuições como “indústrias agrícolas” foram importantes para o desenvolvimento da ciência, da indústria, da tecnologia, da arquitetura, da agricultura e da cultura da região.

A preservação das construções remanescentes no território destas fazendas é constante preocupação dos conselhos e órgãos de defesa do patrimônio histórico, devido, principalmente, às grandes modificações que vem ocorrendo no ambiente rural, principalmente nas últimas décadas, que vieram substituir às antigas lavouras de café e laranja, pela monocultura da cana-de-açúcar para a produção de álcool etanol.

No processo de reconhecimento deste conjunto patrimonial, definido como “Arquitetura Rural” por Argollo Ferrão (2004), foi possível observar as transformações ocorridas nas propriedades, permitindo identificar neste cenário agrário o valor deste patrimônio edificado, que ainda possui o mesmo caráter tipológico do início de sua formação.



FIGURA 3 – Fazenda Morro Azul (Itacemápolis)



Fonte: SCARIATO, 2006.

FIGURA 4 – Fazenda Ibicaba (Cordeirópolis)



Fonte: SCARIATO, 2006.

Valorização das paisagens culturais das

FIGURA 5 – Fazenda Santa Gertrudes



Fonte: SCARIATO, 2006.

FIGURA 6 – Fazenda Quilombo (Limeira)

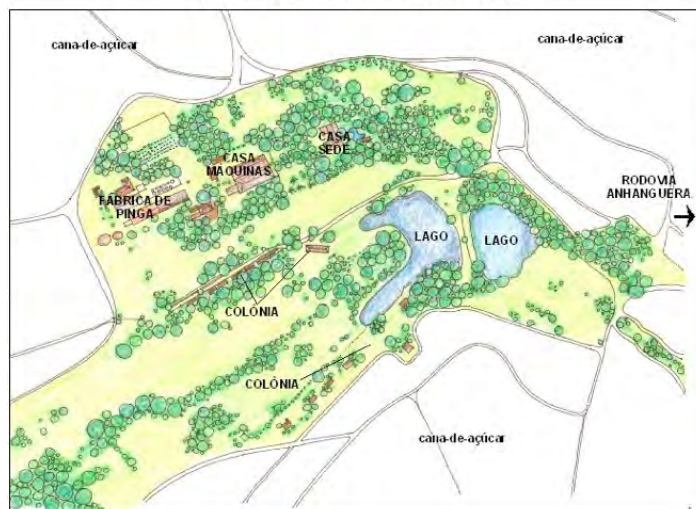


Fonte: SCARIATO, 2006.

fazendas históricas

Os resultados obtidos com as Fichas de Inventário contribuíram para a realização de um diagnóstico comparativo entre o material inventariado no instante da pesquisa e a realidade atual, num período de quase dez anos, que possibilitou o conhecimento das transformações que vem ocorrendo no território.

Figura 7 – Implantação – Fazenda Itapema



Fonte: SCARIATO, 2009.

utilizados “croquis” que retrataram a implantação do núcleo central das fazendas, composto a partir da casa-sede e de construções remanescentes, que serviram de base para esta análise. Esse estudo possibilitou identificar na paisagem a vegetação natural remanescente, assim como as edificações decorrentes do “processo produtivo” (compreendido nesta análise como a parcela da arquitetura industrial remanescente da época do café). Nas Figuras 8 e 9 podem ser analisadas, a partir de vistas aéreas da Fazenda Itapema como o fenômeno da especulação imobiliária vem transformando parte do território destas fazendas, modificando o traçado original e forçando uma conurbação com a área urbanizada das cidades (ver Figura 9).

Para compreender este panorama de mudanças foram

Embora o projeto de turismo “Conheça Limeira – Visi-



Figura 8 – Vista aérea da Fazenda Itapema



Fonte: Google Maps, 2008.

ta às Fazendas Históricas”, da Prefeitura Municipal de

Figura 9 – Vista aérea atual da Fazenda Itapema



Fonte: Fazenda Itapema, 2015.

Limeira, tenha embasado o início da pesquisa realizada em 2009, é fato que o reconhecimento por parte da comunidade ainda hoje é muito reduzido. Por este motivo, muito do patrimônio remanescente ainda não pos-

sui o devido reconhecimento por parte das prefeituras locais, e tão pouco do próprio Estado. A preservação destas fazendas pela sociedade e autoridades municipais e estaduais, torna-se fundamental para garantir a sobrevida e sustentabilidade das propriedades.

Admitir a importância desses bens patrimoniais é viabilizar a valorização da própria cultura, que pode encontrar no campo do turismo, uma saída para a salvaguarda e gestão deste vasto patrimônio.

Estas centenárias fazendas foram responsáveis por uma parcela significativa da produção agrícola do estado de São Paulo, e comercializaram não só o café, mas também outros produtos, sendo alguns exportados ainda hoje, como a laranja. A herança deixada por essas fazendas no território é elemento de extrema importância para a história das cidades.

O plantio da cana-de-açúcar para a produção do álcool etanol vem ganhando cada vez mais espaço no cenário agrícola das cidades do interior de São Paulo (ver Figura 7), o que retoma a constante preocupação com a manutenção e preservação do patrimônio remanescente nessas “fazendas históricas”. A medida que ampliaram-se áreas para o plantio da cana-de-açúcar, as edificações históricas tornam-se cada vez mais vulneráveis. Inúmeras colônias e terreiros históricos foram destruídos, para dar lugar à agricultura, modificando o panorama centenário destas fazendas e transformando de forma radical algumas belas “paisagens culturais”. A preocupação maior vem sendo, ao longo destes anos, o prejuízo com a história e a perda da identidade, da tradição rural, das formas e manejos da produção, além de saberes e fazeres realizados especificamente no campo, não conhecidos pela grande maioria da comunidade local, que mal conhece o valor do solo onde pisam.

CONCLUSÃO

Apresenta-se, portanto, que a reaproximação das “fazendas históricas” da região de Limeira-SP à visibilidade da comunidade e do poder público poderá contribuir novamente, assim como ocorreu entre 2006-2009, com um novo olhar sobre a região, possibilitando um



re-conhecimento sobre a importância da história local para a vida cultural das cidades. A caracterização dos elementos da paisagem cultural das fazendas poderá novamente traçar um panorama efetivo para a criação de novos programas de fomento turístico e cultural.

Foi possível identificar que as fazendas que ainda preocupam-se com a preservação de sua “arquitetura rural”, continuam sendo as únicas que mantêm ainda hoje projetos turísticos culturais e de lazer, os quais contribuem com a gestão de seu patrimônio. Entre estas fazendas destacam-se as Fazendas Quilombo e Santa Gertrudes, observadas nas Figuras de 10 à 17.

As fazendas estudadas possuem características marcantes que a diferem umas das outras, quer seja pela implantação da propriedade no espaço da fazenda, quer pela tipologia de suas construções, que seguiram padrões únicos, métodos construtivos e materiais diferenciados. Estes diferenciais foram identificados, principalmente quando analisado o período de tempo em que decorreu, desde a constituição das fazendas até a formação de seus núcleos industriais, que não seguiram um padrão, nem tão pouco regras específicas para sua implantação e que ainda hoje mantêm as mesmas características da época de sua fundação.

Figura 10 e11 – Programas turísticos culturais realizados na Fazenda Quilombo (Limeira-SP)



Fonte: Fazenda Quilombo, 2015.

Figuras 12,13 e 14 – Fazenda Santa Gertrudes.
Cenário de novelas de época. Gravação da novela "Esperança", da Rede Globo



Fonte: Fazenda Santa Gertrudes, 2015.

Figuras 15 – Fazenda Santa Gertrudes. Warung Tour, evento de música eletrônica



Fonte: Fazenda Santa Gertrudes, 2015.

Figuras 16 – Fazenda Santa Gertrudes. Visitas culturais.



Fonte: Fazenda Santa Gertrudes, 2015.

nhecimento de seu patrimônio cultural está relacionado, principalmente, à valorização da história de cada uma destas propriedades, que são atualmente referenciadas pelo alto valor de seu patrimônio edificado. O turismo cultural vem explorando um novo caminho para a utilização sustentável dos espaços.

A paisagem cultural das fazendas está relacionada, portanto, à valorização do seu patrimônio histórico e arquitetônico. Admitir a valorização deste patrimônio de engenharia e arquitetura rural permite que planos de ação sustentáveis possam ser cada vez mais implantados na região, de forma a conservar as referências da memória, contribuindo para a evolução e crescimento da cultura nos municípios envolvidos.

Neste sentido, possibilitar uma nova vivacidade à estas fazendas é o caminho mais eficiente para que espaços ainda hoje esquecidos, possam ser reutilizados através do estímulo do turismo cultural e de negócios, fomentando a gestão econômica e sustentável destes patrimoniais heterogêneos e complexos, formados por este conjunto de relevante interesse histórico, social e cultural para a história da região de Limeira.

¹ CASTRIOTA, 2009. p.327.

² FORJAZ, 1924.

³ BUSCH, 1967.

⁴ REVISTA-GUIA. *Conheça Limeira*, 2003

⁵ KAMIDE, 1998. p.93. *Processo de Tombamento: Sede da Fazenda Morro Azul. Processo: 00320/73. Tomb.: Res. de 08/01/74. D.O.: 11/01/74.*

REFERÊNCIAS

ARGOLLO FERRÃO, A. M. *Arquitetura do Café*. Campinas [SP]: Editora da Unicamp; São Paulo (SP): Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

BUSCH, Reynaldo Kuntz. *História de Limeira*. 3ª. ed., Limeira [SP]: Sociedade Pró-Memória de Limeira (SP); Unigráfica, 2007. 402p.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

FAZENDA ITAPEMA. (Limeira) Página oficial da Fazenda Itape-
ma. Disponível em: <<http://www.fazendaitapema.com.br/>>.

FAZENDA QUILOMBO. (Limeira) Página oficial da Fazenda
Quilombo. Disponível em: <<http://www.fazendaquilombo.com/por/>>.

FAZENDA SANTA GERTRUDES. Página oficial da Fazenda
Santa Gertrudes. Disponível em: <<http://www.fazendasantagertrudes.com.br/>>.

FORJAZ, Djalma. *O Senador Vergueiro. Sua vida e sua época (1778-1859)*. São Paulo: Oficinas do Diário Oficial, 1924.

KAMIDE, Edna Hiroe Miguita (coord.) *Patrimônio cultural paulista: Condephaat 1968-1998*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998.

REVISTA-GUIA. *Conheça Limeira: Berço da Imigração Europeia de Cunho Particular*. Limeira (SP), Prefeitura Municipal de Limeira, 2003.

SCARIATO, Juliana B. P. *Caracterização da paisagem cultural da região de Limeira (SP) com base no reconhecimento e valorização do seu patrimônio de engenharia e arquitetura rural*. Orientador: André Munhoz de Argollo Ferrão. 2009. 218 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Campinas – UNICAMP. Campinas (SP), 2009.



O tombamento do centro histórico de Iporanga: reconhecimento e transformação na Praça Luiz Nestleher

Elizeu Marcos Franco

UPPH/Condephaat; COMPAC-Jundiá

Lara Melo Souza

UPPH/Condephaat; UNISO

RESUMO

A cidade de Iporanga (Água Bonita, em tupi-guarani), no Estado de São Paulo, foi importante aglomerado urbano durante os séculos XVIII e XIX devido à mineração do ouro, tendo sua paisagem construída permanecido praticamente intacta até o último quartel do Século XX. Por esse motivo, foi reconhecida como patrimônio do Estado de São Paulo pelo órgão de preservação em 1980. Mais de três décadas depois, por demanda externa, empreende-se novo olhar sobre o tombamento e sobre a cidade, refletindo sobre as condições de seu processo e os reflexos na situação atual da preservação da cidade.

Palavras-chave: Iporanga; tombamento; preservação urbana

ABSTRACT

The city of Iporanga (Beautiful Water, in Tupi-Guarani), in the State of São Paulo, was an important urban center during the Eighteenth and Nineteenth centuries due to gold mining and its built landscape remained largely intact until the last quarter of the Twentieth Century. This is the reason why the São Paulo heritage institution listed it as heritage in 1980. More than three decades later, inspecting the city because of an external demand, a new look is undertaken on the cultural values listed and on the regulations.

Keywords: Iporanga; protection; urban preservation



1. Introdução

Município localizado no extremo sul do Estado de São Paulo, Iporanga tem hoje pouco mais de quatro mil habitantes e tem sua economia baseada majoritariamente no setor de serviços (IBGE, 2013). A cidade foi importante aglomerado urbano durante os séculos XVIII e XIX devido à mineração do ouro, deixando como legado uma paisagem construída intimamente conectada a esta atividade, seja nas suas relações com o Rio Iporanga, com a rede de cidades do entorno e com seu patrimônio construído. Foi reconhecida nos anos 1980 como patrimônio do Estado de São Paulo pelo Condepahaat – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, artístico, arqueológico e turístico do Estado de São Paulo.

Ao longo dos anos, vários fatores contribuíram para a transformação da cidade, entre eles, a necessidade de atualização e modernização dos imóveis e infraestruturas, em virtude de sua fragilidade e do passar do tempo, a desinformação em relação ao objeto e à proteção neles incidente e a negligência da fiscalização.

Este artigo surgiu a partir de uma demanda do Ministério Público, preocupado com a possível descaracterização do patrimônio edificado tombado, e procura apontar as transformações que se sucederam desde o momento do tombamento até os tempos atuais. Suscita, portanto, a discussão sobre o valor cultural atribuído/reconhecido, o significado da transformação, da descaracterização, e se esses valores ainda podem ser reconhecidos, passados apenas pouco mais de 40 anos desde os movimentos iniciais para o tombamento estadual de Iporanga.

2. A cidade de Iporanga e a Praça Luiz Nestlehner

O centro urbano de Iporanga localiza-se à margem esquerda do Rio Ribeira de Iguape, em uma curva que favoreceu sua implantação, aproveitando a geometria na confluência com o Rio Iporanga, curso d'água onde se deu a mineração do ouro, a exemplo da exploração

de outros rios em terras paulistas entre os séculos XVII e XVIII.

A partir da Praça Luiz Nestlehner, a Praça da Matriz, conforma-se uma massa construída que emoldura o espaço onde se destaca a Igreja. Como afirma Lemos (1969), o foco na exploração de metais, e não na construção de uma cidade, propiciou o uso de técnicas construtivas muito frágeis e simples. Como constituição da estruturação da cidade, a Praça da Matriz exerce forte papel como ponto de convergência e direcionamento. É lá que foram se construindo as edificações mais sólidas dessa cidade, ao seu redor, com um pouco de apuro estético, mesmo da simplicidade. Como espaço simbólico, também, local de agregar pessoas, não somente para os eventos religiosos, mas de espaço cívico de estar e de viver a cidade.



Figura 1: Vista de Iporanga em 1908. É possível ver a fachada da Igreja com sua torre saliente voltada para o encontro dos rios, e o casario formando massa construída, com grande encosta ainda de mata mais ao alto. Fonte: CONDEPHAAT, 1971: 303.

Até os anos 1970, Iporanga vivia uma situação de isolamento, que só seria interrompida com a abertura da estrada e da ponte ligando-a a Eldorado. Com a comunicação facilitada, já há algum tempo não se depende apenas de canoas, como as que cruzavam e navegava-



vam o Ribeira, permitindo o recebimento de toda sorte de produtos vindos de outras regiões, como materiais mais modernos como tijolo, bloco de concreto, cimento e caixilhos metálicos padronizados. A necessidade de morar melhor, a vontade de ter o novo e a possibilidade da realização provocaram uma brutal mudança na atmosfera da cidade colonial.

Essa alteração na logística teve consequências fortes no espaço urbano. Primeiro uma alteração na lógica do funcionamento da cidade, que antes era toda direcionada para o rio, possível de ler inclusive através da configuração dos espaços. Os fluxos do centro para as margens deixaram de se fazer importantes, e um movimento morro acima foi se criando, e ganhando cada vez mais notoriedade, afastando-se dos rios. Foi a partir daí que se viu um novo eixo de expansão de ocupação, na direção oposta, mudando completamente a paisagem. Encravada como núcleo urbano muito próximo a zonas de proteção ambiental com grande utilização do turismo ligado a estas atividades – de natureza e aventura – Iporanga se coloca como potencial agregador, criando mais um ponto de atração de movimento neste contexto, dentro de um sistema ainda maior que conjuga biodiversidade, comunidades indígenas e quilombolas podendo incluir também o patrimônio cultural imaterial.

3. O tombamento do Centro Urbano da Cidade de Iporanga

O pedido de tombamento do Centro Urbano de Iporanga foi feito em 1971 pelos próprios conselheiros do Condephaat, Lucia Falkenberg e Carlos Lemos,

por tratar-se de local do maior interesse turístico e histórico, pois é o último arraial de mineração ainda conservado no Estado de São Paulo e por ser a sede de uma região plena de formações geológicas do maior valor técnico, científico e turístico, como as já famosas cavernas (Condephaat, 1971:2).

A abertura do processo foi decidida na reunião de 13

de outubro daquele ano, apenas dois meses depois do pedido.

A prefeitura municipal inicialmente ofereceu apoio à proteção, fornecendo ao órgão a planta cadastral do município, com os imóveis num levantamento ainda bastante incipiente. No processo, a partir de então, há menção a levantamentos mais aprofundados, identificando mais aspectos da cidade, inclusive de sua área rural, dando mais sentido à construção da valoração da cidade.

Entre os argumentos para finalizar o processo e ter a proteção definitiva do núcleo, enfatizava-se a possível chegada do “progresso” através da nova ligação rodoviária, que tiraria Iporanga de seu isolamento. O medo da transformação, da alteração do status quo daquele conjunto frágil, foi um dos principais motivadores da proteção oficial, já que no texto instrutivo para o tombamento é dito que “Iporanga é realmente o último arraial de mineração de ouro do século XVIII ainda existente íntegro em nosso Estado” (Condephaat, 1971: 15).

O desenho do perímetro levado para apreciação com vistas ao tombamento levou muito em consideração não somente o acervo construído, mas a lógica da atividade que fundou o núcleo. O polígono inclui as margens dos rios, como também a encosta ao fundo que serviria de fundo na paisagem, salvando as visuais da chegada de quem vem pelo Rio e de quem viria pela estrada. Em 1978, é decidido o tombamento do núcleo histórico de Iporanga, como foi denominado.





Figura 2: Vista aérea do Centro Histórico de Iporanga. A linha tracejada em amarelo indica o perímetro da área tombada visível na foto. Fonte: [Panoramio](https://ssl.panoramio.com/photo/37183214), Google [Maps](https://ssl.panoramio.com/photo/37183214), acessado em maio/2015, disponível em <https://ssl.panoramio.com/photo/37183214>.

É importante mencionar que, o tombamento do Centro Histórico de Iporanga, devido às lideranças locais contrárias a essa forma de proteção, ocorreu a contragosto de sua população, que nunca o aceitou. A municipalidade tão pouco o reconheceu e não respeitou os regramentos por ele impostos ao longo do tempo. As primeiras correspondências mostram uma preocupação recorrente com o aporte de recursos para a conservação e restauro dos imóveis, mas também com a fiscalização e coerção de atividades irregulares, tendo em vista a escassez de condições financeiras dos moradores e da própria prefeitura. Essas dificuldades podem ter contribuído para o acontecimento de obras irregulares sem controle, mas também para o abandono do perímetro tombado em detrimento da possibilidade de construir fora dele, sem interferência do órgão de preservação.

Demorado, o processo de tombamento, iniciado em 1971, teve sua respectiva Resolução de Tombamento apenas em 20 de junho de 1980. Cabe destacar que a resolução não oferece nenhuma diretriz ou norma, apenas delimita a área tombada, ou seja, o Centro Urbano da Cidade de Iporanga, e a classifica como “conjunto

de importância especial e de interesse maior por possuir valores de ordem histórica, arquitetônica e urbanística, que o situam de modo relevante no Patrimônio cultural do Estado de São Paulo” (Condephaat, 1971: 238). Entretanto, no mesmo processo, há o entendimento de que o tombamento não seria efetivado em curto prazo e, por isso, teriam que ser necessariamente tomadas providências urgentes naquilo que se referisse à conservação dos imóveis arrolados, assim como à preparação de um plano disciplinador das intervenções no local, pois havia de se regular construções novas em terrenos livres e reformas de edifícios novos existentes entre outros antigos (Condephaat, 1971:37).

Essas providências, como se sabe, acabaram por não fazer parte da resolução de tombamento e o resultado, nítido, é que novas ruas foram abertas, novas construções, dentro e fora do perímetro tombado, levantadas. A cidade expandiu-se para além do perímetro, mas terrenos vazios ali ainda persistiram. As fachadas nas ruas próximas à Igreja Matriz pouco mantiveram do aspecto original. A própria Igreja Matriz, construída em taipa de pilão, aparenta estar intocada, mas a reconstrução em tijolos da torre, que caiu no início dos anos 1980, e a instalação de forros de PVC no seu interior indicam que, nem mesmo ela se manteve intacta. Desde então, com raras exceções, Iporanga ficou esquecida pelo Condephaat, assim como o Condephaat ficou esquecido pela municipalidade e população, que construíram, reformaram, e demoliram sem o conhecimento e aprovação do órgão.

Como intuito de proteção é ainda difícil compreender precisamente os objetivos do tombamento. A valoração do objeto realizada coloca uma série de fatores e ciclos como narradores da história do município, mas que foram lidos desde um ponto de vista estático. O estudo técnico resultou em documentação suficiente para o estabelecimento e uma proteção de vestígios materiais e de uma paisagem construída da atividade da mineração. Por outro lado, a comunidade apartada do processo e circunscrita a uma lógica de fluxos e fun-



cionamento completamente diferente dos motivos da preservação não conseguiu superar a barreira do complexo reconhecimento para a criação de uma relação de cuidado.

Em realidade, podem-se estabelecer dois pontos cruciais. O que seria a proteção da materialidade desse núcleo, dessas pequenas construções e de suas configurações, como cidade inclusive. Ou também aquela atmosfera reconhecida, aquela que também estava ameaçada pelo “progresso” para o qual o tombamento se colocou, fundamentalmente do patrimônio urbano, compreendido como sistema de relações, mesmo que ainda não fosse tema ou intenção clara na proteção.

4. As transformações em torno da praça da matriz

A noção de patrimônio para a cidade, diferentemente da ideia de patrimônio isolado, segundo Choay (2001), tem a ver com uma complexidade de sua compreensão, de apreensão de sua escala e ao fato de se associar a cidade a um nome, a uma comunidade, a uma genealogia, a histórias pessoais mais que ao espaço. É também uma noção de patrimônio ligado ao cotidiano, em pleno uso, sem solenidade, conectado e intrínseco à vida da comunidade, que lhe tem como referência e suporte.

Nesse sentido, é de difícil reconhecimento. O tombamento de modo algum em Iporanga significou a preservação, ou mesmo o *mise en valeur* desejado. Ao contrário, foi recebido como entrave ao desenvolvimento. O não reconhecimento por parte da população daqueles valores da simplicidade colocados, aliado a sua própria falta de conhecimento do tombamento, que além disso sempre foi acreditado como congelamento, contribuíram para a negligência e para uma relação ruim entre órgão de preservação e poder local, entre conservação e realidade. O que se percebe no lugar é que existe uma outra ideia do que é almejado pela população, que tem a ver com seus anseios de estar inserido em um contexto do que é contemporâneo e de uma noção do que é morar bem, do conforto e facilidade que os materiais e

as técnicas construtivas atuais possibilitam.

Segundo Lemos (1969), as construções de Iporanga não tinham nada de especial, sendo as casas muito modestas e a igreja muito humilde, apresentando, no entanto, unidade que impressionava devido à generalização dos princípios construtivos, à sistematização de soluções plásticas e à continuidade dos mesmos partidos que orientavam as construções a se adaptarem organicamente ao solo, aos declives e ao próprio rio Ribeira de Iguape. Essa percepção como valor a ser preservado é muito diversa daquela da comunidade local.

Em 2012 a Promotoria de Justiça de Eldorado solicitou informações acerca das eventuais violações sobre o aspecto arquitetônico protegido na Praça Luiz Nestlehner, numa aparente tentativa de fazer valer a preservação colocada pela legislação do tombamento. O delineamento do pedido, no entanto, já revela uma percepção do núcleo de Iporanga muito diversa daquela da proteção oficial do Condephaat, compartilhada, de certo modo, pela população. Apesar do não reconhecimento e da incompreensão, ao pensar no tombamento e no que seria digno de importância, pensa-se no entorno da Igreja, na própria praça e seu casario. O tombamento buscou abarcar muito mais que este espaço, englobando as situações urbanas que lhe possibilitaram existir, numa narrativa e num discurso da historicidade complexos de serem percebidos no lugar sem um olhar técnico.

Outra imprecisão é também abordar a proteção oficial do Condephaat sob o aspecto arquitetônico. Os estudos e a valoração dizem, além da arquitetura e da técnica, também respeito ao patrimônio urbano, àquele sistema de relações estabelecidas decorrentes de sua existência física.

Para a resposta ao Ministério Público foi elaborado um relatório fotográfico mostrando o aspecto arquitetônico tal qual se encontrava a Praça da Matriz na época da solicitação. Foi realizada uma comparação entre as escas-



sas imagens da época do tombamento, obtidas através dos autos, de reportagens de jornal e de fontes bibliográficas, com fotografias dos atuais dos mesmos locais. O trabalho ateve-se ao delimitado pela solicitação, ou seja, apenas ao entorno da Praça Luiz Nestleher. Esta amostragem, no entanto, já serviu para abordar e refletir acerca de uma série de questões recorrentes em toda a cidade, mas também em outros núcleos protegidos pelo Condephaat no estado de São Paulo.

A Praça da Matriz, ainda hoje, apresenta os mesmos gabaritos das construções lindeiras a ela, no entanto, desde antes da época do tombamento, as edificações de arquitetura singela, de casas de porta e janela de calha de madeira, paredes de pau-a-pique e taipa de pilão e cobertura de jussara e telha capa e canal vêm sofrendo alterações como a troca de esquadrias, dos telhados, de revestimentos das paredes e das próprias paredes. Restam poucas edificações construídas em taipa de mão, antes de emprego generalizado e próximo da técnica mineira (Lemos, 1969). Construções em alvenaria de pedra sempre foram raríssimas e pouco se construiu em taipa de pilão, a exemplo da Igreja Matriz e de algumas poucas casas que ainda resistem. Várias casas até não mais existem, pois se deterioraram ou foram demolidas.



Figura 3: Vista da Igreja Matriz ao fundo e rua com edificações recentes. Fonte: Foto Elizeu Marcos Franco, 2012.

Deve-se registrar, porém, que muitas dessas alterações não foram feitas apenas por capricho estético, mas como reformas para melhorar as condições de habitação de seus moradores. Algumas poucas até foram restauradas. Quanto à substituição de técnicas construtivas e materiais originais, isso muito se deve ao fato de que, com a abertura da estrada e da ponte que ligam Iporanga a Eldorado, novos materiais de construção puderam chegar ao município. Além disso, a mão de obra que dominava as técnicas construtivas vernaculares foi aos poucos desaparecendo e não é comum encontrar, atualmente, quem seja capaz de executá-la.

Ainda, por falta de rigor da prefeitura local, em todas as suas gestões, o instrumento do tombamento não foi respeitado, e de forma conivente, projetos para construção de novas edificações e autorizações para demolição foram aprovados, sem que o Condephaat tivesse conhecimento, promovendo as condições para a descaracterização do ambiente do perímetro protegido.

De modo geral, para além da praça, as transformações foram ainda mais significativas. Mais que a técnica construtiva, a pedra e cal, as mudanças no traçado das ruas também podem ser percebidos. As áreas de encosta inseridas no polígono, que traziam a ideia de criação de um cinturão verde de moldura, foram pouco a pouco recebendo edificações e a continuidade das ruas existentes, criando espaços de urbanização.



Figura 4: Vista da Praça Honório Corrêa, subindo a encosta, ainda dentro do perímetro de tombamento, mas fora da compreensão da população, em dois momentos, nos anos 1970 e em 2012. Fonte: Foto à esquerda gentilmente cedida pela Sra. Gracy e à direita Foto Elizeu Marcos Franco, 2012.

5. Considerações finais

O tombamento de Iporanga, como um raro caso no âmbito do Condephaat, resultou em aporte de recursos financeiros, por parte do governo estadual, para o município, apoio de órgãos públicos estaduais como a SUDELPA e a SUTACO (Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades). Com o tombamento foram pensados uma série de investimentos referentes ao oferecimento de infraestrutura de base, como saneamento e melhorias na escola, por exemplo, e recursos para a execução de obras emergenciais para atingir os casos mais graves de imóveis em degradação.

Mesmo esse aporte financeiro não foi suficiente para acalmar os ânimos contra o tombamento. Além da resistência do poder público por meio das inúmeras comunicações existentes no processo de tombamento, há também reportagens e abaixo assinado dos moradores, que, sem compreender exatamente o significado do tombamento, e aborrecidos com a demora do processo, pediram que o tombamento não fosse efetivado. Eles acreditavam que o ato iria prejudicar o crescimento da cidade, e impedir que cada um reformasse sua casa – a maioria de taipa de pilão, em precário estado de conservação, e oferecendo inclusive riscos aos moradores.

Ao final, o abaixo assinado teve o efeito oposto ao almejado pelos signatários. Ainda com receio das transformações a serem empreendidas naquela lógica predominante, o órgão acelerou o processo e finalizou a decisão, promulgando o tombamento definitivo logo em seguida.

Decisão imposta, apesar dos recursos e do interesse do órgão em contribuir com a conservação e o desenvolvimento da cidade por meio de outra vertente – a do patrimônio, essa ação veio também desacompanhada de políticas públicas e urbanísticas e principalmente do envolvimento da comunidade. Um movimento de escutar e tecnicamente identificar o que seria importante, para além dos estudos especializados, seria fundamen-

tal para que houvesse legitimidade no ato.

Portanto, falar sobre as “eventuais violações sobre o aspecto arquitetônico protegido na Praça Luiz Nestlehner” é falar sobre os prejuízos para o patrimônio cultural de Iporanga, e destacar apenas parte do problema observado em todo o centro histórico protegido: por desconhecimento do tombamento, ou por desrespeito a ele, é certo que houve a descaracterização do patrimônio arquitetônico do Centro Histórico de Iporanga, que foi tombado em meio a polêmicas e rejeição por parte das instituições e população locais. Deve-se ressaltar que, muitas das construções que sofreram alterações foram reformadas de forma a evitar danos maiores a seus usuários, em virtude das condições precárias em que se encontravam. Situação que persiste ainda nos dias de hoje.

Pensar na preservação do local requer medidas complexas que vão além do resgate do que foi perdido, mas também do que se deve fazer daqui para frente, como forma de impedir um prejuízo maior para o patrimônio cultural local. Entre as medidas, é claro que investimentos financeiros são necessários, mas uma maior interlocução entre as esferas dos poderes municipal e estadual pode contribuir para um melhor entendimento da importância da preservação do patrimônio cultural de Iporanga, e como isso, devidamente assimilado pela população local, pode ser revertido de modo benéfico para o seu desenvolvimento.

6. Referências Bibliográficas

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Unesp, 2001.

CONDEPHAAT. *Processo 00057/1971: Tombamento do Centro Urbano da Cidade de Iporanga*. São Paulo: Condephaat, 1971.



CONDEPHAAT. Processo 69453/2013: Pedido de informações Ministério Público do Estado de São Paulo. São Paulo: Condephaat, 2013.

IBGE. Portal Cidades@: Iporanga. Disponível em <http://cod.ibge.gov.br/11R0>, acessado em em agosto/2013.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. Notas sobre a arquitetura tradicional de São Paulo. São Paulo: FAU USP – Departamento de História, 1969.



Estabilização estrutural de imóvel de terra crua no Centro Histórico de Cuiabá-MT-Brasil

Amélia Hirata

Maria Elisa Campos Pereira

Diane dos Santos Oliveira

Francisco de Assis Pereira de Araújo

Daniel Silva Campos

(Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Superintendência em Mato Grosso- IPHAN-MT)

RESUMO

O presente trabalho trata de uma obra de estabilização estrutural em edificação localizada no centro histórico de Cuiabá tombado em 1992, no estado de Mato Grosso – Brasil, executado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A edificação, objeto deste estudo, é um sobrado. Não se conhece a data de sua construção, porém suas características arquitetônicas remetem àquelas utilizadas na região durante o período colonial brasileiro. A edificação apresenta paredes de adobe, esteios de madeira com sistema estrutural do tipo gaiola, estrutura da cobertura do tipo caibro armado, telhas cerâmicas do tipo capa e bica, além de esquadrias de madeira. Diante das diversas patologias encontradas no bem e um processo de arruinamento já iniciado, foram executados serviços como prospecções e reforços dos esteios, amarração de paredes, instalações de tirantes e a troca de cobertura.

PALAVRAS CHAVE: Estabilização estrutural. Patrimônio histórico. Cuiabá.

ABSTRACT

This work refers to structural stabilization in building located in the heart of Cuiaba has been officially registered as a Cultural Heritage in the state of Mato Grosso - Brazil, made by the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. The building, object of this study, is a townhouse. You do not know the date of its construction, but its architectural features refer to those used in the region during the colonial period. The building features adobe walls, wooden pillars with structural cage system, roof structure of the armed rafter type, ceramic tiles cover the type and pecks, and frames in wood. Given the various pathologies found and blasting process has started, services were run as prospecting and reinforcements stalwart, mooring walls, rods facilities and exchange coverage.

KEYWORDS: Structural stabilization . historical heritage. Cuiabá.



1 INTRODUÇÃO

Localizado no município de Cuiabá, estado de Mato Grosso, no Brasil, está o imóvel objeto de intervenção pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, autarquia responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro. O surgimento do município de Cuiabá está relacionado com as bandeiras, expedições realizadas no século XVIII que penetravam no interior do Brasil em busca de índios que quando capturados eram utilizados como mão de obra nas lavouras e também na procura de metais preciosos na região.

De acordo com Siqueira (2002), nesta época as lavouras da capitania de São Paulo não apresentavam grandes lucros em suas atividades. Toda sua produção era voltada para o mercado interno. As lavouras da região do Nordeste eram responsáveis pela produção de exportação, pois possuíam solo fértil e se localizavam mais próxima ao continente europeu do que as lavouras da região central do país, o que facilitava a exportação de toda a sua produção. Desta forma, as capitanias do nordeste possuíam maior poder aquisitivo para a compra de mão de obra escrava vinda da África. Já a capitania de São Paulo, por não possuir o mesmo poder, viu-se obrigada a sair em busca de índios e transformá-los em mão de obra para os serviços na lavoura. Esta seria a forma mais barata de adquirir trabalhadores para a região.

As bandeiras que tinham como objetivo, além da busca de índios, a procura de metais preciosos. Diante das investidas nas terras desconhecidas do Brasil, as bandeiras acabaram sendo responsáveis pela conquista do seu interior. Nos locais explorados pelos bandeirantes surgiram várias cidades. A descoberta de ouro em Cuiabá fez com que uma série de aventureiros como os europeus, os povoadores do litoral do país, comerciantes, militares, mineiros, funcionários régios mudassem para região, fazendo com que o arraial crescesse a cada dia.

Inicialmente todos os moradores viviam em função da mineração e o abastecimento da região era feito pelas

monções, sistema de abastecimento e transporte de pessoas através dos rios. Chegavam até Cuiabá produtos de primeira necessidade como alimentos, remédios, roupas, ferramentas e sal. As monções vinham da capitania de São Paulo e demoravam cerca de 4 a 6 meses, dependendo das dificuldades encontradas durante o percurso. Era comum o ataque dos índios, intempéries e animais às monções. Estes fatores elevavam os preços das mercadorias e dificultava a vida no arraial.

No traçado da cidade de Cuiabá verifica-se muitas das características do urbanismo português que foi implantado no Brasil Colônia. Com componentes eruditos e vernáculos, a malha urbana de Cuiabá foi adquirindo sua forma orgânica. É nesse cenário de ruas estreitas que seguem a topografia local, que está inserido o Casarão do Beco Alto, objeto deste artigo. Entre os meses de março e setembro de 2015, devido ao seu processo de arruinamento, o imóvel passou por uma obra de estabilização estrutural que devolveu ao casarão a sua integridade física. As intervenções foram baseadas nas orientações da Carta de Veneza, nos estudos e orientações de Cesare Brandi e na Instrução Normativa do conjunto.

2 CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ

Conforme Conte e Freire (2006) o centro histórico de Cuiabá apresenta íntegro o traçado urbano colonial e sobre ele guarda marcas do processo cultural de Cuiabá: os casarões do século XVIII, ainda que alguns modificados, as edificações ecléticas do século XIX e mesmo exemplares da arquitetura dos anos 50 e 60 do século XX, tão comuns nas cidades brasileiras. Esse acervo construído conta a história da formação do centro – sendo, portanto, expressão cultural da cidade – e das atividades ali desenvolvidas.

Com estas características as edificações e o traçado urbano contam a história de Cuiabá e nos transportam para a época do Brasil colônia, com seus hábitos, culturas, costumes e povoamento. O interesse pelo tombamento (CONTE; FREIRE, 2006) surgiu após estudo realizado por técnicos locais da então Secretaria do Patrimônio



Histórico e Artístico Nacional – SPHAN/Pró-Memória em 1984, motivados pelo valor histórico, arquitetônico e paisagístico, gerando então o tombamento provisório em nível federal no dia 1º de outubro de 1987.

Ainda de acordo com Conte e Freire (2006), em 1989 o centro de Cuiabá se vê passar por uma série de demolições e descaracterizações, tudo em virtude do posicionamento contrário ao tombamento da Administração Pública Municipal alegando que isto atrapalhava o “progresso” e o “desenvolvimento” da cidade. A prefeitura autorizou alvarás de demolição e reformas sem a consciência do órgão de proteção. Foram perdas significativas. Em 04 de novembro de 1992 o tombamento foi homologado pelo ministro da cultura, e em 1993 com uma nova Administração Pública se tem o maior controle e fiscalização das ações no Centro Histórico. O tombamento do conjunto consiste em uma poligonal que compreende uma área com 13,10ha e 400 edificações e mais a área de entorno.

3 SOBRE O OBJETO DE INTERVENÇÃO

O objeto de intervenção é uma edificação assobradada, que faz parte da área tombada da poligonal de proteção federal em que se encontram imóveis de valor arquitetônico e históricos. A edificação é conhecida como Casarão do Beco Alto e está localizada na antiga rua de Cima, denominação esta que vem desde o período colonial, onde se construíam as melhores casas e sobrados. Atualmente a rua é denominada de Pedro Celestino. Não é possível identificar a data de sua construção (ARAÚJO, 2015), muito embora sua tipologia, sistema construtivo de alvenaria de terra crua - adobe, a estrutura de amarração com a utilização de esteios de madeira lavrados em enxó, cobertura com estrutura de caibro armado, a imensidão do quintal contemplado com árvores frutíferas e a existência de telhas do tipo capa e bica de barro vermelho apresentem indícios de que a sua construção ocorreu entre os séculos XVIII e XIX. Ao longo do tempo ele foi utilizado como moradia de pessoas ilustres da cidade de Cuiabá, também funcionou o Curso Comercial “Antônio Corrêa da Cos-

ta”, fundado pelo professor Antônio Fernandes de Souza, que foi membro da Academia Mato-grossense de Letras e do Instituto Histórico de Mato Grosso.

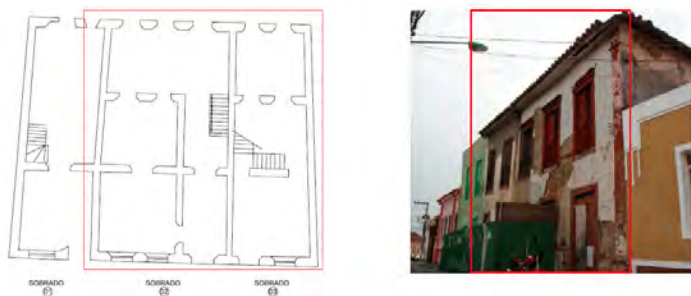
Por fim, o casarão abrigou a Pensão Lafaiete que hospedava estudantes das cidades circunvizinhas à capital (MENDONÇA, 1969). De acordo com Póvoas (1980), antigos sobrados vêm resistindo a ação do tempo em Cuiabá e, em certos casos, a ação de maus administradores ou ao desprezo pelo seu valor histórico por parte de seu proprietário. Esses raros exemplares de sobrados em Cuiabá possuíam uma arquitetura caracterizada pelo alinhamento da edificação nas ruas, presença de muitas portas e janelas para a ventilação e iluminação natural, grandes quintais longitudinais para plantações de frutas e obtenção de sombra. Nas fachadas, os beirais apoiavam as telhas coloniais, as portas localizavam-se ao centro e as janelas marcavam os ambientes da casa, como se observa na figura 01, abaixo.



Figura 01: Imagem do Casarão do Beco Alto. Fonte: Acervo Iphan-MT, s/d.



Hoje, o sobrado encontra-se dividido em 03 (três) partes, como mostram as figuras 02 e 03 a seguir.



Figuras 02 e 03 - Divisão do sobrado e Vista da fachada. Fonte: Iphan-MT, 2012.

Cada uma delas pertence a famílias diferentes. O sobrado 01, que se apresenta na figura 03 com fachada na cor verde encontra-se ocupado, em bom estado de conservação, porém as características da fachada já foram alteradas com a construção de uma platibanda. De se esclarecer que se entende como conservação a edificação que apresenta um bom estado para uso, sem patologias construtivas que possam comprometer sua utilização. Já a preservação é refere-se aos elementos históricos ainda existentes no imóvel. As outras duas partes, correspondem aos sobrados 02 e 03 foram danificadas pela ação do tempo e já se encontravam em processo de arruinamento, ou seja, em péssimo estado de conservação e parcialmente preservado uma vez que devido à falta de manutenção, vários elementos arquitetônicos de época estavam se perdendo. Tendo em vista que esta edificação possui extrema relevância histórica, pois é um exemplar fiel de períodos remotos da cidade, trata-se de um dos últimos sobrados ainda existente no centro histórico de Cuiabá, e sua possível perda acarretaria danos irreparáveis a cultura e a leitura do conjunto, a Superintendência Estadual do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Mato Grosso através de seus técnicos, iniciou o processo para fins de execução de serviços estabilização estrutural do casarão do Beco Alto.

3.1 Levantamentos para intervenção e a obra

De posse do levantamento histórico, iniciou-se os levantamentos métricos, fotográficos, elaboração dos desenhos, do mapeamento de danos e do projeto de intervenção para a estabilização estrutural. A concepção da intervenção estava baseada nas orientações da Carta de Veneza (1964), na Instrução Normativa para o centro histórico de Cuiabá e na teoria de Brandi (2004).

A edificação encontrava-se em processo acelerado de arruinamento. Foram identificadas diversas patologias, entre elas, a intensa presença de umidade proveniente do telhado danificado como mostra a figura 05, presença de xilófagos, descolamento do material de revestimento, perda de seção da parede, trincas e fissuras presentes principalmente nos encontros de paredes, como apresentado na figura 04.



Figura 04 – Cobertura danificada da edificação. Fonte: Iphan-MT, 2013.



Figura 05 – Fissuras nos encontros de parede. Fonte: Iphan-MT, 2013.

A presença e ação dessas patologias deixaram a edificação desestabilizada. Algumas dificuldades para realização deste levantamento foram encontradas, por exemplo no acesso à edificação, que era realizado pelos fundos, já que a porta principal estava vedada, além disso, a grande quantidade de sujeira presente no quintal e no interior da edificação dificultavam a locomoção da equipe.

Com base nas patologias mapeadas, acreditava-se que o problema principal da edificação era a cobertura que se encontrava com madeiramento comprometido, telhas quebradas, com grandes áreas descobertas que proporcionaram a entrada de água proveniente das chuvas. A incidência das águas pluviais acarretou além de outros danos, a perda da seção de uma parede. A entrada de água de modo direto nesta edificação era um fator de extrema preocupação, pois o seu sistema construtivo era praticamente todo em adobe, terra crua, material que não suporta umidade. Neste caso, a ação direta da água na parede ocasionou a lixiviação do material. Diante dessa situação, o projeto de estabilização estrutural elaborado pela engenheira civil Renata Ceridono, servidora da sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, estava voltado para troca do madeiramento, troca das telhas que no momento já

não atendiam por completo sua função de proteção da edificação, a amarração de paredes, a retirada de materiais já arruinados e impossíveis de recuperar, como assoalho e o forro de madeira, entre outros.

Em março de 2015, após todos os trâmites burocráticos, deu-se início a obra propriamente dita. Dentre os primeiros serviços estava a proteção do corrimão da escada e do piso de ladrilho hidráulico do casarão para evitar que o fluxo de trabalhadores e de equipamentos viessem a danificá-los. Posteriormente, fez-se retirada do forro, do assoalho de madeira e do lixo presente no interior da edificação. Tirantes foram utilizados para prender e segurar as paredes nos esteios proporcionando maior segurança aos trabalhadores e a edificação até que a reforço estrutural fosse concluído. Prosseguiu-se com o serviço de limpeza do quintal. Passada esta primeira etapa, a empresa contratada, em diálogo com os técnicos da SE/IPHAN-MT, decidiu realizar prospecções nas fundações, isto é, na base dos esteios de madeira. De se esclarecer que a etapa da prospecção é anterior a execução das obras, porém, não havia disponibilidade orçamentária à época do levantamento para realização deste serviço, tampouco equipamentos necessários, além disso, qualquer atraso poderia comprometer ainda mais a estrutura desestabilizada do sobrado. Sendo assim, foram localizados e prospectados 25 esteios presentes na edificação. Todos encontravam-se danificados pela presença de umidade e xilófagos e consequentemente já não realizavam sua função, sendo responsáveis pela intensa quantidade de trincas e fissuras ao longo da edificação. A solução encontrada para os esteios comprometidos foi a execução de enxerto de novas seções de madeira nas peças existentes. Era possível manter parte das peças originais e retirar somente os trechos deteriorados. Os trechos danificados foram seccionados e retirados. Os esteios foram escorados com peças de madeira. E posteriormente, substituídos por madeira tratada. Para cada esteio de base comprometida, escavou-se as fundações e promoveu-se o agulhamento no fundo de cada vala. Uma camada de pasta de areia e cimento foi adicionada em cada uma das aberturas com a finalidade de preencher os vazios



existente entre as rochas depositadas e agulhadas ao fundo. Foi executado também, fundação em concreto para sustentar cada uma das estruturas recém recuperadas (BARROS, 2015).

Com a estabilização da fundação, foram realizadas a reintegração das partes faltantes da alvenaria de vedação em terra crua, que havia se perdido por conta do contato direto com a umidade proveniente das águas das chuvas. Tendo em vista que todo material lixiviado se encontrava no local, vislumbrou-se a possibilidade de seu reaproveitamento para a execução dos novos tijolos de adobe para a vedação (figuras 06 e 07). A ideia resultou em uma alternativa mais sustentável e de custo reduzido para a obra, pois o material é proveniente da própria construção e garantia originalidade ao bem protegido. Apesar do material ser original, o modo de preparo foi diferente. Ao invés da massa ter sido pisoteada até adquirir consistência adequada, ela foi preparada em betoneira, que deu mais agilidade para a execução do serviço. Após o preparo da mistura, o material foi colocado em formas de madeira com dimensão de 40x19x20 cm. O reaproveitamento do material remanescente proporcionou uma obra mais sustentável e um canteiro mais eficiente com menos resíduos para ser descartado posteriormente à execução da intervenção. Estima-se que 30% dos resíduos sólidos urbanos são gerados pela construção civil nos canteiros de obra, o que ocasiona um grande impacto nos aterros das grandes cidades.



Figura 06 – Adobe produzido no canteiro de obras. Fonte: Iphan-MT, 2015.



Figura 07 – Utilização de adobe na vedação. Fonte: Iphan-MT, 2015.

A etapa seguinte contemplou a retirada da cobertura, porém, antes da execução deste serviço, foi uma confeccionada a sobre cobertura no canteiro de obras. Essa estrutura em forma de uma grande tela aramada e coberta com lona plástica foi utilizada, paliativamente, para proteger as paredes da chuva durante o período em que a edificação estava descoberta. Finalizados os serviços sob a sobre cobertura, o madeiramento comprometido da estrutura do telhado foi substituído por novas peças e a cobertura, que apresentava peças de fibrocimento e telhas de barro, foi substituída integralmente por telhas de barro, tipo capa e bica.

4 CONCLUSÃO

Trabalhar com edificações históricas requer além de conhecimento técnico e legal específicos, a sensibilidade para conhecer, estudar e entender o comportamento dos elementos estruturais e construtivos antigos, cujos parâmetros de avaliação são peculiares e de difícil caracterização. O casarão do Beco Alto como objeto de estudo possibilitou inúmeras incursões técnicas, pesquisa histórica e estudo de patologias, elementos fundamentais para a elaboração de um projeto técnico.

camente viável e salutar. Buscou-se, portanto, com o diagnóstico patológico, preservar e conservar o que restou do antigo sobrado imponente do núcleo urbano do conjunto tombado pela União. Diante das inúmeras possibilidades de intervenção, optou-se por uma solução emergencial de estabilização estrutural, sem contudo, desconsiderar teóricos e documentos de relevância no campo da restauração, o que garantiu uma ação que ao tempo em que estabilizou o imóvel em avançado estado de arruinamento, trouxe à luz possibilidades de intervenções reais, sustentáveis, pouco invasivas e de resultado paliativamente satisfatório.

ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 26 set. 2015.

MENDONÇA, R. de. Ruas de Cuiabá. Editora Cinco de Março. 1969

PÓVOAS, C. L. Sobrados e Casas Senhoriais de Cuiabá. Cuiabá, ed. Fundação Cultural de MT, 1980, 41p.

SIQUEIRA, E. M. História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá, Entrelinhas, 2002.

5. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, F. de A. P. de. Casarão do Beco Alto: um esboço histórico e arquitetônico. In: Vivências Patrimoniais: da teoria à prática. Cuiabá: IPHAN-MT, 2015.

BARROS, A. O. de. Relatório de acompanhamento de obra. IPHAN-MT, 2015.

BRANDI, C. Teoria da Restauração. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2004

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Decreto Lei nº 37 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm> Acesso em: 26 set. 2015.

CONTE, C. Q. e FREIRE, M. V. L. Centro Histórico de Cuiabá Patrimônio do Brasil. Cuiabá, Entrelinhas, 2006.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETOS E TÉCNICOS DOS MONUMENTOS HISTÓRICOS. 1964. Carta de Veneza. Disponível em:<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/>





O desenho da fachada da Catedral Nossa Senhora da Conceição de Campinas: Problemas de método

Ana Aparecida Villanueva Rodrigues
UNICAMP

RESUMO

Nos projetos de conservação e restauro, em geral, um bom levantamento métrico arquitetônico constitui parte integrante das decisões de intervenção no monumento. Desta forma, o problema do método de levantamento torna-se fundamental para os profissionais que irão desenvolver estes projetos.

Neste trabalho desenvolvo o desenho da Catedral Nossa Senhora da Conceição de Campinas, comparando com os parâmetros convencionais utilizados nos levantamentos métricos em monumentos singulares na Europa.

No caso do Brasil, apresento as dificuldades ocorridas desde os conceitos de Lúcio Costa de não valorização da arquitetura do sec. XIX e proponho para os monumentos brasileiros de origem clássica a aplicação do Tratado de Giacomo Barozzi da Vignola.

Palavras-chave: Desenho, Patrimônio e Catedral

ABSTRACT

Conservation and restoration projects, in general, a good architectural metric survey is an integral part of policy making in the monument. Thus, the survey method of the problem becomes critical for professionals who will develop these projects.

In this work we develop the design of the Cathedral of Our Lady of Conception of Campinas, comparing with the conventional parameters used in metric surveys in natural monuments in Europe.

In Brazil, I present the difficulties that have occurred since the concepts of Lúcio Costa of not valuing secular architecture. XIX and propose to the Brazilian monuments of classical origin application of the Treaty of Giacomo Barozzi da Vignola.

Keywords: Design, Heritage and Cathedral



No século XIX, com a instituição da ciência do “restauro”, o levantamento arquitetônico passou a fazer parte do conhecimento técnico do monumento, tendo como finalidade, subsidiar a decisão dentro do projeto de intervenção. Além disso, e de forma complementar, o levantamento também começou a ser utilizado no século XIX para o inventário do patrimônio arquitetônico e histórico, com a criação dos Órgãos oficiais de defesa do patrimônio. É importante ressaltar que Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc em 1853 na França, foi nomeado Inspetor Geral dos Edifícios Diocesanos, e, um ano mais tarde, realizou o primeiro tomo (no total de 10) do seu *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XIe au XVIe siècle* (BERNAGE, 2002 :p. 5-10).

No início do século XX, Gustavo Giovanonni desenvolveu um guia para o estudo metódico de restauro dos monumentos italianos, afirmando a importância do levantamento arquitetônico para conhecimento dos monumentos históricos como fonte primária de pesquisa. O levantamento arquitetônico vem exercendo, portanto, desde o século XIX, um papel fundamental para o conhecimento crítico-histórico dos monumentos, auxiliando os profissionais nas definições de projetos de restauro, como também na identificação de suas patologias.

No Brasil, a partir do século XX, tornou-se prática constante determinados reducionismos sobre os edifícios históricos, em especial os do século XIX. Este pensamento ganhou dimensões acadêmicas com a reforma da Faculdade de Arquitetura em 1930, promovida pelo arquiteto Lucio Costa na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, quando houve a eliminação de grande parte das disciplinas de história da arquitetura bem como a retirada do levantamento arquitetônico que tinha como finalidade a compreensão das obras históricas.

O estudioso Nestor Goulart Reis Filho apresentou e debateu este tema no Seminário Nacional “O estudo da história na formação do arquiteto”, organizado pela FAU-USP, em 1994 intitulado: “Algumas Raízes. Origens da pesquisa sobre história da Arquitetura, da Ur-

banização e do Urbanismo no Brasil”. Nesta apresentação o autor sublinha o papel dos arquitetos modernos na rejeição da arquitetura historicista do século XIX, e, ao mesmo tempo, na constituição de um novo conhecimento acadêmico (REIS FILHO, 1994).

Uma das consequências da reestruturação do ensino na Faculdade de Arquitetura foi o impacto dessa mudança no repertório projectual dos arquitetos que passaram a não levar em consideração a importância do levantamento minucioso dos edifícios históricos e da sua linguagem própria. Na Itália quatrocentista, as regras das edificações de origem clássicas eram estudadas a partir das ruínas romanas e fundamentadas na leitura do texto da preceptiva de Vitruvius, estruturando-se em uma “verdadeira gramática, com uma morfologia e uma sintaxe precisas” (LEMERLE, 2005:2).

Assim, considera-se que, para compreensão da arquitetura de origem clássica é fundamental o conhecimento de sua gramática própria, através de um levantamento arquitetônico detalhado e do reconhecimento de suas modenaturas. Pode-se citar, nesse sentido, o professor Gabriele Morolli, que ministrava aulas sobre o tema na Università degli Studi di Firenze, e afirmava a necessidade de conhecimento da estrutura arquitetônica clássica, levando em consideração suas modenaturas, as quais ele divide em oito regulares: 1-listello, 2-as-tragalo, 3-tori, 4-scozia, 5-echino, 7-gola dritta, 8- gola rovescia, cujo jogo combinatório, formal e estrutural produz, quando reunidas, os seguintes elementos, a saber, base, fuste, capitel, arquitrave, friso e cornija, que, por sua vez estão acoplados no sistema geral de coluna e entablamento, constituindo assim o arranjo final das Ordens Arquitetônicas (MOROLLI, 1986:14-16).

É através dos pequenos elementos individuais e de suas proporções que se pode construir o todo, o geral, da linguagem clássica. Portanto, entender essa arquitetura em seus particulares, e, observá-los e levantá-los de maneira minuciosa, é o método que poderá levar à sua distinção e valorização. Aby Warburg afirmou: “Deus está no particular” (GINZBURG, Carl:1989:143).

Em 1562, Giacomo Barozzi da Vignola escreveu seu Tratado a partir do levantamento dos monumentos an-



tigos e efetuou um paciente trabalho comparativo entre grupos de edifícios conforme suas Ordens Arquitetônicas, colocando-os um em relação aos outros. Fez isso para “poder reduzir as cinco Ordens a uma regra breve, fácil e prática” (CASOTTI, 1985:502).

Foram elaboradas minuciosamente as medidas da ordem jônica, do primeiro ático e do frontão, da ordem coríntia, do segundo ático e a ordem compósita da fachada principal da Catedral, verificando assim, as proporções e modenaturas da fachada principal da Catedral, e posteriormente estas medidas foram asseveradas no Tratado de Vignola (Figura 1).

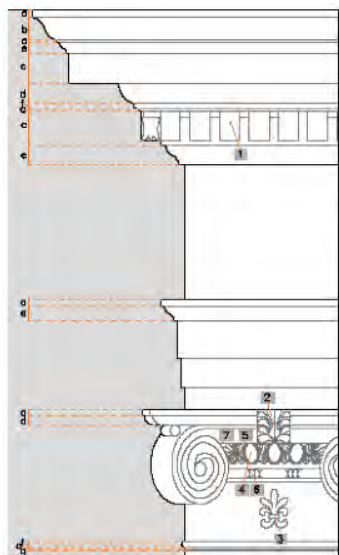


Figura 1 – Levantamento da fachada da Catedral pela autora - 2010

Através do entendimento da linguagem clássica foi possível precisar a autoria da fachada principal da Catedral, sendo identificada, a partir do monumento, a diferenciação entre os vários arquitetos e engenheiros que trabalharam neste projeto e obra (Figuras 2 e 3).



Figura 2- Comparação entre o tratado de Vignola e a Catedral existente - 2010

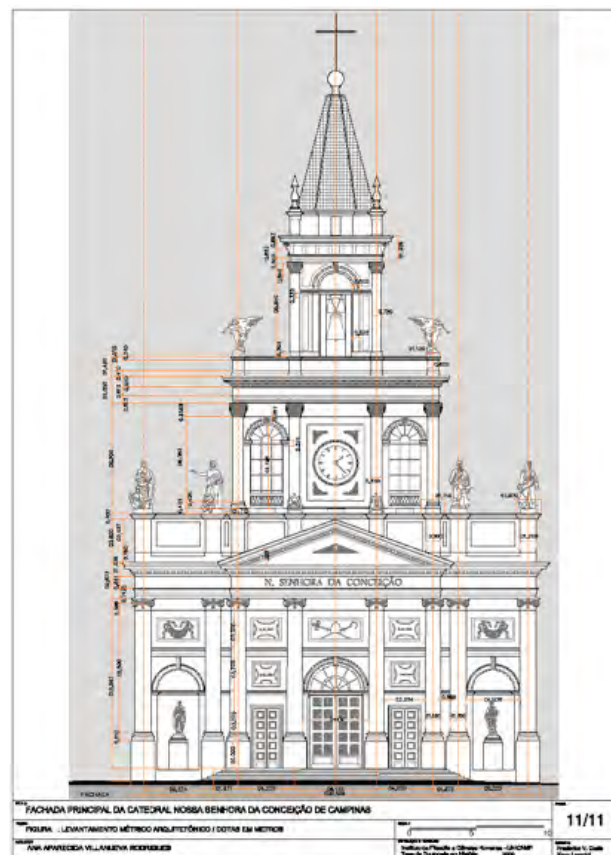


Figura 3- Levantamento final da fachada da Catedral confrontado com o Tratado de Vignola
Elaborado pela autora - 2010



Considerando assim que o monumento arquitetônico pode ser lido como um documento, ou seja, “uma fonte ‘sui generis’ para a reconstrução histórica” (GINZBURG, Carl:1989:56), o levantamento métrico arquitetônico detalhado da fachada da Catedral Nossa Senhora da Conceição de Campinas foi fundamental para a compreensão intrínseca dos seus procedimentos de projeto e de construção, e teve a finalidade de se obter informações independentes das textuais.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Algumas Raízes. Origens da pesquisa sobre história da Arquitetura, da Urbanização e do Urbanismo no Brasil. São Paulo: Seminário Nacional “O estudo da história na formação do arquiteto”, mesa redonda “Arquitetura, Sociedade, História” FAU-USP, 1994.

RODRIGUES, ANA A VILLANUEVA. “Campinas clássica : a Catedral Nossa Senhora da Conceição e o engendramento de uma arquitetura monumental clássica urbana no Brasil (1807-1883)”. Campinas: Tese de Doutorado, IFCH-UNICAMP, 2010.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNAGE, Georges. “Avant-propos”. In : VIOLLET-LE-DUC. Encyclopédie médiévale. Bibliothèque de l’Image, tome I: Architecture. França: ateliers de MAME, 2002.

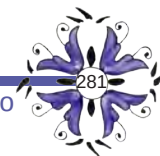
CARBONARA, Giovanni. Trattato di Restauro Architetonico. Torino: UTET, 2002.

VIGNOLA, Giacomo Barozzi da. “Regola delli cinque ordini d’architettura” [1562]. In: CATANEO, Pietro & VIGNOLA, Giacomo Barozzi da. Trattati. Con l’ aggiunta degli scritti di architettura di Alvise Cornaro, Francesco Giorgi, Claudio Tolomei, Giangiorgio Trissino, Giorgio Vasari. A cura di Elena Bassi, Sandro Benedetti, Renato Bonelli, Licisco Magagnato, Paola Marini, Tommaso Scalesse, Camillo Semenzato, Maria Walcher Casotti. Milano: Edizioni Il Polifilo, c1985.

GINZBURG, Carlo. “Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história”. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LEMERLE, Frédérique & PAUWELS, Yves. “L’ Architecture à la Renaissance”. Paris: Éditions Flammarion, 2005.

MOROLLI, Gabriele. “Le membra degli Ornamenti. Sussidiario illustrato degli ordini architettonici con un glossário dei principali termini classici e classicistici”. Firenze: Alinea Editrice, 1986.



A prevenção de danos como diretriz para preservação do patrimônio cultural: a experiência da Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz

Carla Maria Teixeira Coelho

Arquiteta da Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz; Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFF

Marcos José de Araújo Pinheiro

Vice-diretor de Informação e Patrimônio Cultural da Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os resultados e avanços resultantes da pesquisa que visa levantar subsídios para o aprimoramento de estratégias de conservação preventiva e gestão de riscos para o patrimônio cultural sob responsabilidade da Casa de Oswaldo Cruz, unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz. As ações em andamento buscam garantir um levantamento abrangente das diferentes ameaças que podem impactar sobre o patrimônio cultural; favorecer a troca de experiências entre as diferentes equipes responsáveis pela conservação dos bens culturais; e contribuir para a gestão integrada da preservação do patrimônio da instituição, com foco na prevenção de danos.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Prevenção; Gestão de riscos

ABSTRACT

This paper aims to present the results and advances resulting from research that aims to improve preventive conservation and risk management strategies for cultural heritage under the responsibility of the Casa de Oswaldo Cruz, technical-scientific unit of the Fundação Oswaldo Cruz. The ongoing initiative seek to ensure a comprehensive overview of different threats that may impact on the cultural heritage; foster the exchange of experiences between the various teams responsible for the conservation of cultural property; and contribute to the integrated management of heritage preservation of the institution, focusing on prevention of damage.

Key words: Cultural heritage; Prevention; Risk management



INTRODUÇÃO

O conceito de prevenção em relação aos danos que impactam sobre o patrimônio cultural está presente desde os primeiros documentos internacionais que discutem o tema da preservação. A Carta de Restauro de Atenas, elaborada em 1931, defende a manutenção regular e permanente, entendida como “apropriada para assegurar a conservação dos edifícios”, devendo ser adotada de forma a evitar a necessidade de reconstituições integrais (IPHAN, 2000: p.13).

A Carta de Veneza, de 1964, destacava a importância da manutenção permanente para a conservação dos monumentos, estabelecendo a restauração como operação a ser realizada em caráter excepcional (IPHAN, 2000). Na prática, entretanto, por muito tempo as intervenções em edifícios e sítios históricos voltaram-se principalmente para a recuperação de danos.

A partir do final do século XX a conservação preventiva passa a ser difundida como estratégia que tem como foco principal a atuação sobre as causas dos processos de deterioração, evitando a necessidade de intervenções de grande porte nos bens culturais. As instituições responsáveis pela preservação de acervos móveis – museus, bibliotecas e arquivos – foram as primeiras a incorporar esse tipo de abordagem. Mais recentemente observamos o esforço de diversas instituições em adaptar os princípios da conservação preventiva para edifícios e sítios históricos¹.

A conservação preventiva pode ser definida como um conjunto de medidas que buscam retardar a perda da autenticidade material e a integridade dos bens culturais, incluindo ações de documentação, inspeção, monitoramento e ações preventivas e corretivas de manutenção com intervenções mínimas (LIPOVEC, 2008). Uma das questões colocadas por essa abordagem diz respeito à ampliação do horizonte de análise, tendo em vista que ela se baseia na elaboração de diagnósticos que buscam identificar de maneira holística as causas dos danos. Devido à complexidade desse tipo de análise, o gerenciamento de riscos vem sendo adotado como uma importante ferramenta da conservação preventiva,

pois tem como objetivo garantir uma visão integrada dos riscos e danos a que estão sujeitos os bens culturais. O presente trabalho tem como objetivo apresentar os resultados e avanços resultantes da pesquisa que visa levantar subsídios para o aprimoramento de estratégias de conservação preventiva e de gestão de riscos para o patrimônio cultural sob responsabilidade da Casa de Oswaldo Cruz, unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz. Desde sua criação, no início do século XX, a Fiocruz gera e mantém diferentes tipos de bens culturais, incluindo edifícios e sítios históricos, além de acervos móveis (arquivísticos, bibliográficos, museológicos e coleções biológicas).

Gestão de riscos para o patrimônio cultural

A gestão de riscos começou a ser estudada após a Segunda Guerra Mundial, tendo como foco inicialmente questões voltadas para a área de seguros. Na década de 1970 a abordagem passa a ser adaptada para o mercado financeiro, riscos tecnológicos e segurança do trabalho (DIONNE, 2013).

No campo do patrimônio cultural a aplicação do gerenciamento de riscos é recente. No final da década de 1990 o ICCROM - International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property, em parceria com o ICOMOS - International Council of Monuments and Sites e a UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization lançou o manual *Risk Preparedness: a Management Manual for World Cultural Heritage* (STOVEL, 1998) e desde então tem investido em ações de capacitação para profissionais que atuam na preservação de bens culturais em todo o mundo. Na mesma época cientistas de duas instituições canadenses CCI - Canadian Conservation Institute e CMN - Canadian Museum of Nature desenvolveram ferramentas conceituais específicas para adaptação da gestão de riscos para acervos móveis (MICHALSKI, 1990; WALLER, 1994) estabelecendo as fundações para uma metodologia que se disseminaria por vários países ao longo dos anos 2000. Elaborada pelo ICCROM, em parceria com o CCI e



o RCE (Instituto Holandês do Patrimônio Cultural) o Método de Gestão de Riscos do CCI-ICCROM-RCE baseia-se na norma australiana e neozelandesa de gerenciamento de riscos AS/NZ 4360:2004 (criada originalmente em 1995). Tem como objetivo contribuir para o estabelecimento de prioridades e concepção de estratégias mais eficientes para a conservação preventiva do patrimônio cultural, permitindo uma visão integrada dos danos esperados e perdas relacionadas aos bens culturais, e das soluções de mitigação (MICHALSKI; PEDERSOLI, 2011). É composta de cinco etapas sequenciais: estabelecimento do contexto, identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos. Complementam o processo ainda duas ações contínuas - monitoramento e comunicação. Em 2009 a ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas lançou a NBR ISO 31000 - Gestão de riscos - Princípios e diretrizes, baseada na norma australiana.

Michalski (2004: p. 52) define risco como “a possibilidade de perda”. Nesse sentido, o conceito básico de gerenciamento de riscos para o patrimônio cultural estaria ligado à redução da possibilidade de perda e voltado não apenas para eventos catastróficos, mas também para os processos lentos e cumulativos que afetam os bens culturais. Para tanto, a metodologia prevê a elaboração de diagnósticos abrangentes dos riscos que podem impactar os bens culturais, utilizando ferramentas específicas como os 10 Agentes de deterioração e as camadas de invólucro – orientando a identificação de riscos em diferentes escalas, desde a região e o sítio onde a instituição está localizada até chegar ao objeto. Os 10 Agentes de deterioração estabelecidos pela metodologia são: forças físicas; criminosos; fogo; água; pestes; contaminantes; luz / radiação UV; temperatura incorreta; umidade relativa incorreta; e dissociação. Van Balen (2011) propõe ainda a inclusão do agente “ação humana” no caso de edifícios e sítios históricos. O risco de perda e dano surge da exposição dos bens culturais a um dos 10 agentes de deterioração, e pode variar tanto em frequência quanto em gravidade (MICHALSKI; PEDERSOLI, 2011).

A abordagem da gestão de riscos vem sendo recente-

mente adotada por algumas instituições brasileiras responsáveis pela preservação de bens culturais. Em 2014 a Fundação Casa de Rui Barbosa concluiu a pesquisa que teve como finalidade embasar a implantação de um Programa de gerenciamento de riscos para o patrimônio cultural da instituição. A iniciativa teve como objetivo a ampliação das perspectivas das ações preventivas já adotadas e a adequação da metodologia para o gerenciamento de riscos em edifícios históricos, integrando as áreas de coleções, edifícios e sítio histórico (CARVALHO, s/d.).

Em 2015 o Centro Lúcio Costa do Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional lançou a versão em português do manual Gestão de riscos de desastres para o Patrimônio Mundial, elaborado originalmente pela UNESCO, ICCROM, ICOMOS e IUCN - International Union for Conservation of Nature. O documento tem como objetivo fornecer aos Estados-membro uma metodologia para identificação, avaliação e redução de riscos relacionados a desastres que possam impactar os bens reconhecidos como Patrimônio da Humanidade (UNESCO et al, 2015).

Aplicação da gestão de riscos para o patrimônio cultural da Fiocruz

A Fundação Oswaldo Cruz é uma instituição pública ligada ao Ministério da Saúde do Brasil que atua em pesquisa, ensino, desenvolvimento tecnológico e inovação. Em decorrência do desenvolvimento de suas atividades, desde o início do século XX, a instituição possui hoje importante patrimônio cultural composto por edifícios e sítios históricos e acervos móveis. A maior parte desse patrimônio concentra-se no campus sede da instituição em Manguinhos, zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

Visando maior integração das ações entre os diferentes agentes institucionais foi criado o Preservo – Complexo de Acervos da Fiocruz. A iniciativa constitui-se como elo para a conformação de uma rede interinstitucional entre as unidades que detêm acervos na Fiocruz. Em termos conceituais o Preservo adota os princípios



norteadores da Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde, elaborada pela Casa de Oswaldo Cruz – COC, e suas orientações estruturantes. Essas orientações tomam como imperativo a adoção de metodologias e estratégias que minimizem no tempo a necessidade de ações reativas e instaure a cultura da prevenção e da antecipação aos riscos. São elas: a conservação preventiva; a gestão de riscos; a conservação integrada; e a preservação sustentável. Juntam-se a essas a pesquisa e desenvolvimento em preservação de acervos, e a educação patrimonial (COC, 2013).

Seguindo essas orientações e buscando aprimorar as ações de conservação preventiva já em andamento para o patrimônio institucional, a COC desenvolveu um programa de médio prazo para implantação de ações de gestão de riscos para o patrimônio localizado em Manguinhos. Para tanto foi criado um Grupo de Trabalho (GT) interdisciplinar composto por técnicos responsáveis pela preservação dos diferentes tipos de acervos móveis e pelo patrimônio edificado, além de representantes da área de planejamento, de infraestrutura e da direção.

Tendo em vista a diversidade e quantidade de acervos sob responsabilidade da unidade o grupo estabeleceu um plano de trabalho dividido em várias fases. Para a primeira fase da pesquisa foram selecionados entre os objetos de estudo os seguintes edifícios do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos [Fig.1] e os acervos móveis neles abrigados: Pavilhão Mourisco; Pavilhão do Relógio; Quinino; Cavalaria; Casa de Chá; e Pombal. Esses edifícios, em estilo eclético, foram projetados pelo arquiteto português Luiz Moraes Junior e construídos entre 1904 a 1922 para abrigar as primeiras atividades da instituição. Em 1981 parte desse conjunto e a área verde no entorno foram tombados pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.



Fig. 1 – Vista dos edifícios do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos. Fonte: Acervo Fiocruz.

Para o desenvolvimento do trabalho vem sendo adotado o Método de Gestão de Riscos do CCI-ICCROM-RCE e foi contratada consultoria do especialista José Luiz Pedersoli.

A primeira etapa consistiu na análise de dados para o Estabelecimento do contexto. O estabelecimento do contexto inclui a definição dos parâmetros externos e internos a serem levados em consideração, e o estabelecimento do escopo e dos critérios de risco (ABNT, 2009). Para tanto foi realizada uma série de levantamentos buscando caracterizar: o contexto institucional; o conjunto de atores que apresentam influência na conservação dos bens culturais da instituição; as características das diferentes edificações e coleções contempladas nessa etapa; as políticas e procedimentos existentes; a valoração dos acervos; e as características do sítio.

O aprofundamento da análise relacionada às características do sítio foi necessário devido à situação de vulnerabilidade da região onde se localiza a instituição. Altos índices de poluição, crescimento urbano desordenado, violência urbana foram algumas das questões mapeadas durante o processo. Buscando ampliar o horizonte de análise foram levantados ainda dados sobre os possíveis impactos das mudanças climáticas na re-

Período	Temperatura	Chuva
Até 2040	Aumento de 0,5° a 1° C	Aumento de 5% a 10%
Entre 2041 e 2070	Aumento de 1,5° a 2° C	Aumento de 15% a 20%
Entre 2071 e 2100	Aumento de 2,5° a 3° C	Aumento de 25% a 30%

sítio foi realizado levantamento de notícias em periódicos e na comunicação interna da própria Fiocruz. Em relação aos edifícios históricos a análise dos relatórios de obras foi fundamental para compreender e identificar problemas recorrentes e principais processos de deterioração. Foi criado um modelo de Ficha de Obra para registrar de forma resumida cada intervenção já realizada nos edifícios históricos e, principalmente, o que as motivou.

 Ministério da Saúde FIOCRUZ Fundação Oswaldo Cruz		 Casa de Oswaldo Cruz	
PLANO DE GESTÃO DE RISCOS - ACERVOS COC			
Ficha de ocorrência			
Pavilhão Montículo			
DATA E LOCAL DA OCORRÊNCIA:			
Data (dia / mês / ano)	07/04/10	Hora	10:00
		Local (edifício / sala)	Balustrada
INFORMAÇÕES SOBRE A OCORRÊNCIA:			
Tipo de ocorrência	Dano por impacto (causado por veículos, queda de objetos)	Descrição	Derrubada parcial da balustrada
Outros - preencher	-	Causa	Saida de caminhão
DESCRIÇÃO DOS DANOS CAUSADOS PELA OCORRÊNCIA:			
Danos ao acervo	-	Parcela do acervo afetada (número da sala ou %)	-
Danos ao edifício	Derrubada parcial da balustrada	Parcela do edifício afetada (número de elementos ou m²)	2 módulos entre os balustrada
Gravidade do dano	Moderada	Danos a saúde (colaboradores / visitantes)	-
Imagens			
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA:			
Ação realizada	Recomposição das peças		
Responsável	DPH		
PREENCHIMENTO DA FICHA:			
Depto / Setor:	DPH / Manutenção	Data:	13/06/2014
Nome:	Jorge Pastora		

Fonte: Departamento de Patrimônio Histórico / Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz

A partir da análise de todo esse material foi possível chegar a uma listagem de tipos de riscos por agente de deterioração (40 para os edifícios históricos e 39 para os acervos móveis).

O GT encontra-se atualmente envolvido na elaboração da etapa de Análise de riscos, que envolve o exame das causas e as fontes dos riscos, suas consequências e a probabilidade de que essas ocorrências possam ocorrer (ABNT, 2009). Estão sendo elaborados cenários para os riscos identificados durante o processo, utilizando informações sobre a frequência esperada para determinada ocorrência e os possíveis impactos. Em médio prazo espera-se garantir uma visão mais abrangente dos problemas que atingem os edifícios históricos e acervos móveis, identificando aqueles que são recorrentes e propondo soluções para que eles não voltem a ocorrer.

Além de possibilitar uma avaliação global dos riscos que podem impactar os diferentes bens culturais da instituição o trabalho vem sendo fundamental para alimentar os planos de conservação preventiva elaborados para os edifícios históricos, possibilitando um conhecimento aprofundado sobre as principais vulnerabilidades de cada edifício histórico e a definição de estratégias preventivas para mitigar os riscos identificados, a serem adotadas pelas equipes de conservação. Considerações finais

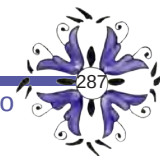
A conservação preventiva e a gestão de riscos pressupõem uma mudança profunda em relação ao patrimônio cultural, ampliando o horizonte de análise em relação ao espaço e ao tempo, como esclarece Della Torre:

[...] poderíamos dizer que a restauração, a intervenção direta sobre a coisa, envolve uma atenção focalizada no objeto, com um diagnóstico das causas dos fenômenos encontrados; enquanto a prevenção olha para a relação entre o objeto e o contexto como mutável, e analisa cenários que podem resultar em processos ainda não perceptíveis em seus resultados concretos (DELLA TORRE, 2010: p.4. Tradução livre).

Os trabalhos em andamento na Fiocruz representam um ganho significativo para o fortalecimento da interdisciplinaridade na instituição em relação às ações voltada para a preservação do seu patrimônio cultural. A troca de experiências entre as diferentes equipes favoreceu um conhecimento ampliado sobre os processos de deterioração e rotinas de conservação dos diferentes bens culturais. As estratégias de documentação das intervenções nos edifícios históricos e acervos móveis e incidentes a eles relacionadas foram aprimoradas, permitindo uma visão mais abrangente e o monitoramento dos problemas.

Alguns desafios permanecem como questões a serem enfrentadas, como a inexistência de registros históricos sobre incidentes em edifícios históricos e instituições de guarda de acervo no contexto brasileiro que possam contribuir para a elaboração dos cenários de riscos; e a necessidade de capacitação constante e estruturação das equipes responsáveis pelos diferentes bens culturais da instituição.

¹ Em 2009 a UNESCO criou uma cátedra sobre conservação preventiva, manutenção e monitoramento dos monumentos e sítios, denominada UNESCO PRECOM³OS Chair, estabelecida no Raymond Lemaire International Centre for Conservation (KU Leuven, Bélgica). No Brasil foi criado em 2012 o grupo de pesquisa Conservação Preventiva de Edifícios e Sítios Históricos cujo objetivo é estabelecer uma rede de formação e comunicação no campo da conservação preventiva. Coordenado pela Fundação Casa de Rui Barbosa (RJ) o grupo é composto por profissionais da Universidade Federal da Bahia, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, da Fundação Oswaldo Cruz, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Católica do Porto. Para mais informações ver CARVALHO, 2014.



Bibliografia:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. NBR ISO 31000. Gestão de riscos - Princípios e diretrizes. ABNT: Rio de Janeiro, 2009.

CARVALHO, Claudia S. Rodrigues de. O Gerenciamento de riscos para o patrimônio cultural da Fundação Casa de Rui Barbosa. S/d. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/aj/FCRB_ClaudiaCarvalho_Projeto_de_conserv-cons_preventiva_do_museu_Casa_de_Rui_Barbosa.pdf Acesso em 07 de Abril de 2015.

_____. Conservação preventiva de edifícios e sítios históricos: pesquisa e prática. In: Revista CPC, São Paulo, n.18, p. 141–153, dez. 2014/abril 2015.

COC - CASA DE OSWALDO CRUZ. Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz. 2013. Disponível em www.coc.fiocruz.br

DELLA TORRE, Stefano. Preventiva, integrata, programmata: le logiche coevolutive della conservazione. In: Pensare la prevenzione. Manufatti, usi, ambienti. Atti del XXVI convegno Scienza e Beni Culturali (Bressanone 13-16 luglio 2010), Venezia, Arcadia Ricerche, 2010, pp. 67-76.

DIONNE, Georges. Risk Management: History, Definition and Critique. Québec: CIRRELT (Centre interuniversitaire de recherche sur les réseaux d'entreprise, la logistique et le transport), 2013.

JIRASEK, Pavel. Museum security and disaster preparedness. In: ICOM – INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. Running a Museum: A Practical Handbook. Paris: ICOM; UNESCO, 2004, p. 177 - 196.

LIPOVEC, N. C. Preventive conservation in the international documents: from the Athens Charter to the Icomos Charter on structural restoration. SPRECOMAH Guidelines (Seminars on Preventive Conservation and Monitoring of the Architectural Heritage). 2008. Disponível em <<http://www.sprecomah.eu/site/index>.

[php?option=com_content&view=article&id=66&Itemid=81](http://www.sprecomah.eu/site/index.php?option=com_content&view=article&id=66&Itemid=81)>

MICHALSKI. Stefan. An overall framework for preventive conservation and remedial conservation. In: ICOM Committee for Conservation 9th Triennial Meeting, 1990, Dresden. Anais... Los Angeles : ICOM Committee for Conservation, 1990, p. 589-591.

_____. Care and Preservation of Collections. In: ICOM – INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. Running a Museum: A Practical Handbook. Paris: ICOM; Unesco, 2004.

_____; PEDERSOLI, José Luiz. Manual de Referencia para el Método de Gestión de Riesgos del ICC-ICCROM-RCE. 2011.

STOVEL, Herb. Risk Preparedness: a Management Manual for World Cultural Heritage. ICCROM, 1998.

UNESCO / ICCROM / ICOMOS / IUCN. Gestão de riscos de desastres para o Patrimônio Mundial. Brasília: UNESCO, Iphan, 2015. (Manual de referência do patrimônio mundial).

VAN BALEN, Koenraad. Preventive Conservation in the International context of the PRECOM3OS network. PRECOM3OS UNESCO chair. 2011. Disponível em http://precomos.org/images/uploads/library_items/Preventive_Conservation_article_KVB_oct_2011.pdf.

WALLER, Robert. Conservation risk assessment: a strategy for managing resources for preventive conservation. 1994. Disponível em: <<http://museum-sos.org/docs/WallerOttawa1994.pdf>>. Acesso em 26 ago. 2008.





Plano de Gestão da Conservação do Edifício Vilanova Artigas

**Maria Lucia Bressan Pinheiro
Claudia T. de Andrade Oliveira
Beatriz Mugayar Kühl
Antonio Carlos Barossi
Norberto Corrêa da Silva Moura
Ana Paula Arato Gonçalves
Carmen Silvia Saraiva Masseo de Castro
Fábio Gallo Júnior
Renata Cima Campiotto
Rodrigo A. Campagner Vergili
Silvio Oksman
Letícia de Almeida Chaves**

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP)



RESUMO

Entre os anos de 2012 e 2015, o Edifício Vilanova Artigas, sede da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e um dos ícones da arquitetura moderna brasileira, passou por um processo de recuperação de sua cobertura e de suas empenas que levantou diversas questões relacionadas às práticas de conservação da arquitetura moderna. Isso porque, durante os 46 anos de sua existência, não ocorreram alterações significativas em relação à estrutura original do edifício, não interferindo na leitura geral dos principais elementos que o constituem. No entanto, esta recente intervenção em grande escala apresentou grandes implicações e diversos desafios, motivando a candidatura ao programa Keeping It Modern, da Getty Foundation, a fim de que se fosse desenvolvido um Plano de Gestão da Conservação.

Palavras-chave: Plano de Conservação; Arquitetura Moderna, Vilanova Artigas.

ABSTRACT

Between the years 2012 and 2015, the Vilanova Artigas building, house of the School of Architecture and Urbanism of the University of São Paulo (FAU-USP) and an icon of the Brazilian modern architecture, went through a large process to repair its roof and façades. This occasion raised several issues regarding the practices of the conservation of modern architecture. That's because, in its 46 years of existence, the building has not suffered any significant alterations to its original structure, not undermining the reading of its main elements. However, this recent large scale intervention presented major implications and many challenges, which motivated the application to the program Keeping It Modern, funded by the Getty Foundation, aiming to develop a Conservation Management Plan to the building.

Key-words: Conservation Plan; Modern Architecture, Vilanova Artigas.



O edifício Vilanova Artigas tem sofrido com a falta de um programa de manutenção adequado, que tem levado ao desenvolvimento de danos a ponto de exigir intervenções de grande escala. Esta situação é agravada pelo fato de que essas intervenções, até agora, têm sido abordadas com pouca consideração ao tecido histórico do edifício. Como resultado, as intervenções passadas, embora respeitadas com a intenção do projeto original, não seguiram uma metodologia de conservação, muitas vezes causando danos ao tecido original e aplicando tratamentos que não são compatíveis com a conservação de sua importância histórica, como é o caso da recente campanha de reparos da fachada de concreto.

No primeiro semestre de 2015 a FAU-USP submeteu uma proposta de trabalho para participação no programa Keeping It Modern da Getty Foundation. Este programa oferece apoio financeiro a projetos cujo objetivo seja a conservação de ícones arquitetônicos do século XX, principalmente através do desenvolvimento de planos de conservação para esses edifícios. O projeto proposto pela FAU-USP tem como objetivo final o desenvolvimento de um Plano de Gestão da Conservação. Um Plano de Gestão da Conservação, também chamado Plano de Conservação, visa ao estabelecimento de diretrizes para ações de manutenção e intervenções futuras. Essas diretrizes deverão ser desenvolvidas com base em um conhecimento profundo do edifício, seu significado, e seus desafios com o objetivo de guiar as ações de maneira que sejam preservados os valores de significância a ele atribuídos. Assim, os Planos de Gestão da Conservação, de maneira geral, ajudam a gerir mudanças a partir das necessidades de preservação do edifício e de soluções compatíveis com a preservação de seu significado, facilitando seu uso benéfico e sustentável.

Em relação ao objeto de trabalho, o edifício Vilanova Artigas apresenta diversas questões que motivaram a elaboração do Plano de Gestão da Conservação. O primeiro desafio é a falta de uma cultura de manutenção, especialmente em relação aos edifícios de concreto armado. Na verdade, a adoção deste material pelos modernistas brasileiros está relacionada à crença de que se

tratava de um material indestrutível. Esses arquitetos modernos acreditavam que esta “pedra artificial” era capaz de desafiar o tempo e as mudanças climáticas sofrendo pouca alteração. Como resultado, problemas pequenos e facilmente resolvíveis que poderiam ser sanados pela manutenção diária levaram a grandes danos no edifício. Isso tem sido especialmente prejudicial aos edifícios cujas técnicas de construção e forma são inovadoras, como é o caso do edifício Vilanova Artigas. Esta atitude em relação à manutenção do edifício contribuiu para a deterioração das superfícies de concreto, um fenômeno que é conhecido hoje e que é acelerado pelo agravamento das condições ambientais.

Portanto, o segundo grande desafio que o edifício Vilanova Artigas enfrenta é a constante necessidade de manutenção e proteção das estruturas de concreto aparente, especialmente nas complexas e vastas cobertura e fachadas. Dentre todos os problemas que afetam estes elementos, as principais questões são: manter a cobertura o mais estanque possível e a degradação das grandes superfícies de concreto armado aparente das fachadas cegas. O edifício passou por grandes intervenções para sanar estas questões, conforme descrito abaixo.

A cobertura, medindo 110m por 66m, é composta por uma grelha de vigas. Estas vigas são ocas e têm seção transversal em forma de “A” invertido. O entrecruzamento dessas vigas de forma ortogonal resulta em interstícios quadrados que são cobertos por domus translúcidos, permitindo a entrada de luz natural no edifício. Há também vigas invertidas dispostas por entre a estrutura do telhado, medindo 1,40m de altura e formando 60 módulos de 5,50m por 22m. Cada módulo possui 16 domus de 1,20m por 1,20m, num total de 960 domus compondo uma superfície translúcida de grande beleza. A água da chuva é coletada pela tubulação localizada dentro dos 18 pilares internos que sustentam a cobertura. Portanto, a água se desloca do perímetro para o centro da estrutura, sendo a maior distância de 22m e inclinação 0,5%.

A disposição natural da grade ao longo dos anos passou por deformações devido à deflexão das vigas. Essas deformações têm alterado a inclinação da cobertura,



prejudicando o sistema de coleta das águas pluviais. Ao longo dos anos, o principal método empregado para reestabelecer o declive original e evitar o acúmulo de água era sobrepor camadas de argamassa e de novos sistemas de impermeabilização no topo das vigas ocas. Esta prática resultou na sobrecarga da estrutura em aproximadamente 200kg/m², o que agravou a deformação. É importante notar que o sistema original de impermeabilização não pesava mais do que 2,70kg/m². Esta sobrecarga também causou mais fissuras nas vigas, que permitiram a infiltração e o acúmulo de água nos caixões perdidos, que por sua vez levou ao aumento da carga, criando um círculo vicioso.

No interior do edifício, a degradação generalizada das armaduras e a degradação do concreto era evidente a olho nu pela formação de estalactites e até mesmo, em alguns casos, estalagmites causadas por eflorescência e depósito de carbonato de cálcio.

Ao longo dos anos, esta situação levou ao recalque de um dos pilares perimetrais da fachada sul em 2001. Esta foi uma das mais sérias intervenções na estrutura principal do edifício. O problema foi remediado com o reforço do topo do pilar e a substituição da placa de apoio (embasamento).

As implicações na deformação da grelha para a já dificultada condição de drenagem de água na cobertura levou ao aumento de tentativas experimentais nas áreas mais vulneráveis da cobertura. Algumas intervenções foram bastante invasivas, como a substituição das vigas na área sobre as salas da aula. Esta intervenção agressiva ocorreu em 1994, quando todas as camadas de argamassa e de impermeabilização foram removidas, seguidas pela demolição das vigas originais e sua reconstrução, baseada no projeto original de modo a eliminar a deformação e restituir a inclinação original de 0,5%. Esta intervenção sanou o acúmulo de água naquela seção da cobertura, mas causou a infiltração de água através das aberturas de ventilação dos domus, que ficaram muito próximas do nível da superfície da cobertura.

Na campanha de recuperação de 2002, que focou na área acima do estúdio 1 e da sala 801, as vigas foram

parcialmente demolidas. Neste caso, apenas o topo das faces das vigas foram removidos de modo a permitir o acesso aos espaços vazios no interior das vigas, que necessitavam de tratamento. Isto foi considerado necessário porque, após anos de infiltração de água, a corrosão das armaduras levaram à quebra do concreto em alguns pontos, que não foi o suficiente para causar problemas estruturais, mas permitiu a entrada de água no edifício. Depois de removidos, os topos das vigas foram reconstruídos com lajes pré-fabricadas e um novo sistema de impermeabilização com inclinação de 1%. Esta nova impermeabilização também foi aplicada nas vigas invertidas nesta ocasião.

Ambas as intervenções de 1994 e de 2002 foram complementadas com o tratamento das superfícies internas da cobertura do edifício. Isto foi feito através da remoção do concreto danificado, seguida pela aplicação de um revestimento de concreto e finalizado com lixamento e aplicação de um revestimento de proteção transparente.

Estas intervenções, restritas às áreas mencionadas até 2012, estavam voltadas para a melhoria das condições de estanqueidade da cobertura e são as alterações de maior escala sofrida pela estrutura do edifício. O restante da cobertura foi deixado sem tratamento devido às condições de orçamento e a dificuldade técnica de trabalhar sobre o Salão Caramelo, a uma altura de 13,15m. No entanto, a degradação das áreas sem tratamento progrediu rapidamente o que levou, em 2005, à contratação da primeira pesquisa técnica voltada a subsidiar novas intervenções no sistema de impermeabilização da cobertura. Esta pesquisa se baseou nas especificidades de aplicação e manutenção de produtos disponíveis no mercado. Os resultados foram apresentados para a comunidade da FAUUSP e disponibilizados através de biblioteca da escola, dando início a um processo de trabalho mais transparente e responsável da restauração da cobertura. A campanha resultante tardou a começar devido às dificuldades de obtenção de recursos. Como resultado, a campanha de intervenção só começou efetivamente em 2012 e foi concluída recentemente, em fevereiro de 2015.



Esta recente intervenção em grande escala teve grandes implicações para o plano de conservação a ser desenvolvido. Assim, a fim de desenvolver este documento, o financiamento obtido através deste programa está sendo aplicado na primeira fase deste processo, focado nos elementos que provaram ser da mais alta importância histórica e, simultaneamente, que apresentam o maior desafio de conservação: a cobertura e as fachadas. Este trabalho integrará futuramente um mais abrangente Plano de Gestão da Conservação. O desenvolvimento deste plano inclui:

1. Coleta e organização de dados históricos existentes, incluindo desenhos, documentos de manutenção e fotografias históricas.

2. Elaboração de desenhos arquitetônicos que documentem o estado atual do edifício. Isto incluirá escaneamento laser complementado por métodos de levantamento métrico tradicionais.

3. Identificação e descrição de todos os elementos da edificação, com foco especial nos materiais e acabamentos originais. Dependendo da natureza do elemento, análises laboratoriais serão usadas para identificar sua composição.

4. Levantamento e análise da condição atual do edifício. Isto deve incluir o mapeamento de danos e análise diagnóstica quando necessário, como o monitoramento de movimentação estrutural. Esta análise deve identificar todos os fatores externos e internos que contribuem para a deterioração do edifício.

5. Levantamento e análise dos sistemas de infraestrutura, tais como hidráulica, elétrica e de segurança.

6. Levantamento e análise das condições ambientais, de acessibilidade e sustentabilidade.

7. Desenvolvimento de um plano de manutenção com base nos princípios da conservação preventiva, com o objetivo de minimizar a necessidade de intervenções de grande escala.

8. Desenvolvimento de diretrizes para futuras intervenções, baseadas nos desafios identificados nos levantamentos, a importância do edifício, a necessidade de adaptações que promovam seu uso contínuo atra-

vés do atendimento ao conforto e às demandas tecnológicas, e os princípios de preservação atuais de acordo com os critérios adotados pelo ICOMOS.

A primeira fase de trabalho para o qual estão sendo aplicados os fundos se concentra no desenvolvimento das seguintes tarefas:

1. Elaboração de um documento abrangente sobre o edifício, que incluirá os dois primeiros itens do Plano de Gestão da Conservação, conforme descrito anteriormente. Este documento servirá como base para o desenvolvimento do PGV, bem como de projetos de intervenção futuros.

2. Monitoramento do sistema de impermeabilização recentemente aplicado a um elevado custo econômico e social para os usuários. Este monitoramento será a base para uma análise sobre a eficácia desta intervenção passada e também informará a necessidade de campanhas futuras de manutenção do sistema de impermeabilização com o objetivo de prevenir danos maiores à estrutura de concreto armado. Este monitoramento será complementado pela identificação de vários elementos que compõem o sistema da cobertura e de suas interfaces.

3. Investigação do concreto armado aparente que compõe as fachadas, que foram recentemente remendados e tiveram resultados estéticos pobres. Esta pesquisa será base para uma análise da qualidade desta última intervenção. Ela incluirá o mapeamento das condições e análise científica para identificar características do material. Estes resultados serão utilizados como base para o desenvolvimento de futuros projetos de conservação, incluindo a mitigação do dano estético causado por estes remendos recentes.

Juntamente às tarefas acima referidas, que estão sendo desenvolvidas pelo grupo de projeto desde Novembro de 2015, há ainda a proposta de disseminação dos conhecimentos obtidos. Para tanto, foram criados um blog e uma página no Facebook como forma de estabelecer um contato mais próximo com a comunidade que tem alguma relação com a faculdade, seja ela de ensino, de trabalho ou enquanto objeto de estudo. Além disso, dentro do universo das atividades didáticas que



se realizam na FAUUSP, há a criação de uma disciplina interdepartamental visando à pesquisa e à preservação do patrimônio construído da FAUUSP, especialmente o edifício Vilanova Artigas. A disciplina, denominada “Subsídios Investigativos e Projetuais para a Preservação do Patrimônio Edificado”, mostra-se como um instrumento de grande relevância para a intenção de disseminar os conhecimentos obtidos neste projeto. Esta disciplina pretende articular o objetivo didático da FAUUSP - o desenvolvimento de boas práticas de concepção, elaboração e construção das realizações arquitetônicas - e as intervenções relacionadas com a manutenção e restauração de bens patrimoniais. A disciplina está agora em sua terceira edição, e os projetos dos alunos obtiveram excelentes resultados, que efetivamente contribuíram com diversificados estudos e soluções para as múltiplas dimensões da preservação do icônico edifício Vilanova Artigas. Neste semestre, foi sugerido aos alunos que escolhessem como tema de trabalho da disciplina um assunto que contribua com o desenvolvimento do projeto.

Além das iniciativas já citadas de tornar o processo de projeto transparente e participativo, há também a proposta de organizar um evento entre o fim de 2016 e o começo de 2017. Este evento, que poderá se organizar em forma de seminário ou colóquio, trará a oportunidade de apresentar os resultados obtidos e promover um debate, para que todos tenham a oportunidade de contribuir para a definição de como deverá ser feita a conservação do edifício.

Dessa maneira, acredita-se que os resultados obtidos através deste projeto fornecerão bases consistentes para a elaboração de um Plano de Gestão da Conservação eficiente, servindo de fato para promover a conservação do edifício Vilanova Artigas, através de manutenções regulares e intervenções não invasivas, que não alterem a leitura de seus valores. Espera-se também que os resultados sirvam como referência para a conservação do patrimônio moderno.

Referências bibliográficas

BAROSS, Antonio Carlos. Ensino de projeto na FAUUSP: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo. 2005. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - FAUUSP. São Paulo.

BRITEZ, Carlos, VERGILI, Rodrigo. Consultoria Especializada para Acompanhamento Técnico dos Serviços de Reabilitação da Estrutura de Concreto do Edifício Vilanova Artigas da FAUUSP. 2015. Relatório Técnico. São Paulo.

CLARK, Kate. Conservation Plans: Benefit or Burden? English Heritage, 2000.

Conselho Curador da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo. Plano Diretor Participativo FAUUSP 2011-2018. São Paulo: FAUUSP, 2012.

CONTIER, Felipe de Araujo. O Edifício da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Cidade Universitária: projeto e construção da escola de Vilanova Artigas. 2009. Tese (Doutorado) – IAUUSP. São Carlos.

GINNECCHINI, Ana Clara. Técnica e Estética do Concreto Armado: um estudo sobre os edifícios do MASP e da FAUUSP. 2009. Dissertação (Mestrado) – FAUUSP. São Paulo.

GONÇALVES, Ana Paula A. Corrosion Prevention in Historic Concrete - Monitoring the Richards Medical Laboratories. Philadelphia: University of Pennsylvania, 2011.

Grupo Executivo de Gestão dos Espaços Físicos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Atividade de Manutenção e Reformas dos Edifícios da FAUUSP- período janeiro/2007 a janeiro/2009. São Paulo: FAUUSP, 2009.

Heritage Branch. Conservation Planning Methodology: Developing Policies for the Conservation of Historic Places. Province of British Columbia, s.d.

KERR, James Semple. The Conservation Plan: a guide to the preparation of conservation plans of European cultural significance.



ce. Australia ICOMOS. 2013. Disponível em: <<http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/The-Conservation-Plan-7th-Edition-reduced-file-size.pdf>> Acesso em 18 de Janeiro de 2016.

LIRA, José Tavares Correia de (org.). Patrimônio Construído da USP: preservação, gestão e memória. São Paulo: EDUSP, 2014.

OKSMAN, Silvio. Preservação do Patrimônio Arquitetônico Moderno: a FAU de Vilanova Artigas. 2011. Dissertação (Mestrado) – FAUUSP. São Paulo.

TINOCO, Jorge Eduardo Lucena. Planos de Conservação: do ensino à prática, da academia aos canteiros de obras. Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada. 2013. Disponível em: <<http://www.ceci-br.org/ceci/br/publicacoes/59-textos-para-discussao/635-plano-de-gestao-da-conservacao.html>> Acesso em 18 de Janeiro de 2016.

URQUHART, Dennis C. M. Historic Concrete in Scotland. Part 3: Maintenance and Repair of Historic Concrete Structures. Edinburgh: Historic Scotland, 2014.

WALKER, Meredith, MARQUIS-KYLE, Peter. The Illustrated Burra Charter: good practice for heritage places. Burwood: Australia ICOMOS Inc, 2004.





Formação territorial, formação urbana e arquitetura da casa senhorial na Campinas do açúcar e do café: história social e cultura material

Ivone Salgado

Docente do POSURB - Programa de Pós Graduação em Urbanismo PUC-Campinas

RESUMO

Este trabalho investiga as relações entre a tradição da arquitetura no contexto das relações sociais e culturais entre Brasil e Portugal na formação da casa senhorial (urbana e rural). Apresenta como estudo de caso os desmembramentos territoriais do latifúndio de Joaquim Ferreira Penteado em Campinas, o Barão de Itatiba, e das casas senhoriais urbanas e rurais por ele construídas, o Palácio dos Azulejos, a Fazenda Duas Pontes e a Fazenda Cabras. No estudo da formação territorial pretende investigar a formação das primeiras sesmarias que deram origem aos engenhos de açúcar e fazendas de café da região. O estudo se insere no campo da história social e investiga as relações e teias sociais que permeiam a formação do território com destaque para a análise das estratégias de manutenção das propriedades nas mãos das famílias nobiliárquicas.

Palavras-chave: casa senhorial, desmembramento territorial, patrimônio arquitetônico.

ABSTRACT

This paper investigates the relationship between the architecture of the tradition in the context of social and cultural relations between Brazil and Portugal in the formation of the Manor House (urban and rural). Presents a case study of the territorial dismemberment of landlordism Joaquim Ferreira Penteado in Campinas, this urban and rural manors that he built: the Palácio dos Azulejos, the Fazenda Duas Pontes and the Fazenda Cabras. In the study of territorial formation intends to investigate the formation of the first land grants that gave rise to the sugar mills and coffee plantations in the region. The study is included in the field of social history and investigates the relationships and social webs that permeate the formation of the territory especially the analysis of maintenance strategies of the properties in the hands of nobiliary families.

Keywords: manor-house, territorial dismemberment, architectural heritage.



Introdução.

O quadro teórico conceitual da pesquisa fundamenta-se nos seguintes e principais conceitos: o conceito de formação territorial e rede urbana; aquele de formação urbana; e o de produção do espaço construído e da arquitetura. Na delimitação da formação territorial e rede urbana é fundamental compreender a relação entre campo e cidade, a periodização das redes formadas historicamente, a questão fundiária regional, os desmembramentos territoriais e as lógicas de ocupação territorial que estruturaram, sobretudo do ponto de vista fundiário, o processo de urbanização no Brasil Colônia e no Brasil Império. Na abordagem da formação urbana é preciso analisar o desmembramento fundiário do município, as relações entre poder civil e poder religioso, a economia e a demografia local e regional, as relações de produção e os agentes sociais envolvidos nesta produção, todas estas são categorias de análise necessárias para a compreensão da formação do urbano. Esta questão conceitual aborda a formação urbana, a configuração e reconfiguração de cidades e procura entender os fundamentos teórico-conceituais das transformações que as cidades sofreram ao longo de um determinado período. Para tal, visa conceituar os princípios das transformações físicas e sociais que acabaram por reconfigurar o espaço urbano e que resultaram, entre outros aspectos, na sua morfologia urbana. Quanto à produção do espaço construído e de sua arquitetura é preciso considerar a configuração espacial de cada núcleo, as técnicas construtivas, os edifícios representativos da organização social, no campo (o pouso, o arraial, o engenho de açúcar, a fazenda de café) e na cidade (a capela, a matriz, a casa de câmara e cadeia, o sobrado urbano, entre outros). Os conceitos aqui se referem à tradição da arquitetura e procura abordar as relações culturais entre Brasil e Portugal na formação da casa senhorial (urbana e rural) que esteve presente na formação da sociedade da Colônia e do Império. No entendimento do processo de formação dos ideários urbanos que contribuem para a materialização do espaço estas três dimensões – formação territorial,

formação urbana e materialização da arquitetura, especialmente do casario senhorial – delimitam o quadro conceitual da pesquisa.

1. A casa senhorial

No que se refere ao quadro conceitual para a análise das edificações urbanas e rurais dos grandes senhores de engenho e cafeicultores da região de Campinas, no final do século XVIII, no século XIX e início do século XX, os estudos recentes empreendidos por pesquisadores portugueses e brasileiros no projeto denominado “A casa senhorial em Lisboa e Rio de Janeiro (séculos XVII, XVIII e XIX). Anatomia dos interiores” se constitui nossa referência principal. Esta pesquisa visou estudar a casa de morada da nobreza e alta burguesia, entre os séculos XVII a XIX, focando os múltiplos aspectos da sua arquitetura, em duas regiões do mundo cultural luso-brasileiro: Lisboa e Rio de Janeiro. Para esta análise, a equipe de pesquisadores criou uma nova metodologia que estabeleceu temas específicos de investigação: mecenas e artistas, vivências e rituais; identificação das estruturas e dos programas distributivos e estudo das nomenclaturas dos espaços; estudo da ornamentação; estudo dos equipamentos móveis. (<http://www.casaruibarbosa.gov.br/acasasenhorial/index.php/apresentação>, consulta em 21/10/2015)

O projeto:

Permitiu chamar a atenção do público para um dos aspectos mais interessantes e menos conhecidos do patrimônio artístico luso brasileiro: a casa senhorial em contexto urbano e rural, analisada enquanto testemunho da vivência das famílias proprietárias, através da organização e da articulação do espaço interno e da decoração dos seus interiores. O projeto consistiu por isso num eloquente testemunho do encontro de heranças artísticas e culturais comuns, separadas por um oceano, mas em constante interação. (<http://www.casaruibarbosa.gov.br/acasa->



A pesquisa teve como premissa a importância do estudo da casa nos âmbitos de sua significação material, social e simbólica. O conjunto de exemplares selecionado para este estudo procurou representar edificações nas suas diversidades de localizações geográficas e de características arquitetônicas: casas de fazendas e engenhos nas freguesias rurais; solares, mansões e palacetes nas freguesias urbanas; e chácaras e quintas nos arredores da cidade. No estudo destas casas senhoriais do Rio de Janeiro constatou-se que os seus proprietários eram elementos da elite: “nobreza da terra”, dignitários do clero, do poder judiciário e do governo, realza, aristocracia e altos negociantes, capitalistas e empresários, representantes de cada período de configuração política e administrativa do Rio de Janeiro¹.

Um dos estudos da equipe portuguesa foi o trabalho denominado “O Nome e a Função: Terminologia e Uso dos Compartimentos na Casa Nobre Urbana da Primeira Metade do Século XVIII”, de João Vieira Caldas e Maria João Pereira Coutinho. Os pesquisadores realizaram um estudo sobre a casa nobre portuguesa, com um estudo de caso das residências do Conde de Tarouca, João Gomes da Silva (1671-1738), quando foi possível perceber que a construção destas casas estava inserida numa prática construtiva internacional com domínio tanto da prática construtiva portuguesa como da correta terminologia da arquitetura civil da época. A menção aos arquitetos Augustin-Charles d’Aviler (1653-1700), autor do conhecido *Cours d’architecture qui comprend les ordres de Vignole* (...) (1691), revelam que esta prática possuía um caráter erudito e internacional. Segundos estes autores, os estudos sobre as casas nobres em Lisboa relacionadas ao conde de Tarouca revelaram uma preponderância linguística/cultural, que corresponde essencialmente da tratadística francesa e italiana, e que devem ter sido importantes para a sua formação arquitetônica as obras de Pierre Le Muet (1591-1669), *Maniere de bâtir par toutes sortes de personnes* (1623) e de François Blondel (1618-

1686), *Cours D’Architecture* (1675-1683), bem como as de Guarino Guarini (1624-1683), *Disegni di architettura civile ed ecclesiastica* (1686) e de Domenico Rossi (1659-1730), *Studio d’architettura civile* (1702). (CALDAS e COUTINHO, 2014: 139).

Segundo João Vieira Caldas e Maria João Pereira Coutinho, a designação de palácio para as grandes moradas de casas urbanas da nobreza é já comum no segundo quartel do século XVIII e indiscutível para João Gomes da Silva. No entanto, pela mesma época, ainda é usada a expressão “propriedade de casas-nobres” na documentação relativa a transações e obras. (CALDAS e COUTINHO, 2014: 141).

A equipe conjunta de pesquisadores do Rio de Janeiro e de Portugal passou a utilizar a nomenclatura “casa senhorial” para designar as casas dos nobres portugueses em Portugal e as casas da elite social presente no Rio de Janeiro (“nobreza da terra”, dignitários do clero, do poder judiciário e do governo, realza, aristocracia e altos negociantes, capitalistas e empresários, representantes de cada período de configuração política e administrativa). O conceito de casa senhorial será adotado nesta pesquisa.

O pesquisador Eudes Campos, também, se deteve no estudo das casas senhoriais no contexto paulistano e será referência teórica para a nossa investigação. Em seu trabalho sobre os palacetes paulistanos dos Pais de Barros, em São Paulo, analisa o que denominou das “modernas residências apalacetadas”, construções estas “cheias de suntuosidade e conforto, que provocaram admiração e emulação entre os demais personagens pertencentes a mais alta sociedade paulistana”. (CAMPOS, 2008: 23)

Nos estudos de Carlos Lemos sobre a arquitetura paulista há um entendimento da produção da arquitetura como uma manifestação material dos ciclos econômicos nos quais riquezas se acumularam e repercutem nas construções e esta é também a abordagem do nosso estudo. O autor destaca que, na capitania de São Paulo foi com a atuação de Bernardo de Lorena que se eliminou o retraimento dos paulistas, pois quando este mandou calçar o caminho do mar esta estrada facilitou os



contatos com a civilização canalizando para o mercado internacional a produção açucareira. Os lucros desta produção logo se mostravam nas novas construções e nas “reformas embelezadoras das velhas taipas paulistas”. (LEMOS: 1999: 14)

O seu método de estudo sobre a casa bandeirista no planalto paulista, que também será adotado nesta pesquisa, baseia-se no estudo dos elementos condicionantes ou determinantes do partido arquitetônico, especialmente em quatro deles: o programa de necessidades, a técnica construtiva, o clima e a intenção plástica. (LEMOS: 1999: 12)

Na análise da produção do espaço construído e de sua arquitetura pretendemos considerar a configuração espacial dos núcleos urbanos – uma escolha de estudos de caso exemplares e representativos de práticas generalizadas na região se fará necessária – as técnicas construtivas, os edifícios representativos da organização social, no campo (o pouso, o arraial, o engenho de açúcar, a fazenda de café) e na cidade (a capela, a matriz, a casa de câmara e cadeia, o sobrado urbano, entre outros).

2. Latifúndios e Casas Senhoriais em Campinas

No final do século XVIII, predominavam na região da Campinas grandes sesmarias, os chamados latifúndios, aonde se produzia açúcar em seus engenhos. Paulatinamente, o café foi dominando a economia regional e, a partir de 1840, as fazendas de café tornam-se as principais produtoras da região. Nestes latifúndios, extensas propriedades rurais, os sesmeiros impulsionaram a formação de núcleos de moradias próximos aos engenhos e/ou fazendas de café. Ao longo do século XIX, no território de Campinas vemos, além da formação urbana principal da vila, a formação de alguns arraiais, como os de Sousas, Joaquim Egídio e Barão Geraldo.

O rio Atibaia foi personagem importante no processo de expansão territorial da região, margeando muitas das sesmarias que surgiram no final do século XVIII e que deram início ao comércio de terras, seguido pelas propriedades monocultoras (cana de açúcar e depois o

café).

No latifúndio denominado Sertão formou-se a Fazenda das Cabras e o arraial de Joaquim Egídio; no latifúndio Atibaia formou-se o engenho Fazendinha e o arraial de Sousas; e no latifúndio Santa Genebra formou-se o arraial do Barão Geraldo.

Em terras da Fazenda Atibaia se formou o arraial de Sousas. Originalmente, a construção de uma ponte de madeira sobre o rio Atibaia, nas proximidades da Fazenda Atibaia, permitiu que várias famílias tivessem acesso à região, entre elas os Souza (já proprietários de vastas sesmarias), que viram nas terras férteis um grande potencial para o início do plantio do café. Foi inclusive os Souzas que futuramente dariam nome ao distrito. Em 1833 a família de Joaquim Monteiro decidiu prestar uma homenagem a São Sebastião construindo uma capela, que deu origem ao arraial dos Sousas. Um segundo núcleo também se formou um pouco mais afastado deste primeiro arraial, localizado nas terras da Fazenda Laranjal, o arraial de Joaquim Egídio.

O arraial de Joaquim Egídio começou a se formar por volta de 1842 com a ocupação das margens do Ribeirão das Cabras, e inicialmente era chamado de Laranjal, por conta da Fazenda Laranjal dando origem ao Distrito e São Luciano (primeiro nome do distrito de Joaquim Egídio), em referência ao Major Luciano Teixeira Nogueira que provavelmente foi o fundador da localidade e era proprietário da fazenda em questão. Luciano Teixeira Nogueira nasceu na então Vila de São Carlos (Campinas). Exerceu o cargo de vereador entre 1833 a 1836; e em um segundo mandato entre 1845 a 1848 em Campinas. Também fez parte da Guarda Nacional substituindo o Major Joaquim Quirino (pai de Bento Quirino) como Comandante da corporação. Luciano Teixeira Nogueira era um importante senhor de engenho que possuía grande quantidade de terras entre elas a Fazenda Chapadão, produtora de açúcar e a Fazenda Laranjal, de produção cafeeira.

Já o nome atual do distrito é proveniente de Joaquim Egídio de Sousa Aranha Neto, neto de Joaquim Egídio de Sousa Aranha, o Marquês de Três Rios, grande proprietário rural que possuía várias fazendas na re-



gião entre elas a Fazenda Sertão em Joaquim Egídio. O Marquês de Três Rios fez a doação do terreno para a construção da capela São Joaquim, que viria a ser erguida por seu neto, dando origem ao arraial.

A região de Sosas e Joaquim Egídio foi grande produtora de café e contou inclusive com a construção de uma ferrovia, o Ramal Férreo Campineiro (1889/1911), cuja locomotiva – a “cabrita” – alcançava os cafezais no alto da Serra das Cabras. A partir de 1912, a “cabrita” e seus vagões foram substituídos por um bonde rural da Companhia Campineira de Tração, Luz e Força que se manteve em atividade até a década de 1950. Em 1958, a Rodovia Heitor Penteado passaria a interligar Campinas a Sosas (9km) e a Joaquim Egídio (3km).

A formação do latifúndio da Fazenda Santa Genebra, que deu origem ao arraial de Barão Geraldo, pertenceu a Geraldo Ribeiro de Sousa Resende, o Barão Geraldo de Resende, remonta ao ano de 1799, quando, de acordo com Celso Maria de Mello Pupo, Francisco Antônio de Sousa comprou de José de Sousa Siqueira um terço de antiga sesmaria, com escritura lavrada no dia 27 de junho de 1803. No dia 22 de agosto de 1808, Francisco Antônio adquiriu, também por escritura, mais um terço da antiga sesmaria, desta vez de João José da Silva, com engenho e fabrica de bois trecho que se dominava Morro Grande. Com seu falecimento, o latifúndio passou a pertencer ao filho Francisco Inácio de Sousa Queiroz. Com a morte deste último, a grande propriedade dividiu-se em duas partes que passaram a pertencer, por herança, às filhas Isabel Augusta, casada com Albino José Barbosa de Oliveira e Genebra Miquelina, casada com Luís de Sousa Resende. À Isabel Augusta coube a Fazenda Morro Grande, atualmente Rio das Pedras (atualmente, nas mãos da família Almeida Prado) e à Genebra Miquelina, a Fazenda Morro Alto, posteriormente Fazenda Santa Genebra. Até 1850, o que imperava naquelas terras era a cultura de cana de açúcar. (Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/> volume 2. Consulta: 1/11/2015 as 18:14)

Outros grandes latifúndios pertenceram a grandes senhores de engenho e grandes proprietários de fazendas de café que construíram, além de suas casas senhoriais

rurais, casas senhoriais urbanas no núcleo urbano principal da cidade de Campinas.

3. As casas senhoriais (rural e urbana) do Barão de Itatiba em Campinas

Dentre os grandes latifundiários de Campinas que construíram casas senhoriais urbanas e rurais no próprio município, destacaremos o estudo de caso de Joaquim Ferreira Penteado, o Barão de Itatiba.

Joaquim Ferreira Penteado mudou-se para Campinas aos 22 anos de idade e tornou-se fazendeiro abastado. Era proprietário da Fazenda Cabras e da Fazenda Duas Pontes, hoje denominada Solar das Andorinhas. Até seu falecimento residiu no seu solar, construído em 1878, o Palácio dos Azulejos. Destacaremos como estudo de caso nesta pesquisa os desmembramentos territoriais dos latifúndios de Joaquim Ferreira Penteado, ao Barão de Itatiba, e o estudo das casas senhoriais que pertenceu a sua família, notadamente a casa senhorial urbana, o Palácio dos Azulejos, e as casas senhoriais rurais, a sede da Fazenda das Cabras e a sede da Fazenda Duas Pontes.



Figuras 1 e 2. Fachada da Casa Grande na Fazenda Duas Pontes em Campinas e edificação do complexo que pertenceu a Joaquim Ferreira Penteado, o Barão de Itatiba. (Fonte: <http://www.jornaldaserra.com.br/15%20Hotalaria/Solar%20das%20Andorinhas/1solargeral.html> acessado dia 17/02/2016 as 19:11)



Figuras 3 e 4. Escola construída na Fazenda Duas Pontes em Campinas por Joaquim Ferreira Penteado, o Barão de Itatiba. (Fonte: <http://mariadario.org/tag/cana-de-acucar/>)



Figura 5. Vista contemporânea da Fazenda das Cabras que pertenceu a Joaquim Ferreira Penteado, o Barão de Itatiba. (Fonte: <http://www.fazendadascabras.com.br/portal/>)

O Palácio dos Azulejos, solar do Barão de Itatiba, pode ser considerado uma casa senhorial urbana. Compõe-se de dois edifícios geminados, cada um com seu portal. Construído na segunda metade do século XIX, o solar mantém raras proporções de equilíbrio, principalmente em se tratando de duas residências concebidas independentes uma da outra. Na fachada foram aplicados azulejos portugueses, inclusive na platibanda que se encontra coroadada por louça branca. São destaques a claraboia com vidros coloridos, os gradis de ferro fundido no balcão do segundo pavimento e a porta de acesso principal.



Figuras 6 e 7. Figura 6. Palácio dos Azulejos: vista atual. Figura 7. Palácio dos Azulejos: construção de 1878, imagem da início do século XX quando ainda guardava o volume original. Edifício construído como duas residências geminadas entre as Ruas Regente Feijó e Ferreira Penteado (antiga Rua do Pórtico). A de nº 88, na esquina, para abrigar o Barão Joaquim Ferreira Penteado e sua esposa, D. Francisca de Paula Camargo; a de nº 100, para seu genro Antonio Carlos Pacheco e Silva, casado com D. Francisca Ferreira de Camargo Andrade.



Figuras 8 e 9. Figura 8. Pintura no interior do Palácio dos Azulejos. Figura 9. Técnicas construtivas: foram usadas duas técnicas construtivas na construção do Palácio dos Azulejos: Taipa de Pilão e Alvenaria de Tijolos.



Figuras 10, 11 e 12. Figura 10. Nas portas externas do piso inferior foram utilizadas bandeiras de ferro em arco pleno e guarnições de pedra de cantaria e duas folhas de madeira almofadada. Figura 11. Bandeira de ferro com a data da construção: 1878. Figura 12. Nas portas balcão do piso superior foram utilizadas guarnições em madeira.



Figuras 13, 14, 15 e 16. Os azulejos que recobrem a fachada e dão nome ao edifício – Palácio dos Azulejos - são diversificados.

O Governo Português concedeu uma sesmaria, em 06 de outubro de 1796, ao Capitão Mor Inácio Ferreira de Sá e outra, em 20 de outubro de 1798, ao Capitão Mor da Vila de São Carlos Floriano Camargo Penteado. O Capitão Mor Inácio teve um filho chamado Joaquim Ferreira Penteado, que se tornou comendador e recebeu o título de “Barão de Itatiba”. O Capitão Mor Floriano,

que era tio-avô de Joaquim, teve uma filha chamada Francisca de Paula Camargo, conhecida como Dona Francisca. O Barão de Itatiba casou-se com sua prima Dona Francisca, em 15 de maio de 1830, unindo assim parte das sesmarias e fundando a Fazenda Duas Pontes. A sede da Fazenda duas Pontes foi construída no início do século XIX e hoje é denominado Solar das Andorinhas. A Fazenda das Cabras, que também pertenceu ao Barão de Itatiba, data de 1820, sendo remanescente da divisão da sesmaria do Sertão. Inicialmente foi destinada à criação e gado, a fazenda transformou-se em produtora de café no século XIX. A sua sede foi erguida em 1883 em taipa de pilão.

Ainda, as sesmarias e os grandes latifúndios seguiam os modelos da época, empregando mão de obra escrava e, posteriormente, mão de obra livre, que deixaram marcas em seus territórios e conjuntos arquitetônicos. As terras abrigavam, além das casas senhoriais, um programa extenso; senzalas, engenhos, tulhas, casas de máquinas, terreiros, colônias, etc., estruturas que, a cada momento, respondiam a processos produtivos específicos. Ainda hoje encontramos as referências centenárias da presença de populações africanas mantidas originalmente como escravas (e depois integradas como mão de obra livre) e de famílias imigrantes fixadas como colonos nas fazendas cafeeiras (procedentes especialmente da Itália, além de alemães, espanhóis e japoneses) que nas últimas décadas do século XIX já movimentavam os arraiais e o centro urbano da vila, constando diversas casas de moradia, pequenas vendas e armazéns.

¹ Em Portugal, a pesquisa foi desenvolvida junto ao Instituto de História da Arte (IHA) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), tendo como principais dinamizadores Isabel Mayer



Godinho Mendonça, a investigadora principal, e Hélder Carita, ambos investigadores integrados no IHA e docentes da Escola Superior de Artes Decorativas (ESAD) da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva (FRESS). No Rio de Janeiro, a pesquisa foi desenvolvida junto à Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, e a equipe foi composta por Ana Pessoa (FCRB), a investigadora responsável, Ana Lúcia Vieira dos Santos (FCRB/UFF), Ana Cláudia Torem (FCRB), Cláudia Nobrega (FAU/UFRJ), Isabel Sanson Portella (MR/Ibran), Mariza Malta (EBA/UFRJ) e Maria Paula Van Biene (MN/UFRJ).

PUPPO, Celso Maria de Mello. Campinas, seu berço e juventude. Academia Campinense de Letras, Campinas, 1969.



Referências bibliográficas:

CALDAS, João Vieira e COUTINHO, Maria João Pereira. O Nome e a Função: Terminologia e Uso dos Compartimentos na Casa Nobre Urbana da Primeira Metade do Século XVIII, 2014. (<http://www.casaruibarbosa.gov.br/acasasenhorial/index.php/>, consulta em 21/10/2015)

CAMPOS, Eudes. Nos caminhos da Luz, antigos palacetes da elite paulista. In: Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, vol. 13, nº 1, São Paulo, Jan/Jun. 2005. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142005000100002, acesso 23/10/2015.

CAMPOS, Eudes. Os Pais de Barros e a Imperial Cidade de São Paulo. In: Informativo do Arquivo Histórico Municipal, Arquivo Histórico Municipal Washington Luiz, Ano 3, nº 16, São Paulo, Janeiro/Fevereiro 2008.

CASA RUI BARBOSA: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/acasasenhorial/index.php/apresentação>, consulta em 21/10/2015

LE-MOS, Carlos. Casa paulista, Editora EDUSP, 1999.

PUPPO, Celso Maria de Mello. Campinas, Município no Império. Editora Imprensa Oficial, São Paulo, 1983.



Respaldo teórico para intervenção em conjunto vernacular: o caso de Mostardas, RS¹

Julia Miranda Aloise

Universidade Federal da Bahia

¹ Artigo baseado no Capítulo 8 da Dissertação de Mestrado da autora junto ao MP-CECRE UFBA, intitulada “Revitalização do Núcleo Histórico de Mostardas: normativas e projeto de intervenção no conjunto tradicional”, defendida em Dezembro de 2015.

RESUMO

O estudo de caso no centro histórico do município de Mostardas (Rio Grande do Sul) serve à discussão sobre a aplicabilidade de teorias notórias de intervenção em preexistências, principalmente em relação ao patrimônio urbano. Aborda a aplicação da tradução de teorias do restauro de monumentos para a escala urbana ou de teorias do patrimônio urbano voltadas para conjuntos urbanos unitários e consolidados, testando e avaliando-as em um conjunto vernacular, estratificado, com pequeno valor artístico e grande valor de memória. Para além disso, o caráter popular do núcleo histórico acende o debate sobre a intervenção do especialista no patrimônio construído, usufruído, gerido e perpetuado por uma população de ascendência açoriana e tradicionalista, por vezes leiga e de recursos restritos.

Palavras-chave: arquitetura vernacular; patrimônio urbano; teoria do patrimônio.

ABSTRACT

The case study of the historic center of Mostardas (Rio Grande do Sul) contributes to the discussion about the applicability of well-known theories about intervening on built environments, especially those regarding urban heritage. It approaches the translation of monument restoration theories to the urban scale, or urban heritage theories linked to consolidated, unitary urban sites, whilst assessing them on a vernacular and stratified settlement, with little artistic value but great memory value. Beyond that, the popular trait of this historic site triggers the debate on the intervention of specialists upon a particular heritage that is built, used, managed and perpetrated by an Azorean ascendant population, traditional, often lay and short of resources.

Keywords: vernacular architecture; urban heritage; heritage theory.



O núcleo histórico de Mostardas no Rio Grande do Sul, é resultado do traçado regular ali estabelecido por famílias de açorianos entre 1738 e 1763, com edificações de tipologia luso-brasileira tradicional (porta e janela) e sucessivas modificações da tipologia no tempo. O conjunto se preservou por seu distanciamento dos principais eixos de crescimento econômico e urbano: encravada na porção média da península entre a Lagoa dos Patos e a costa do Oceano Atlântico, Mostardas preservou-se afastada de fatores desencadeadores de grandes modificações urbanas.

Nos anos 1980, com a conexão do município à rodovia BR-101, a “positiva estagnação” foi substituída por um progresso lento, que expande a sede urbana e torna o núcleo histórico um “centro” de comércio e serviços, polarizador de equipamentos institucionais, culturais, rodoviária, hospital e outros. Algumas de suas edificações começaram a degradar-se ou modificar-se: vitrines e garagens interromperam o ritmo de aberturas, sobrados interromperam a linha de coroamento contínua e o remembramento de lotes permitiu implantações muito distintas dos estratos anteriores, dentre outras modificações. Surgem edificações contemporâneas descaracterizantes do conjunto ou vazios oriundos de reparcelamentos: “lacunas” naturais ao progresso sem políticas de preservação de um “centro” histórico que permaneceria como parte integrante da mancha urbana em seu entorno, modificando-se da mesma maneira que esta.



Figura 1: Anexo da Câmara Municipal irrompe no espaço público.
Fonte: Autora, 2014.

Dado que o valor do conjunto em questão está em sua arquitetura popular, cabe a discussão sobre que tipo de intervenção lhe é pertinente – da reconstrução literal ao contraste radical (ANDRADE, 2006), a ampla gama de possibilidades deve ser restrita aos aspectos que são particulares às tipologias predominantes, ao traçado, à espessura histórica e às possibilidades do município e dos proprietários privados como gestores.

Sola-Morales afirma que por “intervenção” entende-se qualquer atuação em uma arquitetura, incluindo a restauração, preservação, conservação, reutilização e assim por diante (1987, p.3). Aplicamos esse discurso para o monumento individual ao conjunto arquitetônico em questão pois é também necessário definir qual categoria de intervenção é pertinente ao presente caso. Disto, o resgate da ambiência de núcleos históricos vernaculares como o de Mostardas apresenta dois problemas principais – primeiro, que tipo de intervenção cabe no local, por sua especificidade; segundo, como levar a cabo intervenções cujos objetos são múltiplos, desde construções destoantes a vazios urbanos.

As “lacunas” pertencem a dois grupos: primeiramente, edificações contemporâneas ou preexistências muito conflitantes, destoantes das tipologias tradicionais e

prejudiciais à percepção de conjunto; em segundo lugar, os vazios. Consideraram-se lacunas as edificações “muito conflitantes”: sem possibilidade de reversão ou conversão a um estado integrado ao conjunto, por seus aspectos formais ou de implantação. Edificações conflitantes que respeitam o lote tradicional e aspectos formais das tipologias tradicionais podem ser integrados ao conjunto, sem necessidade de grandes alterações estruturais ou substituição; não são portanto consideradas lacunas.

Gustavo Giovannoni (1873-1947) é o primeiro a entrelaçar restauro e urbanismo como disciplinas (A. PANE, 2013, p.39), ao atribuir valor a conjuntos edificados modestos como organismos na dimensão urbana - arquitetura menor.² Giovannoni estudou a inserção dos tecidos tradicionais no discurso urbanístico, considerando os mecanismos de expansão da cidade. No que diz respeito às lacunas, porém, opunha-se ao movimento moderno.

O arquiteto Roberto Pane (1897 – 1987), influenciado por Giovannoni no início de sua carreira,³ abordou os tecidos históricos considerando fatores econômicos e sociais. Refutou a posição giovannoniana de inconciliabilidade entre “antigo e novo”, e defendia a “fundamental continuidade entre passado e presente”.⁴ Mais importante ainda para a presente discussão é sua consideração da “estratificação dos tecidos históricos” como característica positiva dos centros históricos, por denotar progresso e refutar a idéia corrente na Itália do pós-guerra de tratá-los como fatos concluídos no tempo. Para Pane, a estratificação é uma realidade histórica; o ambiente do passado que se deseja sempre salvaguardar é resultado daquela, e resgatar uma suposta unidade estilística resultaria em pastiches.

Pane incentiva a inserção de arquitetura contemporânea em tecidos históricos e nega a visão esteticizante e voltada para os monumentos individuais em detrimento da arquitetura menor. Em seu “Città antiche edilizia nuova” (1959), diz:

A inserção de formas novas na cidade antiga não poderia não ter lugar (...) Mas para que

isso aconteça da melhor maneira, é necessário que o ambiente seja percebido como uma obra coletiva a ser preservada enquanto tal; portanto não como integral conservação de uma soma de particularidades (...), mas como relação de massas e espaços que autorizem a substituição de um edifício antigo por um novo – desde que este esteja subordinado à relação supracitada (R. PANE, 1959).

Dos escritos de Pane, servem ao presente caso três premissas de intervenção:

1. A nova inserção não deve causar subordinações e constrangimentos, promovendo a criação orgânica e “não-adicionadora” de um novo entorno.
2. Nega-se a procura por uma “unidade arquitetônica e estilística” do sítio histórico, pois este “não é um conjunto de edificações que têm de ser preservadas integralmente, mas sim um sítio urbano cuja morfologia, parcelamento e traçado devem ser preservados, e no qual a diversidade estilística é plenamente aceitável” (PANE, 1959).
3. Reconhecimento das “estratificações históricas”, percebendo o tecido histórico como ambiente heterogêneo e diversificado, do qual a arquitetura contemporânea não só pode como deve fazer parte, como participante do processo.

O arquiteto Ernesto Nathan Rogers (1909-1969) compartilhou do posicionamento de Pane sobre a convivência dos estratos históricos, mas negava a submissão da nova arquitetura à antiga. Em publicação de 1954⁵, Rogers encorajou a inserção de arquitetura moderna nos tecidos históricos que reinterpretasse criticamente as preexistências ambientais (ANDRADE, 2006, p.4); defendeu a integração da arquitetura moderna ao contexto sem mimetizar-se à linguagem antiga, usando uma linguagem contemporânea, com técnicas e materiais construtivos também contemporâneos:

Essas arquiteturas contemporâneas interpretam as preexistências ambientais criticamente; mesmo quando reconhecem mais ou menos cer-



tos valores figurativos, jamais trazem a sua linguagem específica, imitando-a. É o modo mais fecundo de continuar a tradição na modernidade (ROGERS, 1997, p.274 apud ANDRADE, p.4, 2006).

Suas idéias servem aos conjuntos vernaculares, em que a característica principal é justamente a persistência de um modelo construtivo que se modifica lentamente, com novas tradições de técnica e materiais se apresentando a seus agentes. São conjuntos que se desenvolvem ao longo do tempo segundo parâmetros estáveis de morfologia urbana, disponibilidade de materiais, conhecimento de técnicas e tradições em um natural percurso à modernidade, feito de maneira gradativa e portanto sempre interpretando as preexistências ambientais, como defende Rogers. O problema é justamente o rompimento com o processo iterativo de interpretação das preexistências: a sobreposição de estratos sutilmente distintos de seus anteriores sendo interrompida por uma mudança súbita – em Mostardas, a já citada necessidade de suporte a novas funções comerciais.



Figuras 2: A "Casa Machado", ao lado da Igreja Matriz, foi construída já em 1920 segundo a tipologia colonial. Fonte: Casa de Cultura de Mostardas, 2014.



Figura 3: A edificação atual, após várias modificações. Fonte: Autora, 2014.

Apesar de sua pequena escala, intervir neste conjunto arquitetônico estratificado, vinculado a uma morfologia urbana particular e a um patrimônio cultural imaterial significativo é um problema complexo. Mostardas é exemplo claro de como a especificidade dos condicionantes locais determinam não só o tipo de interven-

ção a se fazer, mas a própria interpretação da teoria que a embasa, necessária para garantir que as diretrizes normativas e projetuais de intervenção resultem em qualificação do espaço.

Enquanto as edificações integradas no conjunto devem ser formal e esteticamente mantidas – com intervenções de consolidação, conservação preventiva, e demais intervenções preservacionistas – as edificações conflitantes são objeto de intervenções modificadoras, envolvendo inserções contemporâneas, remoção de aspectos, etc. Portanto, como 4a diretriz de intervenção em lacunas no presente caso,

4. A reintegração das mesmas não é uma intervenção de restauro. Ações voltadas à recuperação de uma imagem remanescente, porém fraturada, se dão somente nas edificações consideradas caracterizantes.

Nas edificações conflitantes, as intervenções são de “recriação de preexistências”, objetivando “um equilíbrio de forças no qual os distintos tempos da obra possam ter igual importância no conjunto” (BAETA & NERY, 2013). Considerando o conjunto arquitetônico como “a obra”, não se almeja relação de hierarquia entre os exemplares conflitantes sob interferência e os caracterizantes (relação de figura e fundo) e sim que ambos se integrem ao conjunto, atingindo uniformidade.

Deve-se contrapor a uniformidade do núcleo mostardense à consideração de Muñoz Viñas, de que as lacunas numa obra de arte (o conjunto arquitetônico) “necessariamente não a tornam ilegível, mas propõem uma outra forma de legibilidade, incorporando nessa nova forma também os acidentes do tempo” (VIÑAS, 2005, apud CARSALADE, 2014, p.361). Isto é válido para as destruições da 2ª Guerra Mundial, cujas lacunas carregam significados e adquirem um valor de memória que faz parte do lugar e de quem o frui. No presente caso porém, as lacunas são os vazios e as preexistências irreversivelmente descaracterizadas (da modificação de exemplares uma vez integrados) ou descaracterizantes (construções contemporâneas). Lacunas que não carregam em si valores individuais, e não contribuem ao valor de conjunto. São rupturas na legibilidade, e não instrumentos para uma “nova forma de legibilidade”.

No caso de Mostardas portanto, as intervenções em lacunas objetivam preenchê-las, resgatando a leitura contínua e ritmada que é característica do lugar.

Andrade discorre sobre uma alternativa às operações “de preenchimento” e “uniformizantes”. O “contraste radical” envolve intervenções deliberadamente muito contrastantes com o tecido em que se inserem, formal e esteticamente (ANDRADE, 2006) - parte da noção já comentada de que uma intervenção contemporânea crie “nova legibilidade”.

Honório Nicholls Pereira contribui para a corrente de defesa de intervenções contrastantes, defendendo que: As necessidades e os valores apreciados pelas gerações futuras estão completamente fora de nosso alcance; e que só as necessidades de uso atual deveriam ser consideradas em uma intervenção (PEREIRA, 2011).

A “intervenção criativa” considera que não é possível prever como serão percebidas as intervenções do presente no futuro, ou “se um procedimento particular proverá, no futuro, mais ou menos significância do que no momento atual” (PEREIRA, 2011). A “significância cultural”⁶ relativiza atribuição de valor, e serve para justificar posturas mais flexíveis em relação ao restauro e conservação - incluindo a do contraste radical.

Mas este não cabe em casos como o núcleo mostardense. A já comentada persistência de um modelo – formal, de técnica e materiais, que se modificam lentamente e são a característica mais marcante do conjunto vernacular - obviamente nega qualquer operação dita radical. A grande responsável pela atual descaracterização do centro histórico é a substituição de edificações tradicionais por outras contemporâneas de estética erudita ou sem pretensão estética alguma, totalmente dissonantes de seu contexto; operações radicais que incluíram múltiplos lotes e mudaram a ambiência em menos de vinte anos⁷, motivando o questionamento de sua inclusão na poligonal de preservação.

Da mesma maneira, a resiliência da tradição construtiva, da morfologia urbana e da população açoriana (patrimônio imaterial) pressupõe a resiliência da significância cultural do conjunto. No caso de Mostardas não existe dinâmica suficiente ou expectativa de modificações futuras que justifiquem uma intervenção criativa contrastante; somente uma que se limite às necessidades do presente, como afirma Pereira.

Por fim, é pertinente tratar da tendência “crítico-conservativa e criativa” (KÜHL, 2006, p.26), que tem Giovanni Carbonara (1942 -) como maior expoente e procura amalgamar a teoria brandiana e o restauro crítico. Considera o recurso criativo necessário à intervenção, mas desde que utilizado com respeito pela obra (KÜHL, 2006), derivado do juízo histórico-crítico, de suas instâncias estética e histórica, excluindo portanto intervenções infundadas. Articula o momento conservativo com o momento inovativo, legitimando o último, e partindo do princípio que ações como a reintegração de lacunas pressupõem a criatividade embasada na preexistência.

Ao presente caso importa a ênfase aos valores formais do restauro crítico-criativo, que defende o “respeito rigoroso a aspectos da preexistência como volumetria, alinhamentos e gabarito, aliados a uma recriação dos detalhes e elementos arquitetônicos em materiais contemporâneos” (ANDRADE, 2006, p.14). Conforme os aspectos formais das edificações e a morfologia urbana presente em Mostardas já explicitados, pressupõe-se o respeito à preexistência nas intervenções em lacunas e edificações conflitantes:

5. As intervenções devem priorizar a preservação da linguagem formal tradicional. Devem ser restritos os recuos frontais e laterais, ou gabaritos que excedam a altura média dos coroamentos, por exemplo.

Os materiais e técnicas utilizados não podem diferir muito dos tradicionais já que, conforme comentado, contrastes radicais não só prejudicariam a percepção de conjunto a valorar como desmereceriam sua singeleza:

6. Os aspectos de materia-



Figura 4: Uma das faces de quadra voltada para a rua XV de Novembro (composição de fotografias retificada), com vazios e construções conflitantes. Fonte: Autora, 2014.



lidade, opacidade, cromaticidade e até textura não devem ser subvertidos, de maneira a criar um “preenchimento” que continue destoando de seu contexto. Desencorajam-se operações com materiais inéditos ou usados de maneira inédita, a exemplo de panos de vidro, revestimentos metálicos ou sintéticos, mesmo que respeitem as restrições formais anteriormente comentadas.



Figura 5: Exemplo de inserção neutra no tecido (em ocre) no centro histórico de Ouro Preto, MG. Fonte: Autora, 2015.

O maior desafio da intervenção em preexistências visando atribuição de uso é sua possibilidade de aproximação ao falso histórico: a construção contemporânea que não corresponde aos padrões técnicos, estéticos e programáticos da arquitetura contemporânea (ANDRADE, 2006), enganando o observador com vestes de uma tradição não mais vigente.

Se a reintegração que gera falsos históricos é prejudicial em tecidos unitários, o é ainda mais em tecidos estratificados, onde acabam usualmente remetendo ao primeiro estrato e negligenciam os que o seguiram. Em Mostardas por exemplo, os falsos históricos procuram parecer coloniais, apesar das edificações de estética protomoderna (ou pré-moderna) que se seguiram à ti-

pologia colonial inicial. Portanto, na intervenção em preexistências no núcleo histórico mostardense (apenas conflitantes ou já lacunares) refutam-se operações que envolvam por exemplo o refazimento de coberturas com beirais do tipo beira e seveira ou a simulação de pátina nos revestimentos, que possam contribuir para que a imagem da preexistência em questão a faça parecer um exemplar original de arquitetura colonial, uma vez que jamais o foi.

Mas evitar o falso histórico não se faz com intervenção absolutamente criativa e de ruptura com as preexistências. Conforme mencionamos, a tradição vernacular pressupõe a persistência de certas técnicas e materiais construtivos - não seria sequer lógico descartá-las em intervenções contemporâneas. Portanto, encorajou-se o uso de alvenaria de blocos para panos de paredes, madeira para esquadrias, cerâmica para telhados; desde que as paredes tivessem cromaticidade compatível, as aberturas tivessem proporções, escala e posicionamento inseridas no ritmo geral e o coroamento alinhado aos adjacentes - desde que se respeitasse o modo de construir tradicional e os limites da morfologia urbana.

A última premissa deriva da afirmação de Muñoz Viñas, de que a prática da conservação-restauração envolve “não apenas questões técnicas e científicas, mas também questões sociais e subjetivas como interesses, sentimentos, recordações, preferências e até mesmo gosto” (MUÑOZ VIÑAS, 2000, apud PEREIRA, 2011, p.108). Não se deve retirar totalmente do especialista a tomada de decisões: muitas das lacunas do presente caso são resultado justamente da ausência de especialistas para normatizar as operações, feitas por não-especialistas, dentro da poligonal. Mas a arquitetura vernacular, por definição, pressupõe a ausência de especialistas na sua gênese: mesmo que influenciada pelas tendências estéticas vigentes na arquitetura de cada tempo, ela é popular⁸. Como última diretriz portanto,

7. As proposições para tratamento de edificações conflitantes devem levar em consideração que seus agentes serão – e devem continuar sendo – a população.

Disso decorre que o nível de exigência de custo, complexidade ou acabamento e o material ou técnica incentivada devem estar dentro das possibilidades da população, e que deve haver tolerância a gostos e preferências destes não-especialistas.

Para comprovar-se a efetividade das diretrizes criadas a partir destas premissas, uma série de simulações foram feitas em imóveis considerados descaracterizantes ou lacunares no entorno da praça central, para testar sua efetividade de integração ao conjunto.



Figura 6: Exemplo de simulação de intervenção em face de quadra em Mostardas. Fonte: Autora, 2015.

Conclusões

A reintegração de lacunas em conjuntos históricos tanto trabalhada ao longo da 2ª metade do século XX, o fez primeiro nas cidades européias arrasadas pela guerra, e em seguida em centros com unidade figurativa consistente e poucas distinções entre tipologias. Conjuntos urbanos vernaculares apresentam uma dificuldade em sua avaliação crítica e aplicação de teorias da restauração, uma vez que a unidade básica que o configura é pouco estudada. O problema agrava-se num conjunto como o de Mostardas – à margem do desenvolvimento urbano (e tanto ou quanto mais da ação de proteção ao patrimônio) e muito estratificado.

Somando-se ao problema está a questão social e econômica que o envolve. Usualmente inseridos em municípios pouco prósperos em termos econômicos, os agentes de produção e manutenção desses sítios são uma população de classe média ou baixa, medianamente instruída e gestora integral de seu patrimônio, sem a

intervenção de especialistas.

O resultado disso é um procedimento de reintegração de lacunas que não encontra outra alternativa que não a interpretação do restauro crítico-criativo – crítico por respaldar-se no valor documental dos remanescentes da ocupação tradicional, e criativo pois os instrumentos de trabalho de que dispõe são restritos e sujeitos às limitações e preferências dos não-especialistas.

Apesar das ressalvas, a revitalização do núcleo histórico de Mostardas sempre teve o mostardense “não-especialista” em mente para qualquer ação de intervenção no patrimônio, por ser não somente de seu usuário primordial, mas também por ser ele o produtor e gestor daquela tradição popular que, ao fim de tudo, remanesce e deve-se preservar.



¹ Artigo baseado no Capítulo 8 da Dissertação de Mestrado da autora junto ao MP-CECRE UFBA, intitulada “Revitalização do Núcleo Histórico de Mostardas: normativas e projeto de intervenção no conjunto tradicional”, defendida em Dezembro de 2015.

² A noção de “arquitetura menor” de Giovannoni pressupõe a relação da mesma com os monumentos individuais, tese inclusive que será reforçada pela idéia, também giovannoniana, do diradamento. Nos interessa disto a praticamente inédita consideração dos conjuntos modestos.

³ Para aprofundamento sobre a relação entre Roberto Pane e Gustavo Giovannoni, ver a entrevista com o arquiteto Andrea Pane em: CABRAL & ANDRADE, 2012.

⁴ Ibidem.

⁵ ROGERS, Ernesto N. *La Responsabilità verso la tradizione*. IN: *Revista Casabella*, Milão, Setembro de 1954.

⁶ A significância cultural de que trata Nicholls provém do termo proposto pela Carta de Burra de 1979, “significação cultural”, que “designará o valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras” (IPHAN, 1979; disponível em: www.iphan.gov.br).

⁷ O recorte de vinte anos vem da análise de cadastro de imóveis feito pelo IPHAE-RS (Instituto Histórico e Artístico Estadual do Rio Grande do Sul), em 1991. Alguns imóveis tradicionais presentes no cadastro e em registros fotográficos da Casa de Cultura de Mostardas foram substituídos por construções contemporâneas. Tais construções fizeram, na maioria dos casos, uso da possibilidade de reparcelamento.

⁸ Ainda que não caiba no presente trabalho a conceituação de arquitetura popular; vernacular ou modesta, cabe a distinção da mesma em relação à arquitetura dita erudita, feita por especialistas; De acordo com Gunter Weimer, a arquitetura popular é própria das camadas intermediárias da população, excluindo portanto as elites: “arquitetura popular é aquela que é própria do povo e por ela é realizada” (WEIMER, 2005).

Referências bibliográficas

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de. A questão da ocupação dos vazios em conjuntos históricos: da reconstrução literal ao contraste radical. IN: *Anais do Seminário de História da Cidade e Urbanismo* (SHCU), 2006.

BRANDI, Cesare. Processo all’architettura moderna. IN: *L’Architettura Cronache e Storia*, n°11, set./1956, pp. 356-360.

(1963). *Teoria da Restauração*. Traduzido por: KÜHL, Beatriz Mugayar. 4ª Edição. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.

CABRAL, Renata Campello; ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de: Roberto Pane, entre história e restauro, arquitetura, cidade e paisagem; entrevista com o arq. Andrea Pane. IN: *Revista Risco* n°15. São Carlos, Programa de Pós-Graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo IAU-USP, 2012.

CARBONARA, Giovanni. Il restauro inteso come lecita modificazione. IN: *Avvicinamento al Restauro: teoria, storia, monumenti*. Liguori, Napoli, 1997, pp. 393 – 403.

CARSALADE, Flavio de Lemos. *Desenho Contextual: Uma abordagem fenomenológico-existencial ao problema da intervenção e restauro em lugares especiais feitos pelo homem*. Tese (Doutorado em Concentração, Conservação e Restauro) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.biblioteca-digital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/RAAO-7J7HZK/1/tese.pdf>. Acesso em 29/05/2015.

CARTA de Burra. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS. 1980. Disponível em: <www.iphan.gov.br>. Acesso em 22/05/2015.

KÜHL, Beatriz Mugayar. História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos. R. CPC, São Paulo, v.1, n.1, p. 16-40, nov. 2005. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/cpc/n1/a03n1.pdf>> Acesso em 18/05/2015.

PANE, Roberto. *Città Antiche Edilizia Nuova*. Nápoles: Edizioni Scientifiche Italiane, 1959.

PEREIRA, Honório Nicholls. Tendências contemporâneas na teoria da restauração. IN: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; CORRÊA, Elyane Lins (org.): *Reconceituações contemporâneas do patrimônio*. Salvador, EDUFBA, 2011.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Patrimônio cultural e problemas urbanos. IN: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; CORRÊA, Elyane Lins (org.): *Reconceituações contemporâneas do patrimônio*. Salvador, EDUFBA, 2011.

SOLA-MORALES RUBIO, Ignasi de. *Teorias de la Intervencion arquitectonica*. Chile: Pontificia Universidad Catolica de Chile. Escuela de Arquitectura, 1987.

WEIMER, Günter; *Arquitetura Popular Brasileira*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2005.



Entre o rural e o urbano: casas senhoriais em Campinas no Século XIX

Prof^a. Dr^a. Renata Baesso Pereira

Docente do POSURB - Programa de Pós Graduação em Urbanismo PUC-Campinas

RESUMO

Apresenta-se o projeto de pesquisa em andamento, no POSURB da PUC Campinas, que tem como um dos objetivos investigar a produção das casas senhoriais que pertenceram à família Souza Aranha, notadamente o Solar urbano onde se encontra atualmente a PUC Central, e as casas senhoriais rurais, sedes das fazendas que pertenciam a família. Trata-se de pesquisa em andamento e a apresentação visa discutir conceitos e métodos que fundamentam a pesquisa.

Palavras-chave: casas senhoriais, engenhos de açúcar, fazendas de café, Campinas, SP



1. Introdução

O presente trabalho apresenta o projeto de pesquisa em andamento no POSURB da PUC Campinas, que tem como um dos objetivos investigar a produção das casas senhoriais que pertenceram à família Souza Aranha, notadamente o Solar urbano onde se encontra atualmente a PUC Central, na área central de Campinas, e as casas senhoriais rurais, as sedes das fazendas que pertenciam a família.

Como justificativa para abordagem temática e metodológica da pesquisa, faz-se importante mencionar o acordo internacional firmado entre a Pontifícia Universidade Católica de Campinas e a Universidade de Aveiro - Portugal, das quais são responsáveis técnicos e signatários, o Prof. Dr. Aníbal Costa, pela Universidade de Aveiro - Portugal, e a Prof.^a Dr.^a Ivone Salgado, pelo POSURB da PUC Campinas. Como faço parte desta equipe de pesquisadores, a temática de investigação aqui proposta está relacionada aos interesses da equipe portuguesa na investigação das relações culturais entre Brasil e Portugal e na formação da casa senhorial nos dois contextos: Brasil e Portugal.

2. O conceito de “casa senhorial”

Um dos fundamentos conceituais para o projeto que aqui se apresenta são os resultados da pesquisa “A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro (séculos XVII, XVIII e XIX). Anatomia dos interiores” que teve como objetivo primordial o estudo da casa de morada da nobreza e da alta burguesia, entre os séculos XVII e XIX, em duas regiões do mundo cultural e artístico luso-brasileiro: Lisboa e Rio de Janeiro¹. O projeto estabeleceu fundamentos para o estudo integrado e comparado de um dos aspectos mais interessantes e menos conhecidos do patrimônio artístico luso-brasileiro: a casa senhorial em contexto urbano e rural, analisada enquanto testemunho da vivência das famílias proprietárias, através da organização e da articulação do espaço interno e da decoração dos seus interiores.

O termo “casa senhorial” foi cunhado pela equipe de

pesquisadores do Rio de Janeiro e de Portugal para designar as casas da elite social portuguesa e carioca formada por membros da “nobreza da terra”, por dignitários do clero, do poder judiciário e do governo, realza, aristocracia e altos negociantes, capitalistas e empresários. Da forma como foi formulado, o conceito de “casa senhorial” se aplica tanto ao universo rural quanto urbano e será, portanto, adotado na pesquisa que aqui se apresenta.

O trabalho de Eudes Campos, outra referência teórica desta pesquisa, constitui importante estudo sobre as casas senhoriais no contexto paulistano. (CAMPOS, 2008). O autor investigou a atuação da família Pais de Barros em São Paulo.

“A busca de legitimação social obsedava os Pais de Barros, tal como, sem dúvida, dominava praticamente todo o grupo social dos grandes agroexportadores, fazendo com que copiassem os padrões comportamentais da grande burguesia internacional, por sua vez fascinada pela velha cultura aristocrática europeia. Para garantir a distinção social e reafirmar o prestígio político na sociedade paulista passou a ser necessário alardear status por meio de demonstrações ostentatórias de sinais exteriores de riqueza e poder (luxo, conforto, elegância, relações sociais importantes, gastos vultosos com obras de benemerência, pretensas raízes familiares de origem nobre e remota, etc.).”(-CAMPOS, 2008, p.14)

No campo da arquitetura a família Pais de Barros se destacou na cidade de São Paulo, no final do século XIX, por ter encomendado modernas residências apalacetadas, cheias de suntuosidade e conforto, que provocavam admiração e emulação entre os demais personagens pertencentes à mais alta sociedade paulistana. Segundo Eudes Campos, a atuação da família não se restringiu à construção de casas suntuosas em São Paulo. Seus membros também foram protagonistas de disputas políticas e de manobras especulativas de natu-



reza fundiária ligadas, por exemplo, à construção dos hospitais Santa Casa de Misericórdia e Beneficência Portuguesa, com a consequente valorização de terrenos contíguos de propriedade da família (CAMPOS, 2008, p.14-5)

3. Elementos da história social e da cultura material nos espaços rurais e urbanos de Campinas

Campinas originou-se na segunda metade do século XVIII a partir de um pouso às margens do caminho aberto pelos paulistas em direção às recém descobertas “minas dos Goiaes”. A região desenvolveu-se a partir de pousos formando um bairro rural, inscrito no termo da Vila de Jundiá. No final do século XVIII, a economia da região estruturava-se com base na lavoura de cana-de-açúcar e, alinhando os interesses dos donos de engenhos da região com os interesses do governo da Capitania de São Paulo o bairro rural foi elevado ao estatuto de Freguesia (1774) e posteriormente, em Vila (1797), desmembrando-se então da Vila de Jundiá.

A historiografia demonstra como a localização de Campinas foi estratégica para dar suporte ao avanço dos paulistas rumo às minas de Goiás. O desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar e depois do café foi consolidando o desenvolvimento da região. Na segunda metade do século XIX, o complexo cafeeiro na região de Campinas garantiu a implantação de uma ampla rede ferroviária e, posteriormente, os capitais e as condições necessárias ao desenvolvimento industrial da região.

Segundo Santos, a produção açucareira e posteriormente cafeeira, concentrou capitais, terras e poder na mão de poucas famílias da cidade (SANTOS, 2002, p. 140). Entre essas famílias representantes da aristocracia de terras, estavam os Souza Aranha, donos das fazendas Sete Quedas, Bom Retiro, Chapadão, e Mato Dentro. No caso de Campinas, um só senhor ou uma só família detém a propriedade de vários engenhos, herdados, comprados ou anexados pelo casamento e que posteriormente se convertem em fazendas de café.

Ainda segundo Santos, as melhorias na cidade e seu

desenvolvimento sempre foram determinadas pelos interesses da elite local, dona das grandes fazendas que sempre direcionavam os investimentos para agregar valor a suas terras, mesmo “entre o debacle do café e o amadurecimento, em Campinas, de uma economia urbana e capitalista”. (SANTOS, 2002, p.164).

O trabalho de Silva (2006) sobre os engenho e fazendas de café em Campinas constitui fundamento conceitual importante para este projeto de pesquisa. Silva inventariou 31 propriedades rurais. “As informações arroladas resultaram em plantas, desenhos, fotos e no estudo da tipologia funcional, do partido arquitetônico, dos materiais e técnicas construtivas e da linguagem formal das construções preservadas” nos ciclos econômicos do açúcar e do café. A principal fonte de pesquisa de Silva foram os inventários post-mortem das famílias em questão (SILVA, 2006, p.82).

Um exemplo de como se dava o processo de acumulação de terras e configuração do espaço rural e urbano por parte de uma família da aristocracia de terras de Campinas é a Fazenda Mato Dentro, inicialmente formada como engenho e plantação de cana de açúcar - data de 1806, originada a partir de uma gleba de terra desdobrada de uma sesmaria pelo Tenente Coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo.

Segundo o inventário da esposa do Tenente Coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo, Eufrosina Mathilde da Silva Botelho, de 1811, a fazenda era avaliada em “quatro contos de réis” e ainda sem o nome que viríamos a conhecer. Em 1818, o engenho é registrado como uma área que equivale hoje a 360 hectares. Com o casamento de Maria Luzia de Souza Aranha (futura Viscondessa de Campinas) com o primo Francisco Egydio de Souza Aranha, a propriedade é assumida pelo casal por volta de 1820, e logo ganha novos contornos, ampliando a sua produção de açúcar e sendo iniciado o plantio do café. A fazenda passa por um longo e próspero período produtivo, e diversos autores acreditam que Francisco Egydio foi um dos principais responsáveis pelo impulso à produção de café na cidade, bem como o maior exportador do produto na região.

Na ocasião da morte de Francisco Egydio, em 1860, a



fazenda fica sob responsabilidade da viúva, e em seu inventário, a fazenda já avaliada em “cento e trinta contos de réis”. Em 1879, a Viscondessa morre, e deixa para seus herdeiros a propriedade com mais de 200 escravos e uma próspera produção de café.

O processo de acumulação de terras rurais e passagem da produção de açúcar para o café, coincide com significativas mudanças no espaço urbano de Campinas e no aspecto de sua arquitetura.

As pesquisas de Rodrigues (2010) revelam como a tradística clássica foi gradualmente incorporada à arquitetura da cidade de Campinas ao longo do século XIX. A autora classifica as construções da cidade, realizadas próximas à Matriz Velha e à Matriz Nova, a partir do emprego de três técnicas construtivas: construções de taipa de pilão, construções de taipa de pilão associada a alvenaria de tijolos e de construções feitas exclusivamente com alvenaria de tijolos.

“A transformação urbana que ocorreu ao redor da construção da Catedral Nossa Senhora da Conceição de Campinas, chamada “matriz nova”, pode também ser vista como parte integrante de todo o processo de mudanças das técnicas construtivas regionais. As novas construções que surgiram neste local fizeram com que a cidade crescesse e se deslocasse do eixo do primeiro núcleo urbano, em volta da “matriz velha”, na direção do núcleo da “matriz nova”. A mudança do eixo urbano, aliado a outra, a do caráter estético dos edifícios, pode ser um importante indicador da imagem que os campineiros desejariam passar aos visitantes, ou seja, de uma sociedade que se enriquecia ao mesmo tempo que estaria à frente das novidades que chegavam da corte.” (RODRIGUES, 2010, p.264)

Entre as construções feitas exclusivamente com alvenaria de tijolos e estudadas por Rodrigues, destaca-se o solar iniciado em 1880 e concluído na mesma data da inauguração da “matriz nova”, em 1883, por Luiz

Pucci, para residência de Joaquim Policarpo Aranha, o Barão de Itapura². As características arquitetônicas do solar estão próximas daquelas utilizadas para a fachada da Matriz Nova, pois foram totalmente construídos em tijolos, o que viabilizou a linguagem clássica sem restrições, principalmente na construção do entablamento e do ático, aliado ao fato de já ter ocorrido a difusão dos condutores de águas pluviais (RODRIGUES, 2010, p.309-10)

“As modernizações de linguagem clássica nos edifícios de Campinas em taipa-de-pilão (primeira fase) e nas construções com “encamissamento” em tijolos (segunda fase), eram ainda comedidas e limitadas, em relação ao preconizado nos tratados clássicos, que já circulavam no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, e, estavam ainda ligadas à tradição construtiva da taipa-de-pilão, com um classicismo adaptado a esta técnica. O esforço para mudança e transformação desta realidade, e, a ligação formal à estética da corte, teve como ponto focal as obras da “matriz nova” e seus desdobramentos já apresentados aqui neste tese. É a partir desta constatação, portanto, que fica evidente que seria somente após o término da fachada principal da Catedral Nossa Senhora da Conceição de Campinas, que ocorreria a mudança nos demais edifícios (terceira fase), com uma busca do classicismo ligado aos tratados de arquitetura, em especial ao Tratado de Vignola.” (RODRIGUES, 2010, p.320)

A produção deste casario senhorial contribuiu para o “embelezamento” de Campinas e sua produção obedecia as regras do decoro, em conformidade com a posição social e econômica de seus proprietários. Tais exemplares se alinham com a arquitetura erudita da Corte no Rio de Janeiro e com a tradística que circulava nas mãos de arquitetos e construtores.

4. Objetivos da pesquisa



A pesquisa sobre as casas e propriedades fundiárias, urbanas e rurais, da aristocracia de terras de Campinas e região tem como ponto de partida o levantamento e identificação de edifícios que ainda mantêm um grau de integridade física para a análise direta e que tenham documentação suficiente para dar suporte às análises. Tais critérios preliminares de seleção de estudos de caso indicam imóveis tombados nas instâncias estadual (CONDEPHAAT) e/ou municipal (CONDEPACC), embora, no caso dos imóveis rurais, existam vários exemplares que atualmente são de propriedade privada e que não possuem qualquer tipo de proteção dos órgãos de preservação. O recorte espacial da pesquisa privilegia os exemplares urbanos e rurais identificados no território que atualmente corresponde ao município de Campinas, SP.

A pesquisa tem também o objetivo definir as diferentes tipologias de habitação urbana e rural de proprietários que figuram entre a “nobreza da terra”. Membros desta classe que originalmente se apresenta como aristocracia de terras vão desempenhar papéis relevantes também como altos negociantes, capitalistas, ou no exercício de cargos públicos. Justifica-se portanto a construção de “casas senhoriais”, tanto nos engenhos e fazendas de café das freguesias rurais como sobrados e solares nas vilas, que eram expressão do poder e posição social de seus proprietários. Este casario senhorial contribuía para o embelezamento das cidades e sua produção obedecia as regras do decoro. Serão portanto analisados os tipos e programas das residências senhoriais e as formas de ocupação dos lotes urbanos e das terras rurais. A pesquisa parte de uma perspectiva de análise que considera a História da Arquitetura e a História Urbana como campos disciplinares complementares e indissociáveis. Neste sentido visa contribuir para a discussão sobre a maneira como a arquitetura é determinante no espaço urbano e rural em termos formais e funcionais. Na tentativa de compreender a origem, a história fundiária e a estrutura do espaço urbano de Campinas e região, trabalha-se com os métodos da História Urbana, entendida como uma vertente da História Social,

pois compreende as questões relativas às cidades como parte das relações sociais e econômicas.

A compreensão da produção da riqueza material expressa nas construções das casas senhoriais, urbanas e rurais, insere-se, no campo da história social. O estudo das formas de acumulação da aristocracia de terras paulista, com suas estratégias de manutenção da riqueza nas mãos das mesmas famílias, através das relações de parentesco pelo matrimônio, orienta a abordagem metodológica da pesquisa.

A pesquisa se fundamenta a partir da revisão bibliográfica de estudos sobre o território e sobre os exemplares de casas senhoriais em questão e também será desenvolvida a partir de um variado conjunto de fontes primárias.

O estudo da arquitetura da casa senhorial pretende contribuir na análise de como estes exemplares da região constituem contribuições significativas a uma arquitetura erudita que se aproximava da tratadística clássica que vigorava na Europa e na Corte no Rio de Janeiro. Da interlocução com os pesquisadores da Universidade de Aveiro-Portugal, espera-se a colaboração na interpretação da tradição construtiva da casa senhorial. Portanto, outro resultado esperado é o da compreensão da tradição portuguesa na materialização da arquitetura do casario senhorial, com estudo de caso de exemplares do casario senhorial rural e urbano construídos em Campinas durante o século XIX.

¹ Em Portugal, a pesquisa foi desenvolvida junto ao Instituto de História da Arte (IHA) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), tendo como principais dinamizadores Isabel Mayer Godinho Mendonça, a investigadora principal, e Hélder Carita, ambos investigadores integrados no IHA e docentes da Escola Superior de Artes Decorativas (ESAD) da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva (FRESS). No Rio de Janeiro, a pesquisa foi desenvolvida junto à Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, e a equipe foi composta por Ana Pessoa (FCRB), a investigadora responsável, Ana Lúcia Vieira dos Santos (FCRB/UFF),



Ana Cláudia Torem (FCRB), Cláudia Nobrega (FAU/UFRJ), Isabel Sanson Portella (MR/Ibran), Mariza Malta (EBA/UFRJ) e Maria Paula Van Biene (MN/UFRJ).

Os resultados do projeto de pesquisa estão publicados no site: (<http://www.casaruibarbosa.gov.br/acasasenhorial/index.php/apresentação>, consulta em 10/09/2015)

² Joaquim Policarpo Aranha, (Ponta Grossa, 1809 - Campinas, 1902) foi um importante político e proprietário rural brasileiro, um dos expoentes da política e da agricultura de Campinas, SP durante o chamado Ciclo do Café, no século XIX. Tinha a patente de Capitão da Guarda Nacional e, em 1883, o Governo Imperial concedeu-o como Comendador da Imperial Ordem da Rosa e concedeu-lhe o título de Barão de Itapura. Foi vereador da câmara municipal de Campinas no triênio 1845 - 1848, quando, em 1846, recepcionou o então jovem imperador D. Pedro II, na sua visita a Campinas. (RODRIGUES, 2010, p.310)

5. Referências Bibliográficas

CAMPOS, Eudes. Nos caminhos da Luz, antigos palacetes da elite paulista. In: Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, vol. 13, nº 1, São Paulo, Jan/June 2005. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142005000100002, acesso 23/10/2015.

CAMPOS, Eudes. Os Pais de Barros e a Imperial Cidade de São Paulo. In: Informativo do Arquivo Histórico Municipal, Arquivo Histórico Municipal Washington Luiz, Ano 3, nº 16, São Paulo, Janeiro/Fevereiro 2008.

PESSOA, Ana & MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho. A casa senhorial em Lisboa e Rio de Janeiro (séculos XVII, XVIII e XIX). Anatomia dos interiores. Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro e Instituto de História da Arte (IHA) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa. <http://www.casaruibarbosa.gov.br/acasasenhorial/index.php/>, consulta 21/10/2015.

PESSOA, Ana. Retrospecto da pesquisa sobre a casa senhorial no Rio de Janeiro. Casa Rui Barbosa. A casa senhorial em Lisboa e Rio de Janeiro (séculos XVII, XVIII e XIX). Anatomia dos interiores. Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro e Instituto de História da Arte (IHA) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa. <http://www.casaruibarbosa.gov.br/acasasenhorial/index.php/>, consulta em 21/10/2015.

RODRIGUES, Ana Aparecida Villanueva. Campinas clássica: a Catedral Nossa Senhora da Conceição e o engendramento de uma arquitetura monumental clássica urbana no Brasil (1807-1883). Tese de doutorado em História. IFCH-UNICAMP, 2010.

SANTOS, Antonio da Costa. Campinas, das origens ao futuro. Compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato grosso de Jundiá (1732-1992). Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

SILVA, Aurea Pereira da. Engenhos e fazendas de café em Campinas (séc. XVIII- séc. XX). Anais do Museu Paulista, jun. 2006/ vol. 14, n. 001. São Paulo: Universidade de São Paulo, pp. 81-119.



SENAC São João da Boa Vista: a reconquista do saber fazer na restauração e reforma da antiga Câmara e Cadeia

Antonio Carlos Rodrigues Lorette

Arquiteto e Urbanista, professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas campus Poços de Caldas. Doutorando no POSURB - PUC Campinas

RESUMO

A experiência de restauração e reforma da antiga Câmara e Cadeia de São João da Boa Vista, para a instalação dos cursos profissionalizantes do SENAC SP, além de recuperar um prédio público em estado precário de conservação no centro histórico da cidade, resultou na reconquista do saber fazer artesanal e tradicional, há muito desestruturado pelas facilidades industriais da construção civil. A apresentação deste trabalho percorre o processo de escolha do bem patrimonial e seu histórico arquitetônico; a pesquisa iconográfica em relação à prospecção das pinturas parietais; sua restauração e reforma entre os anos 1999 e 2000; a formação de mão-de-obra local especializada e a mudança de postura da instituição perante a reutilização de prédios históricos arquitetônicos em outras cidades do Interior de São Paulo.

Palavras chave: patrimônio arquitetônico; técnicas retrospectivas; restauração.

ABSTRACT

The restoration and reform experience of the old Câmara e Cadeia of São João da Boa Vista, for the installation of professional courses SENAC SP, besides recovering a public building in poor condition in the historic center of the city, resulted in the reconquest of knowledge make handmade and traditional, long unstructured by industrial facilities construction. The presentation of this work goes through the process of choosing the heritage property and its architectural history; the iconographic research in relation to the prospect of wall paintings; its restoration and renovation between 1999 and 2000; training local labor, skilled labor and the change of posture of the institution before reuse of architectural historical buildings in other cities in the interior of São Paulo.

Key words: architectural heritage; retrospective techniques; restoration.



Histórico

O sobrado localizado à esquina da Rua São João, centro histórico de São João da Boa Vista SP, serviu de abrigo para várias repartições públicas, em mais de 110 anos de existência: Casa de Câmara e Cadeia, Fórum, Prefeitura Municipal, Casa de Saúde, Delegacia Secional de Trânsito, Promoção Social. Atualmente é o prédio público mais antigo da cidade, sendo uma das primeiras construções locais em alvenaria de tijolos.

Sua história inicia na sessão da Câmara Municipal de 21 de junho de 1886, quando tratou de tomar providências para a construção de um novo prédio para a cadeia e principalmente para abrigar o Fórum da Comarca, criada em 7 de fevereiro de 1885. O local foi escolhido estrategicamente, pois a Rua São João tornou-se a entrada oficial da cidade após a inauguração da Estação Ferroviária, em 1886. O terreno do outro lado da rua foi reservado para ser o Largo Municipal, local preenchido em 1947 pelo Posto de Puericultura.

Para erguer o Fórum e Cadeia, foram contratados os serviços do alemão Nicolau Rehder, capitalista, empreiteiro e proprietário de uma olaria no município, o qual acabara de construir o Ramal Férreo Caldas (ou melhor, Poços de Caldas). Houve solenidade de lançamento da pedra fundamental, com a presença dos vereadores e convidados, discursos e lavra de uma ata especial.

No final de dezembro de 1887, já em outra legislatura, Nicolau Rehder comunicou à Câmara que estava concluído o edifício, apresentando a conta da construção na importância de 22:546\$376. O Governo Provincial havia ajudado com a quantia de 10:000\$000.

Apesar do prédio pronto, a Comarca de São João só foi provida após a proclamação da República, em 1890. Na época, a Câmara Municipal funcionava na ala direita do prédio da “Casa da Instrução”, em frente à Praça Armando Salles, desde sua inauguração em 1883 até os anos 1910. Na ala esquerda desta casa, ficava a Intendência e, posteriormente, a Prefeitura.

Tradição e Padrão

Para projetar as edificações, Nicolau Rehder contava com os serviços do engenheiro alemão Carlos Martin, que também veio para São João para a construção do Ramal Férreo. Eletambém projetou a reconstrução da Igreja Matriz (1890) e várias residências e sobrados da cidade.

Quanto ao Fórum e Cadeia, o projeto-tipo era imposto pelo Governo Provincial, por questões de segurança pública. O prédio segue o partido típico das casas de Câmara e Cadeia construídas no século XIX, com solução em sobrado, telhado de quatro águas, sendo o primeiro pavimento utilizado para cadeia e o superior para os trabalhos da câmara.

Centrado no lote, as quatro fachadas apresentavam simetria quanto às portas e janelas. Na fachada principal, um estreito frontispício era o destaque do prédio, seguindo fielmente a sobreposição das ordens clássicas: pilastras dóricas, no piso inferior, e pilastras jônicas, no superior, iludindo a sustentação do frontão triangular embutido na platibanda. Os cunhais em rusticação e a sacada da porta, com gradil em ferro fundido, eram outros poucos detalhes decorativos. Os panos das paredes externas apresentavam tijolos aparentes, destacados em vermelho com fiadas em branco.

O prédio é muito parecido com outros construídos na Província e Estado de São Paulo, a partir dos anos 1880 até o início do século XX, como Jaú, Caconde, Ribeirão Preto, Faxina, Tietê, Queluz e Vargem Grande do Sul. Segundo informações históricas sobre a Casa de Câmara e Cadeia de Jaú, demolida há anos para a desobstrução das vistas da Rodoviária de Artigas, a planta padrão é de autoria do engenheiro militar Euclides da Cunha, autor do clássico brasileiro “Os sertões”.

De Cadeia a Paço Municipal

A Casa de Câmara e Cadeia de São João da Boa Vista teve que se adequar ao novo formato republicano, tanto que a Câmara demorou a mudar suas instalações da “Casa da Instrução”.

Em 1908, no pavimento superior funcionava apenas o Fórum e no inferior, o quartel e a cadeia pública com



cômodos para 20 presos. Porém, nesta época, só havia cinco prisioneiros: dois ladrões, dois assassinos e um réu por atentado ao pudor.

Com o interesse do governo em construir um novo prédio para Fórum e Cadeia na cidade, a Câmara Municipal providenciou a adaptação do edifício para Paço Municipal, com projeto encomendado em 1911, ao engenheiro e arquiteto Dom Paulo Castellani D'Orleans. Em 1913, a Câmara Municipal resolveu transferir as repartições da Prefeitura para o prédio, mandando executar algumas adaptações e reparos. Mas a grande reforma só aconteceu após a inauguração do novo Fórum e Cadeia, em 1919, na Praça Dr. Boa Vista.

Os projetos de transformação do prédio em Paço Municipal foram elaborados pelo engenheiro Francisco de Palma Travassos (Tito), em maio de 1923, sendo o conjunto inaugurado em 1924.

A reforma resultou numa fachada mais atualizada com arquitetura que estava sendo praticada na cidade, mas sem grandes transformações. Reforçando o frontispício, foi construído um alpendre de entrada, sustentado por colunas coríntias. Criou-se, desta forma, um terraço no pavimento superior, servindo várias vezes como palanque para posse de prefeitos.

No interior do prédio, as adaptações mais radicais foram nas celas da antiga cadeia, revestindo as paredes com lambris de azulejos. No pavimento superior, as salas receberam pinturas decorativas imitando papel de parede, com destaque para a sala do plenário da Câmara.

Prefeitura e Câmara Municipal dividiam o mesmo prédio, até sua transferência para o atual edifício, uma luxuosa residência inacabada à Rua Marechal Deodoro, adquirida pela prefeitura em 1938, na tentativa de deslocar a administração à entrada rodoviária do centro da cidade.

Com a transferência do Paço Municipal, a partir de janeiro de 1941, o prédio foi cedido ao Estado para a instalação do Centro de Saúde, recebendo completa reforma pela Secretaria da Viação e Obras Públicas. O Prédio voltou a ser reformado pela prefeitura em 1991, para ser ocupado pelo Departamento da Promoção

Social da Prefeitura, com salas cedidas à Agência do IBGE, Conselho Tutelar e Comem – Conselho Municipal de Entorpecentes.

Destinação SENAC SP

A Municipalidade concedeu o prédio da antiga Câmara e Cadeia ao SENAC SP em meados de 1998, para a instalação de seus cursos profissionalizantes na cidade. Porém, meses antes da decisão, a Câmara avaliou, através de profissionais da área da arquitetura e engenharia civil, a possibilidade de transferência de suas instalações para este complexo. Diante à negativa do laudo, pela falta de área para estacionamento de automóveis, não se opôs à concessão.

SENAC, até a ocasião, seguia a praxe de investir em novos prédios, de arquitetura moderna “brutalista”, assinados por mestres arquitetos paulistas, ocupando grandes terrenos vazios na periferia das cidades. O caso de São João não foi diferente, até que integrantes do Conselho Municipal do Patrimônio e o jornal “O Município” convencessem a comissão a restaurar prédios públicos abandonados ou arruinados. Entendiam, então, que a criação de novos espaços traria mais demandas de conservação e o consequente abandono do patrimônio urbano.

Durante a elaboração dos projetos, o SENAC também questionou a restrita área de estacionamento, aceitando a condição de transformar o recuo lateral em jardim arborizado, como espaço de convivência. Se não fosse suficiente para abrigar todos automóveis dos funcionários, o espaço seria mais adequado ao uso dos estudantes, principalmente nos intervalos das aulas.

Outra questão bastante polêmica foi a adaptação do segundo pavimento para as salas de aulas. Durante as prospecções pictóricas nas paredes internas, foram encontradas pinturas decorativas datadas do início do século 20. A proposta dos técnicos foi pela restauração de seu estado original, mas o receio da instituição era que o excesso de informação poderia distrair os alunos durante as aulas. Felizmente, esta expectativa não se efetivou, demonstrando que os cuidados com este



patrimônio foram automaticamente valorados pelos jovens frequentadores, já anunciando o sentido da palavra “pertencimento”. São eles zeladores naturais deste renovado patrimônio.

Restauração + Reforma

As obras de restauração transcorreram em dois anos, 1999 e 2000. O escritório de arquitetura responsável era de São Paulo, Sá Marques Construções e Programação Visual, contratando-se a consultoria técnica do arquiteto local Antonio Carlos Rodrigues Lorette.

Para que não prejudicasse a preservação do prédio antigo, foi proposta a construção de um edifício aos fundos, onde estariam os cursos que de área molhada, como estética e saúde. Evitando o impacto desta estrutura, foi construída uma lâmina de estrutura metálica e panos de vidro, não ultrapassando a altura do prédio antigo. Em seu pátio, foram instalados o elevador, as caixas da água, o acesso aos sanitários e à área de serviços e depósitos.

O mais relevante de todo processo de construção foi o SENAC permitir a contratação de equipes da própria cidade, como o mestre-de-obra tradicional, junto a seus filhos, com saber na área de fundição de peças em cimento e detalhamentos de frentista; marceneiros especializados, com pouquíssimas oportunidades na área de restauração; o resgate de torneiros em madeira, cuja mão-de-obra estava subutilizada pela Prefeitura Municipal; serralheiros, que demonstraram a verdadeira arte dos rebites; e como os pintores letreiros, que se propuseram resgatar a técnica antiga da estamparia parietal. Outras equipes de fora, que já eram contratados em obras do SENAC, entusiasmaram-se pela obra de restauração e pela maestria dos técnicos locais, levando-se a parceria continua em outras futuras obras de restauro ou de manutenção das unidades espalhadas no Estado de São Paulo.

São João da Boa Vista, a partir desta experiência, não mais mistificava a impossibilidade de resgate do antigo saber construtivo. Diziam antes, sobre o alto custo e as dificuldades de encontrar mão-de-obra especializa-

da. Faltava lembrar aqueles talentos remanescentes que só pequenas comunidades podem ainda revelar: dos aprendizes aos oficiais e dos oficiais ao mestre, para que a arte não acabe na falta da prática.



Figura 1. Casa de Câmara e Cadeia, em foto de 1910: edificação em tijolos aparentes, a partir da planta do engenheiro militar Euclides da Cunha, erguida em 1887. Acervo do Autor



Figura 2. Paço Municipal, logo após a reforma: projeto do engenheiro-arquiteto Francisco Palma Travassos (Tito), adaptando o complexo para Prefeitura e Câmara Municipal. Foto Amadeu Budri, 1924. Acervo do Autor



Figura 3. O edifício desocupado, após as instalações do Departamento Municipal de Promoção Social: no impasse de demolição ou adaptação para Câmara Municipal. Foto do Autor, 1999



Figura 4. SENAC São João da Boa Vista, pronto para inauguração após reforma, restauração e construção de anexo. Foto do Autor, 2000



Figura 5. A prospecção no reboque revelou decoração refinada de 1905, dando oportunidade para recuperação da técnica de pintura decorativa na cidade. Na foto, correção dos moldes originais, desgastados pelo uso. Foto do Autor, 2000



Figura 6. Os montantes de portas e janelas tiveram que ser substituídos e adaptados: madeira de melhor qualidade e resistência, somada ao saber técnico de tradicional família de marceneiros da cidade. Foto do Autor, 1999.



Figura 7. Torno de balaústre da escadaria interna: a arte de tornear madeiras estava relegada ao passado, atribuindo inviabilidade por seu alto valor. Bastou aquisição da máquina e a presença de um técnico municipal, saudosos de seu antigo fazer. Foto do Autor, 2000.

LORETTE, Antonio Carlos Rodrigues. “Câmara e Cadeia”. In: O MUNICÍPIO, São João da Boa Vista-SP: 24/06/1998, Caderno Especial “170 anos de São João da Boa Vista”, 4 p. il.

SPLETTSTOSER JUNIOR, Jaime. Alemães, suecos, dinamarqueses e austríacos em São João da Boa Vista. São Paulo: J. Splettstoser Jr., 2003. 619 p. il.



Bibliografia

BRAGA, Márcia. Conservação e restauro: arquitetura brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2003. 132 p. il.

CHOAY, Françoise. O patrimônio em questão: antologia para um combate. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011. 184 p.

FALCONI, Rodrigo Rossi. Logradouros de São João da Boa Vista. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010. 910 p. il.

GONÇALVES, Cristiane Souza. Restauração arquitetônica: a experiência do SPHAN em São Paulo. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007. 214 p. il.



Restauração, reuso e ampliação do abrigo D. Pedro II em Salvador, Bahia

Arq. Dr. Nivaldo Vieira de Andrade Junior

Arq. Alexandre Prisco Paraíso Barreto

Arq. MSc. Edson Fernandes D'Oliveira Santos Neto

Arq. MSc. Sérgio K. Ekerman

Arq. MSc. Sílvia Pimenta d'Affonsêca

A&P Arquitetura e Urbanismo

RESUMO

Este trabalho apresenta o projeto de restauração, refuncionalização e ampliação do conjunto arquitetônico do Abrigo D. Pedro II, desenvolvido ao longo do ano de 2015 pelos autores do artigo, contratados pela Prefeitura Municipal de Salvador, Bahia. A maior e mais significativa edificação do conjunto é o Solar Machado, um dos mais importantes exemplares do neoclassicismo baiano e bem individualmente tombado pelo IPHAN desde 1980, conhecido como “Versalhes baiano”.

Palavras-chave: restauração, Solar Machado, Salvador.

ABSTRACT

This paper presents the project for the restoration, reuse and extension of the Abrigo D. Pedro II architectural complex, developed in 2015 by the authors of this paper, hired by the Municipality of Salvador, Bahia. The largest and most significant building in the architectural complex is the Solar Machado, one of the most important neoclassical buildings in Bahia and listed by the National Institute for the Historical and Artistic Heritage since 1980, also known as the “Bahia Versailles”.

Keywords: restoration, Solar Machado, Salvador.



INTRODUÇÃO

O complexo arquitetônico conhecido atualmente como Abrigo D. Pedro II se localiza na Avenida Luiz Tarquínio, no bairro da Boa Viagem, a poucos metros da Praça Irmã Dulce (Largo de Roma), na Península de Itapagipe, em Salvador, Bahia. Está limitado a nordeste pela Avenida Luiz Tarquínio, pela qual se dá seu principal acesso de veículos e pedestres; a sudeste pela sede da Organização Fraternal São José; a sudoeste para Baía de Todos os Santos, onde possui um acesso de pedestres; e a noroeste pelas ruínas da antiga Fábrica da Boa Viagem.

O conjunto arquitetônico e paisagístico do Abrigo D. Pedro II é formado atualmente por sete pavilhões, construídos em diferentes épocas e com arquiteturas de qualidades muito variadas. Dentre esses pavilhões, destaca-se o Solar Machado, tombado individualmente em 1980 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1980¹, junto com o magnífico jardim que ocupa parte significativa do terreno. O conjunto abriga há muitas décadas a única Instituição de Longa Permanência para Idosos, de caráter residencial, do Município de Salvador. Administrado pela Secretaria Municipal de Promoção Social, Esporte e Combate à Pobreza (SEMPS), o Abrigo D. Pedro II abriga atualmente 70 idosos, embora tenha chegado a alojar, na década de 1980, mais de 400 idosos simultaneamente. Ao longo dos últimos anos, a maior parte dos leitos foi desativada, em função do processo acelerado de degradação das edificações que conformam o conjunto e, principalmente, do Solar Machado.

Visando reverter o processo de degradação, a Fundação Mário Leal Ferreira, órgão de planejamento e projetos da Prefeitura Municipal de Salvador, lançou, em novembro de 2014, a Licitação nº 09/2014, visando a “contratação de empresa especializada para Elaboração do Projeto Executivo de Restauração e Recuperação do Abrigo D. Pedro II”. Os autores deste artigo foram os vencedores daquela licitação. Este artigo apresenta, em linhas gerais, o projeto de restauração e recuperação do Abrigo D. Pedro II, que se encontra atualmente em

etapa de finalização.



Figura 01 – Vista aérea atual do conjunto arquitetônico e paisagístico do Abrigo D. Pedro II em Salvador, a partir da Baía de Todos os Santos. Fonte: Acervo da A&P Arquitetura e Urbanismo (Foto realizada por Roberto Costa Pinho).

2. CARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO

A maior e mais importante edificação do conjunto arquitetônico é o Solar Machado (ou Palacete Machado), com 115,50 metros de comprimento e que, com sua monumentalidade e simetria, domina o conjunto. O Solar Machado é formado por três volumes claramente distintos:

- um corpo principal, central e simétrico, com 32,50 metros de largura e dois pavimentos, que foi construído na primeira metade do século XIX e corresponde de fato à antiga residência de Francisco Xavier Machado;
- duas alas laterais (ala esquerda ou sudeste e ala direita ou noroeste), também simétricas, porém recuadas com relação ao corpo principal, com dois pavimentos e 41,50 metros de largura cada, construídas entre 1878 e 1887, quando o Solar Machado passou por amplas intervenções promovidas pelo Governo do Estado visando adaptá-lo em Asilo de Mendicidade.



Figura 02 – Vista geral do trecho central do jardim e da fachada principal (fachada nordeste) do Solar Machado após as ampliações que o adaptaram em sede do Asylo de Mendicidade da Bahia. Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Salvador / Fundação Gregório de Mattos (Fundo PMS, Pasta 0019, Fotografia 5008)



Figura 03 – Vista da fachada principal (nordeste) do corpo principal do Solar Machado. Fonte: Acervo da A&P Arquitetura e Urbanismo.

A monumentalidade do Solar Machado é potencializada pelo átrio com piso em mármore xadrez que circunda o seu acesso principal, no eixo central do corpo principal. Este átrio, elevado do solo por uma pequena escada com degraus em mármore, é cercado por uma

grade de ferro, intercalada por pequenas colunas, encimadas por vasos de louça da fábrica de Santo Antônio do Porto ou, em menor quantidade, por estatuetas neoclássicas de mármore.

As extensas fachadas do Solar Machado são marcadas por janelas em guilhotina, em arcos. As fachadas são encimadas por platibanda com balaústres, estatuetas e jarros. No corpo principal, a fachada principal apresenta três portas – uma central e duas laterais – e um frontão com elementos vazados, cinco grandes estátuas e um brasão com as armas imperiais.

Internamente, o Solar Machado é marcado pelo hall de entrada, que é um amplo salão, com duas escadas simétricas, em curvas, que levam ao pavimento superior. Logo à frente deste hall e separada dele por uma grade em ferro está a Capela de Santa Isabel. Após as escadas, duas pequenas salas, uma de cada lado, dão acesso às alas laterais simétricas.

A Capela de Santa Isabel, no pavimento térreo, com seu altar neoclássico em talha dourada sobre fundo branco, e o Salão Nobre, localizado no primeiro pavimento, com seu forro com divisões triangulares e as armas do Império em relevo, são os espaços mais importantes do edifício, sendo ambos localizados no eixo central do corpo principal.



Figura 04 – Vista do interior da Capela de Santa Isabel, no corpo principal do Solar Machado. Fonte: Acervo da A&P Arquitetura e Urbanismo.



O altar-mor da Capela de Santa Isabel se situa em um plano mais elevado, separado do restante da capela por dois degraus e gradil de ferro. Através do Salão Nobre do pavimento superior, tem-se acesso a um pequeno coro e ao balcão corrido guarnecido por um gradil em ferro, que é apoiado em colunas estriadas de ferro. No teto da capela, um forro em madeira decorado com estrelas douradas, tem, ao centro, uma claraboia de vidro no formato octogonal.

O Salão Nobre se comunica com o coro da capela através de três grandes portas em arco.

Cada ala lateral é composta, em cada um dos dois pavimentos, por um amplo salão, onde funcionava um dormitório e, nas extremidades, uma bateria de sanitários, que é perpendicular ao salão. A distribuição interna se repete nos dois pavimentos, nas duas alas. Assim, a ala esquerda (sudeste) abrigava os dormitórios São Vicente no pavimento térreo e São José no pavimento superior, enquanto a ala direita (noroeste) abrigava os dormitórios Santa Maria no pavimento térreo e Santa Isabel no pavimento superior. Cada um destes quatro dormitórios abrigou até 50 internos nos momentos de mais intensa ocupação do Abrigo / Asilo.

Há alguns anos, todos os internos foram retirados do Solar Machado, em função da sua degradação, e concentrados nos Pavilhões São Miguel e Luiz Salazar Filho. Atualmente, a ala esquerda (sudeste) do Solar Machado se encontra desocupada e, por isso mesmo, em avançado estado de degradação. A ala direita (noroeste) abrigava recentemente o almoxarifado da SEMPS. Este uso mostra-se inadequado para o edifício tombado, seja pela carga concentrada que representa para a estrutura do edifício, seja pelo risco de incêndio, seja, ainda, pela inadequação de usar como depósito um edifício de valor arquitetônico reconhecido nacionalmente, ao invés de fomentar que seja amplamente frequentado pela população.

Segundo o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, o Solar Machado “é, talvez, a maior casa de residência que já existiu na Bahia”, sendo “considerado uma réplica provinciana do palácio de Versailles” (BAHIA, 1975: 161-162). Trata-se, indiscutivelmente,

de um dos mais importantes exemplares da arquitetura neoclássica no Brasil, ainda que possua algumas soluções espaciais barrocas.

No parecer em que defendeu o tombamento do Solar Machado pelo IPHAN, datado de 13 de março de 1979, a arquiteta Dora Monteiro e Silva de Alcântara afirmou:

Chamam a atenção, de imediato, as proporções do edifício, ‘talvez a maior residência que já existiu na Bahia’. É bem verdade que o conjunto atual pode ter resultado de um acréscimo, muito embora ‘os soalhos das grandes enfermarias’ sejam os mais antigos. Não temos notícia de nenhuma prospecção mais completa que permita afirmar de maneira definitiva que tais proporções sejam as originais. Desperta, igualmente, interesse como exemplar da arquitetura do séc. XIX, néo-clássica, cuja sobriedade foi comprometida por uma decoração exuberante, que dá aspecto eclético.

Neste particular, a capela é bem típica com utilização de elementos estruturais e de acabamento em ferro. O retábulo apresenta a decoração empobrecida, de motivos dourados sobre fundo branco, comum no séc. XIX, como também frequente, nessa época, foi o partido adotado: um baldaquino apoiado em colunas estriadas.

[...] nota-se, não somente nas proporções avantajadas, como também no tratamento enfático das escadarias e vestibulos, com iluminação mais intensa e visadas amplas, de um ambiente para outro. É realmente curioso observar como certas soluções espaciais barrocas tornaram-se características em nossa arquitetura civil, no séc. XIX. O antigo Solar Machado é um importante exemplo dessa série de valores.²

No parecer em que concorda com o pedido de tombamento do Abrigo D. Pedro II, datado de 08 de junho de 1979, a então Diretora de Estudos, Pesquisas e Tombamentos do IPHAN, Lygia Martins Costa, registra



*[...] o interesse da instalação do Asilo da Mendicidade da Bahia logo a seguir ao do Rio de Janeiro, com idêntico respeito a essa classe marginalizada revelado pelo porte e mesmo nobreza da edificação a ela dedicada. O fato é de certo modo surpreendente, tanto mais que na Bahia os mendigos saíram do leprosário para prédio com requintes de solar néo-clássico, de três corpos de proporções avantajadas, escadaria interna de balaustres, capela com altar-mor grandioso para a época, a que foi acrescentado, talvez visando aumentar-lhe a imponência, ornato rebuscado à platibanda do corpo central, bem como, nas prumadas do prédio e terraço fronteiro, estátuas e jarrões de louça portuguesa expressamente encomendados.*³

Dentre as intervenções realizadas no Solar Machado, cabe destacar aqui aquelas mais radicais: a substituição dos soalhos do primeiro pavimento nas duas alas laterais por lajes de concreto armado, realizada provavelmente no final da década de 1950; e a substituição das telhas francesas (telhas Marselhesas) do corpo principal por telhas de fibrocimento, realizada em 1971.

Cada um dos três blocos que compõem o Solar Machado apresenta um grau de conservação distinto: a ala esquerda (sudeste), que apresenta alto grau de degradação, quase em processo de arruinamento; o corpo central, que passou por intervenções no ano de 2008, com recuperação do forro e piso do salão nobre e escoramento das salas laterais, as quais ainda se mantêm escoradas; e, finalmente, a ala direita (noroeste), que, apesar de apresentar problemas de conservação, é a parte mais preservada do solar.

A construção existente aos fundos do Solar Machado, entre este e a Baía de Todos os Santos, corresponde ao Pavilhão Santa Luzia / Santa Marta e foi inaugurada em 1931 com uma dupla função: ampliar a capacidade de atendimento do Asilo de Mendicidade da Bahia, através da criação de dormitórios, e abrigar a infraestrutura de apoio: refeitório, cozinha, despensa, almoxarifado e rouparia.



Figura 05 – Vista do Pavilhão Santa Luzia / Santa Marta (em primeiro plano) e do Solar Machado, a partir da praia do Cantagalo. Fonte: Acervo da A&P Arquitetura e Urbanismo.

O Pavilhão Santa Luzia / Santa Marta se conecta ao Solar Machado através de uma passagem coberta com telhas francesas e estrutura em madeira apoiadas sobre vigas de concreto que liga a antiga despensa à sala de estar localizada na ala direita (ala noroeste) do corpo principal do Solar Machado.

Este longo e estreito pavilhão, que se desenvolve paralelamente ao Solar Machado, é térreo e possui um estreitamento no trecho correspondente ao corpo principal do Solar Machado. Possui estrutura em alvenaria mista formando a caixa murária e as paredes divisórias internas. Sua localização, com a fachada posterior voltada para o mar, associada à falta de manutenção, foram fatores determinantes para o avançado processo de arruinamento em que se encontra, que foi analisado no primeiro produto deste contrato.

O Pavilhão Santa Luzia / Santa Marta apresenta sérios problemas estruturais, sendo os mais graves o colapso da parede posterior (voltada para a Baía de Todos os Santos), especialmente no trecho correspondente à cozinha, com o surgimento de diversas trincas, e o cedimento do piso de uma das salas. Tal situação levou ao desabamento da cobertura. Esta situação possui três



causas:

1. O reparo inadequado, realizado anteriormente, no qual ocorreu uma sobreposição de lajes, sem que se tenha feito a devida fundação. Percebe-se que houve deslocamento das duas lajes (nova e antiga) e a laje antiga não apresenta sistema de fundação adequado.

2. A ação da maré, que, com a alta e baixa do nível das águas, provocou o fenômeno de “piping”, também conhecido como erosão regressiva, na qual a movimentação das águas do mar acelerou a deterioração do solo abaixo do piso.

3. A vibração promovida pelo uso de explosivos por pescadores locais, que é relatado pelos administradores e pelos idosos residentes no Abrigo.

Faz-se necessário, portanto, demolir esta estrutura ou repará-la, com reconstituição da fundação ou recuo da parede para evitar a ação deletéria do mar. Esta, contudo, se constituiria em uma obra de elevado custo e sempre ameaçada pelo movimento das marés, já que a edificação foi construída praticamente sobre o mar. Tal solução não se justifica, tendo em vista que não se trata de pavilhão tombado nem de significativo valor arquitetônico ou histórico, e que apresenta ainda uma série de outras patologias, como a oxidação das armaduras de elementos em concreto armado e desenvolvimento de vegetação de grande porte, tipo arbórea, na fachada principal (voltada para o Solar Machado).

O Pavilhão São Miguel (também chamado de Pavilhão São Francisco) corresponde a um estreito e longo edifício de dois pavimentos, construído em 1940, que se desenvolve ao longo do limite sudeste do terreno, entre a praia e o jardim, e à esquerda do Solar Machado. Construído nos limites do lote, possui apenas duas fachadas livres, a longa fachada noroeste e a estreita fachada nordeste. Passou por obras de reforma quando o efeito da maré assoreou suas fundações, fazendo com que a parede do fundo desabasse. Neste período, foram reconstruídos os sanitários e feita uma contenção. Este pavilhão atualmente abriga idosos tanto do sexo masculino, no pavimento térreo, quanto do sexo feminino, no pavimento superior. Não apresenta as condições adequadas para o uso que possui, seja no que se refe-

re à acessibilidade, seja ao estado de conservação, seja ainda às instalações prediais.

Sua fachada noroeste é marcada por uma série de janelas alinhadas horizontal e verticalmente e por frisos que delimitam os níveis dos peitoris e vergas das aberturas. No lado esquerdo da fachada, além da inserção de um anexo, que quebra a harmonia da edificação, nota-se a falta dos frisos intermediários.



Figura 06 – Vista da fachada principal (noroeste) do Pavilhão São Miguel em 1940, logo após sua inauguração.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Salvador /Fundação Gregório de Mattos (Fundo PMS, Pasta 0019, Fotografia 67)



Figura 07 – Vista interna de um dos dormitórios do Pavilhão São Miguel, logo após sua inauguração, em 1940.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Salvador /Fundação Gregório de Mattos (Fundo PMS, Pasta 0019, Fotografia 2542)

A ausência de elementos decorativos na fachada o torna um edifício de feição bem simples e sem atrativos estéticos, contrastando com a riqueza das fachadas do Solar Machado.

Assim como no Pavilhão Luiz Salazar Filho, a área mais danificada do Pavilhão São Miguel corresponde ao espaço dos sanitários e é, exatamente, o espaço voltado para o mar. O mar bate nesta fachada e, apesar de possuir uma mureta de proteção, pode estar provocando erosão do terreno e isto deve ser uma das causas das trincas existentes nas paredes e no piso dos sanitários. Segundo os internos, em maré cheia, as águas batem na parede e chegam a salpicar o interior do sanitário, entrando pelo cobogó. As águas servidas do sanitário do pavimento térreo se infiltram rapidamente pelas fissuras do piso, o que também pode estar contribuindo para a erosão.

O Pavilhão Luiz Salazar Filho se localiza na extremidade à direita do Solar, do lado oposto ao Pavilhão São Miguel. Sua fachada principal (sudeste), única com elementos decorativos e aberturas significativas, está voltada para a fachada lateral (noroeste) do Solar Machado. As duas fachadas laterais são cegas, estando a lateral esquerda (sudoeste) no limite do lote e voltada para o mar. A fachada posterior (noroeste) possui abertura somente nas extremidades, nos espaços correspondentes ao hall de acesso e aos sanitários.

Trata-se de edifício desenvolvido em dois pavimentos, cuja sequência de aberturas constitui uma das linhas principais da composição longitudinal de sua fachada principal, também acentuada pelas cimalkhas localizadas na metade e na parte superior.



Figura 08 – Vista geral da fachada principal (sudeste) do Pavilhão Luiz Salazar Filho. Fonte: Acervo A&P Arquitetura e Urbanismo.

A citada fachada é estruturada em quatro planos verticais, bem demarcados por cinco pilastras que atravessam os andares e interceptam as cimalkhas na divisão dos pavimentos e nível da cobertura. O primeiro plano, do lado esquerdo (próximo ao mar), composto por três janelas, parece ter sido acrescido ao edifício, pois, sem o mesmo, nota-se uma simetria no volume edificado, no qual teria destaque o trecho do plano central, alteado por uma espécie de platibanda recortada lateralmente por formas curvas.

A sua construção foi concluída em 1958, no local onde anteriormente existia uma enfermaria em parte térrea e em parte com dois pavimentos, com fenestração e ornamentos mais proporcionais e elegantes. Placas comemorativas colocadas no prédio fornecem informações da ocorrência de obras de reforma nos anos de 1996 e 2006.

O Pavilhão Luiz Salazar encontra-se em razoável estado de conservação, não apresentando grandes problemas estruturais, exceto por danos relativos a problema na cobertura e na fachada voltada para o mar, assim como danos inerentes ao uso do edifício.

O Pavilhão da Lavanderia é o único dentre os sete pavilhões do conjunto arquitetônico do Abrigo D. Pedro II



que não possui ao menos parte de sua fachada principal voltada para os amplos jardins do complexo, estando localizado atrás do pavilhão Dr. Luiz Salazar Filho, entre este e os muros que separam o terreno do abrigo daquele da antiga Fábrica da Boa Viagem.

O Pavilhão da Lavanderia foi construído para abrigar a lavanderia do abrigo, em 1978. O maquinário funciona hoje precariamente.

Trata-se de uma construção térrea, com estrutura de concreto armado, composta por pilares, vigas e lajes. Sua fachada principal (sudeste) é simples, sem tratamentos decorativos, apresentando apenas duas portas de acesso e esquadrias em alumínio. Não possui a fachada noroeste, pois esta corresponde ao muro que separa este imóvel do terreno da antiga Fábrica da Boa Viagem.



Figura 09 – Vista geral da fachada principal (sudeste) do Pavilhão da Lavanderia. Fonte: Acervo A&P Arquitetura e Urbanismo.

O estado de conservação do Pavilhão da Lavanderia é razoável, apesar de necessitar de intervenções visando à modernização dos equipamentos e otimização do espaço físico, já que algumas máquinas estão sem funcionar, ocupando espaços e às vezes atrapalhando o fluxo do serviço.

O Pavilhão Dr. Deraldo Dias, inaugurado em 1940, possui dois pavimentos e apresenta-se como um volume isolado dentro do conjunto arquitetônico do Abrigo D. Pedro II.

Sua fachada principal (sudeste) possui três planos verticais, bem demarcados pelo detalhe da marquise escalonada, e guarda-corpo metálico ao nível da cobertura. O plano em destaque, além de mais alto, traz sacada corrida. Esta elegante sacada se estende para a fachada lateral direita (nordeste) e está apoiada em consoles de concreto, redefinidos até a parede.



Figura 10 – Vista geral da fachada principal (sudeste) do Pavilhão Dr. Deraldo Dias. Fonte: Acervo A&P Arquitetura e Urbanismo.

Em delicado jogo de alto e baixo relevo, as molduras demarcando as esquadrias – filete horizontal a meia altura do pavimento térreo e faixa decorada em motivos geométricos – denotam a linguagem art déco adotada. Dentre as edificações que constituem o conjunto arquitetônico do Abrigo D. Pedro II é, certamente, aquela que possui maior qualidade arquitetônica – excetuando-se, obviamente, o magnífico Solar Machado.

O Pavilhão Dr. Deraldo Dias encontra-se bem conservado, seus danos são inerentes ao desgaste natural do material ou decorrentes das adaptações para o uso atual, necessitando de manutenção.

O Pavilhão de Terapia Ocupacional – também chamado

de Pavilhão de Praxiterapia e Lazer ou de Pavilhão de Terapia Ocupacional e Assistência Social – possui dois pavimentos e está localizado na extremidade norte do lote, junto aos muros que separam o terreno do Abrigo D. Pedro II da Avenida Luiz Tarquínio e do terreno da antiga Fábrica da Boa Viagem. Sua fachada principal (sudeste) está voltada para o jardim.



Figura 11 – Vista geral das fachadas lateral esquerda (sudoeste) e principal (sudeste) do Pavilhão de Terapia Ocupacional. Fonte: Acervo A&P Arquitetura e Urbanismo.

Construído em 1979, foi, portanto, o último dos sete pavilhões a ser construído e ainda mantém o uso para o qual foi concebido – lazer e terapia dos idosos –, além de abrigar as instalações dos serviços de assistência social e, no pavimento superior, a residência das freiras da Irmandade São Vicente de Paula.

Trata-se de uma construção com estrutura de concreto armado, composto por pilares, vigas e lajes de dois pavimentos, com fachadas desleigantes desproporção entre duas dimensões, pela solução de fenestração e pela ausência de tratamentos decorativos. Este pavilhão encontra-se em bom estado de conservação.

Os jardins do Abrigo D. Pedro II, tombados pelo IPHAN juntamente com o Solar Machado, ocupam

parte significativa do terreno, estendendo-se ao longo de praticamente toda a largura do lote e de mais da metade de sua profundidade. Desde a construção do Asylo de Mendicidade, possuiu diversas configurações, como demonstram as figuras 12, 13 e 14, chegando mesmo a abrigar uma horta.



Figura 12 – Vista das fachadas principal (nordeste) e lateral (noroeste) do corpo principal do Solar Machado. Fonte: Fundação Instituto Feminino da Bahia (FG-4108)



Figura 13 – Vista geral do jardim do Asylo de Mendicidade da Bahia, vendo-se uma horta em primeiro plano. Data da foto não identificada. Fonte: Fundação Instituto Feminino da Bahia (CP 15.029).





Figura 14 – Vista geral do jardim do Asilo de Mendicidade da Bahia, vendo-se uma horta em primeiro plano. Data da foto não identificada. Fonte: Fundação Instituto Feminino da Bahia (FG-4102).

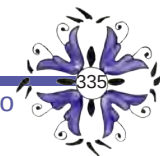
Atualmente, os jardins possuem, em parte de seus elementos construídos, desenho clássico, ainda que com uma vegetação disposta, em sua maioria, de forma aleatória. A exceção corresponde às palmeiras imperiais (*Roystonia oleracea*) alinhadas em frente ao corpo principal do Solar Machado. Mesmo estas, contudo, já foram simétricas e em maior número (figuras 13 e 14). O principal acesso ao Solar Machado é feito através de um caminho pavimentado que, partindo do acesso ao terreno na Avenida Luiz Tarquínio, atravessa o jardim transversalmente, seccionando-o em dois, e chega ao átrio do Solar Machado, criando um eixo de simetria. Este caminho pavimento divide o jardim em duas grandes áreas e os passeios que o ladeiam em ambos os lados são separados dos jardins por gradis, intercalados com pequenas colunas. No ponto médio deste caminho pavimentado, há um alargamento, onde outrora existiu uma fonte d'água (figura 01). Atualmente, no local da fonte encontra-se uma imagem sacra sobre pedestal. Em 1956, a pedido do então Chefe do 2º Distrito do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), Godofredo Filho, foi aberto o processo de tombamento do Abrigo D. Pedro II. Este, contudo, não teve seguimento naquele momento e o tombamento só viria a ocorrer mais de vinte anos depois.⁴

A decisão pelo tombamento ocorreu somente durante a reunião do Conselho Consultivo do IPHAN realizada no dia 18 de março de 1980. Em seu parecer, o Conselheiro Pedro Calmon registra:

Enorme, externamente suntuoso, com a majestade (tão diferente da austera simplicidade dos modernos prédios dessa espécie) que então se dava aos estabelecimentos de caridade debaixo da proteção habitual do Imperador de quem hoje guarda o nome. Estaria a fachada, assim desdobrada em vastas massas, para se justificar a preservação mediante o tombamento, necessário e urgente. Enriquece-a porém o acessório, constante dos gradis artísticos, da série de jarjões de cerâmica da fábrica de Santo Antonio do Porto, das estátuas de mármore adequadamente distribuídas, do nobre frontão barroco, em volta o parque de frondosas árvores, atribuindo à mansão imensa a riqueza ornamental e o ambiente baiano que lhe ressaltam a monumentalidade, de que no País há raros exemplos: sem dúvida, a mais importante da paisagem arquitetônica do século passado, na Bahia. Por tudo isso, e tendo em vista a premência, de ajudarmos a salvá-la de possíveis deteriorações, assegurando-lhe a merecida conservação – é o Conselho do IPHAN de parecer que deva ser imediatamente tombada, determinadas, em consequência, as providências que esta decisão sugere e impõe.⁵

A partir da decisão do Conselho Consultivo do IPHAN naquela reunião, unanimemente favorável ao tombamento, o então Diretor-Geral do órgão, Aloisio Magalhães, determinou, em despacho exarado em 07 de julho de 1980, que “inscreva-se nos Livros do Tombo Histórico e no das Belas Artes (volume II), o prédio do Asilo D. Pedro II, inclusive o Parque arborizado, as cerâmicas e as estátuas [...]” (apud Processo SPHAN/DEPT nº 983-T-78)

O Certificado emitido em 09 de julho de 1980 por Ed-



son de Britto Maia, então Chefe do Arquivo do IPHAN, apresenta termos semelhantes aos do despacho de Aloísio Magalhães, ao declarar que o tombamento do “Prédio do Asilo D. Pedro II, antigo Palacete Machado, na Avenida Luís Tarquínio número dezoito [...] inclui o Parque arborizado, as cerâmicas e as estatuas” (apud Processo SPHAN/DEPT nº 983-T-78).

Informação idêntica aparece na página na internet do Arquivo Noronha Santos / Arquivo Central do IPHAN (ANS/IPHAN), onde está registrado que o tombamento se limita ao “Abrigo D. Pedro II: prédio” – no caso, o Solar Machado ou Palacete Machado –, porém “inclui o parque arborizado, as cerâmicas e as estátuas” (www.iphan.gov.br/ans).

Está claro, portanto, que o tombamento não incide sobre os demais pavilhões do conjunto arquitetônico (Pavilhão Santa Luzia / Santa Marta, Pavilhão São Miguel, Pavilhão Dr. Deraldo Dias, Pavilhão Luiz Salazar Filho, Pavilhão da Lavanderia e Pavilhão de Terapia Ocupacional), estando limitado ao Solar Machado, aos jardins e às cerâmicas e estátuas distribuídas nestes espaços.

3. DIRETRIZES DA INTERVENÇÃO

O Edital da Licitação promovida pela Fundação Mario Leal Ferreira para a “contratação de empresa especializada para Elaboração do Projeto Executivo de Restauração e Recuperação do Abrigo D. Pedro II” estabelecia, dentre as diretrizes do projeto, que deveria ser respeitada a legislação em vigor e, especialmente, que o conjunto arquitetônico deveria ser adequado às normas e leis relativas à acessibilidade universal, bem como à Portaria nº. 73, de 10 de maio de 2001, do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), que estabelece normas para o funcionamento de serviços de atenção ao idoso no Brasil. Ao longo do desenvolvimento do projeto, observou-se a necessidade, ainda, de observar a Resolução RDC nº 283, de 26 de setembro de 2005, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que define normas de funcionamento para as Instituições de Longa Permanência para

Idosos, de caráter residencial.

Deve-se destacar ainda que o edital supracitado incluía dentre os objetivos específicos do projeto “criar novas possibilidades de utilização do Solar com vistas à implantação de projetos de sustentabilidade que possam gerar fluxos econômicos para a manutenção do abrigo” e “ampliar a capacidade de acolhimento de idosos em 50% (cinquenta por cento)”.

A necessidade de atender à normativa e à legislação em vigor relativa à acessibilidade universal e às instituições de atenção aos idosos demonstrou a inviabilidade econômica de aproveitar as instalações dos pavilhões que atualmente abrigam os idosos – São Miguel e Luiz Salazar Filho –, ambos desprovidos de valor arquitetônico significativo. O mesmo ocorre no que se refere aos pavilhões de apoio aos idosos – de Terapia Ocupacional e da Lavanderia.

A decisão pela demolição do Pavilhão Santa Luzia / Santa Marta, por sua vez, decorreu do seu comprometimento estrutural e da inadequação da sua implantação praticamente sobre a praia, criando um obstáculo visual ao Solar Machado.

Iniciou-se então o desenvolvimento de uma série de estudos visando identificar possíveis usos para o Solar Machado.

Como observa o arquiteto e engenheiro civil italiano Marco Dezzi Bardeschi, Professor Catedrático de Restauração Arquitetônica do Politécnico de Milão, para além da restauração, existe um outro lado da intervenção sobre o patrimônio edificado que é ainda mais urgente que a conservação estrita: o projeto do novo. Nas palavras dele:

O problema principal que hoje se apresenta com sempre renovada emergência (e urgência) é de fato não tanto aquele da simples conservação física dos monumentos, mas sim aquele da atualização dinâmica dos textos filológicos legados pela tradição e da sua consequente valorização (DEZZI BARDESCHI, 2009: 270).

Essa “atualização dinâmica” dos monumentos decorre



do fato de que

cada monumento [...], para poder ser conservado no tempo, deve conservar um seu significado, uma sua carga vital, mais simplesmente uma específica função de uso; mas a adequação de um texto filológico alienado de uma nova disponibilidade de utilização implica consequentemente a fundamental presença de intérpretes conscientes, isto é de arquitetos e técnicos de qualidade e experientes (coisa infelizmente ainda rara nos dias de hoje) (DEZZI BARDESCHI, 2009: 271).

Para a definição dos novos usos, foram estabelecidas, pela coordenação do projeto junto com a Fundação Mário Leal Ferreira, algumas diretrizes:

- Os novos usos deveriam ser compatíveis com a configuração arquitetônica do Solar Machado;
 - Os novos usos deveriam garantir que o Solar Machado e o jardim, que compõem bem cultural nacional, pudessem ser frequentados e apreciados pela comunidade externa ao Abrigo, ao mesmo tempo em que não deveriam impedir que os idosos residentes no Abrigo pudessem igualmente frequentá-los e apreciá-los;
 - Os novos usos deveriam permitir que a Prefeitura Municipal de Salvador, proprietária do imóvel, possa auferir recursos para a manutenção e conservação do Solar Machado, através do aluguel de alguns de seus espaços;
 - Apesar da incorporação destes novos usos ao Solar Machado, o projeto deveria viabilizar a manutenção do Abrigo D. Pedro II, única instituição municipal de assistência ao idoso, no terreno, atendendo a todas as normas e recomendações e ampliando em 50% o número de idosos residentes, portanto qualificando e ampliando, em termos quantitativos, a capacidade de atendimento do Abrigo.
 - Os novos usos, portanto, deveriam ser compatíveis com a habitação de idosos.
- Deste modo, foram descartados usos que inicialmente

te haviam sido cogitados para o Solar Machado, como abrigo de idosos (por ser incapaz de gerar os recursos necessários à manutenção da edificação tombada) ou hotel (por inviabilizar o acesso dos idosos ao bem tombado e pela razoável incompatibilidade com a tipologia do Solar Machado, já que seria necessário subdividir as enfermarias para a criação de suítes com sanitários).

4. O PARTIDO ARQUITETÔNICO

Assim, chegou-se ao partido arquitetônico adotado, em que a extremidade noroeste do terreno concentra o novo Abrigo D. Pedro II, com capacidade de atendimento ampliada em 50% e instalações adequadas às normas em vigor. Dos quatro pavilhões existentes neste trecho, será preservado apenas o Pavilhão Dr. Deraldo Dias, por ser o mais antigo e o único com valores arquitetônicos significativos. A sua preservação, em meio às novas estruturas do Abrigo D. Pedro II, também servirá para abrigar o acesso ao novo abrigo.

O uso atribuído ao Solar Machado será o de Centro de Eventos, com uma série de salas multiuso de dimensões variadas, que poderão ser utilizadas tanto pelos órgãos municipais quanto pelos idosos, bem como poderão ser alugadas pelo executivo municipal para particulares para a realização de reuniões e eventos.

O grande desafio na adaptação do Solar Machado a uma nova função foi viabilizar a utilização das antigas enfermarias do Solar Machado, que correspondem a grandes salões com cerca de 29 metros de comprimento por 6,5 metros de largura.

As antigas enfermarias do pavimento térreo do Solar Machado serão transformadas em salões multiuso com capacidade para aproximadamente 160 pessoas, que poderão ser subdivididos, através de divisórias móveis, em dois salões com capacidade para cerca de 64 pessoas cada. No pavimento superior, as antigas enfermarias, em ambas as alas, serão subdivididas em salas menores, também através de divisórias móveis. As salas receberão tratamento acústico nos forros e nas esquadrias, que serão restauradas.

A solução adotada para permitir a adequada utilização



destes espaços foi criar duas novas estruturas metálicas com vedação e brises em vidro anexadas às fachadas posteriores das alas laterais. Essa estrutura abrigará os elevadores e as circulações horizontais que permitirão o acesso às diversas salas de reuniões e atividades propostas, bem como aos sanitários que se localizarão nas extremidades das alas laterais, onde historicamente estiveram abrigados.

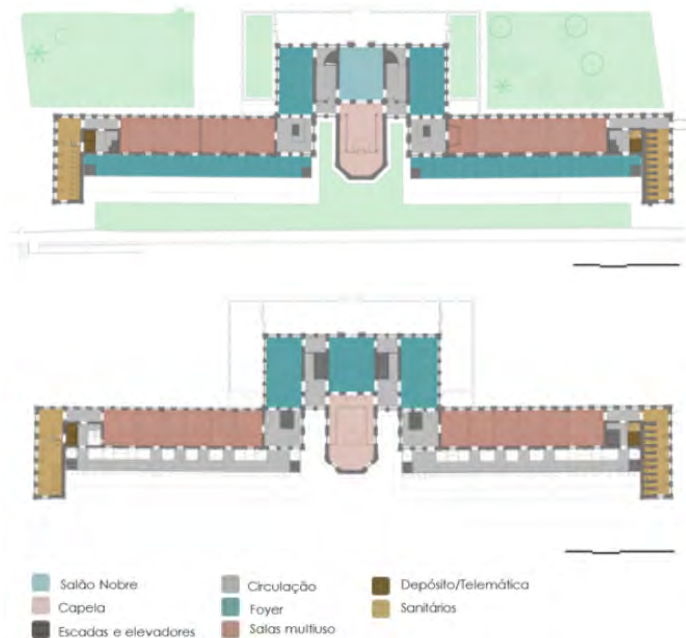
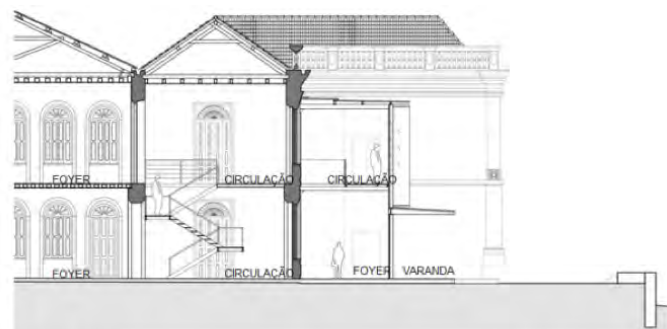


Figura 15 – Plantas do projeto de intervenção no Solar Machado: pavimento térreo (acima) e pavimento superior (abaixo). Fonte: Acervo da A&P Arquitetura e Urbanismo.

Figura 15 – Plantas do projeto de intervenção no Solar Machado: pavimento térreo (acima) e pavimento superior (abaixo). Fonte: Acervo da A&P Arquitetura e Urbanismo.



Figura 16 – Simulação da solução proposta para a fachada posterior do Solar Machado (ala esquerda), com o novo anexo em aço e vidro proposto para abrigar a circulação horizontal e o elevador. Fonte: Acervo da A&P Arquitetura e Urbanismo.



CORTE CC

Figura 17 – Corte na ala esquerda (sudeste) do Solar Machado, vendo-se a nova escada e o novo anexo em aço e vidro que abrigará a circulação horizontal e o elevador. Fonte: Acervo da A&P Arquitetura e Urbanismo.

Para permitir o acesso às salas do pavimento superior, faz-se necessário transformar algumas das janelas da fachada posterior em portas. A decisão por criar salões maiores no pavimento inferior decorre da existência, ali, de azulejos do século XIX, que, assim como os demais bens móveis e integrados do Solar Machado, deverão ser preservados no local e restaurados. Todos os salões e espaços localizados no corpo principal do Solar Machado serão criteriosamente restaura-

dos e transformados em recepção e espaços de estar/espera para as salas de eventos. Nos espaços que servem de conexão entre o corpo principal e as alas laterais, que já possuem lajes de concreto, serão construídas novas escada, projetadas de acordo com as normas de acessibilidade, conforto e segurança em vigor.

A intervenção proposta para o Solar Machado é reversível, pois se trata de uma estrutura metálica “desmontável”. Os vãos de janela transformados em portas poderão também voltar à forma original, vez que cercaduras e detalhes artísticos serão restaurados e mantidos.

A intervenção proposta dá flexibilidade de uso ao bem tombado, bem como amplia a condição de acessibilidade universal, incorporando elevadores e novas escadas, atualizando o edifício e adaptando-o às normas de funcionamento vigentes. Além disso, a intervenção proposta preza pela sua transparência e leveza, permitindo a legibilidade da fachada que recebe os dois novos anexos de circulação. Os novos volumes terão também o papel de proteger da incidência direta do sol o antigo edifício e suas esquadrias restauradas. Ao mesmo tempo, a fachada frontal e as fachadas laterais permanecem inalteradas, mantendo intocada a leitura do edifício a partir da Av. Luiz Tarquínio. Por fim, a estrutura dos novos anexos respeita o ritmo de cheios e vazios da fachada posterior do Solar Machado.

Citando mais uma vez Marco Dezzi Bardeschi, o tema do reuso do patrimônio edificado possui duas diferentes fases. Se uma delas é, obviamente, a de “pesquisa e intervenção restaurativa”, isto é de pura conservação, a outra é aquela de “uma nova contribuição arquitetônica voltada a valorizar as preexistências, reforçando seu significado em um ato de interpretação decididamente atual” (DEZZI BARDESCHI, 2009: 271).

Com a demolição do Pavilhão Santa Luzia / Santa Maria será criada uma área de convivência aberta entre o Solar Machado e a praia, potencializando a relação entre o bem tombado e a belíssima paisagem circundante. O Pavilhão São Miguel será demolido para dar lugar a um edifício anexo ao Solar Machado, abrigando um restaurante e uma série de usos incompatíveis com o edifício tombado, como a cozinha do restaurante, os

vestiários dos funcionários, carga e descargas, administração do Centro de Eventos e infraestrutura de instalações. O novo anexo será conectado ao Solar Machado através de uma passagem coberta, visando criar uma ligação protegida da chuva e do sol entre o restaurante e o centro de eventos.

As novas construções propostas – tanto aquelas que abrigarão o Abrigo D. Pedro II quanto o novo anexo do Solar Machado – buscam-se inserir-se de maneira respeitosa e harmoniosa com o edifício tombado. Em primeiro lugar, elas ocupam, em linhas gerais, as mesmas projeções das edificações atualmente existentes.

Em segundo lugar, os pavilhões voltados diretamente para o Solar Machado e para os jardins possuem todos altura inferior à da cornija da edificação tombada. Somente os pavilhões que serão construídos ao longo do muro que separa o imóvel do antigo terreno da Fábrica da Boa Viagem possuem altura maior, equivalente à da platibanda do Solar Machado. Foi necessário acrescentar um pavimento a estes pavilhões para atender de forma adequada ao programa do abrigo de idosos. Entretanto, por estarem separados do Solar Machado pelos pavilhões mais baixos, a maior altura destes pavilhões não interfere negativamente na ambiência do Solar Machado.

Em terceiro e último lugar, mas não menos importante, a composição das fachadas dos novos pavilhões – seja aqueles do abrigo, seja o anexo ao Solar Machado – é marcada pelas saliências dos pilares e lajes e pelas janelas e portas verticais, visando estabelecer um diálogo respeitoso com as fachadas do Solar Machado, caracterizada pela marcação das pilastras e pelas janelas em madeira e vidro. Apesar desta preocupação em estabelecer um diálogo com o Solar Machado, os novos pavilhões se constituem claramente em expressões arquitetônicas marcadamente contemporâneas. O que se busca com este diálogo é produzir aquele tipo de intervenção que alguns autores denominaram de “arquitetura contextual” (GRACIA, 1992), de “continuidade contextual” (TIESDELL, OC & HEATH, 1996), de “arquitetura contextualista” (ANDRADE JUNIOR, 2006) ou ainda de “relação dialética” (CARBONARA,



2011).



Figura 18 – Simulação da solução proposta para o novo Abrigo D. Pedro II (em segundo plano, à direita), vendo-se à esquerda o Solar Machado e, em primeiro plano à direita, os jardins. Fonte: Acervo da A&P Arquitetura e Urbanismo.



Figura 19 – Simulação da solução proposta para o novo Abrigo D. Pedro II, vendo-se no centro o antigo Pavilhão Deraldo Dias (edifício branco). Fonte: Acervo da A&P Arquitetura e Urbanismo.



Figura 20 – Simulação da solução proposta para o novo Abrigo D. Pedro II (à direita), observando-se o antigo Pavilhão Deraldo Dias (edifício branco). Fonte: Acervo da A&P Arquitetura e Urbanismo.

No que se refere aos jardins, faz-se necessário abri-los ao público externo. Além disso, entendemos ser necessário reforçar a simetria e o rigor formal que caracterizam a fachada principal do Solar Machado e, de resto, os jardins clássicos. Neste sentido, serão eliminados os diversos elementos que foram, ao longo dos anos, sendo construídos no jardim, como quiosques e reservatórios elevados. No eixo de simetria da fachada do Solar Machado, onde atualmente encontra-se o caminho pavimento que liga o acesso na Avenida Luiz Tarquínio ao Solar Machado, será criada uma praça pavimentada, delimitada pelos gradis e colunas existentes. A criação desta praça reforçará esse eixo de simetria e potencializará o uso dos jardins pelos idosos residentes no abrigo e também pelos moradores do bairro da Boa Viagem e arredores.

O acesso de automóveis não mais se fará pelo portão principal. Será criado um novo portão na extremidade leste da testada do terreno, simétrico àquele existente na extremidade oeste da testada. Assim, o acesso de veículos ao abrigo se dará pelo portão existente, enquanto o acesso de veículos para o centro de eventos e anexo se dará pelo novo portão. Os pedestres acessarão o conjunto pelo portão central existente, através dos jardins. Na lateral sudeste do terreno será criado um pequeno estacionamento coberto por marquise de concreto enci-

mada por jardineiras.



Figura 21 – Simulação da solução proposta para o estacionamento coberto na lateral sudeste do terreno. Fonte: Acervo da A&P Arquitetura e Urbanismo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de intervenção do Abrigo D. Pedro II envolveu diversos desafios, da restauração e refuncionalização em Centro de Eventos de um dos mais importantes exemplares da arquitetura baiana do século XIX à restauração de um jardim de matriz neoclássica, ainda que bastante modificado ao longo do tempo, passando pela criação de novas edificações anexas para abrigar a instituição de assistência aos idosos e alguns usos complementares ao Centro de Eventos do Solar Machado. Espera-se, deste modo, tornar o Solar Machado mais conhecido e visitado pela população local e também por pessoas provenientes de outras áreas da cidade e do país.

¹ O “Asilo D. Pedro II” foi inscrito em 8 de julho de 1980 em dois Livros de Tombo do IPHAN: no Livro de Tombo Histórico, sob o número 478, e no Livro de Tombo de Belas Artes, sob o número 542.

² Apud Processo SPHAN/DEPT n° 983-T-78, Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

³ Apud Processo SPHAN/DEPT n° 983-T-78, Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Lygia Martins Costa se refere aqui ao Asylo de Mendicidade do Rio de Janeiro, erguido em 1876 também em linguagem neoclássica na Cidade Nova da então capital imperial. Posteriormente foi transformado no Hospital São Francisco de Assis.

⁴ Processo DPHAN/DET n° 542-T-56, anexado posteriormente ao Processo SPHAN/DEPT n° 983-T-78.

⁵ Apud Processo SPHAN/DEPT n° 983-T-78.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de. Metamorfose arquitetônica: intervenções projetuais contemporâneas sobre o patrimônio edificado. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

BAHIA. Governo do Estado. Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 1975. Vol. 1, p. 161-162.

CARBONARA, Giovanni. Architettura d’oggi e restauro. Un confronto antico-nuovo. Turim: UTET Scienze Tecniche, 2011.

DEZZI BARDESCHI, Marco. Intervento restaurativo e architettura moderna. In: _____. Restauro: Punto e da capo. Frammenti per una (impossibile) teoria. Milão: FrancoAngeli, 2009.

GRACIA, Francisco de. Construir en lo Construído. Guipuzcoa, Espanha: NEREA, 1992.

TIESDELL, Steven; OC, Taner; HEATH, Tim. Revitalizing Historic Urban Quarters. Oxford: Oxford Architectural Press, 1996.



Conservação e a restauração das bicas públicas de Olinda: São Pedro, Quatro Cantos e Rosário. Sistema colonial de abastecimento d'água

Vania Avelar de Albuquerque

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN-PE/Olinda

RESUMO

O objetivo deste estudo é a Conservação e o Restauo das estruturas arquitetônicas compostas pelas Bicas Públicas de Olinda: São Pedro, Quatro Cantos e Rosário e seus entornos. Tais Bicas são integrantes do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico dessa cidade, sendo inscritas nos Livros de Tombo de Belas Artes, no Histórico e no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, em 1968. As Bicas também foram tombadas isoladamente pela Prefeitura, em 1985, e inseridas no Polígono de Tombamento, estabelecido pelo Iphan, em 1979. Elas fazem parte do Patrimônio Mundial da Humanidade desde 17 de dezembro de 1982, quando a Cidade de Olinda foi inscrita pela Unesco. Consideram-se tais Bicas não apenas monumentos históricos, visto que desempenham contemporaneamente, embora de forma precária, funções no abastecimento cotidiano de água para a população mais humilde da cidade. Neste sentido, e devido à necessidade de enfoques múltiplos que complementam a abordagem patrimonial, foram elaborados estudos técnicos Hidrogeológicos, Urbanísticos, Arquitetônicos, Ambientais e Legais. Tais Bicas apresentam, de uma forma geral, degradação, tendo como principal agente o antrópico: a) Águas poluídas, impróprias para uso humano e/ou a necessidade de monitoramento da verificação dos níveis de poluição; b) Grau de degradação em níveis diferenciados no entorno imediato e nas suas estruturas; c) Vandalismo generalizado; d) Uso inadequado; e) Danos nos perfilamentos, rebocos e pinturas. As Propostas de Conservação e Restauração das Bicas e seus entornos contaram do Levantamento Cadastral até proposta de Organização de Obras. O estudo finaliza com um Roteiro de Ações Preventivas, uma vez que se conclui serem, realmente, efetivas, quando consideradas parte de um processo que tem como meta a salvaguarda duradoura de um Bem.

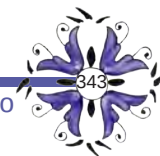
Palavras-chave: Sistema Colonial de Abastecimento de Água. Bicas. Fontes. Chafarizes. Conservação Preventiva.



ABSTRACT

The objective of this study is the Conservation and Restoration of the architectural structures of public sources of Olinda São Pedro, Quatro Cantos e Rosário) and its environs. These fountains are part of the architectural, urban and landscape of this city being included in the Books of Tombo of Fine Arts in History and Archaeological, Ethnographic and Landscape in 1968. The sources also were toppled by the City alone in 1985 and entered into by Polygon Tipping Iphan established in 1979. They are part of World Heritage since December 17, 1982, when the City of Olinda was inscribed by UNESCO. It is considered that such fountains are not only historical monuments so they have featured precarious daily water supply for the most poor people of the city. Therefore, and due to the need for multiple approaches, technical studies were prepared Hydrogeological, Urbanism, Architectural, Environmental and Legal. These sources are generally in a state of degradation, with man as the main agent: a) Water polluted, unfit for human use and / or the need for monitoring of pollution levels in check, b) the degree of degradation at different levels in the immediate surroundings and its structures, c) Vandalism generalized d) misuse, e) Damage to profiling, plasters and paints. Proposals for Conservation and Restoration of fountains and their surroundings also have a Cadastral Survey and a Plan of works organization. The study concludes with a roadmap of Preventive Actions, as it concludes that such actions are really effective when considered part of a process that aims to safeguard a heritage property permanently.

Key words: Colonial Water Suplay System. Bicas. Sources. Fountains. Preventive Conservation.



1 INTRODUÇÃO

Envolvida por água, a Cidade de Olinda localiza-se às margens de um antigo braço do Rio Capibaribe, mangues e do Oceano Atlântico. No núcleo inicial da colonização, a partir do qual a cidade se expandiu, localizaram-se, praticamente, todos os monumentos históricos, tais como: igrejas, conventos, seminários, muitos deles, com a idade superior a 400 anos.

O centro histórico de Olinda conserva, com muita fidelidade, a trama urbana, a paisagem e o sítio da vila fundada no século XVI, na ocupação portuguesa em 1535¹. O traçado urbano é informal, característico dos povoados portugueses, de origem medieval, situados em morros, encantando pela paisagem e localização. O caráter próprio e diferenciado de Olinda está nessa ambiência paisagística, mantida ao longo de sua história. Junto ao casario singelo, erguem-se igrejas notáveis. Essas edificações foram construídas a partir do século XVI pelas missões religiosas. A arquitetura civil residencial combina elementos dos séculos XVII, XVIII e XIX, além de elementos neoclássicos do início do século atual.

A Cidade de Olinda situa-se no Estado de Pernambuco, no Brasil, América do Sul, Latitude 8° 02' 30" e Longitude 34° 53' 42". Terceira maior cidade de Pernambuco, Olinda possui 43,55 km² de extensão territorial. População de 367.902 hab, sendo 8.447,81 hab/ km², apresenta uma alta densidade populacional. Olinda área urbanizada de 36,73 km², correspondente a 98% do município, e 6,82 km² de área rural.

A água desempenha um papel modelador da Cidade de Olinda. Não só as grandes superfícies de água, como também os rios e o mar configuram os seus limites, obrigando-a a contorná-los. O mesmo ocorre com os cursos menores, que definem o desenho das suas ruas, às quais vêm ceder o lugar. Os pontos de acesso à água potável desempenham este papel e, pela importância crucial que têm a eles são reservados espaços que lhes conferem boa visibilidade e fácil acesso, num vazio com dimensões reservadas para poucos equipamentos da cidade. O desempenho desta função vital se atribui

às Bicas e fontes, por serem importantes referências na imagem e identidade de Olinda.

2 A IMPORTÂNCIA DAS BICAS PARA OLINDA

As Bicas integram o primeiro sistema de abastecimento de água de Olinda desde o Séc. XVI. Suas fontes de água constituíram fator determinante na localização da Vila de Olinda, juntamente com a existência de porto natural, ao lado da questão estratégica de defesa, configurada pelas colinas e pela salubridade oriunda dos ventos vindos do mar.

Mostrando pequenas construções, a partir do Séc. XVI essas Bicas foram destinadas ao fornecimento de água à população de Olinda. Ao longo dos anos, foram ficando subutilizadas, diante da infraestrutura de fornecimento d'água instalada na Cidade. Entretanto, em razão de o sistema de abastecimento público estar longe do ideal, a população ainda continua fazendo uso delas para consumo diário de água.

As Bicas públicas são integrantes do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Olinda o qual, diante da sua importância Patrimonial, foi inscrito nos Livros de Tombo de Belas Artes, no Histórico e no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, em 1968. As Bicas também foram tombadas isoladamente pela Prefeitura de Olinda, em 1985, e as mesmas estão inseridas no Polígono de Tombamento do Município de Olinda, estabelecido pelo Iphan em 1979.

Vale salientar que tais Bicas possuem, ainda hoje, valor utilitário para as pessoas mais carentes, que vêm nelas uma das maneiras mais fáceis de acesso ao fornecimento gratuito de água. Elas fazem parte do Patrimônio Mundial da Humanidade desde 17 de dezembro de 1982, quando a Cidade de Olinda foi inscrita pela Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura -, na Lista do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Entretanto as Bicas não são apenas monumentos históricos visto que, ao mesmo tempo, embora precariamente, abastecem regularmente de água população, em especial a mais humilde, do núcleo histórico da cidade.



Essas Bicas estão ligadas ao próprio desenvolvimento urbano de Olinda, segundo Vanildo Bezerra Cavalcanti². Devido ao aumento populacional da vila, o problema do abastecimento d'água tornava-se crucial, dando margem à procura de novos mananciais nos arredores do núcleo residencial. As fontes existentes, algumas salobras, sobretudo cacimbas não muito profundas, onde pudesse colher o líquido mais puro passou a não satisfazer a demanda. O Rio Beberibe estava presente em Olinda para se tornar um manancial de abastecimento inesgotável, entretanto, sem poder ser devidamente disciplinado e resguardado frente aos vários fatores poluentes.

Considerando estudos do Professor Jaime Gusmão³ à apresentação de estudos geotécnicos e hidrogeológicos sobre os morros de Olinda ante a situação de risco que tem se apresentado e comprovado desde 2007, torna-se indispensável. Segundo o mesmo, do ponto de vista da drenagem urbana, as Bicas de Olinda têm um papel importante, visto que se acredita que os movimentos das encostas ocorrem devido à saturação do solo que altera suas propriedades físicas e diminuem sua resistência. À medida que essas Bicas drenam as águas do lençol freático, contribuem para a redução dos níveis de umidade do subsolo e colaboram no sentido de diminuir o peso da água dentro do solo. O processo de formação⁴ e funcionamento dessas Bicas apresentam-se de forma esquemática na Figura 1 - as fontes existem quando e onde o lençol freático intercepta a superfície topográfica, a exemplo de F1 e F2.

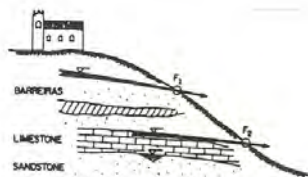


Figura 01- Esquema do subsolo no local das Bicas de Olinda. As águas do lençol freático, ao encontrar uma camada de permeabilidade mais baixa, percolam lateralmente e afloram ao longo da encosta. (Gusmão Filho, 2001).

Segundo o Professor Jaime Gusmão, Jaime Gusmão⁵, toda vez que o nível da água toca a superfície surge uma fonte, que também afirma: “fato singular na hidrogeologia local reside na inter-comunicabilidade das fontes – estrutura “Kantica alimentada pelo arenito friável aquífero”. No seu livro, Gusmão cita Manuel Caetano Filho:

As fontes da água que jorra em vários pontos da Cidade de Olinda, na Bica de São Pedro, na Bica do Rosário, na dos Quatros Cantos, e na Bica existente na área murada do Convento de São Francisco, se comunicam entre si, e são meras ressurgências de águas superficiais, de origem meteórica.

As Bicas são impactadas pela existência de variação da intensidade pluviométrica com o tempo de duração da chuva, para diversos tempos de retorno - define-se a chuva efetiva como sendo a parcela de precipitação total que escoar superficialmente, segundo Gusmão. Sua determinação depende de vários fatores dos quais os mais significativos são o tipo de solo da bacia, seu uso e as declividades de suas encostas. A lâmina de chuva excedente, multiplicada pela área de drenagem, fornece o volume total de escoamento superficial direto, refletindo-se nas Bicas.

A Bica dos Quatro Cantos continua com boa vazão, sendo utilizada para banho por trabalhadores braçais e como fonte de água para fins não potáveis. Foi realizada uma estimativa simplificada de vazão com reservatório e cronômetro, onde se obteve o valor de vazão de 0,3 litros/s no início do período de estiagem (PMO/2006). Todavia, nos meses chuvosos, a vazão é maior.

A Bica do Rosário apresenta duas galerias que captam água de dentro do solo da encosta e convergem para um ponto de cota mais baixa, antigamente muito utilizada para lavagem de roupa. Atualmente, a água da Bica verte para uma canaleta que cruza a Estrada do Bom Sucesso e deságua no córrego remanescente do Val das Fontes - o Rio Tapado.

A Bica de São Pedro, apesar de apresentar maior vazão

de água entre as Bicas, hoje é a única que não se mantém ativa, por ter tido seu fluxo desviado para a galeria de águas pluviais pela municipalidade, diante da presente contaminação (PMO/2006).

Nas últimas décadas, as Bicas foram ficando progressivamente contaminadas por esgotos domésticos, levando à realização de análises físico-químicas e bacteriológicas nas três Bicas públicas, já no ano de 2000, mostrando certo nível de comprometimento bacteriológico nas mesmas.

A situação encontrada é a adiante descrita: água estagnada no local, servindo de possível criadouro de insetos, entre eles o do gênero *Culex*; estrutura física decadente; sujeira, entulhos, fezes, preservativos, odor desagradável. Tal situação levou à seguinte conclusão: pesquisa de bactéria do grupo coliforme; coliforme total; presença em 100ml da amostra analisada coliforme termotolerante; presença em 100ml da amostra analisada (PMO/2006).

3 A SITUAÇÃO ATUAL DAS BICAS

Verifica-se uma inversão de valores, abandono e resistência, com relação às Bicas públicas de Olinda, as quais têm sido comumente tratadas como equipamentos de abastecimento d'água obsoletos. Por outro lado, a persistência da população carente em utilizá-las, ainda que precariamente, não se traduz como uma espécie de resistência a uma tradição, mas como uma subversão ao sistema oficial de abastecimento.

As Bicas Públicas de Olinda são detentoras de uma proporção com equivalência e equilíbrio em comodulação perfeita, pela harmonia das suas partes com relação ao todo, resultando em modinaturas particulares nos seus modos de tratamento plástico de grande singeleza.

Das três Bicas, duas apresentam dinâmicas próprias de Largo. Na Bica dos Quatro Cantos, há a previsão da realização de eventos culturais, vez que seu Largo será utilizado como palco de apresentações complementares às atividades da Casa do Patrimônio, sede do Iphan-Olinda, situado em frente à Bica. Pelo seu Largo passa o Beco do Jasmim que apresenta trecho privati-

zado diante do avanço dos imóveis e fechamento com portões.

A Bica dos Quatro Cantos, peça colonial, com frontispício em estilo clássico, apresenta cercadura com cimalha rampante. Possui pequeno pátio acessado por escada com degraus de pedra em bossel. Bacia de recolhimento em pedra calcária. Encontra-se em péssimo estado de conservação, com água estagnada, pela deficiente drenagem e acúmulo de lixo, devido ao mau uso e vandalismo. Situa-se em pequeno Largo, sustentado por muro de arrimo. Seu georeferenciamento: Latitude 8° 0' 56,72" S e Longitude 34° 51' 13,34" O.



Figura 02 - Situação de abandono e vandalismo da Bica dos Quatro Cantos e do seu Largo.

No Largo do Rosário, onde se encontra a Bica de mesmo nome, situam-se, de um lado, a Igreja Rosário dos Homens Pretos - Monumento Tombado isoladamente pelo Iphan, com a realização de procissões e, do outro, a sede do Bloco Carnavalesco "O Homem da Meia Noite", onde ocorrem eventos momescos, constituindo, ambos, grandes atrativos à população. O Largo da Bica do Rosário, por sua vez, além de abrigar campo de futebol, parque infantil e área de idosos, tem nas suas proximidades, o Horto Del Rey, que é uma referência aos Jardins dos Reis, os quais foram cultivados na cidade de Olinda no período da invasão holandesa ao Estado de Pernambuco. A Bica é citada no Foral de Olinda em 1537 e única remanescente do Val das Fontes.

A Bica do Rosário apresenta características do estilo barroco, com seu frontispício guarnecido de volutas, curvas e cimalha alteada no centro. Abaixo da cimalha mostra um brasão com o símbolo de Olinda. A Bica esta engastada entre muros de arrimo, criando pátios acessados por escadas lageadas em pedras. Seus pare-



dões são ornados com dois jarros. É a única Bica alimentada por duas fontes mediante galerias. Apresenta alto estado de degradação, devido ao acúmulo d'água pela deficiente drenagem, sendo sua bacia de acolhimento em pedra. Seu georeferenciamento: Latitude 8° 0' 3,39" S e Longitude 31° 51' 11,28".



Figura 04 - Galerias das duas fontes da Bica do Rosário mostrando a área interna. (Escala humana).

Apenas a Bica de São Pedro, por se encontrar em uma interseção viária, não apresenta fator de atração adicional, além da própria Bica, a mais singela das três Bicas Públicas.

A Bica de São Pedro, singela peça colonial de estilo barroco, apresenta seu frontispício de modinatura composta por jogo de elementos em curvas harmoniosas, com cimalha alteada no centro e cartela, contendo um dos símbolos de Olinda, o globo terrestre encimado por Cruz Latina – Orbis Cristianis (Mundo Cristão). Seu frontispício está colado parcialmente na parede do imóvel vizinho. A bacia de recolhimento d'água é em pedra calcárea. Encontra-se em estado de conservação da sua estrutura regular, mas sem verter água, por desvio da Prefeitura. Seu georeferenciamento: Latitude 8° 1' 3,23" S e Longitude 31° 51' 13,30" O.



Figura 05- Situação de abandono da Bica de São Pedro e desprovida de água.

4 A SISTEMÁTICA DO ESTUDO DAS BICAS

Verifica-se uma inversão de valores, abandono e resistência, com relação às Bicas públicas de Olinda, as quais têm sido comumente tratadas como equipamentos de abastecimento d'água obsoletos. Por outro lado, a persistência da população carente em utilizá-las, ainda que precariamente, não se traduz como uma espécie de resistência a uma tradição, mas como uma subversão ao sistema oficial de abastecimento.

O estudo das Bicas pautou-se na política de preservação considerando que os Bens Patrimoniais cumprem 4 funções básicas⁶: reforçar a noção de cidadania através de bens de interesse público geridos pelo Estado; materializar a idéia de nação e reforçar a coesão nacional; servir como provas materiais e documentais das versões da história de um povo e de sua ocupação territorial; servir como instrumento pedagógico, visando a instrução dos cidadãos.

A valorização das Bicas tem sido desprezada como marcos temporais na composição da paisagem urbana. Talvez esses fatos expliquem a ausência de ações de conservação e restauro, assim como de estudos sobre o tema. Esta é a constatação mais simples do presente Estudo.



Figura 06 - Bica de São Pedro
Georeferenciamento
Latitude 8° 1' 3,23" S
Longitude 31° 51' 13,30" O

Figura 07- Bica dos Quatro
Cantos
Georeferenciamento
Latitude 8° 0' 56,72" S
Longitude 34° 51' 13,34" O

Figura 08 - Bica do Rosário
Georeferenciamento
Latitude 8° 0' 3,39" S
Longitude 31° 51' 11,28"



O estudo das Bicas públicas de Olinda teve necessidade de múltiplas abordagens abarcando temas estruturadores como um conjunto de bens patrimoniais que envolvem a Arquitetura e Engenharia Hidráulica, cuja funcionalidade deverá ser mantida, compreendendo os seguintes aspectos:

- Históricos - A localização das cidades luso-brasileiras fundadas no século XVI, seguindo a tratadística e tradições imemoriais, estava ligada a três parâmetros: a) defesa, diante dos ataques de índios e piratas; b) o porto, pela necessidade de comércio e comunicação; e c) a salubridade do sítio, pelos bons ares e oferta d'água⁷. De acordo com o professor Manuel C. Teixeira, uma das principais características das cidades portuguesas era a relação íntima do traçado urbano com as características topográficas do território, que se observava quer na escolha do sítio para a implantação da cidade, nas fases de desenvolvimento urbano:

*Muitas cidades portuguesas localizam-se junto ao mar ou na margem de rios. Os sítios escolhidos para a localização da cidade obedeciam a um conjunto de requisitos que se mantiveram ao longo dos tempos. Fundamentalmente, deviam ser sítios sadios, com boas águas, boas exposições solares e com boas possibilidades de defesa. Se eram cidades costeiras, uma baía abrigada com águas profundas era uma condição essencial. Uma situação muito comum era a localização da cidade numa baía com boas condições de porto natural, com encostas suaves viradas ao sol, percorridas por cursos de água doce e com boas condições de defesa.*⁸

Desse modo, a evolução histórica do sítio urbano de Olinda está intrinsecamente ligada ao aproveitamento das fontes de água potável e, posteriormente, à construção de estruturas arquitetônicas apropriadas - Bicas. Por isso, a história dessa cidade tem como um dos componentes principais o seu sistema de abastecimento de água.

- Geotécnicos e Hidrogeológicos - É preciso associar o

papel das Bicas de Olinda à integridade do Sítio Histórico como um todo: quanto à natureza do solo e relevo, assim como à essencial compreensão dos recursos hídricos. O Professor Jaime Gusmão⁹ destaca o papel das Bicas de Olinda na drenagem das águas do lençol freático, contribuindo para a redução dos níveis de umidade do subsolo, colaborando com a redução do peso da água dentro do solo e atuando na integridade do Sítio Histórico da Cidade.

- Urbanísticos e Arquitetônicos - As Bicas são componentes importantes da paisagem urbana olindense e, além disso, fazem parte do sistema de abastecimento d'água atual, ainda que precariamente, enquanto equipamentos urbanos. Por tal razão, torna-se necessário apreender as mudanças físicas das áreas de entorno das mesmas e, sob uma perspectiva mais geral, compreender como se comportaram a partir do desenvolvimento da cidade.

- Ambientais - A falta de uma rede de esgotos adequada vem transformando as Bicas em lugares poluídos e disseminadores de epidemias, fato que também é agravado pelo mau uso contemporâneo das estruturas, como banheiro público, local de consumo de drogas, sexo, vandalismo, etc. Verifica-se a ausência de pertença, que constitui a base para o sentido de comunidade e para a interação social, fundamento do viver urbano.

- Legais ou Patrimoniais - Na forma de bens patrimoniais, qualquer ação de conservação ou restauro nas três Bicas e seus respectivos entornos devem ser orientados a partir de uma legislação específica, diversa, a nível institucional: municipal, estadual e federal, que incidem sobre o Sítio Histórico de Olinda.

A UNESCO preceitua o esforço internacional na valorização de bens de importância para a referência e identidade das nações, reconhecendo Olinda como Patrimônio Mundial, em 1982, considerando-a Patrimônio de todos os povos. A cidade de Olinda obteve, ainda, a declaração da Unesco de Patrimônio da Humanidade - Declaração de Valor Universal Excepcional¹⁰, documento oficial adotado desde 2007 pelo Comitê do Patrimônio Mundial.

Rerratificação da Notificação Federal N°1155/79, inci-



de sobre o Polígono de Tombamento do Município de Olinda, rebatendo-se nas Bicas de Olinda, estabelece condições para as ações e projetos dentro dos setores, visando à adequada preservação dos bens:

a) A Bica dos Quatro Cantos está inserida no Polígono de Tombamento do município de Olinda, localizando-se no Setor A – Área Urbana de Preservação Rigorosa – mais especificamente no Sub-setor A1 – trecho do casario mais antigo do núcleo histórico; b) A Bica de São Pedro está inserida no Polígono de Tombamento do Município de Olinda, localizando-se no Setor B – Área Urbana de Preservação Ambiental – mais especificamente no Sub-setor B1 – Varadouro e Carmo; c) A Bica do Rosário está inserida no Polígono de Tombamento do Município de Olinda, localizando-se no Setor B – Área Urbana de Preservação Ambiental – mais especificamente no Sub-setor B2 – trechos de Guadalupe e Bonsucesso.

5 ESTRUTURAÇÃO DO ESTUDO

Estruturam e conformam os itens deste trabalho os aspectos que se apresentam como produtos dos estudos, listados a seguir:

a) Levantamento de dados históricos e levantamento físico; b) Levantamento de pontos de abastecimento d'água de Olinda, desde o Séc. XVI; Levantamento cadastral das Bicas e seus entornos, com apresentação de planta de locação, planta de situação, planta baixa, cortes e fachadas; c) Maquetes eletrônicas de cada Bica, visando a uma melhor compreensão das suas volumetrias; d) Mapa de danos, com a situação de degradação, capaz de subsidiar um futuro estudo de intervenção; e) Visão Perceptiva - Percurso entre as três Bicas Públicas de Olinda, buscando a percepção da paisagem urbana; f) Prospecções arquitetônicas, objetivando a análise química e física de materiais construtivos, com o fim de subsidiar a identificação dos danos e possíveis soluções quanto às três Bicas e seus entornos; g) Diagnóstico das três Bicas de Olinda e seus entornos; h) Propostas para as três Bicas de Olinda e seus entornos; i) Proposta de Rota Temática, interligando as três Bicas Públicas

de Olinda; j) Proposta de iluminação para as três Bicas de Olinda e seus entornos; k) Proposta de conservação preventiva para as três Bicas de Olinda e seus entornos; l) Estudo de organização de obras das Bicas.

Como resultante desses produtos, tem-se a Proposta de Conservação e Restauração das três Bicas Públicas de Olinda e dos seus entornos, requalificando os bens históricos e tombados, restabelecendo as condições satisfatórias de higiene para os usuários, como um componente efetivo de valorização do conjunto urbano.

Dentro do procedimento metodológico para o desenvolvimento destes estudos, foram entrevistados, de forma programada, inúmeros profissionais e Órgãos e Instituições foram pesquisados: Arquivo Público de Olinda; Secretaria do Patrimônio Cultural - Sepac; Secretaria de Transportes e Controle Urbano da Prefeitura Municipal de Olinda; Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Olinda; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan-RJ; Escritório do Iphan-PE, em Olinda; Arquivo Público Nacional – RJ; Gabinete do Prefeito de Olinda – Palácio do Governador/PMO. Ainda foram estabelecidos contatos com vários moradores e com administradores de entidades religiosas, entre outros.

6 A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

No que se refere à ação de conservação e restauro propriamente dita, a proposta para as Bicas de Olinda: São Pedro, Quatro Cantos e Rosário e seus entornos, se impõe como às de mínima intervenção necessária nas suas estruturas, visando a manter a harmonia reinante nos seus espaços no resgate da integridade destes Bens. Respeita-se à individualidade de cada Bica, considerando que cada uma é única, enquanto obra de arte. Resgata-se o fornecimento de água (Bica de São Pedro) e água de boa qualidade com inserção de sistemas de tratamento de água (todas as três Bicas). Reduz-se o impacto degradador e resgata-se as suas integridades diante do uso indevido como sanitário, pela ausência nas proximidades, mediante proposta de inclusão de sanitários públicos.



Propõe-se a inserção de indispensáveis sanitários públicos também é proposta, minimizando a interferência negativa nos Largos do Rosário e dos Quatro Cantos. Enquanto a Bica de São Pedro, possui WC público nas proximidades. A proposta de luminotécnica, essencial ao conforto da população e visitantes está considerada para as três Bicas, visando a valorização no período noturno e em eventos.

Os sanitários públicos a serem inseridos no Largo da Bica do Rosário, visam a ofertar o necessário serviço à população, minimizando o impacto visual no entorno, com proposta de sua incrustação no talude, de forma a cumprir sua função, além de proteger a Bica, evitando a poluição e degradação devido ao mau uso por alguns elementos da população.



Figura 09 - Ampliar a escada de acesso ao segundo pátio ocupando a sua toda largura, corrigindo os perigosos vazios nas laterais da escada existente, além de dar maior imponência.



Figura 10 - Propostas para sanitário público nas proximidades da Bica do Rosário

Enquanto a Bica de São Pedro, por se encontrar em uma interseção viária, sem a mesma força dinâmica de um largo, apenas receberá generosa calçada adicional, protegendo-a, mediante um tratamento urbano qualitativo, bem como corte na calçada elevada a direita.



Figura 11 - Propostas para Bica de São Pedro; Ampliação da calçada entorno; Recorte na calçada alta interfere na visualização.

Como forma de evitar a poluição e degradação diante do mau uso por elementos da população na Bica dos Quatro Cantos, a proposta de instalação de sanitários opta por não comprometer o espaço do seu Largo, optando-se pelo uso de espaço livre no prédio da sede do Iphan. Como esta Instituição tem o propósito de desenvolver atividades culturais complementares à Casa do Patrimônio, e tem, entre seus objetivos, a proteção dos Bens, em especial tombados, nada mais justo que ceder pequena área da sua sede, colaborando com a preservação da Bica e Largo, abrigando WC público de acesso independente. O Largo da Bica dos Quatro Cantos será uma extensão da Casa do Patrimônio/Iphan, complementando o espaço necessário para as atividades culturais.



Figura 12 - Propostas para Bica dos Quatro Cantos: Introdução de sanitário público no entorno; Introdução de canaleta no Beco do Jasmim; Introdução de grelha na canaleta do Largo.

Com base neste estudo, apresentaram-se as ações necessárias a serem realizadas nos atrativos culturais para que os mesmos sejam transformados em produtos turísticos, como a Rota das Bicas. É importante também a integração da Rota das Bicas ao projeto de circulação turística, utilizando o trenzinho do Sítio Histórico de Olinda, como uma alternativa ao passeio a pé, no percurso de aproximadamente 1400m entre Bicas.



Com a restauração das três Bicas, haverá a possibilidade da inclusão do trecho temático no circuito turístico, no momento, impraticável pela situação de abandono. Este diferencial será ofertado, inclusive, com a possibilidade de visita às duas galerias da Bica do Rosário.

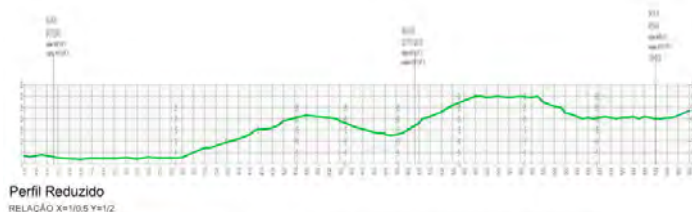


Figura 13 - Perfil Reduzido das colinas com posicionamento das três Bicas



Figura 14 - Mapa da Rota Temática interligando as Bicas

Enfim, e igualmente consistente, a questão do controle da qualidade da água das três Bicas integra a proposta. Recomenda-se o resgate da sua potabilidade, mediante instalação de sistemas de tratamento da água compatível com suas vazões. Estas ações são acompanhadas de outras a médio e longo prazo, a saber: envolvimento da população no entendimento das ações e seu cuidado através da educação patrimonial e integração na Rota das Bicas de Olinda, que se configuram em complementos fundamentais para a permanência desses acervos patrimoniais, exemplos singulares do sistema de abastecimento colonial hidráulico que surgiram com a Cidade de Olinda.

7 CONCLUSÕES

A gênese das Bicas é o abastecimento de água à Cidade, disponibilizadas no espaço público, mas a sua componente ornamental é também um aspecto importante sob o ponto de vista estético. Trata-se, com efeito, de

equipamentos com presença marcante no seu local de inserção. Este é o caso das Bicas de Olinda: Bica de São Pedro, Bica dos Quatro Cantos e Bica do Rosário que, embora tenham perdido parcialmente a função básica de fornecimento de água, com qualidade, devido ao sistema de abastecimento moderno existente, guardam permanência no imaginário da população, diante do sentimento de pertencimento conferido.

Considera-se fundamental o envolvimento da comunidade, no caso, na revitalização das Bicas, mediante o processo de restauração e conservação. Entende-se que além da depreciação normal do passar do tempo, as agressões constantemente advindas de ações de vândalos têm acelerado o processo de decadência das belas Bicas que têm sua história vinculada ao processo de formação da Cidade de Olinda, Patrimônio da Humanidade.

Apesar das leis e normas, parece que não há um perfeito entendimento da população do que significa a ação de proteção. Acredita-se que falta aos Institutos, que estão a serviço do povo, agir de uma forma mais clara para ter o apoio da população. A falta de entendimento da população é fruto da deficiência da capacidade dos Institutos nas suas estratégias de trabalhar para o povo e não com o povo. É indispensável ter o povo como parceiro nesta empreitada coletiva visando à proteção dos bens. Afinal, para reconhecer o trabalho dos Institutos se faz necessário, primeiro, conhecer e entender a fim de proteger.

Recorre-se ao pensamento de Jose Saramago “A prioridade absoluta tem de ser o ser humano. Acima disso não reconheço nenhuma outra prioridade¹¹”, pela concordância com uma postura de preservação do patrimônio, passar pela consideração ao ser humano, por ser o mais importante patrimônio, pois, a partir dele, nele e com ele se inicia efetivo processo de proteção do acervo patrimonial.

Paralelamente a esta ação de reforço ao pertencimento, deverão ser desenvolvidas atividades complementares de apoio e de educação patrimonial. Apresenta-se a proposta de elaboração de Rota das Bicas Públicas de Olinda visando à sua valorização pela população e a



sua inclusão no roteiro turístico.

Reforça-se que a continuidade da permanência deste conjunto de bens patrimoniais, enquanto integrantes do Sítio Histórico de Olinda, Patrimônio da Humanidade, preservando-se mediante simples ações de conservação preventiva, que além de proporcionar a contínua manutenção da qualidade ambiental das suas estruturas e entorno, visa garantir a salubridade das suas águas, somada a instalação de equipamentos de tratamentos das águas junto às Bicas, evitando a decrepitude recorrente e progressiva, que leva a contínuas restaurações danosas.

Diante da importância das Bicas para a Cidade de Olinda, no serviço à população ao longo dos tempos, enquanto fator determinante das suas fontes para a fundação da Cidade, este trabalho as resgata, individualmente e no conjunto, como elementos que proporcionam a possibilidade concreta de usufruto pela população e visitantes, de um serviço com adequado tratamento das suas estruturas e retomando a qualidade das águas públicas, enquanto bem de direito do cidadão.

Recomenda-se que seja realizado estudo nas demais bicas existentes em Olinda, visando a reconhecer e revalorizar estes importantes componentes de abastecimento de água à população da cidade, desde os primórdios até os nossos dias, tendo-se em conta o valor da água – quantidade e qualidade - na qualidade de vida da população.

Ao longo dos anos as Bicas vem tendo incipiente o tratamento, diante da contaminação crescente, pelo deficitário saneamento da Cidade, bem como pela forma de enfrentamento de questões básicas referentes à contaminação das suas águas e da ausência de sanitário público nas suas proximidades.

Dentro da proposta, além da conservação preventiva e restauração mediante mínima intervenção nas suas estruturas, está o restabelecimento das condições satisfatórias de higiene para os usuários, mediante proposta da instalação de sistemas de tratamento das suas águas contíguo as Bicas, a fim de ser um componente efetivo de valorização do conjunto urbano.

¹ Vanildo Bezerra Cavalcanti, em sua obra *Olinda do Salvador do Mundo*, p. 24, afirma que de acordo com a declaração do seu fundador; Duarte Coelho, Olinda, já vila em 1935, nasceu, conforme certidão de idade - o Foral -, em 12 de março de 1537.

² *Olinda do Salvador do Mundo*, 1986.

³ *Entrevista com o Professor Jaime Gusmão, aposentado do Departamento de Engenharia Civil-UFPE, no seu escritório, em Recife, jan/2011. Jaime Gusmão, professor emérito da Universidade Federal de Pernambuco, especializado em Geotecnia, titular da cadeira de Mecânica dos Solos e Fundações. Atualmente leciona no programa de Pos-Graduação de Engenharia Civil da UFPE.*

⁴ *A Formação Barreiras, de idade plio-pleistocênica, é a mais extensa dentre as unidades geológicas que ocorrem no segmento litorâneo de Olinda. Formação constituída de depósitos pouco consolidados.*

⁵ *Entrevista com o Professor Jaime Gusmão, aposentado do Departamento de Engenharia Civil-UFPE, no seu escritório, em Recife, jan/2011.*

⁶ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc – Iphan, 2005.

⁷ *Por exemplo, Vitrúvio (Séc I AC.) reserva em seu tratado todo o capítulo 8 para o estudo do abastecimento d'água urbano. Ver Vitrúvio – Da Arquitetura. Hucitec, São Paulo, 1999. Informações semelhantes se encontram ainda no tratado de Leon Baptista Alberti em seu tratado Dez Livros de Arquitetura). Ver Cap. I.*

⁸ Teixeira, Manuel C. I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. *A CARTOGRAFIA URBANA HISTÓRICA, Fonte para o Entendimento das Morfologias Urbanas de Origem Portuguesa*. <http://revistas.ceurban.com/numero5/artigos/mt.htm>, em 30/05/2011.

⁹ *Entrevista com o Professor Jaime Gusmão, aposentado do Departamento de Engenharia Civil da UFPE, no seu escritório, em Recife, jan/2011.*



¹⁰ Esta declaração justifica as razões pelas quais um bem admitido na lista do Patrimônio Mundial é considerado de valor universal excepcional, como satisfaz os critérios pertinentes às condições de integridade e autenticidade e como satisfaz os requisitos de proteção e gestão para manter esses valores em longo prazo.

¹¹ Epígrafe do livro *Ensaio sobre Cegueira*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Frederico Faria Neves. Conservação de Cantarias: Manual. Brasília: Iphan, 2005.

BOSI, Vera. Núcleos históricos: recuperação e revitalização, a experiência de Olinda. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 21, 1986, p. 134-145.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Programa Monumenta. Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural. Elaboração José Hailton Gomide, Patrícia Reis da Silva, Silvia Maria Melo Braga. Brasília, 2005. (Cadernos Técnicos, 1).

CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. Olinda do Salvador do Mundo: biografia da cidade. Olinda: 1986. 317 p.

CAVALCANTI, Vanildo Bezerra, Olinda do Salvador do Mundo, p. 24, em 1935, o Foral -, em 12 de março de 1537.

COSTA, F. A. Pereira da. Anais pernambucanos. 2. ed. Fundarpe: Recife, 1983. 1 v.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc – Iphan, 2005.

GUSMÃO FILHO, Jaime de A. A cidade histórica de Olinda: problemas e soluções de engenharia. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001. 193 p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). Manual de conservação preventiva. [200-], Disponível: < http://www.monumenta.gov.br/upload/Manual%20de%20conserva%E7%E3o%20preventiva_1168623133.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2011.

KANAN, Maria José. Manual de conservação e intervenções em argamassas e revestimentos à base de cal. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2008. (Cadernos Técnicos 8).

MELLO, Virgínia Pernambucano de. Água vai! História do saneamento em Pernambuco-1537-1837. Recife:

MENEZES, José Luiz Mota. Evolução urbana e territorial de Olinda: do descobrimento aos tempos atuais – A Vila de Olinda – 1537-1630.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. A documentação como ferramenta de preservação da memória. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2008. (Cadernos Técnicos 7).

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA. Situação geotécnica e hidrogeológica no Sítio Histórico de Olinda-PE. Convênio Prefeitura Municipal de Olinda - PMO e Fundação para o Desenvolvimento da UFPE - FADE / Departamento de Engenharia Civil-UFPE. Recife, 2007.

REIS, Nestor Goulart. Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2001

SANTOS, Paulo Ferreira. Formação de Cidades no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

SILVA, Eliane Azevedo et al. Manual do Morador de Olinda: conservação das edificações particulares do sítio histórico de Olinda. Olinda: Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, 1992. 98 p.

TEIXEIRA, Manuel C. I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. A CARTOGRAFIA URBANA HISTÓRICA, Fonte para o Entendimento das Morfologias Urbanas de Origem Portuguesa. <http://revistas.ceurban.com/numero5/artigos/mt.htm><http://revistas.ceurban.com/numero5/artigos/mt.htm><http://revistas.ceurban.com/numero5/artigos/mt.htm>, em 30/05/2011.

VASCONCELOS, Silvio. Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos. Belo Horizonte: EDUFMG/IPHAN, 1983.

VITRÚVIO (Séc I AC.) Da Arquitetura. Hucitec, São Paulo, 1999. Tratado de Leon Baptista Alberti, em Dez Livros de Arquitetura). Ver Cap. I.



A mais valia imobiliária negativa de áreas centrais¹

Demetre Anastassakis ²

RESUMO

Este trabalho apresenta a experiência prática de trabalho de um escritório de Arquitetura frente ao desafio de ocupar as áreas centrais e os vazios urbanos deteriorados de Salvador, Rio e São Paulo, cidades brasileiras.

Palavras chave: cidades, arquitetura, mais-valias.

ABSTRACT

This paper presents the practical work experience of an architecture front office to the challenge of occupying the central areas and deteriorated urban voids in, Salvador, Rio and São Paulo, Brazilian cities.

Keywords: cities , architecture , capital gains .



Este artigo intenciona mostrar que a mais valia imobiliária negativa, verificada em áreas centrais históricas de grandes cidades, suscita a dupla oportunidade, de:

- 1.inserção social e urbana de populações pobres de modo formal na cidade;

- 2.revitalização destas áreas centrais, pela inserção planejada dos mais pobres como moradores permanentes.

A mais valia imobiliária, seria a diferença entre preços da terra (e até de terrenos edificadas) e seu custo de produção (ou reprodução). Essa mais valia é maior quando a demanda pelo solo urbano em determinado bairro, é maior que a oferta, ou seja, há uma atratividade de ativa, que “seleciona” os que podem ou se dispõem a pagar mais por aquela localização.

Assim, determinados bairros e localizações, tem externalidades e vantagens tais, que se eleva o preço da terra a níveis astronômicos, já que os custos de obra, sempre embasados em preços concretos e de mercado, são proporcionais aos materiais e acabamentos usados.....

Do mesmo modo, na outra mão, há locais decadentes, “mal” frequentados, “feios”, às vezes com imóveis vazios e ruínas, que afugentam as atividades econômicas e moradores, que diminuindo o desejo e a demanda por ali, fazem seus preços cair.....

Se caem a menos que o custo de reprodução de um imóvel novo análogo, podemos depreender, que haja ali uma “mais valia” negativa; ou seja que o m2 de terreno “nu”, naquela área central possa valer menos que o m2 de terrenos de periferias, destinadas tradicionalmente ao assentamento dos mais pobres.

Ora, o “desprezo” dos compradores potenciais, que abaixa os preços, pode se tornar em um poderoso “subsídio” da sociedade a que populações mais pobres possam ocupar estas áreas, através da compra de frações ideais baratas. Por outro lado, tais populações, atraídas por preços baixos, garantem vida a partes decadentes, ermas, inseguras e insalubres às vezes, revitalizando os bairros/áreas, como áreas portuárias, centros históricos, antigas áreas centrais de negócios que saíram da “moda”.....

Os estudos de caso, aqui apresentados, ilustram esta tese.

OPORTUNIDADES HABITACIONAIS NO CENTRO DO RIO.



Fig. 01 – Área de intervenção da área de intervenção do projeto. Fonte: SEHAB-Rio

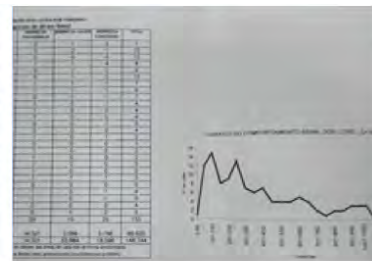


Fig. 02 – Tabela de categorização de lotes por tamanho de lotes e localização. Fonte: Invento espaços, Oportunidades Habitacionais no Centro do Rio de Janeiro, SEHAB.



Fig. 03 – Volumetria gerada pelos arquitetos a partir dos condicionantes propostos pelo projeto. Fonte: SEHAB-Rio



Fig. 04 – Volumetria gerada pelos arquitetos a partir dos condicionantes propostos pelo projeto. Fonte: SEHAB-Rio

Em 1993 o então Secretário de Urbanismo da Cidade do Rio, RJ, arquiteto professor Luiz Paulo Conde (1a gestão César Maia) começa a concretizar o sonho do Rio se tornar a sede das Olimpíadas, muito inspirado por Barcelona, cidade espeanhola de inegável qualidade urbana e ambiental.

Nascem daí Programas como o “Rio Cidade” de urbanização qualificada de sub centros e eixos importantes, mais adiante o “Favela Bairro” e a necessidade de estudar em profundidade a Região Portuária, então totalmente decadente, a ponto de nela não se registrarem transações imobiliárias no RGI Registro Geral de Imóveis nos últimos 50 anos, na Região.

A cidade vivia, como nunca em outra época, uma “arquitetocracia”: além do próprio Conde, que saiu do car-

go de diretor eleito da FAU UFRJ para o cargo, os arquitetos Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, formulador do Corredor Cultural, como Sub-Prefeito do Centro, Nina Rahba como Administradora Regional da Região Portuária e Caju, Ângela Fonti, Secretária Municipal de Obras, e finalmente Sérgio Magalhães, Secretário Municipal de Habitação, além de Verena Andreatta, no IPP Instituto de Planejamento Municipal Pereira Passos.

Delimita-se como “grande região portuária” (o que prevalece até hoje no Porto Novo e no Porto Maravilha) a área limitada pelo Cais do Porto, a Rodoviária Novo Rio, as Avenidas Francisco Bicalho e Presidente Vargas, e a Praça Mauá.

O IPP nos encomenda o estudo “Oportunidades Habitacionais na 1a Região Administrativa” visando levantar minuciosamente quantas unidades habitacionais novas “contextualizadas” caberia nos morros da região que fossem cidade formal, ou seja onde se formou a Habitação popular da cidade, em prédios de até 4 pavimentos, respeitadores das normas edilícias exaradas pelos órgãos de patrimônio das 3 esferas de governo, para a região denominada SAGAS, Saúde, Gamboa e Santo Cristo, abstraídos portanto os terrenos obtidos por aterros, e o Morro da Favela ou Providência, 1a Favela da Cidade do Rio, que seria objeto do planejamento do Favela Bairro.

Levantamos todos os terrenos vazios, características físicas, cartorárias, avaliação de preço, e avaliação do que caberia neles construir dentro da lei, e “honrando” seu preço. E nunca residências unifamiliares, também para “honrar” a vasta infraestrutura existente..... Conseguimos com uma metodologia complexa, levantar cerca de 4.000 “oportunidades” habitacionais, dirigidas a pobres economicamente ativos, e “remediados” a atual Classe “C”.

É de se notar que a classe média havia majoritariamente “fugido” da região, confirmado pela falta de registro de transações no Cartório do RGI e a quantidade de imóveis fechados e até abandonados.

Nossa metodologia estabeleceu o número máximo de unidades que caberia em cada terreno, atendendo a legislação de patrimônio e a regra de não ultrapassar 4 pavimentos, até para não precisar de elevadores, e o mínimo que viabilizaria adquirir a terra a preços de mercado, para diversos tamanhos de apartamentos econômicos. Para que isso não parece mero exercício econômico, escolheu-se vários terrenos tipologicamente diversos, encostas, pouco largos, formas estranhas, para desenvolver projetos paradigmáticos, economicamente viáveis, inseridos perfeitamente na pré-existência de um bairro histórico, e arquitetonicamente muito atraentes, de modo que invariavelmente o valor de uso, “ganhasse” do valor de troca, retardando, senão impedindo, pelas peculiaridades de classe e qualidade arquitetônica, a gentrificação (ou invasão e sucessão de populações).

MORADAS DA SAÚDE



Fig. 05 – Fotografia aérea da área objeto de intervenção do Condomínio Morada da Saúde. Fonte: SEHAB-Rio



Fig. 06 Fotografia aérea da área objeto de intervenção do Condomínio Morada da Saúde. Fonte: STUDIO X.

Finalmente, a Prefeitura resolve fomentar um projeto, numa PPP informal, paradigmático, no melhor e maior terreno do “Oportunidades”, em área de cerca de 42.000 m², desocupada, no morro da Saúde, que fora ocupado por Tonéis de Óleo para os navios do Porto, por gravidade, que havia pertencido a Esso, e foi doado ao Rotary Clube, com exigência de que se destinasse, mesmo que de forma onerosa, a empreendimento de cunho social.

Fomos convidados a desenvolver este projeto, cujo estudo preliminar seria pago pela Prefeitura por dispensa



de licitação pelo valor, e os projetos integrais fariam parte do financiamento, no caso o Crédito Associativo da Caixa Econômica Federal. A avaliação de mercado da Caixa, aceita pelo Rotary Clube, alcançou inauditos R\$ 3.000,00 de fração ideal por apartamento! Os apartamentos, foram lançados e vendidos de R\$ 35.000 a R\$ 42.000 à época, de 54 a 66 m², prestações mensais tipo R\$ 300 em época que não havia os subsídios advindos depois nos governos Lula/Dilma. Corrigindo a valores de hoje, por vários métodos, chega a no máximo R\$ 100.000, quando vale no mercado, aproximadamente R\$ 350.000.

Apesar destes preços, especulativos pela Operação Porto Maravilha, dos 150 aptos, cerca de 10 somente foram comercializados, consolidando a tese de que quando é alto o valor de uso, vence a tendência mercantil.... Público morador/proprietário: Funcionários Públicos, Professores, Militares de baixas patentes, arquitetos, muitos taxistas, profissionais liberais de rendas baixas, funcionários de empresas.

Boa parte, tinha raízes e conhecimento do bairro, mesmo “decadente” e não se assustaram em ir morar ali, como “pioneiros” naquele momento, doze anos atrás....Uma classe média mais consolidada economicamente, não se encorajaria a morar ali. Hoje, já é “moda” embora não ache unidades à venda, por menos que R\$ 500.000 e muito poucos....

A terra do Condomínio Residencial Moradas da Saúde, era tão barata que por recomendação da Secretaria de Habitação não precisamos adensar mais “mimetizando” a densidade circundante, e podendo oferecer ao bairro, conforme se vê nas fotos aéreas, um verde da magnitude da Praça da Harmonia, próxima, apesar das 150 famílias.



Fig.07- Foto aérea que demonstra inserção urbana do condomínio Moradas da Saúde como construído. Note-se o tecido urbano do entorno. Fonte: Google [earth](#).



Fig.08- Intervenção em projeto do Condomínio Morada da Saúde. Fonte: [Autographics](#), elaborada pelos autores do projeto.



Fig.09- Foto aérea que demonstra inserção urbana do condomínio Moradas da Saúde como construído. Fonte: Google [earth](#).

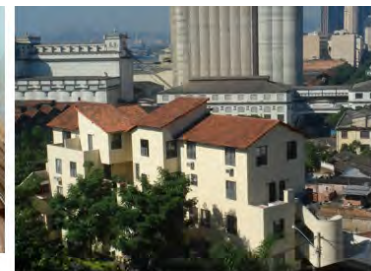


Fig.10- Foto aérea que demonstra inserção urbana do condomínio Moradas da Saúde e o entorno imediato. Fonte: Google [earth](#).



Fig. 11 - Detalhe de unidade habitacional do Condomínio Morada da Saúde. Fonte: [Demetre Anastassakis](#) (arquivo pessoal)



Fig. 12- Detalhe de unidade habitacional do Condomínio Morada da Saúde. Fonte: [Demetre Anastassakis](#) (arquivo pessoal).

A tese do Secretário Conde, suscitada por nossas pesquisas de valor da terra e atratividade para moradia, era de 1/3 de famílias pobres, que para morar no Centro, se dispõe a viver “pioneiramente” em local ainda decadente, com alguns itens de infraestrutura, inclusive econômica e social, com cantos ainda ermos; após esta

fase “pioneira” quase tratada como uma cobaia bem inserida no Centro do Rio, esta atraía de um lado o investimento público nos itens faltantes, e de um outro lado, compradores de classes mais médias, seduzidas por um processo de revitalização, onde a boa arquitetura, inserida no contexto mas “melhorando” o padrão estético, era fundamental. Após alguns anos e 1/3 de mais pobres, 1/3 de classe média, e comércio, serviços, infraestrutura, camadas mais altas seriam atraídas, num equilíbrio econômico e social, completando com um ultimo 1/3.

A operação urbana Porto Maravilha, que se equivocou na origem, estimulando a produção de imóveis com preços padrão da Tijuca e alguns locais da Zona Sul carioca, está tendo que se adaptar à realidade do mercado, e volta a oferecer apartamentos econômicos, inclusive no âmbito do MCMV-Entidades, destinado aos movimentos sociais pela moradia, com as modernidades exigidas pelo Centro Metropolitano que é o Rio de Janeiro, e a sua especial inserção deste bairro, ao lado do Centro Dinâmico de Negócios.

Verifica-se não ser possível o Porto Maravilha funcionar apenas com edifícios corporativos, hotéis e moradia de alto padrão: não há hoje, demanda solvável para tal.

DINÂMICA URBANA DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR



Fig. 13 - Detalhe do centro Histórico de Salvador como na época da intervenção. Convênio BIDMonumenta/PAR- Programa de Arrendamento Residencial. Fonte: Demetre Anastassakis (arquivo pessoal)/ cedido pela CONDER



Fig. 14- Detalhe do centro Histórico de Salvador recentemente em foto aérea. Fonte: Google Earth.

Em 1997/1998 a CONDER, Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia, responsável pelo desenvolvimento da revitalização do Centro Histórico de Salvador, começa a verificar que o modelo até então perseguido para o CHS de Centros Culturais e Comércio de Alto Padrão, não tinha demanda suficiente...

Junta-se a isto, a grande reação dos ocupantes tradicionais dos casarões/encortiçados a saírem e serem “condenados” à periferia distante, “ganhando” uma unidade em algum conjunto habitacional, numa clara tentativa de “higienizar” o CHS do ponto de vista social.

Nossas teses no Rio, fazem que a UNESCO, em convênio com a CONDER, nos contrate, para estudarmos exatamente a Dinâmica Urbana e Imobiliária do CHS e o que fazer nas ruínas, para revitalizar o local, inclusive do ponto de vista social. Com todas as longas pesquisas, a conclusão quanto ao mix sócio econômico e funcional, é análoga à do Porto do Rio.

A grande diferença é quanto ao volume e quantidade de ruínas, e ao grau mais rigoroso de controle dos órgãos de patrimônio, IPHAN e IPAC, devido ao status de “patrimônio da humanidade” o que justifica o envolvimento da UNESCO como contratante. Também desenvolvemos projetos paradigmáticos, para provar a viabilidade, e para estabelecer metodologia de intervenção: nos coube imóveis já destruídos no miolo, com fachadas e/ou telhados sobranceiros, ou pelo menos bem documentados iconograficamente, a serem “preservados” em nome da preservação da ambiência do sítio histórico, sem museificação.....

PROJETOS CONSTRUÍDOS NO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

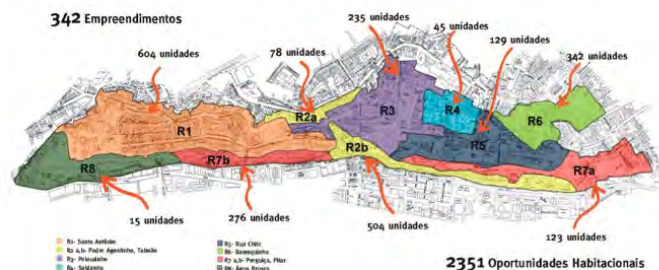


Fig. 15: Centro Histórico de Salvador como na época da intervenção demonstrando resumo das intervenções propostas. Convênio BID Monumenta/PAR- Programa de Arrendamento Residencial. Fonte: Demetre Anastassakis (arquivo pessoal)/ cedido pela CONDER.



Fig. 16: Centro Histórico de Salvador – Plantas da intervenção proposta. Convênio BID Monumenta/PAR- Programa de Arrendamento Residencial. Fonte: Demetre Anastassakis (arquivo pessoal)/ cedido pela CONDER.



Fig. 17: Centro Histórico de Salvador – Cortes e intervenção proposta. Convênio BID- Monumenta/PAR- Programa de Arrendamento Residencial. Fonte: Demetre Anastassakis (arquivo pessoal)/ cedido pela CONDER.

Nossa metodologia precisava ser testada na realidade, pois que em dando certo, com as devidas correções, seria o escopo da 7a Etapa, já “despida” da intenção de “shopping a céu aberto + centros culturais + museu a céu aberto”....Não só não haveria demanda destas funções para tanto espaço em oferta, como também sem funções habitacionais não se garantia vida e mesmo manutenção de tanto patrimônio edificado, a funcionar ao longo do tempo.

Mesclando vários interesses e possibilidades, se engendrou um sistema muito inteligente de “mix” de fontes de financiamento conforme os destinos:

- construir-se-iam, como de fato ocorreu, construções novas dentro da “casca” pré existente a restaurar e preservar, apartamentos populares, pequenos, dentro do Programa de Arrendamento Residencial, PAR, onde antes eram casarões “burgueses” e “aristocráticos” de diversos estilos arquitetônicos a preservar, inclusive os telhados.

Esta obra, embora tipo 30% mais cara que apartamentos novos na periferia, não contabilizavam no entanto:

- 1.o terreno, desvalorizado pelo abandono, e desapropriado pelo Estado.
- 2.a infraestrutura urbana, pré existente e paga;
- 3.As cascas, fachadas e telhados a preservar, no interes-



se público da defesa do “Patrimônio da Humanidade”.



Fig. 18: Detalhe do Estado de degradação do casario do Centro Histórico de Salvador como na época da intervenção demonstrando resumo das intervenções propostas Convênio BID Monumenta/ PAR- Programa de Arrendamento Residencial. Fonte: Demetre Anastassakis (arquivo pessoal)/ cedido pela CONDER



Fig. 19: Intervenção no casario do Centro Histórico de Salvador como na época da intervenção demonstrando resumo das intervenções propostas Convênio BID Monumenta/ PAR- Programa de Arrendamento Residencial. Fonte: Demetre Anastassakis (arquivo pessoal)/ cedido pela CONDER

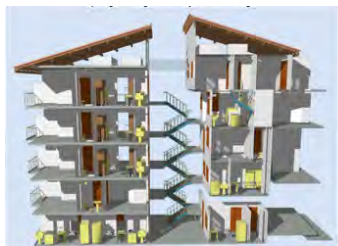


Fig. 20: Corte e Detalhe da intervenção interna no casario do Centro Histórico de Salvador como na época da intervenção demonstrando resumo das intervenções propostas Convênio BID Monumenta/ PAR- Programa de Arrendamento Residencial. Fonte: Demetre Anastassakis (arquivo pessoal)/ cedido pela CONDER



Fig. 21: Corte em perspectiva e Detalhe da intervenção interna no casario do Centro Histórico de Salvador como na época da intervenção demonstrando resumo das intervenções propostas Convênio BID Monumenta/ PAR- Programa de Arrendamento Residencial. Fonte: Demetre Anastassakis (arquivo pessoal)/ cedido pela CONDER

Para esta tarefa, cara e trabalhosa, buscou-se financiamento oneroso ao Estado, mas não incidente aos mutuários/arrendatários, em suas prestações, no Programa BID Monumenta.

Portanto este investimento no restauro, entrou no custo da moradia, como subsídio; afinal eram paredes, pisos, telhados, que não seriam pagos pelo arrendamento das famílias.

Como subsídio também acabou sendo o custo da terra, barata por decadente.....

Sete imóveis foram assim construídos, sempre transformados em multifamiliares.

Durante as obras mesmo, vários proprietários de casa-

rões vizinhos, os adaptaram para multifamiliares colocando-os no mercado de locação e/ou de venda, para um padrão econômico um pouco mais alto que o do PAR, que parece ter sido dirigido a funcionários públicos de renda baixa, que valorizavam morar no CHS e não exigiam vaga de automóvel, inexistente nesta tipologia urbanística. Conforme queríamos demonstrar: famílias mais pobres aceitavam morar nestas áreas centrais “decadentes” antes mesmo de sua requalificação” tornando-se eles mesmo os agentes, e protagonistas da renovação por vir.

Em Salvador, atraiu mais rapidamente a cobiça de classes mais favorecidas, na contramão de sua anterior fuga e abandono do CHS. O resultado está demonstrado nas imagens a seguir:

SÃO PAULO: ASDRÚBAL DO NASCIMENTO

A Prefeitura de São Paulo, gestão Marta Suplicy, Secretário de Habitação Paulo Teixeira, resolveu implementar um Programa Morar no Centro, desapropriando alguns imóveis muito centrais, alguns emblemáticos na arquitetura da cidade, ora residenciais, ora comerciais, alguns até ocupados, o que suscitaria verdadeira operação logística de guerra para suas obras de retrofit e restauro. Entramos e ganhamos a licitação do Edifício Asdrúbal do Nascimento, na pequena rua central de mesmo nome, onde entre outras comodidades acaba se podendo ir a pé às estações Luz e República..... Um prédio comercial, muito firme, de andares “corridos” de escritórios, de 1948. Como decisão de projeto, necessária à transformação de um edifício comercial em residência. Tivemos que “furar” no andar corrido, um prisma, que permitisse iluminar e ventilar os pequenos apartamentos que tínhamos que colocar ali.

Novamente a questão dos custos, se torna complexa:•quanto custaria comprar um terreno vazio que permitisse construir um mesmo potencial, novo? e disputar preço com o mercado imobiliário? Erigir um prédio urbano, com N andares, elevadores, e SEM vagas de automóveis, pode ser facilmente avaliado •quanto custaria “demolir” o prédio lá existente, para disponibiliza-lo ao mercado enquanto terreno?



O resultado é o que se segue:



Fig. 22: Planta de intervenção no edifício Asdrubal do Nascimento com sua adaptação para habitação. Fonte: Autografics.



Fig. 23: Fachada do edifício Asdrubal do Nascimento com sua adaptação para habitação. Fonte: Autografics.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Estes custos “negativos” induzem facilmente a pensar, que um “retrofit social” mesmo mais caro que erigir um prédio novo, prédio comparado com prédio, compensa servir de moradia, para famílias pobres, nas áreas centrais, perto do trabalho, não exigindo perda de tempo com condução nem vale transporte.... Este é o verdadeiro Direito à Cidade! Além de criar programas novos, descobrir subsídios às populações de menor renda, tornasse obrigatório “desvendar” nas desconomias da cidade real, formas indiretas, inteligentes, e não “custosas” de SUBSÍDIO. A cidade tornada mais viva, agradece tanto quanto os beneficiários/moradores/mutuários.

¹ Arquiteto e Urbanista, nascido em Atenas, Grécia, 1948, arquiteto pela FAU UFRJ, pós graduado em Planejamento Urbano e Regional pela COPPE/UFRJ, e Planejamento Metropolitano pelo IBAM. Lecionou na FAU da Universidade Santa Úrsula, RJ e na Universidade Federal de Juiz de Fora, MG presidiu o IAB RJ e o IAB Direção Nacional, foi membro do Conselho Nacional das Cidades, e Vice Presidente de Arquitetura do SINAENCO RJ. Vencedor de vários concursos nacionais de arquitetura, é atualmente diretor da empresa Autografics Arquitetura e Planejamento Ltda.

² O autor agradece a colaboração de Dayse Góis, Christiane Ammon, Marcia Gouveia, Kety Anastassakis, na recuperação da memória dos projetos aqui apresentados e atuantes como participantes nas experiências apresentadas. Centro Histórico de Salvador: Demetre Anastassakis, Christiane Ammon, Marcia Gouveia, Kety Anastassakis; Moradas da Saúde: Marcia Gouveia, Antônio Cerqueira Cruz, Demetre Anastassakis e Cláudia Mello. Oportunidades Habitacionais: Christiane Ammon, Dayse Gois. Na compilação deste trabalho, Cláudia Teresa Pereira Pires e Juliano Machado Alvarenga, Márcia Vasconcellos Gouveia.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA:

RABHA, Nina M. Elias, Cristalização e resistência no centro do Rio de Janeiro, tese de mestrado, IGEO/UFRJ, 1984.]

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEAK, Csaba e

SCHIFFER, Sueli R. orgs. O processo de urbanização no Brasil, São Paulo, FUPAM, 1999, pags 169/243

Prefeitura do Rio de Janeiro. Oportunidades Habitacionais no Centro do Rio de Janeiro. RJ, SEHAB, mimeo, sd.



Experiências de formação e educação para a conservação patrimonial

Romeu da Silva Vicente

RISCO, Universidade de Aveiro

José António Raimundo Mendes da Silva

LAETA, Universidade de Coimbra

Tiago Miguel dos Santos Ferreira

RISCO, Universidade de Aveiro



1. Introdução

As experiências práticas a apresentar e discutir foram uma excelente oportunidade para testar estratégias pedagógicas com diferentes públicos, no âmbito da reabilitação e conservação do património edificado. Estas ações contribuem para a consciencialização transversal da comunidade técnica e do público em geral para as práticas corretas de salvaguarda, desde da valorização histórica até aos detalhes de técnicos das intervenções. Os casos aqui retratados distinguem-se pelo seu objetivo principal, reconhecendo que nos três exemplos, os resultados complementam-se. O primeiro exemplo é especialmente dirigido a um público- técnico que, para além da formação continua, necessita de contactar com metodologias de ação no caso da reabilitação do edificado antigo e valor patrimonial, ficando no diagnóstico e inspeção, etapa fulcral na definição da intervenção. O segundo caso, um exercício de transferência de conhecimento com recurso às ferramentas digitais para apoio à formação, disponibilização de conteúdos informativos para o público geral e técnico. Por fim, a apresentação de uma abordagem à sensibilização da salvaguarda e respeito pelo património nacional e coletivo com a criação de um “estaleiro pedagógico”.

2. Formação - uma abordagem prática “in-loco”

2.1 Observação, registo e diagnóstico de anomalias para uma reabilitação sustentável

Todas as intervenções de reabilitação de edifícios, sejam eles novos ou antigos, exigem a avaliação prévia do seu estado de conservação através da identificação das anomalias existentes, das suas prováveis causas e das suas consequências e evolução. Além do conhecimento teórico sobre a patologia da construção, nas suas múltiplas vertentes, que é essencial a este tipo de tarefa, é necessário conhecer estratégias e técnicas de atuação in loco, não só em termos práticos (o que observar, como fotografar, como interpretar, que ensaios expedidos executar), mas também em relação à forma como

se elabora e estrutura um relatório de pré-diagnóstico, peça de suporte essencial aos projetos de reabilitação. A observação de casos reais, in loco, com possibilidade de reflexão e discussão com outros técnicos, com possibilidade de confrontar diferentes perspetivas e raciocínios perante a incerteza e complexidade das situações, bem como o exercício do contraditório, são essenciais à formação de técnicos, mas são, geralmente, domínios menos explorados pelas formações tradicionais.

2.2 Objetivos

Esta ação teve como parceiro o Laboratório Regional de Engenharia Civil e a Direção Regional da Cultura do Governo dos Açores e foi desenvolvida tendo por base três objetivos fundamentais: (i) dar a conhecer com detalhe as metodologias mais comuns de inspeção visual de edifícios, com observação e registo das anomalias, assim como as técnicas de diagnóstico preliminar de um leque alargado de anomalias (fissuração, humidade, degradação de revestimentos, deformação de Estruturas, etc.); (ii) fomentar o contacto crítico com a complexidade de casos reais e treinar os métodos dedutivos e a discussão estruturada com outros técnicos; e (iii) contribuir e motivar para o aprofundamento do conhecimento geral sobre patologia de edifícios e estratégias de intervenção, particularmente na perspetiva não-estrutural.

2.2 Metodologia

Nesta ação tem particular importância o contacto direto com casos práticos em que os participantes apliquem, com o maior rigor e formalidade, mas também com a necessária racionalidade e proporcionalidade, os métodos de observação, inspeção, registo e pré-diagnóstico. É necessário limitar este exercício em termos de tempo e produzir documentos e registos que permitam a sua posterior discussão e debate no momento de síntese do curso. O acesso aos edifícios e a possibilidade de realização de alguns ensaios in loco, estará condicionada, como em qualquer caso real, às condições e permissões



locais. Todos os trabalhos de diagnóstico e proposta de reabilitação contemplam ainda outras fases e tarefas complementares, tais como a pesquisa documental, histórica e patrimonial, e a recolha de testemunhos dos diversos agentes envolvidos (Vicente et. al, 2015). Através da presente comunicação, onde se descreve o processo de preparação e realização de uma ação em contexto real, dedicada à observação, registo e diagnóstico de anomalias em edifícios (Figura 1), os autores pretendem demonstrar que o edificado existente pode ser objeto, escola e protótipo.



Figura 1: Metodologia da ação: etapas, aspetos logísticos, programação de tempos e outputs

Os trabalhos resultantes das atividades descritas são apresentados e discutidos em dois momentos: no arranque e no fecho de cada período de trabalho de campo; e na tarde do último dia. Cada um dos grupos apresenta os seus resultados, nomeadamente o texto de descrição inicial do edifício, uma ficha de inspeção e 2 ou 3 fichas de patologia.

Com o objetivo de pré-preparar os formandos e de potenciar a participação das sessões práticas, é enviado previamente por correio eletrónico um pequeno texto relacionado com um dos temas principais (fissuração, humidades, defeitos das coberturas, etc.), que se sugere que seja lido antes do curso. No final do curso todos os formandos têm acesso à totalidade da informação.

Em colaboração com instituições locais, são previamente selecionados um ou dois edifícios que são posteriormente utilizados como casos de estudo e que servem de base à realização de um trabalho prático orientado. É ainda realizada uma sessão em espaço público, na perspetiva da observação e caracterização genérica de um

conjunto edificado (na Figura 2). Estas atividades são conduzidas de forma a limitar a perturbação de quem habite ou trabalhe nestes espaços e as deslocações são feitas a pé, sempre que a distância o permita.



Figura 2: Sessão em espaço público para observação e caracterização de um conjunto edificado

2.3 Ferramentas e elementos de apoio

Para o apoio e acompanhamento da realização dos exercícios propostos, são disponibilizadas diversas ferramentas (ver Figura 3): brochuras técnico-científicas temáticas, formulários de inspeção, listas de observação, etc.

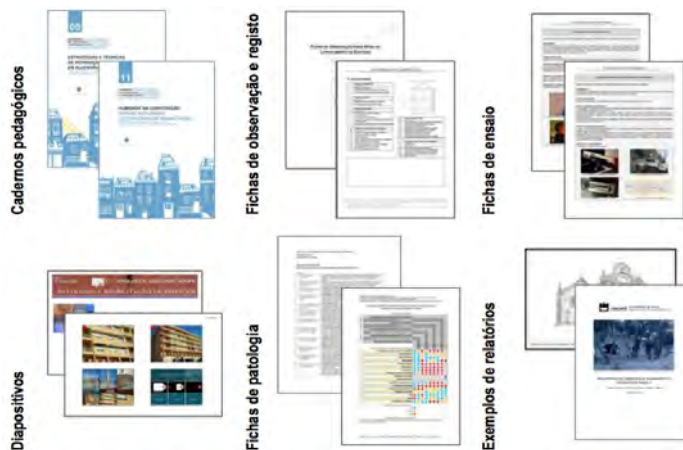


Figura 3: Ferramentas de apoio para o desenvolvimento das atividades propostas

3. Transferência de conhecimento – recursos tecnológicos

3.1 Desafio da transferência de conhecimento



O papel da transferência tecnológica é essencial na mediação e definição das melhores práticas, especialmente nos casos de reabilitação e conservação, em que a existência de códigos não se coaduna com as intervenções singulares em património. Os princípios da compatibilidade, qualidade, respeito pelo existente devem fazer-se veicular pelos processos de investigação e transferência tecnológica no suporte e justificação de soluções de concepção e execução com o objectivo de minimizar os problemas, patologias, disfunções (Vicente e Silva, 2011).



Figura 4: O papel da transferência tecnológica na cadeia da criação de valor

3.2 Conteúdos digitais

Intensificar a transferência tecnológica conta com várias ações conhecida. No entanto, em países de língua oficial portuguesa (Portugal, Brasil, vários países do continente africano), a criação de conteúdos digitais de natureza didática que complementam o apoio à lecionação é uma aposta recente das Universidades, mas que gera uma nova forma de suscitar interesse e estímulo a adquirir competências na área da reabilitação e conservação. Esta forma de disponibilização com recurso a um portal (ver Figura 4) é uma aposta de visão ampla e adequada à nova realidade das redes sociais e plataformas de partilha, com conteúdos da área das engenharias, humanidades, ciência, economia, medicina, educação, história e artes.



Figura 5: Acesso a conteúdos digitais - <http://itunesu-repository.uc.pt/itunesu/>

4. Conservação da Torre da Universidade de Coimbra – Estaleiro pedagógico

4.1 Enquadramento

A Universidade de Coimbra – incluída na Lista de Património Mundial da UNESCO desde 2013 – foi fundada no ano de 1290, tendo permanecido, ao longo de mais seis séculos, como a única universidade Portuguesa e por isso, como a principal embaixadora da língua e da cultura Portuguesa em todo o mundo. A área inscrita na UNESCO tem cerca de 36 hectares e compreende 31 grupos de edifícios pertencentes a várias épocas construtivas, considerados de elevadíssima importância histórica e cultural. De entre estes, o Palácio Real (do Séc. XVIII), localizado no topo da colina da cidade de Coimbra, com a sua Torre (Figura 6), é sem dúvida o ex-líbris da cidade, tendo recebido milhares de visitantes ao longo dos últimos anos.



Figura 6: Palácio Real com a Torre da Universidade e intervenções de conservação e restauro realizadas

A conclusão da construção da Torre remonta a 1733, cerca de 20 anos antes do grande terramoto de Lisboa de 1755 (ocorrido a 1 de novembro de 1755), tendo sofrido, após essa data, não mais do que pequenas intervenções pontuais de manutenção e restauro. Apesar disso, exceção feita a uma de quatro colunas localizadas ao nível dos sinos, a sua integridade estrutural era bastante boa. No entanto, tal como se observa na Figura 6, o mesmo já não se podia dizer do seu revestimento exterior, que se encontrava bastante degradado devido à ação dos agentes climáticos (chuva, temperatura, erosão, poluição, etc.). A análise técnica detalhada determinou que, em 2009, fosse iniciado um projeto de restauro com carácter de urgência, o qual viria a ser desenvolvido entre 2010 e 2011.

4.1 O Processo de restauro

Ao longo dos 10 anos de preparação do dossier UNESCO, existiram sempre dois desafios centrais: (i) melhorar o estado de conservação dos edifícios, assegurando, simultaneamente, a atualização e adequação da sua resposta às atividades da Universidade e a preservação da sua identidade e autenticidade; e (ii) que todos os

trabalhos pudessem contribuir para um futuro sustentável, mais do que serem apenas objetos de marketing, e para inspirar atividades de ensino e investigação, assim como motivar e sensibilizar a comunidade para a preservação e valorização do património (Silva, et al 2014, Silva e Lopes, 2014a).

O projeto de restauro da Torre seguiu estas diretivas, tendo sido realizado por uma equipa multidisciplinar interna composta por Engenheiros, Arquitetos, Conservadores, Arqueólogos, e vários outros especialistas, com o apoio científico de dezenas de Professores e de diferentes grupos de investigação (Silva, 2012).

O trabalho técnico foi realizado por empresas especializadas (contratadas por meio de concurso público internacional), sob a supervisão de equipas técnicas da Universidade. Os termos de referências desses concursos públicos incluíam cláusulas específicas dedicadas à obrigatoriedade de compatibilização entre uma execução eficiente dos trabalhos de restauro e do projeto pedagógico in loco.

4.2 O projeto pedagógico “Tower-PSite”

Os trabalhos de restauro da Torre da Universidade de Coimbra foram encarados desde o início como uma oportunidade singular para testar um projeto pedagógico in loco baseado na informação permanente e na interação entre diferente públicos-alvo, com o intuito de promover, por um lado, a relevância de um processo de restauro responsável na preservação da nossa memória coletiva e do património edificado e, por outro lado, para sensibilizar do público, não apenas das questões técnicas, mas também das questões filosóficas subjacentes a um trabalho deste género.

Adicionalmente, foram identificados vários objetivos secundários, nomeadamente: o estímulo à discussão técnica e científica sobre a temática do restauro; a promoção do reconhecimento público e académico da multiplicidade das áreas de saber envolvidas (mais de 20 áreas diferentes, desde a arquitetura, história, arqueologia, engenharia, direito, gestão turística, etc.).

Embora não tivessem sido especificamente previstos,



foram ainda verificados outros efeitos positivos resultantes da iniciativa: incremento da visibilidade para o exterior (nacional e internacional), através dos media e da WEB; e o reforço da credibilidade das estratégias de proteção propostas pela UNESCO no âmbito da elevação a Património Mundial.

4.2.1 Público-alvo

Foram identificados quatro grandes grupos de público-alvo, cada um deles dividido entre duas categorias específicas:

- Turistas (turismo estruturado; turismo familiar);
- População técnica e científica (professores e alunos de pós-graduação; profissionais e investigadores);
- Público em geral (locais; comunidade escolar não graduada);
- Forasteiros e público não visitante (nacional; internacional).

Importa salientar que a cidade de Coimbra tem cerca de 140,000 pessoas, sendo que a comunidade estudantil representa cerca de 25% destas, e que a Universidade é visitada anualmente por mais de 300,000 turistas.

4.2.2 As atividades, os apoios e os recursos

De forma a responder a estes desafios e fomentar a aproximação ao público-alvo, foram organizadas quatro atividades. A Tabela 1 apresenta a correspondência holística entre as atividades e o público-alvo. Algumas destas atividades encontram-se detalhadas e discutidas na secção seguinte.

Praticamente todas as atividades foram realizadas com recursos da Universidade, nomeadamente na colaboração voluntária de professores, investigadores e funcionários, e, particularmente nas áreas de intervenção mais técnicas e científicas, recorrendo de forma intensiva ao apoio do grupo de trabalho constituído para a preparação do dossier UNESCO e às instalações do Museu da Ciência. Estas atividades obrigaram a adaptações e modificações na organização local do espaço,

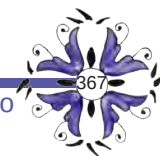
alterações essas que acarretaram, naturalmente, custos limitados.

Tabela 1: Relação entre atividades e público-alvo

	Informação multi-nível no exterior (outdoors)	Website e evolução da intervenção "newspaper"	Visitas guiadas	Seminários
Turismo organizado	●	●	●	●
Turismo familiar	●	●	●	●
Professores, pós-graduação	○	●	●	●
Profissionais, investigadores	○	●	●	●
Comunidade local	●	○	●	○
Comunidade escolar	●	○	●	○
Outro público nacional	○	●	○	○
Outro público internacional	○	●	○	○
	Informação em outdoors na base da torre e telas de ocultação de andaimes	Acompanhamento da evolução das várias fases de intervenção (web e newspaper biweekly 42)	Visitas guiadas em contexto de obra (compreensão do sistema de restauro/comercialização)	Sessões temáticas sobre ações de conservação/reabilitação (comunidade de referência)
	Muito relevante ●	Relevante ○		

A torre da Universidade de Coimbra com cerca de 33.5 metros de altura, é visitada por cerca de 300.000 turistas todos os anos, e por esta razão durante o período da sua intervenção, os sistemas de andaimes foram ocultos com telas de lona que reproduziam à escala real do monumento. Ao nível térreo, na base da torre, ao longo de 13 metros de vedação, uma equipa de designers, em articulação com as equipas técnicas, concebeu uma apresentação do projeto de conservação e da evolução da obra em três escalas gráficas distintas (multinível), dirigidas a diferentes públicos, com diferente nível de detalhe adaptado, tanto ao visitante que passa apressado, como àquele se prepara com detalhe para a visita guiada:

- Nível de informação 1: Para um público formado por grandes grupos, imagens grandes, pequenas frases relevando a importância da torre e a sua reabilitação;
- Nível de informação 2: Para um público formado por pequenos grupos, com maior detalhe sobre a história e estratégia da intervenção.
- Nível de informação 3: Para visitas guiadas com o objetivo de transmitir informação técnica e científica mais detalhada, enquadrada com os outros nível de informa-



ção, não perturbando a perceptibilidade da informação que está em maior escala (texto e fotos e esquemas) para visitantes sem guia e sem objetivos técnicos e científicos. Na Figura 7 podemos observar alguns exemplos das iniciativas com diferentes níveis de participação. Esta iniciativa, que presentemente já conta com outras experiências que sucederam a esta, têm uma atratividade pela proximidade com o dia-a-dia da intervenção, contexto de

obra com a subida pelos andaimes e o contacto com técnicos e investigadores (engenheiros, conservadores-restauradores, historiadores, arquitetos, arqueólogos, etc.), que são os guias das visitas, para os diferentes públicos- alvo com interesses específicos. A logística exige uma coordenação que garanta a segurança, quer dos visitantes, quer dos operários e técnicos, com a minimização da perturbação do bom progresso dos trabalhos.



Figura 7: Aspectos das visitas guiadas à torre e atividades, adaptado de (Silva, 2015).

4.3 Avaliação do processo

A avaliação destes processos na ótica da transferência tecnológica e de sensibilização dos públicos- alvos é difícil de avaliar, uma vez que não existe uma metodologia que permita, no mínimo, uma avaliação qualitativa. Porém, o “feedback” dos visitantes, permitiu identificar as fraquezas e forças destas iniciativas, nomeadamente das visitas a obras em progresso. Como principais fraquezas destas experiências identificou-se a elevada dependência de uma vontade do agente gestor e decisor, muitas vezes de carácter político, na aposta da divulgação, agilização e franca participação, bem como do entusiasmo dos promotores e dedicação na operacionalização que exige um planeamento de agenda e compatibilização com as atividades da obra. A principal força destas iniciativas é a de passar a mensagem de uma nova perspectiva do público para a salvaguarda do património, que é percepcionado no fim das visitas como sendo coletivo e de criação de valor no contexto local e nacional. Estas iniciativas precipitaram novas ideias e oportunidades no âmbito do turismo e na investigação.

5. Comentários finais

A formação e transferência tecnológica com recurso a prática de lecionação in loco permitiu um entendimento mais claro das várias fases do exercício de “reabilitar” desde da inspeção e registo até à identificação de soluções e propostas de intervenção, promovendo a discussão e partilha de experiências pessoais entre participantes.

As experiências de formação e as ações pedagógicas aqui apresentadas, junto de diferentes públicos- alvo e comunidade técnica e científica, com o objetivo de valorizar o património construído promoveram a educação patrimonial com recurso a um conjunto de ações capazes de transmitir noções de responsabilidade societal, partilha de identidade e memória coletiva.

A excelente receptividade a estas ações, revelou que a promoção da formação específica, no caso dos técnicos

que desenvolvem atividade na área da reabilitação, é essencial em contexto real, bem como na consciencialização do diversos públicos, no caso da ação de estaleiro pedagógico. Os custos associados à agilização do estaleiro pedagógico e a planeada gestão logística de espaços e acessos, no caso da Torre, são profundamente compensados com os resultados alcançados no plano educacional, técnico e de valorização turística que deve servir de modelo a seguir noutros casos de intervenção.

Referências

Silva, J. Mendes (2012). No alto da Torre da Universidade de Coimbra: o restauro de um ícone. Anuário do Património, n. 1, p. 30-35, Lisboa.

Silva, J. Mendes, Lopes, Nuno, Marques, Cátia G. (2014). O processo de candidatura a património mundial da Universidade de Coimbra: desafios e estratégias de gestão e salvaguarda. REHABEND 2014, 1-4 Abril, 2014, Santander, Espanha.

Silva, J. Mendes, Lopes, Nuno (2014a). O contributo dos “planos diretores dos edifícios para a gestão de longo prazo de conjuntos classificados. O caso da Universidade de Coimbra. REHABEND 2014, 1-4 Abril, 2014, Santander, Espanha.

Silva, J. Mendes (2015). Full and pedagogical access to a restoration site – the tower of the university of Coimbra. ReUSO - 3rd International Conference on Documentation, conservation and Restoration of the Architectural Heritage and Landscape protection, 22-24 October 2015, Valencia, Spain

Vicente, R.; Mendes da Silva, J.A.R. (2011) - CIB Commission W023 - Wall Structures 48th meeting and Workshop on EC6 - the Eurocode 6, Wiley, Mauerwerk, DOI: 10.1002/dama.201102088, Vol. 15, N. 6, pp. 348–361.

Webpage: <http://itunes.apple.com/us/itunes-u/> (consulted in April 2015).

Vicente, R; Mendes da Silva, J.A.R., Ferreira, T. Miguel (2015) - Observação, registo e diagnóstico de anomalias em edifícios para uma reabilitação sustentável - Uma abordagem prática “in loco”, poster e apresentação proferida no Teaching Day - Interação com a comunidade: oportunidades e experiências de ensino/aprendizagem, 02 Dezembro 2015, Universidade de Aveiro.





Tema 3

Educação patrimonial

A disciplina Projeto Patrimônio – a implicação entre a teoria e a prática

Ana Paula Farah

José Roberto Merlin

Pedro Paulo de Siqueira Mainieri

Roberto Silva Leme

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - PUC-CAMPINAS

RESUMO

O objetivo deste artigo é relatar a experiência em sala de aula do exercício síntese da disciplina de Projeto e Patrimônio ministrada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas que busca consolidar embasamento teórico e instrumental para procedimentos propositivos na área de projeto, respeitando as pré-existências - sempre contendo edifícios tombados - e discutindo a relação entre o arcabouço pré-existente e a intervenção contemporânea.

Palavra chave: Projeto & Patrimônio, Restauro Arquitetônico, Teoria-Prática (Ensino).

ABSTRACT

The aim of this article is to report the experience in classroom of the synthesis exercise of the subject Project and Heritage taught at Puc, which seeks to obtain theoretical and instrumental support to provocative procedures and to discuss the relations between pre existing framework and the contemporary intervention.

Key word: Project&Heritage, Building Preservation, Theory-Practice (education)



INTRODUÇÃO

Quando se refere aos tratos nos bens culturais, os instrumentos teórico-críticos e técnico-operacionais têm um papel fundamental para que os estudantes - futuros arquitetos-urbanistas - compreendam a complexidade do ambiente construído pré-existente e possam nele atuar de maneira coesa e satisfatória. Segundo Fabbri (FABRRI In. MAIETTI, 2004:11) é necessário ensinar não somente “como se faz”, mas também a responder questões mais complexas relacionadas às razões “pelas quais se preserva”, “para que se preserva” e “para quem se preserva”. É necessário indagar, portanto, qual o significado que o ambiente construído preexistente tem para nós, hoje, no presente, e como queremos e devemos transmiti-lo, nas melhores condições possíveis, às gerações futuras.

A responsabilidade do arquiteto-urbanista vai além do âmbito teórico-crítico e técnico-operacional. Deve estar vinculada à ética, à deontologia profissional, precisa ser articulada de modo estreito às razões de se preservar bens culturais, que repercutem naquilo que se identifica como de interesse para a preservação (o quê preservar) e também nas formas de atuação (como preservar).

O arquiteto urbanista deve ter uma formação que permita exercer sua função de forma socialmente responsável. Como explicita Gustavo Giovannoni, (1929) é através da práxis, contendo posicionamento comprometido com o contexto e considerando todas as implicações dadas por discussões relacionadas aos vários campos do saber envolvidos na atuação profissional, sob o comando do arquiteto, mas necessariamente multidisciplinar. Faz-se necessária uma interpretação adequada das questões abrangidas, coerente com o conhecimento oferecido pelas disciplinas pertinentes, para estabelecer as bases deontológicas da atuação profissional, cujo horizonte deve apontar para a preservação da memória e a melhoria das condições de vida dos cidadãos.

O profissional arquiteto-urbanista tem a responsabilidade de prestar serviço à sociedade à qual pertence,

produzindo uma arquitetura adequada ao espaço e ao tempo presente e que seja social e culturalmente responsável. Competência profissional significa praticar posturas vinculadas aos campos da técnica, da ética, da política e da estética, no que concerne ao restauro, pelas questões materiais, de conformação, documentais, memoriais e simbólicas. Significa ultrapassar os limites da funcionalidade mecânica e produzir arquitetura de qualidade, mesmo utilizando-se dos “condicionantes” e das “limitações” pertinente ao ambiente construído preexistente.

Perante a isso, a disciplina Projeto Patrimônio e Técnicas Retrospectivas, cursadas nos 7.o e 8.0 semestres da graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, dispõe em seu Plano de Ensino sua forma de trabalho:

Trabalha a elaboração do projeto arquitetônico, para reabilitação - com adição de área construída - de edificação de valor histórico reconhecido, a ser preservada. Propõe o desenvolvimento da síntese arquitetônica até o anteprojeto, destacando a relação antigo/contemporâneo e os parâmetros de preservação, como fortes condicionantes para a solução adotada.

METODOLOGIA DIDÁTICA

A proposição do exercício é estruturada em dois blocos: o entendimento pormenorizado do lugar e do processo de restauro através de pesquisas e a aplicação do repertório teórico pertinente na proposição espacial. A primeira etapa é constituída por aula, seminários e pesquisas configurando todo o escopo teórico, ou seja, o instrumental teórico-crítico do campo disciplinar do restauro. Com isso, ocorre a convergência das várias posturas adotadas nos tratos dos bens culturais, que estabelecem distintos percursos para alcançar os objetivos da preservação, ditados pelas razões de se preservar (culturais, científicas e éticas), posturas essas fundamentadas em pelo menos dois séculos de amadurecimento.



As posturas elucidadas resultam na interpretação das vertentes contemporâneas da restauração e correspondem a três escolas distintas no território italiano: *Crítica-Conservativa-Criativa ou Posição Central, Pura Conservação ou Conservação Integral, e Hiper-manutenção ou Repristinção* (KÜHL, 2009:81,100)

Importante esclarecer que a Itália é o ambiente cultural em que as discussões e reflexões sobre o campo disciplinar do restauro são mais consolidadas, repercutindo numa amadurecida metodologia de aproximação às obras, de sistematização do projeto e de formas de intervenção. Quando se faz uma comparação com os ambientes culturais de outros países, como nos casos francês, inglês e espanhol, é possível verificar que, embora haja algumas diferenças, as principais discussões remetem-se aos postulados teóricos e críticos italianos. Os argumentos teóricos apresentados na disciplina pautam-se, prevalentemente, na produção teórica e prática italianas devido à sua representatividade no panorama mundial – pois esses postulados estão presentes nos documentos internacionais, em vigor, de organizações como o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) – e, ademais, por ter sido o primeiro país e a primeira escola de Arquitetura a consolidar a disciplina de Restauro Arquitetônico no âmbito da graduação.

Para além das contribuições no cenário internacional, ressalta-se que o debate no país sobre o campo é contínuo, fazendo constantes releituras críticas de suas bases teórico-metodológicas e revisões historiográficas com repercussão no trato dos bens culturais.

A estruturação dos debates na Itália contidas nessas três vertentes foi proposta por Gaetano Miarelli Mariani e Giovanni Carbonara, que se alinham à vertente Crítica Conservativa Criativa, ou Posição Central. Nessa vertente há uma releitura para a situação atual do pensamento brandiano e do restauro crítico; tem como premissa o rigor científico, baseando-se em pesquisas pormenorizadas e compreende que a conservação e o “ato criativo” (inovação) são fatos inseparáveis. Carbonara entende o restauro como ato de cultura de

um presente histórico e como atividade rigorosamente científica fundada nos conceitos da filologia; o ato crítico torna-se ato criativo, ou vice versa, concedendo possibilidades de modificação, inovação e acréscimos, desde que pautados pelo objetivo de conservar e pela metodologia do campo disciplinar do restauro. Nessa linha, a restauração é um ato conservativo que, quando necessário, utiliza a criação para atuar com papel articulador dos significados que cada bem possui (SETTE, 2006:189).

Marco Dezzi Bardeschi e Paolo Torsello expõem os conceitos da Pura Conservação ou Conservação Integral; definem restauro como ato de compreensão que abre novas possibilidades ao conhecimento histórico que não pode e não deve modificar aleatoriamente o documento histórico. Nesse sentido, entende-se restauro como ato de conservação da matéria original, favorecendo a instância histórica, aproximando-se da ideia defendida por Ruskin, de conservação *strictu sensu* do monumento. Afirmam que o restauro só deve ser admitido se for somente conservação, manutenção da legibilidade e permanência do texto arquitetônico na função documental (SETTE, 2006:194).

Paolo Marconi volta seu pensamento à Hiper Manutenção ou Manutenção-Repristinção. Entende o restauro como o tratamento da obra por meio de manutenções ou integrações, ordinárias e extraordinárias. (KÜHL, 2008:86). Trabalha através de analogia das formas e estruturas, usando as mesmas técnicas e retomando as formas, aproximando-se, de certo modo, do ideário de Viollet-le-Duc (postulados século XIX).

Enunciando todo esse entendimento do campo e as várias interpretações de como, de fato, são os tratos para os bens culturais, os alunos se dividem em grupos para o desenvolvimento do seminário e cada equipe fará análise de cada vertente e a leitura das cartas patrimoniais, a saber: Carta de Atenas (1931) – a primeira carta, Carta de Veneza (1964), Declaração de Amsterdã (1975) e a Carta de Cracovia (2000).

A avaliação consiste na compreensão da teoria e suas implicações nas soluções projetuais demonstradas em estudos de caso – projetos nacionais e internacionais -



que as equipes consideraram pertinentes para explicitar o raciocínio teórico apreendido, estabelecendo interpretações e críticas das posturas adotadas para ambientes construídos preexistentes.

A ESCOLHA DO OBJETO DE ESTUDO

A disciplina estava configurada como atividade de projeto em edifícios pré-existentes, pontuais pelo centro histórico de Campinas, a saber: o antigo Solar do Barão de Itapura (PUCC Central), o Jockey Clube de Campinas, o antigo Solar do Barão de Itatiba, atual Palácio dos Azulejos e a antiga fábrica de máquinas agrícolas Lidgerwood Manufacturing Company, atual Museu da Cidade. A solução projetual contemplava a relação entre o antigo-novo perante o contexto de cada ambiência.

Houve uma mudança na ótica geral, com alteração da área de estudo, de modo a permitir uma maior aderência do contexto das intervenções em um conjunto consolidado.

A Arquitetura e Urbanismo desenvolvem sempre um papel fundamental para a construção da identidade de um povo. As condições, das quais a natureza as impõe, as modificações dos lugares, as adaptações à vida social são condensadas há vários anos, por meio da presença humana nas obras, monumentos, cidades, edifícios e lugares coletivos. Sendo assim, a sociedade se reconhece nesses espaços, apesar do percurso da construção dessa identidade própria do ser humano, é árdua e difícil porque são feitas por meio de perdas e reconquistas, de construções e abandonos.

Entende-se aqui que a Arquitetura e a Cidade são os aparatos culturais desse reconhecimento. A cidade é o lugar em que a arquitetura revela uma quantidade determinada de trabalho humano materializado revelando o processo cultural. O ambiente construído é um lugar que devemos preservar para que possamos reconhecê-lo como tal e nunca percamos a nossa identidade, para que não cancelem os traços de um passado para entendermos e traçarmos o presente e o futuro.

O que a cidade necessita de vida e, nesse sentido ela

tem um papel preeminente para construção da identidade. Sendo necessário reconstruí-la, deve-se entendê-la como um organismo vivo, pelos seus espaços coletivos, pela sua dinâmica do dia a dia, pela diversidade funcional, pela vivência entre os cidadãos, pelas estratificações que deixa transparecer e pelas rugosidades que englobam todo o ambiente preexistente.

Nesse sentido, a mudança do lugar de estudo para o Complexo Ferroviário da FEPASA aconteceu pelo entendimento e importância de se trabalhar tanto o edifício isolado e suas articulações com o ambiente construído preexistente, como também pela intensa relação do conjunto com a cidade, caracterizado como um grande organismo vivo e dinâmico.

A Estação Ferroviária da Companhia Paulista de Estrada de Ferro na cidade de Campinas foi um centro de importância de maior relevância e porte, visto que situava o seu centro de Administração Técnica (KÜHL, 1998:156). A implementação das linhas férreas resultou numa morfologia urbana pautada em um sistema de redes, no qual configurava a escolha para sua localização, lugar estratégico que articulava Campinas com o resto do território brasileiro apropriando-se uma função centralizadora (COSTA, 2010:14). Com o passar do tempo, todo o complexo (pátio) sofreu várias alterações, tanto no que se refere às questões da sua conformação física, estrutural e mudança de usos quanto nas políticas urbana adotadas resultando num grande “nó”, um grande “terrain vague” no centro da cidade, sendo um grande obstáculo para o seu desenvolvimento e, contraditoriamente, ao mesmo tempo oferece grandes possibilidades de transformar Campinas numa metrópole de nível mundial.





Complexo Ferroviário e seu entorno – Campinas / SP
Fonte: Google Earth, 2016 – editado pelos autores.

Pela dimensão e complexidade do Complexo Ferroviário da FEPASA, os alunos são orientados a estudar 04 edifícios para a proposta de intervenção projetual:

- a) Estação Cultura – edifício da antiga estação ferroviária, marco urbano simbólico da cidade, composto pela cobertura da gare e o corpo principal, e demais volumetrias acrescentadas ao longo do tempo. Atualmente o conjunto funciona como Centro Cultural e sede de alguns órgãos da Prefeitura, como o CONDEPACC – Conselho de Defesa do Patrimônio Artística e Cultural da cidade de Campinas.
- b) Museu da Cidade – Edifício da antiga fábrica Lidgerwood, onde atualmente funciona o Museu da Cidade. Edificação composta por um corpo principal e grande cobertura da antiga fundição. Conjunto situado em quadra triangular próximo à Estação Cultura.
- c) Edifício da antiga Oficina – Maior edificação do complexo, local onde eram fabricadas as locomotivas da Companhia da Estrada de Ferro Mogiana.

d) Edifício da Rotunda – de formato semicircular, destinado a manobrar os vagões. Composto por cobertura e um girador descoberto no piso. A escolha destas edificações tem como objetivo estimular a integração física entre as “franjas” do vazio urbano e o tecido existente, de modo a configurar a intervenção arquitetônica como agente atuante na escala da cidade.

Além da desejada requalificação do tecido urbano, os edifícios podem ser agrupados em dois grupos, de modo que os alunos tenham que se apropriar da intervenção proposta do edifício que está ao seu entorno, o que permite estimular a apropriação entre espaços livres, como fator determinante das propostas, criando-se uma articulação de praças, belvederes e a possibilidade de diferentes percursos que resultam em propostas onde a escala do pedestre se destaca como aspecto de requalificação urbana.

Os espaços de uso coletivo devem buscar estimular a conexão entre os dois lados da cidade, historicamente separados pela malha ferroviária situada no espigão geográfico, separando tanto física, social e visualmente os bairros do entorno.

O Complexo Ferroviário da FEPASA, situado na área central da cidade, possui um papel fundamental nos aspectos de mobilidade urbana. A nova Rodoviária interestadual e o Terminal Regional configuram, no setor oeste, uma possibilidade de integração dos fluxos da cidade com o Complexo e a Vila Industrial. No setor leste, o Terminal Central Cury é o principal terminal de ônibus urbano do centro da cidade.

Entre estes dois polos, criando maior complexidade ao contexto, existe uma proposta pelo poder público a instalação de uma nova estação ferroviária, para atender – via trilhos – a conexão entre o centro da cidade e o aeroporto de Viracopos, que passa por ampliação, de modo a se tornar o mais importante aeroporto de cargas da América Latina.

Este novo cenário propicia que os programas propostos para os projetos de intervenção sejam abrangentes e com temáticas que podem variar em diferentes esca-



las: impacto local, municipal e até mesmo nacional (no caso de edificações que componham o suporte ao TAV – Trem Alta velocidade – que teoricamente interligaria Campinas ao Rio de Janeiro).

Todo este contexto evidencia o caráter fundamental que a ferrovia teve no processo de urbanização de Campinas. A situação atual dos leitos ferroviários desativados e em completo abandono permite despertar nos alunos a percepção que um entendimento das questões urbanas deve gerar projetos arquitetônicos coerentes, coesos e articulados em estruturadas intervenções na escala do município.

CONCLUSÕES

A primeira etapa da disciplina demonstra e evidencia o fortalecimento de posturas projetuais que intensificam a hipótese inicial a respeito da importância dos conceitos teóricos no processo cognitivo de projeto de restauro. Os estudantes, ao se depararem com as questões pertinentes ao campo disciplinar do restauro, passam a ter uma visão crítica do conteúdo e incorporam conceitos e abordagens que irão estruturar a proposta arquitetônica.

Na segunda etapa da disciplina, com o estudo pormenorizado das questões urbanas pertinentes ao Complexo Ferroviário da FEPASA, traçam-se paralelos entre a situação de Campinas e outras cidades, buscando criar referências e repertório para os alunos.

Comparativamente aos semestres anteriores, nota-se uma maior complexidade dos programas e do entendimento simultâneo das diversas escalas do projeto, seja na interface Complexo Ferroviário x Cidade, seja na morfologia adotada no projeto arquitetônico. Como resultante percebe-se a configuração de relações entre a pré-existência e a intervenção contemporânea, assim como a continuidade de percursos ao longo do Complexo e a sua integração com o entorno e tornando a cidade um organismo coeso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARBONARA, GIOVANNI. *Avvicinamento al Restauro – teoria, storia, monumenti*. Milano: Liguori Editore, 1997.

COSTA, Pablo D. S. R. *Os espaços ferroviários de Campinas: (Re) Leituras Contemporâneas*. Dissertação (Mestrado em Urbanismo). Pontifícia Universidade Católica de Campinas – CEATEC, Campinas, 2010.

DUARTE, C. R.; RHEINGANTZ, P.A.; AZEVEDO, G.; BRONSTEIN, L. (org). *O lugar do projeto: no ensino e na pesquisa em arquitetura e urbanismo*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2007.

FABRRI, Rita. *Conservare l’antico: la formazione nelle discipline del Restauro Architettonico alla Facoltà di Architettura di Ferrara*. In. MAIETTI, Federica. *Dalla grammatica del paesaggio alla grammatica del costruito – territorio e tessuto storico dell’insediamento urbano di Stellata*. QA – Quaderni di Architettura. Firenze: Nardini Editore, 2004.

FARAH Ana Paula. *Restauro Arquitetônico: a formação do arquiteto-urbanista no Brasil para preservação do patrimônio edificado - o caso das escolas do Estado de São Paulo*. Tese (Doutoramento em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GIOVANNONI, Gustavo. *La figura artistica e professionale dell’architetto*. In. Conferenza tenuta al Circolo di Cultura del Sindacato Toscano Architetti. Il 13 gennaio 1929, VII nell’aula magna della Regia Università di Firenze. Firenze: Felice Le Monnier, 1929.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do ferro e arqui-*



tetura ferroviária em São Paulo. Reflexões sobre a sua preservação. São Paulo: Ateliê Editorial / FAPESP / Secretaria da Cultura, 1998.

_____. História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos. In. R. CPC, São Paulo, v.1, n.1, p. 16-40, nov. 2005/ abr. 2006.

_____. Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauro. Co-tia: Ateliê- FAPESP, 2009.

SETTE, Maria Piera. Il Restauro in Architettura: quadro storico. Torino: UTET, 2006.

VILLANUEVA, Ana Aparecida. Preservação como projeto: área do pátio ferroviário central das antigas CIA. Paulista e CIA. Mogiana - Campinas – São Paulo. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1996.





Relato de uma experiência: O Programa de Educação Patrimonial vinculado à obra de restauração da Cavalaria da Fiocruz em Manguinhos - Rio de Janeiro/Brasil

**Cristina Coelho / Maria Cristina Coelho Duarte
Maria Luisa Gambôa Carcereri**

Departamento de Patrimônio Histórico / Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz

RESUMO

Este trabalho apresenta a experiência do Programa de Educação Patrimonial vinculado à obra de restauração da Cavalaria, localizada no campus da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em Manguinhos, com o intuito de contribuir para o debate sobre o papel da Educação Patrimonial no processo de preservação do patrimônio edificado. O Programa, com foco na visitação, no registro e na informação, buscou atingir público com perfis diversificados, desde aqueles com interesse nos procedimentos técnicos da intervenção quanto os interessados na história das ciências e da saúde, junto à comunidade Fiocruz e à sociedade em geral, com vistas a ampliar a conscientização sobre a importância da preservação do patrimônio cultural além de contribuir com o campo profissional por meio do compartilhamento de informações.

Palavras-chave: Educação Patrimonial, Cavalaria, Fiocruz

ABSTRACT

This paper presents the experience of the Heritage Education Program linked to the work of restoration of the Fiocruz's Stable, located on the campus of the Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) in Manguinhos, in order to contribute to the debate on the role of heritage education in the preservation of the built heritage. The program, focusing on visitation, registration and information, aimed to reach diverse public, as those with an interest in the technical procedures of intervention as those interested in the history of science and health, with the Fiocruz community and society in general to broaden awareness of the importance of preserving the cultural heritage and contribute to the professional field through information sharing.

Key-words: Heritage Education; Fiocruz's Stable; Fiocruz



Introdução

Nos anos de 2014 e 2015, o edifício da Cavalaria, localizado no campus da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em Manguinhos (fig.01), Rio de Janeiro/RJ, passou por uma obra de restauração integral, coordenada pelo Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) da Casa de Oswaldo Cruz (COC)¹ que contemplou todos os elementos e materiais construtivos e os bens integrados. No decorrer da intervenção, o DPH desenvolveu o Programa de Educação Patrimonial (PgEP) vinculado à obra de restauração da Cavalaria, por meio do seu Núcleo de Educação Patrimonial (NEP) em colaboração com a Assessoria de Comunicação (Ascom) da COC.

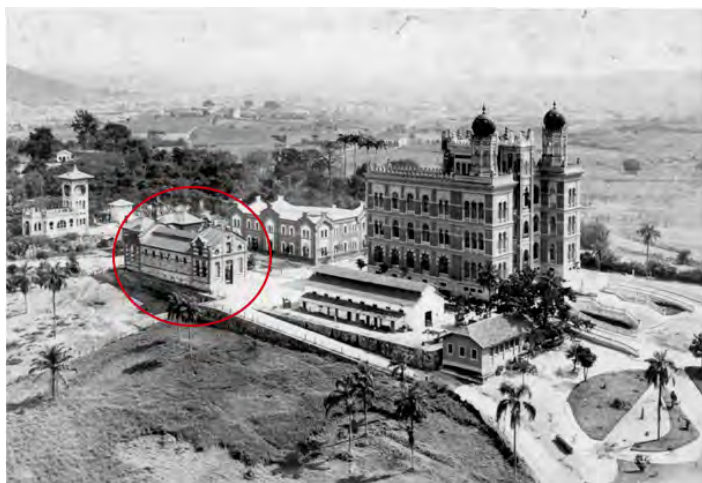


Fig. 01: Edifício da Cavalaria à esquerda / campus Fiocruz Manguinhos (início século XX). Fonte: DAD/AcervoCOC.

A Cavalaria - bem cultural tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1981, vem sendo utilizada como espaço de exposição permanente do Museu da Vida (MV)² desde o fim da década de 1990, com a exposição Biodescoberta, cujos suportes expográficos encobriam elementos construtivos e integrados do edifício, o que dificultava a apreensão satisfatória do interior do bem, que guarda ainda suas características originais e se constitui em um ob-

jeto museológico em si mesmo. Em 2012, diante da necessidade de reformulação integral da exposição e de sua desmontagem completa, foi possível realizar uma intervenção que permitisse a inspeção de todos os elementos construtivos e integrados, e a realização das ações de conservação e restauração necessárias para a manutenção da integridade física do bem.

Este momento de intervenção, que retirou completamente os suportes da exposição, converteu-se em uma oportunidade singular para valorização do bem, junto à comunidade Fiocruz e à sociedade em geral, ao permitir que a arquitetura do edifício fosse compreendida sem a interferência de equipamentos e mobiliários, revelando suas características históricas, espaciais e técnicas. Esta possibilidade foi o que, já na fase do projeto de restauração, norteou a proposta de realizar um PgEP que teve foco na visita, no registro e na informação. Além disso, as características do edifício e da própria intervenção possibilitaram a prática de canteiro aberto onde as atividades de conservação e restauração realizadas, com base no respeito à autenticidade e à integridade da edificação, permitiram ao DPH compartilhar, in loco, parte das ações de preservação e valorização do patrimônio arquitetônico histórico sob a guarda da Fiocruz.

As atividades de Educação Patrimonial (EP) realizadas no contexto dessa obra destinam-se a público diversificado, desde aqueles com interesse nos procedimentos técnicos da intervenção, quanto os interessados na história das ciências e da saúde, com a finalidade ampliar a conscientização sobre a importância da preservação do patrimônio cultural. Neste artigo, trazemos o relato desta experiência, com vistas a contribuir para o debate sobre a importância da EP no processo de preservação do patrimônio edificado.

A Cavalaria: arquitetura e preservação

No início do século XX, o Brasil vivia profunda mudança nos campos da ciência e da saúde pública, provocada pelo desafio de conter as epidemias (febre amarela, varíola e peste bubônica) que assolavam a po-

pulação. Neste contexto, o ano de 1900 marca a criação a Fiocruz, à época intitulada Instituto Soroterápico Federal, com a missão de combater os grandes problemas da saúde pública brasileira, por meio da produção de vacinas e medicamentos.

Implantada no terreno da antiga Fazenda de Mangui-nhos, a nova instituição utilizou provisoriamente algumas edificações pré-existentes, enquanto construiu instalações mais apropriadas às suas atividades. Entre as edificações construídas nesse período (1904 - 1922), destacam-se o Pavilhão Mourisco, o Pavilhão do Relógio e a Cavalaria. Essas construções e outras que não chegaram ao nosso tempo, foram idealizadas por Oswaldo Cruz, e concebidas pelo arquiteto português Luiz Moraes Júnior, para abrigar as atividades de pesquisa, ensino e produção - tripé da missão institucional para promoção da saúde pública.

Em razão do reconhecimento de seu valor histórico e cultural, este conjunto de edificações recebeu na década de 1980 o título de Núcleo Arquitetônico Histórico de Manginhos (Nahm), que atualmente é objeto de um plano de requalificação que prevê intervenções voltadas à preservação integrada dos acervos culturais e científicos, associada à ampliação da oferta de atividades socioculturais, de divulgação científica e de educação em ciências, saúde e tecnologia. Nesse contexto, insere-se o projeto de restauração da Cavalaria.

Inspirada nos edifícios industriais ingleses, a Cavalaria é composta de três módulos: um central, onde localizava-se as baias dos cavalos, e dois módulos laterais usados como salas de trabalho e depósitos. Na fachada, tijolos e pedras se alteram, e imprimem imponência à construção (fig. 02). O telhado apresenta desenho com variados volumes, com destaque para a clarabóia que coroa a abóbada que arremata um dos módulos laterais.



Fig.02: Cavalaria da Fiocruz. Fonte: Acervo COC.

A Cavalaria foi construída entre 1904-1905, para acolher os cavalos que eram utilizados para a produção de soros contra a peste. A moderna infraestrutura de que dispunha o edifício à época de seu funcionamento inicial incluía instalações para assegurar a assepsia e o aproveitamento dos refugos gerados pelos animais. Para a limpeza das baias, que possuíam pisos inclinados em direção a um conjunto de ralos e grelhas, foi utilizado o sistema de flushing tank, que lançava uma descarga de água a cada quarto horas, fazendo a limpeza do espaço e permitindo a utilização da água servida para a irrigação dos campos de cultivo das forragens. As fezes dos animais, diariamente lançadas numa estrumeira, geravam gases utilizados para a iluminação das baias, e depois serviam como adubo para os campos.

Antes da restauração realizada entre 2014/15, a Cava-



lariça havia passado por apenas uma obra integral de restauração na década de 1990 para a implantação da exposição BIODESCOBERTA e, desde então, recebia manutenções pontuais limitadas pelo uso. Nos últimos anos, o edifício apresentava infiltrações recorrentes em diversos trechos da cobertura, o que contribuía para a deterioração do interior e das fachadas da edificação e demandava uma intervenção de maior monta que, somada à possibilidade de desmontagem completa da referida exposição para sua total reformulação, resultou na restauração integral do bem. As ações contemplaram todos os materiais construtivos e os bens integrados, desde o latão dos bicos de gás até os azulejos brancos ingleses, passando pelos tijolos de Marselha, os metais dos equipamentos, as esquadrias, as escadas e a estrutura dos telhados.

O Programa de Educação Patrimonial vinculado à obra de restauração da Cavalaria

O PgEP atuou sobre três frentes principais: i) exposição a céu aberto com registro de informações técnicas e históricas sobre o edifício, aplicadas ao tapume da obra; ii) visitas guiadas à obra, no conceito do canteiro aberto, realizadas desde agosto de 2014 e que se estendem até os dias atuais, após a conclusão da obra e enquanto a nova museografia não é implantada; iii) registro audiovisual e fotográfico da intervenção para produção de vídeos documentário sobre o edifício e a obra realizada, além da constituição de acervo técnico e histórico sobre a intervenção.

Exposição a céu aberto: os tapumes como suporte

O tapume da obra abrigou programação visual, contendo informações e imagens com características históricas, arquitetônicas e técnicas da edificação e sobre o projeto de restauração (fig.03). Não temos parâmetros para avaliar o resultado de visualização do tapume durante o período em que esteve instalado no local. No entanto, com uma programação visual que atraia os passantes, podia-se perceber em muitas pessoas o inte-

resse pela leitura do seu conteúdo. Além disso, durante as visitas à obra de restauração, o tapume era usado como exposição introdutória na mediação feita pelos arquitetos autores do projeto de restauração e fiscais da obra, para contar a história da edificação e ilustrar suas características arquitetônicas, assim como apresentar o escopo da intervenção.



Fig.03: Parte da arte aplicada ao tapume da obra de restauração da Cavalaria. Fonte: Acervo DPH.

Registra-se que a utilização dos tapumes das obras de conservação e restauração, coordenadas pelo DPH/COC, como suporte para divulgar a história do bem, apresentar as características arquitetônicas e o escopo da intervenção já era uma prática institucional corrente. No entanto, o tapume em análise diferiu das experiências anteriores pelo fato de ter recebido um tratamento de exposição a céu aberto, com uma programação inspirada em seus elementos construtivos e ornamentais, e por ter toda a sua extensão, voltada para as áreas de circulação do campus, coberta com conteúdo, atraindo os olhares e a curiosidade dos transeuntes.

Visitas guiadas à obra: o conceito do canteiro aberto

O programa de visitas guiadas ao edifício da Cavalaria foi idealizado para acontecer durante todo o período da obra, concluída em agosto de 2015, mas se estende até os dias de hoje, enquanto o edifício não recebe a nova museografia (em fase de projeto), aproveitando a potencialidade deste momento. As visitas são realizadas com grupos de até 20 pessoas, em horários agendados com o NEP, e destina-se ao público interno da Fiocruz e à sociedade em geral. Para a divulgação da atividade, foram distribuídos cartazes para todas as unidades do campus Manguinhos; em algumas escolas de arqui-

tetura e em instituições culturais na cidade do Rio de Janeiro, além de envio de mala direta e de divulgação continuada por meio do portal COC e dos meios de comunicação interna.

Durante as atividades, mediadas pelos arquitetos responsáveis pelo projeto de restauração, o público tem a oportunidade de ver o interior do edifício integralmente e em seu aspecto primitivo. Além da história do bem³, o visitante pode conhecer as técnicas de restauração e conservação praticadas.

As visitas nos moldes de canteiro aberto foram realizadas no período de agosto de 2014 a julho de 2015. Nesse intervalo, 203 pessoas foram atendidas (2014= 67; 2015= 136). No primeiro ano, procurava-se organizar visita por grupos de interesses afins: pessoas leigas em arquitetura mas interessadas na história e pessoas da área de arquitetura e afins com interesse em preservação. Já em 2015, foram organizadas visitas sem distinção de interesse de público.

A oportunidade de conhecer a Cavalaria durante as obras fomentou o interesse de um grande número de trabalhadores da Fiocruz, de vários campos de atuação (figs. 04e 05⁴). Além disso, profissionais de diversas instituições (ex.: Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ e Iphan) também se interessaram pelo trabalho realizado no edifício, o que contribui para divulgar as iniciativas e os critérios de preservação empreendidos pelo DPH/COC e também reforçar a importância e o valor do Nahm em diferentes contextos.

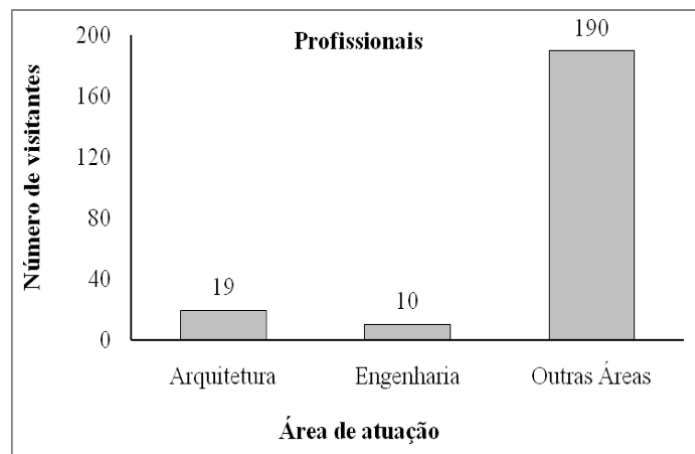


Fig.04: Número de profissionais que visitaram a Obra de Restauração da Cavalaria, distribuídos por áreas de atuação.

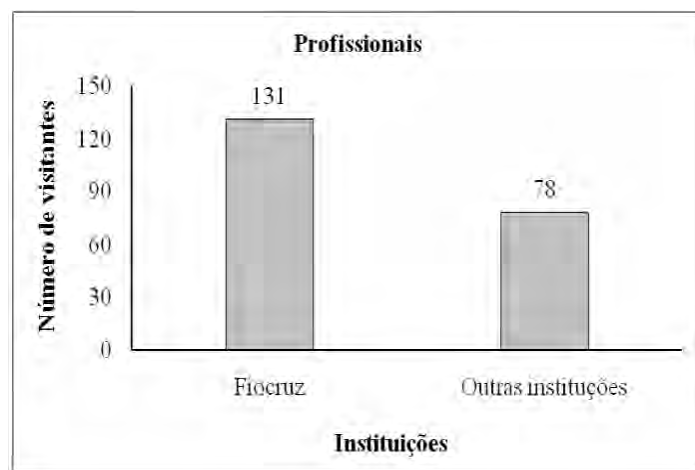


Fig.05: Instituições a que pertencem os profissionais que visitaram a Obra de Restauração da Cavalaria.

O programa também atraiu 112 estudantes⁵ de diversos níveis de escolaridade, instituições e cursos. Aproximadamente a metade deste universo foi de alunos dos cursos de especialização da própria instituição. Além



destes, registramos a presença de alunos de outras instituições como UFRJ e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

A maioria dos visitantes foi da região Sudeste, registrando-se ainda visitantes das regiões Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste, ampliando o alcance do trabalho desenvolvido pelo DPH/COC para além dos limites da região fluminense. Quanto ao perfil etário, foram registradas pessoas no intervalo entre 17 e 69 anos, sendo a maioria entre 21 e 50 anos (fig. 06).

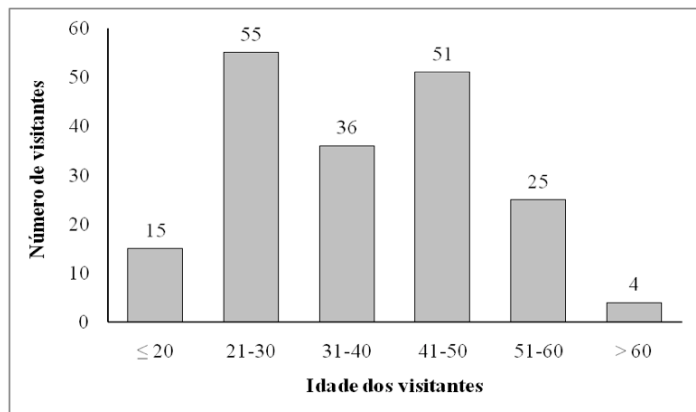


Fig. 06: Idade dos visitantes da Obra de Restauração da Cavaleriça..

Em 2015, ainda no período de obras, foi solicitado aos visitantes o preenchimento de uma avaliação sobre a visita, e a maioria (99%) avaliou positivamente a atividade. Embora algumas percepções não tenham sido registradas nas fichas, durante as visitas, diversos participantes, em especial da comunidade Fiocruz, manifestaram surpresa em poder conhecer a estrutura do edifício e suas características técnicas, bem como o interesse de rever o edifício após a conclusão da obra. Entre os comentários registrados nas fichas de avaliação sobre a visita, podemos destacar aspectos como a contribuição da visita para o conhecimento na área da restauração; a importância da EP em contexto das obras de restauração; a oportunidade que a visita à obra

permite para um maior conhecimento sobre os critérios da intervenção entre outros.

Desde novembro de 2015, após o término da obra de restauração, encontra-se em andamento o programa de visita ao edifício já restaurado⁶. A decisão pela continuidade do programa foi tomada com base na avaliação positiva do programa, na demanda por conhecer o resultado final do processo exarada pelo público que visitou o local durante a obra, e considerando que o edifício ainda está desocupado - em preparação para receber a nova exposição permanente. A atividade, que tem foco na história, nos aspectos arquitetônicos e na obra de restauração, segue os moldes do programa anterior: grupos pré-agendados, guiados pelos arquitetos que estiveram envolvidos com o projeto e a obra. Entendemos que a manutenção das ações de EP vai ao encontro da missão da COC, contribuindo para preservar a memória da ciência biomédica e da saúde no Brasil, e valorizar o patrimônio arquitetônico histórico da Fiocruz.

Registro audiovisual e fotográfico da intervenção: constituição de acervo e produção de vídeos documentários

Durante a obra, foram realizados registros fotográficos e audiovisuais dos trabalhos de restauração nos diferentes materiais e elementos arquitetônicos, assim como de depoimentos de profissionais que atuaram na intervenção, ou diretamente ligados à proposta de requalificação do edifício. Estes registros estão sendo utilizados para a produção de dois vídeos documentários que serão veiculados tanto no portal virtual da COC quanto no próprio edifício, cujo projeto da nova ocupação prevê destinar um espaço para uma exposição sobre a Cavaleriça.

Além de acompanhar a cronologia do processo, as premissas e os procedimentos aplicados na restauração do bem, a produção deste material irá contribuir para a formação de um acervo audiovisual das intervenções realizadas pelo DPH, com registro das técnicas de conservação e restauração realizadas nos diversos materiais

e elementos construtivos que integram os edifícios de interesse para preservação da Fiocruz, e colaborar com as pesquisas do DPH sobre metodologias e técnicas de conservação. Constitui-se, ainda, como material didático-pedagógico que contribui para o desenvolvimento da capacitação profissional no campo da preservação de bens imóveis. A linguagem audiovisual mostra-se bastante eficiente no desenvolvimento de habilidades de cunho técnico-artesanal, na medida em que permite demonstrar com clareza e riqueza de detalhes os processos operacionais envolvidos na execução das práticas construtivas.

Conclusões

A realização das ações de EP durante a obra de restauração da Cavalaria, na Fiocruz, e sua positiva repercussão no público, demonstram a importância da implementação de programas dessa natureza no contexto das intervenções com vistas à preservação de bens culturais imóveis. Para tanto, ressalta-se a necessidade cada vez maior de investigação visando ao desenvolvimento de metodologias customizadas que garantam a eficácia desses programas não apenas para a valorização do bem, mas, principalmente, para a ampliação da consciência coletiva pela necessidade da preservação e da participação de todos nesse processo, por meio de ações quotidianas (diretas e indiretas).

Ficha Técnica:

Projeto gráfico: Silmara Mansur (Ascom/COC); Divulgação e Comunicação: Fabio Iglesias e Glauber Gonçalves (Ascom/COC); Projeto de restauração, fiscalização da obra e mediação na visita: Bruno Sá e Giovanna Martire (DPH/COC); Elaboração e acompanhamento do PgEP: Cristina Coelho e Maria Luisa G. Carcereri (NEP/DPH/COC); Fotos e vídeos: Peter Ilciev (CCS/Fiocruz) e Vitor Kruter; Produção dos documentários: Vagaluzes Filmes.

¹ *COC: unidade técnico-científica da Fiocruz, criada em 1986, dedicada à preservação da memória da instituição e às atividades de pesquisa, ensino, documentação e divulgação da história da saúde pública e das ciências biomédicas no Brasil (portal coc.fiocruz.br).*

² *Vinculado a COC, o MV é um espaço de integração entre ciência, cultura e sociedade. Adota como temas centrais a vida enquanto objeto do conhecimento, saúde como qualidade de vida e a intervenção do homem sobre a vida.*

³ *Durante a intervenção as visitas utilizavam como referência para a apresentação histórica o tapume da obra. Após a retirada dos tapumes, foram confeccionados cartazes que registram tanto o histórico, quanto os serviços de restauração.*

⁴ *Importante frisar que para alguns campos de análise da ficha, não houve preenchimento por todos os participantes, o que pode alterar o somatório total dos gráficos.*

⁵ *38 pessoas se enquadraram em dois campos: profissionais e estudante, o que influi no somatório total dos gráficos.*

⁶ *Por estar em andamento, esta fase da visita ainda não teve seus dados analisados.*



Referências bibliográficas

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO. Projeto básico para contratação da obra de restauração do edifício da Cavalaria. Fundação Oswaldo Cruz, 2013.

OLIVEIRA, Benedito Tadeu de (coord.); COSTA, Renato Gama-Rosa; PESSOA, Alexandre José de Souza. Um lugar para a ciência: a formação do campus de Manguinhos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.



Desenho, Acervo & Memória: entre linhas e manchas espaço para reflexão. Uma prática de educação patrimonial em Poços de Caldas

Dalmoni Lydijusse

Artista plástica e Educadora, criadora do Atelier de Arte Ziriguidum

Esther Cervini de Melo

Arquiteta e Urbanista, professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas campus Poços de Caldas. Doutoranda no POSURB - PUC Campinas

RESUMO

O artigo aborda uma prática de Educação Patrimonial através do projeto Desenho: Acervo e Memória, realizado em 2015 na cidade de Poços de Caldas. O objetivo desse projeto é despertar o interesse dos alunos pelas questões urbanas e a percepção da cidade como obra do homem, portanto, possível de ser transformada. O caminho aqui escolhido passa pelo desenho, desenho do observado; este tem sido o que se chamou de percurso, cujo desenvolvimento se dá pela apreensão sensível de construção subjetiva para a educação patrimonial.

Palavras chave: educação patrimonial, desenho, memória.

ABSTRACT

The article discusses the practice of Patrimonial Education observed in the project “Drawing: Collection and Memory”, which was held in 2015 in the city of Poços de Caldas. The target of the project was to arouse students’ interest in the urban issues, as well as their perception of the city as the result of men’s work, and therefore, as something plausible to be changed, transformed. The methodology chosen to such challenge was to reproduce urban scenarios in observative drawings. Such has been our path, which gradually developed into the construction of a sensible apprehension of the urban space. In other terms, the project’s development has led to sensible apprehension of the subjective construction for the Patrimonial Education.

Keywords: Patrimonial Education, Design, Drawing, Memory, Remembrance.



O projeto DESENHO: Acervo & Memória criado na cidade de Poços de Caldas, MG, está em atividade desde o princípio de 2015 por iniciativa do Atelier de Arte Ziriguidum. A proposta para os participantes foi a de familiarizá-los com o tema e discutir sobre patrimônio através do desenho de observação de lugares, de suas formas, que foram sendo apreendidas no cotidiano da cidade e hoje passam despercebidas.

Quando as inscrições se abriram a maioria dos inscritos foram alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas campus Poços de Caldas.

A primeira questão foi estabelecer com o patrimônio o componente perceptual que se dá no contato com o lugar, para compor a compreensão intelectual, com significado histórico, biográfico e emocional, e assim compreendê-lo como parte da vida das pessoas.

A atividade desta proposta de trabalho vem no subtexto, entre linhas e manchas espaço para reflexão, ou seja, entre o fazer linhas e manchas para a construção do desenho, a partir do observado, re-olhar as formas incomuns que se tornaram comuns por serem vistas cotidianamente. E se, ao desenhar, se descobrir formas da cidade simultaneamente à experiência de estar presente no espaço arquitetônico, também reatualizando seus registros teóricos e históricos.

Desenhar detalhes arquitetônicos e a paisagem urbana tornaria visível a questão da subjetividade na educação patrimonial. O objeto de estudo nesse artigo é o desenvolvimento da apreensão sensível para a educação patrimonial pela construção subjetiva de cada um.

Para introduzir o tema, a idéia é preparar os participantes a entrarem em contato com a complexidade que esta questão do Patrimônio envolve. E são muitas, pois se trata de assuntos interdisciplinares como a arquitetura, a arqueologia urbana, a história da cidade, a expressão da arte nos desenhos apresentados, entre outros. O caminho aqui escolhido passa pelo desenho, desenho do observado; este tem sido o que se chamou de percurso. A relação dos participantes com os objetos da cidade foi sendo construída através da percepção topológica que parte do modo como a identidade de cada um se relaciona com o que está apresentado.

O desenho também é a subjetividade de seu criador, em traço, cores, texturas, organização, disposição, configurações, etc. Todo ambiente que nos acolhe tem um desenho, às vezes imperceptível, mas presente. O ambiente humano se revela pelo desenho. O aluno cria seu próprio desenho. Paul Klee dizia “a arte torna visível”, ou seja, apresentar e não (re)presentar algo a partir da observação. A identidade é o desenho da pessoa, e nele pode conter a herança que se recebeu da cidade materializada pelo patrimônio. Garante a memória e o sentimento de pertencimento dos seus habitantes.

Sobretudo, abrir os sentidos para perceber a paisagem em que se está imerso, reconhecendo expressão da cultura nesses fragmentos. Compreendendo nas formas, a identidade da cidade, para além de seus registros estéticos e técnico construtivos. Estes lugares são as jóias da cidade, e assim, contribuíram e contribuem para a formação subjetiva dos seus habitantes. As edificações remanescentes são registros vivos do processo histórico vivido, dizem respeito daqueles que nelas habitaram, e, ou, ainda habitam, regula no espaço da cidade o contato entre o antigo e o novo. São diversas as gerações que tiveram escrito, corrigido, apagado e acrescentado o território urbano, e neste imenso arquivo de signos (SECCHI, 2006, p.15) pode-se apreender um vasto conjunto de intenções, projetos, bem como ações concretas de pessoas, de pequenos grupos ou de sociedades inteiras.

O DESENHO NA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Construir a proposta de um percurso ao tema de educação patrimonial. A palavra percurso, ao invés de curso, quer assim ser a proposta epistemológica de relação com o assunto. A relação com a aprendizagem comparada com o de passar pelo curso de um rio, quer funcionar como metáfora para se pensar a aprendizagem como gesto em construção.

O projeto DESENHO: Acervo e Memória propôs saídas semanais pela tarde nas ruas da cidade com a orientação da artista plástica Dalmoni Lydijusse e encontros



mensais nos sábados com convidados como a turismóloga Jussara Marrichi, o arquiteto Gustavo Noronha, o sociólogo Stélio Marras, o artista plástico Claudio Guedes, a arquiteta Esther Cervini de Melo, o arquiteto e artista plástico Paulo von Poser, e o educador Adriano Nogueira. Compartilharam e refletiram sobre a questão do patrimônio a partir de seus saberes e de suas atuações com o tema.

Os encontros para desenhar a cidade tinham como objetivos os seguintes aspectos:

- Provocar o encontro contemplativo com as formas arquitetônicas enquanto as observa para conhecê-las.
- Promover a construção do desenho autoral e compreendê-lo, sobretudo como linguagem signíca.
- Estabelecer apreensão sensível e afetiva com o patrimônio edificado.
- Introjectar a educação patrimonial como manutenção de subjetividades.
- Expor a público os registros realizados para disseminar os diversos olhares sobre a cidade e seu patrimônio.

Em arquitetura, um edifício pode ser novo, mas a paisagem é sempre a conversão de um lugar existente em alguma outra coisa. Torna-se vital, portanto, entendermos o contexto de modo a estabelecermos uma empatia genuína com o lugar. A apreensão da paisagem requer algumas horas passadas em cada local – desenhando, ouvindo, sentindo, observando. Raramente representam um desperdício de tempo.

Sob diversas propostas de exercício se desenvolve a prática de desenho a partir do observado, e sempre, sob os preceitos da linguagem do desenho contemporâneo, onde o elemento observado vem revelado sem hierarquia, sem a concepção de planificação dos elementos na imagem. Vale lembrar aos não familiarizados com tais conceitos do desenho contemporâneo que, não se trata de desenho servido do observado para pretender ser fotografia feita a lápis; desenhar é traduzir o indizível; o desenho é expressão. Trata-se da compreensão signíca dos elementos que compõem o desenho, traço

é traço, mancha é mancha, escuro é escuro, não há fetiche para se alcançar mimese (fazer igual ao que se vê), há, sim, elaboração de elementos visuais correlatos à leitura da forma, extraídos da informação observada.

É nesse sentido que a estratégia do traço proposto pelo coletivo de artistas e arquitetos organizado pelo Atelier Ziriguidum se apresenta: por meio do desenho, capacitar a linha, amplificá-la também pelos sentidos, observar, pesquisar, mergulhar na paisagem. As mãos extraem do que está presente, seja o desgastado degrau de uma escadaria, a textura viva da cidade no entreaberto de uma janela, um lambrequim rendilhado sobrevivente em meio a uma floresta de edificações novas.

O objetivo desse projeto é despertar o interesse dos alunos pelas questões urbanas e a percepção da cidade como obra do homem, portanto, possível de ser transformada. Como metodologia, a proposição de exercícios se faz em diferentes tamanhos de papel usando diferentes tempos e modos de realizá-los, dando voz a novos modos de desenhar.

O grupo foi orientado a realizar os desenhos a partir de três variáveis: a primeira é o tempo administrado, que ora se alonga, ou diminui; a segunda são os diferentes formatos da superfície, papéis cortados em diversos tamanhos e proporção, exigindo do executor encontrar na estranheza do espaço como se relacionar com o espaço do papel, a terceira proposição, o desenvolvimentode modos de execução, explorar o material em sua linguagem potencial. A qualidade desse processo de experimentações que parte do manejo do tempo para o espaço se deve à possibilidade de gerar o rearranjo a cada proposta de desenho, pois não há tempo de fazer o que já se sabe, provocando alteração e outra solução até então impensada. As séries de exercícios propostos são feitas em ressonância com o andamento do grupo. Além dos desenhos, há também um tipo de registro escrito que funciona como relacionamento textual, comunicando situações objetivas, elaborando considerações, revelando como foi a experiência com o ato de desenhar, ou até divagando, se for o caso. Esta comunicação recebeu o nome de Resquícios Existenciais porque conceitualmente representa o que ficou conser-



vado, um recorte do que fica mesmo depois. O que sobra como indício do vivido. Mas que em absoluto não fosse escrito como ata de reunião e sim, como um resquício do que existiu sob a ótica particular e subjetiva de quem o escreveu. Às vezes claro, às vezes poético, às vezes como quem quer dizer de um sentimento.

DESENHOS E NARRATIVAS URBANAS

Considerou-se a experiência de Desenho: Acervo e Memória uma prática da apresentação de objetos patrimoniais pela arte, revertida à cidade. Depois dos vários encontros que geraram a produção dos desenhos, eles foram organizados para a ocupação e inauguração da Casa Amarela Espaço Cultural no Sesc de Minas Gerais unidade de Poços de Caldas entre 05 de dezembro e 21 de fevereiro deste ano (2016). A exposição foi intitulada Mostra de Artes Visuais “ENTRE LINHAS E MANCHAS: ESPAÇO PARA REFLEXÃO”. O grupo foi composto por Ana Flavia Dias Almeida, Anamaria Sales Canuto, Dayron Teixeira Magalhães, Felipe Florentino, Giovana Fontaniello, Laura Gonçalves, Marcelo Noronha, Raphaela Gouvêa, e Shara Pereira.

Para ilustrar a dimensão poética que a identidade dos desenhos revelou apresenta-se parte da produção da aluna Shara, estudante do 4º período do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas campus Poços de Caldas, vinda da cidade vizinha de Bandeira do Sul. Seu pai é marceneiro.

“Pense naquilo que te da saudade! Pensei que eu tenho saudade de quando meu pai trabalhava mais com madeira maciça e agora nem tanto mais. E olhando para aqueles detalhes, aquele assoalho bonito percebi como era um patrimônio tão forte para mim e como aquilo significava a identidade”.

“Quando desenhava aqueles itens difíceis tudo que eu ia escolher era de madeira, mas resolvi deixar o mais marcante para a identidade, que era o entalhe, que sempre é diferente um do outro e que marcou muito a minha história.

Acho que isso se encaixaria bem na identidade de patrimônio”.

“Identidade, palavra forte que remete a tantas coisas... É aquilo que identifica, e acho que identificação seria um bom termo para entrar no patrimônio, por que como discussão inicial deste PERCURSO, uma das características estabelecidas por nos foi esta identificação, a identificação do homem com aquilo que é considerado patrimônio pela maioria das pessoas, porque não basta apenas o edifício, ou a cultura serem tombadas como patrimônio, é preciso que tomemos aquilo como posse, identidade de nos mesmos enquanto pessoas”.

“Aquela fazenda de Piranguinho, aquela casa dos avós, os quais nem conheci, aquelas memórias que eu não vivi me foram passadas e eu senti saudade delas, mesmo sem viver aquelas memórias elas estão preservadas. Como um baú que guarda o tesouro”.

“Quais critérios usar para escolher o que desenhar, poderiam ser os mesmos objetos que a justificativa não seria a mesma, por que cada pessoa tem uma visão de mundo”.

“O que isso tudo tem a ver com arquitetura? Que doidera, essa introspecção toda não é verdade? Como responder a isso? A arquitetura e a cidade não é apenas para ser admirada, ela deve ser vivida. Citando um autor: Uma cadeira deve ser pensada numa sala, uma sala pensada numa casa, uma casa pensada numa rua, e o desenho, na profissão, no traço do artista, na vida das pessoas, na memória, na observação, na escala, nos detalhes, no tempo, no calor; tudo colocado no liquidificador torna - se uma mistura que deve dar uma coisa boa”.

“Arquitetura não é só desenho no CAD, grandes curvas ou muita tecnologia, é preciso saber projetar e saber também o que leva a isso, uma formação para construção daquilo que eu vou ser... Este trabalho também influi para melhor produção projetual, no desenvolvimento do ra-



ciocínio e criatividade, acrescentando ao repertório pessoal”.

“Relação de pertencimento, lugar de origem (Portugal) disposição diferente de cidade, exterior, bugigangas existenciais. Bugigangas aparentemente inúteis. Desenho como instrumento, ferramenta”.

Este texto, produção da experiência vivida no casarão da Villa Junqueira (datado de 1898), funciona o Museu Histórico e Geográfico da cidade. Conta a relação entre as proposições e o que provocaram. Neste dia foram lançadas nove palavras: bem, patrimônio, valor cultural, identidade/autenticidade, valor arqueológico, valor etnográfico, valor bibliográfico, valor artístico, monumento histórico. A respeito do que estas palavras diziam? Como estas palavras poderiam encontrar em desenho, ressonância com o que significam? Em nove desenhos, responderam o que encontraram, objetos com os quais estabeleceram identidade com o que tinham de próprio.

Desenhos de Shara



Figura 1: THERMAS ANTÔNIO CARLOS sala de mecanoterapia, 26/março/2015



Figura 2: RUA RIO GRANDE DO SUL, 09/abril/2015



Figura 3: RUA RIO GRANDE DO SUL, 23/abril/2015





Figura 4: PRAÇA PEDRO SANCHES, 14/maio/2015



Figura 5 : RUA ASSIS FIGUEIREDO, 18/junho/2015



Figura 6: Vista parcial da Mostra de Artes Visuais "ENTRE LINHAS E MANCHAS: ESPAÇO PARA REFLEXÃO". Ocupação e inauguração da Casa Amarela Espaço Cultural do Sesc de Minas Gerais, unidade de Poços de Caldas. Fonte: [Atelier Ziriguidum](#)

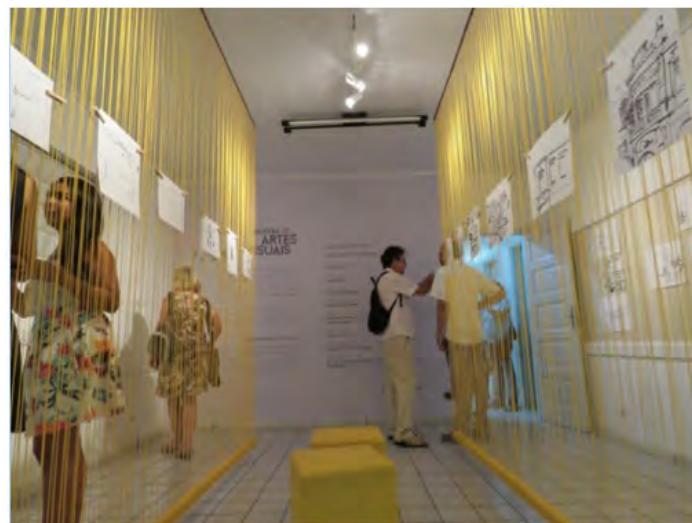


Figura 7: Mostra, vista geral. Fonte: [Atelier Ziriguidum](#).

DESENHO E SUBJETIVIDADE: algumas questões para pensar a educação patrimonial

Uma característica fundamental do desenho contemporâneo seria a experimentação, e ela traz em sua atitude um “trabalho de risco” mais que “um trabalho de certeza” (PALLASMAA, 2012, p.79). O “trabalho de risco” envolve a falta de atenção, um acidente, o trabalho pode se perder, mas as obras realizadas historicamente no risco são as mais admiradas pelo homem. Esta provocadora maneira de experimentar com estruturas novas, formas, materiais, detalhes e suas combinações implicam em uma incerteza mental de avançar por caminhos não transitados. O estado criativo é uma condição de imersão háptica onde a mão explora, investiga, toca de um modo parcialmente independente.

Fazer esboços e desenhar constitui exercícios espaciais que funcionam como entidades singulares e dialéticas da realidade externa do espaço e a matéria e a realidade interna da percepção, do pensamento e da imaginária mental, continua PALLASMAA (2012. P.99):

Quando desenho o contorno de um objeto, de uma figura humana ou de uma paisagem em realidade estou tocando e sentindo a superfície do sujeito de minha atenção, e inconscientemente sinto e interiorizo seu caráter.

Haveria um jogo entre diferentes imagens: a do desenho que aparece no papel, a imagem visual que aparece na própria memória cerebral que passa a ficar registrada na memória muscular. Estes desenhos dificilmente serão esquecidos, diferentemente de um registro fotográfico.

A sedimentação espacial e temporal do desenho registraria o patrimônio não apenas como objeto antigo, memorial, mas como arcabouço de projeto futuro uma vez que a imagem sófica resulta no processo da aprendizagem arquitetônica. Na constituição da relação entre o desenho e a subjetividade, desenhar é um processo de observação e de expressão, de receber e dar ao mesmo tempo. Um desenho olha simultaneamente para dentro

e para fora, para o observado e imaginado e também para o próprio aluno e seu mundo mental.

É o que se vê nas narrativas visuais e poéticas de Shara: a observação do detalhe em madeira da estrutura do telhado a fez lembrar da marcenaria de seu pai e sua história pessoal, e ao mesmo tempo esta vivência pessoal a fez ver o detalhe arquitetônico.

Os participantes do projeto puderam demonstrar um crescente interesse pela construção da cidade, pelas questões de conservação da arquitetura, pela participação efetiva nas discussões de políticas públicas a respeito de patrimônio. Foi de grande relevância a Mostra de Artes Visuais “ENTRE LINHAS E MANCHAS: ESPAÇO PARA REFLEXÃO” quando eles colocaram à exposição seus desenhos, fruto de um trabalho de germinação da Educação Patrimonial em Poços de Caldas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHELARD, G. A poética do devaneio. 3ª ed. Tradução de Alain M. Mouzat, Mário Laranjeira. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

BELTRAN, Maria H. R. ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria (Org.). O laboratório, a oficina e o ateliê, a arte de fazer o artificial. São Paulo: Educ/Fapesp, 2002.

BRANDI, C. Teoria da Restauração. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

DE MASI, Domenico (Org.). A emoção e a regra, Os grupos criativos na Europa de 1850 a 1950. 6ª ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1999.

HANSON, N. Russell. Observação e Interpretação. In: MORGENBESSER, Sidney; NAGEL, Ernst (Org.). Filosofia da Ciência. 2ª ed. São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.



HORTA, M. de L. P. et al. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

HUTCHISON, Edward. O desenho no projeto da paisagem. Tradução de Denise de Alcântara Pereira. SL, Barcelona: Editora Gustavo Gili, 2012.

KLEE, Paul. Sobre a arte moderna e outros ensaios. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

MARRAS, S. A propósito de águas virtuosas: formação e ocorrências de uma estação balneária no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MARRICHI, J. M. O. A cidade termal: ciência das águas e sociabilidade moderna entre 1839 e 1931. São Paulo: Anablume, 2015.

MATTOZZI, Ivo. Currículo de História e educação para o patrimônio. Educ. rev. Belo Horizonte, n. 47, p. 135-155, junho. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982008000100009&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 28.julho.2015.

PALLASMAA, Juhani. La mano que piensa. Saniduría existencial y corporal em La arquitectura. Barcelona: Gustavo Gili, 2012.

REVISTA LACRÈME, Patrimônio Vivo. Ano 03, Edição 11. Dezembro 2013. Poços de Caldas, MG.

SECCHI, Bernardo. Primeira lição de urbanismo. São Paulo: Perspectiva, 2006.

VALE, Maria José. et al. Paulo Freire, educar para transformar: almanaque histórico / Maria José Vale, Sonia Maria Gonçalves Jorge, Sandra Benedetti. São Paulo: Mercado Cultural, 2005.



Projeto “Poços em Postais” - Um novo olhar sobre o Patrimônio Tombado Poços-Caldense

Arq^a. Luciana Valin Gonçalves Dias

Mestranda em Urbanismo - POSURB - PUC Campinas

RESUMO

“Poços em Postais” – Um novo olhar sobre o Patrimônio Tombado Poços-Caldense, foi um projeto que surgiu como trabalho de conclusão do curso de Educação Patrimonial do Instituto Federal do Sul de Minas – Campus Poços de Caldas, em 2013, e foi aprimorado para ser executado com um patrocínio público. Foram confeccionados 18 mil postais que foram distribuídos gratuitamente à população e turistas na cidade de Poços de Caldas. Entre os 22 bens tombados pelo CONDEPHACT-PC, foram selecionados 6 destes bens para se tornarem postais. São eles: o Coreto da Praça Pedro Sanches, o Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas, Palace Hotel, Palace Casino, Thermas Antônio Carlos e Parque José Afonso Junqueira.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Patrimonial, Bens Tombados, Poços de Caldas.

ABSTRACT

“Poços in Postcards” - A new look at the Listed Heritage Poços-Caldense was a project that emerged as work completion of the course of Education Equity Federal Institute of Southern Minas Gerais - Campus Poços de Caldas, in 2013, and has been enhanced to run with public funding. They were made 18,000 cards that were distributed free to the public and tourists in the city of Pocos de Caldas. Among the 22 goods listed by CONDEPHACT-PC were selected 6 of these goods to become postcards. They are: the Bandstand of Pedro Sanches Square, Geographical History Museum of Pocos de Caldas Palace Hotel, Palace Casino, Thermas Antonio Carlos and José Afonso Junqueira Park.



INTRODUÇÃO:

A linguagem dos Postais remete à histórica vocação da formação da cidade de Poços de Caldas, que é o turismo. Além do encaminhamento de mensagens, os postais são muito requisitados por colecionadores, criando uma relação de grande pertencimento e registro histórico para a população.

O projeto “Poços em Postais” compreende um olhar para o Patrimônio da cidade de Poços de Caldas. Diante dos 22 Bens Tombados pelo CONDEPHACT-PC, criaram-se postais de gratuita distribuição contendo imagens desse Patrimônio local. Estes cartões foram constituídos de imagens atuais dos bens selecionados, um breve histórico do mesmo e iconografia antiga destes mesmos bens.

Através de pesquisa histórica, técnicas de educação patrimonial e arte, criaram-se um produto-imagem para representar e divulgar o acervo histórico e cultural da cidade de Poços de Caldas.

“A Educação Patrimonial se constitui de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócia histórica das referências culturais em todas as suas manifestações com o objetivo de colaborar para o seu reconhecimento, valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos de base democrática devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais onde convivem noções de patrimônio cultural diversas”. (CADERNOS, 2015, p.24 apud FLORENCIO et al 2014)

É um processo constante e sistemático para que a popu-

lação em geral compreenda e valorize um bem, um patrimônio de interesse público, um patrimônio cultural. Assim, ao promover ações entre a comunidade, faz-se com que as pessoas compreendam o valor do patrimônio e contribuam para a sua preservação.

Patrimônio Cultural pode ser entendido como:

“São todas as manifestações e expressões que a sociedade e os homens criam e que, ao longo dos anos, vão se acumulando com as das gerações anteriores. Cada geração as recebe, usufrui delas e as modifica de acordo com sua própria história e necessidades. Cada geração dá a sua contribuição, preservando ou esquecendo essa herança”. (MANUAL, 2007, p.5)

O patrimônio cultural não são apenas os bens de “herança” dos antepassados, mas tudo que possa ser considerado como “expressão” de uma geração, de um povo, de uma comunidade, de uma cultura. Diante disso, a educação patrimonial pode contribuir para a formação de uma identidade, pode resgatar uma memória local, pode servir como um instrumento de sensibilização das pessoas em relação à história e à memória dos lugares.

APRESENTAÇÃO DO PROJETO:

O projeto “Poços em Postais” foi criado como produção final do Curso Educação Patrimonial – Bens Culturais, oferecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Campus POÇOS DE CALDAS, FIC (Formação Inicial e Continuada) em parceria com o Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas, entre agosto e novembro de 2013. Com duração de 100h. O curso teve como objetivo qualificar profissionais e atender a necessidade de preservação do patrimônio municipal. A intenção principal deste projeto foi gerar o conhecimento e a conscientização da preservação do Patrimônio Municipal, trabalhando a Educação Patrimonial.

J



USTIFICATIVA DO PROJETO:

Desde sua formação, a cidade de Poços de Caldas demonstra um grande potencial e vocação turística, tendo a questão patrimonial e histórica como um dos seus atrativos. Cartões Postais de qualidade gráfica e artística possibilitam a criação de um eficiente “produto-imagem”, que valoriza e resgata, com arte, cultura e beleza, o patrimônio, a história e as tradições locais, trazendo benefícios não só aos turistas, que buscam produtos com excelência, como aos moradores, que percebem a preservação patrimonial, o cuidado, e o respeito por sua “identidade”.

Com o intuito de valorizar e resgatar os valores de história e memória da cidade, a proposta de criação e distribuição de Postais que retratam os 22 bens tombados pelo CONDEPHACT-PC (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Turístico de Poços de Caldas) foi apresentado um produto diferenciado, que proporcionou o acesso de todos a um artefato de qualidade e que permitiu um novo olhar sobre a cidade, gerando a conscientização da preservação do Patrimônio e trabalhando, portanto, a Educação Patrimonial.

Ao lançarmos os cartões postais sobre um mesmo tema, temos a criação de uma coleção com o conteúdo específico sobre a história e registro dos bens materiais tombados em Poços de Caldas. Ao se criar uma coleção, temos a garantia de preservação e perpetuação da publicação, ou seja, do produto cultural criado. Contato direto com o público através de uma distribuição não invasiva.

Por ser um impresso com a qualidade de um postal, não há desperdício de material impresso. Podendo, além de ser colecionado, ser postado/enviado para outras pessoas.

Tratou-se também de um projeto com potencial para continuidade e extensão a outros bens também impor-

tantes existentes na cidade. Como por exemplo: uma coleção com arquitetura religiosa, com arquitetura eclética com os palacetes e chalés, arquitetura escolar, etc...

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO:

O objetivo principal deste projeto foi: estimular a fruição e a reflexão sobre a existência e importância do Patrimônio Local; Possibilitar acesso à população poços-caldense e aos turistas a um material que reúna pesquisa histórica e gere repertório cultural para aquele que o adquirir; Conscientização sobre a importância de se conhecer e preservar o Patrimônio e criação de uma publicação com característica de fácil deslocamento e grande projeção.

Os objetivos e metas alcançados foram construídos através da pesquisa histórica e do levantamento da iconografia antiga dos Bens Tombados em questão e da conscientização de sua importância através da efetivação do Projeto; Produção de imagens atuais destes Bens Tombados; Divulgação do projeto, através da parceria com a Imprensa local (Jornais, Rádios, TV, Internet) e formação de uma Equipe Técnica responsável e dedicada ao cumprimento do Projeto.

Os espaços a serem utilizados para a efetivação do projeto, referente à distribuição e circulação dos postais são: Comércio local (Cafés, restaurantes e cinemas), Hotéis, Bibliotecas Municipais, Estabelecimentos Públicos (CIT, Secretaria de Turismo, Museu Histórico e Geográfico), Centros Culturais (Urcal, Cia Bella de Artes, Instituto Moreira Salles)

O público alvo está direcionado a dois grandes grupos: a população poços-caldense em geral e os turistas (das mais variadas faixas etárias).

DESCRIÇÃO DO PRODUTO CULTURAL:

Edição, produção e distribuição gratuita de 18 mil car-



tões postais em papel cartão triplex branco 300 g/m² reciclado sem Cloro (ISO 9001), 4 x 4 CMYK, 10,5 X 15 cm, Verniz brilhante à base de água; sendo 6 postais diferentes com uma foto atual do bem tombado na frente e uma foto antiga e seu histórico no verso.

PRODUTO CULTURAL EXECUTADO:

Diante do patrocínio conseguido através do Programa de Patrocínios do “GRUPO DME 2014” para projetos CULTURAIS, ARTÍSTICOS, ESPORTIVOS, AMBIENTAIS E SOCIAIS, obteve-se o valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais) para execução deste projeto.

Foram confeccionados 18 mil postais distribuídos em 6 (seis) bens, que são eles os escolhidos: o coreto da Praça Pedro Sanches, o Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas, Palace Hotel, Palace Casino, Thermas Antônio Carlos e Parque José Afonso Junqueira.

Foram escolhidas doze imagens que foram utilizadas na execução dos postais: 6 antigas pertencentes ao acervo do Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas, e as fotos atuais do meu arquivo pessoal.

Para executar esse projeto contei com a parceria de três integrantes: os desenhos dos estênceis que foram utilizados na decoração dos postais foram executados pelo artista plástico Marcelo Abuchalla, a arte gráfica dos postais foi feita pela arquiteta Cynthia Spaggiari e os textos revisados por Graziella de Souza Pereira.

Foram também executadas 500 capas para serem colocadas como um conjunto dos 6 postais a serem distribuídos. No caso foram colocados 3.000 postais nas capas e os 15.000 restantes foram distribuídos separadamente.

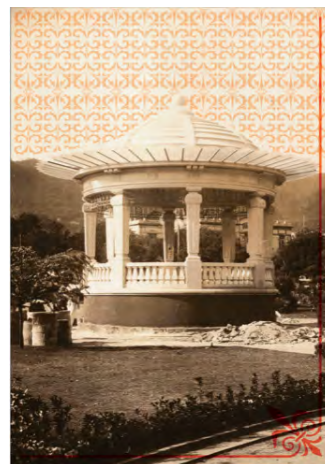
Foi realizado um evento para o lançamento destes postais. Foram feitos painéis com dimensão de 60 x 90 cm para ficarem em exposição na Galeria do Palace

Cassino para divulgação e distribuição do material. Posteriormente esses painéis foram doados ao Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas. A seguir seguem as imagens dos postais que foram executados.

Capa e contra capa para o conjunto de 6 Postais:



Frente dos Postais:





Verso dos Postais:



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

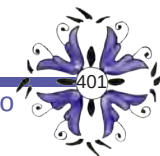
MEGALE, Nilza Botelho. Memórias históricas de Poços de Caldas. 2ª ed. Poços de Caldas, MG: Sulminas, 2002.

MOURÃO, Mário. Poços de Caldas: synthese histórica e cronológica. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Papelaria Velho, 1933.

OTTONI, H. B. Poços de Caldas. São Paulo: Ed. Anhambi, 1960.

Manual de atividades práticas de educação patrimonial / Evelina Grunberg. Brasília, DF: IPHAN, 2007. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_ManualAtividadesPraticas_m.pdf. Acesso em: março / 2016.

Cadernos do Patrimônio Cultural: educação patrimonial / Organização Adson Rodrigo S. Pinheiro. – Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll\(3\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll(3).pdf). Acesso em: março/ 2016



O potencial educador do patrimônio arquitetônico como revelador da história

José Roberto Merlin

FAU-POSURB PUC Campinas

Beatriz Barbutti Gonçalves

FAU-PUC Campinas

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo compreender como a paisagem urbana, por meio de seu patrimônio arquitetônico, é capaz de transmitir aos cidadãos informações potencialmente educadoras ao incitar a memória e desvelar o passado. Dessa forma, foi realizado um estudo na Rua Treze de Maio, na cidade de Campinas (SP), para verificar como os edifícios conservam em si rugosidades que revelam ao observador atento a cultura da época em que foram construídos, indicando períodos da história e revelando a identidade da cidade.

Palavras-chave: patrimônio arquitetônico, potencialidades educadoras, Rua Treze de Maio.

ABSTRACT

The aim of the following work is to comprehend how urban landscape, through its architectural heritage, is able to convey potentially educational information to citizens, by inciting memory and unveiling the past. Treze de Maio street, in the city of Campinas, was chosen as a means of study of how buildings retain roughness of the past, which can be revealing to the attentive observer, indicating cultural and historical periods and ultimately the city identity.

Keywords: architectural heritage, educational potentiality, Treze de Maio Street.



Introdução

A cidade, nos seus mais diversos aspectos, oferece possibilidades educadoras – ou deseducadoras – que concedem aos cidadãos elementos para uma formação integral. No contexto da arquitetura e do urbanismo, os espaços preservam em si rugosidades capazes de revelar aos observadores períodos da história e suas características, tornando-se, portanto, transmissores de informações potencialmente educadoras. Essas rugosidades - marcas e sinais remanescentes do passado, que registram os materiais utilizados na época e as influências do período – ao informar a história e invocar a memória, incitam o sentimento de pertencimento dos cidadãos promovendo o enraizamento da comunidade. Buscando compreender como os espaços, na cidade são capazes de transmitir informações aos seus usuários, foi selecionada a Rua Treze de Maio, no centro de Campinas (SP), como objeto de estudo para cogita sobre tais potencialidades.

Assim como na maioria das cidades brasileiras, o centro da cidade de Campinas, apresenta diversos edifícios de valor histórico e arquitetônico. A Rua Treze de Maio apresenta, em seus extremos, dois desses edifícios de extrema significância para a cidade: a estação ferroviária – hoje atual Estação Cultura – e a Catedral Metropolitana de Campinas, além de já ter abrigado dois teatros, ambos demolidos. A importância da via, porém, se deve não só por esses edifícios, mas pela conexão entre eles, pelo traçado e perspectiva intencionais da via e pelo rico patrimônio arquitetônico oculto nas fachadas de cada edifício, que, resistindo às demandas funcionais no decorrer do tempo, evidencia as transformações dos diversos períodos históricos da cidade.

Histórico

O surgimento da cidade de Campinas está relacionado ao pouso dos paulistas que se dirigiam à Goiás em busca de ouro. O pouso deu origem, em 1745, ao bairro rural de Mato Grosso de Campinas, pertencente à Vila de Jundiá. Em 1774, o bairro foi elevado à Freguesia

de Nossa Senhora da Conceição de Campinas e a cidade passa por um processo inicial de urbanização, com o traçado viário ortogonal e a doação das terras realizada pelo sesmeiro Barreto Leme. Quando consegue a autonomia da Vila de Jundiá, foram construídos o pelourinho, a Capela e a Casa do Conselho e Cadeira, seguidos da demarcação do rossio.

Após o declínio da mineração, a cidade passa por uma fase de produção açucareira. Próximo a 1835, o açúcar é substituído pela produção de café e, em 1842, a vila passa a ser considerada município e recebe o nome definitivo de “Campinas”. A produção cafeeira foi a responsável por grande parte da riqueza e prosperidade da cidade, garantindo o desenvolvimento de diversos setores do município. O maior exemplo é a inauguração, em 1872, da Cia Paulista de Vias Férreas e Fluviais, que ligava Campinas à Jundiá, que se ligava à São Paulo Railway, responsável pela conexão entre São Paulo e Santos, permitindo que a produção fosse escoada pelo porto. Após a instalação da Cia Paulista, diversas outras companhias ferroviárias vindas do interior do estado passaram a se conectar a ela, criando na cidade de Campinas um grande entroncamento ferroviário.

O grande fluxo de mercadorias e pessoas causado por esse entroncamento garantiu o desenvolvimento do comércio, que se transferiu para a Rua São José, antigo nome dado à atual Rua Treze de Maio. Pela localização privilegiada, obedecendo ao traçado ortogonal a rua conectava a estação ferroviária, ainda na periferia da cidade, à Catedral de Campinas, no centro de Campinas, funcionando então como principal porta de entrada da cidade aos que chegavam de trem. Assim, passou a abrigar comércio varejista de armarinhos nas proximidades do centro e o comércio atacadista nas proximidades da ferrovia, bem como importantes hotéis.

O crescimento acelerado e desordenado da cidade ocasionou um surto de febre amarela entre os anos 1889 e 1897, reduzindo a população urbana de 20.000 para 5.000 habitantes. Quando a população volta a crescer, após a epidemia, a prefeitura decide adotar um plano urbanístico para evitar novos surtos. Na década de 1930, Plano Prestes Maia, foi responsável por



realizar grandes obras viárias no centro do município, alargando ruas e avenidas, construindo viadutos e vias perimetrais. A ideia de “modernização” do centro da cidade também foi sustentada pela verticalização dos edifícios, fato que ocasionou o ofuscamento dos edifícios históricos, como a Catedral Metropolitana. Na segunda etapa do plano, nas décadas de 1960 e 1970, mais obras viárias foram realizadas, como por exemplo a construção do Viaduto Cury, obra que conectou o centro à Rodovia Anhanguera.

Na década de 1970, o centro abrigava os melhores endereços para comércio, lazer e encontro da população. Tal fator levou a uma transformação da Rua Treze de Maio e de sua paralela, a Rua Costa Aguiar, com a construção de um calçadão impedindo o trânsito de veículos nas duas ruas. O local, que ficou conhecido como “convívio”, passou a abrigar um projeto paisagístico que promovia o encontro e incentivava o comércio da região. Porém, a instalação dos shoppings centers nas margens das rodovias, a ausência de áreas livres para receber novas construções e a retirada de equipamentos do Convívio transferiu a área comercial e de lazer para a região perimetral da cidade que, juntamente com a instalação de diversos terminais de ônibus, gerou um processo de alteração de uso do Centro a partir da década de 1980.

Nos anos 2000 foi executada uma reforma nas ruas Treze de Maio e Costa Aguiar para revitalizar a área detentora da maior concentração de comércio popular. O calçadão foi remodelado, as redes de telefonia e energia foram enterradas e foi exigida dos comerciantes a “despoluição visual” e a recuperação das fachadas dos imóveis, processo que atualmente continua com a remodelação da Av. Francisco Glicério.

Análise a Rua Treze de Maio O contexto urbano

Contextualizando a rua no tecido urbano da cidade, a Treze de Maio se origina a partir do traçado ortogonal comum à fundação das antigas cidades brasileiras. Após a instalação da Cia Paulista em 1872, a rua passa

a ser a principal conexão entre a área central e a estação ferroviária, naquela época na periferia da cidade, e porta de entrada de Campinas para os que desembarcavam na estação. A construção da torre do relógio alinhada à via revela a perspectiva intencional criada, articulando os dois equipamentos urbanos: catedral e estação ferroviária.

Apesar do comércio da via ter sua origem relacionada à ferrovia, o fim do uso dos trens não proporcionou seu enfraquecimento, devido a instalação dos terminais de ônibus nas proximidades criando novos polos geradores de fluxo que ajudaram a manter o comércio como principal atração da rua.

Os três pontos principais da via estão relacionados a edifícios importantes para a cidade e de caráter imponente. Na extremidade mais próxima ao centro está localizada a Catedral Metropolitana, edifício de taipa de pilão inaugurado em 1883. Atrás da catedral, a praça Ruy Barbosa já foi conhecida por “Largo do Teatro” por abrigar dois teatros: o Teatro São Carlos, construído em 1850 e demolido em 1922, e o Teatro Municipal Carlos Gomes, construído em 1924 e também demolido, em 1965. Na extremidade oposta se encontra o edifício da estação ferroviária, característico pelos seus tijolos e pela torre do relógio.



Figura 1: Mapa com os principais pontos da Rua Treze de Maio

As fachadas

Apesar da Rua Treze de Maio apresentar os edifícios imponentes e de valores histórico e arquitetônico importantes – catedral, estação ferroviária e os dois teatros já demolidos – eles não são os únicos com potencialidades educadoras.

Em busca de possibilidades educadoras no local, capazes de desvelar tempos e incitar a memória dos observadores, foram analisadas cuidadosamente as fachadas dos comércios de toda a extensão da rua. Seu aspecto de desordem devido à diversidade de fachadas transformadas ao longo do tempo, permitiu, depois de uma análise mais profunda, identificar quatro tipologias principais e classificar cada fachada em uma das tipologias: 1) casarios ecléticos; 2) edifícios em Art Déco; 3) edifícios modernos; 4) lojas comuns (sem estilo específico).

Os casarios ecléticos, que datam de meados do século XIX até o início do século XX, são construções caracterizadas por apresentarem platibandas, balaustradas, entablamentos, molduras e outros ornamentos de forma livre. Atualmente, esses edifícios estão com o térreo totalmente modificado para abrigar o comércio, com grandes aberturas, enquanto os andares superiores estão mais preservados e com os ornamentos que caracterizam o estilo. A maioria dos casarios foram pintados com cores vibrantes para ganhar destaque e atrair os consumidores. Os principais edifícios ecléticos da rua são o Roque de Marco e o antigo Hotel Gringoletti, ambos na extremidade mais próxima à estação ferroviária.

A segunda tipologia, os edifícios em Art Déco, apresentam como características principais as formas geometrizadas, linhas, sacadas semi-embutidas e preferência pela valorização das esquinas e é datada de 1915 até a década de 1940. Na Rua Treze de Maio, os pavimentos superiores se encontram preservados, porém o térreo de todos os exemplares dessa tipologia foram modificados, dificultando ao observador a compreensão total do edifício em sua forma original. O principal edifício desse movimento artístico é o antigo Hotel Términus,

na esquina da Rua Treze de Maio com a Av. Francisco Glicério.

Ao longo da via também fazem presença os edifícios de aspecto moderno, cujo vidro e concreto são predominantes e se destacam pelo alto gabarito. Essa tipologia se contrasta das demais pelas maiores dimensões dos edifícios e geralmente abrigam lojas de departamentos maiores. As primeiras construções desse “estilo” marcam um período de modernização do centro de Campinas, que teve início na segunda metade do século XX. A última tipologia identificada foram as lojas consideradas “comuns”, que não ganham muito destaque na paisagem e não possuem um estilo muito definido. Em sua maioria são edificações de poucos pavimentos (um ou dois, geralmente), possuem fachadas simplificadas, apenas com uma marquise ou toldo acima de uma grande abertura no pavimento térreo. Algumas são geminadas, fazendo da pintura o diferencial para cada loja.



Figura 2: Exemplares das tipologias encontradas: eclétismo, Art Déco, moderno e loja comum, respectivamente. Fonte: Beatriz Barbutti Gonçalves, 2015.

A análise da rua quadra a quadra permite verificar a presença das quatro tipologias.



Figura 3: Croqui das quadras B e A. Fonte: Beatriz Barbutti Gonçalves, 2015.



Figura 4: Croqui das quadras D e C. Fonte: Beatriz Barbutti Gonçalves, 2015.



Figura 5: Croqui das quadras F e E. Fonte: Beatriz Barbutti Gonçalves, 2015.



Figura 6: Croqui das quadras H e G. Fonte: Beatriz Barbutti Gonçalves, 2015.

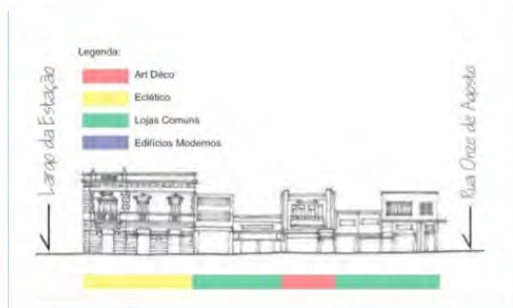


Figura 7: Croqui da quadra I. Fonte: Beatriz Barbutti Gonçalves, 2015.



Figura 8: Croqui das quadras K e J. Fonte: Beatriz Barbutti Gonçalves, 2015.



Figura 9: Croqui das quadras M e L. Fonte: Beatriz Barbutti Gonçalves, 2015.



Figura 10: Croqui das quadras O e N. Fonte: Beatriz Barbutti Gonçalves, 2015.

Zoneamento

A análise anterior classificou as fachadas da Rua Treze de Maio em quatro tipologias diferentes, porém ao compreendê-las pelas quadras ao longo de toda a via é possível verificar um zoneamento da rua, dividindo-a em dois trechos de acordo com a quantidade de cada tipologia em cada trecho. O primeiro trecho da rua está localizado entre a Catedral Metropolitana e a Av. Senador Saraiva – importante avenida do centro de Campinas, alargada durante o Plano Prestes Maia e que cruza a Rua Treze de Maio em seu ponto mediano – e o se-

gundo definido entre a Av. Senador Saraiva e a estação ferroviária.

TIPOLOGIA	TRECHO 1 Catedral Metropolitana– Av. Senador Saraiva	TRECHO 2 Av. Senador Saraiva – Estação Ferroviária	TOTAL
Ecletismo	4	13	17
<i>Art Déco</i>	4	8	12
Edifícios Modernos	16	8	24
Lojas “Comuns”	25	33	58

Já o segundo trecho, entre a Av. Senador Saraiva e a estação ferroviária, revela uma maior quantidade de casarios ecléticos e edifícios do movimento Art Déco, indicando nessa região menor modificação e maior conservação, quando comparadas ao primeiro trecho. As lojas comuns estão presentes ao longo de toda via e não apresentam características que influenciam no zoneamento.

Esse zoneamento também é evidente na volumetria da via: o trecho mais modernizado apresenta maior verticalização, enquanto o trecho mais próximo à estação ferroviária preservou o menor gabarito a partir da conservação de edifícios mais antigos.



Resultados

Conclusão

configurar a paisagem, criam linguagens que trazem informações potencialmente educadoras revelando a sociedade que os produziram. Em seu conjunto, através das características presentes nas fachadas e das rugosidades, as edificações da Rua Treze de Maio descrevem para os observadores atentos a história e a identidade da cidade.

Cada tipologia indica os materiais e tecnologias de sua época, assim como os costumes e as técnicas predominantes. Os edifícios ecléticos, estilo mais antigo presente na rua, refletem o auge da economia cafeeira e o período de prosperidade pelo qual a cidade passou, enquanto os edifícios mais recentes revelam aspectos da modernização da cidade e as transformações urbanas. A Rua Treze de Maio, compreendendo o contexto histórico e urbano ao qual está inserida, materializa a história da cidade por meio de seu patrimônio arquitetônico e permite ao observador atento sua compreensão, potencializando o despertar das memórias e do sentimento de pertencimento dos cidadãos.

Referências bibliográficas

AICE - Carta das Cidades Educadoras. Declaração de Barcelona, 1990, revisão Bologna, 1994. Disponível em www.fpce.up.pt/OCE/Cartadascidadeseducadoras.pdf. Acesso em 20/09/2011.

BADARÓ, Ricardo de S. C.. Campinas, o despontar da modernidade. Campinas: Unicamp, 1996.

FERRARA, Lucrecia D. Leitura sem palavras. São Paulo: Ática, 1986.

LYNCH, Kevin. A Boa Forma Urbana. Lisboa: Edições 70, 2007.

SANTOS, Milton (1971). Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985.

----- (1988). Metamorfoses do espaço habitado. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.







Tema 4

Patrimônio como cultura e turismo

São José do Rio Pardo: desafios para o reconhecimento e preservação do patrimônio edificado

Rafael Augusto Silva Ferreira

Mestrando em Urbanismo - POSURB - PUC Campinas

“Todo povo tem seu patrimônio de cultura, que deve aprender a conhecer e a utilizar.” (REIS FILHO, 2011:200)

RESUMO

O texto nasce de um breve histórico, que tem por objetivo situar o município de São José do Rio Pardo (SP) no tempo e no espaço. Explicita a formação e origem do patrimônio Rio-pardense, delineando as dificuldades pela valorização do mesmo, frente a agressões que acabam por mutilar e apagar da história exemplares arquitetônicos que guardam a memória da cidade. Procura definir uma problemática atual de conservação dos mesmos, através da atuação do Conselho de Defesa e Estudos do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de São José do Rio Pardo – CONDEPHAC, criado em 2008. Nesse sentido, o trabalho parte da atuação no Conselho e da prática como arquiteto atuante na cidade em questão, mas tem a intenção de apresentar possíveis soluções para a problemática descrita.

Palavras chave: patrimônio histórico; educação patrimonial; memória.

ABSTRACT

The text comes from a brief historical, which aims to position the city of São José do Rio Pardo (SP) in time and space. Explains the formation and origin of the Rio-pardense heritage, outlining the difficulties to appreciate it, against attacks that end up mutilating and erasing of history architectural exemplaries that keeps the memory of the city. Crave for defining a current issue of conservation of the same, through the acting of the Artistic and Cultural Defense and Heritage Studies Council of São José do Rio Pardo - CONDEPHAC, created in 2008. In this regard, the work starts from the acting of the Council and the practice as an acting architect in the city , but intends to present possible solutions to the problem described.

Key words: heritage; heritage education; memory



Histórico do Município

A região que descrevemos está situada no chamado Sertão do Rio Pardo, nordeste do Estado de São Paulo, próximo ao chamado “caminhos dos Goyases”, trajeto que constitui a gênese da formação da região, pois muitos roçados e sítios que se formaram ao longo do caminho, tornaram-se o esboço de futuros núcleos urbanos. Só com o declínio da extração de ouro em Minas Gerais e Goiás, passagem do século XVIII para o XIX, é que a região irá despertar interesse por suas terras férteis; fato que atrai muitos mineiros, os chamados “entrantes” ou “bandeirantes de toda viagem”, a se estabelecerem nessa região sem, contudo, possuírem a titulação de suas terras.

É de origem portuguesa, o nascimento de São José do Rio Pardo em terras paulistas; o português Cap. Alexandre Luiz de Mello nasceu no arcebispado de Braga, em 1760. Em 1786 está no Brasil, em São João Del Rei. Mais tarde, transfere-se para Campanha (MG), com mulher e filhos, onde em 1808 era Capitão de Ordenanças da Guarda Nacional. Chegando à região de São José em 1810, compra terras e estabelecendo-se com a família para logo em seguida, em 1820, pedir ao governador de São Paulo a carta de sesmaria, a qual é concedida em 6 de junho de 1821.

O nascimento do povoado, no entanto, data de 1865, quando o então Coronel Antônio Marçal de Nogueira e Barros faz a doação do patrimônio da capela, oferecendo-a ao santo que depois veio lhe batizar. Este seria o embrião da futura vila. São doados, pelo Coronel, 12 alqueires de terras ao povoado e mandado chamar o arruador João Baptista Blandim, que vindo de São João Del Rei em 1866, traça as ruas centrais da futura São José do Rio Pardo. Mineiro também é o rio que batiza a atual cidade, nascido em Ipuíuna, Minas Gerais, atravessa 12 municípios mineiros e 38 paulistas, dentre seus mais de 573 quilômetros de extensão, para banhar a cidade a qual abastece, criando condições de existência.

O povoado passa por longa história começando por sua nomeação à freguesia de Casa Branca, em 1874, sendo

reconduzido três anos depois, em 1877 à categoria de povoado, pertencendo ao município de Caconde. É então que em 1880, o mesmo é elevado novamente à freguesia pertencente a Casa Branca, para depois, só em 1885 receber foros de cidade com a denominação “Cidade Livre do Rio Pardo”, e novamente em 1891, recebendo sua denominação atual: São José do Rio Pardo. Peculiar é a história Rio-pardense, desde sua fundação, até fatos como a prematura proclamação da república, episódio ocorrido em 11 de agosto de 1889, após um levante que tomou a Câmara Municipal, prendendo as autoridades monárquicas, o que seguiu com o hasteamento da bandeira Republicana no mastro na Câmara, proclamando-se simbolicamente, a república em São José do Rio Pardo. O fato repercutiu pelo país, em jornais como “A província de São Paulo”, “Diário Popular” e “A Plateia”. Todos os anos a partir dessa data, o episódio republicano é comemorado da janela do Hotel Brasil, antigo reduto do republicano Ananias Barbosa. Foi, no entanto, pelo movimento Euclidian, que São José teve sua projeção nacional. Tendo na obra “Os Sertões”, do jornalista e escritor Euclides da Cunha a sua gênese, o movimento celebra anualmente a obra e passagem do escritor por São José, onde incumbido da construção de uma ponte metálica sobre o Rio Pardo, encontrou no abrigo da pequena cabana de zinco, local para redigir uma das maiores referências da literatura brasileira. Hoje tanto a cabana, seu entorno e a ponte metálica são tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Constituição do patrimônio Rio-pardense

Como outras cidades do interior paulista, ligadas à economia cafeeira, servida pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, recebendo imigrantes em grande quantidade, São José teve seu desenvolvimento alavancado durante a passagem do século XIX para o século XX, período durante o qual exemplares arquitetônicos importantes foram erigidos. A influência da imigração italiana se faz presente em exemplares Art Nouveau, Art Déco e do ecletismo trazido pelo café. Poucos



exemplares como esses ainda podem ser observados íntegros e conservados, verdadeiros resquícios arqueológicos que carregam o rastro da memória da cidade. A economia cafeeira, motriz do desenvolvimento da região, tem em seus núcleos rurais a gênese do crescimento da cidade, estabelecendo relações econômicas e de poder com o meio urbano, na época. A paisagem natural, contida na geografia que moldou o crescimento do município, é ainda pouco discutida como objeto de preservação, necessitando de incentivo próprio.

O patrimônio rural em São José constitui especial campo de interesse de preservação, tanto por sua história como estado de conservação mantidos, pelas casas senhoriais e fazendas, verdadeiros complexos de produção agrícola. Não existe, contudo, iniciativa e instrumentos para a eficaz preservação desses conjuntos, necessitando em primeira instância, de uma política de educação para o reconhecimento dos mesmos. Não apenas pelo tombamento, mas por um programa organizado de inventários patrimoniais, ou seja, uma documentação que utiliza de critérios técnicos, históricos, sociais e artísticos para catalogar suas características físicas e seu estado de conservação, é que o referido patrimônio rural poderia ser preservado. Além disso, a prática de inventários rurais e urbanos, constitui instrumento que pode ser reconhecido pela sua aplicabilidade em ações futuras de conservação, culminando muitas vezes em processos de tombamento, devido a características apresentadas nos mesmos, que se desdobram em discussões com a sociedade.

A primeira legislação sobre o patrimônio em São José data de 1983, com a criação do Conselho de Defesa e Estudos do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de São José do Rio Pardo (CONDEPHAC), que teve sua legislação revista em 1994 e definitivamente em 2008, onde é atribuído o caráter “normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador de todas as questões pertinentes à defesa e aos estudos do patrimônio histórico, artístico e cultural do município de São José do Rio Pardo”. Com poucos decretos de tombamento publicados e vários processos de tombamento em andamento, o Conselho enfrenta dificuldades no embate com inte-

resses privados, que tentam sobrepujar-se à coletividade.

As dificuldades para a preservação e valorização do patrimônio histórico em São José do Rio Pardo encontram-se no conflito com a especulação imobiliária na área central, de forma geral, mas também na falta de identificação da população com o patrimônio edificado e carências de programas de educação patrimonial. Houve, durante os anos iniciais de atividade do conselho, tentativa de realizar uma delimitação de um quadrilátero na área central, objeto de preservação integral de seus exemplares históricos. Tal ação, embora realizada com sucesso, não impede que proprietários particulares cometam agressões contra exemplares arquitetônicos históricos, demolindo-os de forma criminosa, no receio de verem seus bens tombados e preservados. Existe nessa ação, um entendimento equivocado do sentido da preservação frente a possíveis intervenções futuras, que possam atribuir usos atuais e manter os imóveis conservados. É evidente no discurso de tais agentes depredadores, a falta do entendimento da função social do patrimônio histórico, pois o argumento usado pelos mesmos, muitas vezes, é o da proibição de escolha particular sobre o futuro do imóvel, frente a uma conservação muitas vezes tida como “elitista” e segregacionista.

Estudo de caso: a tentativa de preservação do “Casarão dos Arteses”

Construção peculiar à cidade, o chamado Casarão da família Artese, sobrado de clara inspiração neorrenascentista, foi construído provavelmente nas primeiras décadas do século XX. Passou por vários usos e transformações, nascendo inicialmente como casa de morada da família do italiano Paschoal Artese. Jornalista, empreiteiro e político, sua figura esteve sempre ligada a acontecimentos e polêmicas no município. Editor de seus jornais anarquistas “O Proletário”, que denunciava entre outras coisas, os abusos de trabalho sofridos pela sociedade italiana, frente à lavou cafeeira; e o “Resenha”, veículo de utilidade pública onde também



expunha seus ideais urbanos e tentativas de melhorias em espaços públicos na cidade.

A construção, inicialmente um sobrado de dimensões modestas, passou por reformas para abrigar a família do construtor italiano, sua gráfica e local de edição do jornal e posteriormente, com a mudança da família, uma escola de 2º grau.



Figura 1: Vista do sobrado em reforma, sem data. FONTE: Arquivo iconográfico do Centro de Memória Rio-pardense.

É a partir dos anos 1920 que a construção vai adquirir suas características definitivas. Com ares “surrealistas”, o estilo floreale italiano está presente nos ornamentos de formas humanas e mitológicas. A construção, de forma imponente no meio urbano, manteve certa relação de respeito e admiração, sendo reconhecida pela população.



Figura 2: Casarão nos anos 1990. FONTE: Arquivo iconográfico do Centro de Memória Rio-pardense.

A construção foi objeto de estudo de tombamento, com a criação do Conselho em 2008, iniciando-se uma batalha para a conservação do mesmo, e sua simbólica “devolução” à cidade. A problemática iniciou-se em 2006, com a venda do imóvel pelos herdeiros do patrimônio da família.

O casarão recebeu em 2007 um projeto de requalificação e restauro, para dessa forma abrigar novo uso. Não foi viabilizado, talvez por motivos econômicos ou especulativos, que ao proprietário não interessava financiar tal empreendimento. Com a criação do Conselho de Defesa e Estudos do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de São José do Rio Pardo – CONDEPHAC, a disputa assumiu nova forma, agora com a intenção de tombamento e preservação integral do bem imóvel. Seguiu-se dessa forma um embate que perduraria por muitos anos, enfrentando dificuldades desde a falta de corpo técnico e empenho dos membros do Conselho em levar adiante um processo de tombamento, quanto do interesse privado em agredir o bem, insistindo equivocadamente na impossibilidade de conservação do mesmo. Teve então a fantástica construção o destino de ruir lentamente, até que fosse decretada sua demolição, não obstante a tentativa de preservação. O único resquício de vitória do Conselho foi a decisão

judicial para que a fachada do mesmo fosse restaurada, abrigando novo uso. Tal restauração foi concluída em 2015, e hoje ali existe um projeto de um centro comercial em andamento, parcialmente concluído.



F Figura 3: Fachada restaurada, com obra parcialmente concluída. 19/03/2016. FONTE: arquivo pessoal do autor.

Importante nesse momento, é refletir sobre a transfiguração do imóvel, para tornar-se mera aparência daquilo que outrora poderia ter sido; convertido simplesmente em “cenografia urbana”.

Tal pensamento, perpetrado por décadas, consistiu em convencer, por meio de estudos rasos e sem fundamentação teórica e prática alguma, sem ao menos trabalhos de prospecção, que a finalidade da conservação deveria recair somente na fachada do imóvel. Ideal esse severamente combatido nos dias atuais, pretendia criar uma cenografia urbana, espécie de equívoco que considera somente a fachada do imóvel interesse da municipalidade.

Considerações finais: possíveis soluções para a problemática

A necessidade de conservação do patrimônio municipal vai além de processos de tombamento ou disputas judiciais sobre os interesses particulares que se instalam sobre a coletividade. É uma discussão que deveria

ter em suas raízes a educação patrimonial como fonte promotora de uma consciência acerca de nosso patrimônio de cultura, que deve ser estudado.

Discutir outras formas de preservação, diferente apenas do ato de tombamento dos bens, é a chave para criarmos uma consciência na população para a importância dos mesmos, mais ainda, para a noção do interesse coletivo que deve prevalecer sobre os interesses particulares, interesses que ameaçam agredir as relações humanas em sociedade.

É preciso realizar um programa social amplo, que consiga abarcar todas as problemáticas de valorização patrimonial em várias ações pontuais com a população, atentando para a educação civil.

Mas somente pela aplicação da lei, em ressonância com o Plano Diretor Municipal, é que a conservação patrimonial poderá ser assegurada, sobrepondo-se a interesses particulares. Para Liana Portilho Mattos:

“ O fundamento constitucional das limitações urbanísticas à propriedade encontra-se no artigo 5.º, XXIII, da Constituição de 1988, no qual o legislador assevera que a propriedade atenderá a sua função social. As limitações urbanísticas, para se justificarem, tem de objetivar o entendimento de uma função pela propriedade; função essa que será explicitada por meio do Plano Diretor do Município. ” (MATTOS, 2001:67)

Ainda segundo a mesma:

“Quanto ao tombamento, Maria Sylvia Zanella di Pietro afirma ser o instituto uma categoria própria dentro do gênero limitações urbanísticas. No entendimento da autora o tombamento seria uma limitação perpétua do direito de propriedade em benefício do interesse coletivo.” (MATTOS, 2001:69)

Sendo o tombamento uma forma de limitação perpétua, o mesmo sempre deve ser acompanhado de proje-



tos sociais, de interesses coletivos, não para minimizar a “imposição” sobre proprietários particulares, mas para garantir uma correta destinação dos bens culturais e históricos. Dessa forma poder-se-á cumprir a função social da propriedade, criando um senso coletivo perpétuo. Uma sociedade eticamente preparada deve estar preparada para enfrentar interesses privados que ameçam agredir os indivíduos em meio social, que ameçam agredir os interesses coletivos.

Referências

MATTOS, Liana Portilho (2001). Limitações Urbanísticas à propriedade. In: FERNANDES, E. (org). Direito Urbanístico e Política Urbana no Brasil. Belo Horizonte, Editora Del Rey, p. 55-75.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil, São Paulo, Perspectiva, 2011.



Turismo e Patrimônio Cultural.

Relações e contradições na preservação de centros urbanos

Paula Marques Braga
Universidade São Francisco

RESUMO

A revalorização de centros históricos que passaram por processos de decadência aponta traços similares, especialmente a estratégia de priorizar o potencial econômico através do turismo, levando a projetos de intervenção e, em muitos casos, a impactos negativos e as repercussões sobre população, cultura local e patrimônio imaterial. O Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador (Bahia) e o Bairro do Recife nos permite analisar o tema a partir das dinâmicas que ocorreram na área em momentos distintos. Inicialmente ocupada por uma população de alta renda, tornou-se foco de manifestações culturais das camadas populares que ocuparam de forma precária a área decadente - estabelecendo um contraponto entre formas de uso e ocupação anteriores. As iniciativas para atrair o turista de alta renda e a expulsão de grande parte da população local moradora consolidaram áreas de segregação social.

Palavras-chave
Centro Histórico, Cultura Local, Segregação

ABSTRACT

The upgrading of historic centres in process of decay shows similar features in several cities in recent decades, as a strategy to prioritize the economic potential of these areas through tourism, leading to several projects of assistance and, in many cases, the negative impacts and impact on population, local culture and intangible heritage. The study of the Program of Recuperation of the Historical Centre of Salvador (Bahia) and “Bairro do Recife”, allows to analyze the issue from the dynamics that occurred in the area at different times - last occupied by a high income population, it is the focus of the cultural layers of low income families who occupied the area in a precarious decadent - drawing a contrast between types of prior use and occupation. The release of the high income tourist in the area of and the expulsion of most of the local resident consolidated social segregation areas.

Key words
Historic Centre, Local Culture, Segregation



Diversos projetos de intervenção urbana em Áreas Centrais Históricas, consideradas representantes do Patrimônio Cultural, a ser salvaguardado e difundido, pela história e conhecimentos que guardam, sustentam seu modo de operação, na promoção turística destas áreas. Nestes, ao componente cultural é atribuído o papel de instrumento de promoção das cidades no mercado mundial, baseiam-se em ações sobre o território que têm por intenção, fundamentalmente, promover a recuperação do patrimônio construído a fim de transformar essas áreas em centros do Turismo Cultural. O Turismo Cultural, de acordo com o Conselho Internacional dos Museus (ICOM), apresentado na declaração de Quebec (1976), deve promover o “conhecimento de monumentos e sítios histórico-artístico” e implica em “benefícios socioculturais e econômicos (...) para toda a população implicada” (AMARAL, 2006: 59). Esta modalidade de turismo diz respeito ao atrativo exercido pela cultura humana (história, cotidiano, artesanato), com o intuito de “(...) ver coisas novas; ampliar conhecimentos; observar particularidades e hábitos de outros povos; conhecer civilizações e culturas diferentes (...)” (SANTOS, 2006: 100-101). No entanto, através dos estudos realizados, podemos ver que nem todos estes aspectos são atendidos, sobretudo aqueles que dizem respeito a “toda população implicada”, uma vez que, embora seja o morador quem de fato cria vínculos com o lugar, valoriza-se mais o visitante. Tanto em Salvador quanto em Recife, locais em que as intervenções urbanas se pautaram no desenvolvimento da atividade turística, é possível observar um processo de sobreposição das dinâmicas anteriormente estabelecidas, como aquelas vinculadas à habitação, por novas formas de interação com o território, embaçadas, sobretudo, no ócio e entretenimento. Este desvirtuamento do Turismo Cultural, que pode ser observado nestes casos, decorre das diretrizes de intervenção adotadas, que não privilegiam a população local, historicamente estabelecida no território, e por isso detentora do vínculo com o local. Essas intervenções, ainda que se revelem predatórias ao longo de sua implantação, como por exemplo através da remoção da população local, legitimam-se mui-

tas vezes nas próprias Cartas Patrimoniais, o que pode dificultar, em determinados casos, uma análise crítica desses projetos, devido ao aparente atendimento de diretrizes aceitas, de modo geral, como corretas. O que se deve ressaltar é que estas intervenções se pautam em uma leitura parcial das indicações presentes nas Cartas que, em algumas situações, apontam a atividade turística como pertinente a estas áreas. Estas Cartas trazem, no entanto, ressalvas quanto à atenção que se deve ter ao contexto local, considerando as interferências entre os aspectos econômico, cultural e social, sendo estes dois últimos muitas vezes deixados de lado por estes projetos. No caso brasileiro, Gomes (2011: 133-134) destaca que, desde o ano de 1973, com a criação do Programa de Cidades Históricas, através da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, sendo posteriormente transferido para o IPHAN, já se vislumbrava a possibilidade de exploração turística de conjuntos monumentais. Este programa, inicialmente voltado à região nordeste, e posteriormente levado a todo o Brasil, aponta o autor, abria caminho para que a preservação de áreas históricas fosse associada “(...) às demandas e exigências do desenvolvimento do turismo”. Desse modo, todas as ações empreendidas seriam justificadas sob a alegação de que estes projetos, pautados no turismo, constituiriam um modelo adequado para conciliar rentabilidade econômica, melhoria de qualidade do ambiente urbano, preservação do Patrimônio Arquitetônico e inserção das cidades no mercado global. No entanto, estudos levantados por Avila (2009) apontam que, ao contrário de ser um aspecto positivo, o turismo pode gerar impactos negativos sobre a economia, a cultura e os aspectos sociais, desconsiderando as demandas das populações locais. Esta contradição se revela, por exemplo, quando comparamos a definição de Turismo Cultural com as intervenções urbanas realizadas no Centro Histórico de Salvador e no Bairro do Recife. Sobretudo em Salvador, em que a área de maior interesse turístico corresponde justamente à área de grande concentração populacional, estes aspectos podem ser observados. Esta incongruência irá demonstrar, na verdade, não o Turismo Cultural



e sim aquele que é denominado turismo predatório. Este se configura a partir do direcionamento para novos usos, vinculados a atividades de comércio e serviços para as classes de média e alta renda. Privilegia, assim, grupos específicos, direcionados ao consumo. Deste modo, compromete de forma significativa as identidades locais anteriormente estabelecidas, que seriam o principal atrativo à atividade turística. Isso ocorre porque o Patrimônio Cultural, além do Patrimônio Arquitetônico, tem sua representatividade reconhecida através do Patrimônio Imaterial e das formas de vivência e vínculos estabelecidos entre a população e o lugar. A medida em que o patrimônio construído é adaptado às novas demandas de uso, atreladas ao ócio e lazer, outros usos, como a habitação, são destituídos, comprometendo a manutenção da população anterior, à qual se vincula a constituição e conservação dos referenciais culturais locais. Nesta perspectiva, não apenas o Patrimônio Arquitetônico é apropriado por este processo de mercantilização da cultura, mas também o Patrimônio Imaterial, sintetizado para fazer parte do novo cenário instituído. Este aspecto reducionista dos atributos culturais pode ser observado tanto em Salvador quanto em Recife, em que as imagens da baiana e do frevo, respectivamente, foram incorporadas às intervenções, desconsiderando-se, no entanto, as populações por elas responsáveis. Outro aspecto importante e que deve ser considerado, ainda que de difícil controle, diz respeito ao próprio comportamento do turista. Segundo Camargo (2009a: 78), esta falta de compreensão do turista em relação ao local visitado se dá pelo fato do tempo do turista estar associado ao ócio, um momento de “fuga da realidade”. Este aspecto é agravado, de acordo com Avila (2009: 117-122), por faltar ao turista um amplo entendimento das características particulares do local visitado, o que pode gerar um estranhamento em relação ao local e, ao mesmo tempo “(...) perda de identidade, teatralização, descaracterização e banalização da cultura e criação de cenários para agradar ao olhar do turista” (AVILA, 2009: 117). Camargo (2009a: 82) lembra ainda que, devido ao contato do turista com a área e, portanto, com a população local, ser

extremamente superficial, isso pode enfatizar preconceitos anteriores. Esta visão estigmatizada das áreas históricas, como locais de “(...) prostitutas, vendedores e desocupados”, lembra Coriolano (2006: 36), é utilizada para justificar a retirada da população anteriormente ali estabelecida, enaltecendo o turismo como atividade de grande impacto econômico. Este aspecto é bastante pertinente quando analisamos o Centro Histórico de Salvador, área que carrega, desde os anos 1930, um estigma de área violenta e perigosa. Desta forma, se faz pertinente, dada a importância atribuída à atividade turística dentro do contexto de promoção das cidades no mercado global, também aprofundar o entendimento de Turismo Cultural, temática esta, cada vez mais, alvo de estudos específicos. Quando nos debruçamos sobre as propostas de intervenção, ao invés de observarmos os aspectos positivos que carregam os discursos do Turismo Cultural e da Sustentabilidade, encontramos um turismo predatório, que não atende ao discurso do desenvolvimento sustentável que alegam promover. De acordo com Camargo (2009a: 76), os estudos sobre os impactos ambientais associados ao turismo tiveram início nos anos 1970, passando a abranger, a partir dos anos 80, problemas como o aquecimento global. Apenas a partir da década de 90 as questões foram ampliadas para o ecoturismo e o tema da Sustentabilidade. No entanto, a autora ressalta que esta preocupação se deve mais a “(...) uma forma de promover certos destinos e criar novos produtos, sem qualquer interesse real por atender às necessidades do entorno ou da comunidade local” (CAMARGO, 2009a: 76). Publicações mais recentes têm se debruçado sobre as questões relativas ao Turismo Cultural propriamente, confrontando-se com a importância de se considerar a preservação do Patrimônio Cultural e o papel da população local para o sucesso da atividade. A análise de trabalhos que se baseiam na crítica ao Turismo Cultural revela que estes são unânimes em apontar que o Patrimônio Cultural deve, em primeiro lugar, servir à comunidade local, para depois servir ao visitante. Até porque, como aponta Camargo (2009b: 324), o turista é atraído para visitar lugares singulares e que “Algo que



não convence uma comunidade pode ser aceito de forma momentânea pelos turistas. Mas não se mantém e tal situação acelera seu declive” (CAMARGO, 2009b: 324). O Patrimônio Cultural é reconhecido pelo Turismo Cultural como um atributo que diferencia o lugar, guardando a história, arquitetura e tradições que lhes são próprias, tornando-o atrativo à visitação. Ao mesmo tempo, ao passar por um processo de síntese, com a eleição de aspectos do Patrimônio Cultural a serem preservados e incorporados à intervenção, observa-se um processo de homogeneização que torna as áreas alvo de intervenção semelhantes a outros destinos turísticos. Ao contrário da preservação do Patrimônio Cultural como um todo, garantindo a manutenção da pluralidade dos diferentes grupos que dele participam, sobressaem aspectos da tematização da paisagem e da cultura local. Daí resultam os conflitos tão questionados, como o deslocamento da população e a simplificação de elementos. Nas palavras de Costa:

Nossa crítica é baseada no caráter preponderantemente estético da apropriação do patrimônio via turismo cultural implantado no espaço social, em sua fetichização e “banalização pela cenarização progressiva que envolvem, distintamente, cidades históricas (...). (COSTA, 2010: 93)

Isso ocorre, segundo Camargo (2009a: 72-80) porque o turismo participa do processo de padronização que rege a mundialização, levando à falta de diferenciação que “(...) coloca em perigo algumas atividades tradicionais do local, conduzindo, em alguns casos, ao “monocultivo” econômico” (CAMARGO, 2009a: 72). Ao alegarem ter por intenção o desenvolvimento do Turismo Cultural, estas ações indicam dialogar com as possibilidades de preservação do Patrimônio Cultural a partir da divulgação deste e dos recursos gerados para o financiamento de obras de conservação e restauro. No entanto, a partir do momento em que estas mesmas ações voltam-se ao direcionamento de usos e grupos de usuários específicos, implicando no desloca-

mento, por exclusão ou expulsão, da população anteriormente estabelecida no território, o que desvincula o Patrimônio Arquitetônico de sua base imaterial, o Turismo Cultural dá lugar ao turismo predatório. A fim de inserir as cidades de forma competitiva no mercado mundial, o atributo cultural passa a ser entendido como uma nova forma de investimento. As intervenções urbanas, no caso das Áreas Centrais Históricas, utilizam esta relação entre Patrimônio Cultural e paisagem particular como elemento de diferenciação e promoção. Deste modo, o capital cultural, através de processos de financeirização e mercantilização da cultura, é convertido em capital econômico, uma visão simplificada e reducionista da diversidade de elementos que o caracterizam. A mudança de usos, agora vinculados a atividades de comércio e serviço que visam atender ao lazer e ócio, implicam em um processo de segregação e redefinição dos grupos sociais. Este aspecto nos remete às questões relativas ao Patrimônio Cultural, que se baseia na relação entre Patrimônio Arquitetônico, Patrimônio Imaterial e formas de vivência estabelecidas no espaço urbano. Excluído um destes elementos, todo o conjunto fica comprometido. A partir daí, coloca-se em risco a dimensão cultural singular das Áreas Centrais Históricas, sob dois aspectos. A valorização dos aspectos visuais, evidenciada pela recuperação das edificações, marca a diferenciação da área em relação ao entorno. Este processo de fragmentação é reforçado pela especialização funcional, que faz com que a área passe a funcionar de forma autônoma. A sobreposição dos aspectos culturais imateriais pelos aspectos visuais irá caracterizar o processo de cenarização e tematização do espaço urbano, características de paisagens banalizadas. Dentro deste contexto, autores como Avila (2009:113-114, 122) observam a dificuldade em conciliar, de forma balanceada, a participação dos diversos atores envolvidos (população local, poder público, iniciativa privada, visitante) com esta atividade, visto que cada um deles apresenta demandas específicas (sociais, econômicas, de lazer). Neste percurso, as ações promovidas acabam por dirigirem-se a interesses específicos e aqueles que se relacionam aos aspectos so-



ciais e culturais acabam subjugados pelo econômico. Neste sentido, Murta (2009: 137-138, 146) aponta dois questionamentos fundamentais que devem ser feitos. Primeiramente, qual patrimônio se deseja preservar, se apenas o construído (Patrimônio Arquitetônico) ou também as atividades ali desenvolvidas e as pessoas (tanto o Patrimônio Imaterial quanto formas de apropriação diversas que levam à formação de vínculos afetivos com o lugar). A outra pergunta a ser feita diz respeito ao desenvolvimento que se deseja alcançar a partir da implantação da atividade turística, se apenas econômico ou:

(...) um desenvolvimento integrado, que promova a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida das pessoas, a preservação de nossas paisagens culturais e naturais, além da satisfação dos visitantes. Em outras palavras, um desenvolvimento sustentável, do ponto de vista econômico, social, cultural e ambiental. (MURTA, 2009: 137-138)

Vemos aí inserida a temática da Sustentabilidade associada à atividade turística. Murta (2009: 151) acentua que a Sustentabilidade dos centros históricos só será possível na medida em que promova a inclusão social e que as pessoas que ali habitam e desenvolvem atividades recebam os turistas e tenham melhores condições de vida. Cruz (2009: 185) compartilha desta ideia ao colocar que o desenvolvimento sustentável é aquele que atende tanto às empresas quanto aos moradores locais. Esta visão é também reforçada por Pons e Plúa (2009: 297-298) que apontam que o “paradigma da sustentabilidade” é representado pela “relação direta e respeitosa com a cultura e o meio natural do local visitado”. As análises aqui apontadas, de experiências em que as intervenções urbanas se dão destinadas ao turismo, nos convidam a repensar de que maneira estamos tratando o Patrimônio Cultural de nossas cidades, em todos os seus aspectos, e qual é a valorização que se busca empreender, evitando que paisagens particulares não sejam banalizadas e descaracterizadas por ações

predatórias no território.

Referências bibliográficas

AMARAL, Eduardo Lúcio G. Museu, memória e turismo: por uma relação de liberdade. In MARTINS, Clerton (Org). Patrimônio Cultural. Da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Roca, 2006, p. 51 – 63.

AVILA, Marco Aurélio. Política e planejamento em turismo cultural: conceitos, tendências e desafios. In CAMARGO, Patrícia de; CRUZ, Gustavo da (Org). Turismo Cultural: Estratégias, sustentabilidade e tendências. Ilhéus: EDITUS, 2009, p. 109124.

CAMARGO, Patrícia de. Os impactos do turismo cultural. In CAMARGO, Patrícia de; CRUZ, Gustavo da (Org). Turismo Cultural: Estratégias, sustentabilidade e tendências. Ilhéus: EDITUS, 2009a, p. 69-88.

. Museus e turismo: formando e fidelizando as demandas a partir dos programas educativos. In CAMARGO, Patrícia de; CRUZ, Gustavo da (Org). Turismo Cultural: Estratégias, sustentabilidade e tendências. Ilhéus: EDITUS, 2009b, p. 317-330.

CORIOLOANO, Luzia Neide. Espaço, poder e exclusão: contexto econômico-social do patrimônio cultural do lugar turistificado. In MARTINS, Clerton (Org). Patrimônio Cultural. Da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Roca, 2006, p. 31 – 37.

COSTA, Everaldo Batista da. A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial. São Paulo: Humanitas, Fapesp, 2010.

CRUZ, Gustavo da. Marketing turístico para cidades culturais. In CAMARGO, Patrícia de; CRUZ, Gustavo da (Org). Turismo Cultural: Estratégias, sustentabilidade e tendências. Ilhéus: EDITUS, 2009, p. 183-203.



GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. Preservação e urbanismo. Encontros, desencontros e muitos desafios. In CORRÊA, Elyane Lins; GOMES, Marco Aurélio Filgueiras (Org). Reconfigurações Contemporâneas do Patrimônio. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 129-144.

MURTA, Stela Maris. Interpretar o patrimônio: um desafio para o turismo cultural. In CAMARGO, Patrícia de; CRUZ, Gustavo da (Org). Turismo Cultural: Estratégias, sustentabilidade e tendências. Ilhéus: EDITUS, 2009, p. 137-162.

PONS, José Fortaleza; PLÚA, Paola. Metodologia de um inventário de recursos gastronômicos – A costa equatoriana. In CAMARGO, Patrícia de; CRUZ, Gustavo da (Org). Turismo Cultural: Estratégias, sustentabilidade e tendências. Ilhéus: EDITUS, 2009, p. 297-313.

SANTOS, Adriane Hortêncio Pereira dos. Artesanato local como expressão diferencial para o lugar turistificado – arte e ofício de artesão no Ceará. In MARTINS, Clerton (Org). Patrimônio Cultural. Da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Roca, 2006, p. 91 – 104.



Do vernacular ao erudito: a (re)construção da Igreja Matriz de Nosso Senhor Bom Jesus da Cana Verde – Batatais (SP)

Dirceu Piccinato Junior

Doutorando do POSURB - Programa de Pós Graduação em Urbanismo PUC-Campinas / Bolsista FAPESP

Ivone Salgado

Docente do POSURB - Programa de Pós Graduação em Urbanismo PUC-Campinas

RESUMO

O presente trabalho procura traçar um diálogo por meio de questões pertinentes a cultura e sociedade dos entrantes mineiros, num primeiro momento, e, depois, dos imigrantes italianos quanto ao processo histórico-constutivo da Igreja Matriz da cidade de Batatais, localizada no nordeste do interior do estado paulista. O edifício em destaque configura-se como representativo de técnicas, cultura e sociedade local, revelando-se como um “palimpsesto construtivo”, ou seja, camadas que revelam momentos e aspectos de um tempo, de um saber, de um lugar. Objetiva-se elucidar as técnicas construtivas e os estilos arquitetônicos adotados no decorrer de sua construção e reconstrução, assim como relacioná-los com o desenvolvimento sociocultural da região, marcado por dois momentos históricos: o primeiro, quando os migrantes das Minas Gerais ocuparam a região, e o segundo marcado pela colonização italiana.

Palavras-chave: Entrantes mineiros; Imigração italiana; Igreja Matriz.

ABSTRACT

This paper attempts a dialogue through issues pertaining to culture and society, at first, incoming miners and then Italian immigrants about the historical process of constructive mother church of Batatais, located in the northeastern interior of São Paulo state. For the following discussion, the construction in question is configured as one representative of techniques, cultural and social site; performing a “constructive palimpsest”, or as layers that tend to reveal aspects of the moments and time, a knowledge of a place. Thus, the objective is to elucidate the construction techniques and architectural styles adopted during its construction and reconstruction, as well as relate them to the cultural development of the region occurred in two historical dimensions: the first marked by the migrant from Minas Gerais and the second by the Italian colonization in the city.

Keywords: Incoming miners; Italian immigration; Church.



Introdução

De maneira geral, a igreja e a praça definiam o espaço urbano primário de muitas localidades brasileiras no período colonial, o que se conservou na maioria das novas cidades fundadas durante o Império, quando essa centralidade muitas vezes é disputada com a estação ferroviária. As edificações seculares dificilmente se destacavam em importância em relação à casa de oração. No interior desta última reuniam-se os fiéis e, ao redor de seu adro, perfilavam casas, vendas e, dependendo do status da localidade, isto é, freguesia ou vila, a casa de câmara e cadeia. Tal regra foi responsável pelas “características gerais apontadas para a nossa cidade tradicional” (MARX, 1980: 54).

A maior parte das cidades fundadas nessa região é resultado de ações dos entrantes mineiros; Batatais figura entre elas. A então Freguesia de Nosso Senhor Bom Jesus da Cana Verde dos Batataes (segundo a grafia da época) possuía, ainda em 1815, segundo palavras do Padre Bento Jozé Pereira, uma “tosca Casa de Oração, que interinamente vai servindo”¹, evidenciando a necessidade de uma nova construção religiosa que manifestasse o caráter da freguesia. Esse contexto representa a primeira dimensão histórica da Matriz, ou seja, a filiação de um vocabulário arquitetônico colonial, com o interior em talha barroca, trazido pelos próprios mineiros quando da primeira solução construtiva empregada na obra.

Em Batatais, parte da colônia italiana, quando ali chegou, por volta da década de 1890, afluíram às fazendas de café; outra parte integrou-se à cidade, passando a se dedicar ao comércio, ao artesanato, às manufaturas e aos pequenos serviços. Todavia, pode-se ressaltar que os imigrantes italianos não mudaram apenas a economia local com o trabalho nas lavouras, nos novos comércios e prestações de serviços; eles reconstruíram o urbano e difundiram seus conhecimentos arquitetônicos e técnicos construtivos, pois muitos que ali se estabeleceram tinham formações eruditas nas áreas da construção, engenharia e arquitetura.

Os entrantes mineiros e a construção da Igreja de Nosso Senhor Bom Jesus da Cana Verde

O primitivo povoado teve sua gênese em um terreno doado por Manuel Bernardes do Nascimento e Antonio José Dias, procedentes das Minas, de onde veio a imagem do Senhor Bom Jesus. Em função de disputas e interesses particulares, o povoado foi deslocado para uma área denominada “Campo Lindo das Araras”. Essas terras foram doadas por Germano Alves Moreira e sua esposa, Anna Luiza, em 15 de março de 1823², quando “aí é que tomou a denominação de Senhor Bom Jesus da Cana Verde de Batatais” (LEITE, 1961: 179). Ao analisar a primeira solução adotada na Igreja Matriz de Nosso Senhor Bom Jesus da Cana Verde de Batataes (Figura 1), observam-se algumas diferenças em relação ao “modelo tradicional”, possivelmente por se estar analisando uma matriz e não uma capela. Construída pelos entrantes e inaugurada em 18 de maio de 1838, identificamos algumas características similares ao que foi descrito: frontão triangular, o óculo, o uso de materiais vernaculares (barro e madeira) da região e o telhado em duas águas; entretanto, não há uma torre sineira, mas duas, e as mesmas estão juntas ao corpo da construção, similarmente a outros exemplares encontrados na região.

No ano de 1852, o Presidente da Câmara Municipal responde ao Governo da Província dando notícias de a Igreja estar prestes a ser concluída, conforme apontam as Atas da Câmara de março de 1852. Com a conclusão das obras, a Matriz sofreu algumas modificações (Figura 2), o frontispício ganhou novas aberturas, assim como as torres; estas últimas ainda foram reformadas, pois ganharam melhores acabamentos. O corpo da igreja foi prolongado na parte posterior devido à construção da sacristia.





Figuras 1 e 2. A Igreja Matriz de Batatais construída pelos entrantes mineiros em 1838 e 1860, respectivamente.

Sobre as técnicas adotadas na construção do edifício, há alguns relatos pertinentes. Um deles é o de Jean de Frans, memorialista local que assim descreve a Igreja naquele momento: era a “Matriz, enorme, pesada, com duas torres e com as grossas paredes de adobes, ficava bem no centro do respectivo largo”. Outro relato é de José Braga Morato, antigo coletor de impostos da Prefeitura de Batatais, nascido no ano de 1903, que assim a descreveu: “a Igreja Matriz era construída de adobos e o teto era sustentado por oito colunas de aroeira lavrada, de mais ou menos dez metros de altura.” (in DUTRA, 1993: 33).

O conjunto de elementos do altar-mor foi composto num vocabulário barroco (Figura 3) e teve sua origem durante as obras de conclusão da construção do templo pelos mineiros. Permaneceu na segunda solução construtiva e estilística dos imigrantes italianos e só foi alterado quando da sua transferência para outra casa de oração da cidade em função da demolição do teto da Matriz para dar lugar à cúpula central, durante a terceira e última reforma da mesma.



Figura 3. Altar-mor da Igreja, s/d.

Fonte: Museu Histórico Washington Luís – Batatais (Acervo J. A. Fernandes).

A colonização italiana em Batatais e as reconstruções da Igreja Matriz

As obras de reforma se estenderam por anos, como aponta a iconografia de época: o primeiro momento dessa reforma data de 1911 (Figura 4), quando se pode observar a mudança estilística da fachada frontal, que adquire um estilo neogótico. Em 1928, essa reforma está sendo concluída na fachada posterior do edifício (Figura 5). Nesta data, um canteiro de obras já estava ali instalado, pois um novo projeto já estava em vias de ser implantado.



Figuras 4 e 5. O Gótico tardio da Igreja Matriz de Batatais, 1911 e 1928 respectivamente.

Fonte: Acervo da Igreja Matriz de Batatais



A proposta de Rosado tinha como linguagem estética o neogótico, estabelecendo junto à edificação um verticalismo comedido, muito em função do corpo central construído pelos entrantes, que acabou permanecendo. O uso de arcos ogivais para dividir o peso, grandes aberturas, o uso dos vitrais para proporcionar maior amplitude para a iluminação interior e o portal principal com traços ogivais foram utilizados neste momento da reforma; essas características são particulares do vocabulário gótico. Entretanto, a característica singular da arquitetura gótica empregada nessa reforma foi a abertura em forma de rosácea no alto da porta central. O altar-mor permaneceu o mesmo em sua estrutura e suas características, todavia apresentou algumas mudanças pontuais na disposição dos seus elementos. Esse segundo aspecto adotado na Igreja Matriz ficou restrito apenas às fachadas frontal e posterior do edifício, desenvolvido sob a técnica construtiva de alvenaria. Como se pôde observar, as condições sociais, materiais e técnicas da localidade não possibilitaram grandes mudanças segundo o modelo da arquitetura eclética em difusão no século XIX.

No ano de 1926, a Matriz permanecia inacabada no centro da cidade, gerando um descontentamento entre os cidadãos. Neste momento a imprensa local passou a desempenhar um importante papel veiculando o descontentamento acerca do estado da igreja:

Quem é que olhando para a nossa Igreja Matriz, não se manifeste pela conclusão das obras, já tão tardia? Por certo que ninguém, tanto mais porque já faz alguns annos que reconstruída uma parte, incompleta externamente, na outra ainda não se pôz mão (GAZETA DE BATATAIS, 1926a).

O principal responsável pelas obras de reconstrução, Monsenhor Joaquim Alves Ferreira³, enviou uma carta ao jornal local, relatando que realmente era importante a reconstrução ou construção de um edifício que representasse a nova ordem social, econômica, política e religiosa daquele momento. Porém, esclareceu que

a igreja estava naquelas condições devido à situação financeira e solicitou a formação de uma comissão popular para angariar donativos para a obra.

O “plano primitivo modificado” foi abandonado e as obras de reconstrução da Igreja foram paralisadas. Novamente o Monsenhor vem a público em texto do jornal local, em janeiro de 1927, justificar o motivo da paralisação que, segundo ele: “a interrupção dos trabalhos foi exclusivamente devido à falta de esthetica que se estava notando nas obras e não queria dar a responsabilidade de seu nome a um templo que estava em desacordo com o progresso de Batataes” (GAZETA DE BATATAIS, 1927a)⁴.

Uma comissão então foi constituída para angariar fundos para a realização das obras. Contudo, algumas questões ainda foram levadas a público: fazer uma igreja nova ou dar continuidade à reforma? A solução foi conciliatória: a antiga estrutura de alvenaria seria reaproveitada (DUTRA, 1993: 377). Assim sendo, para idealizar o edifício religioso que estivesse à altura do progresso, de uma renovada arquitetura e da importância conquistada por Batatais nesta região, foram contratados os serviços do “engenheiro architecto” Júlio E. Latini. O primeiro registro de sua presença na cidade foi noticiado na Gazeta de Batataes em setembro de 1927: “Acha-se nesta cidade, a serviço, e aqui pretende passar uma temporada o Sr. Dr. Latini, hábil engenheiro constructor, que acaba de assinar importantes contractos de ricas construcções em Batatais” (GAZETA DE BATATAIS, 1927b)⁵.

No projeto desenvolvido por Latini para a Igreja Matriz de Batatais, pode-se observar uma diversa manifestação do ecletismo, nesta versão claramente filiado ao renascimento italiano, como assinalam as figuras 6 e 7, pois o profissional utiliza-se da planta em cruz, traço característico do renascimento.





Figura 6 e 7. Projeto para Igreja Matriz de Batatais, por Júlio E. Latini, 1927.
Fonte: Acervo da Igreja Matriz de Batatais.

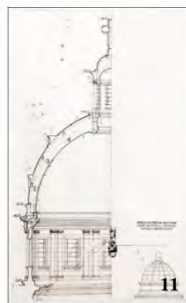
A planta só não foi desenvolvida simetricamente em função do reaproveitamento de parte da construção, particularmente a parte posterior, que já havia sido reconstruída. No restante do projeto, Latini aumentou as dimensões, “inclusive com a adição da torre central, onde dispôs o relógio” (DUTRA, 1993: 378). Latini envolveu a parte posterior, já acabada, com paredes novas e a destinou a área administrativa da Igreja (Figuras 8 e 9). As obras desta (re)construção da Igreja se iniciaram em janeiro de 1928 e só terminaram em março 1953.



Figuras 8 e 9. A (re)construção da Igreja, 1928.
Fonte: Acervo da Igreja Matriz de Batatais.

O projeto foi concebido buscando desenvolver um trabalho em volumes geométricos que se interpenetrassem, de maneira que o centro foi ocupado pela cúpula. Na parte central, o bloco desenvolveu-se em cruz, pontuando nessa mesma área do projeto o duomo, em uma altura maior do que as demais volumetrias externas. Na visão da fachada frontal nota-se uma acentuada simetria ocasionada pelos volumes geométricos. Possivelmente o aspecto mais interessante do projeto foi a solução dada à cúpula: “um amplo volume cilíndrico compacto, sem aberturas, marcado por linhas horizontais, como de resto, todo o edifício. (DUTRA, 1993: 382).

Por motivos pessoais, no final de 1928, Latini se vê obrigado a deixar as obras da Matriz a cargo de Zamboni. Este último passou então a imprimir seus conhecimentos técnicos na construção da obra. Uma das modificações mais importante empregada pelo engenheiro foi à substituição da cúpula achatada por uma cúpula semiesférica (Figuras 10 e 11) disposta sobre um tambor vazado por vitrais ladeados por colunas jônicas geminadas. Essa intervenção ocasionou um aumento significativo ao edifício e um ajuste técnico-estrutural para o novo peso. Outra interferência no projeto original de Latini feito por Zamboni foi a substituição do frontão em arco rebaixado por arco pleno. Provavelmente, essas mudanças desenvolvidas pelo Engenheiro tenham acontecido em função da interrupção nas obras; a construção aconteceu, num primeiro momento, entre os anos de 1927 e 1929, quando houve uma paralisação de aproximadamente dez anos. Em 1940 a construção foi retomada até sua conclusão, em 1953.



Figuras 10 e 11: Projeto modificado por Carlos Zamboni.
Fonte: Acervo da Igreja Matriz de Batatais.

Esta nova e última etapa da construção revela uma transformação da alvenaria antiga na nova Matriz, onde os nichos antigos, as janelas em arcos ogivais e o próprio passado foram sendo preenchidos, fechados para a condição sociocultural desse momento. Latini empregou uma linguagem eclética, de inspiração clássica, mas, de certa maneira, inovadora, com o projeto da cúpula achatada. Já Zamboni resgatou a força da tradição clássica ao modificar o diâmetro do duomo (Figura 12).



Figura 12. Igreja Matriz Senhor Bom Jesus da Cana Verde, 2013.
Fonte: Acervo da Igreja Matriz de Batatais.

A reconstrução, iniciada pela parte dos fundos com a construção da torre do relógio e envolvendo a Igreja velha, esteve sob a direção de Latini. As demais partes, sob a chefia e a nova orientação de Zamboni, sofreram notáveis modificações em relação aos planos iniciais. Latini preocupara-se com maior rigor sobre a qualidade e a quantidade dos detalhes e da ornamentação. Seu sucessor promoveu evidente simplificação, o que confere ao restante da obra um aspecto mais sóbrio em relação ao anterior.

Em relação aos vitrais, na Matriz do Bom Jesus de Cana Verde, parte deles é de autoria de Conrado Sorgenicht Filho, filho e neto de eminentes vitralistas alemães que se instalaram em São Paulo, por volta de 1875. O conjunto de vitrais constitui-se de um acervo de 48 peças de grandes dimensões. Dessas, destacam-se as que se encontram instaladas em doze janelas da nave da Matriz, onde Conrado colocou os 12 apóstolos, em desenhos de delicada simplicidade, além da representação do Menino Jesus (Figura 13), da Ascensão do Senhor Bom Jesus da Cana Verde e a Assunção de Maria Santíssima nas janelas do presbitério.



Figura 13. Menino Jesus de Conrado Sorgenicht Filho.
Fonte: Acervo da Igreja Matriz de Batatais.

Em maio de 1930, novos integrantes assumiram a Comissão que arrecadava fundos para as obras da Igreja. Esta comissão deu continuidade às obras, até então paralisadas, e exerceu seu mandato até a conclusão da Igreja, tendo o Monsenhor Joaquim Alves Ferreira à sua frente. Foi nessa época que o pintor Cândido Portinari foi contatado pelo engenheiro-arquiteto da Igreja Matriz de Batatais, Carlos Zamboni, para pintar o templo (FERNANDES, 2004: 46).

Quando Zamboni e a Comissão procuraram Portinari pela primeira vez, pediram-lhe que pintasse as estações da Via Sacra de maneira simples, para que todos, ao contemplarem a pintura, compreendessem os últimos passos de Cristo. Nessa época o pintor já havia se filiado ao Partido Comunista e deixara de acreditar em Deus, mas respondeu da seguinte maneira ao pedido: “Não sou católico; não creio, mas compreendo. Muitas das pessoas que mais estimo são católicas e, para elas, a religião é uma coisa importante. Procurarei fazer algo que lhes agrade” (in FERNANDES, 2004: 47).

Num primeiro momento, foram solicitadas a Cândido Portinari apenas quatorze pequenas telas para comporem as estações da Via Sacra, no entanto, ele acabou pintando também: o políptico do altar-mor, composto pelo Senhor Bom Jesus da Cana Verde ao centro, seis apóstolos à esquerda, mais seis à direita, o Espírito Santo no alto e anjos na parte inferior (Figura 14); o políptico da Capela de Nossa Senhora Aparecida, com a imagem de Nossa Senhora Aparecida ao centro, três cenas à direita e mais três à esquerda e, no alto, a Igreja Matriz; São Sebastião; O Batismo de Jesus (Figura 15); A Sagrada Família; Fuga para o Egito; A Transfiguração; e, em 14 de março de 1955, foram introduzidas as quatorze telas a óleo, a Via Sacra.



Figura 14. Políptico do Altar-mor.
Fonte: FERNANDES, 2004: 45.



Figura 15. O Batismo de Cristo.

Conclusão

Inaugurada em 14 de março de 1953, a Igreja Matriz do Nosso Senhor Bom Jesus da Cana Verde de Batatais trazia em seu arcabouço artístico e técnico, tal qual se apresenta nos dias de hoje, um ideário que ia além de suas estruturas; por conseguinte, neste dia as portas da Matriz se abriram não como uma igreja, antes como um salão de exposição de arte. É nesse sentido que podemos pontuar este diálogo, ou seja, entender a história da construção desse edifício como parte da história da arte do nordeste do interior paulista. Assim, temos um edifício, dois momentos históricos e três obras, contextos que nos revelam técnicas, circunstâncias e conhecimentos adotados na edificação da Igreja Matriz do Nosso Senhor Bom Jesus da Cana Verde. Trata-se de um processo representativo da ocupação do território paulista, pois, conforme as circunstâncias foram sendo (re)desenhadas, as camadas construtivas foram sendo expostas, juntamente com seus valores intrínsecos, o que na maior parte pode ser considerado fator primordial para a preservação. Nesse sentido, além dos valores afetivos, sociais e culturais que a Matriz possui, podemos considerar, para a relevância da sua história, a memória e o valor tecnológico que a sua construção circunscreve.

¹ Este registro que revela o estado da Capela está no Livro Tombo nº 1 da Igreja Matriz de Batatais, s/n

² Esta data é um tanto divergente, pois alguns estudos locais datam o dia 10 de agosto de 1822; todavia o Livro Tombo nº 1 da Igreja Matriz de Batatais registra a data de 15 de março de 1823.

³ Figura de destaque, nasceu em 27 de outubro de 1880; batataense de nascença, foi ordenado padre aos 24 anos, doutorou-se em Roma e faleceu no ano de 1946 na cidade natal.

⁴ Trecho de outra correspondência do Monsenhor endereçada ao jornal a Gazeta de Batatais publicada em 21 de janeiro de 1927.

⁵ Além da Igreja Matriz, o profissional foi responsável pelo Palacete do Monsenhor Joaquim Alves e as reformas do Ginásio São José.

Referências Bibliográficas

FERNANDES, J. M. M. 2004. Batatais: a cidade dos mais belos jardins. São Paulo, Noovha América, 80 p.

DUTRA, M. S. T. F. 1993. A arquitetura de Batatais, 1880 a 1930. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, 471 p.

FREITAS, S. M. de. 1999. E chegaram os imigrantes... (o café e a imigração em São Paulo). São Paulo, Edição da autora, 85 p.

GAZETA DE BATATAIS. 1926a. O gosto artístico do que se fez e do que si fará. Batatais, 25/02/1926, p. s/n.

GAZETA DE BATATAIS. 1927a. Carta ao Leitor. Batatais, 21/01/1927, p. s/n.

GAZETA DE BATATAIS. 1927b. Engenheiro Architecto. Batatais, 04/09/1927, p. s/n.

MARX, M. de A. 1980. Cidade brasileira. São Paulo, Melhoramentos Edusp, 151 p.



Reflexões sobre patrimônio cultural e modernidade

Ricardo Ali Abdalla

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia São Paulo – Caraguatatuba

Sandra Schmitt Soster

Universidade de São Paulo – IAU São Carlos

RESUMO

Desde o advento do movimento modernista na arquitetura brasileira, busca-se a preservação do patrimônio cultural no Brasil como um elemento primordial para a manutenção dos referenciais sociais. Contudo, em uma sociedade onde vivenciamos a morte do sujeito, a mudança radical na percepção espaço-tempo, o declínio da experiência e a abstração das relações sociais, qual é a afinidade que a população ainda mantém com o patrimônio? Sob a luz do pensamento de Fredric Jameson sobre as relações sociais que ocorrem – ou deixam de ocorrer – no período atual, marcado pelo desenvolvimento do capitalismo tardio e sua intensa reificação pretendemos analisar a questão da preservação do passado e dos objetos que o representam nessa sociedade onde a própria cultura e a arte pregam uma constante inovação.

Palavras-chave

Patrimônio, Jameson, Modernismo.

ABSTRACT

Since the advent of the modernist movement in Brazilian architecture, search-if the preservation of cultural heritage in Brazil as an essential element for the maintenance of social benchmarks. However, in a society where we experience the death of the subject, the radical change in space-time perception, the decline of experience and abstraction of social relations, which is the affinity that the population still keeps with equity? Under the light of Fredric Jameson thought about social relations that occur – or are no longer occur – in the current period, marked by the development of late capitalism and its intense reification we intend to examine the issue of preserving the past and of objects that represent in this society where the own culture and art preach a constant innovation.

Keywords

Heritage, Jameson, Modernism.



1 História

A palavra ideologia possui uma vasta gama de significados muito diferentes entre si e que dependem do contexto onde se insere. Para Eagleton, é “um texto, tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais”; para a sociologia, se relaciona com a legitimação de poder de uma classe; e para Habermas, é uma “comunicação sistematicamente distorcida”. Contudo, como salienta o mesmo autor, se não tivéssemos nenhum tipo de pré-entendimento, “nem sequer seríamos capazes de identificar uma questão ou situação, muito menos de emitir qualquer juízo sobre ela” (EAGLETON, 1977: 15-17). Portanto, a ideologia é um termo fundamental para a organização social e para as decisões individuais e, por isso, é o elo central que utilizaremos para analisar diversos aspectos do patrimônio histórico.

O primeiro deles diz respeito à História, que, para Jameson, não é o texto, mas existe através da mediação dele. Isso ocorre porque registrar os fatos é um ato socialmente simbólico, pois pressupõe interpretá-los (pensar o concreto que representa a realidade) e, por isso, carrega marcas do período histórico onde foi escrito (por isso mesmo não pode ser analisado sem levá-lo em consideração) e de uma apreensão parcial da realidade (pois não se consegue abranger a totalidade), baseada em conceitos e ideologias inerentes ao autor. Essa percepção de mundo não pode ser considerada verdadeira ou falsa, apenas pessoal. Dessa forma:

(...) a história não fala por si mesma. Não há nenhuma “voz do passado”. Só podemos ter esperança de resgatar representações específicas. (...) nós fazemos histórias – com todas as paixões políticas, emoções, fidelidades do historiador individual ainda presentes. (SCHWARZ, 1992: 71)

A História engloba dois fatores fundamentais: os feitos dos grandes homens e as cidades, numa narrativa onde o indivíduo tornou-se central e tem-se a impressão (fundamentada na causalidade mecânica) de que

“cada época precisava ter a memória de todas as outras para superá-la e realizar a tarefa do presente. (...) [Ou seja, de] que o presente só é inteligível à luz do passado que suprimiu” (CHAUÍ, 1992: 43). Assim a História parece ter a função de entender o passado como essencial ao presente, que pretende supera-lo através da sua compreensão. A própria existência social (ao tomar consciência de si mesma) se vê como uma construção histórica (modo de vida e de pensamento), que só pode ser modificada com a criação de outra construção histórica, criada através do distanciamento e do estranhamento, em uma análise não superficial dos fatos. E cada nova construção histórica gera (e é gerada por) movimentos de rejeição ou de ratificação à antiga, que geralmente se baseiam em uma visão errada dos períodos históricos como grandes massas homogêneas, ignorando a existência, em todas as eras, de “formas ‘residuais’ e ‘emergentes’ de produção cultural” (JAMESON, 2000: 31).

Na medida em que esse rompimento com o passado ocorre, estabelece-se uma perspectiva de distância e diferença, de alteridade entre o agora e o antes, que servirá de fonte para as lembranças e as construções de símbolos que serão os condutores da nova narrativa histórica. Essa perspectiva de ruptura entre passado e presente gera a noção de tempo histórico e faz com que se busque no passado as referências devidas para a construção de uma linha do tempo, a fim de estabelecer uma continuidade temporal, que vem do passado e culmina no presente, de modo a conceder um sentido para o presente. Dessa forma, busca-se nas fissuras do passado a construção de uma história, ou melhor, uma narrativa histórica que dê conta de fazer compreender o mundo caótico e mutante em que vivemos. Mas, infelizmente, como uma produção voluntária do passado, essa narrativa (ou memória) histórica diz respeito somente aos vencedores, pois pauta-se em escolhas que referenciam e atestam uma história de grandes feitos e de grandes heróis, a fim de construir uma nacionalidade. Assim, de caráter puramente ideológico, a memória histórica tem como finalidade formar uma memória identitária entre todos os cidadãos e a nação, para que



eles se reconheçam como pertencentes a ela.

2 Modernismo

“O súbito arranca o tempo presente da sua continuidade” (JAMESON, 2005: 222) e a Revolução Industrial foi um exemplo disso. A invenção de novas tecnologias transformou todas as relações sociais, e a maneira como as pessoas se organizavam para a sobrevivência (o que Marx chama de modo de produção) foi bruscamente modificada. Constituiu-se a ideia de velho e de novo, frutos desse “acontecimento inteiramente inscrito na lógica da ordem existente [que] é (des)apreendido como uma ruptura radical” (ZIZEK, 1996: 7). A vida passou a ser encarada de outra maneira, semeando-se um sentimento de nacionalismo, que pela própria natureza, influenciou a cultura, pois, se a realidade é uma luta de classes (como pensa Marx), então ela também afeta as obras de arte.

O mecanicismo entrou em cena, substituindo os antigos métodos de agir e pensar. Segundo Jameson:

É oportuno lembrar aqui a exaltação da máquina no estágio do capital imediatamente anterior ao nosso, a excitação do futurismo (...). O prestígio dessas grandes formas aerodinâmicas pode ser constatado em sua presença metafórica nos edifícios de Le Corbusier, vastas estruturas utópicas que navegam como gigantescos barcos a vapor, em meio do cenário urbano de uma terra degradada. (2000: 62)

O Modernismo (movimento mundial referente a esse período, que pressupunha a mudança da vida individual e da sociedade através de intervenção no espaço – teoria mesológica) foi inserido na cultura brasileira em uma época marcada por um Imperialismo de sobreposição política e cultural (diferente do Imperialismo econômico praticado por Portugal), hoje chamado de globalização. Os artistas modernistas ansiavam que a população fosse tomada de um nacionalismo que fizesse nascer uma nação brasileira que representasse o

povo brasileiro, por isso os arquitetos lutavam contra a arquitetura italiana clássica (adotada na Escola Nacional de Belas Artes) e a favor da valorização da manifestação tipicamente nacional (no caso da arquitetura, simbolizado pelo estilo colonial). Como afirma Weimer (2005, orelha), “dentro do ensino da arquitetura no Brasil somente é valorizada a arquitetura erudita. (...) A obsessão em imitar a última moda da arquitetura internacional nos fez esquecer de nosso próprio umbigo. Especialmente [...] da arquitetura popular”. Por isso, com o apoio político do governo Vargas, iniciaram-se ações de preservação do patrimônio histórico nacional e assim redescobriu-se Ouro Preto como um grande exemplar da arquitetura considerada genuinamente nacional e que servirá como objeto de análise de muitas questões desse trabalho.

De acordo com Vasconcellos (1977) “Vila Rica é um dos maiores frutos, talvez o maior, da admirável expansão portuguesa no Novo Mundo” (Vasconcellos, 1977: 13). Criada em 1711, por causa da descoberta de jazidas de ouro na região, Vila Rica, por sua importância econômica e social, foi elevada à condição de capital da Província de Minas Gerais em 18 de agosto de 1721. Por volta de 1760, o ouro já dava sinais de decadência. Como praticamente toda a economia da província era subsidiária à produção de ouro, o colapso econômico era iminente. Além disso, a topografia da cidade passou a ser considerada um entrave ao crescimento. A então capital de Minas Gerais já não apresentava alternativas viáveis ao desenvolvimento físico urbano, o que gerou a necessidade da transferência da capital para outra localidade, pois a antiga Ouro Preto era travada pela topografia. Com a República e a descentralização federal, as capitais passaram a ter maior relevância. Neste sentido, ganhou impulso a ideia de mudança da sede do governo mineiro, que se consolidou com a inauguração de Belo Horizonte, em 12 de dezembro de 1897.

Com a perda do status de capital a cidade passou por um profundo declínio, com acentuado esvaziamento populacional. “Os jornais da época e a história oral registraram uma evasão de cerca de 45% dos moradores, muitas moradias chegaram a desmoronar por falta de



uso e condições de manutenção” (VILLASCHI: 53). Além dos setores administrativos e econômicos, famílias inteiras transferem-se para a nova capital. Os moradores de Ouro Preto abandonaram a cidade, já que a maioria deles não tinha nenhuma ligação com a cidade a não ser pela extração do ouro. A cidade ficou vazia, sem vida, e isso, de certa forma, ajudou na sua preservação porque manteve quase inalterada toda a cidade, desde a tipologia das edificações até o traçado urbano. Foi essa cidade vazia e sem vida que foi redescoberta pelos modernistas, que promoveram a heróis nacionais dois grandes ícones locais: Tiradentes (no âmbito político) e Aleijadinho (arte nacional).

Por mais paradoxal que possa parecer, o esvaziamento da cidade acabou por contribuir para a preservação urbana da antiga Vila Rica. Sem a necessidade do acelerado crescimento imposto às capitais brasileiras no século XX, seu conjunto arquitetônico, artístico e natural se manteve praticamente inalterado. Contudo, é preciso analisar de forma mais detalhada essa arquitetura colonial, levando em consideração que a visão de um período histórico é diferente quando avistada de dentro dele mesmo ou de fora. Considerada pelos modernistas como a manifestação de uma arquitetura tipicamente nacional, não seria ela uma cópia customizada da arquitetura europeia trazida pelos colonizadores ao Brasil? E o que pensar em relação às intervenções realizadas em edificações ecléticas a fim de criar uma unidade colonial na cidade? E sobre as leis municipais que obrigam a construção de novas edificações com cara de antigas, respeitando fachada e telhado da época?

3 Preservação

No mundo, a incidência da Revolução Industrial fez com que o centro histórico se transformasse também no centro econômico da cidade, as estreitas ruas mais antigas produziram problemas de circulação e os grandes lotes foram desmembrados, apertando a cidade e gerando o caos urbano. Em função da cobiça pela construção de escritórios e fábricas (especulação imobiliária), a cidade ficou sem espaço para o patrimônio e, por

julgar o passado inferior ao presente, a luta por espaço físico se concretizou nos procedimentos de destruir o velho e edificar o novo. Além disso, como forma mais avançada de globalização e não tendo um lastro material, o capital fictício vende o direito de construir (não mais o solo) e pode ser negociado de qualquer parte do mundo. “Disto tem resultado a sistemática destruição do patrimônio construído das cidades, travestida de ‘renovação urbana’, mascarada por princípios sanitários, estéticos ou funcionais, e apresentada como processo de ‘modernização’” (MAGALDI, 1992: 23). Os intelectuais da época divulgaram uma ideologia social para convencer a população de que a modernização era o caminho mais curto para a (r)evolução das cidades. Auxiliados pelas novas técnicas construtivas, pelo Fordismo e pela publicidade, pregaram que a imagem da casa moderna ideal é de pouco espaço, maior funcionalidade e menor custo econômico (onde antigamente era construída uma grande casa, hoje são edificadas várias menores). O ápice desse ideário foi o Plano de Paris, de Le Corbusier, que pretendia destruir todo o centro histórico da cidade para implantar em seu lugar grandes edifícios modernos, com o objetivo de gerar maior número de moradias e mais espaço para circulação.

No Brasil, a modernidade teve o Estado como sujeito e agente e a tecnologia como instrumento, ou seja, ela não guardou os traços do conceito original e ganhou um cunho autoritário predominante. Os modernistas adotaram o nacionalismo e buscaram exemplares de uma realidade social reconhecida pela população por “harmonizar-se com a experiência vivenciada por seus sujeitos” (EAGLETON, 1977: 27), pois, como diz Adorno, “a fim de que a obra de arte seja pura e simplesmente, uma obra de arte, ela deve ser mais do que uma obra de arte” (JAMESON, 2005: 187), ou seja, é preciso que ela manifeste relações sociais, ideias e pensamentos de uma época ou de um povo, enfim, seja apropriada pela comunidade. Da mesma forma que o patriotismo fez milhões de jovens lutarem em guerras pelo que imaginavam ser a liberdade e um futuro melhor para seus povos, também seria ele capaz de fazer com que se preservem a identidade nacional e os mo-



numentos que a representam?

4 Critérios de preservação

Se ao longo do tempo, e de forma muito acelerada nas últimas décadas, o domínio técnico contribui para ampliar os suportes da memória e torná-los cada vez mais acessíveis a diferentes grupos sociais (a película cinematográfica, o vídeo, os gravadores, as câmaras populares de fotografia, o disco, etc, etc), os registros da diversidade das experiências sociais e dos valores culturais tornam mais premente a necessidade de questionar os critérios que definem quais são as fontes e formas mais abrangentes para tentar dar conta da multiplicidade de vivências e lutas, que se engendram sem cessar em toda e qualquer formação social (LOUZADA, 1992: 15).

Walter Benjamin fala de uma história dos vencedores, que é aquela registrada em documentos, a que se faz referência nas escolas, ou seja, a chamada história oficial. Isso ocorreu em relação à memória e ao patrimônio, pois o modernismo foi adotado pelo discurso oficial do Estado (que é o órgão que profere as normas em relação à sociedade, à política e à história) e assim foram definidos os elementos constituintes do patrimônio histórico nacional e dignos de preservação: sedes do poder político, religioso, militar, da classe dominante, juntamente com seus feitos e modos de vida. Por um lado, é louvável a iniciativa modernista de iniciar o processo de preservação, mas, por outro lado, da forma como ele foi realizado, a maioria da população ficou desprovida de uma memória coletiva (e de uma história) onde pudesse se reconhecer, pois suas realizações não foram consideradas cultura.

Essa consagração de um patrimônio representativo do Estado dissolveu contradições reais e retirou do patrimônio seu significado dentro da luta social, pois “a possibilidade de construção fechada de uma versão unívoca do passado repousa no poder de decidir sobre

o que será ou não preservado enquanto registro à disposição da posteridade” (SILVA, 1992: 18), e ao povo não foi dado o direito de representar a si próprio no âmbito da historiografia. Assim, a preservação realizada pelos modernistas, que acolhia apenas a arquitetura colonial, é uma forma de mediação da ideologia erudita dominante na época. Ou seja, através da escolha de determinadas edificações, os agentes de preservação compartimentaram a realidade de forma a indicar para a população que aquela era a arquitetura legitimamente brasileira. Mas, como já foi dito, um período histórico não pode ser reduzido a denominadores comuns esquecendo-se da multiplicidade das tradições populares e de suas experiências. Portanto, a população leiga possui sua ideologia, e se apropria de uma arquitetura que é representativa de sua história e de suas convenções, não necessariamente a mesma dos eruditos. Dessa forma, o patrimônio que conhecemos é apenas uma parcela – que pretende ser representativa – da totalidade do legado humano.

Levando em consideração a afirmação de Gramsci de que “todos somos intelectuais, de que todos possuímos os meios para sistematizar nossas ideias e descobrir de que modo somos feitos como indivíduos históricos” (apud SCHWARZ, 1992: 70), percebemos a importância da cultura popular para a sociedade. Contudo, Jameson (2005: 232) salienta que “os primeiros modernistas tinham de agir num mundo em que nenhum papel social, conhecido ou codificado, existia para eles”, dessa forma, como afirma Paoli:

Se os historiadores e órgãos de preservação se desinteressaram pela memória popular, certamente não foi porque pertenciam, a qualquer título, às classes dominantes – da mesma forma que, por exemplo, não é legítimo supor que os historiadores não tenham se interessado desde sempre pelas experiências participativas das mulheres pelo simples fato de serem homens. (...) Ele trabalha em torno da disputa pela memória social, que constantemente desmonta os mecanismos de institucionalização do signifi-



cado que a sociedade constrói a respeito de si mesma – de seus cidadãos, de suas diferenças, de suas identidades e de suas desigualdades. (1992: 27)

Ao mesmo tempo em que as vozes especializadas em patrimônio anunciam diretrizes para esta área, outros segmentos sociais ditos leigos reivindicam suas demandas em relação à memória e indicam seus espaços representativos, embora nem sempre sejam reconhecidos, pois ainda se exige o aval técnico. Por isso,

as relações que se estabelecem entre as duas partes são sempre marcadas pela tensão entre a historicidade buscada nas tradições que conferem identidade a esses grupos e a concepção generalizada que atribui aos especialistas a condição de exclusividade na competência para falar e executar pelos “leigos” (SILVA, 1992: 17).

Portanto, a luta de classes de Marx pode ser visualizada dentro da área do patrimônio: de um lado os especialistas, que buscam a concretização de uma cidade ideal, e do outro os leigos, que vivem e valorizam uma cidade real (conceitos ilustrados por Argan (2002: 74) e que, no que tange a cidades com sítio histórico urbano, podem ser entendidos da seguinte forma: a cidade real como resultado da dinâmica humana e a cidade ideal como produto do estabelecimento de um limite territorial, considerada “hermeticamente” protegida, às vezes, à margem da realidade urbana. A solução para o problema da escolha do que é patrimoniável se dá através da qualificação do patrimônio (já apropriado pela população e indicado por ela) por parte de um especialista.

5 Mercado

O capitalismo se nutre de desejos, da imaginação e de vários tipos de utopia para se reinventar, criando a promessa de uma vida melhor através do consumo, uma

felicidade vendida pela publicidade. Para manter o sistema, tem uma urgência incessante de produzir novos nichos de mercado, por isso se apropria de seus próprios pontos negativos para gerar ilimitadas potencialidades de desenvolvimento, culminando na atual fusão da cultura à economia, devido ao declínio da venda de produtos materiais.

A arquitetura é a forma de arte mais próxima do econômico, pois trabalha com a produção de mercadoria pura e, ao ser reificada, materializa ideologias e agrega a si valores imateriais como felicidade, liberdade, personalidade, status, etc. Ao coisificar os desejos, entramos em uma era onde Baudrillard (apud SIQUEIRA, 2007) ressalta que ocorreu “a transformação da mercadoria em signo [...] e o objetivo desta sociedade-cultura é apresentar, cada vez mais, um grande número de signos novos, imagens e experiências para que o indivíduo deseje e consuma”. Nesse período, denominado por Jameson como Pós-modernismo, enquanto a cultura e a arte vão em busca de uma eterna inovação, o patrimônio nada contra a correnteza e tenta manter vivo o passado.

Quando tudo vira mercadoria, até mesmo as experiências históricas são reificadas em forma de monumentos, museus e espetáculos. Ao ganhar valor como mercadoria alugada, o patrimônio se torna apropriado como cenário, mas perde sua essência. Segundo Oliveira:

(...) enquanto espaço novo de criação e reprodução, ao contrário de valorizar e promover costumes e culturas locais, [...] impulsiona vigorosamente o estabelecimento de uma cultura global, homogênea e fetichista. Sob o disfarce do pluralismo e das festividades locais, o pós-modernismo ou disneyficação, como ironicamente coloca Jameson, reproduz artificialmente as imagens culturais tradicionais, transformando-as em simulacros, em produtos para o mercado mundial (o carnaval carioca é um exemplo), que, de uma forma ou de outra, bloqueiam a experiência do presente e apagam o que havia de autêntico nas culturas locais, ou seja: o pró-



Um dos fatores que mantêm essa lógica econômica do pós-modernismo (e a folclorização da cultura popular) é o apetite despertado pelo capitalismo, dos consumidores por “um mundo transformado em mera imagem de si próprio, por pseudo-eventos e por ‘espetáculos’” (JAMESON, 2000: 45). Mas, na luta diária por recursos é o capitalismo quem financia sua manutenção, então será que o patrimônio deseja o fim dessa influência sobre ele?

6 Simulacro

O termo simulacro é definido por Platão como “a cópia idêntica de algo cujo original jamais existiu” e, para Jameson:

De forma bastante apropriada, a cultura do simulacro entrou em circulação em uma sociedade em que o valor de troca se generalizou a tal ponto que mesmo a lembrança do valor de uso se apagou, uma sociedade em que, segundo observou Guy Debord, em uma frase memorável, “a imagem se tornou a forma final da reificação” (A sociedade do espetáculo). É de esperar que a nova lógica espacial do simulacro tenha um efeito significativo sobre o que se costumava chamar de tempo histórico. (2000: 45)

Não só o tempo é modificado, mas também o espaço, como podemos perceber ao andar pelas ruas de Ouro Preto. Um decreto municipal de 1932 estabeleceu a obrigatoriedade da adoção da linguagem arquitetônica colonial também para os edifícios novos. A premissa era de que, com a manutenção do conjunto arquitetônico e o aspecto tradicional, haveria maior interesse pela cidade como destino turístico. Assim teve início a prática do falso-histórico, ou seja, podemos dizer que as novas construções configuram um pastiche, que “é o imitar de um estilo único, peculiar ou idiossincrático, é o colocar de uma máscara linguística, é falar em uma

linguagem morta”. (JAMESON, 2000: 44) Conforme as normas aceitas mundialmente, a representação da realidade histórica (as intervenções realizadas no bem tombado) devem ser facilmente identificáveis, a fim de que o observador diferencie o novo do antigo e, através desse distanciamento entre os dois, possa ter uma visão da realidade. Contudo, na cidade de Ouro Preto, as cópias são tantas que qualquer distinção entre real e irreal torna-se impossível, “o que transforma radicalmente nossas experiências de vida, destrói os sentidos e as significações, e esvazia completamente o conceito de realidade”. (SIQUEIRA, 2007) Ou seja, existe um diferencial no entendimento da cidade quando ela é mostrada como a realidade ou como a representação de uma realidade. Com isso, pode-se afirmar que Ouro Preto é uma cidade “Disneyficada”.

7 Tempo-Espaço

Para Adorno a atualidade é “um aglomerado de experiências individuais fragmentadas, repetitivas e vazias de significado – mediadas pela forma mercadoria”. (apud OLIVEIRA, 2010: 2). Por isso, percebe-se uma falta de ideologia, de revoluções e de movimentos, pois o desenvolvimento das comunicações, a consequente homogeneização mundial e a cultura de massa promoveram a abstração das relações sociais, dissolvidas em uma sociedade onde o dinheiro é o grande equivalente e trabalho é abstrato.

O fim da temporalidade no pós-moderno está diretamente associado a uma experiência de confinamento, ou seja, ao enclausuramento ideológico num espaço saturado e ao mesmo tempo desconhecido, do qual, em virtude do processo de homogeneização do planeta, foi suprimido todo e qualquer tipo de alteridade radical ao sistema capitalista (OLIVEIRA, 2010: 1).

Para Jameson (2000: 79), vivemos uma era marcada pelo espaço mundial do capital multinacional, onde é preciso “entender nosso posicionamento como sujeitos



individuais e coletivos e recuperar nossa capacidade de agir e lutar, que está, hoje, neutralizada pela nossa confusão espacial e social”. O capitalismo e o esmaecimento dos afetos, ou seja, a falta de profundidade nas relações sociais provoca a morte do sujeito, que deixa de ser um, para ser vários, ou apenas mais um em meio a muitos. E esse desaparecimento do sujeito individual produz a fragmentação da própria vida social, que, por sua vez, culmina no “enfraquecimento da historicidade tanto em nossas relações com a história pública quanto em nossas novas formas de temporalidade privada”. (JAMESON, 2000: 32)

Nesta nossa era de reprodução de registros e de aceleração do compartilhamento de informações, percebe-se que “à diferença do que agora acontece em relação à Idade Média, por exemplo, um historiador que, dentro de cem anos investigue o nosso cotidiano talvez tenha o problema de excesso de dados”. (LOUZADA, 1992: 15) Com o avanço da comunicação, as imagens e a informação viram mercadoria e a pesquisa bibliográfica é modificada pelo deslocamento facilitado de material. Esses fatores ocasionam a compressão do espaço-tempo e de sua percepção, criando novos modos de interpretação, novos padrões e elementos de comparação e avaliação.

O retrato que Jameson nos oferece da cultura pós-moderna, no qual se destacam, entre outras coisas, a perda do sentido histórico, a rejeição de todo o tipo de transcendência e a supressão das mediações, fortalece a percepção de que vivemos num mundo cuja marca fundamental é a homogeneização. (OLIVEIRA, 2010: 1)

Num futuro próximo, os monumentos não mais terão a significância de experiências e de culturas, porque o indivíduo já não utiliza mais os espaços como antigamente, por não ter tempo ou por não conhecer seu significado. Por exemplo, os teatros eram frequentados pela população para eventos culturais, mas hoje eles são transmitidos pela televisão, e o cidadão os vê, sentado em sua casa, não desfruta mais da cidade como

antigamente. Esse é o sentido da teoria mesológica no urbanismo: influenciar um convívio social já perdido por influência do capitalismo.

8 Considerações finais

Frederic Jameson analisa a vida social a fim de compreender seu funcionamento e, por isso, seus pensamentos podem ser utilizados no estudo de todos os campos de conhecimento. Contudo, o aspecto mais importante de seus escritos é a incitação a uma nova perspectiva de pensar, que nos leva mais a perguntas do que a respostas, o que é de grande utilidade, pois talvez seja esse o seu intuito: causar a reflexão para que a passividade causada pela era atual seja quebrada.

Novos valores, costumes e hábitos produzem uma identidade diferenciada e uma constante reificação do que pode ser entendido como cultura. Neste sentido fica evidente que um contínuo processo de mudanças desses valores, promove uma mudança postural da população em relação ao patrimônio cultural, atribuindo a ele uma simbologia puramente cenográfica e supervalorizada. “A apropriação dos bens culturais vem seguindo a conduta de transformação do patrimônio cultural em mercadoria, assim como sua refuncionalização vem servindo, agora, à ideologia do consumo e não mais às práticas culturais representativas no sentido de pertencimento das culturas e populações locais.” (LUCHIARI, 2007: 167).

Dessa forma, diante desse estudo, é importante nos questionarmos até que ponto o indivíduo ainda é afetado pelas experiências? Quanto ainda sente? Com o intenso fluxo de informações, no futuro, os monumentos de hoje serão tidos como importante? Quais serão as histórias ligadas à cidade e aos edifícios, já que agora tudo é muito igual e não afeta mais? Em um mundo de absorção de grandes quantidades de informação, marcada pelas novas mídias, qual a visão do indivíduo frente ao patrimônio (normalmente desprovido dessa enxurrada de informações)? Com a perda da noção do tempo e o declínio da vivência de experiências, em ter-



mos de quantidade e qualidade, como ficarão marcados os futuros patrimônios? Já que não se dá o valor devido à experiência do passado e nem a experiência do presente nos afeta, as experiências do futuro nos afetarão?

10 Referências

ARGAN, Giulio Carlo. *A História da Arte Como História da Cidade*. São Paulo, Martins Fontes, 2002

CHAUÍ, M. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: *O direito à memória: Patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: O Departamento, 1992. Pp.37-46.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

EAGLETON, T. O que é ideologia? In: ZIZEK, S. *Ideologia: Uma introdução*. São Paulo: Editora da Unesp/Boitempo, 1977.

JAMESON, F. A lógica do capitalismo tardio. In: *Pós-modernismo: A lógica do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2000.

JAMESON, F. O modernismo como ideologia. In: *Modernidade singular*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LUCHIARI, Maria Tereza Paes. *Patrimônio, Natureza e Cultura*. Campinas-SP, Papirus, 2007

LOUZADA, N. M. Diferentes suportes para a memó-

ria. In: *O direito à memória: Patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: O Departamento, 1992. Pp.13-16.

MAGALDI, C. O público e o privado: propriedade e interesse cultural. In: *O direito à memória: Patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: O Departamento, 1992. Pp.21-24.

OLIVEIRA, Mauricio Miranda dos S. Fredric jameson: a utopia depois do fim da história. XV Encontro Nacional da ABRAPSO. Anais. Recife, [s.n.], 2010. Disponível em <http://abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENA_BRAPSO/26.%20fredric%20jameson%20-%20a%20utopia%20depois%20do%20fim%20da%20hist%20ria.pdf>. Acessado em 10.09.2010.

PAOLI, M.C. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: *O direito à memória: Patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: O Departamento, 1992. Pp.25-28.

SCHWARZ, B. Patrimônio histórico e cidadania: a experiência inglesa. In: *O direito à memória: Patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: O Departamento, 1992. Pp.67-79.

SILVA, O. B. da. Memória, preservação e tradições populares. In: *O direito à memória: Patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: O Departamento, 1992. Pp.17-20.

SIQUEIRA, H. S. G. JEAN BAUDRILLARD: importância e contribuições pós-modernas. In: *Caderno MIX – Ideias*. Jornal Diário de Santa Maria. 01/04/2007 Disponível em <<http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/ baudrillard.html>> Acessado em 10.11.2010)

VILLASCHI, Juca. *Caderno de Ofícios 2 – Cidade*. Governo do Estado de Minas Gerais; Secretaria de Cultura do Estado de Minas Gerais; Fundação de Arte de Ouro Preto.



WEIMER, G. Arquitetura popular brasileira. São Paulo: Martin Fontes, 2005.

ZIZEK, S. O espectro da ideologia. In: ZIZEK, S. Um mapa da ideologia. São Paulo: Contraponto, 1996.



EFPP, Turismo e uso cultural: um caminho para viabilizar o tombamento ou aceleração do desmonte?

Vanice Jeronymo

Instituto de arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo IAU-USP

RESUMO

Este artigo trata das propostas de revitalização e utilização turística que emergiram durante os estudos para tombamento da Estrada de Ferro Perus Pirapora – EFPP - seus limites, impasses e entraves que ocasionaram seus fracassos. Neste processo, notou-se que o bem foi considerado detentor de um alto potencial turístico devido aos atrativos estéticos, históricos e funcionais, uma vez que era portador de interessantes atributos materiais e imateriais e oferecia a possibilidade de operar como suporte para acesso ao Parque Anhanguera, em execução naquele momento. A paisagem local, composta pelos remanescentes industriais da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus - CBCPP - e pelos elementos naturais, foram referenciadas como pitorescas, belas e cênicas e sua utilização turística entendida como a saída para tentar viabilizar sua preservação.

Palavras chave: EFPP, Patrimônio Industrial, Turismo

ABSTRACT

This article deals with proposals for revitalization and tourist use that emerged during the studies for overturning the Estrada de Ferro Perus Pirapora - EFPP - and its limits, deadlocks and obstacles that caused its failure. In this process, it was noted that the property was deemed to have a high tourism potential due to the aesthetic, historical and functional attractive, since it was bearer of interesting attributes material and immaterial and offered the possibility to operate as support for access to Parque Anhanguera , running at that time. The local landscape, composed by industrial remnants of Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus - CBCPP - and the natural elements were referred to as picturesque, beautiful and scenic and its tourist use understood as the output to try to facilitate its preservation.

Keywords: EFPP, Industrial Heritage, Tourism



Introdução

A partir da década de 1960, estruturou-se no Brasil um contexto favorável para as tentativas de exploração de bens arquitetônicos potencialmente turísticos. Começou a despontar no país o incentivo à valorização das áreas livres e verdes ao redor das metrópoles e à promoção da cultura, lazer e turismo como um meios para promover o desenvolvimento das cidades brasileiras. Foi neste contexto que, posteriormente, foram apresentadas propostas para a revitalização e utilização turística da EFPP, como tentativas para viabilizar e concluir o seu conturbado processo de tombamento.

A EFPP, a partir dos anos 1980, passou a ser alvo do tombamento estadual paulista, após a indicação feita pela Associação Brasileira de Preservação Ferroviária - A.B.P.F. – e sob o argumento inicial centrado na sua valoração devido a sua condição de última do seu gênero, pois tornara-se rara no país a funcionar com bitola de 60cm.

As solicitações de transformação da EFPP em bem tombado pelo estado foram acatadas durante o processo de revisão de conceitos adotados pelos órgãos de preservação brasileiros que avançavam no sentido de ampliar a gama das representações. Os esforços convergiram para tentar viabilizar e garantir a condição de integridade do conjunto, sua máxima preservação e a utilização turística como o caminho mais adequado para conseguir efetivar o seu tombamento. Entretanto, mesmo que os esforços tenham sido, de fato, expressivos, o caso revelou complexidades e controvérsias que impediram a concretização das propostas.

A trajetória da CBCPP

A CBCPP nasceu da incorporação das jazidas para extração de minérios, administradas pela família Benedito¹, que estavam em funcionamento desde o início do século XX em locais conhecidos por Água Fria e Gato Preto, atual cidade de Cajamar; da Estrada de Ferro Perus Pirapora - EFPP - construída na década de 1910 para fazer o transporte dos minérios até a estação “Os

Perus”, localizada na linha férrea da São Paulo Railway - SPR - e da Fábrica de Cimento Perus, construída na década de 1920 às margens da SPR, com a participação de empresários brasileiros e de outros vinculados à empresa canadense Drysdale & Pease de Montreal². Segundo Ferreira (2008), por volta de 1939, os Benedito venderam suas ações ao grupo canadense, em decorrência das perseguições aos estrangeiros estabelecidos no Brasil vindos dos países do “Eixo”. Neste momento a fábrica passou a chamar-se The Brazilian Portland Cement Company, BPCC e, posteriormente, Companhia Brasileiro de Cimento Portland Perus, CBCPP. As pressões do Estado Novo e o controle do governo sobre os preços do cimento motivaram os empreendedores estrangeiros a colocarem a empresa à venda e, em 1951, José João Abdalla passou a ser seu novo proprietário.

Durante a gestão Abdalla, deu-se início a uma nova fase da empresa, marcada por grandes movimentos operários e períodos de greves do setor cimenteiro. Com tantas ocorrências e conflitos, que incluíam dívidas trabalhistas e fiscais, a empresa entrou em declínio e sofreu intervenção e confisco federal entre os anos de 1973 e 1974. No início da década de 1980 a fábrica, ferrovia e pedreira foram colocados à venda e, adquiridos pela mesma família, representada por Antônio João Abdalla Filho. Após a desativação também da estrada de ferro, em 1983, e das minas de calcário, a fábrica limitou-se apenas à moagem de clínquer adquirido da fábrica Santa Rita do Grupo Votorantim e as instalações entraram em desuso. Em 1987 as atividades da fábrica foram encerradas definitivamente. As terras que a família possuía em Cajamar também foram confiscadas pelo poder público por um processo aberto na Justiça Federal.

Os processos de tombamento e as proposições turísticas

Ao longo dos anos a EFPP tornou-se um raro exemplar de ferrovia de bitola estreita ainda em funcionamento no país. O processo de encerramento das atividades e



desmonte de grande parte das ferrovias que operavam com características semelhantes ao da EFPP, favoreceu a empresa a adquirir peças e materiais de procedências diversas e esse fenômeno contribuiu para que a EFPP se tornasse uma espécie de “catálogo vivo” de peças, locomotivas e vagões destes modelos de ferrovia³.

A possibilidade do governo federal licitar os bens da CBCPP motivou a A.B.P.F. a fazer em 1980 uma solicitação junto ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – Condephaat - exclusivamente com intuito de preservar a EFPP dos riscos de sucateamento. Entretanto, ao longo dos estudos técnicos, o foco do tombamento estadual foi ampliado para todo o conjunto, com vistas à preservação de sua integridade, sem que ao final, quando foi publicada no ano 2000 a regulamentação do tombamento estadual, nada fosse efetivado além do tombamento parcial da EFPP.

O interesse pelo tombamento do acervo da EFPP ocorreu em um momento de transição conceitual sobre patrimônio e metodologia de trabalho adotados pelo Condephaat. O órgão, constituído no final da década de 1960 para atuar no estado paulista com o propósito de subsidiar e descentralizar a crescente demanda do Sphan, vinculava suas ações, inicialmente, às práticas conservadoras e tradicionalistas do órgão federal, mas, passaram a empreender esforços para incorporar novos conceitos às suas práticas de trabalho, influenciadas pelo pelos conceitos trazidos pela sociologia que já estavam em discussão no âmbito internacional. A revisão dos procedimentos de atuação dos órgãos de preservação abriu possibilidades à inclusão de bens da chamada “cultura popular”, na qual se incluiu a “cultura operária”. O conceito de patrimônio cultural como fato cultural passou a nortear os especialistas e estes, a ampliar as possibilidades (RODRIGUES, 2000).

Os debates estabelecidos entre as décadas de 1970 e 1980 em âmbito nacional, somados às discussões que já se davam no âmbito internacional sobre patrimônio, sobretudo a partir da Carta de Veneza de 1964, começavam deslocar o foco da preservação do patrimônio da noção de monumento histórico isolado para a sua

integração com o entorno e inserção no planejamento urbano e territorial. O patrimônio, passava a assumir o sentido da representação da memória e identidade e, paralelamente, admitia o sentido de componente da indústria cultural com grande potencial para o desenvolvimento do lazer e do turismo.

A Reunião Sobre a Conservação e Utilização de Monumentos e Sítios Históricos e Artísticos ocorrida em Quito, em 1967, foi grande incentivadora às ideias de utilização turística dos monumentos e apontou as vantagens financeiras que estas possibilitariam. Entendia-se o turismo como uma saída para transformar bens tombados em algo favorável ao desenvolvimento, tentando afastá-los da ideia que os associava ao congelamento de vestígios do passado e o esforço centrava-se nas tentativas de junção de forças e interesses comuns por meio de parcerias entre os setores públicos e privados.

De forma inovadora, o Condephaat promovia o reconhecimento do patrimônio natural como parte do patrimônio cultural e as palestras proferidas no ano de 1975, em São Paulo, pelo arquiteto paisagista norte-americano Garret Eckbo, contribuíram para ressaltar a importância de introduzir e preservar elementos naturais nos espaços urbanos e a necessidade de se criar ao redor da cidade de São Paulo áreas voltadas ao lazer e ao turismo. Referindo-se especialmente à Região Metropolitana de São Paulo, onde inseriam-se os remanescentes da CBCPP, o arquiteto paisagista norte-americano reforçava a vocação turística da região ao ver

[...] nos espaços livres que ainda restam na periferia [...] um potencial para um sistema regional de áreas livres, que iria equilibrar a concentração de edifícios da cidade e fornecer áreas de recreação nos fins de semana e feriados, bem como permitir uma interação com a natureza que a maior parte dos habitantes nunca experimentou [...] (ECKBO, 2008:45).

Assim, fundamentado nesta tendência crescente que se desenvolvia naquele contexto, o aproveitamento turís-



tico tornou-se a justificativa mais adequada para tentar viabilizar, no âmbito estadual, a preservação da EFPP. Este potencial foi diversas vezes evocado durante os estudos para o do tombamento estadual e o acervo da EFPP foi considerado um, entre outros elementos pitorescos da paisagem, portador de uma

[...] enorme beleza cênica, como o corte em toda a rocha na altura da Rod. Anhanguera, as extensas várzeas que a linha férrea acompanha, limitadas pelo relevo movimentado de morros e morrotes cobertos por vegetação arbórea (PROCESSO CONDEPHAAT 1980:449).

Os atributos funcionais aliados ao potencial turístico também tiveram destaque, conforme mostra, por exemplo, o parecer elaborado pelas arquitetas do Condephaat, Silvia Wolff e Maria Cristina Wolff:

As qualidades [...] descritas somam-se a qualidade paisagística da região, facilidade de acesso a partir de São Paulo por rodovia ou ferrovia e a vizinhança com o Parque Anhanguera o que cria condições ideais, para um projeto de utilização em que seriam beneficiados não apenas os imediatamente interessados em preservação ferroviária, mas a população em geral. (CONDEPHAAT, 1980:121).

Meneses (2002) explica que paisagem e turismo se relacionam pela forma com que um legitima o outro, ou seja, a paisagem tornou-se “um dos motores fundamentais do turismo” (MENESES, 2002, p. 53). Mas, ainda que as circunstâncias políticas se abrissem para o favorecimento do reconhecimento do acervo da EFPP como bem cultural estadual viabilizado por seu uso turístico, o processo de tombamento iniciado em 1980 não foi facilmente concluído.

Com o início dos estudos para tombamento dos remanescentes da CBCPP, começou um período de proposições que objetivavam viabilizar a utilização do acervo de forma sustentável e economicamente viável. Houve,

imediatamente, interesse da Paulistur, empresa de turismo da Prefeitura de São Paulo, em incluir o acervo da EFPP em projetos de cunho artístico e turístico. Entretanto, complicações jurídicas relacionadas à propriedade do acervo, impediram a parceria entre o Condephaat e a Prefeitura.

O desejo de manter preservada a condição de integridade do conjunto, disposto em seu local de origem, e a valorização de todos os seus elementos deram suporte à elaboração pela A.B.P.F. de interessantes propostas para gestão do bem com base na exploração de sua potencialidade turística, considerando sua preservação integral ou parcial. A proposta de preservação integral pretendia manter o conjunto afastado de riscos de dispersão a partir da associação do EFPP com o Parque Anhanguera, que estava em processo de implantação pela Prefeitura de São Paulo naquele momento. A utilização da EFPP dar-se-ia como complemento, equipamento de lazer e de acesso à área, promovendo a conexão do parque à estação de Perus da linha SPR, já transformada em linha de subúrbio, e rodovias próximas. A proposta contemplava também a construção de um Museu Ferroviário para a guarda e uso didático do material ferroviário que aguardava ser restaurado nas próprias oficinas da EFPP.

Cogitou-se a possibilidade da fábrica encerrar suas atividades ou manter-se ativa, introduzindo-se vagões para passageiros e com uso alternado com o do transporte de carga. Sem as atividades industriais, imaginou-se a possibilidade do governo assumir a propriedade da estrada em parceria com a Secretaria de Turismo e com a Empresa Brasileira de Turismo, a EMBRATUR, ou a participação dos proprietários e de concessionárias de caráter particular ou misto na administração do empreendimento, em claros esforços para unir as iniciativas públicas e privadas.

A preservação parcial foi uma sugestão dada como alternativa à impossibilidade de implantar a preservação integral. Esta forma, embora não considerada ideal, abria possibilidades mais flexíveis e econômicas para a guarda do acervo, restrito, neste caso, apenas aos veículos e equipamentos pequenos, dispostos em museus



próprios montados em alguma instalação da ferrovia ou em museus já existentes na cidade.

Enquanto criavam-se propostas, ampliavam-se, ao mesmo tempo e na mesma intensidade, os conflitos com os proprietários dos bens e isso influenciava os rumos das propostas de tombamentos e de uso do local. Enquanto de um lado, havia unanimidade no reconhecimento por parte dos técnicos do conselho e da sociedade do potencial turístico como solução viável para conciliar os interesses da indústria e da cultura, de outro, os proprietários, contrariados com as possibilidades efetivar o tombamento do bem e transformá-lo em local turístico e cultural, promoviam discretamente o desmonte das instalações.

A equipe de Áreas Naturais do Condepahaat ao elaborar as definições para regulamentação do tombamento considerou a amplitude do conceito de paisagem e abriu horizontes para o desenvolvimento do turismo no local, tratando a área não a partir de um bem isolado, sem uso e em precário estado de conservação, mas sim com a perspectiva de uso futuro de um material único e rico com grande potencial para o desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo.

As propostas que buscavam integrar as instalações da empresa com as atividades turísticas foram vistas com desconfiança pelos proprietários e estes, embora também tivessem apresentado, por solicitação do Condepahaat, proposições que considerava o uso recreativo da propriedade, não concretizaram nenhuma das ações e tinham intenções de fazer negociações para tornar o tombamento menos restritivo. Em linhas gerais, a proposição dos proprietários estava condicionava à implantação do projeto mediante a “liberação pelo Condepahaat do uso da área envoltória da EFPP [...]”⁴.

Fatores ligados ao desinteresse dos proprietários no tombamento e no uso turístico das instalações, à sobreposição de interesses políticos, às pressões externas provenientes dos interesses dos setores imobiliários, à ausência de planejamento e entrosamento com outras políticas que pudessem favorecer a implantação das propostas apresentadas, refletiram no fracasso dos intentos turísticos daquele momento e levaram o con-

junto material à degradação. Parte do acervo da EFPP foi posto em funcionamento com fins turísticos, cerca de trinta após a emergência das primeiras proposições, quando passou a ser mantido pelo Instituto de Ferrovias e Preservação do Patrimônio Cultural – IFPPC – que recebeu a concessão de uso pelo Condepahaat e realizou, com esforços pessoais de seus membros, um reconhecido trabalho de recuperação e restauração de parte dos vagões, locomotivas e trilho.



Imagem 1 Vista do acervo da EFPP no pátio de recuperação localizado em Perus.

Fonte: Acervo da autora, 2015



Imagem 2 Vista do acervo da EFPP no pátio de recuperação localizado em Perus.

Fonte: Acervo da autora, 2015

No nosso entendimento, o abandono dos bens constituiu parte da estratégia traçada pelos proprietários para acelerar a sua deterioração. Neste contexto, a reflexão que fazemos é até que ponto as proposições que emergiram durante os estudos de tombamento, da maneira como foram formuladas, foram contribuições para a sua preservação ou tornaram-se, involuntariamente, aceleradores de seu processo de desmonte?



¹ Florindo e Flávio Beneduce foram os fundadores e principais acionistas da extração de cal em Gato Preto, atividade que atraiu os primeiros trabalhadores deste segmento para a região (CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAMAR, 2006).

² Os empresários Sylvio de Campos, Clemente Neidhart e Mário W. Tibiriçá, juntamente com os Beneduce, criaram uma empresa mista para extração da cal em Gato Preto e transporte da produção até a estação “Os Perus”. Após a concessão do governo dada aos empresários foi organizada a Companhia Industrial e de Estrada de Ferro Perus Pirapora - CIEFPP. Em seguida, a CIEFPP foi desmembrada em duas empresas, uma voltada à exploração de calcário e outra, a Estrada de Ferro Perus Pirapora, que começou a operar em 1914, destinada à exploração da ferrovia (FERREIRA, 2008).

³ Foram adquiridas peças da Usina Monte Alegre de Piracicaba, E. F. Dumont de Ribeirão Preto, ramais de Santa Rita e Descalvadense, Cia. Paulista e Cantareira, em São Paulo (FERREIRA, 2008).

⁴ A proposta previa a autossustentabilidade da ferrovia e a criação da Fundação Dr. Antônio João Abdalla em conjunto com a Prefeitura de São Paulo ou o Governo do Estado. Estabelecia pontos de comércio no Parque Anhanguera, cujos proventos seriam incorporados e geridos pela Fundação e a operação da ferrovia seria incumbência da A.B.P.F. A execução se daria em três etapas: I. Operação da via férrea desde o ponto inicial em Perus até o limite final do Parque Anhanguera; II. Recuperação das oficinas de Gato Preto e instalação de um museu; III. Recuperação da via férrea desde o limite final do Parque Anhanguera até Gato Preto (CONDEPHAAT, 1980: 548).

Referências Bibliográficas

ANJOS, Ana Cristina Chagas. O rio pelos trilhos: introdução à história de Perus e Cajamar. Caieiras: Instituto de Pesquisas em Ecologia Humana, 2008.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAMAR. Trajetórias e lutas. Org. Marília Schneider. São Paulo: Editora Porto, 2006.

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO - CONDEPHAAT. Processo Nº 21273/80 Estrada de Ferro Perus-Pirapora.

ECKBO, Garret. O paisagismo nas grandes metrópoles. In: Ab'Saber, Aziz (org.). Leituras Indispensáveis. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

FERREIRA, José Abílio (org.). Cajamar: cidade de lutas e conquistas. São Paulo: Noovha América, 2008. Série Conto, canto e encanto com a minha história.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A paisagem como fato cultural. in YÁZIGI, Eduardo (org.). Turismo e Paisagem. São Paulo: Contexto, 2002, pg. 65 a 82.

RODRIGUES, Marly. Imagens do passado – a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987. São Paulo: Ed. UnespImesp; Condephaat; Fapesp; 2000.

SIQUEIRA, Elcio. Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus: contribuição para uma história pioneira do ramo no Brasil (1926-1987). UNESP, 2001. Dissertação de mestrado. O autor foi também Coordenador da Regional da Associação Brasileira de Preservação Ferroviária na década de 1990.



EDITORAÇÃO

Rodrigo Henrique Busnardo de Souza - Doutorando POSURB - PUC Campinas / bolsista Capes

APOIO TÉCNICO

Anna Luiza Souza Nery Reis - Mestranda POSURB - PUC Campinas / bolsista Capes
Antonio Carlos Rodrigues Lorette - Doutorando POSURB - PUC Campinas / bolsista Capes
Cauana Lemes Conde Nandin - Doutoranda POSURB - PUC Campinas / bolsista PUC Campinas
Daniela da Silva Santos Krogh - Doutorando POSURB - PUC Campinas / bolsista Capes
Diogenes Rodrigues de Sousa- Mestrando POSURB - PUC Campinas / bolsista Capes
Esther Aparecida Cervini de Melo - Doutoranda POSURB - PUC Campinas / bolsista PUC Campinas
Luciana Valin Gonçalves Dias - Mestranda POSURB - PUC Campinas / bolsista Capes
Rafael Augusto Silva Ferreira - Mestrando POSURB - PUC Campinas / bolsista Capes
Tatiana Elizabeth Domingos de Souza - Mestranda POSURB - PUC Campinas / bolsista PUC Campinas



AGRADECIMENTOS

À Pontifícia Universidade Católica de Campinas
À Universidade de Aveiro
Ao Núcleo Regional Campinas do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB)
Ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU/SP)
À Fundação Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Ao Programa de Educação Tutorial (PET) do Ministério da Educação/FAU PUC Campinas
Ao PIBIC do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) da PUC Campinas
À TV PUC Campinas
À Casa de Cultura Fazenda Roseira - Campinas/SP





Fórum Internacional sobre Patrimônio Arquitetônico

Brasil - Portugal (FIPA)